ESTE DOCUMENTO É UMA MINUTA INICIAL SUJEITA A ALTERAÇÕES E COMPLEMENTAÇÕES, TENDO SIDO ARQUIVADO NA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS PARA FINS EXCLUSIVOS DE ANÁLISE E EXIGÊNCIAS POR PARTE DESSA AUTARQUIA. ESTE DOCUMENTO, PORTANTO, NÃO SE CARACTERIZA COMO O PROSPECTO PRELIMINAR DA OFERTA E NÃO CONSTITUI UMA OFERTA DE VENDA OU UMA SOLICITAÇÃO PARA OFERTA DE COMPRA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS NO BRASIL, NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA OU EM QUALQUER OUTRA JURISDIÇÃO, SENDO QUE QUALQUER OFERTA OU SOLICITAÇÃO PARA OFERTA DE AQUISIÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS SÓ SERÁ FEITA POR MEIO DE UM PROSPECTO DEFINITIVO. OS POTENCIAIS INVESTIDORES NÃO DEVEM TOMAR NENHUMA DECISÃO DE INVESTIMENTO COM BASE NAS INFORMAÇÕES CONTIDAS NESTA MINUTA.

As informações contidas neste Prospecto Preliminar estão sob análise da Comissão de Valores Mobiliários, a qual ainda não se manifestou a seu respeito. O presente Prospecto Preliminar está sujeito à complementação e correção. O Prospecto Definitivo estará disponível nas páginas da rede mundial de computadores da Companhia; das Instituições Participantes da Oferta; das entidades administradoras de mercado organizado de valores mobiliários onde os valores mobiliários da Companhia sejam admitidos à negociação; e da CVM.

MINUTA DO PROSPECTO PRELIMINAR DA OFERTA PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA DE AÇÕES ORDINÁRIAS DE EMISSÃO DO

GRUPO AVENIDA

[Ticker do Novo Mercado]

AVENIDA | AVENIDA CALÇADOS | CARTÃO AVENIDA

GRUPO AVENIDA S.A.

CNPJ/ME nº 09.523.889/0001-22 || NIRE 51.300.00938-2

Avenida Ayrton Senna da Silva, nº 12822, sala 01, Bairro Distrito Industrial

CEP 78098-282, Cuiabá, MT

[●] Ações

Valor Total da Oferta: R$[●]

Código ISIN das Ações "**[●]**"

Código de negociação das Ações na B3: "**[●]**"

No contexto da Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[●] e R$[●], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta Faixa Indicativa (conforme definido na página 45 deste Prospecto).

O **GRUPO AVENIDA S.A.** ("**Companhia**"),e os acionistas pessoas físicas indicados na seção ***"Informações sobre a Oferta – Acionistas Vendedores, Quantidade de Ações Ofertadas, Montante e Recursos Líquidos"*** **na** página 41 deste "*Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do Grupo Avenida S.A.*" ("**Prospecto Preliminar**" e "**Acionistas Vendedores**", respectivamente) estão realizando uma oferta pública de distribuição primária e secundária de até [●] ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão da Companhia, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("**Ações**"), compreendendo a distribuição (i) primária de, incialmente, [●] novas Ações ordinárias de emissão da Companhia ("**Oferta Primária**"); e (ii) secundária de, incialmente, [●] Ações de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores, no âmbito da eventual colocação das Ações Adicionais (conforme abaixo definido) e das Ações do Lote Suplementar (conforme abaixo definido), nas quantidades indicadas na seção "Informações Sobre a Oferta – Acionistas Vendedores, Quantidade de Ações Ofertadas, Montante e Recursos Líquidos" na página 41 deste Prospecto ("**Oferta Secundária**"), em ambos os casos, a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não organizado, em conformidade com os procedimentos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**"), com o Ofício-Circular 01/2020/CVM/SRE, de 5 de março de 2020 ("**Ofício Circular**"), com o "*Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários*", atualmente vigente, expedido pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("**ANBIMA**" e "**Código ANBIMA**", respectivamente), e demais normativos aplicáveis, com esforços de colocação das Ações no exterior ("**Oferta**").

A Oferta será realizada no Brasil sob coordenação do Banco Itaú BBA S.A. ("**Coordenador Líder**"), do Banco Santander (Brasil) S.A. ("**Santander**" ou "**Agente Estabilizador**"), do UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("**UBS BB**") e do Citigroup Global Markets Brasil, Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("**Citi**", e, em conjunto com o Coordenador Líder, o Agente Estabilizador e o UBS BB, os "**Coordenadores da Oferta**"), observado o disposto na Instrução CVM 400, bem como os esforços de dispersão acionária previstos no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("**B3**" e "**Regulamento do Novo Mercado**", respectivamente), com a participação de determinadas instituições consorciadas autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro, credenciadas junto à B3, convidadas a participar da Oferta, exclusivamente, para efetuar esforços de colocação das Ações junto aos Investidores Não Institucionais (conforme definido neste Prospecto) ("**Instituições Consorciadas**" e, em conjunto com os Coordenadores da Oferta, "**Instituições Participantes da Oferta**").

Simultaneamente, no âmbito da Oferta, serão realizados esforços de colocação das Ações no exterior pelo Itau BBA USA Securities, Inc., pelo Santander Investment Securities Inc., pelo UBS Securities, LLC e pelo Citigroup Global Markets Inc. (em conjunto, "**Agentes de Colocação Internacional**") (i) nos Estados Unidos da América ("**Estados Unidos**"), exclusivamente para investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*), residentes e domiciliados nos Estados Unidos, conforme definidos na Regra 144A do *U.S. Securities Act* de 1933, conforme alterado ("***Securities Act***") editada pela *U.S. Securities and Exchange Commission* dos Estados Unidos ("**SEC**"), em operações isentas de registro, previstas no *Securities Act* e nos regulamentos editados ao amparo do *Securities Act*, bem como nos termos de quaisquer outras regras federais e estaduais dos Estados Unidos sobre títulos e valores mobiliários; e (ii) nos demais países, exceto os Estados Unidos e o Brasil, para investidores que sejam considerados não residentes ou domiciliados nos Estados Unidos ou não constituídos de acordo com as leis dos Estados Unidos (*non-U.S. persons*), nos termos do *Regulation S* ("**Regulamento S**"), editado pela SEC, no âmbito do *Securities Act*, e observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor (investidores descritos nas alíneas (i) e (ii) acima, em conjunto, "**Investidores Estrangeiros**"), em ambos os casos, desde que tais Investidores Estrangeiros invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados pela Resolução do Conselho Monetário Nacional ("**CMN**") n° 4.373, de 29 de setembro de 2014 ("**Resolução CMN 4.373**"), e pela Resolução da CVM nº 13, de 18 de novembro de 2020, ("**Resolução CVM 13**"), ou pela Lei n° 4.131, de 3 de setembro de 1962, conforme alterada ("**Lei 4.131**"), sem a necessidade, para tanto, da solicitação e obtenção de registro de distribuição e colocação das Ações em agência ou órgão regulador do mercado de capitais de outro país, inclusive perante a SEC. As Ações que forem objeto de esforços de venda no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional junto a Investidores Estrangeiros serão obrigatoriamente subscritas/adquiridas e integralizadas/liquidadas no Brasil, em moeda corrente nacional, nos termos do artigo 19, parágrafo 4º da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada. Os esforços de colocação das Ações junto a Investidores Estrangeiros, exclusivamente no exterior, serão realizados nos termos do Contrato de Distribuição Internacional (conforme definido neste Prospecto).

Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, até a data da disponibilização do Anúncio de Início (conforme definido neste Prospecto), a quantidade total de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações do Lote Suplementar, conforme definido abaixo), poderá, a critério [da Companhia e] [dos Acionistas Vendedores], em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, ser acrescida em [até] [20]% do total de Ações inicialmente ofertado (sem considerar as Ações do Lote Suplementar), ou seja, em [até [●] ações ordinárias, sendo (i) até [●] ações ordinárias a serem emitidas pela Companhia; e (ii) até [●] ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores, na proporção indicada na página 42 deste Prospecto, nas mesmas condições e ao mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas, as quais serão utilizadas para atender eventual excesso de demanda que venha a ser constatado até a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* ("**Ações Adicionais**").]

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade total de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais) poderá ser acrescida de um lote suplementar em percentual equivalente a [até] [15]% do total das Ações inicialmente ofertado (sem considerar as Ações Adicionais), ou seja, em [até] [•] ações ordinárias, sendo (i) até [•] ações ordinárias a serem emitidas pela Companhia; e (ii) até [•] ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores, na proporção indicada na página 42 deste Prospecto, nas mesmas condições e ao mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas, ("**Ações do Lote Suplementar**"), conforme opção a ser outorgada [pela Companhia e][pelos Acionistas Vendedores] ao Agente Estabilizador, nos termos do Contrato de Distribuição (conforme definido neste Prospecto), as quais serão destinadas, exclusivamente, para prestação dos serviços de estabilização de preço das Ações no âmbito da Oferta ("**Opção de Ações do Lote Suplementar**"). O Agente Estabilizador terá o direito exclusivo, a partir da data de assinatura do Contrato de Distribuição, inclusive, e por um período de até 30 dias corridos contados da data de início da negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, inclusive, de exercer a Opção de Ações do Lote Suplementar, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, desde que a decisão de sobrealocação das ações ordinárias de emissão da Companhia seja tomada em comum acordo entre o Agente Estabilizador e os demais Coordenadores da Oferta quando da fixação do Preço por Ação (conforme definido neste Prospecto). Conforme disposto no Contrato de Distribuição, as Ações do Lote Suplementar não serão objeto de Garantia Firme de Liquidação por parte de nenhum dos Coordenadores da Oferta. A Companhia, os Acionistas Vendedores, os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional não realizaram e não realizarão nenhum registro da Oferta ou das Ações e não foi e não será realizado nenhum registro na SEC, nos Estados Unidos e nem em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país, exceto pelos registros da Oferta a serem concedidos pela CVM para a realização da Oferta no Brasil em conformidade com os procedimentos previstos na Instrução CVM 400. As Ações não poderão ser ofertadas ou subscritas nos Estados Unidos ou a pessoas consideradas *U.S. persons*, conforme definido no Regulamento S, exceto se registradas na SEC ou de acordo com uma isenção de registro nos termos do *Securities Act*.

Na hipótese de o Preço por Ação ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa do Preço por Ação, os Pedidos de Reserva (conforme definido na página 33 deste Prospecto) serão normalmente considerados e processados, observadas as condições de eficácia descritas neste Prospecto, exceto no caso de eventual ocorrência de um Evento de Fixação de Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa (conforme definido neste Prospecto), hipótese em que o Investidor Não Institucional poderá desistir do seu Pedido de Reserva, nos termos deste Prospecto. O Preço por Ação será fixado com base no resultado do procedimento de coleta de intenções de investimento a ser realizado exclusivamente junto a Investidores Institucionais (conforme definido neste Prospecto) pelos Coordenadores da Oferta, no Brasil, conforme previsto no Contrato de Distribuição, e pelos Agentes de Colocação Internacional, no exterior, conforme previsto no Contrato de Distribuição Internacional, em consonância com o disposto no artigo 23, parágrafo 1°, e no artigo 44 da Instrução CVM 400 ("**Procedimento de *Bookbuilding***"). O Preço por Ação será calculado tendo como parâmetro as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade da demanda (por volume e preço) por Ações coletadas junto a Investidores Institucionais, durante o Procedimento de *Bookbuilding*. A escolha do critério para determinação do Preço por Ação é justificada na medida em que o preço de mercado das Ações a serem subscritas/adquiridas será aferido de acordo com a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentarão suas intenções de investimento nas Ações no contexto da Oferta e, portanto, não haverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**"). **Os Investidores Não Institucionais não participarão do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, não participarão da fixação do Preço por Ação.**

	Preço (R$)[1]	Comissões (R$)[1][2][3]	Recursos Líquidos (R$)[1][2][3][4]
Preço por Ação	[●]	[●]	[●]
Oferta Primária	[●]	[●]	[●]
Oferta Secundária[5]	[●]	[●]	[●]
Total Oferta	**[●]**	**[●]**	**[●]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[●], que é o ponto médio da Faixa Indicativa do Preço por Ação. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[●] e R$[●], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta faixa, a qual é meramente indicativa.
(2) Abrange as comissões a serem pagas aos Coordenadores da Oferta, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar.
(3) Para informações sobre as remunerações recebidas pelos Coordenadores da Oferta, veja a seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição", na página 47 deste Prospecto.
(4) Deduzidas as comissões e sem dedução de outros custos, despesas e tributos da Oferta.
(5) Para informações sobre a quantidade de Ações a serem alienadas pelos Acionistas Vendedores e os recursos líquidos a serem recebidos, veja a seção "Informações Sobre a Oferta – Acionistas Vendedores, Quantidade de Ações Ofertadas, Montante e Recursos Líquidos", constante na página 41 deste Prospecto.

A abertura de capital, a adesão e admissão da Companhia ao segmento de listagem do Novo Mercado e aprovação do novo estatuto social da Companhia, de forma a adequá-lo às regras do Regulamento do Novo Mercado e cuja eficácia é condicionada à disponibilização do Anúncio de Início, a aprovação do pedido de registro e a realização da Oferta Primária, mediante aumento de capital da Companhia[, dentro do limite de capital autorizado previsto em seu estatuto social, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações,] e seus termos e condições, foram aprovadas em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 12 de fevereiro de 2021, cuja ata foi arquivada na Junta Comercial do Estado do Mato Grosso ("**JUCEMAT**") em 19 de fevereiro de 2021, sob o nº 2343137 e publicada no Diário Oficial do Estado do Mato Grosso ("**DOEMT**") e no jornal "Diário de Cuiabá" em 24 de fevereiro de 2021.

O Preço por Ação, bem como a quantidade de Ações objeto da Oferta e o efetivo aumento de capital da Companhia, dentro do limite do capital autorizado em seu estatuto social, serão aprovados em Reunião do Conselho de Administração da Companhia a ser realizada entre a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* e a concessão dos registros da Oferta pela CVM, cuja ata será devidamente registrada na JUCEMAT e publicada no DOEMT e no jornal "Diário de Cuiabá" na data de disponibilização do Anúncio de Início.

Não foi e não será necessária qualquer aprovação societária em relação aos Acionistas Vendedores para a participação na Oferta Secundária e a fixação do Preço por Ação.

Exceto pelos registros da Oferta pela CVM, a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional não pretendem realizar nenhum registro da Oferta ou das Ações nos Estados Unidos e nem em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país.

Será admitido o recebimento de reservas a partir da data indicada no Aviso ao Mercado (conforme definido neste Prospecto), para subscrição/aquisição das Ações, as quais somente serão confirmadas pelo subscritor/adquirente após o início do Prazo de Distribuição (conforme definido neste Prospecto).

A Oferta está sujeita à análise e aprovação da CVM, sendo que os registros da Oferta foram requeridos em 01 de março de 2021.

"OS REGISTROS DA PRESENTE OFERTA NÃO IMPLICAM, POR PARTE DA CVM, GARANTIA DA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU EM JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DA COMPANHIA, BEM COMO SOBRE AS AÇÕES A SEREM DISTRIBUÍDAS".

Este Prospecto não deve, em nenhuma circunstância, ser considerado uma recomendação de investimento nas Ações. Ao decidir investir nas Ações, potenciais investidores deverão realizar sua própria análise e avaliação da situação financeira da Companhia, de suas atividades e dos riscos decorrentes do investimento nas Ações.

OS INVESTIDORES DEVEM LER ESTE PROSPECTO E O FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA ANTES DE ACEITAR A OFERTA, EM ESPECIAL AS SEÇÕES "SUMÁRIO DA COMPANHIA – PRINCIPAIS FATORES DE RISCO RELATIVOS À COMPANHIA" E "FATORES DE RISCO RELACIONADOS ÀS AÇÕES E À OFERTA" DESCRITOS NAS PÁGINAS 18 E 73, RESPECTIVAMENTE, DESTE PROSPECTO, BEM COMO A SEÇÃO "4. FATORES DE RISCO" DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, ANEXO A ESTE PROSPECTO, PARA CIÊNCIA E AVALIAÇÃO DE CERTOS FATORES DE RISCO QUE DEVEM SER CONSIDERADOS NA TOMADA DE DECISÃO DE INVESTIMENTO COM RELAÇÃO À COMPANHIA, À OFERTA E AO INVESTIMENTO NAS AÇÕES.

Autorregulação ANBIMA – Ofertas Públicas

[Logos dos Coordenadores da Oferta]

A data deste Prospecto Preliminar é [●] de [●] de 2021.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ÍNDICE

DEFINIÇÕES **1**
INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA COMPANHIA **4**
CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES ACERCA DO FUTURO **5**
SUMÁRIO DA COMPANHIA **8**
Visão Geral 8
Principais Indicadores Financeiros e Operacionais 9
Temos Orgulho de Contar Nossa História 10
Nossas Vantagens Competitivas 11
Nossa Estratégia 13
Pontos Fracos, Obstáculos e Ameaças 16
Estrutura Societária 17
Considerações sobre a Estrutura Societária Pós-Oferta 18
Informações Adicionais 18
Principais Fatores de Risco Relacionados à Companhia 18
SUMÁRIO DA OFERTA **23**
INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA **39**
Composição do Capital Social da Companhia 39
Acionistas e Administradores da Companhia 40
Acionistas Vendedores, Quantidade de Ações Ofertadas, Montante e Recursos Líquidos 41
Descrição da Oferta 43
Listagem e Negociação no Novo Mercado da B3 44
Aprovações Societárias 45
Instituições Participantes da Oferta 45
Preço por Ação 45
Ações em Circulação (*Free Float*) após a Oferta 46
Custos de Distribuição 47
Estabilização do Preço das Ações 50
Características das Ações 51
Público Alvo da Oferta 52
Procedimento da Oferta 52
Oferta Não Institucional 53
Oferta Private 54
Oferta de Varejo 57
Oferta Institucional 61
Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta 62
Suspensão ou Cancelamento da Oferta 63
Prazo de Distribuição 63
Liquidação 64
Informações sobre a Garantia Firme de Liquidação 64
Contrato de Distribuição e Contrato de Distribuição Internacional 65
Violações de Normas de Conduta 65
Restrições à Negociação das Ações (*Lock-up*) 66
Instituição Financeira Escrituradora das Ações 67
Cronograma Tentativo Estimado da Oferta 68
Inadequação da Oferta 69
Divulgação de Avisos e Anúncios da Oferta 69
Informações Adicionais 70
FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES **73**
APRESENTAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DA OFERTA **82**
Coordenador Líder 82

Santander ... 83
UBS BB ... 85
Citi ... 86
RELACIONAMENTO ENTRE A COMPANHIA E OS COORDENADORES DA OFERTA ... 89
Relacionamento entre a Companhia e o Coordenador Líder ... 89
Relacionamento entre a Companhia e o Agente Estabilizador ... 91
Lojas Avenida S.A. (CNPJ: 00.819.201/0001-15) ... 91
Club Mais Administradora de Cartões Ltda. (CNPJ: 21.600.988/0001-08) ... 93
GRCA Empreendimentos e Participações S.A. (CNPJ: 08.422.467/0001-31) ... 93
RCL Assessoria Empresarial EIRELI – ME (CNPJ: 21.491.853/0001-43) ... 93
CACM Assessoria Empresarial EIRELI – ME (CNPJ: 21.214.220/0001-98) ... 93
Grupo Avenida S.A. (CNPJ: 09.532.889/0001-22) ... 93
Relacionamento entre a Companhia e a UBS BB ... 95
Relacionamento entre a Companhia e o Citi ... 96
RELACIONAMENTO ENTRE OS ACIONISTAS VENDEDORES E OS COORDENADORES DA OFERTA ... 98
Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder ... 98
Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Agente Estabilizador ... 99
Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e a UBS BB ... 100
Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Citi ... 100
INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA, OS ACIONISTAS VENDEDORES, OS COORDENADORES DA OFERTA, OS CONSULTORES E OS AUDITORES ... 102
Declarações de Veracidade das Informações ... 103
OPERAÇÕES VINCULADAS À OFERTA ... 104
EVENTOS SOCIETÁRIOS ... 105
DESTINAÇÃO DOS RECURSOS ... 106
CAPITALIZAÇÃO ... 108
DILUIÇÃO ... 109
Planos de Remuneração Baseada em Ações ... 110
Histórico do Preço de Emissão de Ações ... 111
ANEXOS ... 113
ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO DA COMPANHIA ... 115
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DA COMPANHIA REALIZADA EM 12 DE FEVEREIRO DE 2021 QUE APROVA A REALIZAÇÃO DA OFERTA ... 147
MINUTA DA ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA QUE APROVA O PREÇO POR AÇÃO E O AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL ... 225
DECLARAÇÃO DA COMPANHIA PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400 ... 231
DECLARAÇÃO DOS ACIONISTAS VENDEDORES PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400 ... 235
DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400 ... 243
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA COMPANHIA REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020, 2019 E 2018 ... 247
FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA ... 341

DEFINIÇÕES

Para fins do presente Prospecto, "Companhia" ou "Grupo Avenida" referem-se, a menos que o contexto determine de forma diversa, ao Grupo Avenida S.A. e suas subsidiárias na data deste Prospecto.

Os termos relacionados especificamente com a Oferta e respectivos significados constam da seção "Sumário da Oferta" na página 23 deste Prospecto. Os termos indicados abaixo terão o significado a eles atribuídos neste Prospecto, salvo se de outra forma determinado neste Prospecto ou se o contexto assim exigir.

Acionistas Vendedores	Ailton Caseli, Christian Caseli e Rodrigo Caseli, considerados em conjunto.
Administração	Conselho de Administração e Diretoria da Companhia, considerados em conjunto.
Administradores	Membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia, considerados em conjunto.
ANBIMA	Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.
Assembleia Geral	Assembleia geral de acionistas da Companhia.
Auditor Independente	Ernst & Young Auditores Independentes S/S.
B3	B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.
Banco Central ou BACEN	Banco Central do Brasil.
Brasil ou País	República Federativa do Brasil.
CMN	Conselho Monetário Nacional.
CNPJ/ME	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia.
CPF/ME	Cadastro Nacional da Pessoa Física do Ministério da Economia.
Código ANBIMA	Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários, atualmente em vigor.
Companhia ou Grupo Avenida	Grupo Avenida S.A.
Conselho de Administração	O conselho de administração da Companhia.
Conselho Fiscal	O conselho fiscal da Companhia, de caráter não permanente, que até a data deste Prospecto não havia sido instalado.
Contrato de Participação no Novo Mercado	Contrato de Participação no Novo Mercado a ser celebrado entre, de um lado, a B3 e, de outro, a Companhia, por meio do qual a Companhia aderirá ao Novo Mercado, observado que o referido contrato entrará em vigor na data de divulgação do Anúncio de Início.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.

Deliberação CVM 476	Deliberação da CVM nº 476, de 25 de janeiro de 2005.
Deliberação CVM 860	Deliberação da CVM nº 860, de 22 de julho de 2020.
Diretoria	A diretoria da Companhia.
DOEMT	Diário Oficial do Estado do Mato Grosso.
Dólar, dólar, dólares ou US$	Moeda oficial dos Estados Unidos.
Estados Unidos	Estados Unidos da América.
Estatuto Social	Estatuto social da Companhia.
Formulário de Referência	Formulário de Referência da Companhia, elaborado nos termos da Instrução CVM 480, anexo a este Prospecto.
Instituição Escrituradora	Banco Bradesco S.A.
Instrução CVM 400	Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada.
Instrução CVM 480	Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada.
Instrução CVM 505	Instrução da CVM nº 505, de 27 de setembro de 2011, conforme alterada.
Instrução CVM 539	Instrução da CVM nº 539, de 13 de novembro de 2013, conforme alterada.
IOF/Câmbio	Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros ou relativos a Títulos e Valores Mobiliários incidentes sobre o câmbio.
JUCEMAT	Junta Comercial do Estado do Mato Grosso.
Lei 4.131	Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, conforme alterada.
Lei das Sociedades por Ações	Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.
Lei do Mercado de Capitais	Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.
Novo Mercado	Segmento especial de listagem da B3 que estabelece regras diferenciadas de governança corporativa e divulgação de informações ao mercado a serem observadas pela Companhia, mais rigorosas do que aquelas estabelecidas na Lei das Sociedades por Ações.
Offering Memoranda	*Preliminary Offering Memorandum* e o *Final Offering Memorandum*, conforme definidos no Contrato de Distribuição Internacional, considerados em conjunto.
Prospecto ou Prospecto Preliminar	Este Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do Grupo Avenida S.A., incluindo o Formulário de Referência a ele anexo e eventuais aditamentos e/ou suplementos.

Prospecto Definitivo	O Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do Grupo Avenida S.A., incluindo o Formulário de Referência a ele anexo e eventuais aditamentos e/ou suplementos.
Prospectos	O Prospecto Preliminar e o Prospecto Definitivo, considerados em conjunto.
Real, real, reais ou R$	Moeda oficial corrente no Brasil.
Regra 144A	Regra 144A editada ao amparo do *Securities Act*.
Regulamento do Novo Mercado	Regulamento de Listagem do Novo Mercado editado pela B3, que disciplina os requisitos para a negociação de valores mobiliários de companhias abertas no Novo Mercado, estabelecendo regras diferenciadas para essas companhias, seus acionistas, incluindo acionistas controladores, administradores e membros do conselho fiscal, quando instalado.
Regulamento S	Regulamento S editado ao amparo do *Securities Act*.
Resolução CMN 4.373	Resolução do CMN nº 4.373, de 29 de novembro de 2014, conforme alterada.
Resolução CVM 13	Resolução da CVM nº 13, de 18 de novembro de 2020.
SEC	*Securities and Exchange Commission*, a comissão de valores mobiliários dos Estados Unidos.
Securities Act	*Securities Act* de 1933 dos Estados Unidos, conforme alterado.

INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA COMPANHIA

Identificação	Grupo Avenida S.A., sociedade por ações, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 09.532.889/0001-22, com seus atos constitutivos registrados na JUCEMAT sob o NIRE 51.300.00938-2.
Registro na CVM	Em fase de registro como emissora de valores mobiliários categoria "A" perante a CVM.
Sede	Localizada na cidade de Cuiabá, Estado do Mato Grosso, na Avenida Ayrton Senna da Silva, nº 12822, Sala 02, Bairro Industrial, CEP 78098-282.
Diretoria de Relações com Investidores	Localizada cidade de Cuiabá, Estado do Mato Grosso, na Avenida Ayrton Senna da Silva, nº 12822, Sala 02, Bairro Industrial, CEP 78098-282. O Diretor Financeiro e de Relações com Investidores é o Sr. Carlos Ernane Abrahão. O telefone da Diretoria de Relações com Investidores da Companhia é +55 (31) 3630-4650 e o seu endereço eletrônico é ernane.abrahao@grupoavenida.com.br.
Instituição Escrituradora	Banco Bradesco S.A.
Auditor Independente	Ernst & Young Auditores Independentes S/S.
Títulos e Valores Mobiliários Emitidos	As Ações serão listadas no Novo Mercado sob o código "[•]", a partir do primeiro dia útil imediatamente posterior à divulgação do Anúncio de Início, sujeito à conclusão da Oferta.
Jornais nos quais divulga informações	As informações referentes à Companhia são divulgadas no DOEMT e no jornal "Diário de Cuiabá".
Formulário de Referência	Informações detalhadas sobre a Companhia, seus negócios e operações poderão ser encontradas no Formulário de Referência, anexo a este Prospecto.
Website	www.ri.grupoavenida.com.br As informações constantes no *website* da Companhia não são parte integrante deste Prospecto e não estão a ele incorporadas por referência.
Informações Adicionais	Informações adicionais sobre a Companhia e a Oferta poderão ser obtidas no Formulário de Referência anexo a este Prospecto e junto à Companhia[, aos Acionistas Vendedores], às Instituições Participantes da Oferta, à CVM e/ou à B3 nos endereços e páginas da rede mundial de computadores indicados na seção "Informações Sobre a Oferta – Informações Adicionais" na página 70 deste Prospecto.

CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES ACERCA DO FUTURO

Este Prospecto contém estimativas e perspectivas para o futuro, principalmente, nas seções "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia" e "Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta", descritos nas páginas 18 e 73, respectivamente, deste Prospecto, e nos itens "4. Fatores de Risco", "7. Atividades do Emissor" e "10. Comentários dos Diretores" do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto.

Essas considerações sobre estimativas e declarações prospectivas se basearam, principalmente, nas expectativas atuais da Companhia sobre eventos futuros e tendências financeiras que afetam ou possam afetar seu setor de atuação, sua participação de mercado, sua reputação, seus negócios, sua situação financeira, o resultado das suas operações, suas margens e/ou seu fluxo de caixa. Elas estão sujeitas a diversos riscos e incertezas e foram efetuadas somente com base nas informações de que a Companhia dispõe até a data deste Prospecto.

Além de outros itens discutidos em outras seções deste Prospecto, há uma série de fatores que podem fazer com que as estimativas e declarações não ocorram como previsto ou descrito. Tais riscos e incertezas incluem, entre outras situações, as seguintes:

- capacidade da Companhia de implementar sua estratégia de expansão, seja por aquisições ou organicamente;
- capacidade da Companhia de prever e reagir, de forma eficiente, a mudanças imediatas ou de longo prazo no comportamento dos clientes da Companhia em razão da pandemia da COVID-19, mesmo após o surto ter sido suficientemente controlado;
- a capacidade da Companhia de implementar, de forma tempestiva e eficiente, qualquer medida necessária em resposta, ou buscando amenizar os impactos da pandemia da COVID-19 em seus negócios, operações, fluxo de caixa, perspectivas, liquidez e condição financeira;
- o ambiente econômico mundial e brasileiro em geral e os riscos associados à pandemia da COVID-19;
- alteração substancial no comportamento dos clientes da Companhia em razão da amenização, controle e/ou término da pandemia da COVID-19;
- rebaixamento na classificação de risco de crédito do Brasil ou da Companhia;
- intervenções governamentais, resultando em alteração na economia, tributos, tarifas, ambiente regulatório ou regulamentação no Brasil ou outros mercados em que a Companhia atue;
- alterações nas leis e nos regulamentos aplicáveis ao setor de atuação da Companhia, bem como alterações no entendimento dos tribunais ou autoridades em relação a essas leis e regulamentos;
- alterações nas condições gerais da economia, incluindo, exemplificativamente, inflação, taxas de juros, câmbio, nível de emprego, crescimento populacional, confiança do consumidor e liquidez dos mercados financeiro e de capitais;
- instabilidade política no Brasil ou outros países onde a Companhia atue (inclusive referente a políticas desenvolvidas pelo governo do Presidente Jair Bolsonaro ou como resultado de intervenções do governo e/ou novos impostos e tarifas) e mudanças na situação política e macroeconómica;
- impossibilidade ou dificuldade de viabilização e implantação de novos projetos de desenvolvimento e prestação de serviços da Companhia;

- condições que afetam o setor de atuação da Companhia e a condição financeira de seus principais clientes;

- a mudança no cenário competitivo no setor de atuação da Companhia;

- dificuldades no relacionamento com os atuais e futuros fornecedores, clientes e prestadores de serviços da Companhia;

- aumento de custos, incluindo, mas não se limitando aos custos: (i) de operação e manutenção; (ii) encargos regulatórios; e (iii) contribuições, taxas e impostos;

- fatores negativos ou tendências que podem afetar os negócios, participação no mercado, condição financeira, liquidez ou resultados de suas operações;

- impacto de recessão econômica e do eventual ajuste fiscal que poderá afetar negativamente o crescimento da demanda na economia brasileira como um todo;

- eventual aumento do endividamento da Companhia e/ou incapacidade de contratar novos financiamentos e executar o seu plano de expansão;

- efeitos de eventual reforma tributária;

- eventos de força maior; e

- outros fatores de riscos eventualmente não vislumbrados pela Companhia e aqueles apresentados na seção "Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta" e "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia", nas páginas 18 e 73, respectivamente, deste Prospecto, e na seção "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto.

Essa lista de fatores de risco não é exaustiva e outros riscos e incertezas podem causar resultados que podem vir a ser substancialmente diferentes daqueles contidos nas estimativas e perspectivas sobre o futuro.

O INVESTIDOR DEVE ESTAR CIENTE DE QUE OS FATORES MENCIONADOS ACIMA, ALÉM DE OUTROS DISCUTIDOS NESTE PROSPECTO E NO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, ANEXO A ESTE PROSPECTO, PODERÃO AFETAR OS RESULTADOS FUTUROS DA COMPANHIA E PODERÃO LEVAR A RESULTADOS DIFERENTES DAQUELES CONTIDOS, EXPRESSA OU IMPLICITAMENTE, NAS DECLARAÇÕES E ESTIMATIVAS DESTE PROSPECTO. TAIS ESTIMATIVAS REFEREM-SE APENAS À DATA EM QUE FORAM EXPRESSAS, SENDO QUE A COMPANHIA, OS ACIONISTAS VENDEDORES E OS COORDENADORES DA OFERTA NÃO ASSUMEM A OBRIGAÇÃO DE ATUALIZAR PUBLICAMENTE OU REVISAR QUAISQUER DESSAS ESTIMATIVAS E PROSPECTIVAS FUTURAS EM RAZÃO DA OCORRÊNCIA DE NOVA INFORMAÇÃO, EVENTOS FUTUROS OU DE QUALQUER OUTRA FORMA. MUITOS DOS FATORES QUE DETERMINARÃO ESSES RESULTADOS E VALORES ESTÃO ALÉM DA CAPACIDADE DE CONTROLE OU PREVISÃO DA COMPANHIA.

As palavras "acreditamos", "podemos", "poderemos", "estimamos", "continuamos", "antecipamos", "pretendemos", "esperamos" e palavras similares têm por objetivo identificar estimativas e perspectivas para o futuro. Tais estimativas referem-se apenas à data em que foram expressas, sendo que não podemos assegurar que atualizaremos ou revisaremos quaisquer dessas estimativas em razão da disponibilização de novas informações, de eventos futuros ou de quaisquer outros fatores. Estas estimativas envolvem riscos e incertezas e não consistem em qualquer garantia de desempenho futuro. Os reais resultados podem ser substancialmente diferentes das expectativas descritas nas estimativas e declarações futuras, constantes neste Prospecto. Tendo em vista os riscos e incertezas envolvidos, as estimativas e declarações acerca

do futuro constantes deste Prospecto e do Formulário de Referência podem não vir a ocorrer e, ainda, nossos resultados futuros e nosso desempenho podem diferir substancialmente daqueles previstos em nossas estimativas em razão, inclusive, mas não se limitando, aos fatores mencionados acima. Por conta dessas incertezas, o investidor não deve se basear nestas estimativas e declarações futuras para tomar uma decisão de investimento.

Declarações prospectivas envolvem riscos, incertezas e premissas, pois se referem a eventos futuros e, portanto, dependem de circunstâncias que podem ou não ocorrer. As condições da situação financeira futura da Companhia e de seus resultados operacionais futuros, sua participação e posição competitiva no mercado poderão apresentar diferenças significativas se comparados àquelas expressas ou sugeridas nas referidas declarações prospectivas. Muitos dos fatores que determinarão esses resultados e valores estão além da capacidade de controle ou previsão da Companhia. Em vista dos riscos e incertezas envolvidos, nenhuma decisão de investimento deve ser tomada somente baseada nas estimativas e declarações prospectivas contidas neste Prospecto e no Formulário de Referência, anexo a este Prospecto.

Adicionalmente, os números incluídos neste Prospecto e no Formulário de Referência, anexo a este Prospecto, podem ter sido, em alguns casos, arredondados para números inteiros.

SUMÁRIO DA COMPANHIA

Visão Geral

Somos o Grupo Avenida, a empresa de vestuário líder em número de lojas nas regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil[1] e um dos principais *one-stop-shops* de vestuário para as famílias das classes econômicas C-D-E do Brasil, que representa uma população de mais de 180 milhões de brasileiros[2]. Nosso diversificado portfólio de produtos que, em nossa visão, possui qualidade superior e preços acessíveis, inclui roupas, calçados, cama, mesa, banho e acessórios de telefonia organizados para servir o público masculino, feminino e infantil. Atendemos esse público através das nossas 130 lojas físicas estrategicamente localizadas nas regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste do país, bem como em nossa plataforma online de comércio eletrônico.

Nosso modelo de negócios foi desenvolvido para atender os 86%[3] de brasileiros pertencentes às classes C, D e E[4], diferenciando-se dos concorrentes, entre outras razões, por operar um grande número de formatos de loja em diferentes localidades, oferecer soluções de crédito e possuir um baixo "risco de moda", demonstrado pela menor quantidade de itens dependentes das tendências de moda e da tradicional queima de estoque das coleções defasadas em relação aos nossos concorrentes. Com isso, acreditamos que nossa gestão minimiza o efeito adverso da sazonalidade, explorando a flexibilidade que temos em nossas 11 categorias vendidas a preços competitivos.

Nossa base de lojas está estrategicamente distribuída entre as bandeiras Avenida com 110 unidades, e Giovanna (Avenida Calçados) com 20 unidades, e geograficamente presentes em múltiplas unidades federativas do Brasil. Dentre as nossas 130 lojas em funcionamento, cerca de 54% estão localizadas no Centro-Oeste, 28% estão localizadas no Norte e os 17% remanescentes estão distribuídos em 4 estados, sendo eles: Minas Gerais, Bahia, Espírito Santo e Maranhão.

[1] Segundo informações de companhias abertas públicas.
[2] Dados obtidos pelo IBGE.
[3] Dados obtidos pelo IBGE.
[4] FGV Social.

Apresentamos uma capacidade notável de operar diferentes formatos de lojas, seja por geografia, tipo ou tamanho de loja, o que nos garante uma flexibilidade única em nosso modelo de negócio. Estamos tanto em regiões metropolitanas, como em cidades menores do interior, sendo que mais de 70% das nossas unidades estão em municípios com população entre 20 mil e 500 mil habitantes, nos quais enxergamos oportunidade para capturar participação, atendendo regiões que, em nossa visão, carecem da atenção de nossos concorrentes. Desse modo, além de possuirmos a versatilidade de operar lojas de rua, lojas em *shopping centers* ou supermercados, o tamanho de nossas lojas pode variar até 10 vezes, adaptando nossas lojas à demanda de nossos clientes e mantendo um alto padrão de execução entre todos os formatos.

Nosso cliente é o ponto focal do nosso negócio e, portanto, temos uma cultura centrada em proporcionar uma experiência de alto nível dentro e fora das lojas. Esse foco em proporcionar a melhor experiência e tratar nossos clientes da melhor forma é demonstrado por nossa nota no "ReclameAqui" de 7,6[5] e pela evolução do nosso NPS[6], que atingiu 74,2% em dezembro de 2020.

Em relação aos mecanismos de governança corporativa, acreditamos que cumprimos práticas de alto nível na indústria, uma vez que nossas demonstrações financeiras são auditadas por auditores independentes desde 2014, possuímos grupos de trabalhos específicos para os principais assuntos operacionais (finanças, investimento, pessoas e transformação digital).

Acreditamos que, os resultados que alcançamos atualmente, refletem os anos de experiência de uma gestão que conhece todos os pormenores de como operar lojas focadas no público de classe média no Brasil e tem feito disso a sua missão. Todos os nossos principais membros do time de gestão têm, pelo menos, 20 anos de experiência no setor de vestuário.

Principais Indicadores Financeiros e Operacionais

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			**▲**	
Indicadores financeiros (em milhões de R$)	**2020**	**2019**	**2018**	**20x19**	**19x18**
Receita operacional	641,3	677,9	637,8	-5,3%	6,3%
Lucro bruto.....	336,8	365,5	358,9	(7,9%)	1,8%
Lucro líquido (prejuízo) (1)	(51,1)	25,3	6,7	n/a	278,6%
Resultado financeiros (1).....	(88,3)	(52,6)	(54,1)	69,7%	(2,8%)
EBITDA (1) (2)	79,6	152,8	90,6	-47,9%	68,7%
EBITDA Ajustado (1) (2)	79,6	129,7	90,6	-38,6%	43,2%
Dívida Líquida (3)	160,7	163,9	114,0	-1,9%	43,7%

(1) Em 1º de janeiro de 2019, entrou em vigor a nova norma que regula o tratamento contábil dos arrendamentos (IFRS 16/CPC 06-R2) emitida pelo IASB e CPC, respectivamente. Para a implementação de tal norma, a Companhia adotou o método retrospectivo modificado. Consequentemente, as informações contábeis de 31 de dezembro de 2018 não foram ajustadas para refletir a adoção dessa norma e, por isso, não são comparáveis com as informações contábeis de 31 de dezembro de 2020 e 2019, as quais refletem os efeitos da adoção desta norma, com um aumento das despesas com depreciação do direito de uso relativo ao arrendamento e das despesas com juros pela atualização do passivo de arrendamento, bem como redução das despesas com aluguéis.

(2) O EBITDA e o EBITDA Ajustado não são medidas reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP") nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), não representa o fluxo de caixa para os exercícios apresentados e não devem ser considerados como substitutos para o lucro líquido (prejuízo), como indicadores do desempenho operacional, como substitutos do fluxo de caixa, como indicadores de liquidez ou como base para a distribuição de dividendos. Não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. Para detalhes da reconciliação do lucro líquido (prejuízo) para o EBIDTA e EBITDA Ajustado, ver item 3.2 deste Formulário de Referência.

(3) A Dívida Líquida é calculada pela soma dos empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante). Para detalhes da reconciliação da Dívida Líquida, ver item 3.2 deste Formulário de Referência.

[5] Considera resultado dos últimos 12 meses, entre 1 de janeiro de 2020 até 31 de dezembro de 2020.

[6] Para aplicar o Net Promoter Score (NPS), o índice é avaliado de acordo com a resposta de uma única pergunta: "Em uma escala de 0 a 10, o quanto você indicaria nossa empresa para um amigo?". O ponto positivo do NPS, é avaliar de uma forma geral, a experiência de compra do cliente. NPS com base nos consumidores que possuem Cartão Avenida.

Nosso modelo de negócios apresenta comprovada capacidade de crescimento, compromisso com experiência de compra de alta qualidade, NPS maior do que 70% em 2020[7], e resiliência ao longo dos anos. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, a receita operacional consolidada da Companhia foi de R$ 641,3 milhões, representando um crescimento composto anual (CAGR) de 3,5% nos últimos 3 anos, ou mais especificamente, desde 2017.

Temos Orgulho de Contar Nossa História

Por mais de 42 anos que transcendem gerações da família fundadora, crescemos organicamente com constante evolução nas regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste do Brasil. Ao longo desse período, nossa gestão selecionou precisamente as decisões de expansão, investiu recursos apropriadamente, desenvolveu o ecossistema digital e físico para o início da integração multicanal e organizou o crescimento ao redor de vertentes bem definidas de expansão de lojas e penetração de serviços financeiros no percentual das vendas.

Fase I: Fundação e Expansão Regional

O senhor Ailton Caseli abriu nossa primeira loja em 1978, na cidade de Cuiabá, no Mato Grosso, com a venda de tecidos em um espaço de, aproximadamente, 50m^2, após acumular alguns anos de experiência nas Casas Pernambucanas. Em 1989, realizou a primeira expansão extra estadual do Grupo Avenida, em Vitória, no Espírito Santo.

Na década de 1990, houve a introdução da segunda geração da família nos negócios e o aproveitamento de uma nova oportunidade: compra e aluguel de 5 lojas das Casas Pernambucanas próximas de encerrarem suas operações. Com novas unidades adicionadas à base de lojas, nosso fundador gerou recursos suficientes para fretar um avião de pequeno porte visando conhecer e mapear novos municípios sem acesso por voos comerciais, contribuindo para o planejamento estratégico da abertura de novas unidades.

Fase II: Crescimento Acelerado e Aperfeiçoamento da Gestão

Em 2001, contávamos com cerca de 30 lojas, incluindo nossa primeira presença em um *shopping center*. Nesses locais, tínhamos maior número de competidores de grande porte no varejo nacional, inclusive outras grandes redes, o que fez com que as nossas práticas de gestão e logística para operar em centros comerciais se aprimorassem e, inclusive, fossem aplicadas às lojas do interior.

Entre 2001 e 2010, aumentamos nosso número de lojas físicas para cerca de 69, quando a Companhia adicionou novo CEO com longo histórico de conhecimento das operações e dos colaboradores envolvidos no dia-a-dia da Companhia. Com isso, decorreram diversas iniciativas de inovação e melhorias necessárias para suportar um crescimento acelerado. Dentre essas iniciativas, entendemos que as principais foram o lançamento do nosso cartão *private label*, denominado Cartão Avenida[8], que em 31 de dezembro de 2020 contava com quase 3 milhões de cartões emitidos, mudança do centro de compras de Cuiabá para a cidade de São Paulo e centralização da logística em um único centro de distribuição localizado em Campo Grande, no Mato Grosso do Sul.

Fase III: Capitalização, Profissionalização e Expansão Digital

Em 2014, consolidamos nosso escritório em São Paulo, a fim de continuar estreitando os relacionamentos com nossos principais parceiros do país, bem como recebemos investimento do fundo de investimentos Kinea, oferecendo capitalização e ampliação da nossa governança corporativa. Com isso, o corpo de diretores foi alterado, proporcionando um maior nível de qualidade

[7] Considera o período de dezembro de 2020.
[8] Chamado também de Cartão Club+.

da gestão. Nos anos subsequentes, o Brasil passou por diversas crises que impactaram a velocidade de abertura de lojas, mas acreditamos que nossa orientação para controle de gastos e eficiência operacional foi fundamental para continuarmos com nossas operações ao longo do período.

Além disso, acreditarmos na necessidade de uma estratégia multicanal e, portanto, lançamos em 2019 nossa operação de e-commerce como uma etapa inicial do mapa de expansão do canal digital. Paralelamente, iniciamos uma estratégia comercial embasada nos pilares de exposição em canais de mídia, aumento da satisfação do consumidor e motivação da força de vendas com remuneração variável atrativa. Assim, os pilares da estratégia comercial da Companhia são: envolvimento dos colaboradores das lojas na melhoria das operações, provendo aos funcionários informações de indicadores operacionais; reuniões de resultado dentro das lojas; comparação constante entre as unidades e a comunicação aos funcionários sobre suas respectivas performances.

Nossas Vantagens Competitivas

Todo esse longo histórico de experiência no varejo de moda, nossa paixão em servir a família brasileira com preços competitivos, foco em execução e crescente presença nacional nos garantiram as seguintes vantagens competitivas:

Liderança no varejo de vestuário em regiões de alto crescimento no Brasil

Temos um número relevante de lojas nas regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil, que possuem alta exposição ao agronegócio brasileiro. Apenas na região Centro-Oeste, temos 70 lojas, o que demonstra nossa presença significativa nos estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Distrito Federal. Além disso, com 36 unidades no Pará, Acre, Rondônia e Tocantins, temos uma grande escala na região Norte, o que nos provê vantagens competitivas nessas regiões em relação a outros varejistas com escala nacional.

Essas regiões que lideramos, em número de lojas, têm apresentado crescimento do Índice de Atividade Econômica[9] maior que a média nacional. Nesse sentido, o Centro-Oeste e o Norte obtiveram um crescimento médio anual no IBC-BR de 1,3% e 1,6% entre 2017 e 2020, respectivamente, contra um decréscimo médio de (0,9%) para o Brasil como um todo entre esses mesmos anos. Ainda, considerando que cerca de 80% das nossas unidades estão distribuídas nos mais diversos munícipios dessas regiões, acreditamos que o Grupo Avenida tem potencial para se beneficiar do crescimento econômico dessas regiões também.

Portanto, acreditamos que estamos estrategicamente localizados em regiões resilientes, que apresentaram um crescimento superior, segundo o índice.

Foco nas classes C-D-E que representam a maioria do povo brasileiro

Desde o começo da nossa história, o nosso foco tem sido nas famílias das classes econômico-sociais C-D-E. Essas classes representam a grande maioria dos brasileiros, que possuem renda reduzida e buscam preços competitivos para realizarem suas compras de roupa, artigos para casa e aparelhos eletrônicos.

No ano de 2019, tivemos um elevado número de transações em nossas lojas e em nosso e-commerce, totalizando mais de 9 milhões de compras[10]. Se compararmos o número total de compras realizadas e o número de brasileiros que se encaixam em nosso público-alvo, que representava cerca de 180 milhões de pessoas segundo estimativa do IBGE em 1 de julho de 2020, ainda existe um grande espaço para expansão em regiões que atuamos e em outras regiões onde ainda não possuímos presença.

[9] Indicador (IBC-BR) do Banco Central do Brasil
[10] Número total de transações, não de clientes.

Oferecemos 11[11] categorias de produtos com preços competitivos ao padrão de consumo brasileiro, entre elas: feminino, masculino, infantil, juvenil, calçados, acessórios, casa, beleza e saúde, eletrônicos, relógios e outras. Acreditamos que nossos produtos estão posicionados para oferecer uma atrativa relação custo-benefício, ou seja, oferecemos produtos de qualidade superior e combinamos preços que atendam desde a classe E até a classe C.

Ainda, possuímos ferramentas – como nosso aplicativo do Cartão Avenida – que permitem aos nossos clientes o acesso fácil ao crédito através do Cartão Avenida, que foi largamente adotado pelo consumidor e possuiu uma ampla penetração média em nossas vendas de aproximadamente 45% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Além do ticket médio das compras com nosso cartão ser substancialmente superior ao ticket médio em nossas lojas físicas, o uso do cartão aumentou a frequência de visitas de cada cliente, uma vez que cerca de 66[12]% do pagamento dessas faturas são realizados fisicamente em nossas lojas. Além disso, com o intuito de auxiliar nossos clientes que precisaram gerir seu Cartão Avenida à distância, nós oferecemos um aplicativo funcional e com design intuitivo, como é possível verificar abaixo:

Flexibilidade para operar diferentes formatos de loja em geografias variadas

Possuímos presença tanto em capitais e regiões metropolitanas quanto em cidades menores do interior, executando nossas operações com excelência em grande variedade de localidades com diferentes perfis. Nossas lojas, por exemplo, podem variar quase 10 vezes na metragem quadrada caso ela esteja em uma cidade maior ou menor. Em Paraupebas-PA, por exemplo, possuímos uma loja de 240 m^2 enquanto uma de nossas unidades em Cuiabá, no Mato Grosso, ocupa 2.300 m^2. Em média, nossas lojas têm um tamanho de 697 m^2.

[11] Website do Grupo Avenida (www.avenida.com.br) em 3 de fevereiro de 2021.
[12] Média mensal para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Nosso foco em vender produtos variados para a família brasileira a preços competitivos é o mesmo em qualquer que seja a localidade, portanto mantemos o padrão de qualidade entre as lojas. Quando situada no interior, que desde a nossa origem tem sido o principal perfil atendido, nossas unidades se tornam a referência da cidade em função da experiência de consumo e do foco em atender bem qualquer cliente em nossas lojas.

Ao mesmo tempo, entendemos a importância da presença em capitais, onde o fluxo de pessoas é maior e onde podemos ampliar o conhecimento de nossa marca. Com isso, também aprendemos a operar em locais com maior competição de outros grandes varejistas e aplicamos esse conhecimento em todas nossas lojas. Em regiões metropolitanas continuamos com foco no público C-D-E e procuramos nos estabelecer onde há maior trânsito de famílias com renda compatível aos grupos-alvo. Assim, acreditamos no seguinte lema: “Onde tem brasileiro, pode ter o Grupo Avenida”.

Time de executivos com longo histórico no setor varejista e práticas reconhecidas e estabelecidas de governança corporativa

Nosso time de executivos liderados pela família fundadora possui longa experiência na indústria de varejo, conhecendo com alto nível de detalhamento a dinâmica de vendas de roupas, calçados e artigos para casa, com histórico de sucesso no planejamento e execução dessas frentes. Melhoramos ainda mais nossa equipe com a entrada dos fundos de investimentos geridos pela Kinea, em 2014, que, além da capitalização, adicionou dois executivos ao nosso conselho de administração.

Dentre as experiências passadas de nossos gestores, é possível encontrar nomes como Arezzo, PwC, Makro, Grupo Pão de Açúcar e Riachuelo. Sete dos principais executivos possuem uma experiência acumulada combinada de quase 200 anos dentro e fora do grupo, indicando que nossos resultados vêm de um conhecimento profundo do varejo e do público que atendemos.

Nossa Estratégia

Nossa vasta experiência no varejo focado no público C-D-E e em regiões interioranas do Brasil nos proporcionou uma visão diferenciada do potencial que ainda podemos alcançar em nossas regiões de atuação e o melhor momento para transcender barreiras e expandir operações em novos locais. Aliando essa visão com detalhado planejamento da nossa estratégia de longo prazo, foi possível desenvolver um mapa de oportunidades para investirmos nossos esforços.

Assim, nossos objetivos abrangem cinco principais avenidas de crescimento, compostas por (i) continuidade da nossa estratégia comercial focada no cliente, (ii) planejamento detalhado da expansão da base de lojas, (iii) retrofit das lojas atuais, (iv) ampliação dos serviços financeiros oferecidos à base de clientes; e a (v) expansão da plataforma digital e da multicanalidade[13].

[13] Tradução do termo *omnichannel.*

Continuidade da nossa estratégia comercial focada no cliente

Acreditamos no potencial impacto que uma estratégia comercial focada no cliente pode ter nas vendas do Grupo Avenida. Portanto, o primeiro pilar do nosso plano de longo prazo consiste em aprimorar o funcionamento das práticas comerciais aplicadas tanto pela alta gestão quanto pelos funcionários das lojas, responsáveis por liderar o relacionamento com o cliente.

São três principais frentes de melhorias:

- Apresentação de produtos em loja: Exibição de produtos em loja de modo a criar um ambiente de característica popular e acolhedor alinhado ao perfil de nosso público-alvo;

- Aperfeiçoamento da cultura centrada no resultado: Visando melhorar a experiência do nosso consumidor na loja, é importante que nossos vendedores possuam remuneração variável alinhada precisamente com as principais métricas de resultados acompanhadas pela gestão e conselho de administradores;

- Satisfação dos funcionários dentro das lojas: A compensação guiada pelo resultado faz com que os colaboradores estejam dispostos a atender nossos clientes com maior zelo e dedicação;

- Apresentação em canais de mídia: Exibição de nossa marca em redes de televisão que são acompanhadas pelo nosso público-alvo, propagandas *online* e divulgação em outros canais.

Nossa estratégia de marketing direcionado ao nosso público-alvo com a apresentação na mídia ocorre tanto através de nossas redes sociais, como Instagram e Facebook, onde já contamos com mais de 240[14] mil seguidores e 580[15] mil curtidas, respectivamente, quanto via WhatsApp e canais tradicionais, como televisão, celular, panfletos e rádio.

Planejamento detalhado da expansão da base de lojas

Nosso amplo conhecimento das regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte potencializa oportunidades de crescimento, mesmo em regiões onde possuímos liderança. Após diversos estudos e o mapeamento das melhores localizações, entendemos que ainda existe um elevado número de municípios com perfil populacional correspondente àquele do nosso público-alvo[16] e com capacidade para receber uma loja do Grupo Avenida.

Essa expansão para o longo prazo é dividida entre duas principais fases. A primeira delas promove o aumento da nossa capilaridade na região Norte, aproveitando a logística do Grupo Avenida já existente para servir novos municípios com excelência. A segunda consiste em aprofundar a presença na região Centro-Oeste e explorar estados das regiões Sudeste e Nordeste, como Minas Gerais e Bahia, expandindo nossa capacidade logística.

Retrofit das lojas atuais

Com reformas já realizadas com sucesso nos últimos anos e planejamento concreto para continuá-las no longo prazo, queremos proporcionar aos nossos clientes um ambiente cada vez mais agradável, organizado, que contempla o aperfeiçoamento de nossas bandeiras no tempo e que também promove espaços internos melhores para elevar o bem-estar de nossos funcionários. Os benefícios dessa estratégia são claros, uma vez que já enxergamos aumento significativo da nossa quantidade de vendas nas lojas reformadas quando comparadas com seus próprios indicadores financeiros em períodos anteriores. Abaixo exemplos de retrofit realizado no passado:

---

[14] Dados recolhidos em 28 de janeiro de 2021, incluindo os perfis de Lojas Avenida e Giovanna Calçados.
[15] Dados recolhidos em 28 de janeiro de 2021, incluindo os perfis de Lojas Avenida e Giovanna Calçados.
[16] Critérios que avaliamos levaram em consideração o perfil socioeconômico mapeado por fonte como o IBGE, e dados de pesquisas que indicam quantidade de habitantes por município, renda por segmento, valor do aluguel no município, crescimento econômico histórico, entre vários outros.

Antes **Depois**

Antes **Depois**

Maior gama de serviços financeiros oferecidos à base de clientes

Possuímos uma importante penetração de serviços financeiros no total de vendas, fruto de uma execução bem-sucedida com o produto Cartão Avenida. Contudo, o potencial para beneficiar nossa base de clientes com uma oferta maior de produtos financeiros é nítido para nós, pois já contamos com cerca de 45% das vendas de mercadorias financiadas pelo nosso cartão, que contempla aproximadamente 3 milhões de unidades emitidas e recebe pagamento de cerca de 66% da quantidade de faturas diretamente nas lojas. Oferecemos atualmente compras parceladas com juros através do Cartão Avenida.

Nossa gestão entende que é possível alavancar essa penetração elevada com serviços financeiros mais sofisticados. Assim, há potencial para oferecermos:

- Empréstimos pessoais: Grande parte dos nossos clientes possuem renda familiar declarada abaixo de R$3.000 por mês, tornando o empréstimo pessoal um serviço que aprofundaria nosso relacionamento com esse perfil de cliente no longo prazo.

- Programas de fidelidade: Com eles, nosso consumidor pode perceber benefícios associados às compras para que sua frequência de visitas aumente.

- Produtos financeiros no *marketplace/website*: Com o aumento no número de brasileiros que estão conectados à internet e que possuem *smartphone*, a quantidade de transações digitais pode crescer, indicando a importância de oferecer mais opções de pagamento no canal digital.

- Outras adições, como carteira virtual, que implementam ainda mais a oferta de produtos financeiros do Grupo Avenida permitindo aos consumidores realizarem suas compras facilmente com seus dispositivos móveis.

Expansão da plataforma digital e da multicanalidade

Com as mudanças de hábito do consumidor, notamos a necessidade de expandir o escopo do nosso canal digital. Para tanto, montamos um grupo de trabalho de Transformação Digital, que mapeou quais são as principais etapas a serem cumpridas para que o Grupo Avenida aumente a penetração do canal digital e a multicanalidade, i.e. para que possamos atender nossos consumidores não só em nossas lojas, mas também pelo nosso site e em breve por aplicativo para *smartphones*. O cumprimento desse mapa visa aprimorar o nível de logística para atender nossos consumidores localizados em cidades menores do interior que, em alguns casos, carecem da atenção de nossos competidores.

Instruímos nossos vendedores a recomendar aos clientes promoções e peças diretamente no website – vendas online via loja física – para que eles se familiarizem com nossa plataforma digital. Desde o início da nossa digitalização, em maio de 2019, o valor dessas vendas aumentou, indicando que o grau de conhecimento do nosso website pelos consumidores tem aumentado cada vez mais.

Como parte do mapa de implementação da plataforma digital, realizamos o lançamento bem-sucedido de uma loja online com interface intuitiva que apresenta crescente número de visitas, alcançando média de quase 374 mil acessos[17] por mês em 2020. Nossos próximos passos incluem o aumento de todos os serviços que integram os canais físicos e digitais para que, no longo prazo, o Grupo Avenida possa atender seus clientes de forma sofisticada através de diversos canais de venda.

Pontos Fracos, Obstáculos e Ameaças

Os pontos fracos, obstáculos e ameaças à nossa Companhia, aos nossos negócios e à nossa condição financeira estão relacionados à concretização de um ou mais cenários adversos contemplados em nossos fatores de risco, podendo ocorrer de maneira combinada. Para mais informações, vide item “Principais Fatores de Riscos Relacionados à Companhia” descrito abaixo e itens 4.1 e 4.2 de nosso Formulário de Referência.

Impactos da pandemia do Covid-19 em nossas atividades

Para entender a evolução financeira, patrimonial e de resultados da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 é necessário considerar os impactos da pandemia do COVID-19 nas atividades do Grupo Avenida. Conforme é de conhecimento público, a declaração da pandemia do COVID-19 pela OMS desencadeou severas medidas restritivas por parte de autoridades governamentais no mundo todo, a fim de tentar controlar o surto, resultando em medidas restritivas relacionadas ao fluxo de pessoas, incluindo quarentena, restrições de viagens e transportes públicos, fechamento prolongado de locais de trabalho, interrupções na cadeia de suprimentos, fechamento do comércio e redução de consumo de uma maneira geral pela população.

A Administração da Companhia tomou as medidas consideradas necessárias para assegurar seu nível de abastecimento e serviço, de acordo com os planos de vendas vigentes à época. Novas restrições relacionadas a um aumento do impacto da COVID-19 podem afetar as operações da Companhia.

[17] Entre os meses de janeiro e dezembro de 2020.

Ameaças relacionadas ao ambiente competitivo no varejo físico e digital podem nos impactar adversamente.

Devido a nossa ampla variedade e oferta de produtos, concorremos com uma gama de varejistas, especializados ou generalistas, regionais ou de escala nacional. Estes concorrentes podem influenciar os preços dos produtos que oferecemos, com adoção de descontos para ganho de participação de mercado, além de competir por pontos comerciais estratégicos que podem dificultar nossa estratégia de expansão.

Além disso, em decorrência da forte concorrência nos canais digitais, não podemos garantir que a concepção do nosso e-commerce como uma extensão da experiência de compra trará resultados positivos para nossos negócios. Ademais, novas tecnologias podem também acirrar o cenário competitivo no ambiente digital trazendo novos concorrentes para o nosso segmento, o que pode afetar adversamente nossos negócios e resultados financeiros.

Implementação da plataforma digital aliada aos canais físicos (multicanalidade)

Acreditamos que a implementação da plataforma digital e sua integração com os canais digitais da Companhia são peças fundamentais na execução da estratégia de expansão do Grupo Avenida, de modo a fortalecer nosso posicionamento no mercado, com um diferencial competitivo frente a varejistas locais e de escala nacional. As iniciativas necessárias dependem de: investimentos bem-sucedidos na ampliação do sortimento online, aumento do repertório de soluções disponibilizadas para multicanalidade e investimento contínuo em logística, pessoal e tecnologia.

Estrutura Societária

Apresentamos abaixo nosso organograma societário:

Considerações sobre a Estrutura Societária Pós-Oferta

A Oferta (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares) contemplará a alienação de [●]% de nosso capital social atual e a emissão de novas ações ordinárias que representam [●]% de nosso capital social atual, de maneira que a Companhia [não] terá um acionista detentor de ações representativas de 50%, mais uma ação, do Capital Social.

Os riscos acima apontados não são os únicos fatores de risco relevantes e devem ser analisados em conjunto com as informações constantes das seções indicadas acima.

Informações Adicionais

Nossa sede localiza-se na Rua H, n° 186, Quadra 27, Lote 05, Sala 01, Bairro Baú, CEP 78008-195, Município de Cuiabá, Estado do Mato Grosso, e nosso número de telefone é +55 31 3630-4650. O endereço do site é https://avenida.com.br/ri. Informações contidas no site não constituirão parte do Prospecto, ou serão consideradas como incorporadas por referência ao Prospecto.

Principais Fatores de Risco Relacionados à Companhia

Abaixo se encontram descritos os principais fatores de risco relativos a nós, os quais não são os únicos fatores de risco relevantes e devem ser analisados em conjunto com as informações constantes do Formulário de Referência (sobretudo os fatores de risco descritos no item 4.1 e 4.2) e com a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Nossas Ações", na página 341 deste Prospecto.

O surto de doenças transmissíveis no Brasil e/ ou no mundo, a exemplo da COVID-19, provocou e pode continuar provocando um efeito adverso em nossas operações, inclusive paralisando integralmente ou parcialmente os nossos canais de venda.

A declaração da pandemia da COVID-19 pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em março de 2020 desencadeou severas medidas restritivas por parte de autoridades governamentais no mundo todo, a fim de tentar controlar o surto, resultando em medidas restritivas relacionadas ao fluxo de pessoas, incluindo quarentena e *lockdown*, restrições a viagens e transportes públicos, fechamento prolongado de locais de trabalho, interrupções na cadeia de suprimentos, fechamento do comércio e redução de consumo de uma maneira geral pela população.

No Brasil, alguns estados e municípios, incluindo nas localidades em que possuímos lojas, seguiram essas providências, adotando medidas para impedir ou retardar a propagação da doença, como restrição à circulação e o isolamento social, que resultaram no fechamento de shoppings, áreas de grande circulação, parques e outros espaços públicos. Essas medidas influenciaram o comportamento da população em geral, resultando na acentuada queda ou até mesmo na paralisação das atividades de companhias de diversos setores, bem como na redução drástica de consumo.

Em março de 2020 foram editadas normas e recomendações por autoridades governamentais, visando minimizar o contágio da COVID-19 por meio de um isolamento social. Em linha com tais normativas, a nossa administração fechou temporariamente todas as nossas lojas e centro de distribuição. Em abril de 2020, voltamos a operar gradualmente nossas lojas, de forma limitada. Não podemos garantir que nossas lojas e centro de distribuição não serão fechados novamente em razão da pandemia da COVID-19, incluindo em razão da intensificação de casos na região centro-oeste do país, onde possuímos a maior parte de nossas lojas. Não é possível prever as consequências que isso pode gerar, nem se poderemos ser obrigados a adotar medidas adicionais em razão da mencionada pandemia.

Adotamos também uma política de teletrabalho para nossos funcionários administrativos, incluindo os colaboradores de nossa sede, sendo que, em 31 de dezembro de 2020, 50% deles trabalhavam no sistema de rodízio presencial. Essa política pode afetar negativamente a produtividade, nos expor a riscos de segurança da informação e causar outras interrupções nos nossos negócios.

Adicionalmente, uma recessão e/ou desaceleração econômica global em decorrência de doenças como a COVID-19, notadamente no Brasil, incluindo aumento do desemprego, pode resultar em (i) menor atividade comercial e de consumo, tanto durante a pandemia da COVID-19 quanto depois que a pandemia diminuir, (ii) receio dos consumidores de adoecerem e (iii) aumento do inadimplemento dos clientes. Todos esses fatores podem diminuir a demanda pelos nossos produtos e consequentemente afetar nossos resultados.

Além do risco de maior inadimplemento mencionado acima, as medidas de restrições à circulação impostas a lojas, bancos, lotéricas, como a restrição de horário de funcionamento, por exemplo, podem dificultar ou atrasar a realização dos pagamentos devidos por nossos clientes.

A pandemia da COVID-19 também pode impactar significativamente a cadeia de nossos suprimentos, se as fábricas que produzem os produtos comercializados por nós, o nosso centro de distribuição, ou as operações dos nossos prestadores de serviços de logística forem interrompidas, encerradas temporariamente, enfrentarem falta de funcionários ou sofrerem os efeitos de um agravamento ou uma nova onda de disseminação da COVID-19. Também pode haver interrupções ou atrasos em entregas e impactos negativos na precificação de determinados componentes dos nossos produtos.

Os potenciais impactos no fornecimento dos produtos comercializados por nós, bem como o aumento nos custos e investimentos necessários para a adaptação e o desenvolvimento dos negócios no cenário de pandemia podem afetar adversamente o fluxo de caixa da Companhia, podendo dificultar o adimplemento regular de obrigações tributárias da Companhia e resultar em exposição a encargos de juros de mora e multa, exclusão de programas de parcelamentos de débito, cassação de benefícios fiscais/regimes especiais e eventuais cobranças pelas autoridades fiscais, dentre outros reflexos.

Outro aspecto em decorrência da pandemia que pode afetar adversamente o fluxo de caixa da Companhia diz respeito ao aumento das despesas previdenciárias, em decorrência de adiantamento de férias, demissões e/ou afastamento de funcionários por motivo de saúde.

Ademais, a redução e/ou mesmo suspensão do funcionamento dos órgãos da Administração Pública e a suspensão do trâmite de processos administrativos e judiciais que foram determinados em razão da decretação de calamidade pública pelo Governo, podem impactar adversamente no resultado originalmente previsto pela Companhia, especialmente quanto à realização de seus ativos vinculados a processos administrativos e/ou judiciais, tais como aqueles pendentes de análise em pedidos de ressarcimento e/ou de restituição de tributos, levantamento de garantias e depósitos judiciais, créditos reconhecidos por decisões judiciais, dentre outros. Este fator também poderá acarretar atrasos na renovação e na emissão de certidões negativas de débitos relativos a créditos tributários e à dívida ativa da União, Estados e Municípios, bem como na entrega de obrigações acessórias perante os órgãos competentes, o que eventualmente poderá afetar adversamente as atividades da Companhia e de suas controladas.

A pandemia da COVID-19 traz impactos também na esfera trabalhista, devido às obrigações de adoção de medidas preventivas de riscos de contaminação no ambiente de trabalho. Ainda, existe o risco de responsabilização da Companhia por eventual reconhecimento de doença ocupacional. Não podemos assegurar que nossos empregados não serão contaminados, o que poderá afetar as operações da Companhia.

Podemos, também, enfrentar eventuais restrições de caixa, o que pode comprometer e/ou dificultar o cumprimento dos *covenants* financeiros aos quais estamos sujeitos no âmbito de nossas obrigações financeiras. Uma eventual restrição de caixa poderá também afetar as nossas operações e o cumprimento de nossas obrigações com terceiros, inclusive fornecedores, ou comprometer o plano de expansão e abertura de novas lojas.

Qualquer surto de uma doença que afete o comportamento das pessoas ou que demande políticas públicas de restrição à circulação de pessoas e/ou de contato social pode ter um impacto adverso nos nossos negócios, bem como na economia brasileira. Surtos de doenças também podem impossibilitar que nossos funcionários se dirijam às nossas instalações (seja por prevenção ou por contaminação em larga escala de nossos colaboradores), o que prejudicaria o regular desenvolvimento dos nossos negócios.

Não temos conhecimento de eventos comparáveis que possam nos fornecer uma orientação quanto ao efeito da disseminação da COVID-19 e de uma pandemia global e, como resultado, o impacto final do surto da COVID-19 é altamente incerto. Os impactos da pandemia da COVID-19 também podem precipitar ou agravar os outros riscos informados no Formulário de Referência.

A extensão da pandemia do COVID-19, respostas e ações do governo federal, a percepção de seus efeitos, ou a forma pela qual tal pandemia impactará nossos negócios depende de desenvolvimentos futuros, que são altamente incertos e imprevisíveis, podendo resultar em um efeito adverso relevante em nossos negócios, condição financeira, resultados das operações e fluxos de caixa e, finalmente, nossa capacidade de continuar operando nossos negócios.

Para maiores informações sobre os impactos da pandemia da COVID-19 sobre os nossos negócios, vide itens 7.1 e 10.1 do Formulário de Referência.

Na data do Formulário de Referência, não é possível assegurar se futuramente tal avaliação será prejudicada ou a extensão de tais prejuízos, tampouco é possível assegurar que não haverá incertezas materiais na nossa capacidade de continuar operando nossos negócios. Não conseguimos garantir que outros surtos regionais e/ou globais ou pandemias não acontecerão. E, caso aconteçam, não conseguimos garantir que seremos capazes de tomar as providências necessárias para impedir um impacto negativo nos nossos negócios.

Caso haja interrupção ou alteração na operação normal do nosso centro de distribuição, bem como caso não consigamos encontrar locais adequados ou enfrentemos outras dificuldades relacionadas ao estabelecimento de novos centros de distribuição, nossos resultados podem ser materialmente afetados.

As nossas operações são altamente dependentes da operação normal de nosso centro de distribuição, tendo em vista que a maioria das mercadorias que vendemos são distribuídas por meio dele. Atualmente, temos 1 (um) centro de distribuição em funcionamento localizado em Campo Grande, no Estado de Mato Grosso do Sul. Se a operação normal deste centro de distribuição – e de outros centros de distribuição que viermos a ter ou utilizar – for interrompida total ou parcialmente por qualquer motivo, incluindo a não renovação do respectivo contrato de locação e/ou necessidade de desocupação antecipada do imóvel em decorrência da venda para terceiros, ou por fatores que estão além do nosso controle, como incêndios, desastres naturais, falta de energia, roubos ou furtos, falha nos sistemas, restrição de circulação de bens e pessoas em decorrência de pandemias (como, por exemplo, a COVID-19), entre outros, poderíamos sofrer um efeito negativo material em nossa situação financeira e resultado operacional.

Adicionalmente, nossa estratégia de crescimento, além da expansão das atividades de e-commerce, pode demandar uma expansão na capacidade de nosso centro de distribuição, uma reorganização de nosso centro de distribuição atual ou o estabelecimento de novos centros de distribuição, especialmente se expandirmos nossas operações para outras regiões do Brasil. Caso não consigamos encontrar locais adequados ou enfrentemos outras dificuldades relacionadas ao estabelecimento de novos centros de distribuição, ou não consigamos integrar novos ou expandir centros de distribuição ou serviços de operadores logísticos ao nosso processo de controle de estoques de maneira eficaz, podemos não conseguir entregar estoques às nossas lojas em tempo hábil, o que pode ter um efeito negativo em nossas vendas e na nossa estratégia de crescimento.

Caso a Companhia planeje inaugurar novos centros de distribuição, existe o risco de a abertura e/ou o projeto de expansão ser postergado em decorrência da COVID-19.

Dependemos do sistema de transportes e infraestrutura brasileiros para entregar nossos produtos, sendo que qualquer atraso relacionado a transporte e infraestrutura pode afetar negativamente as nossas necessidades de abastecimento e a nossa distribuição de produtos a lojas e clientes.

Dependemos de prestadores de serviços de logística, contratados para garantir o transporte e a entrega dos produtos localizados em nosso centro de distribuição às nossas lojas. O sistema de transporte e a infraestrutura no Brasil são pouco desenvolvidos e necessitam de investimentos relevantes para funcionarem de forma eficiente e para atender às nossas necessidades comerciais. Quaisquer interrupções ou reduções significativas no uso da infraestrutura de transportes ou em suas operações nas cidades onde os centros de distribuição da Companhia estão localizados, resultantes de desastres naturais, incêndio, inundações, acidentes, falhas em sistemas, greves (tais como a paralisação de caminhoneiros em maio de 2018) ou caso a capacidade de distribuição seja reduzida ou interrompida em função de questões regulatórias, ausência de licença ambiental válida, problemas sanitários, greves ou questões trabalhistas, bem como outras causas inesperadas podem retardar ou afetar a nossa capacidade de distribuir produtos para nossas lojas e reduzir nossas vendas, o que pode nos afetar adversamente.

Além disso, quaisquer alterações, problemas ou interrupções significativas na infraestrutura de logística que nós ou os nossos fornecedores usem para entregar produtos em nossas lojas ou centros de distribuição podem impedir a entrega tempestiva ou bem-sucedida dos produtos que vendemos em nossas lojas e afetar negativamente nossas operações. Por exemplo, a nossa rede de distribuição é sensível à flutuação dos preços do petróleo, e qualquer aumento no preço, interrupção do fornecimento ou falta de combustível poderá resultar no aumento dos custos de frete e afetar negativamente nossos negócios e resultados operacionais. Caso sejam estabelecidas normas mais severas de restrição na entrega de produtos para as nossas lojas (normas de trânsito, por exemplo), em determinadas horas do dia, em determinados municípios em que atuamos, a nossa capacidade de distribuir produtos em tempo hábil para as nossas lojas poderá ser afetada. Um aumento geral no trânsito de rua também pode afetar a nossa capacidade de distribuir produtos em nossas lojas em tempo hábil.

Por fim, o nosso negócio de *e-commerce* está sujeito a riscos semelhantes que podem afetar a nossa capacidade de entregar produtos aos nossos consumidores finais em tempo hábil. Qualquer impossibilidade de entregar os produtos que vendemos por meio da nossa plataforma *e-commerce* pode resultar na perda de negócios e afetar negativamente a nossa reputação, o que pode causar um impacto adverso nas nossas vendas.

O fato de nossas lojas serem espaços públicos pode gerar consequências que podem causar danos materiais e à imagem de nossas lojas, além de causar eventual responsabilidade civil.

As nossas lojas físicas, por serem espaços de uso público, estão sujeitas a uma série de acidentes em suas dependências, como por exemplo, escorregões, queda de produtos das prateleiras, tropeções com produtos fora do lugar, acusação de suspeita de furto inadequada, entre outros e, consequentemente, podem causar danos aos nossos colaboradores, clientes e frequentadores. No caso da ocorrência de tais acidentes, a loja envolvida no caso pode enfrentar danos de imagem e materiais. Além disso, a ocorrência de acidentes pode nos sujeitar à imposição de responsabilidade civil e/ou à obrigação do ressarcimento às vítimas, inclusive por meio do pagamento de indenizações, o que poderia causar um efeito material adverso ao nosso resultado operacional.

A Companhia ocupa imóveis localizados em shopping centers. Em decorrência disso, a atividade da Companhia é diretamente afetada pelo funcionamento regular destes centros de compras.

Uma parcela das nossas lojas está localizada em *shopping centers*, de modo que o faturamento da Companhia é diretamente afetado pelas vendas efetivamente geradas pelas lojas instaladas nos *shopping centers*. Desta forma, as atividades da Companhia dependem do funcionamento regular destes centros de compras.

O setor de *shopping centers* está exposto a diversos riscos, incluindo, sem limitação, aos níveis de atividade do ambiente macroeconômico (incluindo os efeitos da pandemia da COVID-19, taxas de juros, recessão, níveis de desemprego, entre outros), a disposição da população em consumir, a capacidade de locação dos espaços disponíveis nos *shopping centers* em condições favoráveis, preços de locação, custos operacionais, tributos incidentes, riscos ambientais, legislação e regulamentação aplicáveis, níveis de concorrência, dificuldade de aquisição de terrenos, entre outros. Além disso, com a pandemia da COVID-19 a maior parte dos *shopping centers* tiveram seu funcionamento suspenso ou tiveram que reduzir seus horários de funcionamento.

O aumento das receitas da Companhia e o aumento dos lucros operacionais resultante do investimento em lojas localizadas em *shopping centers* dependem do constante crescimento da demanda por produtos oferecidos pelas demais lojas localizadas nos *shopping centers* em que a Companhia possui lojas.

Qualquer interrupção ou imposição de restrições aos horários de funcionamento dos *shopping centers*, uma eventual queda nos gastos pelos consumidores em períodos de desaquecimento econômico geral ou, ainda, o cancelamento, não obtenção e não renovação tempestiva das licenças ambientais emitidas para os *shopping centers* podem causar prejuízos à Companhia. Condições econômicas adversas na área que cada *shopping center* está localizado também podem afetar adversamente os níveis de ocupação e locação e, consequentemente, os seus resultados operacionais, afetando os resultados da Companhia.

SUMÁRIO DA OFERTA

O presente sumário não contém todas as informações que o potencial investidor deve considerar antes de investir nas Ações. O potencial investidor deve ler cuidadosa e atentamente todo este Prospecto, principalmente as informações contidas nas seções "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia" e "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações" nas páginas 18 e 73, respectivamente, deste Prospecto, e na seção "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência, nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, e respectivas notas explicativas, anexas a este Prospecto, para melhor compreensão das atividades da Companhia e da Oferta, antes de tomar a decisão de investir nas Ações.

Acionistas Vendedores	Ailton Caseli, Christian Caseli e Rodrigo Caseli, considerados em conjunto.
Ações	Ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão da Companhia, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, objeto da Oferta.
Ações Adicionais	Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, até a data de disponibilização do Anúncio de Início, a quantidade total de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações do Lote Suplementar), poderá, a critério [da Companhia e][dos Acionistas Vendedores], em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, ser acrescida em até [20]% do total de Ações inicialmente ofertado (sem considerar as Ações do Lote Suplementar), ou seja, em até [•] ações ordinárias, sendo (i) até [•] ações ordinárias a serem emitidas pela Companhia; e (ii) até [•] ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores, na proporção indicada na página 42 deste Prospecto, nas mesmas condições e ao mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas, as quais serão utilizadas para atender eventual excesso de demanda que venha a ser constatado até a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.
Ações da Oferta de Varejo	Montante de, no mínimo, [11,5]% e, no máximo, [20]% da totalidade das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar) destinado prioritariamente à colocação pública junto a Investidores de Varejo que realizarem Pedido de Reserva.
Ações do Lote Suplementar	Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais) poderá ser acrescida de um lote suplementar em percentual equivalente a até [15]% do total das Ações inicialmente ofertado (sem considerar as Ações Adicionais), ou seja, em [•] ações ordinárias, sendo (i) até [•] ações ordinárias a serem emitidas pela Companhia; e (ii) até [•] ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores, na proporção indicada na página 42 deste Prospecto, nas mesmas condições e ao mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas, conforme Opção de Ações do Lote Suplementar.

Ações em Circulação (*Free Float*) após a Oferta	Na data deste Prospecto, não existem ações da Companhia em circulação no mercado. Após a realização da Oferta (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), um montante de até [•] ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de, aproximadamente, [•]% do seu capital social, estarão em circulação no mercado. Considerando a colocação das Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar, um montante de até [•] ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de, aproximadamente, [•]% do seu capital social, estarão em circulação no mercado. Para mais informações, ver seção "Informações sobre a Oferta – Composição do Capital Social da Companhia" na página 39 deste Prospecto.
Agente Estabilizador ou Santander	Banco Santander (Brasil) S.A.
Agentes de Colocação Internacional	Itau BBA USA Securities, Inc., pelo Santander Investment Securities Inc., pelo UBS Securities, LLC e pelo Citigroup Global Markets Inc., considerados em conjunto.
Anúncio de Encerramento	Anúncio de Encerramento da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do Grupo Avenida S.A., a ser divulgado pela Companhia e pelas Instituições Participantes da Oferta na forma do artigo 29 da Instrução CVM 400, informando acerca do resultado final da Oferta, nos endereços indicados na seção "Informações Sobre a Oferta – Divulgação de Avisos e Anúncios da Oferta" na página 69 deste Prospecto.
Anúncio de Início	Anúncio de Início da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do Grupo Avenida S.A., a ser divulgado pela Companhia e pelas Instituições Participantes da Oferta na forma do artigo 52 da Instrução CVM 400, informando acerca do início do Prazo de Distribuição das Ações, nos endereços indicados na seção "Informações Sobre a Oferta – Divulgação de Avisos e Anúncios da Oferta" na página 69 deste Prospecto.
Anúncio de Retificação	Anúncio comunicando a eventual suspensão, cancelamento, revogação ou modificação da Oferta, a ser divulgado pela Companhia, [pelos Acionistas Vendedores] e pelas Instituições Participantes da Oferta na rede mundial de computadores, nos termos do artigo 27 da Instrução CVM 400, nos endereços indicados na seção "Informações Sobre a Oferta – Divulgação de Avisos e Anúncios da Oferta" na página 69 deste Prospecto.
Aprovações Societárias	A abertura de capital, a adesão e admissão da Companhia ao segmento de listagem do Novo Mercado e aprovação do novo estatuto social da Companhia, de forma à adequá-lo às regras do Regulamento do Novo Mercado e cuja eficácia é condicionada à disponibilização do Anúncio de Início, a aprovação do pedido de registro e a realização da Oferta Primária, mediante aumento de capital da Companhia, dentro do limite de capital autorizado previsto em seu estatuto social, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, e seus termos e condições, foram aprovadas em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 12 de fevereiro de 2021, cuja ata foi arquivada na Junta Comercial do Estado do Mato Grosso ("**JUCEMAT**") em 19 de fevereiro de 2021, sob o nº 2343137 e publicada no Diário Oficial do

Estado do Mato Grosso ("**DOEMT**") e no jornal "Diário de Cuiabá" em 24 de fevereiro de 2021.

O Preço por Ação, bem como a quantidade de Ações objeto da Oferta e o efetivo aumento de capital da Companhia, dentro do limite do capital autorizado em seu estatuto social, serão aprovados em reunião do Conselho de Administração da Companhia a ser realizada entre a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* e a concessão dos registros da Oferta pela CVM, cuja ata será devidamente registrada na JUCEMAT e publicada no DOEMT e no jornal "Diário de Cuiabá" na data de disponibilização do Anúncio de Início.

Não foi e não será necessária qualquer aprovação societária em relação aos Acionistas Vendedores para a participação na Oferta Secundária e a fixação do Preço por Ação.

Aviso ao Mercado Aviso ao Mercado da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do Grupo Avenida S.A., divulgado nesta data e a ser novamente divulgado em [•] de [•] de 2021 pela Companhia e pelas Instituições Participantes da Oferta, na forma do artigo 53 da Instrução CVM 400, informando acerca de determinados termos e condições da Oferta, incluindo os relacionados ao recebimento de Pedidos de Reserva, nos endereços indicados na seção "Informações Sobre a Oferta – Divulgação de Avisos e Anúncios da Oferta" na página 69 deste Prospecto.

Características das Ações Para informações sobre os direitos, vantagens e restrições das ações ordinárias de emissão da Companhia, veja item "Informações Sobre a Oferta – Características das Ações", na página 51 deste Prospecto.

Citi Citigroup Global Markets Brasil, Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Contrato de Distribuição Contrato de Coordenação, Distribuição e Garantia Firme de Liquidação de Ações Ordinárias de Emissão do Grupo Avenida S.A., a ser celebrado entre a Companhia, os Acionistas Vendedores, os Coordenadores da Oferta e, na qualidade de interveniente anuente, a B3.

Contrato de Distribuição Internacional *Placement Facilitation Agreement*, a ser celebrado entre a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Agentes de Colocação Internacional.

Contrato de Empréstimo Contrato de Empréstimo de Ações Ordinárias de Emissão do Grupo Avenida S.A., a ser celebrado entre o [•], na qualidade de doador, o Agente Estabilizador, na qualidade de tomador, e a Corretora.

Contrato de Estabilização Contrato de Prestação de Serviços de Estabilização de Preço de Ações Ordinárias de Emissão do Grupo Avenida S.A., a ser celebrado entre a Companhia, o Agente Estabilizador, a Corretora, o [•] e, na qualidade de intervenientes anuentes, os demais Coordenadores da Oferta, que rege os procedimentos para a realização de operações de estabilização de preços das ações de emissão da Companhia no mercado brasileiro pelo Agente Estabilizador, o qual foi previamente submetido à análise e aprovação da B3 e da CVM, nos termos do artigo 23, parágrafo 3°, da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação CVM 476.

Coordenador Líder ou Itaú BBA	Banco Itaú BBA S.A.
Coordenadores da Oferta	Coordenador Líder, Santander, UBS BB e Citi, considerados em conjunto.
Corretora	Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.
Cronograma Tentativo da Oferta	Para informações acerca dos principais eventos a partir da divulgação do Aviso ao Mercado, veja a seção "Informações sobre a Oferta – Cronograma Tentativo da Oferta", na página 68 deste Prospecto.
Data de Liquidação	Data da liquidação física e financeira das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar), que deverá ser realizada até o último dia do Período de Distribuição.
Data de Liquidação das Ações do Lote Suplementar	Data da liquidação física e financeira das Ações do Lote Suplementar, caso haja o exercício da Opção de Ações do Lote Suplementar, que ocorrerá dentro do prazo de até 2 dias úteis, contados do exercício da Opção de Ações do Lote Suplementar.
Destinação dos Recursos	A Companhia pretende utilizar os recursos líquidos obtidos por meio da Oferta da seguinte forma: (i) investimentos em logística e tecnologia; (ii) abertura de novas lojas; (iii) reformas das lojas existentes (retrofit); e (iv) liquidação de dívidas. Os recursos líquidos provenientes da Oferta Secundária serão integralmente repassados, nas respectivas proporções, aos Acionistas Vendedores[, inclusive os resultantes da distribuição das Ações Adicionais e de eventual exercício da Opção de Ações do Lote Suplementar]. Para informações adicionais, veja a seção "Destinação dos Recursos" na página 106 deste Prospecto.
Disponibilização de anúncios e avisos da Oferta	O Aviso ao Mercado, o Anúncio de Início, o Anúncio de Encerramento, eventuais Anúncios de Retificação, bem como todo e qualquer aviso ou comunicado relativo à Oferta, serão disponibilizados, até o encerramento da Oferta, nas páginas na rede mundial de computadores da Companhia e das Instituições Participantes da Oferta, da CVM e da B3. Para informações adicionais, veja a seção "Informações Sobre a Oferta – Divulgação de Avisos e Anúncios da Oferta" na página 69 deste Prospecto.
Estabilização do Preço das Ações	O Agente Estabilizador, por intermédio da Corretora, poderá, a seu exclusivo critério, e, após notificação, por escrito, aos demais Coordenadores da Oferta, conduzir atividades de estabilização de preço das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, a partir da data de assinatura do Contrato de Distribuição, inclusive, e por um período de até 30 dias corridos contados da data de início da negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, inclusive, por meio de operações bursáteis de compra e venda de ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, observadas as disposições legais aplicáveis e o disposto no Contrato de Estabilização, o qual foi previamente submetido à análise e aprovação da B3 e da CVM, nos termos do artigo 23, parágrafo 3°, da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação CVM 476.

Não existe obrigação, por parte do Agente Estabilizador ou da Corretora, de realizar operações de estabilização e, uma vez iniciadas, tais operações poderão ser descontinuadas a qualquer momento, observadas as disposições do Contrato de Estabilização. Assim, o Agente Estabilizador e a Corretora poderão escolher livremente as datas em que realizarão as operações de compra e venda das ações ordinárias de emissão da Companhia no âmbito das atividades de estabilização, não estando obrigados a realizá-las em todos os dias ou em qualquer data específica, podendo, inclusive, interrompê-las e retomá-las a qualquer momento, a seu exclusivo critério.

Evento de Fixação de Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa

Fixação do Preço por Ação em valor inferior ao resultado da subtração entre o valor mínimo previsto na Faixa Indicativa e o valor correspondente a 20% do valor máximo previsto na Faixa Indicativa, nos termos do artigo 4º do Anexo II do Código ANBIMA e do Ofício Circular nº 1/2020-CVM/SRE, hipótese em que o Investidor Não Institucional poderá desistir do Pedido de Reserva.

Eventos Societários

Na data deste Prospecto e visando a listagem no segmento do Novo Mercado, houve a conversão de todas as ações preferenciais em ordinárias da Companhia (na proporção de 1 ação preferencial para 1 ação ordinária).

Para mais informações, vide item 15.8 do Formulário de Referência anexo a este Prospecto ou seção Eventos Societários na página 105 deste Prospecto.

Faixa Indicativa

Faixa indicativa do Preço por Ação apresentada na capa deste Prospecto, a ser fixada após a apuração do resultado do Procedimento de *Bookbuilding*. Estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo dessa faixa, a qual é meramente indicativa.

Fatores de Risco

Os investidores devem ler as seções "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia" e "Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta", descritos nas páginas [•] e 73, respectivamente, deste Prospecto, e na seção "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto, para ciência dos riscos que devem ser considerados antes de decidir investir nas Ações.

Garantia Firme de Liquidação

Consiste na obrigação individual e não solidária de integralização/liquidação, pelos Coordenadores da Oferta, na Data de Liquidação, da totalidade das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) que não forem integralizadas/liquidadas pelos investidores que as subscreverem/adquirirem na Oferta, na proporção e até os limites individuais de garantia firme de cada um dos Coordenadores da Oferta, conforme indicado no Contrato de Distribuição.

Caso as Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) efetivamente subscritas/adquiridas por investidores não tenham sido totalmente integralizadas/liquidadas na Data de Liquidação, cada um dos Coordenadores da Oferta, observado o disposto no Contrato de Distribuição, realizará, de forma individual e não solidária, a integralização/liquidação, na Data de Liquidação, na proporção e até

os limites individuais previstos no Contrato de Distribuição, da totalidade do eventual saldo resultante da diferença entre (i) o número de Ações objeto da Garantia Firme de Liquidação prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta, multiplicado pelo Preço por Ação, nos termos do Contrato de Distribuição e (ii) o número de Ações efetivamente integralizadas/liquidadas por investidores no mercado, multiplicado pelo Preço por Ação a ser definido conforme o Procedimento de *Bookbuilding*. A Garantia Firme de Liquidação, individual e não solidária, passará a ser vinculante a partir do momento em que, cumulativamente, for concluído o Procedimento de *Bookbuilding*, assinado o Contrato de Distribuição e o Contrato de Distribuição Internacional, concedido o registro da Companhia como companhia aberta sob a categoria "A", deferidos os registros da Oferta pela CVM, divulgado o Anúncio de Início e disponibilizado o Prospecto Definitivo, sendo eficaz a partir do momento em que forem cumpridas as condições suspensivas previstas no Contrato de Distribuição e no Contrato de Distribuição Internacional.

Para fins do disposto no item 5 do Anexo VI, da Instrução CVM 400, em caso de exercício da Garantia Firme de Liquidação e posterior revenda das Ações junto ao público pelos Coordenadores da Oferta, por si ou por suas afiliadas, nos termos do Contrato de Distribuição, durante o Prazo de Distribuição, o preço de revenda dessas Ações será o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia, limitado ao Preço por Ação, sendo certo que o disposto nesse parágrafo não se aplica às operações realizadas em decorrência das atividades previstas no Contrato de Estabilização, conforme disposto na seção "Informações Sobre a Oferta – Estabilização do Preço das Ações" na página 50 deste Prospecto.

Inadequação da Oferta

Não há inadequação específica da Oferta a certo grupo ou categoria de investidor. Como todo e qualquer investimento em valores mobiliários de renda variável, o investimento nas Ações apresenta riscos e possibilidade de perdas patrimoniais que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. Portanto, uma decisão de investimento nas Ações requer experiência e conhecimentos específicos que permitam ao investidor uma análise detalhada dos negócios da Companhia, mercado de atuação e os riscos inerentes aos negócios da Companhia, que podem, inclusive, ocasionar a perda integral do valor investido. O investimento em Ações não é, portanto, adequado a investidores avessos aos riscos relacionados à volatilidade do mercado de capitais. Recomenda-se que os interessados em participar da Oferta consultem seus advogados, contadores, consultores financeiros e demais profissionais que julgarem necessários para auxiliá-los na avaliação da adequação da Oferta ao perfil de investimento, dos riscos inerentes aos negócios da Companhia e ao investimento nas Ações.

Informações Adicionais

Mais informações sobre a Oferta poderão ser obtidas junto às Instituições Participantes da Oferta, nos endereços e telefones indicados na seção "Informações sobre a Oferta – Informações Adicionais" na página 70 deste Prospecto.

A Oferta está sujeita à prévia análise e aprovação da CVM, sendo que os registros da Oferta foram requeridos junto à CVM em 01 de março de 2021.

	Os investidores que desejarem obter acesso a este Prospecto, ao Formulário de Referência ou informações adicionais sobre a Oferta deverão acessar as páginas da rede mundial de computadores da Companhia das Instituições Participantes da Oferta, da CVM e/ou da B3 indicadas na seção "Informações Sobre a Oferta – Informações Adicionais" na página 70 deste Prospecto.
Instituição Financeira Escrituradora das Ações	Banco Bradesco S.A.
Instituições Consorciadas	Determinadas instituições intermediárias autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro, credenciadas junto à B3, convidadas a participar da Oferta para efetuar esforços de colocação das Ações exclusivamente junto aos Investidores Não Institucionais.
Instituições Participantes da Oferta	Coordenadores da Oferta e Instituições Consorciadas, considerados em conjunto.
Investidores de Varejo	Investidores pessoas físicas e jurídicas e clubes de investimento registrados na B3, em qualquer caso, residentes, domiciliados ou com sede no Brasil, nos termos da regulamentação vigente, que formalizem Pedido de Reserva durante o Período de Reserva ou durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, junto a uma única Instituição Consorciada, observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva da Oferta de Varejo.
Investidores de Varejo Com *Lock-Up*	Investidores de Varejo que terão prioridade de alocação por concordarem, em seus respectivos Pedidos de Reserva, com o *Lock-up* da Oferta de Varejo.
Investidores de Varejo Sem *Lock-Up*	Investidores de Varejo que optarem por não se comprometer com o *Lock-up* da Oferta de Varejo.
Investidores Estrangeiros	Os Investidores Estrangeiros contemplam: (i) nos Estados Unidos investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*), residentes e domiciliados nos Estados Unidos, conforme definidos na Regra 144A do *Securities Act* editada pela SEC, em operações isentas de registro, previstas no *Securities Act* e nos regulamentos editados ao amparo do *Securities Act*, bem como nos termos de quaisquer outras regras federais e estaduais dos Estados Unidos sobre títulos e valores mobiliários; e (ii) nos demais países, exceto os Estados Unidos e o Brasil, os investidores que sejam considerados não residentes ou domiciliados nos Estados Unidos ou não constituídos de acordo com as leis dos Estados Unidos (non-U.S. persons), nos termos do Regulamento S, editado pela SEC, no âmbito do *Securities Act*, e observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor, em ambos os casos, desde que tais Investidores Estrangeiros invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados pela Resolução CMN 4.373, e pela Resolução CVM 13, ou pela Lei 4.131.
Investidores Institucionais	Investidores Institucionais Locais e Investidores Estrangeiros, considerados em conjunto.

Investidores Institucionais Locais	Investidores pessoas físicas e jurídicas, e clubes de investimento registrados na B3 (que tenham a carteira gerida por administrador de carteira de valores mobiliários autorizado pela CVM) e investidores que sejam considerados profissionais ou qualificados, nos termos da regulamentação da CVM, em qualquer caso, que sejam residentes, domiciliados ou com sede no Brasil e que não sejam consideradas Investidores Não Institucionais, além de fundos de investimentos, fundos de pensão, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, carteiras administradas discricionárias, entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central, condomínios destinados à aplicação em carteira de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na B3, seguradoras, entidades abertas e fechadas de previdência complementar e de capitalização, investidores qualificados nos termos da regulamentação da CVM, em qualquer caso, residentes, domiciliados ou com sede no Brasil, inexistindo para estes, valores mínimos e máximos.
Investidores Não Institucionais	Investidores de Varejo e os Investidores Private, considerados em conjunto.
Investidores Private	Investidores pessoas físicas e jurídicas e clubes de investimentos registrados na B3 que sejam considerados Investidores Qualificados e que não sejam considerados Investidores Institucionais, em qualquer caso, residentes e domiciliados ou com sede no Brasil, que realizarem Pedido de Reserva durante o Período de Reserva ou o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, conforme o caso, junto a uma única Instituição Consorciada, observados, para esses investidores, em qualquer hipótese, os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva da Oferta Private.
Investidores Private Com *Lock-Up*	Investidores Private que terão prioridade de alocação por concordarem, em seus respectivos Pedidos de Reserva, com o *Lock-up* da Oferta Private.
Investidores Private Sem *Lock-Up*	Investidores Private que optarem por não se comprometer com o *Lock-up* da Oferta Private.
Investidores Qualificados	Investidores qualificados, conforme definidos no artigo 9º-B da Instrução CVM 539.
***Lock-up* da Oferta de Varejo**	Os Investidores de Varejo Com *Lock-up* que adquirirem Ações no âmbito da Oferta de Varejo com *Lock-up* não poderão, pelo Período de *Lock-up*, oferecer, vender, alugar (emprestar), contratar a venda, dar em garantia ou ceder ou alienar de outra forma ou a qualquer título, tais Ações. Dessa forma, como condição para a participação na Oferta de Varejo, cada Investidor de Varejo Com *Lock-up*, ao realizar seu Pedido de Reserva, estará autorizando seu agente de custódia na Central Depositária gerida pela B3 a depositar tais Ações para a carteira mantida pela Central Depositária gerida pela B3 exclusivamente para este fim. Em qualquer hipótese, tais Ações ficarão bloqueadas na Central Depositária gerida pela B3 até o encerramento do *Lock-up* da Oferta de Varejo. Não obstante o *Lock-up* Oferta de Varejo, as Ações subscritas/adquiridas no âmbito da Oferta de Varejo Com *Lock-up* poderão ser outorgadas em garantia da Câmara de Compensação e Liquidação da B3, caso as Ações venham a ser consideradas elegíveis para depósito de garantia, de acordo com os normativos da B3, independentemente das restrições

mencionadas acima. Neste caso, a Câmara de Compensação e Liquidação da B3 estará autorizada a desbloquear as Ações subscritas/adquiridas no âmbito da Oferta de Varejo Com *Lock-up* que foram depositadas em garantia para fins de excussão da garantia, nos termos dos normativos da B3.

***Lock-up* da Oferta Private**	Investidores Private que indicarem no Pedido de Reserva que estão de acordo com o *Lock-up* da Oferta Private e adquirirem Ações no âmbito da Oferta Private não poderão, pelo Período de Lock-up, oferecer, vender, alugar (emprestar), contratar a venda, dar em garantia ou ceder ou alienar de outra forma ou a qualquer título, tais Ações. Dessa forma, como condição para a participação na Oferta Private, cada Investidor Private, ao realizar seu Pedido de Reserva, estará autorizando seu agente de custódia na Central Depositária gerida pela B3 a depositar tais Ações para a carteira mantida pela Central Depositária gerida pela B3 exclusivamente para este fim. Em qualquer hipótese, tais Ações ficarão bloqueadas na Central Depositária gerida pela B3 até o encerramento do *Lock-up* da Oferta Private. Não obstante o *Lock-up* da Oferta Private, as Ações subscritas/adquiridas no âmbito da Oferta Private poderão ser outorgadas em garantia da Câmara de Compensação e Liquidação da B3, caso as Ações venham a ser consideradas elegíveis para depósito de garantia, de acordo com os normativos da B3, independentemente das restrições mencionadas acima. Neste caso, a Câmara de Compensação e Liquidação da B3 estará autorizada a desbloquear as Ações subscritas/adquiridas no âmbito da Oferta Private que foram depositadas em garantia para fins de excussão da garantia, nos termos dos normativos da B3.
Negociação na B3	As ações ordinárias de emissão da Companhia passarão a ser negociadas no Novo Mercado a partir do dia útil seguinte à divulgação do Anúncio de Início, sob o código "[•]".
Oferta	Em conjunto, (i) a Oferta Primária e (ii) a Oferta Secundária.
Oferta de Varejo	Oferta de Varejo Sem *Lock-Up* e Oferta de Varejo Com *Lock-Up*, consideradas em conjunto.
Oferta de Varejo Com *Lock-Up*	O montante de, no mínimo, [7]% e no máximo [10]% das Ações ofertadas no âmbito da Oferta (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), será destinado à colocação pública para Investidores de Varejo Com *Lock-Up*.
Oferta de Varejo Sem *Lock-Up*	O montante de, no mínimo, [3]% e no máximo [10]% das Ações ofertadas no âmbito da Oferta (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), será destinado à colocação pública para Investidores de Varejo Sem *Lock-Up*.

Oferta Institucional	Após o atendimento aos Pedidos de Reserva, as Ações remanescentes que não forem colocadas na Oferta Não Institucional, serão destinadas à colocação pública junto a Investidores Institucionais, por meio dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional, não sendo admitidas para tais Investidores Institucionais reservas antecipadas e não sendo estipulados valores mínimo ou máximo de investimento, uma vez que cada Investidor Institucional deverá assumir a obrigação de verificar se está cumprindo com os requisitos para participar da Oferta Institucional, para então apresentar suas intenções de investimento durante o Procedimento de *Bookbuilding*. Os Agentes de Colocação Internacional realizarão esforços de colocação de Ações, exclusivamente no exterior, junto a Investidores Estrangeiros, nos termos do Contrato de Distribuição Internacional e da legislação aplicável.
Oferta Não Institucional	Oferta de Varejo e Oferta Private, consideradas em conjunto. Compreende a distribuição pública de Ações, no âmbito da Oferta, direcionada prioritariamente à colocação pública junto a Investidores Não Institucionais que tenham realizado Pedido de Reserva dentro do respectivo Período de Reserva.
Oferta Primária	A distribuição primária de[, inicialmente,] [•] ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal a serem emitidas pela Companhia, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, nos termos da Instrução CVM 400, sob coordenação dos Coordenadores da Oferta, com a participação das Instituições Consorciadas, junto a Investidores Não Institucionais e Investidores Institucionais, com esforços de colocação das Ações no exterior realizados pelos Agentes de Colocação Internacional, exclusivamente junto a Investidores Estrangeiros.
Oferta Private	Oferta Private Com *Lock-Up* e Oferta Private Sem *Lock-Up*, consideradas em conjunto.
Oferta Private Com *Lock-Up*	O montante de, no mínimo, [1]% e no máximo [8]% do total das Ações ofertadas no âmbito da Oferta (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), será destinado à colocação pública para os Investidores Private Com *Lock-Up*.
Oferta Private Sem *Lock-Up*	O montante de, no mínimo, [0,5]% e no máximo [7,5]% do total das Ações ofertadas no âmbito da Oferta (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), será destinado à colocação pública para os Investidores Private Sem *Lock-Up*.
Oferta Secundária	A distribuição secundária de até [•] ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, no âmbito da eventual colocação das Ações Adicionais e das Ações do Lote Suplementar, a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, nos termos da Instrução CVM 400, sob coordenação dos Coordenadores da Oferta, com a participação das Instituições Consorciadas, junto a Investidores Não Institucionais e Investidores Institucionais, com esforços de colocação das Ações no exterior realizados pelos Agentes de Colocação Internacional, exclusivamente junto a Investidores Estrangeiros.

Opção de Ações do Lote Suplementar	Opção de distribuição das Ações do Lote Suplementar, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a ser outorgada [pela Companhia e] [pelos Acionistas Vendedores] ao Agente Estabilizador, nos termos do Contrato de Distribuição, as quais serão destinadas, exclusivamente, para prestação dos serviços de estabilização de preço das Ações no âmbito da Oferta. O Agente Estabilizador terá o direito exclusivo, por um período de até 30 dias corridos contados da data de início da negociação das Ações na B3, inclusive, de exercer a Opção de Ações do Lote Suplementar, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, desde que a decisão de sobrealocação das ações ordinárias de emissão da Companhia seja tomada em comum acordo entre o Agente Estabilizador e os demais Coordenadores da Oferta quando da fixação do Preço por Ação. Conforme disposto no Contrato de Distribuição, as Ações do Lote Suplementar não serão objeto de Garantia Firme de Liquidação por parte dos Coordenadores da Oferta.
Pedido de Reserva	Formulário específico, celebrado em caráter irrevogável e irretratável, exceto nas circunstâncias ali previstas, para a subscrição/aquisição de Ações no âmbito da Oferta Não Institucional, firmado por Investidores Não Institucionais e por Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas com uma única Instituição Consorciada durante os respectivos Período de Reserva e durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, conforme o caso.
Período de *Lock-Up*	[Período de 180 dias contados da data de divulgação do Anúncio de Início em que [A Companhia, os Acionistas Vendedores, determinados acionistas da Companhia e os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia] obrigar-se-ão perante os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional a não efetuar, direta ou indiretamente, quaisquer das seguintes operações com relação a quaisquer Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*.]
Período de Reserva	Período compreendido entre [•] de [•] de 2021, inclusive, e [•] de [•] de 2021, inclusive, destinado à efetivação dos Pedidos de Reserva pelos Investidores Não Institucionais.
Período de Reserva para Pessoas Vinculadas	Período compreendido entre [•] de [•] de 2021, inclusive, e [•] de [•] de 2021, inclusive, data esta que antecederá em pelo menos 7 dias úteis a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, destinado à formulação de Pedido de Reserva pelos Investidores Não Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas.
Pessoas Vinculadas	Para fins da presente Oferta, e nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400 e do artigo 1º, inciso VI, da Instrução CVM 505, serão consideradas pessoas vinculadas à Oferta os investidores que sejam (i) controladores pessoa física ou jurídica e/ou administradores da Companhia, dos Acionistas Vendedores e/ou outras pessoas vinculadas à Oferta, bem como seus cônjuges ou companheiros, seus ascendentes, descendentes e colaterais até o 2º grau; (ii) cônjuges ou companheiros, ascendentes, descendentes e colaterais até o 2º grau dos Acionistas Vendedores; (iii) controladores pessoa física ou jurídica e/ou administradores das Instituições Participantes da Oferta e/ou dos Agentes de Colocação Internacional; (iv) administradores, funcionários, operadores e demais prepostos das Instituições Participantes da Oferta e/ou dos

Agentes de Colocação Internacional diretamente envolvidos na estruturação e distribuição da Oferta; (v) agentes autônomos que prestem serviços às Instituições Participantes da Oferta e/ou aos Agentes de Colocação Internacional, desde que diretamente envolvidos na Oferta; (vi) demais profissionais que mantenham, com as Instituições Participantes da Oferta e/ou com os Agentes de Colocação Internacional, contrato de prestação de serviços diretamente relacionados à atividade de intermediação ou de suporte operacional no âmbito da Oferta; (vii) sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelas Instituições Participantes da Oferta e/ou pelos Agentes de Colocação Internacional, desde que diretamente envolvidos na Oferta; (viii) sociedades controladas, direta ou indiretamente por pessoas físicas ou jurídicas vinculadas às Instituições Participantes da Oferta e/ou aos Agentes de Colocação Internacional desde que diretamente envolvidas na Oferta; (ix) cônjuge ou companheiro, ascendentes, descendentes ou colaterais até o 2º grau das pessoas mencionadas nos itens (ii) a (vi) acima; e (x) clubes e fundos de investimento cuja maioria das cotas pertença a pessoas vinculadas, salvo se geridos discricionariamente por terceiros não vinculados.

Prazo de Distribuição

O prazo para a distribuição das Ações será (i) de até 6 meses contados da data de divulgação do Anúncio de Início, conforme previsto no artigo 18 da Instrução CVM 400; ou (ii) até a data de divulgação do Anúncio de Encerramento, o que ocorrer primeiro.

Preço por Ação

No contexto da Oferta, estima-se que o preço de subscrição/aquisição, conforme o caso, por ação ordinária de emissão da Companhia estará situado entre R$[•] e R$[•], ressalvado, no entanto, que o preço por ação ordinária de emissão da Companhia poderá ser fixado acima ou abaixo desta Faixa Indicativa. Na hipótese de o Preço por Ação ser fixado acima ou abaixo dessa Faixa Indicativa, os Pedidos de Reserva serão normalmente considerados e processados, observadas as condições de eficácia descritas neste Prospecto, exceto no caso um Evento de Fixação de Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, hipótese em que o Investidor Não Institucional poderá desistir do seus Pedido de Reserva, conforme descrito na página 45 deste Prospecto.

Para mais informações, veja seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Como resultado do Procedimento de *Bookbuilding*, o Preço por Ação poderá ser fixado abaixo da Faixa Indicativa e, nesta hipótese, os Investidores Não Institucionais poderão exercer a opção de desistir de seus pedidos de reserva”, na página 76 deste Prospecto.

O Preço por Ação será calculado tendo como parâmetro as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade da demanda (por volume e preço) por Ações coletadas junto a Investidores Institucionais, durante o Procedimento de *Bookbuilding*. A escolha do critério para determinação do Preço por Ação é justificada na medida em que o preço de mercado das Ações a serem subscritas/adquiridas será aferido de acordo com a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentarão suas intenções de investimento no contexto da Oferta, e, portanto, não haverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo

1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações. Os Investidores Não Institucionais não participarão do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, não participarão da fixação do Preço por Ação.

A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá reduzir a liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário. Para mais informações veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário", na página 75 deste Prospecto.

Procedimento de *Bookbuilding*

Procedimento de coleta de intenções de investimento a ser realizado exclusivamente junto a Investidores Institucionais pelos Coordenadores da Oferta, no Brasil, conforme previsto no Contrato de Distribuição, e pelos Agentes de Colocação Internacional, no exterior, conforme previsto no Contrato de Distribuição Internacional, em consonância com o disposto no artigo 23, parágrafo 1°, e no artigo 44 da Instrução CVM 400.

Poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no processo de fixação do Preço por Ação, mediante a participação destes no Procedimento de *Bookbuilding* em [até] [20]% da quantidade de ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar). Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, caso seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 à quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), não será permitida a colocação de Ações junto a Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo tais intenções de investimento automaticamente canceladas.

A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá reduzir a liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário. Para mais informações veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário", na página 75 deste Prospecto.

Os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400 (i) para proteção (*hedge*) em operações com derivativos contratadas com terceiros, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como referência (incluindo operações de *total return swap*), desde que tais terceiros

não sejam Pessoas Vinculadas; ou (ii) que se enquadrem dentre as outras exceções previstas no artigo 48, inciso II, da Instrução CVM 400, são permitidos na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400 e não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas no âmbito da Oferta para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400. Para mais informações, leia a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A eventual contratação e realização de operações de *total return swap* e *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia.", neste Prospecto Preliminar. Para mais informações, leia a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A eventual contratação e realização de operações de *total return swap* e *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das Ações.", na página 79 deste Prospecto.

Público Alvo da Oferta Investidores de Varejo, Investidores Private e Investidores Institucionais, considerados em conjunto.

Rateio da Oferta de Varejo Rateio da Oferta de Varejo Com *Lock-Up* e Rateio da Oferta de Varejo Sem *Lock-Up*, considerados em conjunto.

Rateio da Oferta de Varejo Com *Lock-Up* Rateio entre os respectivos Investidores de Varejo Com Alocação Prioritária que apresentarem Pedido de Reserva proporcionalmente ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações.

Rateio da Oferta de Varejo Sem *Lock-Up* Rateio entre os respectivos Investidores de Varejo Sem Alocação Prioritária que apresentarem Pedido de Reserva proporcionalmente ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações.

Rateio da Oferta Private Rateio da Oferta Private Com *Lock-Up* e Rateio da Oferta Private Sem *Lock-Up*, considerados em conjunto.

Rateio da Oferta Private Com *Lock-Up* Rateio entre os respectivos Investidores Private Com *Lock-Up* a que apresentarem Pedido de Reserva proporcionalmente ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações.

Rateio da Oferta Private Sem *Lock-Up* Rateio entre os respectivos Investidores Private Sem *Lock-Up* que apresentarem Pedido de Reserva proporcionalmente ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações.

Restrições à Negociação das Ações (*Lock-up*)

[A Companhia, os Acionistas Vendedores, determinados acionistas da Companhia e os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia obrigar-se-ão perante os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional, pelo Período de *Lock-up*, a não efetuar, direta ou indiretamente, quaisquer das seguintes operações com relação a quaisquer Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*: (i) ofertar, vender, emitir, contratar a venda, empenhar ou de outro modo dispor dos Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*; (ii) ofertar, vender, emitir, contratar a venda, contratar a compra ou outorgar quaisquer opções, direitos ou garantias para adquirir os Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*; (iii) celebrar qualquer contrato de *swap*, *hedge* ou qualquer acordo que transfira a outros, no todo ou em parte, quaisquer dos resultados econômicos decorrentes da titularidade dos Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*; ou (iv) estabelecer ou aumentar uma posição de venda ou liquidar ou diminuir uma posição de compra de Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*; ou (v) protocolar um pedido de registro de oferta pública relacionada aos Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up* ou divulgar publicamente a intenção de efetuar qualquer operação especificada nos itens (i) a (iv), sem o consentimento dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional.]

As vedações listadas acima não se aplicam nas hipóteses: [(i) doações de boa-fé, desde que, antes de tal doação, o respectivo donatário comprometa-se com os Coordenadores da Oferta por escrito a respeitar o prazo remanescente do Período de *Lock-up*; (ii) transferências a um *trust* em benefício direto ou indireto do próprio signatário do instrumento de *lock-up* e/ou de familiares imediatos do mesmo, desde que, antes de tal transferência, o *trust* comprometa-se por escrito a respeitar o prazo remanescente do Período de *Lock-up*; (iii) transferências a quaisquer coligadas (sociedades pertencentes ao mesmo grupo econômico) conforme definidas na Regra 405 do *Securities Act*, conforme alterada, dos signatários do instrumento de *lock-up*, desde que, antes de tal transferência, o respectivo destinatário comprometa-se com os Coordenadores da Oferta por escrito a respeitar o prazo remanescente do Período de *Lock-up*; e (iv) transferências realizadas para fins de empréstimo de ações pelo signatário do instrumento de *lock-up* para um Coordenador da Oferta ou a qualquer instituição indicada por tal Coordenador da Oferta, de um determinado número de ações para fins de realização das atividades de estabilização do preço das Ações, nos termos do Contrato de Distribuição e do Contrato de Estabilização.]

A venda ou a percepção de uma possível venda de um volume substancial das ações poderá prejudicar o valor de negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia.

UBS BB

UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Valor Total da Oferta

[•], considerando o Preço por Ação, que é o ponto médio da faixa de preço indicada na capa deste Prospecto e sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar.

Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva da Oferta de Varejo	O valor mínimo de pedido de investimento na Oferta de Varejo é de R$3.000,00 (três mil reais) e o valor máximo de pedido de investimento na Oferta de Varejo é de R$1.000.000,00 (um milhão de reais) por Investidor de Varejo.
Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva da Oferta Private	O valor mínimo de pedido de investimento na Oferta Private é superior a R$1.000.000,00 (um milhão de reais) e o valor máximo de pedido de investimento na Oferta Private de R$10.000.000,00 (dez milhões de reais) por Investidor Private.
Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*	[Ações ordinárias de emissão da Companhia e/ou quaisquer valores mobiliários conversíveis, exercíveis ou permutáveis por ações ordinárias de emissão da Companhia sujeitas ao *lock-up*.]
Veracidade das Informações	A Companhia, os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder prestaram declarações de veracidade a respeito das informações constantes deste Prospecto, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, as quais se encontram anexas a este Prospecto a partir da página 231.

INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA

Composição do Capital Social da Companhia

Na data deste Prospecto, o capital social da Companhia é de [R$219.810.000,00 00] ([duzentos e dezenove milhões, oitocentos e dez mil reais]), totalmente subscrito e integralizado, representado por [•] ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Nos termos do Estatuto Social, o capital social poderá ser aumentado independentemente de reforma estatutária, até o limite de [49.525.000] ([quarenta e nove milhões, quinhentos e vinte e cinco mil]) ações, por deliberação do Conselho de Administração, que fixará o preço de emissão, a quantidade de ações ordinárias a serem emitidas e as demais condições de subscrição/integralização de tais ações dentro do capital autorizado, assim como a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia.

Os quadros abaixo indicam a composição do capital social da Companhia, integralmente subscrito e integralizado, na data deste Prospecto e a previsão após a conclusão da Oferta.

Na hipótese de colocação total das Ações, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar:

	Composição Atual		Composição Após a Oferta	
Espécie e Classe das Ações	**Quantidade**	**Valor**	**Quantidade**	**Valor[(1)(2)]**
		(em R$)		*(em R$)*
Ordinárias.....	[49.525.000]	[•]	[•]	[•]
Total.....	**[49.525.000]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta faixa, a qual é meramente indicativa.
(2) Sem dedução das comissões e das despesas da Oferta, tributos e outras retenções. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Na hipótese de colocação total das Ações, considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar:

	Composição Atual		Composição Após a Oferta	
Espécie e Classe das Ações	**Quantidade**	**Valor**	**Quantidade**	**Valor[(1)(2)]**
		(em R$)		*(em R$)*
Ordinárias.....	[49.525.000]	[•]	[•]	[•]
Total.....	**[49.525.000]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta faixa, a qual é meramente indicativa.
(2) Sem dedução das comissões e das despesas da Oferta, tributos e outras retenções. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Na hipótese de colocação total das Ações, considerando as Ações do Lote Suplementar, mas sem considerar as Ações Adicionais:

	Composição Atual		Composição Após a Oferta	
Espécie e Classe das Ações	**Quantidade**	**Valor**	**Quantidade**	**Valor[(1)(2)]**
		(em R$)		*(em R$)*
Ordinárias.....	[49.525.000]	[•]	[•]	[•]
Total.....	**[49.525.000]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta faixa, a qual é meramente indicativa.
(2) Sem dedução das comissões e das despesas da Oferta, tributos e outras retenções. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Na hipótese de colocação total das Ações, considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar:

Espécie e Classe das Ações	Composição Atual		Composição Após a Oferta	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor[(1)(2)]
		(em R$)		*(em R$)*
Ordinárias	[49.525.000]	[•]	[•]	[•]
Total	**[49.525.000]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta faixa, a qual é meramente indicativa.

(2) Sem dedução das comissões e das despesas da Oferta, tributos e outras retenções. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Acionistas e Administradores da Companhia

Os quadros abaixo indicam a quantidade de ações ordinárias de emissão da Companhia detidas por acionistas titulares de 5% ou mais de ações ordinárias de emissão da Companhia e pelos membros da administração da Companhia, na data deste Prospecto e a previsão para após a conclusão da Oferta.

Na hipótese de colocação total das Ações, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar:

Acionista	Antes da Oferta		Após a Oferta	
	Ações Ordinárias	%	Ações Ordinárias	%
Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Kinea Private Equity II	[•]	[•]%	[•]	[•]
Fundo de Investimento em Participações Kinea Private Equity III – Multiestratégia	[•]	[•]	[•]	[•]
Kinea Co-Investimento III Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	[•]	[•]	[•]	[•]
Ailton	[•]	[•]	[•]	[•]
Christian	[•]	[•]	[•]	[•]
Rodrigo	[•]	[•]	[•]	[•]
Administradores	[•]	[•]%	[•]	[•]
Outros	0	0	[•]	[•]
Ações em circulação	0	0%	[•]	[•]
Total	**[•]**	**100,00**	**[•]**	**100,00**

Na hipótese de colocação total das Ações, considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar:

Acionista	Antes da Oferta		Após a Oferta	
	Ações Ordinárias	%	Ações Ordinárias	%
Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Kinea Private Equity II	[•]	[•]%	[•]	[•]
Fundo de Investimento em Participações Kinea Private Equity III – Multiestratégia	[•]	[•]	[•]	[•]
Kinea Co-Investimento III Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	[•]	[•]	[•]	[•]
Ailton	[•]	[•]	[•]	[•]
Christian	[•]	[•]	[•]	[•]
Rodrigo	[•]	[•]	[•]	[•]
Administradores	[•]	[•]	[•]	[•]
Outros	0	0	[•]	[•]
Ações em circulação	0	0%	[•]	[•]
Total	**[•]**	**100,00**	**[•]**	**100,00**

Na hipótese de colocação total das Ações, considerando as Ações do Lote Suplementar, mas sem considerar as Ações Adicionais:

	Antes da Oferta		Após a Oferta	
Acionista	**Ações Ordinárias**	**%**	**Ações Ordinárias**	**%**
Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Kinea Private Equity II.....	[•]	[•]%	[•]	[•]
Fundo de Investimento em Participações Kinea Private Equity III – Multiestratégia.....	[•]	[•]	[•]	[•]
Kinea Co-Investimento III Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.....	[•]	[•]	[•]	[•]
Ailton.....	[•]	[•]	[•]	[•]
Christian.....	[•]	[•]	[•]	[•]
Rodrigo	[•]	[•]	[•]	[•]
Administradores.....	[•]	[•]	[•]	[•]
Outros	0	0	[•]	[•]
Ações em circulação.....	0	0	[•]	[•]
Total	**[•]**	**100,00**	**[•]**	**100,00**

Na hipótese de colocação total das Ações, considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar:

	Antes da Oferta		Após a Oferta	
Acionista	**Ações Ordinárias**	**%**	**Ações Ordinárias**	**%**
Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Kinea Private Equity II	[•]	[•]%	[•]	[•]
Fundo de Investimento em Participações Kinea Private Equity III – Multiestratégia	[•]	[•]	[•]	[•]
Kinea Co-Investimento III Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.....	[•]	[•]	[•]	[•]
Ailton.....	[•]	[•]	[•]	[•]
Christian.....	[•]	[•]	[•]	[•]
Rodrigo	[•]	[•]	[•]	[•]
Administradores.....	[•]	[•]	[•]	[•]
Outros	0	0	[•]	[•]
Ações em circulação.....	0	0	[•]	[•]
Total	**[•]**	**100,00**	**[•]**	**100,00**

Acionistas Vendedores, Quantidade de Ações Ofertadas, Montante e Recursos Líquidos

Segue abaixo descrição sobre os Acionistas Vendedores:

AILTON CASELI, brasileiro, divorciado, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 2.601.420 IFP/RJ, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Física do Ministério da Economia ("**CPF/ME**") sob o nº 130.530.277-04, com domicilio endereço na Rua H, nº 186, Quadra 27, Lote 05, Bairro Jaú, CEP 78008-195, Cuiabá, Estado do Mato Grosso;

CHRISTIAN CASELI, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 908.291 SSP/ES, inscrito no CPF/ME sob o nº 024.608.207-04, com endereço na Avenida das Nações Unidas, 14.401, Cj. 2716, Torre Tarumã, 27º andar, Chácara Santo Antônio, CEP 04794-000, São Paulo, Estado de São Paulo; e

RODRIGO CASELI, brasileiro, casado em regime de separação total de bens, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 865.006 SSP/MT, inscrito no CPF/ME sob o nº 544.287.501-53, com endereço na Avenida das Nações Unidas, 14.401, Cj. 2716, Torre Tarumã, 27º andar, Chácara Santo Antônio, CEP 04794-000, São Paulo, Estado de São Paulo.

A tabela abaixo apresenta a quantidade de Ações a ser emitida pela Companhia e a ser alienada por cada um dos Acionistas Vendedores, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar:

	Quantidade	Montante[1]	Recursos Líquidos[1][2]
		(R$)	
Companhia	[•]	[•]	[•]
Ailton	[•]	[•]	[•]
Christian	[•]	[•]	[•]
Rodrigo	[•]	[•]	[•]
Total	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta Faixa Indicativa.

(2) Recursos líquidos de comissões e outros custos, despesas e tributos. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

A tabela abaixo apresenta a quantidade de Ações a ser emitida pela Companhia e a ser alienada por cada um dos Acionistas Vendedores, considerando as Ações Adicionais, sem considerar as Ações do Lote Suplementar:

	Quantidade	Montante[1]	Recursos Líquidos[1][2]
		(R$)	
Companhia	[•]	[•]	[•]
Ailton	[•]	[•]	[•]
Christian	[•]	[•]	[•]
Rodrigo	[•]	[•]	[•]
Total	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta Faixa Indicativa.

(2) Recursos líquidos de comissões e outros custos, despesas e tributos. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

A tabela abaixo apresenta a quantidade de Ações a ser emitida pela Companhia e a ser alienada por cada um dos Acionistas Vendedores, considerando as Ações do Lote Suplementar, sem considerar as Ações Adicionais:

	Quantidade	Montante[1]	Recursos Líquidos[1][2]
		(R$)	
Companhia	[•]	[•]	[•]
Ailton	[•]	[•]	[•]
Christian	[•]	[•]	[•]
Rodrigo	[•]	[•]	[•]
Total	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta Faixa Indicativa.

(2) Recursos líquidos de comissões e outros custos, despesas e tributos. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

A tabela abaixo apresenta a quantidade de Ações a ser emitida pela Companhia e a ser alienada por cada um dos Acionistas Vendedores, considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar:

	Quantidade	Montante[1]	Recursos Líquidos[1][2]
		(R$)	
Companhia	[•]	[•]	[•]
Ailton	[•]	[•]	[•]
Christian	[•]	[•]	[•]
Rodrigo	[•]	[•]	[•]
Total	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta Faixa Indicativa.

(2) Recursos líquidos de comissões e outros custos, despesas e tributos. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Descrição da Oferta

A Oferta consistirá na distribuição pública primária e secundária das Ações no Brasil, em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução CVM 400 e com o Código ANBIMA, bem como com esforços de dispersão acionária nos termos do Regulamento do Novo Mercado e demais normativos aplicáveis, sob a coordenação dos Coordenadores da Oferta, e com a participação de determinadas Instituições Consorciadas.

Simultaneamente, no âmbito da Oferta, serão realizados esforços de colocação das Ações no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional junto a Investidores Estrangeiros. Os esforços de colocação das Ações junto a Investidores Estrangeiros, exclusivamente no exterior, serão realizados nos termos do Contrato de Distribuição Internacional.

Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, até a data da disponibilização do Anúncio de Início, a quantidade total de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações do Lote Suplementar, conforme definido abaixo), poderá, a critério [da Companhia e] [dos Acionistas Vendedores], em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, ser acrescida em [até] [20]% do total de Ações inicialmente ofertado (sem considerar as Ações do Lote Suplementar), ou seja, em até [•] ações ordinárias [, sendo (i) até [•] ações ordinárias a serem emitidas pela Companhia; e (ii) até [•] ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores, na proporção indicada na página 42 deste Prospecto], nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas, as quais serão utilizadas para atender eventual excesso de demanda que venha a ser constatado até a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* ("**Ações Adicionais**").

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais) poderá ser acrescida de um lote suplementar em percentual equivalente a [até] [15]% do total das Ações inicialmente ofertado (sem considerar as Ações Adicionais), ou seja, em [até] [•] ações ordinárias [, sendo (i) até [•] ações ordinárias a serem emitidas pela Companhia; e (ii) até [•] ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores, na proporção indicada na página 42 deste Prospecto, nas mesmas condições e ao mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas ("**Ações do Lote Suplementar**"), conforme opção a ser outorgada [pela Companhia e] [pelos Acionistas Vendedores] ao Agente Estabilizador, nos termos do Contrato de Distribuição, as quais serão destinadas, exclusivamente, para prestação dos serviços de estabilização de preço das Ações no âmbito Oferta ("**Opção de Ações do Lote Suplementar**"). O Agente Estabilizador terá o direito exclusivo, por um período de até 30 dias corridos contados da data de início da negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, inclusive, de exercer a Opção de Ações do Lote Suplementar, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, desde que a decisão de sobrealocação das ações ordinárias de emissão da Companhia seja tomada em comum acordo entre o Agente Estabilizador e os demais Coordenadores da Oferta quando da fixação do Preço por Ação. Conforme disposto no Contrato

de Distribuição, as Ações do Lote Suplementar não serão objeto de garantia firme de liquidação por parte de nenhum dos Coordenadores da Oferta.

No âmbito da Oferta Primária, a emissão das Ações pela Companhia será realizada com exclusão do direito de preferência dos seus atuais acionistas, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações e do artigo 5º, parágrafo 5º, do Estatuto Social da Companhia, sendo que tal emissão será realizada dentro do limite de capital autorizado previsto no Estatuto Social da Companhia.

As Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) serão colocadas pelas Instituições Participantes da Oferta, em regime de Garantia Firme de Liquidação, de forma individual e não solidária, a ser prestada pelos Coordenadores da Oferta, na proporção e de acordo com os limites individuais e demais disposições previstas no Contrato de Distribuição, em conformidade com o disposto da Instrução CVM 400 e observado o esforço de dispersão acionária previsto no Regulamento do Novo Mercado e as disposições descritas abaixo. As Ações que forem objeto de esforços de colocação no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional, junto a Investidores Estrangeiros, serão obrigatoriamente subscritas/adquiridas e integralizadas/liquidadas no Brasil junto aos Coordenadores da Oferta, em moeda corrente nacional, nos termos do artigo 19, parágrafo 4°, da Lei do Mercado de Capitais e por meio dos mecanismos de investimento regulamentados pelo CMN, pelo BACEN e/ou pela CVM.

As Ações não poderão ser ofertadas ou vendidas nos Estados Unidos ou a pessoas consideradas *U.S. persons*, conforme definido no *Regulamento S* sem que haja registro ou isenção de registro nos termos da Regra 144A do *Securities Act*. Exceto pelos registros da Oferta pela CVM, a Companhia, os Acionistas Vendedores, os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional não pretendem realizar nenhum registro da Oferta ou das Ações nos Estados Unidos e nem em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país.

Listagem e Negociação no Novo Mercado da B3

A Companhia solicitou à B3 adesão ao segmento de listagem do Novo Mercado, segmento especial de negociação de valores mobiliários da B3 que estabelece regras diferenciadas de governança corporativa e de divulgação de informações ao mercado mais rigorosas do que aquelas estabelecidas na Lei das Sociedades por Ações ("**Novo Mercado**"), condicionada à realização da Oferta.

As ações ordinárias de emissão da Companhia passarão a ser negociadas no Novo Mercado a partir do dia útil seguinte à divulgação do Anúncio de Início, sob o código "[•]". A adesão ao Novo Mercado está sujeita à conclusão da Oferta.

A Companhia celebrará o Contrato de Participação no Novo Mercado com a B3, por meio do qual a Companhia deverá aderir às Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa do Novo Mercado, segmento especial de negociação de valores mobiliários da B3, disciplinado pelo Regulamento do Novo Mercado, que estabelece regras diferenciadas de governança corporativa e divulgação de informações ao mercado a serem observadas pela Companhia, mais rigorosas do que aquelas estabelecidas na Lei das Sociedades por Ações, observado que o referido contrato entrará em vigor na data de divulgação do Anúncio de Início. As principais regras relativas ao Regulamento do Novo Mercado estão descritas de forma resumida no item "12.12 – Outras informações relevantes" do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto.

Para mais informações sobre a negociação das Ações na B3, consulte uma instituição autorizada a operar na B3.

Recomenda-se a leitura deste Prospecto e do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto, para informações adicionais sobre a Companhia, incluindo seu setor de atuação, suas atividades e situação econômica e financeira, e os fatores de risco que devem ser considerados antes da decisão de investimento nas Ações, em especial a seção "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência da Companhia, e o item "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações", na página 73 deste Prospecto.

Aprovações Societárias

A abertura de capital, a adesão e admissão da Companhia ao segmento de listagem do Novo Mercado e aprovação do novo estatuto social da Companhia, de forma a adequá-lo às regras do Regulamento do Novo Mercado e cuja eficácia é condicionada à disponibilização do Anúncio de Início, a aprovação do pedido de registro e a realização da Oferta Primária, mediante aumento de capital da Companhia, dentro do limite de capital autorizado previsto em seu estatuto social, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, e seus termos e condições, foram aprovadas em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 12 de fevereiro de 2021, cuja ata foi arquivada na JUCEMAT em 19 de fevereiro de 2021, sob o nº 2343137 e publicada no DOEMT e no jornal "Diário de Cuiabá" em 24 de fevereiro de 2021.

O Preço por Ação, bem com a quantidade de ações objeto da Oferta e o efetivo aumento de capital da Companhia, dentro do limite do capital autorizado em seu estatuto social, serão aprovados em reunião do Conselho de Administração da Companhia a ser realizada entre a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* e a concessão dos registros da Oferta pela CVM, cuja ata será devidamente registrada na JUCEMAT e publicada no DOEMT e no jornal "Diário de Cuiabá" na data de disponibilização do Anúncio de Início.

Não foi e não será necessária qualquer aprovação societária em relação aos Acionistas Vendedores para a participação na Oferta Secundária e a fixação do Preço por Ação.

Instituições Participantes da Oferta

Os Coordenadores da Oferta, em nome da Companhia e dos Acionistas Vendedores convidarão as Instituições Consorciadas para efetuar seus esforços de colocação das Ações, exclusivamente junto a Investidores Não Institucionais.

Preço por Ação

No contexto da Oferta, estima-se que o preço de subscrição ou aquisição, conforme o caso, por ação ordinária de emissão da Companhia estará situado entre R$[•] e R$[•] ("**Faixa Indicativa**"), ressalvado, no entanto, que o preço por ação ordinária de emissão da Companhia poderá ser fixado acima ou abaixo desta Faixa Indicativa ("**Preço por Ação**"). **Na hipótese do Preço por Ação ser fixado acima ou abaixo dessa Faixa Indicativa, os Pedidos de Reserva serão normalmente considerados e processados, observadas as condições de eficácia descritas neste Prospecto, exceto no caso de um Evento de Fixação de Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, hipótese em que o Investidor Não Institucional poderá desistir do seu Pedido de Reserva.**

O Preço por Ação será fixado com base no resultado do procedimento de coleta de intenções de investimento a ser realizado exclusivamente junto a Investidores Institucionais pelos Coordenadores da Oferta, no Brasil, conforme previsto no Contrato de Distribuição, e pelos Agentes de Colocação Internacional, no exterior, conforme previsto no Contrato de Distribuição Internacional, em consonância com o disposto no artigo 23, parágrafo 1°, e no artigo 44 da Instrução CVM 400 ("**Procedimento de *Bookbuilding***").

O Preço por Ação será calculado tendo como parâmetro as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade da demanda (por volume e preço) por Ações coletadas junto a Investidores Institucionais, durante o Procedimento de *Bookbuilding*. A escolha do critério para determinação do Preço por Ação é justificada na medida em que o preço de mercado das Ações a serem subscritas/adquiridas será aferido de acordo com a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentarão suas intenções de investimento nas Ações no contexto da Oferta e, portanto, não haverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações. **Os Investidores Não Institucionais não participarão do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, não participarão da fixação do Preço por Ação.**

Poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no processo de fixação do Preço por Ação, mediante a participação destes no Procedimento de *Bookbuilding* em até [20]% da quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar). Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, caso seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 à quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), não será permitida a colocação de Ações junto a Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo tais intenções de investimento automaticamente canceladas.

As Pessoas Vinculadas às Instituições Participantes da Oferta e/ou a quaisquer dos Agentes de Colocação Internacional poderão realizar seus respectivos Pedidos de Reserva ou ordens de investimento, conforme o caso, somente por meio da entidade a que estiverem vinculadas.

Os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400 (i) para proteção (*hedge*) em operações com derivativos contratadas com terceiros, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como referência (incluindo operações de *total return swap*), desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas; ou (ii) que se enquadre dentre as outras exceções previstas no artigo 48, inciso II, da Instrução CVM 400, são permitidos na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400 e não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400. **Para mais informações, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A eventual contratação e realização de operações de *total return swap* e *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia", na página 79 deste Prospecto.**

A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá reduzir a liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário. Para mais informações veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário", na página 75 deste Prospecto.

Ações em Circulação (*Free Float*) após a Oferta

Na data deste Prospecto, não existem ações da Companhia em negociação no mercado. Após a realização da Oferta (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), um montante de até [•] ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de, aproximadamente, [•]% do seu capital social, estarão em circulação no mercado. Considerando a colocação das Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar, um montante de até [•] ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de, aproximadamente, [•]% do seu capital social, estarão em circulação no mercado. Para mais informações, ver seção "Informações sobre a Oferta – Composição do Capital Social da Companhia" na página 39 deste Prospecto.

De acordo com o disposto no Regulamento do Novo Mercado, o percentual mínimo de ações em circulação que deve ser mantido pelas sociedades que aderirem ao Novo Mercado é de 25% do total do capital social de tais sociedades, de modo que, após a realização da Oferta, a Companhia deverá manter ações representativas de, no mínimo, 25% do seu capital social em circulação (*free float*); ou (ii) 15% do capital social, desde que o volume financeiro médio diário de negociação das ações das sociedades se mantenha igual ou superior a R$25.000.000,00, considerados os negócios realizados nos 12 doze meses, observado o artigo 86 do Regulamento do Novo Mercado.

Custos de Distribuição

As despesas com auditores, advogados, traduções, taxas de registro e outras despesas descritas abaixo serão pagas [exclusivamente pela Companhia / exclusivamente pelos Acionistas Vendedores / pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, na proporção das Ações (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar) ofertadas pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores]. As comissões a serem pagas aos Coordenadores da Oferta serão suportadas [pela Companhia / pelos Acionistas Vendedores / pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, na proporção das Ações (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar) ofertadas pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores]. **Para mais informações, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A Companhia arcará com as despesas relacionadas à Oferta, bem como arcará juntamente com os Acionistas Vendedores com as comissões da Oferta, o que impactará os valores líquidos a serem recebidos no âmbito da Oferta e poderá afetar adversamente os resultados da Companhia no período subsequente à realização da mesma", na página 80 deste Prospecto.**

A tabela abaixo indica as comissões e as despesas da Oferta, assumindo a colocação da totalidade das Ações da Oferta, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar:

Comissões e Despesas	**Valor total[1]**	**% em relação ao Valor Total da Oferta**	**Custo unitário por Ação**
	(R$)		*(R$)*
Comissões da Oferta			
Comissão de Coordenação[2]	[•]	[•]%	[•]
Comissão de Colocação[3]	[•]	[•]%	[•]
Comissão de Garantia Firme[4]	[•]	[•]%	[•]
Comissão de Incentivo[5]	[•]	[•]%	[•]
Total de Comissões	**[•]**	**[•]%**	**[•]**
Despesas da Oferta[6]			
Impostos, Taxa e Outras Retenções	[•]	[•]%	[•]
Taxa de Registro na CVM	[•]	[•]%	[•]
Taxa de Registro na B3	[•]	[•]%	[•]
Taxa de Registro na ANBIMA	[•]	[•]%	[•]
Total de Despesas com Taxas	**[•]**	**[•]%**	**[•]**
Despesas com Advogados[7]	[•]	[•]%	[•]
Despesas com Auditores Independentes	[•]	[•]%	[•]
Outras Despesas[8]	[•]	[•]%	[•]
Total de Outras Despesas	**[•]**	**[•]%**	**[•]**
Total de Despesas	**[•]**	**[•]%**	**[•]**
Total de Comissões e Despesas	**[•]**	**[•]%**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta faixa, a qual é meramente indicativa.

(2) Comissão de Coordenação composta de [•]% da remuneração base, aplicada sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações inicialmente ofertada, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar; e (ii) o Preço por Ação.

(3) Comissão de Colocação composta de [•]% da remuneração base, aplicada sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações inicialmente ofertada, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar; e (ii) o Preço por Ação.

(4) Comissão de Garantia Firme composta de [•]% da remuneração base, aplicada sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações inicialmente ofertada, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar; e (ii) o Preço por Ação. Comissão a ser paga exclusivamente aos Coordenadores da Oferta (que prestarão Garantia Firme de Liquidação no âmbito da Oferta) pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, na proporção das Ações (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar) ofertada pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores.

(5) A Comissão de Incentivo, conforme descrito pelo Contrato de Distribuição, constitui parte estritamente discricionária da remuneração a ser paga aos Coordenadores da Oferta, que independe de parâmetros objetivos e será paga a exclusivo critério da Companhia e dos Acionistas Vendedores, na proporção de suas Ações alocadas na Oferta, utilizando como parâmetro a sua percepção acerca do resultado da Oferta. A Comissão de Incentivo é de [•]% ([•]), que, conforme descrita no Contrato de Distribuição, será aplicada sobre o valor total da Oferta, neste cenário, incluindo a totalidade das Ações, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar.

(6) Despesas estimadas da Oferta assumidas exclusivamente pela Companhia.

(7) Despesas estimadas dos consultores legais da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, para o direito brasileiro e para o direito dos Estados Unidos.

(8) Incluídos os custos estimados com a apresentação para investidores (*roadshow*) [e consultores].

A tabela abaixo indica as comissões e as despesas da Oferta, assumindo a colocação da totalidade das Ações da Oferta, considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar:

Comissões e Despesas	**Valor total[1]**	**% em relação ao Valor Total da Oferta**	**Custo unitário por Ação**
	(R$)		*(R$)*
Comissões da Oferta			
Comissão de Coordenação[2]	[•]	[•]%	[•]
Comissão de Colocação[3]	[•]	[•]%	[•]
Comissão de Garantia Firme[4]	[•]	[•]%	[•]
Comissão de Incentivo[5]	[•]	[•]%	[•]
Total de Comissões	**[•]**	**[•]%**	**[•]**
Despesas da Oferta[6]			
Impostos, Taxa e Outras Retenções	[•]	[•]%	[•]
Taxa de Registro na CVM	[•]	[•]%	[•]
Taxa de Registro na B3	[•]	[•]%	[•]
Taxa de Registro na ANBIMA	[•]	[•]%	[•]
Total de Despesas com Taxas	**[•]**	**[•]%**	**[•]**
Despesas com Advogados[7]	[•]	[•]%	[•]
Despesas com Auditores Independentes	[•]	[•]%	[•]
Outras Despesas[8]	[•]	[•]%	[•]
Total de Outras Despesas	**[•]**	**[•]%**	**[•]**
Total de Despesas	**[•]**	**[•]%**	**[•]**
Total de Comissões e Despesas	**[•]**	**[•]%**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta faixa, a qual é meramente indicativa.

(2) Comissão de Coordenação composta de [•]% da remuneração base, aplicada sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações inicialmente ofertada, considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar; e (ii) o Preço por Ação.

(3) Comissão de Colocação composta de [•]% da remuneração base, aplicada sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações inicialmente ofertada, considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar; e (ii) o Preço por Ação.

(4) Comissão de Garantia Firme composta de [•]% da remuneração base, aplicada sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações inicialmente ofertada, considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar; e (ii) o Preço por Ação. Comissão a ser paga exclusivamente aos Coordenadores da Oferta (que prestarão Garantia Firme de Liquidação no âmbito da Oferta) pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, na proporção das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) ofertada pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores.

(5) A Comissão de Incentivo, conforme descrito pelo Contrato de Distribuição, constitui parte estritamente discricionária da remuneração a ser paga aos Coordenadores da Oferta, que independe de parâmetros objetivos e será paga a exclusivo critério da Companhia e dos Acionistas Vendedores, na proporção de suas Ações alocadas na Oferta, utilizando como parâmetro a sua percepção acerca do resultado da Oferta. A Comissão de Incentivo é de [•]% ([•]), que, conforme descrita no Contrato de Distribuição, será aplicada sobre o valor total da Oferta, neste cenário, incluindo a totalidade das Ações, considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar.

(6) Despesas estimadas da Oferta assumidas exclusivamente pela Companhia.

(7) Despesas estimadas dos consultores legais da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, para o direito brasileiro e para o direito dos Estados Unidos.

(8) Incluídos os custos estimados com a apresentação para investidores (*roadshow*) [e consultores].

A tabela abaixo indica as comissões e as despesas da Oferta, assumindo a colocação da totalidade das Ações da Oferta, considerando as Ações do Lote Suplementar, mas sem considerar as Ações Adicionais:

Comissões e Despesas	Valor total[1]	% em relação ao Valor Total da Oferta	Custo unitário por Ação
	(R$)		*(R$)*
Comissões da Oferta			
Comissão de Coordenação[2]	[•]	[•]%	[•]
Comissão de Colocação[3]	[•]	[•]%	[•]
Comissão de Garantia Firme[4]	[•]	[•]%	[•]
Comissão de Incentivo[5]	[•]	[•]%	[•]
Total de Comissões	**[•]**	**[•]%**	**[•]**
Despesas da Oferta[6]			
Impostos, Taxa e Outras Retenções	[•]	[•]%	[•]
Taxa de Registro na CVM	[•]	[•]%	[•]
Taxa de Registro na B3	[•]	[•]%	[•]
Taxa de Registro na ANBIMA	[•]	[•]%	[•]
Total de Despesas com Taxas	**[•]**	**[•]%**	**[•]**
Despesas com Advogados[7]	[•]	[•]%	[•]
Despesas com Auditores Independentes	[•]	[•]%	[•]
Outras Despesas[8]	[•]	[•]%	[•]
Total de Outras Despesas	**[•]**	**[•]%**	**[•]**
Total de Despesas	**[•]**	**[•]%**	**[•]**
Total de Comissões e Despesas	**[•]**	**[•]%**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta faixa, a qual é meramente indicativa.

(2) Comissão de Coordenação composta de [•]% da remuneração base, aplicada sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações inicialmente ofertada, considerando as Ações do Lote Suplementar, mas sem considerar as Ações Adicionais; e (ii) o Preço por Ação.

(3) Comissão de Colocação composta de [•]% da remuneração base, aplicada sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações inicialmente ofertada, considerando as Ações do Lote Suplementar, mas sem considerar as Ações Adicionais; e (ii) o Preço por Ação.

(4) Comissão de Garantia Firme composta de [•]% da remuneração base, aplicada sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações inicialmente ofertada, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar; e (ii) o Preço por Ação. Comissão a ser paga exclusivamente aos Coordenadores da Oferta (que prestarão Garantia Firme de Liquidação no âmbito da Oferta) pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, na proporção das Ações (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar) ofertada pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores.

(5) A Comissão de Incentivo, conforme descrito pelo Contrato de Distribuição, constitui parte estritamente discricionária da remuneração a ser paga aos Coordenadores da Oferta, que independe de parâmetros objetivos e será paga a exclusivo critério da Companhia e dos Acionistas Vendedores, na proporção de suas Ações alocadas na Oferta, utilizando como parâmetro a sua percepção acerca do resultado da Oferta. A Comissão de Incentivo é de [•]% ([•]), que, conforme descrita no Contrato de Distribuição, será aplicada sobre o valor total da Oferta, neste cenário, incluindo a totalidade das Ações, considerando as Ações do Lote Suplementar, mas sem considerar as Ações Adicionais.

(6) Despesas estimadas da Oferta assumidas exclusivamente pela Companhia.

(7) Despesas estimadas dos consultores legais da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, para o direito brasileiro e para o direito dos Estados Unidos.

(8) Incluídos os custos estimados com a apresentação para investidores (*roadshow*) [e consultores].

A tabela abaixo indica as comissões e as despesas da Oferta, assumindo a colocação da totalidade das Ações da Oferta, considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar:

Comissões e Despesas	Valor total[1]	% em relação ao Valor Total da Oferta	Custo unitário por Ação
	(R$)		*(R$)*
Comissões da Oferta			
Comissão de Coordenação[2]	[•]	[•]%	[•]
Comissão de Colocação[3]	[•]	[•]%	[•]
Comissão de Garantia Firme[4]	[•]	[•]%	[•]
Comissão de Incentivo[5]	[•]	[•]%	[•]
Total de Comissões	**[•]**	**[•]%**	**[•]**
Despesas da Oferta[6]			
Impostos, Taxa e Outras Retenções	[•]	[•]%	[•]
Taxa de Registro na CVM	[•]	[•]%	[•]
Taxa de Registro na B3	[•]	[•]%	[•]
Taxa de Registro na ANBIMA	[•]	[•]%	[•]
Total de Despesas com Taxas	**[•]**	**[•]%**	**[•]**
Despesas com Advogados[7]	[•]	[•]%	[•]
Despesas com Auditores Independentes	[•]	[•]%	[•]
Outras Despesas[8]	[•]	[•]%	[•]
Total de Outras Despesas	**[•]**	**[•]%**	**[•]**
Total de Despesas	**[•]**	**[•]%**	**[•]**
Total de Comissões e Despesas	**[•]**	**[•]%**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta faixa, a qual é meramente indicativa.

(2) Comissão de Coordenação composta de [•]% da remuneração base, aplicada sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações inicialmente ofertada, considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar; e (ii) o Preço por Ação.

(3) Comissão de Colocação composta de [•]% da remuneração base, aplicada sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações inicialmente ofertada, considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar; e (ii) o Preço por Ação.

(4) Comissão de Garantia Firme composta de [•]% da remuneração base, aplicada sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações inicialmente ofertada, considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar; e (ii) o Preço por Ação. Comissão a ser paga exclusivamente aos Coordenadores da Oferta (que prestarão Garantia Firme de Liquidação no âmbito da Oferta) pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, na proporção das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) ofertada pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores.

(5) A Comissão de Incentivo, conforme descrito pelo Contrato de Distribuição, constitui parte estritamente discricionária da remuneração a ser paga aos Coordenadores da Oferta, que independe de parâmetros objetivos e será paga a exclusivo critério da Companhia e dos Acionistas Vendedores, na proporção de suas Ações alocadas na Oferta, utilizando como parâmetro a sua percepção acerca do resultado da Oferta. A Comissão de Incentivo é de [•]% ([•]), que, conforme descrita no Contrato de Distribuição, será aplicada sobre o valor total da Oferta, neste cenário, incluindo a totalidade das Ações, considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar.

(6) Despesas estimadas da Oferta assumidas exclusivamente pela Companhia.

(7) Despesas estimadas dos consultores legais da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, para o direito brasileiro e para o direito dos Estados Unidos.

(8) Incluídos os custos estimados com a apresentação para investidores (*roadshow*) [e consultores].

Para fins da Instrução CVM 400 e do artigo 3º do Anexo II do Código ANBIMA, não há outra remuneração devida pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores às Instituições Participantes da Oferta ou aos Agentes de Colocação Internacional, exceto pela remuneração descrita acima e pelos ganhos decorrentes da atividade de estabilização, bem como não existe nenhum outro tipo de remuneração que dependa do Preço por Ação.

Estabilização do Preço das Ações

O Agente Estabilizador, por intermédio da Corretora, poderá, a seu exclusivo critério e após notificação aos demais Coordenadores da Oferta, conduzir atividades de estabilização de preço das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, a partir da data de assinatura do Contrato de Distribuição, inclusive, e por um período de até 30 dias corridos contados da data de início de negociação das Ações na B3, inclusive, por meio de operações bursáteis de compra e venda de ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, observadas as disposições legais aplicáveis e o disposto no Contrato de Estabilização, o qual foi previamente submetido à análise e aprovação da B3 e da CVM, nos termos do artigo 23, parágrafo 3°, da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação CVM 476.

Não existe obrigação, por parte do Agente Estabilizador ou da Corretora, de realizar operações de estabilização e, uma vez iniciadas, tais operações poderão ser descontinuadas a qualquer momento, observadas as disposições do Contrato de Estabilização. Assim, o Agente Estabilizador e a Corretora poderão escolher livremente as datas em que realizarão as operações de compra e venda das ações ordinárias de emissão da Companhia no âmbito das atividades de estabilização, não estando obrigados a realizá-las em todos os dias ou em qualquer data específica, podendo, inclusive, interrompê-las e retomá-las a qualquer momento, a seu exclusivo critério.

A partir da divulgação do Anúncio de Início, o Contrato de Estabilização estará disponível para consulta e obtenção de cópias junto ao Agente Estabilizador e à CVM, nos endereços físicos indicados na seção "Informações Sobre a Oferta – Informações Adicionais" na página 70 deste Prospecto.

Características das Ações

As Ações conferirão a seus titulares os mesmos direitos, vantagens e restrições conferidos aos atuais titulares de ações ordinárias de emissão da Companhia, nos termos previstos no Estatuto Social, na Lei das Sociedades por Ações e no Regulamento do Novo Mercado, conforme vigentes nesta data, dentre os quais se incluem os seguintes:

(a) direito de voto nas assembleias gerais da Companhia, sendo que cada ação ordinária de emissão da Companhia corresponde a um voto;

(b) observadas as disposições aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações e no Estatuto Social, direito ao recebimento de dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício social, não inferior a [25]% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, e dividendos adicionais e demais proventos de qualquer natureza eventualmente distribuídos por deliberação de assembleia geral ou pelo Conselho de Administração, conforme aplicável;

(c) direito de alienar as ações ordinárias de emissão da Companhia, nas mesmas condições asseguradas aos acionistas controladores da Companhia, no caso de alienação, direta ou indireta, a título oneroso do controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, observadas as condições e os prazos previstos na legislação e regulamentação vigentes e no Regulamento do Novo Mercado, bem como no Estatuto Social, de forma a lhe assegurar tratamento igualitário àquele dado aos acionistas controladores (*tag along*);

(d) direito de alienar as ações ordinárias de emissão da Companhia em oferta pública de aquisição de ações a ser realizada pela Companhia ou pelos acionistas controladores da Companhia, em caso de cancelamento do registro de companhia aberta ou de cancelamento de listagem das ações ordinárias de emissão da Companhia no Novo Mercado (salvo hipóteses de dispensa previstas no Regulamento do Novo Mercado), pelo seu valor justo, apurado mediante laudo de avaliação elaborado por instituição ou empresa especializada, de acordo com os critérios estabelecidos no artigo 4º, parágrafo 4º da Lei das Sociedades por Ações, bem como nos critérios aceitos pela CVM, observados os requisitos previstos nas normas legais e no Regulamento do Novo Mercado;

(e) no caso de liquidação da Companhia, terão direito ao recebimento dos pagamentos relativos ao remanescente do seu capital social, na proporção de sua participação no capital social da Companhia, nos termos do artigo 109, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações;

(f) direito de preferência na subscrição de novas ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição emitidos pela Companhia, na proporção da sua participação no capital social da Companhia, conforme conferido pelo artigo 109, inciso IV, e artigo 172 da Lei das Sociedades por Ações;

(g) direito ao recebimento de dividendos integrais e demais distribuições pertinentes às ações ordinárias de emissão da Companhia que vierem a ser declarados pela Companhia a partir da divulgação do Anúncio de Início, na proporção de sua participação no capital social da Companhia; e

(h) todos os demais direitos assegurados às ações ordinárias de emissão da Companhia, nos termos previstos no Regulamento do Novo Mercado, no Estatuto Social da Companhia e na Lei das Sociedades por Ações.

Para mais informações sobre os direitos, vantagens e restrições das ações ordinárias de emissão da Companhia, veja a seção "18. Valores Mobiliários" do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto.

Público Alvo da Oferta

As Instituições Participantes da Oferta efetuarão a colocação das Ações para (i) Investidores de Varejo, em conformidade com os procedimentos previstos para a Oferta de Varejo, observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva da Oferta de Varejo; (ii) Investidores do Private, em conformidade com os procedimentos previstos para a Oferta Private, observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva da Oferta Private; e (iii) Investidores Institucionais, no âmbito da Oferta Institucional.

Procedimento da Oferta

Após a divulgação do Aviso ao Mercado, bem como sua nova disponibilização (com os logotipos das Instituições Consorciadas), a disponibilização deste Prospecto, incluindo o Formulário de Referência anexo a este Prospecto, bem como de seus eventuais aditamentos e/ou suplementos, o encerramento do Período de Reserva e do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, concessão do registro da Companhia como companhia aberta sob a categoria "A", a celebração do Contrato de Distribuição e do Contrato de Distribuição Internacional e o cumprimento das condições suspensivas neles previstas, a concessão dos registros da Oferta pela CVM, a divulgação do Anúncio de Início e a disponibilização do Prospecto Definitivo, as Instituições Participantes da Oferta realizarão a distribuição pública das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) em regime de Garantia Firme de Liquidação, e observado o esforço de dispersão acionária previsto no Regulamento do Novo Mercado, por meio de duas ofertas distintas, quais sejam: (i) uma oferta destinada aos Investidores Não Institucionais ("**Oferta Não Institucional**"); e (ii) uma oferta destinada aos Investidores Institucionais ("**Oferta Institucional**"), conforme descritas abaixo.

Os Coordenadores da Oferta, com a expressa anuência da Companhia e dos Acionistas Vendedores elaborarão um plano de distribuição das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar), nos termos do artigo 33, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400, e do Regulamento do Novo Mercado, no que diz respeito ao esforço de dispersão acionária, o qual levará em conta a criação de uma base acionária diversificada de acionistas, as relações da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta com seus clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica, que em nenhuma hipótese serão consideradas para alocação dos Investidores Não Institucionais, observado que os Coordenadores da Oferta deverão assegurar: (i) a adequação do investimento ao perfil de risco de seus clientes, (ii) o tratamento justo e equitativo aos investidores, em conformidade com o artigo 21 da Instrução CVM 400, e (iii) o recebimento prévio, pelas Instituições Participantes da Oferta, de exemplares dos Prospectos para leitura obrigatória, assegurando o esclarecimento de eventuais dúvidas por pessoa designada pelo Coordenador Líder.

Conforme faculdade prevista nos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400, não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, sendo possível o cancelamento do pedido dos registros da Oferta caso não haja investidores suficientes para subscrever/adquirir a totalidade das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar) até a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

Caso não existam Pedidos de Reserva e/ou intenções de investimento para a subscrição/aquisição da totalidade das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar) até a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, nos termos do Contrato de Distribuição, a Oferta será cancelada, sendo todos os Pedidos de Reserva e ordens de investimento, conforme o caso, automaticamente cancelados, e os valores eventualmente depositados serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada), no prazo máximo de 3 dias úteis contados da comunicação do cancelamento. **Para mais informações, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Na medida em que não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, é possível que a Oferta venha a ser cancelada caso não haja investidores suficientes interessados em subscrever/adquirir a totalidade das Ações no âmbito da Oferta.", na página 76 deste Prospecto.**

Em conformidade com o disposto no Código ANBIMA, os Coordenadores da Oferta recomendaram à Companhia e aos Acionistas Vendedores a contratação de instituição para desenvolver atividades de formador de mercado, nos termos da Instrução da CVM nº 384, de 17 de março de 2003, para a realização de operações destinadas a fomentar a liquidez das ações ordinárias emitidas pela Companhia no mercado secundário. No entanto, não houve nem haverá contratação de formador de mercado no âmbito da Oferta.

Oferta Não Institucional

No contexto da Oferta Não Institucional e considerando que a Companhia deve envidar melhores esforços para atingir a dispersão acionária prevista no Regulamento do Novo Mercado, o montante de, no mínimo, [11,5]% e, a exclusivo critério da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, o montante de, no máximo, [20]% da totalidade das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), será destinado prioritariamente à colocação pública junto a Investidores Não Institucionais que realizarem Pedido de Reserva, nos termos do artigo 12 do Regulamento do Novo Mercado, de acordo com as condições ali previstas e o procedimento abaixo indicado, por meio da (i) Oferta Private, destinada aos Investidores Private; e (ii) uma Oferta de Varejo, destinada aos Investidores de Varejo.

Os Investidores Não Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas poderão realizar Pedido de Reserva durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, sendo que aqueles Investidores Não Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas que não realizarem seus Pedidos de Reserva durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas terão seus Pedidos de Reserva cancelados em caso de excesso de demanda superior a 1/3 à quantidade total de Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400. Investidores Não Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas que realizarem seus Pedidos de Reserva no Período de Reserva para Pessoas Vinculadas não terão seus Pedidos de Reserva cancelados, mesmo no caso de excesso de demanda superior a 1/3 da quantidade total das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar).

A Oferta Não Institucional será realizada exclusivamente junto a Investidores Não Institucionais que realizarem solicitação de reserva antecipada mediante o preenchimento do Pedido de Reserva junto a uma única Instituição Consorciada durante o Período de Reserva, de acordo com as condições e procedimentos descritos abaixo.

Os Investidores Não Institucionais deverão realizar a integralização/liquidação das Ações mediante o pagamento à vista, em moeda corrente nacional, em recursos imediatamente disponíveis, de acordo com os procedimentos descritos abaixo.

Nos termos do artigo 85, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações e da Deliberação da CVM nº 860, de 22 de julho de 2020 ("**Deliberação CVM 860**"), o Pedido de Reserva será o documento de aceitação por meio do qual o Investidor Não Institucional aceitará participar da Oferta, subscrever/adquirir e integralizar/liquidar as Ações que vierem a ser a ele alocadas. Dessa forma, a subscrição/aquisição das Ações será formalizada por meio do sistema de registro da B3, sendo, portanto, dispensada a apresentação de boletim de subscrição e de contrato de compra e venda. As Ações que forem objeto de esforços de colocação no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional, junto a Investidores Estrangeiros, serão obrigatoriamente subscritas/adquiridas e integralizadas/liquidadas no Brasil junto aos Coordenadores da Oferta, em moeda corrente nacional por meio dos mecanismos previstos na Resolução CMN 4.373 e na Resolução CVM 13, ou na Lei 4.131.

Recomenda-se aos Investidores Não Institucionais interessados na realização de Pedido de Reserva que (i) leiam cuidadosamente os termos e condições estipulados no Pedido de Reserva, especialmente no que se refere aos procedimentos relativos à liquidação da Oferta e as informações constantes neste Prospecto Preliminar, posteriormente no Prospecto Definitivo e no Formulário de Referência, em especial as seções "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia" e "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações" deste Prospecto Preliminar, posteriormente no Prospecto Definitivo, bem como a seção "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência; (ii) verifiquem com a Instituição Consorciada de sua preferência, antes de realizar o seu Pedido de Reserva, se essa, a seu exclusivo critério, exigirá (a) a abertura ou atualização de conta e/ou cadastro, e/ou (b) a manutenção de recursos em conta corrente nela aberta e/ou mantida, para fins de garantia do Pedido de Reserva; (iii) verifiquem com a Instituição Consorciada de sua preferência, antes de realizar o seu Pedido de Reserva, a possibilidade de débito antecipado da reserva por parte da Instituição Consorciada; e (iv) entrem em contato com a Instituição Consorciada de sua preferência para obter informações mais detalhadas sobre o prazo estabelecido pela Instituição Consorciada para a realização do Pedido de Reserva ou, se for o caso, para a realização do cadastro na Instituição Consorciada, tendo em vista os procedimentos operacionais adotados por cada Instituição Consorciada.

Oferta Private

O montante de, no mínimo, [1,5]% e, no máximo, [8,5]% das Ações ofertadas no âmbito da Oferta (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, será destinado à colocação pública no âmbito da oferta para Investidores Private que realizarem seus investimentos de forma direta, sendo certo que:

(i) montante de, no mínimo, [1]% e, no máximo, [8]% das Ações ofertadas no âmbito da Oferta (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), será destinado à colocação pública para os Investidores Private Com *Lock-up* ("**Oferta do Private Com *Lock-up***"), sendo certo que, caso haja demanda de Investidores Private Com *Lock-up* (a) de até [1]% do total de Ações ofertado no âmbito da Oferta (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), tais pedidos serão integralmente atendidos e terão alocação garantida; e (b) superior a [1]% do total de Ações ofertado no âmbito da Oferta (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), a alocação, desde que o montante mínimo estipulado para a Oferta Private Sem *Lock-up* tenha sido atendido, nos termos do item (ii) abaixo, será definida a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, observado que, nesse caso, haverá Rateio da Oferta Private Com *Lock-up*; e

(ii) o montante de, no mínimo, [0,5]% e, no máximo, [7,5]% do total de Ações ofertado no âmbito da Oferta (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), será destinado à colocação pública para os Investidores Private Sem *Lock-up* ("**Oferta Private Sem *Lock-up***" e, em conjunto com a Oferta Private Com *Lock-up*, "**Oferta Private**"), sendo certo que, caso haja demanda de Investidores Private Sem *Lock-up* (a) de até [0,5]% do total das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), tais pedidos serão atendidos e terão alocação garantida; e (b) superior a [0,5]% do total das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), a alocação, desde que o montante mínimo estipulado para a Oferta Private Com *Lock-up* tenha sido atendido, nos termos do item (i) acima, será definida a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, observado que, neste caso, poderá haver Rateio da Oferta Private Sem *Lock-up*.

A Oferta Private será realizada exclusivamente junto a Investidores Private que realizarem Pedido de Reserva junto a uma única Instituição Consorciada, durante o Período de Reserva, ou, no caso de Investidores Private que sejam Pessoas Vinculadas, durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva da Oferta Private, observado o disposto neste item.

Os Pedidos de Reserva poderão ser efetuados pelos Investidores Private de maneira irrevogável e irretratável, exceto pelo disposto nas alíneas (a), (c) e (e) e nas seções "Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta", "Suspensão ou Cancelamento da Oferta" e "Violações de Normas de Conduta" nas páginas 62, 63 e 65, respectivamente, deste Prospecto, observadas as condições do próprio instrumento de Pedido de Reserva, de acordo com as seguintes condições:

(a) durante o Período de Reserva ou o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, conforme o caso, cada um dos Investidores Private interessados em participar da Oferta Private deverá realizar a reserva de Ações, mediante o preenchimento do Pedido de Reserva junto a uma única Instituição Consorciada, nos termos da Deliberação CVM 476, observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva da Oferta Private, sendo que tais Investidores Private poderão estipular, no Pedido de Reserva, como condição de eficácia de seu Pedido de Reserva, um preço máximo por Ação, conforme previsto no artigo 45, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400, sem necessidade de posterior confirmação. Caso o Investidor Private estipule um preço máximo por Ação no Pedido de Reserva abaixo do Preço por Ação, o seu Pedido de Reserva será automaticamente cancelado pela respectiva Instituição Consorciada, sendo os valores eventualmente depositados devolvidos, no prazo máximo de 3 dias úteis contados da divulgação do Anúncio de Início, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada);

(b) os Investidores Private que tenham interesse em participar diretamente da Oferta Private Com *Lock-up* deverão, necessariamente, indicar no Pedido de Reserva que estão de acordo com o *Lock-up* da Oferta Private, sob pena de serem considerados Investidores Private Sem *Lock-up* e não participarem da Oferta Private Com *Lock-up*;

(c) **os Investidores Private deverão indicar, obrigatoriamente, no respectivo Pedido de Reserva, a sua qualidade ou não de Pessoa Vinculada, sob pena de seu Pedido de Reserva ser cancelado pela respectiva Instituição Consorciada.** Caso seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 à quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), será vedada a colocação de Ações junto a Investidores Private que sejam Pessoas Vinculadas, com exceção daqueles que tenham realizado Pedido de Reserva durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, sendo os Pedidos de Reserva realizados por Investidores

Private que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente cancelados, e os valores depositados devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada), no prazo máximo de 3 dias úteis contados do pedido de cancelamento do respectivo Pedido de Reserva;

(d) após a concessão dos registros da Oferta pela CVM, a quantidade de Ações subscritas/adquiridas e o respectivo valor do investimento dos Investidores Private serão informados a cada Investidor Private até às 12:00 horas do dia útil imediatamente seguinte à data de divulgação do Anúncio de Início pela Instituição Consorciada que houver recebido o respectivo Pedido de Reserva, por meio de mensagem enviada ao endereço eletrônico fornecido no Pedido de Reserva ou, na sua ausência, por telefone, fac-símile ou correspondência, sendo o pagamento a ser feito de acordo com a alínea (e) abaixo limitado ao valor do Pedido de Reserva e ressalvada a possibilidade de Rateio da Oferta Private;

(e) cada Investidor Private deverá efetuar o pagamento do valor indicado na alínea (d) acima junto à Instituição Consorciada com que tenha realizado o respectivo Pedido de Reserva, à vista, em moeda corrente nacional, em recursos imediatamente disponíveis, até às 10:30 horas da Data de Liquidação. Não havendo pagamento pontual, a Instituição Consorciada junto à qual o Pedido de Reserva tenha sido realizado irá garantir a liquidação por parte do Investidor Private e o Pedido de Reserva será automaticamente cancelado por tal Instituição Consorciada;

(f) até às 16:00 horas da Data de Liquidação, a B3, em nome de cada Instituição Consorciada junto à qual o Pedido de Reserva tenha sido realizado, entregará a cada Investidor de Varejo o número de Ações correspondente à relação entre o valor do investimento pretendido constante do Pedido de Reserva e o Preço por Ação, desde que efetuado o pagamento previsto acima, ressalvadas as possibilidades de desistência e cancelamento previstas nas alíneas (a), (c) e (e) acima e nas seções "Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta", "Suspensão ou Cancelamento da Oferta" e "Violações de Normas de Conduta" nas páginas 62, 63 e 65, respectivamente, deste Prospecto e a possibilidade de Rateio da Oferta Private prevista na alínea (h) abaixo. Caso tal relação resulte em fração de Ação, o valor do investimento será limitado ao valor correspondente ao maior número inteiro de Ações, desprezando-se a referida fração;

(g) caso o total de Ações objeto dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores Private Com *Lock-up* (i) seja igual ou inferior ao montante mínimo de Ações destinado à Oferta Com *Lock-up*, não haverá Rateio da Oferta Private Com *Lock-up*, sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva realizados por Investidores Private Com *Lock-up*, de modo que as Ações remanescentes, se houver, poderão ser destinadas à Oferta Private Sem *Lock-up*; ou (ii) exceda o montante máximo de Ações destinadas à Oferta Private Com *Lock-up*, será realizado rateio entre os respectivos Investidores Private Com *Lock-up* que apresentarem Pedido de Reserva proporcionalmente ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações ("**Rateio da Oferta Private Com *Lock-up***");

(h) caso o total de Ações objeto dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores Private Sem *Lock-up* (i) seja igual ou inferior ao montante de Ações destinado à Oferta Private Sem *Lock-up*, não haverá Rateio da Oferta Private Sem *Lock-up* (conforme definido abaixo), sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva realizados por Investidores Private Sem *Lock-up*, de modo que as Ações remanescentes, se houver, poderão ser destinadas à Oferta de Varejo Com *Lock-up*; ou (ii) exceda o montante máximo de Ações destinadas à Oferta Private Sem *Lock-up*, será realizado rateio entre os respectivos Investidores Private Sem *Lock-up* que apresentarem Pedido de Reserva proporcionalmente ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações ("**Rateio da Oferta Private Sem *Lock-up***" e, em conjunto com o Rateio Oferta Private Com *Lock-up*, "**Rateio da Oferta Private**"); e

(i) Caso haja Rateio da Oferta Private, os valores depositados em excesso serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada), no prazo máximo de 3 dias úteis contados da Data de Liquidação.

Lock-up* da Oferta Private**. Os Investidores Private Com *Lock-up* que indicarem no Pedido de Reserva que estão de acordo com o *Lock-up* da Oferta Private e subscreverem/adquirirem Ações no âmbito da Oferta Private Com *Lock-up* não poderão, pelo prazo de 90 dias contados da data de divulgação do Anúncio de Início, oferecer, vender, alugar (emprestar), contratar a venda, dar em garantia ou ceder ou alienar de outra forma ou a qualquer título, tais Ações ("Lock-up* da Oferta Private**"). Dessa forma, como condição para a participação na Oferta Private Com *Lock-up*, cada Investidor Private Com *Lock-up*, ao realizar seu Pedido de Reserva, estará autorizando seu agente de custódia na Central Depositária gerida pela B3 a depositar tais Ações para a carteira mantida pela Central Depositária gerida pela B3 exclusivamente para este fim. Em qualquer hipótese, tais Ações ficarão bloqueadas na Central Depositária gerida pela B3 até o encerramento do *Lock-up* da Oferta Private. Não obstante o *Lock-up* da Oferta Private, as Ações subscritas/adquiridas no âmbito da Oferta Private Com *Lock-up* poderão ser outorgadas em garantia da Câmara de Compensação e Liquidação da B3, caso as Ações venham a ser consideradas elegíveis para depósito de garantia, de acordo com os normativos da B3, independentemente das restrições mencionadas acima. Neste caso, a Câmara de Compensação e Liquidação da B3 estará autorizada a desbloquear as Ações subscritas/adquiridas no âmbito da Oferta Private que foram depositadas em garantia para fins de excussão da garantia, nos termos dos normativos da B3.

Caso o preço de mercado das Ações venha a cair e/ou os Investidores Private por quaisquer motivos venham a precisar de liquidez durante o período de Lock-up da Oferta Private e tendo em vista a impossibilidade de oferecer, vender, alugar (emprestar), contratar a venda, dar em garantia ou ceder ou alienar de outra forma ou a qualquer título tais Ações, referidas restrições poderão causar-lhes perdas. Para maiores informações, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Os Investidores Private e os Investidores de Varejo que se comprometerem a observar o Lock-up da Oferta Private e o Lock-up da Oferta de Varejo, respectivamente, diante da impossibilidade de transferir, emprestar, onerar, dar em garantia ou permutar, de forma direta ou indireta, a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia de sua titularidade após a liquidação da Oferta, poderão incorrer em perdas em determinadas situações" na página 77 deste Prospecto.

Oferta de Varejo

O montante de, no mínimo, [10]% e, no máximo, [20]% das Ações ofertadas no âmbito da Oferta (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, será destinado à colocação pública para Investidores de Varejo, conforme disposto a seguir:

(i) o montante de, no mínimo, [7]% e, no máximo, [10]% das Ações ofertadas no âmbito da Oferta (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), será destinado à colocação pública para Investidores de Varejo Com *Lock-up* ("**Oferta de Varejo Com *Lock-up***"), sendo certo que, caso haja demanda de Investidores de Varejo Com *Lock-up (a)* de até [7]% do total de Ações ofertado no âmbito da Oferta (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), tais pedidos serão integralmente atendidos e terão alocação garantida; e *(b)* superior a [7]% do total de Ações ofertado no âmbito da Oferta (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), a alocação, desde que o montante mínimo estipulado para a Oferta de Varejo Sem *Lock-up* tenha sido atendido, nos termos do item (ii)(ii) abaixo, será definida a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, observado que, nesse caso, poderá haver Rateio da Oferta de Varejo Com *Lock-up*; e

(ii) o montante de, no mínimo, [3]% e, no máximo, [10]% das Ações ofertadas no âmbito da Oferta (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), será destinado à colocação pública para Investidores de Varejo Sem *Lock-up* ("**Oferta de Varejo Sem *Lock-up***" e, em conjunto com a Oferta de Varejo Com *Lock-up*, a "**Oferta de Varejo**"), sendo certo que, caso haja demanda de Investidores de Varejo Sem Lock-up (a) de até [3]% do total de Ações ofertado no âmbito da Oferta (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), tais pedidos serão integralmente atendidos e terão alocação garantida; e (b) superior a [3]% do total de Ações ofertado no âmbito da Oferta (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), a alocação, desde que o montante mínimo estipulado para a Oferta de Varejo Sem *Lock-up* tenha sido atendido, nos termos do item (i) acima, será definida a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, observado que, neste caso, poderá haver Rateio da Oferta de Varejo Sem *Lock-up*.

A Oferta de Varejo será realizada exclusivamente junto a Investidores de Varejo que realizarem Pedido de Reserva junto a uma única Instituição Consorciada, durante o Período de Reserva, ou, no caso de Investidores de Varejo que sejam Pessoas Vinculadas, durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva da Oferta de Varejo, observado o disposto neste item.

Os Pedidos de Reserva poderão ser efetuados pelos Investidores de Varejo de maneira irrevogável e irretratável, exceto pelo disposto nas alíneas (a), (c) e (e) abaixo e nas seções "Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta", "Suspensão ou Cancelamento da Oferta" e "Violações de Normas de Conduta" nas páginas 62, 63 e 65, respectivamente, deste Prospecto, observadas as condições do próprio instrumento de Pedido de Reserva, de acordo com as seguintes condições:

(a) durante o Período de Reserva ou o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, conforme o caso, cada um dos Investidores de Varejo interessados em participar da Oferta de Varejo deverá realizar a reserva de Ações, mediante o preenchimento do Pedido de Reserva junto a uma única Instituição Consorciada, nos termos da Deliberação CVM 476, observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva da Oferta de Varejo, sendo que tais Investidores de Varejo poderão estipular, no Pedido de Reserva, como condição de eficácia de seu Pedido de Reserva, um preço máximo por Ação, conforme previsto no artigo 45, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400, sem necessidade de posterior confirmação. Caso o Investidor de Varejo estipule um preço máximo por Ação no Pedido de Reserva abaixo do Preço por Ação, o seu Pedido de Reserva será automaticamente cancelado pela respectiva Instituição Consorciada, sendo os valores eventualmente depositados devolvidos, no prazo máximo de 3 dias úteis contados da divulgação do Anúncio de Início, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada);

(b) os Investidores de Varejo que tenham interesse em participar da Oferta de Varejo Com *Lock-up* deverão, necessariamente, indicar no Pedido de Reserva que estão de acordo com o *Lock-up* da Oferta de Varejo (conforme definido abaixo), sob pena de serem considerados Investidores de Varejo Sem *Lock-up* e não participarem da Oferta de Varejo Com *Lock-up*;

(c) **os Investidores de Varejo deverão indicar, obrigatoriamente, no respectivo Pedido de Reserva, a sua qualidade ou não de Pessoa Vinculada, sob pena de seu Pedido de Reserva ser cancelado pela respectiva Instituição Consorciada**. Caso seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 à quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), será

vedada a colocação de Ações junto a Investidores de Varejo que sejam Pessoas Vinculadas, com exceção daqueles que tenham realizado Pedido de Reserva durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, sendo os Pedidos de Reserva realizados por Investidores de Varejo que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente cancelados, e os valores depositados devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada), no prazo máximo de 3 dias úteis contados do pedido de cancelamento do respectivo Pedido de Reserva;

(d) após a concessão dos registros da Oferta pela CVM, a quantidade de Ações subscritas/adquiridas e o respectivo valor do investimento dos Investidores de Varejo, serão informados a cada Investidor de Varejo até às 12:00 horas do dia útil imediatamente seguinte à data de divulgação do Anúncio de Início pela Instituição Consorciada que houver recebido o respectivo Pedido de Reserva, por meio de mensagem enviada ao endereço eletrônico fornecido no Pedido de Reserva ou, na sua ausência, por telefone, fac-símile ou correspondência, sendo o pagamento a ser feito de acordo com a alínea (e) abaixo limitado ao valor do Pedido de Reserva e ressalvada a possibilidade de Rateio da Oferta de Varejo (conforme definido abaixo);

(e) cada Investidor de Varejo deverá efetuar o pagamento do valor indicado na alínea (d) acima junto à Instituição Consorciada com que tenha realizado o respectivo Pedido de Reserva, à vista, em moeda corrente nacional, em recursos imediatamente disponíveis, até as 10:30 horas da Data de Liquidação. Não havendo pagamento pontual, a Instituição Consorciada junto à qual o Pedido de Reserva tenha sido realizado irá garantir a liquidação por parte do Investidor de Varejo e o Pedido de Reserva será automaticamente cancelado por tal Instituição Consorciada;

(f) até às 16:00 horas da Data de Liquidação, a B3, em nome de cada Instituição Consorciada junto à qual o Pedido de Reserva tenha sido realizado, entregará a cada Investidor do de Varejo o número de Ações correspondente à relação entre o valor do investimento pretendido constante do Pedido de Reserva e o Preço por Ação, desde que efetuado o pagamento previsto acima, ressalvadas as possibilidades de desistência e cancelamento previstas nas alíneas (a), (c) e (e) acima e nas seções "Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta", "Suspensão ou Cancelamento da Oferta" e "Violações de Normas de Conduta" nas páginas 62, 63 e 65, respectivamente, deste Prospecto e a possibilidade de Rateio da Oferta de Varejo. Caso tal relação resulte em fração de Ação, o valor do investimento será limitado ao valor correspondente ao maior número inteiro de Ações, desprezando-se a referida fração;

(g) caso o total de Ações objeto dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores de Varejo Com *Lock-up* (i) seja igual ou inferior ao montante mínimo de Ações destinado à Oferta de Varejo Com *Lock-up*, não haverá Rateio da Oferta de Varejo Com *Lock-up* (conforme definido abaixo), sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva realizados por Investidores de Varejo Com *Lock-up*, de modo que as Ações destinadas à Oferta de Varejo Com *Lock-up* remanescentes, se houver, poderão ser destinadas à Oferta de Varejo Sem *Lock-up*; ou (ii) exceda o montante máximo de Ações destinadas à Oferta de Varejo Com *Lock-up*, será realizado rateio entre os respectivos Investidores de Varejo Com *Lock-up* que apresentarem Pedido de Reserva proporcionalmente ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações ("**Rateio da Oferta de Varejo Com *Lock-up***");

(h) caso o total de Ações destinadas à Oferta de Varejo Sem *Lock-up* (após a Oferta de Varejo Com *Lock-up*) objeto dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores de Varejo Sem *Lock-up* (i) seja igual ou inferior ao montante mínimo de Ações destinado à Oferta de Varejo Sem *Lock-up* (após a Oferta de Varejo Com *Lock-up*), não haverá Rateio da Oferta de Varejo Sem *Lock-up* (conforme definido abaixo), sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva realizados por Investidores de Varejo Sem *Lock-up*, de modo que as Ações destinadas à Oferta de Varejo Sem *Lock-up* remanescentes, se houver, poderão ser destinadas à Oferta Institucional; ou (ii) exceda o montante máximo de Ações destinadas à Oferta de Varejo Sem *Lock-up* (após a Oferta de Varejo Com *Lock-up*), será realizado rateio entre os respectivos Investidores de Varejo Sem *Lock-up* que apresentarem Pedido de Reserva proporcionalmente ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações ("**Rateio da Oferta de Varejo Sem *Lock-up***" e, em conjunto com o Rateio da Oferta de Varejo Com *Lock-up*, "**Rateio da Oferta de Varejo**"); e

(i) caso haja Rateio da Oferta de Varejo, os valores depositados em excesso serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada), no prazo máximo de 3 dias úteis contados da Data de Liquidação.

Lock-up* da Oferta de Varejo**. Os Investidores de Varejo Com *Lock-up* que indicarem no Pedido de Reserva que estão de acordo com o *Lock-up* da Oferta de Varejo e subscreverem/adquirirem Ações no âmbito da Oferta de Varejo Com *Lock-up* não poderão, pelo prazo de 45 dias contados da data de divulgação do Anúncio de Início, oferecer, vender, alugar (emprestar), contratar a venda, dar em garantia ou ceder ou alienar de outra forma ou a qualquer título, tais Ações ("Lock-up* da Oferta de Varejo**"). Dessa forma, como condição para a participação na Oferta de Varejo Com *Lock-up*, cada Investidor de Varejo Com *Lock-up*, ao realizar seu Pedido de Reserva, estará autorizando seu agente de custódia na Central Depositária gerida pela B3 a depositar tais Ações para a carteira mantida pela Central Depositária gerida pela B3 exclusivamente para este fim. Em qualquer hipótese, tais Ações ficarão bloqueadas na Central Depositária gerida pela B3 até o encerramento do *Lock-up* da Oferta de Varejo. Não obstante o *Lock-up* da Oferta de Varejo, as Ações subscritas/adquiridas no âmbito da Oferta de Varejo Com *Lock-up* poderão ser outorgadas em garantia da Câmara de Compensação e Liquidação da B3, caso as Ações venham a ser consideradas elegíveis para depósito de garantia, de acordo com os normativos da B3, independentemente das restrições mencionadas acima. Neste caso, a Câmara de Compensação e Liquidação da B3 estará autorizada a desbloquear as Ações subscritas/adquiridas no âmbito da Oferta de Varejo Com *Lock-up* que foram depositadas em garantia para fins de excussão da garantia, nos termos dos normativos da B3.

Caso o preço de mercado das Ações venha a cair e/ou os Investidores de Varejo por quaisquer motivos venham a precisar de liquidez durante o período de Lock-up da Oferta de Varejo aplicável e tendo em vista a impossibilidade das Ações subscritas/adquiridas no âmbito da Oferta Private serem transferidas, emprestadas, oneradas, dadas em garantia ou permutadas, de forma direta ou indireta, tais restrições poderão causar-lhes perdas. Para mais informações, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Os Investidores Private e os Investidores de Varejo que se comprometerem a observar o Lock-up da Oferta Private e o Lock-up da Oferta de Varejo, respectivamente, diante da impossibilidade de transferir, emprestar, onerar, dar em garantia ou permutar, de forma direta ou indireta, a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia de sua titularidade após a liquidação da Oferta, poderão incorrer em perdas em determinadas situações", na página 77 deste Prospecto.

Oferta Institucional

A Oferta Institucional será realizada exclusivamente pelos Coordenadores da Oferta e pelos Agentes de Colocação Internacional junto a Investidores Institucionais.

Após o atendimento dos Pedidos de Reserva, nos termos da Oferta Não Institucional, as Ações remanescentes que não forem colocadas na Oferta Não Institucional serão destinadas à colocação pública junto a Investidores Institucionais, por meio dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional, não sendo admitidas para tais Investidores Institucionais reservas antecipadas nem sendo estipulados valores mínimo ou máximo de investimento, uma vez que cada Investidor Institucional deverá assumir a obrigação de verificar se está cumprindo com os requisitos para participar da Oferta Institucional, para então apresentar suas intenções de investimento durante o Procedimento de *Bookbuilding*. Os Agentes de Colocação Internacional realizarão esforços de colocação de Ações, exclusivamente no exterior, junto a Investidores Estrangeiros, nos termos do Contrato de Distribuição Internacional e da legislação aplicável.

Caso o número de Ações objeto de intenções de investimento recebidas de Investidores Institucionais durante o Procedimento de *Bookbuilding*, na forma do artigo 44 da Instrução CVM 400, exceda o total de Ações remanescentes após o atendimento dos Pedidos de Reserva, nos termos e condições descritos acima, terão prioridade no atendimento de suas respectivas intenções de investimento os Investidores Institucionais que, a critério da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, levando em consideração o disposto no plano de distribuição, nos termos do artigo 33, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400, melhor atendam ao objetivo da Oferta de criar uma base diversificada de acionistas, formada por Investidores Institucionais com diferentes critérios de avaliação sobre as perspectivas da Companhia, seu setor de atuação e a conjuntura macroeconômica brasileira e internacional.

Até às 16:00 horas do primeiro dia útil subsequente à data de disponibilização do Anúncio de Início, os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional informarão aos Investidores Institucionais, por meio de seu endereço eletrônico, ou, na sua ausência, por telefone, fac-símile ou correspondência, a Data de Liquidação, a quantidade de Ações alocadas, o Preço por Ação e o valor do respectivo investimento. A entrega das Ações deverá ser efetivada na Data de Liquidação, mediante pagamento à vista, em moeda corrente nacional e em recursos imediatamente disponíveis, do valor resultante do Preço por Ação multiplicado pela quantidade de Ações objeto das respectivas intenções de investimento, em conformidade com os procedimentos previstos no Contrato de Distribuição. Os Investidores Estrangeiros deverão realizar a subscrição/aquisição das Ações por meio dos mecanismos de investimento regulamentados pelo CMN, pelo Banco Central e/ou CVM.

A subscrição das Ações pelos Investidores Institucionais será formalizada mediante preenchimento do termo de aceitação (conforme solicitação de dispensa do boletim de subscrição/contrato de compra e venda de ações), que informa ao Investidor Institucional sobre o procedimento para a entrega das Ações (observada a possibilidade de dispensa de apresentação do boletim de subscrição, devendo o termo de aceitação ser utilizado por todos os Coordenadores da Oferta de acordo com os procedimentos internos de cada Coordenador da Oferta para formalização do referido documento, nos termos da Deliberação CVM 860, com respaldo no parágrafo 2º do artigo 85 da Lei das Sociedades por Ações), cujo modelo foi previamente apresentado à CVM e da Deliberação da CVM n° 860, de 22 de julho de 2020). As Ações que forem objeto de esforços de colocação no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional, junto a Investidores Estrangeiros, serão obrigatoriamente subscritas/adquiridas e integralizadas/liquidadas no Brasil junto aos Coordenadores da Oferta, em moeda corrente nacional por meio dos mecanismos previstos na Resolução CMN 4.373 e na Resolução CVM 13, ou na Lei 4.131.

Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta

A Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta poderão requerer que a CVM autorize a modificação ou a revogação da Oferta caso ocorram alterações posteriores, relevantes e inesperadas nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido dos registros da Oferta ou que o fundamente, que resultem em um aumento relevante nos riscos assumidos pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores e inerentes à própria Oferta.

Além disso, caso (i) seja verificada divergência relevante entre as informações constantes do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo que altere substancialmente o risco assumido pelos investidores, ou as suas decisões de investimento, nos termos do artigo 45, parágrafo 4°, da Instrução CVM 400; (ii) a Oferta seja suspensa, nos termos dos artigos 19 e 20 da Instrução CVM 400; (iii) a Oferta seja modificada, nos termos dos artigos 25 e 27 da Instrução CVM 400; e/ou (iv) haja um Evento de Fixação de Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, os Investidores Não Institucionais poderão desistir dos respectivos Pedidos de Reserva, sem quaisquer ônus, devendo, para tanto, informar sua decisão à Instituição Consorciada que tenha recebido seus respectivos Pedidos de Reserva (por meio de mensagem eletrônica, fac-símile ou correspondência enviada ao endereço da Instituição Consorciada) (a) até às 12:00 horas do 5° dia útil subsequente à data de disponibilização do Prospecto Definitivo, no caso do item (i) acima; (b) até às 14:00 horas do 5º dia útil subsequente à data em que o investidor for comunicado diretamente pela Instituição Consorciada, conforme aplicável, sobre a suspensão ou a modificação da Oferta, nos casos dos itens (ii) e (iii) acima; e (c) até às 14:00 horas do 5° dia útil subsequente à data de disponibilização do Anúncio de Retificação ou à data de recebimento, pelo investidor, da comunicação direta pela Instituição Consorciada acerca da suspensão, modificação da Oferta ou do Evento de Fixação de Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, no caso do item (iv) acima.

Adicionalmente, a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta poderão modificar, a qualquer tempo, a Oferta, a fim de melhorar seus termos e condições para os investidores, conforme disposto no artigo 25, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400.

Caso o requerimento de modificação nas condições da Oferta seja aceito pela CVM, o encerramento do Prazo de Distribuição poderá ser adiado em até 90 dias. Se a Oferta for cancelada, os atos de aceitação anteriores e posteriores ao cancelamento serão considerados ineficazes.

A revogação, suspensão ou qualquer modificação na Oferta será imediatamente divulgada por meio de Anúncio de Retificação.

Em qualquer hipótese, a revogação ou cancelamento tornam ineficazes a Oferta e os atos de aceitação anteriores ou posteriores, devendo ser restituídos integralmente aos investidores aceitantes os valores dados em contrapartida às Ações, no prazo de 3 dias úteis contados da data de divulgação da revogação, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada).

Na hipótese de suspensão ou modificação da Oferta ou em caso de Evento de Fixação de Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, nos termos dos artigos 20 e 27 da Instrução CVM 400, as Instituições Consorciadas deverão acautelar-se e certificar-se, no momento das aceitações da Oferta, de que o Investidor Não Institucional está ciente de que a Oferta foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições estabelecidas. Caso o Investidor Não Institucional já tenha aderido à Oferta, cada Instituição Consorciada deverá comunicar diretamente, por correio eletrônico, correspondência física ou qualquer outra forma de comunicação passível de comprovação ao Investidor Não Institucional que tenha efetuado Pedido de Reserva junto a tal Instituição Consorciada a respeito da modificação efetuada.

Para mais informações, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Como resultado do Procedimento de Bookbuilding, o Preço por Ação poderá ser fixado em valor inferior à Faixa Indicativa e, nesta hipótese, os Investidores Não Institucionais poderão exercer a opção de desistir de seus Pedidos de Reserva", na página 76 deste Prospecto.

Após a divulgação do Anúncio de Retificação, os Coordenadores da Oferta só aceitarão intenções de investimento no Procedimento de *Bookbuilding* e as Instituições Consorciadas só aceitarão Pedidos de Reserva daqueles investidores que estejam cientes dos termos do Anúncio de Retificação. Os investidores que já tiverem aderido à Oferta serão considerados cientes dos termos do Anúncio de Retificação quando, passados 5 dias úteis do recebimento da comunicação, não revogarem expressamente suas intenções no Procedimento de *Bookbuilding* ou seus Pedidos de Reserva. Nesta hipótese, os Coordenadores da Oferta e/ou as Instituições Consorciadas presumirão que os investidores pretendem manter a declaração de aceitação.

Suspensão ou Cancelamento da Oferta

Nos termos do artigo 19 da Instrução CVM 400, a CVM (a) poderá suspender ou cancelar, a qualquer tempo, uma oferta que: (i) esteja se processando em condições diversas das constantes da Instrução CVM 400 ou do registro; ou (ii) tenha sido havida por ilegal, contrária à regulamentação da CVM ou fraudulenta, ainda que após obtido o respectivo registro; e (b) deverá suspender qualquer oferta quando verificar ilegalidade ou violação de regulamento sanáveis.

O prazo de suspensão de uma oferta não poderá ser superior a 30 dias, durante o qual a irregularidade apontada deverá ser sanada. Findo tal prazo sem que tenham sido sanados os vícios que determinaram a suspensão, a CVM deverá ordenar a retirada da referida oferta e cancelar o respectivo registro. Ademais, a rescisão do Contrato de Distribuição importará no cancelamento dos registros da Oferta, nos termos do artigo 19, parágrafo 4º, da Instrução CVM 400.

A suspensão ou o cancelamento da Oferta será informado aos investidores que já tenham aceitado a Oferta, sendo-lhes facultado, na hipótese de suspensão, a possibilidade de revogar a aceitação até às 16:00 horas do 5° dia útil posterior ao recebimento da respectiva comunicação. Todos os investidores que já tenham aceitado a Oferta, na hipótese de seu cancelamento, e os investidores que tenham revogado a sua aceitação, na hipótese de suspensão, conforme previsto acima, terão direito à restituição integral dos valores dados em contrapartida às Ações, conforme o disposto no parágrafo único do artigo 20 da Instrução CVM 400, no prazo de 3 dias úteis, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada).

A rescisão do Contrato de Distribuição importará no cancelamento dos registros da Oferta, nos termos do artigo 19, parágrafo 4º, da Instrução CVM 400.

Prazo de Distribuição

A data de início da Oferta será divulgada por meio do Anúncio de Início, com data estimada para ocorrer em [•] de [•] de 2021, nos termos do artigo 52 da Instrução CVM 400. O prazo para a distribuição das Ações será (i) de até 6 meses contados da data de divulgação do Anúncio de Início, conforme previsto no artigo 18 da Instrução CVM 400; ou (ii) até a data de divulgação do Anúncio de Encerramento, o que ocorrer primeiro ("**Prazo de Distribuição**").

O término da Oferta e seu resultado serão anunciados mediante divulgação do Anúncio de Encerramento, com data limite para ocorrer em [•] de [•] de 2021, em conformidade com o artigo 29 da Instrução CVM 400.

Liquidação

A liquidação física e financeira das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) deverá ser realizada dentro do prazo de até 2 dias úteis contado da data de divulgação do Anúncio de Início ("**Data de Liquidação**"), de acordo com o disposto no Contrato de Distribuição. A liquidação física e financeira das Ações do Lote Suplementar, caso haja o exercício da Opção de Ações do Lote Suplementar, ocorrerá dentro do prazo de até 2 dias úteis, contado do exercício da Opção de Ações do Lote Suplementar ("**Data de Liquidação das Ações do Lote Suplementar**").

As Ações, as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar, conforme o caso, serão entregues aos respectivos investidores até às 16:00 horas da Data de Liquidação ou da Data de Liquidação das Ações do Lote Suplementar, conforme o caso. As Ações que forem objeto de esforços de colocação no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional, junto a Investidores Estrangeiros, serão obrigatoriamente subscritas/adquiridas e integralizadas/liquidadas no Brasil junto aos Coordenadores da Oferta, em moeda corrente nacional, por meio dos mecanismos previstos na Resolução CMN 4.373 e na Resolução CVM 13, ou na Lei 4.131.

Informações sobre a Garantia Firme de Liquidação

A garantia firme de liquidação a ser prestada pelos Coordenadores da Oferta consiste na obrigação individual e não solidária de integralização/liquidação, pelos Coordenadores da Oferta, na Data de Liquidação, da totalidade das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) que não forem integralizadas/liquidadas pelos investidores que as subscreverem/adquirirem na Oferta, na proporção e até os limites individuais de garantia firme de cada um dos Coordenadores da Oferta, conforme indicado no Contrato de Distribuição ("**Garantia Firme de Liquidação**").

Caso as Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) efetivamente subscritas/adquiridas por investidores não tenham sido totalmente integralizadas/liquidadas na Data de Liquidação, cada um dos Coordenadores da Oferta, observado o disposto no Contrato de Distribuição, realizará, de forma individual e não solidária, a integralização/liquidação, na Data de Liquidação, na proporção e até os limites individuais previstos no Contrato de Distribuição, da totalidade do eventual saldo resultante da diferença entre (i) o número de Ações objeto da Garantia Firme de Liquidação prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta, multiplicado pelo Preço por Ação, nos termos do Contrato de Distribuição e (ii) o número de Ações (considerando as Ações Adicionais, se houver, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) efetivamente integralizadas/liquidadas por investidores no mercado, multiplicado pelo Preço por Ação a ser definido conforme o Procedimento de *Bookbuilding*. A Garantia Firme de Liquidação, individual e não solidária, passará a ser vinculante a partir do momento em que, cumulativamente, for concluído o Procedimento de *Bookbuilding*, assinado o Contrato de Distribuição e o Contrato de Distribuição Internacional, concedido o registro da Companhia como companhia aberta sob a categoria "A", deferidos os registros da Oferta pela CVM, divulgado o Anúncio de Início e disponibilizado o Prospecto Definitivo, sendo eficaz a partir do momento em que forem cumpridas as condições suspensivas previstas no Contrato de Distribuição e no Contrato de Distribuição Internacional.

Para fins do disposto no item 5 do Anexo VI, da Instrução CVM 400, em caso de exercício da Garantia Firme de Liquidação e posterior revenda das Ações junto ao público pelos Coordenadores da Oferta, por si ou por suas afiliadas, nos termos do Contrato de Distribuição, durante o Prazo de Distribuição, o preço de revenda dessas Ações será o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia, limitado ao Preço por Ação, sendo certo que o disposto nesse parágrafo não se aplica às operações realizadas em decorrência das atividades previstas no Contrato de Estabilização, conforme disposto na seção "Informações Sobre a Oferta – Estabilização do Preço das Ações" na página 50 deste Prospecto.

Segue abaixo relação das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) objeto de Garantia Firme de Liquidação prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta:

Coordenadores da Oferta	Quantidade de Ações[1]	Quantidade de Ações[2]	Percentual
			(%)
Coordenador Líder	[•]	[•]	[•]%
Santander	[•]	[•]	[•]%
UBS BB	[•]	[•]	[•]%
Citi	[•]	[•]	[•]%
Total	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Sem considerar a colocação das Ações Adicionais.
(2) Considerando a colocação das Ações Adicionais.

A proporção prevista acima poderá ser realocada de comum acordo entre os Coordenadores da Oferta.

Contrato de Distribuição e Contrato de Distribuição Internacional

O Contrato de Distribuição e o Contrato de Distribuição Internacional estabelecem que a obrigação dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional de efetuarem a colocação das Ações, bem como de suas respectivas garantias firme estarão sujeitas a determinadas condições, não limitada (i) a entrega de opiniões legais e cartas negativas de conforto (*negative comfort letter*) pelos assessores jurídicos da Companhia e dos Acionistas Vendedores, dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional; e (ii) a assinatura de compromissos de restrição à negociação de Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up* pela Companhia, pelos Acionistas Vendedores e por determinados acionistas e Administradores. De acordo com o Contrato de Distribuição e o Contrato de Distribuição Internacional, a Companhia obriga-se a indenizar os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional em certas circunstâncias e contra determinadas contingências.

Adicionalmente, a Companhia e os Acionistas Vendedores são obrigados, nos termos do Contrato de Distribuição Internacional, a indenizar os Agentes de Colocação Internacional na ocasião de perdas no exterior por conta de incorreções relevantes ou omissões relevantes relativas às informações de sua respectiva responsabilidade nos *Offering Memoranda*. O Contrato de Distribuição Internacional determina ainda que a inobservância às leis de valores mobiliários dos Estados Unidos pode resultar em eventuais potenciais procedimentos judiciais. A condenação em um procedimento judicial no exterior em relação a incorreções relevantes ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda* poderá ocasionar um impacto significativo e adverso na Companhia e em seus negócios. Para informações sobre os riscos relacionados ao Contrato de Distribuição Internacional, veja a seção "*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A realização desta oferta pública de distribuição das Ações, com esforços de venda no exterior, poderá deixar a Companhia exposta a riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil, com esforços de venda no exterior*", na página 77 deste Prospecto.

Após a divulgação do Anúncio de Início, o Contrato de Distribuição estará disponível para consulta e obtenção de cópias junto aos Coordenadores da Oferta e à CVM, nos endereços físicos indicados na seção "Informações Sobre a Oferta – Informações Adicionais" na página 70 deste Prospecto.

Violações de Normas de Conduta

Na hipótese de haver descumprimento e/ou indícios de descumprimento, por quaisquer das Instituições Consorciadas, de qualquer das obrigações previstas nos respectivos termos de adesão ao Contrato de Distribuição, na carta convite disponibilizada pelo Coordenador Líder ou em qualquer contrato celebrado no âmbito da Oferta, ou, ainda, de qualquer das normas de conduta

previstas na regulamentação aplicável no âmbito da Oferta, incluindo, sem limitação, as normas previstas na Instrução CVM 400 e no Código ANBIMA, especialmente as normas referentes ao período de silêncio, condições de negociação com as ações ordinárias de emissão da Companhia, emissão de relatórios de pesquisa e de *marketing* da Oferta, conforme previsto no artigo 48 da Instrução CVM 400, tal Instituição Consorciada, a critério exclusivo dos Coordenadores da Oferta e sem prejuízo das demais medidas por eles julgadas cabíveis, (i) deixará de integrar o grupo de instituições financeiras responsáveis pela colocação das Ações no âmbito da Oferta, sendo cancelados todos os Pedidos de Reserva e documentos de aceitação da Oferta que tenha recebido e a Instituição Consorciada deverá informar imediatamente aos respectivos investidores sobre referido cancelamento, devendo ser restituídos pela Instituição Consorciada integralmente aos respectivos investidores os valores eventualmente dados em contrapartida às Ações, no prazo máximo de 3 dias úteis contados da data de divulgação do descredenciamento da Instituição Consorciada, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária e, ainda, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada); (ii) arcará integralmente com quaisquer custos, perdas (incluindo lucros cessantes) e prejuízos relativos à sua exclusão como Instituição Consorciada, incluindo custos com publicações, indenizações decorrentes de eventuais condenações judiciais em ações propostas por investidores por conta do cancelamento dos Pedidos de Reserva, honorários advocatícios e demais custos perante terceiros, inclusive custos decorrentes de demandas de potenciais investidores; (iii) indenizará, manterá indene e isentará os Coordenadores da Oferta, suas afiliadas e respectivos administradores, acionistas, sócios, funcionários e empregados, bem como os sucessores e cessionários dessas pessoas por toda e qualquer perda que estes possam incorrer; e (iv) poderá ter suspenso, por um período de 6 meses contados da data da comunicação da violação, o direito de atuar como instituição intermediária em ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários sob a coordenação de quaisquer dos Coordenadores da Oferta. A Instituição Consorciada a que se refere esta seção deverá informar imediatamente o referido cancelamento aos investidores de quem tenha recebido Pedido de Reserva e/ou documentos de aceitação da Oferta. Os Coordenadores da Oferta não serão, em hipótese alguma, responsáveis por quaisquer prejuízos causados aos investidores que tiverem suas intenções de investimento, Pedidos de Reserva e/ou documentos de aceitação da Oferta cancelados por força do descredenciamento da Instituição Consorciada.

Restrições à Negociação das Ações (*Lock-up*)

[A Companhia, os Acionistas Vendedores, determinados acionistas da Companhia e os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia] obrigar-se-ão perante os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional, pelo Período de *Lock-up*, a não efetuar, direta ou indiretamente, quaisquer das seguintes operações com relação a quaisquer ações ordinárias de emissão da Companhia ou quaisquer valores mobiliários conversíveis, exercíveis ou permutáveis por ações ordinárias de emissão da Companhia ("**Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up***"): (i) ofertar, vender, emitir, contratar a venda, empenhar ou de outro modo dispor dos Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*; (ii) ofertar, vender, emitir, contratar a venda, contratar a compra ou outorgar quaisquer opções, direitos ou garantias para adquirir os Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*; (iii) celebrar qualquer contrato de *swap*, *hedge* ou qualquer acordo que transfira a outros, no todo ou em parte, quaisquer dos resultados econômicos decorrentes da titularidade dos Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*; ou (iv) estabelecer ou aumentar uma posição de venda ou liquidar ou diminuir uma posição de compra de Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*; ou (v) protocolar um pedido de registro de oferta pública relacionada aos Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up* ou divulgar publicamente a intenção de efetuar qualquer operação especificada nos itens (i) a (iv), sem o consentimento dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional.].

As vedações listadas acima não se aplicarão nas hipóteses: [(i) doações de boa-fé, desde que, antes de tal doação, o respectivo donatário comprometa-se com os Coordenadores da Oferta por escrito a respeitar o prazo remanescente do Período de *Lock-up*; (ii) transferências a um *trust* em benefício direto ou indireto do próprio signatário do instrumento de *lock-up* e/ou de familiares imediatos do mesmo, desde que, antes de tal transferência, o *trust* comprometa-se por escrito a respeitar o prazo remanescente do Período de *Lock-up*; (iii) transferências a quaisquer coligadas (sociedades pertencentes ao mesmo grupo econômico) conforme definidas na Regra 405 do *Securities Act*, conforme alterada, dos signatários do instrumento de *lock-up,* desde que, antes de tal transferência, o respectivo destinatário comprometa-se com os Coordenadores da Oferta por escrito a respeitar o prazo remanescente do Período de *Lock-up*; e (iv) transferências realizadas para fins de empréstimo de ações pelo signatário do instrumento de *lock-up* para um Coordenador da Oferta ou a qualquer instituição indicada por tal Coordenador da Oferta, de um determinado número de ações para fins de realização das atividades de estabilização do preço das Ações, nos termos do Contrato de Distribuição e do Contrato de Estabilização.]

A venda ou a percepção de uma possível venda de um volume substancial das ações poderá prejudicar o valor de negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia. **Para mais informações, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – *A emissão, a venda, ou a percepção de uma potencial emissão ou venda, de quantidades significativas das ações ordinárias de emissão da Companhia, inclusive pelos Acionistas Controladores, após a conclusão da Oferta* e/ou após *o Período de Lock-up, poderá afetar adversamente o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário ou a percepção dos investidores sobre a Companhia*", na página 74 deste Prospecto.**

Instituição Financeira Escrituradora das Ações

A instituição financeira contratada para a prestação de serviços de escrituração, custódia e transferência das ações ordinárias de emissão da Companhia é o Banco Bradesco S.A.

Cronograma Tentativo Estimado da Oferta

Segue, abaixo, um cronograma tentativo e indicativo das etapas da Oferta, informando seus principais eventos a partir da data de protocolo do pedido dos registros da Oferta junto à CVM:

#	Eventos	Data[(1)]
1	Protocolo de pedido de registro da Oferta junto à CVM	01 de março de 2021
2	Divulgação do Aviso ao Mercado (sem logotipos das Instituições Consorciadas) Disponibilização deste Prospecto	[•] de [•] de 2021
3	Início das apresentações para potenciais investidores (*roadshow*) Início do Procedimento de *Bookbuilding*	[•] de [•] de 2021
4	Nova disponibilização do Aviso ao Mercado (com logotipos das Instituições Consorciadas) Início do Período de Reserva Início do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas	[•] de [•] de 2021
5	Encerramento do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas	[•] de [•] de 2021
6	Encerramento do Período de Reserva	[•] de [•] de 2021
7	Encerramento das apresentações para potenciais investidores (*roadshow*) Encerramento do Procedimento de *Bookbuilding* Fixação do Preço por Ação Aprovação do Preço por Ação pela Companhia Assinatura do Contrato de Distribuição, do Contrato de Distribuição Internacional e dos demais contratos relacionados à Oferta Início do prazo de exercício da Opção de Ações do Lote Suplementar	[•] de [•] de 2021
8	Concessão dos registros da Oferta e da Companhia como emissora de valores mobiliários sob a categoria "A" pela CVM Divulgação do Anúncio de Início Disponibilização do Prospecto Definitivo	[•] de [•] de 2021
9	Início de negociação das Ações no segmento do Novo Mercado da B3 Início do prazo de exercício da Opção de Ações do Lote Suplementar	[•] de [•] de 2021
10	Data de Liquidação	[•] de [•] de 2021
11	Data limite do prazo de exercício da Opção de Ações do Lote Suplementar	[•] de [•] de 2021
12	Data limite para a liquidação das Ações do Lote Suplementar	[•] de [•] de 2021
13	Término do *Lock-up* da Oferta de Varejo	[•] de [•] de 2021
14	Término do *Lock-up* da Oferta Private	[•] de [•] de 2021
15	Data limite para a divulgação do Anúncio de Encerramento	[•] de [•] de 2021

(1) Todas as datas futuras previstas são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações, suspensões, antecipações ou prorrogações a critério da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta. Qualquer modificação no cronograma da distribuição deverá ser comunicada à CVM e poderá ser analisada como modificação da Oferta, seguindo o disposto nos artigos 25 e 27 da Instrução CVM 400. Ainda, caso ocorram alterações das circunstâncias, revogação ou modificação da Oferta, tal cronograma poderá ser alterado.

Será admitido o recebimento de reservas para subscrição das Ações a partir da nova divulgação do Aviso ao Mercado (com o logotipo das Instituições Consorciadas), para subscrição/aquisição das Ações, as quais somente serão confirmadas pelo subscritor/adquirente por meio do pagamento do valor informado pela Instituição Consorciada que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva e serão formalizadas, nos termos do artigo 85, parágrafo 1º da Lei das Sociedades por Ações, por meio do sistema de registro da B3, sendo, portanto, dispensado a apresentação de boletim de subscrição e contrato de compra e venda, nos termos da Deliberação CVM nº 860.

Na hipótese de suspensão, cancelamento, modificação ou revogação da Oferta, este cronograma será alterado, nos termos da Instrução da CVM 400. Quaisquer comunicados ao mercado relativos a tais eventos relacionados à Oferta serão informados por meio de anúncio divulgado nas páginas da Companhia, das Instituições Participantes da Oferta, da CVM e da B3 na rede mundial de computadores, constantes da seção "Informações sobre a Oferta – Divulgação de Avisos e Anúncios da Oferta" na página 69 deste Prospecto, mesmos meios utilizados para divulgação do Aviso ao Mercado e do Anúncio de Início.

Para informações sobre os prazos, termos, condições e forma para devolução e reembolso dos valores dados em contrapartida às Ações, nos casos de suspensão, cancelamento, modificação ou revogação da Oferta, consulte este Prospecto. Para informações sobre os prazos, condições e preço de revenda no caso de alienação das Ações integralizadas/liquidadas pelos Coordenadores da Oferta, em decorrência do exercício da Garantia Firme de Liquidação, nos termos descritos no Contrato de Distribuição, veja a seção "Informações Sobre a Oferta – Informações sobre a Garantia Firme de Liquidação" na página 64 deste Prospecto.

A Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta realizarão apresentações aos investidores (*roadshow*), no Brasil e no exterior, no período compreendido entre a data em que este Prospecto for disponibilizado e a data em que for determinado o Preço por Ação, inclusive.

Inadequação da Oferta

Não há inadequação específica da Oferta a certo grupo ou categoria de investidor. Como todo e qualquer investimento em valores mobiliários de renda variável, o investimento nas Ações apresenta riscos e possibilidade de perdas patrimoniais que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimentos. Portanto, uma decisão de investimento nas Ações requer experiência e conhecimentos específicos que permitam ao investidor uma análise detalhada dos negócios da Companhia, mercado de atuação e os riscos inerentes aos negócios da Companhia, que podem, inclusive, ocasionar a perda integral do valor investido. O investimento em Ações não é, portanto, adequado a investidores avessos aos riscos relacionados à volatilidade do mercado de capitais e aos setores em que a Companhia atua. Recomenda-se que os interessados em participar da Oferta consultem seus advogados, contadores, consultores financeiros e demais profissionais que julgarem necessários para auxiliá-los na avaliação da adequação da Oferta ao perfil de investimento, dos riscos inerentes aos negócios da Companhia e ao investimento nas Ações.

O investimento em ações representa um investimento de risco, uma vez que é um investimento em renda variável e, assim, os investidores que pretendam investir nas Ações estão sujeitos a perdas patrimoniais e riscos, inclusive àqueles relacionados às Ações, à Companhia, ao setor da economia em que esta atua, aos seus acionistas e ao ambiente macroeconômico do Brasil, descritos neste Prospecto e no Formulário de Referência, anexo a este Prospecto, e que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. O investimento em ações é um investimento em renda variável, não sendo, portanto, adequado a investidores avessos aos riscos relacionados à volatilidade do mercado de capitais. Ainda assim, não há qualquer classe ou categoria de investidor que esteja proibida por lei de subscrever/adquirir Ações ou, com relação à qual o investimento em Ações seria, no entendimento da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, inadequado.

Divulgação de Avisos e Anúncios da Oferta

O Aviso ao Mercado, bem como sua nova disponibilização (com o logotipo das Instituições Consorciadas), o Anúncio de Início, o Anúncio de Encerramento, eventuais Anúncios de Retificação, bem como todo e qualquer aviso ou comunicado relativo à Oferta serão disponibilizados, até o encerramento da Oferta, exclusivamente nas páginas na rede mundial de computadores da Companhia das Instituições Participantes da Oferta, da CVM e da B3.

Nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 400, os Acionistas Vendedores foram dispensados pela CVM de divulgar o Aviso ao Mercado, bem como sua nova disponibilização (com logotipos das Instituições Consorciadas), o Anúncio de Início, o Anúncio de Encerramento, eventuais Anúncios de Retificação, bem como todo e qualquer aviso ou comunicado relativo à Oferta, uma vez que os Acionistas Vendedores não possuem página própria registrada na rede mundial de computadores para este fim.

COMPANHIA
www.avenida.com.br/ri (neste *website*, clicar no título do documento correspondente).

COORDENADORES DA OFERTA

Banco Itaú BBA S.A.
http://www.itau.com.br/itaubba-pt/nossos-negocios/ofertas-publicas/ (neste *website*, clicar em "Grupo Avenida S.A." e, posteriormente, em "2021" e, em seguida, em "Oferta Pública Inicial de Ações (IPO)" e, por fim, selecionar o respectivo anúncio, aviso ou comunicado da Oferta).

Banco Santander (Brasil) S.A.
www.santander.com.br/prospectos (neste *website*, acessar o link "Ofertas em andamento", posteriormente identificar "IPO Grupo Avenida" e clicar no título do documento correspondente).

UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.
https://www.ubs.com/br/pt/ubs_corretora/ofertas-publicas.html (neste *website*, clicar no título do documento correspondente no subitem "Grupo Avenida S.A.").

Citigroup Global Markets Brasil, Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.
https://corporateportal.brazil.citibank.com/prospectos.html (neste website, clicar em "Grupo Avenida S.A." e, a seguir, clicar em "2021", na sequência, clicar em "Oferta Pública Inicial de Ações (IPO)" e, por fim, selecionar o título do documento correspondente).

INSTITUIÇÕES CONSORCIADAS

Informações adicionais sobre as Instituições Consorciadas podem ser obtidas nas dependências das Instituições Consorciadas credenciadas junto à B3 para participar da Oferta, bem como na página da rede mundial de computadores da B3 (www.b3.com.br).

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
www.cvm.gov.br (neste *website*, acessar "Central de Sistemas" na página inicial, acessar "Ofertas Públicas", em seguida, na tabela de "Primárias", clicar no item "Ações", depois, na página referente a "Ofertas Primárias em Análise", na tabela "Oferta Inicial (IPO) – Volume em R$", acessar o *link* referente à "Grupo Avenida S.A.", no qual serão disponibilizados os anúncios e avisos da Oferta).

B3 S.A. – BRASIL, BOLSA, BALCÃO
http://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/solucoes-para-emissores/ofertas-publicas/ (neste *website*, acessar "Ofertas em andamento", clicar em "Empresas", depois clicar em "Grupo Avenida S.A.", *link* no qual serão disponibilizados os anúncios e avisos da Oferta).

Informações Adicionais

Mais informações sobre a Oferta e sobre o procedimento de reserva das Ações poderão ser obtidas junto aos Coordenadores da Oferta, nos endereços e telefones abaixo mencionados e, no caso de Investidores Não Institucionais, também junto às Instituições Consorciadas.

É recomendada aos investidores a leitura deste Prospecto e do Formulário de Referência em especial as seções "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia" e "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações", nas páginas 18 e 73, respectivamente, deste Prospecto, bem como a seção "4. Fatores de Risco" constante do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto, antes da tomada de qualquer decisão de investimento.

Nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 400, os Acionistas Vendedores foram dispensados pela CVM de divulgar este Prospecto, uma vez que os Acionistas Vendedores não possuem página própria registrada na rede mundial de computadores para este fim.

Os investidores que desejarem obter acesso a este Prospecto, ao Formulário de Referência ou informações adicionais sobre a Oferta deverão acessar as seguintes páginas da rede mundial de computadores da Companhia, das Instituições Participantes da Oferta, da CVM e/ou da B3.

COMPANHIA

Grupo Avenida S.A.
Avenida Ayrton Senna da Silva, nº 12822, Sala 02, Bairro Distrito Industrial
78098-282, Cuiabá, MT
At.: Sr. Carlos Ernane Abrahão
Tel.: +55 (31) 3630-4650
www.avenida.com.br/ri (neste *website*, clicar em "Prospecto Preliminar").

COORDENADORES DA OFERTA

Banco Itaú BBA S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.500, 2º andar
04538-132, São Paulo, SP
At.: Sra. Renata Dominguez
Tel.: +55 (11) 3708-8000
http://www.itau.com.br/itaubba-pt/nossos-negocios/ofertas-publicas/ (neste *website*, clicar em "Grupo Avenida S.A." e, posteriormente, em "2021" e, em seguida, em "Oferta Pública Inicial de Ações (IPO)" e, por fim, selecionar o Prospecto Preliminar).

Banco Santander (Brasil) S.A.
Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2.041 e 2.235, 24º andar
04543-011, São Paulo, SP
At.: Sr. José Pedro Leite da Costa
Tel.: +55 (11) 3553-3489
https://www.santander.com.br/prospectos/ (neste *website*, acessar o link "Ofertas em andamento", posteriormente identificar "IPO Grupo Avenida" e clicar no título do documento correspondente).

UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4.400, 7º andar / parte
CEP 04538-132, São Paulo, SP
At.: Sr. Billy McArthur
Tel.: +1 (212) 713-8758
https://www.ubs.com/br/pt/ubs_corretora/ofertas-publicas.html (neste *website*, clicar em "Prospecto Preliminar" no subitem "[Grupo Avenida S.A.]").

Citigroup Global Markets Brasil, Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Avenida Paulista, 1.111, 16º andar
CEP 01311-920, São Paulo, SP
At.: Sr. Marcelo Millen
Tel.: +55 (11) 4009-2011
https://corporateportal.brazil.citibank.com/prospectos.html (neste website, clicar em "Grupo Avenida S.A." e, a seguir, clicar em "2021", na sequência, clicar em "Oferta Pública Inicial de Ações (IPO)" e, por fim, selecionar o título do documento correspondente).

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS – CVM
Rua de Sete de Setembro, nº 111, 5º andar
CEP 20159-900, Rio de Janeiro, RJ
Rua Cincinato Braga, nº 340, 2º, 3º e 4º andares
CEP 01333-010, São Paulo, SP
www.cvm.gov.br (neste *website*, acessar em "Central de Sistemas" na página inicial, acessar "Ofertas Públicas", em seguida, na tabela de "Primárias", clicar no item "Ações", depois, na página referente a "Ofertas Primárias em Análise", na tabela "Oferta Inicial (IPO) – Volume em R$", acessar o *link* referente à "Grupo Avenida S.A." e, posteriormente, clicar no *link* referente ao Prospecto Preliminar disponível).

B3 S.A. – BRASIL, BOLSA, BALCÃO
http://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/solucoes-paraemissores/ofertas-publicas/ (neste *website*, acessar "Ofertas em andamento", clicar em "Empresas", depois clicar em "Grupo Avenida S.A.", posteriormente acessar "Prospecto Preliminar").

INSTITUIÇÕES CONSORCIADAS

Informações adicionais sobre as Instituições Consorciadas podem ser obtidas nas dependências das Instituições Consorciadas credenciadas junto à B3 para participar da Oferta, bem como na página da rede mundial de computadores da B3 (http://www.b3.com.br/).

O Aviso ao Mercado foi intencionalmente divulgado sem a indicação das Instituições Consorciadas e será novamente divulgado em [•] de [•] de 2021, dia de início do Período de Reserva e do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, com a indicação das Instituições Consorciadas que aderiram à Oferta. A partir de tal data, informações adicionais sobre as Instituições Consorciadas poderão ser obtidas na página da rede mundial de computadores da B3.

Este Prospecto não constitui uma oferta de venda das Ações nos Estados Unidos ou em qualquer outra jurisdição em que a venda seja proibida. As Ações não poderão ser ofertadas ou vendidas nos Estados Unidos ou a pessoas consideradas *U.S. persons*, conforme definido no Regulamento S, sem que haja registro sob o *Securities Act,* ou de acordo com uma isenção de registro nos termos do *Securities Act*. Exceto pelos registros da Oferta pela CVM, a Companhia, os Acionistas Vendedores, os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional não pretendem realizar nenhum registro da Oferta ou das Ações nos Estados Unidos e nem em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país. Qualquer informação aqui contida não deverá ser levada, transmitida, divulgada, distribuída ou disseminada nos Estados Unidos.

Tendo em vista a possibilidade de veiculação de matérias na mídia sobre a Companhia, os Acionistas Vendedores e a Oferta, a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta recomendam que os investidores que baseiem suas decisões de investimento nas informações constantes deste Prospecto e do Formulário de Referência.

O investimento em ações representa um investimento de risco, uma vez que é um investimento em renda variável e, assim, os investidores que pretendam investir nas Ações estão sujeitos a perdas patrimoniais e riscos, inclusive aqueles relacionados às Ações, à Companhia, ao setor da economia em que esta atua, aos seus acionistas e ao ambiente macroeconômico do Brasil descritos neste Prospecto e no Formulário de Referência, anexo a este Prospecto, e que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. O investimento em ações é um investimento em renda variável, não sendo, portanto, adequado a investidores avessos aos riscos relacionados à volatilidade do mercado de capitais.

LEIA ESTE PROSPECTO E O FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA ANTES DE ACEITAR A OFERTA, EM ESPECIAL AS SEÇÕES "SUMÁRIO DA COMPANHIA – PRINCIPAIS FATORES DE RISCO RELATIVOS À COMPANHIA" E "FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES", NAS PÁGINAS 18 E 73, RESPECTIVAMENTE, DESTE PROSPECTO, BEM COMO A SEÇÃO "4. FATORES DE RISCO" DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA ANEXO A ESTE PROSPECTO, PARA CIÊNCIA E AVALIAÇÃO DE CERTOS FATORES DE RISCO QUE DEVEM SER CONSIDERADOS NA TOMADA DE DECISÃO DE INVESTIMENTO COM RELAÇÃO À COMPANHIA, À OFERTA E AO INVESTIMENTO NAS AÇÕES.

FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES

O investimento nas Ações envolve a exposição a determinados riscos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento nas Ações, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Prospecto, incluindo os riscos mencionados abaixo, os riscos constantes da seção "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco da Companhia" na página 18 deste Prospecto, os riscos constantes da seção "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência, e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e respectivas notas explicativas, anexos a este Prospecto.

As atividades da Companhia, sua situação financeira, reputação, seus resultados operacionais, fluxos de caixa, liquidez e/ou negócios futuros podem ser afetados de maneira adversa por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir. O preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia pode diminuir devido à ocorrência de quaisquer desses riscos e/ou outros fatores, e os investidores podem vir a perder parte substancial ou a totalidade de seu investimento. Os riscos descritos abaixo são aqueles que, atualmente, a Companhia acredita que poderão lhe afetar e afetar os titulares de ações ordinárias de sua emissão de maneira adversa. Riscos adicionais e incertezas atualmente não conhecidas pela Companhia ou pelos Acionistas Vendedores, ou que atualmente a Companhia considere irrelevantes, também podem prejudicar suas atividades de maneira significativa.

Para os fins desta seção, a indicação de que um risco, incerteza ou problema pode causar ou ter ou causará ou terá "um efeito adverso para a Companhia" ou lhe "afetará adversamente" ou o uso de expressões similares significa que o risco, incerteza ou problema pode ou poderá resultar em um efeito material adverso em seus negócios, condições financeiras, resultados de operações, fluxo de caixa e/ou perspectivas e/ou o preço de mercado de ações ordinárias de emissão da Companhia. Expressões similares incluídas nesta seção devem ser compreendidas nesse contexto.

Esta seção faz referência apenas aos fatores de risco relacionados à Oferta e às Ações. Para os demais fatores de risco, os investidores devem ler a seção "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco da Companhia" na página 18 deste Prospecto e a seção "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto.

O surto de doenças transmissíveis em todo o mundo, como a atual COVID-19 (causada pelo coronavírus), pode levar a uma maior volatilidade no mercado de capitais global e resultar em pressão negativa sobre a economia mundial e a economia brasileira, impactando o mercado de negociação das ações de emissão da Companhia.

Surtos de doenças que afetem o comportamento das pessoas, como do atual coronavírus ("**COVID-19**"), o Zika, o Ebola, a gripe aviária, a febre aftosa, a gripe suína, a Síndrome Respiratória no Oriente Médio ou MERS e a Síndrome Respiratória Aguda Grave ou SARS, podem ter um impacto adverso relevante no mercado de capitais global, nas indústrias mundiais, na economia mundial e brasileira, nos resultados da Companhia e nas ações de sua emissão.

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde decretou a pandemia decorrente da COVID-19, cabendo aos países membros estabelecerem as melhores práticas para as ações preventivas e de tratamento aos infectados. Como consequência, o surto da COVID-19 resultou em medidas restritivas relacionadas ao fluxo de pessoas impostas pelos governos de diversos países em face da ampla e corrente disseminação do vírus, incluindo quarentena e *lockdown* ao redor do mundo. Como consequência de tais medidas, os países impuseram restrições às viagens e transportes públicos, fechamento prolongado de locais de trabalho, interrupções na cadeia de suprimentos, fechamento do comércio e redução de consumo de uma maneira geral pela população, o que pode resultar na volatilidade no preço de matérias-primas e outros insumos, fatores que conjuntamente exercem um efeito adverso relevante na economia global e na economia brasileira.

Qualquer mudança material nos mercados financeiros ou na economia brasileira como resultado desses eventos mundial pode diminuir o interesse de investidores nacionais e estrangeiros em valores mobiliários de emissores brasileiros, incluindo os valores mobiliários de emissão da Companhia, o que pode afetar adversamente o preço de mercado de tais valores mobiliários e também pode dificultar o acesso ao mercado de capitais e financiamento das operações da Companhia no futuro em termos aceitáveis.

A volatilidade e a falta de liquidez do mercado brasileiro de valores mobiliários poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as ações ordinárias de emissão da Companhia pelo preço e na ocasião que desejarem.

As Ações nunca foram negociadas em bolsa de valores e, portanto, um mercado ativo e líquido para as Ações poderá não se desenvolver ou, se desenvolvido, pode não se manter, e a cotação das Ações pode ser adversamente afetada em seguida à Oferta.

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, como o Brasil, envolve maior risco em comparação a outros mercados mundiais com condições políticas e econômicas mais estáveis, sendo tais investimentos considerados, em geral, de natureza mais especulativa. Esses investimentos estão sujeitos a determinados riscos econômicos e políticos, tais como, entre outros: (i) mudanças no ambiente regulatório, fiscal, econômico e político que possam afetar a capacidade de investidores de obter retorno, total ou parcial, em relação a seus investimentos; e (ii) restrições a investimento estrangeiro e a repatriamento do capital investido.

O mercado brasileiro de valores mobiliários é substancialmente menor, menos líquido e mais concentrado do que os principais mercados de valores mobiliários, podendo, inclusive, ser mais volátil do que alguns mercados internacionais, como os dos Estados Unidos.

Essas características do mercado de capitais brasileiro poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as ações ordinárias de emissão da Companhia, de que sejam titulares, pelo preço e na ocasião desejados, o que pode ter efeito substancialmente adverso na liquidez e, consequentemente, no preço das ações ordinárias de emissão da Companhia. Se um mercado ativo e líquido de negociação não for desenvolvido e mantido, o preço de negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia pode ser negativamente impactado.

A emissão, a venda ou a percepção de uma potencial emissão ou venda de quantidades significativas das ações ordinárias de emissão da Companhia após a conclusão da Oferta e/ou após o período de Lock-up pode afetar adversamente o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário ou a percepção dos investidores sobre a Companhia.

[A Companhia, os Acionistas Vendedores, determinados acionistas e os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia] celebrarão acordos de restrição à venda de ações ordinárias de emissão da Companhia (*Lock-up*), por meio dos quais se comprometerão a, sujeitos tão somente às exceções previstas no Contrato de Distribuição e no Contrato de Distribuição Internacional, durante o período de 180 dias contados da data de divulgação do Anúncio de Início, a não transferir, emprestar, onerar, dar em garantia ou permutar, de forma direta ou indireta, até a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia de sua titularidade após a liquidação da Oferta.

Após tais restrições terem se extinguido, as ações ordinárias de emissão da Companhia estarão disponíveis para venda no mercado. A ocorrência de vendas ou percepção de uma possível venda de um número substancial de ações ordinárias de emissão da Companhia pode afetar adversamente o valor de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia. Para informações adicionais, ver a seção “Informações Sobre a Oferta – Restrições à Negociação de Ações (*Lock-up*)” na página 66 deste Prospecto.

Eventual descumprimento por quaisquer das Instituições Consorciadas de obrigações relacionadas à Oferta poderá acarretar seu desligamento do grupo de instituições responsáveis pela colocação das Ações, com o consequente cancelamento de todos Pedidos de Reserva feitos perante tais Instituições Consorciadas.

Caso haja descumprimento ou indícios de descumprimento, por quaisquer das Instituições Consorciadas, de qualquer das obrigações previstas no respectivo instrumento de adesão ao Contrato de Distribuição, na carta-convite ou em qualquer contrato celebrado no âmbito da Oferta, ou, ainda, de qualquer das normas de conduta previstas na regulamentação aplicável à Oferta, incluindo, sem limitação, as normas previstas na Instrução CVM 400, especialmente as normas referentes ao período de silêncio, condições de negociação com as Ações, emissão de relatórios de pesquisa e de *marketing* da Oferta, conforme previsto no artigo 48 da Instrução CVM 400, tal Instituição Consorciada, a critério exclusivo dos Coordenadores da Oferta e sem prejuízo das demais medidas julgadas cabíveis pelos Coordenadores da Oferta, deixará imediatamente de integrar o grupo de instituições responsáveis pela colocação das Ações. Caso tal desligamento ocorra, a(s) Instituição(ões) Consorciada(s) em questão deverá(ão) cancelar todos os Pedidos de Reserva que tenha(m) recebido e informar imediatamente os respectivos investidores sobre o referido cancelamento, os quais não mais participarão da Oferta, sendo que os valores depositados serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada). Para mais informações, ver a seção "Informações Sobre a Oferta – Violações de Norma de Conduta" na página 65 deste Prospecto.

A Companhia poderá captar capital adicional no futuro, a ser obtido por meio da emissão de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, o que pode resultar na diluição da participação dos detentores das ações ordinárias de sua emissão e afetar o preço das Ações.

A Companhia poderá precisar de recursos adicionais no futuro e optar por obtê-los no mercado de capitais, por meio de operações de emissão pública ou privada de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações. Qualquer captação de recursos adicionais, desde que devidamente aprovada, por meio de distribuição de ações e/ou valores mobiliários conversíveis em ações, inclusive em oferta públicas com esforços restritos, poderá ser realizada com exclusão do direito de preferência de seus acionistas, de acordo com as disposições legais, regulamentares e estatutárias aplicáveis, e acarretar na diluição da participação acionária de seus acionistas no capital social da Companhia, bem como diminuir o preço de mercado de suas ações, sendo que o grau de diluição econômica dependerá do preço e da quantidade dos valores mobiliários emitidos.

A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de Bookbuilding poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário.

O Preço por Ação será fixado com base no resultado do Procedimento de *Bookbuilding*. Nos termos da regulamentação em vigor, poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no processo de fixação do Preço por Ação, mediante a participação destes no Procedimento de *Bookbuilding* em [até] [20%] da quantidade de ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar). Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, somente não será permitida a colocação de Ações junto a Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, caso seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 das Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar).

A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário.

Adicionalmente, os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400 (i) para proteção (*hedge*) em operações com derivativos contratadas com terceiros, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como referência (incluindo operações de *total return swap*), desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas; ou (ii) que se enquadre dentre as outras exceções previstas no artigo 48, inciso II, da Instrução CVM 400, são permitidos na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400 e não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400. Tais operações poderão influenciar a demanda e, consequentemente, o preço das Ações e, deste modo, o Preço por Ação poderá diferir dos preços que prevalecerão no mercado após a conclusão desta Oferta.

Na medida em que não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, é possível que a Oferta venha a ser cancelada caso não haja investidores suficientes interessados em subscrever/adquirir a totalidade das Ações inicialmente ofertadas no âmbito da Oferta (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar).

Na medida em que não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, caso as Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar) não sejam integralmente subscritas/adquiridas no âmbito da Oferta até a Data de Liquidação, nos termos do Contrato de Distribuição, a Oferta será cancelada, sendo todos os Pedidos de Reserva e intenções de investimentos automaticamente cancelados. Para informações adicionais sobre o cancelamento da Oferta, veja a seção “Informações Sobre a Oferta – Suspensão ou Cancelamento da Oferta” na página 63 deste Prospecto.

Como resultado do Procedimento de Bookbuilding, o Preço por Ação poderá ser fixado em valor inferior à Faixa Indicativa e, nesta hipótese, os Investidores Não Institucionais poderão exercer a opção de desistir de seus Pedidos de Reserva.

Caso o Preço por Ação seja fixado abaixo do valor resultante da subtração entre o valor mínimo da Faixa Indicativa e o valor equivalente a 20% do valor máximo da Faixa Indicativa, os Investidores Não Institucionais poderão desistir de seu Pedido de Reserva, o que poderá resultar em uma menor dispersão acionária do capital social da Companhia do que aquela inicialmente esperada.

Ademais, a fixação do Preço por Ação em valor inferior à Faixa Indicativa poderá resultar em captação de recursos líquidos em montante consideravelmente menor do que o inicialmente projetado para as finalidades descritas na seção “Destinação dos Recursos”, na página 106 deste Prospecto, e afetar a capacidade da Companhia de executar o plano de negócios da Companhia, o que poderá ter impactos no crescimento e nos resultados das operações da Companhia.

Investidores que subscreverem/adquirirem Ações poderão sofrer diluição imediata e substancial no valor contábil de seus investimentos.

O Preço por Ação poderá ser fixado em valor superior ao patrimônio líquido por ação das ações emitidas e em circulação imediatamente após a Oferta. Como resultado desta diluição, em caso de liquidação da Companhia, os investidores que subscreverem/adquirirem Ações por meio da Oferta poderão receber um valor significativamente menor do que o preço que pagaram ao subscrever/adquirir as Ações na Oferta.

Para mais informações sobre a diluição da realização da Oferta, consulte a seção “Diluição”, na página 109 deste Prospecto.

Alguns de nossos Coordenadores da Oferta têm interesse vinculado à conclusão da Oferta, uma vez que parte dos recursos da Oferta Primária poderá ser destinada pela Companhia à liquidação ou à amortização de dívidas em aberto com o tais Coordenadores da Oferta e/ou a respectivas sociedades de seu conglomerado financeiro

Durante o processo de tomada da decisão de investimento nas Ações, os potenciais investidores devem levar em consideração a existência de um potencial conflito de interesse relacionado à participação do Coordenador Líder e do Citi, tendo em vista que a Companhia poderá destinar parte dos recursos da Oferta Primária para liquidar dívida contratada junto a eles, conforme descrita na seção de "Destinação dos Recursos" na página 106 deste Prospecto. Dessa forma, o fato de o Coordenador Líder e do Citi atuarem como Coordenadores da Oferta pode, eventualmente, gerar situações de conflito de interesse, impactando a condução dos trabalhos relativos à distribuição e aos esforços de colocação das Ações no contexto da Oferta.

Para mais informações, ver seções "Relacionamento entre a Companhia e os Coordenadores da Oferta", "Operações Vinculadas à Oferta" e "Destinação dos Recursos", nas páginas 89, 104 e 106 deste Prospecto, respectivamente.

Os Investidores Private e os Investidores de Varejo que se comprometerem a observar o Lock-up da Oferta Private e o Lock-up da Oferta de Varejo, respectivamente, diante da impossibilidade de transferir, emprestar, onerar, dar em garantia ou permutar, de forma direta ou indireta, a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia de sua titularidade após a liquidação da Oferta, poderão incorrer em perdas em determinadas situações.

Os Investidores Private e os Investidores de Varejo devem se comprometer, observadas as exceções previstas nos demais documentos da Oferta, conforme aplicável, durante o período de 90 e 45 dias, respectivamente, contados da data de disponibilização do Anúncio de Início, a não transferir, emprestar, onerar, dar em garantia ou permutar, de forma direta ou indireta, a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia de sua titularidade após a liquidação da Oferta.

Desta forma, caso o preço de mercado das ações venha a cair e/ou os Investidores de Varejo e/ou os Investidores Private por quaisquer motivos venham a precisar de liquidez durante o período de *Lock-up* da Oferta de Varejo e/ou período de *Lock-up* da Oferta Private aplicáveis e tendo em vista a impossibilidade das ações da Oferta de Varejo e das ações da Oferta Private serem transferidas, emprestadas, oneradas, dadas em garantia ou permutadas, de forma direta ou indireta, durante referidos períodos, tais restrições poderão causar-lhes perdas.

A realização desta oferta pública de distribuição das Ações, com esforços de colocação no exterior, poderá deixar a Companhia exposta a riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil. Os riscos relativos a ofertas de valores mobiliários no exterior são potencialmente maiores do que os riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil.

A Oferta compreenderá a distribuição primária e secundária das Ações no Brasil, em mercado de balcão não organizado, incluindo esforços de colocação das Ações no exterior, exclusivamente junto a Investidores Estrangeiros. Os esforços de colocação das Ações no exterior expõem a Companhia a normas relacionadas à proteção dos Investidores Estrangeiros por incorreções ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda* e em outros documentos relacionados à colocação das Ações no exterior.

Adicionalmente, a Companhia e os Acionistas Vendedores são parte do Contrato de Distribuição Internacional, que regula os esforços de colocação das Ações no exterior. O Contrato de Distribuição Internacional apresenta uma cláusula de indenização em favor dos Agentes de Colocação Internacional para que a Companhia e os Acionistas Vendedores os indenizem, caso estes venham a sofrer perdas no exterior por conta de eventuais incorreções ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*.

A Companhia e os Acionistas Vendedores também fazem diversas declarações e garantias relacionadas aos negócios da Companhia e em cada um dos casos indicados acima, procedimentos judiciais poderão ser iniciados contra a Companhia e os Acionistas Vendedores no exterior. Esses procedimentos no exterior, em especial nos Estados Unidos, poderão envolver valores substanciais, em decorrência do critério utilizado nos Estados Unidos para o cálculo das indenizações devidas nesses processos. Além disso, devido ao sistema processual dos Estados Unidos, as partes envolvidas em um litígio são obrigadas a arcar com altos custos na fase inicial do processo, o que penaliza companhias sujeitas a tais processos. Uma eventual condenação da Companhia em um processo no exterior com relação a eventuais incorreções ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*, poderá envolver valores elevados e afetar negativamente a Companhia.

Acontecimentos e a percepção de riscos em outros países, sobretudo em países de economia emergente e nos Estados Unidos, podem prejudicar o preço de mercado dos valores mobiliários brasileiros, inclusive o preço de mercado de valores mobiliários da Companhia.

O valor de mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, incluindo países da América Latina, Ásia, Estados Unidos, Europa e outros. A reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países pode causar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de companhias brasileiras. Crises no Brasil e nesses países podem reduzir o interesse dos investidores nos valores mobiliários emitidos pelas companhias brasileiras, inclusive com relação aos valores mobiliários de emissão da Companhia.

Adicionalmente, a economia brasileira é afetada pelas condições de mercado e pelas condições econômicas internacionais, especialmente, pelas condições econômicas dos Estados Unidos. Os preços das ações na B3, por exemplo, são altamente afetados pelas flutuações nas taxas de juros dos Estados Unidos e pelo comportamento das principais bolsas norte-americanas. Qualquer aumento nas taxas de juros em outros países, especialmente os Estados Unidos, poderá reduzir a liquidez global e o interesse do investidor em realizar investimentos no mercado de capitais brasileiro.

A Companhia não pode assegurar que o mercado de capitais brasileiro estará aberto às companhias brasileiras e que os custos de financiamento no mercado sejam favoráveis às companhias brasileiras. Crises econômicas em mercados emergentes podem reduzir o interesse do investidor por valores mobiliários de companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários emitidos pela Companhia. Isso poderá afetar a liquidez e o preço de mercado das Ações, bem como poderá afetar o futuro acesso da Companhia ao mercado de capitais brasileiros e a financiamentos em termos aceitáveis, o que poderá afetar adversamente o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia.

Caso a Companhia e os Acionistas Vendedores tenham êxito na realização da oferta pública inicial de ações, a Companhia poderá deixar de ter um acionista controlador definido, o que poderá tornar a Companhia suscetível a alianças entre acionistas, conflitos entre acionistas e outros eventos decorrentes da ausência de acionista controlador ou um grupo de controle.

Em razão da realização da Oferta, o atual Acionista Controlador poderá deixar de deter mais do que 50% do capital votante da Companhia. Neste sentido, caso a Companhia tenha êxito na realização da Oferta, a Companhia poderá deixar de ter um acionista ou grupo de acionistas detentores, em conjunto, da maioria absoluta do seu capital votante.

Assim, a Companhia estará mais suscetível ao surgimento de um grupo de acionistas agindo conjuntamente que passe a deter o poder decisório das atividades da Companhia e, como consequência, exercer o controle. Além disso, a Companhia poderá ficar mais vulnerável a tentativas hostis de aquisição de controle e a conflitos daí decorrentes e certas deliberações que exigem quórum mínimo poderão não ser atingidas, dificultando o procedimento decisório no âmbito das atividades sociais da Companhia.

Qualquer mudança repentina ou inesperada na administração da Companhia, no seu plano de negócios e direcionamento estratégico, tentativa de aquisição de controle ou qualquer disputa entre acionistas concernentes aos seus respectivos direitos podem afetar adversamente os negócios e resultados operacionais da Companhia.

A eventual contratação e realização de operações de total return swap e hedge podem influenciar a demanda e o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia.

Os Coordenadores da Oferta e as sociedades de seu conglomerado econômico poderão realizar operações com derivativos para proteção (*hedge*) em operações contratadas com terceiros (desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas), tendo ações ordinárias de emissão da Companhia como referência (incluindo operações de *total return swap*) além de outras operações permitidas pelo artigo 48, inciso II da Instrução CVM 400. Tais operações não serão consideradas investimentos realizados por Pessoas Vinculadas para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400. A realização de tais operações pode constituir uma porção significativa da Oferta e poderá influenciar a demanda e, consequentemente, o preço das Ações da Oferta.

Eventuais matérias veiculadas na mídia com informações equivocadas ou imprecisas sobre a Oferta, a Companhia, os Acionistas Vendedores e/ou os Coordenadores da Oferta poderão gerar questionamentos por parte da CVM, B3 e/ou de potenciais investidores da Oferta, o que poderá impactar negativamente a Oferta.

A Oferta e suas condições, incluindo o presente Prospecto, passaram a ser de conhecimento público após a realização do protocolo do pedido dos registros da Oferta na CVM. Até a divulgação do Anúncio de Encerramento, poderão ser veiculadas na mídia matérias contendo informações equivocadas ou imprecisas sobre a Oferta, a Companhia, os Acionistas Vendedores e/ou os Coordenadores da Oferta, ou, ainda, contendo informações que não constam dos Prospectos e/ou do Formulário de Referência.

Tendo em vista que o artigo 48 da Instrução CVM 400 veda qualquer manifestação na mídia por parte da Companhia, dos Acionistas Vendedores ou dos Coordenadores da Oferta sobre a Oferta até a divulgação do Anúncio de Encerramento, eventuais notícias sobre a Oferta poderão conter informações que não foram fornecidas ou que não contaram com a revisão da Companhia, dos Acionistas Vendedores ou dos Coordenadores da Oferta.

Assim, caso sejam divulgadas informações sobre a Oferta ou a Companhia em outros meios que não sejam os Prospectos ou o Formulário de Referência, ou, ainda, caso haja informações equivocadas ou imprecisas sobre a Oferta divulgadas na mídia, a CVM, a B3 ou potenciais investidores poderão questionar o conteúdo de tais matérias midiáticas, o que poderá afetar negativamente a tomada de decisão de investimento pelos potenciais investidores, assim como a CVM poderá a seu exclusivo critério, caso haja comprovação ou suspeita de participação de pessoas relacionadas com a Oferta ou a Companhia em tal divulgação, suspender a Oferta, com a consequente alteração de seu cronograma.

[A Companhia arcará com as despesas relacionadas à Oferta, bem como arcará juntamente com os Acionistas Vendedores com as comissões da Oferta, o que impactará os valores líquidos a serem recebidos no âmbito da Oferta e poderá afetar adversamente os resultados da Companhia no período subsequente à realização da mesma.]

[Por meio do Contrato de Distribuição, a Companhia arcará juntamente com os Acionistas Vendedores com as comissões da Oferta, de acordo com suas respectivas participações na Oferta, além de assumir a obrigação de pagamento de certas despesas relacionadas à Oferta, incluindo da Oferta Secundária. O desembolso desses valores pela Companhia impactará os valores líquidos a serem recebidos no âmbito da Oferta e, por consequência, os valores creditados ao seu patrimônio líquido e poderá impactar negativamente seus resultados no período de apuração subsequente à realização da Oferta. Para mais informações sobre os custos e despesas incorridos pela Companhia com a Oferta, veja a seção "Informações Relativas à Oferta – Custos de Distribuição" na página 47 deste Prospecto.]

O Contrato de Distribuição e o Contrato de Distribuição Internacional contém condições suspensivas em relação à colocação das Ações, considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar. Caso tais condições não sejam implementadas até a Data de Liquidação e/ou a Data de Liquidação das Ações do Lote Suplementar, conforme aplicável, o Contrato de Distribuição e o Contrato de Distribuição Internacional poderão ser rescindidos e, consequentemente, o registro da Oferta pela CVM será cancelado.

O Contrato de Distribuição e o Contrato de Distribuição Internacional condicionam a colocação das Ações, considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar, à implementação de certas condições suspensivas até a Data de Liquidação e/ou a Data de Liquidação das Ações do Lote Suplementar, conforme aplicável. Caso as referidas condições suspensivas não sejam implementadas, o Contrato de Distribuição e o Contrato de Distribuição Internacional poderão ser rescindidos. Nos termos do artigo 19, parágrafo 4º, da Instrução CVM 400, a rescisão do Contrato de Distribuição importará no cancelamento do registro da Oferta pela CVM. Para mais informações, veja a seção "Informações Sobre a Oferta – Contrato de Distribuição e Contrato de Distribuição Internacional", na página 65 deste Prospecto. Após a divulgação do Anúncio de Início, o Contrato de Distribuição estará disponível para consulta e obtenção de cópias junto aos Coordenadores da Oferta, nos endereços indicados na seção "Informações Sobre a Oferta – Informações Adicionais", na página 70 deste Prospecto.

O cancelamento da Oferta será informado aos investidores que já tenham aceitado a Oferta, por meio de anúncio a ser divulgado nas páginas da Companhia, das Instituições Participantes da Oferta, da CVM e da B3 na rede mundial de computadores, constantes da seção "Informações sobre a Oferta – Divulgação de Avisos e Anúncios da Oferta" na página 69 deste Prospecto, mesmos meios utilizados para divulgação do Aviso ao Mercado e do Anúncio de Início. Todos os investidores que já tenham aceitado a Oferta, na hipótese de seu cancelamento, terão direito à restituição integral dos valores dados em contrapartida às Ações, conforme o disposto no parágrafo único do artigo 20 da Instrução CVM 400, no prazo de 3 dias úteis, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF e/ou do câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada). Para mais informações, veja a seção "Informações Sobre a Oferta – Suspensão ou Cancelamento da Oferta", na página 63 deste Prospecto.

A Companhia pode não pagar dividendos ou juros sobre o capital próprio para os titulares das ações ordinárias

O lucro líquido para o exercício social corrente da Companhia poderá ser capitalizado, utilizado para absorver prejuízos ou, de outra forma, retido, conforme disposto na Lei de Sociedades por Ações, e poderá não ser disponibilzado para o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio.

Além disso, a Lei de Sociedades por Ações faculta às companhias a possibilidade de suspender a distribuição dos dividendos obrigatórios em qualquer exercício social específico, caso o Conselho de Administração informe aos acionistas que tal distribuição seria desaconselhável, tendo em vista as condições econômico-financeiras. Caso isto ocorra, os titulares de ações ordinárias da Companhia poderão não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio, impactando negativamente o valor e a liquidez de nossas ações. Adicionalmente, os dividendos podem, ainda, ser significativamente reduzidos a depender do comportamento de variáveis de mercado, como por exemplo, taxas de juros no mercado doméstico.

Ainda, a isenção de imposto de renda sobre a distribuição de dividendos e a tributação atualmente incidente sob o pagamento de juros sobre capital próprio prevista na legislação atual poderá ser revista e tanto os dividendos recebidos, quanto os distribuídos pela Companhia poderão passar a ser tributados e/ou, no caso dos juros sobre capital próprio, ter sua tributação majorada no futuro, impactando o valor líquido a ser recebido pelos acionistas a título de participação nos resultados da Companhia.

Por fim, os dividendos podem, ainda, ser significativamente reduzidos a depender do comportamento de variáveis de mercado, como por exemplo, taxas de juros no mercado doméstico.

APRESENTAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DA OFERTA

Coordenador Líder

O Itaú BBA é o banco de atacado do conglomerado Itaú Unibanco. O Itaú BBA é resultado da fusão dos bancos BBA e das áreas corporate do Banco Itaú S.A. e Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A. Em 31 de março de 2019, o Itaú Unibanco apresentou os seguintes resultados: ativos na ordem de R$1,7 trilhão e uma carteira de crédito de R$647 bilhões. A história do Itaú BBA começa com o BBA Creditanstalt, fundado em 1988 em São Paulo por Fernão Bracher e Antonio Beltran, em parceria com o Bank Austria Creditanstalt. A atuação do banco estava voltada para operações financeiras bancárias, com características de atacado, e destaque para *underwriting, hedge,* crédito e câmbio.

Em 1991, foi a única instituição brasileira a coordenar o consórcio de bancos estrangeiros para investimentos no programa de privatização de empresas estatais no país. Ainda no mesmo ano, recebeu autorização do BACEN para operar subsidiária em Bahamas e atender a demanda de clientes na área internacional.

Em 1994, assinou acordo de cooperação com a administradora de recursos Paribas Capital. No ano seguinte, juntou-se ao Capital Group, de Los Angeles, para formar a administradora de fundos BBA Capital. Em 1996, adquiriu a Financiadora Mappin e criou a Fináustria, especializada em financiamento de veículos. Nessa época, já contava com sucursais em Campinas, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Belo Horizonte.

Em 2001, o BBA tem novo parceiro de negócios, em razão da compra do Creditanstalt pelo grupo alemão HVB. No ano seguinte, a associação com o Grupo Icatu fez surgir duas empresas: a BBA Icatu Corretora e a BBA Icatu Investimentos.

No final de 2002, ocorreu a associação com o Banco Itaú S.A., surgindo assim uma nova instituição: o Itaú BBA. Com gestão autônoma para conduzir todos os negócios de clientes corporativos e banco de investimento do grupo, passa a contar com a base de capital e liquidez do Itaú e a especialização do BBA no segmento de atacado.

Em 2005, o Itaú BBA ampliou as atividades de banco de investimentos e, com isso, consolidou-se como um player de mercado em fusões e aquisições, *equities* e renda fixa local, conforme descrito abaixo. A partir de 2008, iniciou expansão de suas atividades em renda fixa internacional e produtos estruturados.

Em 2009, o BACEN aprovou a associação entre o Itaú e o Unibanco. O Itaú BBA uniu-se com a área corporate do Unibanco, e ainda concentrou as atividades de tesouraria institucional do grupo.

Atividade de investment banking do Itaú BBA

A área de investment banking do Itaú BBA oferece assessoria a clientes corporativos e investidores na estruturação de produtos de banco de investimento, incluindo renda variável, renda fixa e fusões e aquisições.

O Itaú BBA tem sido reconhecido como um dos melhores bancos de investimento nas regiões em que atua: foi eleito cinco anos consecutivos, de 2011 a 2015, banco de investimento mais inovador da América Latina pela The Banker, para a mesma região, foi considerado o melhor banco de investimento em 2011, 2012, 2013, 2015, 2016 e 2017 pela Global Finance, mesma instituição que o apontou como o melhor investment bank do Brasil em 2009, 2012, 2013, 2014 e 2015 e como o banco mais criativo do mundo em 2016. Também em 2016, o Itaú BBA foi eleito pela Bloomberg como o melhor assessor em transações de M&A da América Latina e Caribe.

Em renda variável, o Itaú BBA oferece serviços para estruturação de ofertas públicas primárias e secundárias de ações e de deposit receipts (DRs), ofertas públicas para aquisição e permuta de ações, além de assessoria na condução de processos de reestruturação societária de companhias abertas e trocas de participações acionárias. A condução das operações é realizada em conjunto com a Itaú Corretora de Valores S.A., que tem relacionamento com investidores domésticos e internacionais, além de contar com o apoio da melhor casa de research do Brasil e da América Latina, segundo a Institucional Investor. Em 2018 o Itaú BBA foi líder em emissões no mercado brasileiro em número de transações que totalizaram US$6,1 bilhões.

Com equipe especializada, a área de fusões e aquisições do Itaú BBA oferece aos clientes estruturas e soluções para assessoria, coordenação, execução e negociação de aquisições, desinvestimentos, fusões e reestruturações societárias. De acordo com o ranking de fusões e aquisições da Dealogic, o Itaú BBA prestou assessoria financeira a 49 transações em 2018 na América do Sul, obtendo a primeira colocação no ranking por quantidade de operações acumulando um total de US$25,7 bilhões.

No segmento de renda fixa, o Itaú BBA conta com equipe dedicada para prover aos clientes produtos no mercado doméstico e internacional, tais como: notas promissórias, debêntures, commercial papers, fixed e floating rate notes, fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC), certificados de recebíveis imobiliários (CRI) e certificados de recebíveis do agronegócio (CRA). Em 2014, segundo o ranking da ANBIMA, o Itaú BBA foi líder em distribuição de renda fixa local, coordenando 20% do volume total distribuído, que ultrapassou os R$7 bilhões. Pelo mesmo ranking, o Itaú BBA ficou em segundo lugar em 2015 e 2016, tendo coordenado operações cujo volume total somou mais de US$4 bilhões em 2015, US$8 bilhões em 2016 e US$6 bilhões em 2017, equivalente a 14%, 21% e 27% do total, respectivamente. Em 2018 o Itaú BBA foi líder obtendo 37% de participação sobre o volume total emitido, tendo coordenado operações cujo volume total somou aproximadamente US$8 bilhões.

Santander

O Banco Santander (Brasil) S.A. ("**Santander**") é controlado pelo Banco Santander S.A., instituição com sede na Espanha fundada em 1857 ("**Santander Espanha**"). O Santander e/ou seu conglomerado econômico ("**Grupo Santander**") possui, atualmente, cerca de €1,52 trilhão em ativos, 12 mil agências e milhares de clientes em diversos países. O Santander desenvolve uma importante atividade de negócios na Europa, região em que alcançou presença no Reino Unido, por meio do Abbey National Bank Plc. Adicionalmente, atua no financiamento ao consumo na Europa, por meio do Santander Consumer, com presença em 15 países do continente e nos Estados Unidos.

Em 2020, o Grupo Santander registrou lucro líquido atribuído de aproximadamente €5,1 bilhões no mundo, dos quais 63% nas Américas e 30% no Brasil. Na América Latina, em 2020, o Santander Brasil possuía mais de 2,1 mil agências e cerca de 45 mil funcionários.

Em 1957, o Grupo Santander entrou no mercado brasileiro por meio de um contrato operacional celebrado com o Banco Intercontinental do Brasil S.A. Em 1997, adquiriu o Banco Geral do Comércio S.A., em 1998 adquiriu o Banco Noroeste S.A., em 1999 adquiriu o Banco Meridional S.A. (incluindo sua subsidiária, o Banco Bozano, Simonsen S.A.) e em 2000 adquiriu o Banespa.

Em 1º de novembro de 2007, o RFS Holdings B.V., um consórcio composto pelo Santander Espanha, The Royal Bank of Scotland Group PLC, Fortis SA/NV e Fortis N.V., adquiriu 96,95% do capital do ABN AMRO, então controlador do Banco Real. Na sequência, em 12 de dezembro de 2007, o CADE aprovou sem ressalvas a aquisição das pessoas jurídicas brasileiras do ABN AMRO pelo consórcio. No primeiro trimestre de 2008, o Fortis e o Santander Espanha chegaram a um acordo por meio do qual o Santander Espanha adquiriu direito às atividades de administração de ativos do ABN AMRO no Brasil, que o Fortis havia adquirido como parte da compra pelo consórcio do ABN AMRO. Em 24 de julho de 2008, o Santander Espanha assumiu o controle acionário indireto do Banco Real. Por fim, em 30 de abril de 2009, o Banco Real foi incorporado pelo Santander e foi extinto como pessoa jurídica independente.

Com a incorporação do Banco Real, o Santander passou a ter presença em todos os segmentos do mercado financeiro, com uma gama de produtos e serviços em diferentes segmentos de clientes – pessoas físicas, pequenas e médias empresas, corporações, governos e instituições. As atividades do Santander compreendem três segmentos operacionais: banco comercial, banco global de atacado e gestão de recursos de terceiros e seguros.

O Santander oferece aos seus clientes um portfólio de produtos e serviços locais e internacionais que são direcionados às necessidades dos clientes. Produtos e serviços são oferecidos nas áreas de transações bancárias globais (Global Transaction Banking), mercados de crédito (Credit Markets), finanças corporativas (Corporate Finance), ações (Equities), taxas (Rates), formação de mercado e mesa proprietária de tesouraria. Dessa forma, os clientes corporativos podem se beneficiar dos serviços globais fornecidos pelo Grupo Santander.

Na área de Equities, o Santander atua na estruturação de operações na América Latina, contando com equipe de Equity Research, Equity Sales e Equity Capital Markets.

A área de Equity Research do Santander é considerada pela publicação Institutional Investor como uma das melhores não somente no Brasil, mas também na América Latina. Adicionalmente, o Santander dispõe de estrutura de research dedicada exclusivamente ao acompanhamento de ativos latino-americanos, o que assegura credibilidade e acesso de qualidade a investidores target em operações brasileiras.

Em Sales & Trading, o Grupo Santander possui equipes dedicadas a ativos latino-americanos no mundo. Presente no Brasil, Estados Unidos, Europa e Ásia, a equipe do Grupo Santander figura dentre as melhores da América Latina pela publicação da Institutional Investor. O Santander dispõe de uma estrutura dedicada de acesso ao mercado de varejo e pequenos investidores institucionais no Brasil por meio do Coordenador Contratado.

Em 2020, o Santander, no Brasil, possuía uma carteira de mais de 27,9 milhões de clientes ativos, 3.564 agências e pontos de atendimento bancário (PABs) e cerca de 36,7 mil caixas eletrônicos próprios e compartilhados, além de um total de ativos que supera R$1,0 trilhão e patrimônio líquido de, aproximadamente, R$76,9 bilhões. O Santander, no Brasil, em 2020, possui uma participação de aproximadamente 30% dos resultados das áreas de negócios do Grupo Santander no Mundo, além de representar cerca de 50% no resultado do Grupo Santander na América.

A área de Equity Capital Markets do Santander participou como bookrunner em diversas ofertas públicas de valores mobiliários no Brasil nos últimos anos.

Em 2015, o Santander atuou como *bookrunner* na oferta de *follow-on* da Telefônica Brasil S.A. e atuou como coordenador na oferta de *follow-on* da General Shopping Brasil S.A.

Em 2016, o Santander atuou como *bookrunner* na oferta pública inicial do Centro de Imagem Diagnósticos S.A. e na oferta de *follow-on* da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A., como coordenador na oferta de *follow-on* da Rumo Logística Operadora Multimodal S.A. e na oferta de *follow-on* da Fras-le S.A. Além disto, atuou como bookrunner na oferta de Re-IPO da Energisa S.A.

Em 2017, o Santander atuou como coordenador no *follow-on* da Alupar S.A. e no *follow-on* do Banco Santander (Brasil) S.A., como *bookrunner* nas ofertas públicas iniciais de Movida Participações S.A., Azul S.A., Atacadão S.A., Ômega Geração S.A. Camil Alimentos S.A. e Petrobras Distribuidora S.A., e nas ofertas de *follow-on* da CCR S.A., Lojas Americanas S.A., BR MALLS Participações S.A., BR Properties S.A., Azul S.A., Magazine Luiza S.A., Rumo S.A., International Meal Company Alimentação S.A. e Restoque S.A. Além disso, atuou como *bookrunner* na oferta de Re-IPO da Eneva S.A.

Em 2019, o Santander atuou como coordenador nas ofertas de *follow-on* da CPFL Energia S.A., Light S.A., Marfrig Global Foods S.A. e Restoque Comércio e Confecções de Roupas S.A. O Santander também atuou como *bookrunner* nas ofertas de *follow-on* da Eneva S.A., Tecnisa S.A., Petrobras Distribuidora S.A., Hapvida Participações e Investimentos S.A., Movida Participações S.A., Banco Inter S.A., Banco PAN S.A., Omega Geração S.A., Magazine Luiza S.A., BR Properties S.A., Aliansce Sonae Shopping Centers S.A. e Notre Dame Intermédica Participações S.A., e na oferta pública inicial da C&A Modas S.A.

Em 2020, o Santander atuou como coordenador nas ofertas públicas iniciais da Allpark Empreendimentos, Participações e Serviços S.A., da Empreendimentos Pague Menos S.A., da Pet Center Comércio e Participações S.A., da Hidrovias do Brasil S.A., da Sequoia Logística e Transportes S.A., da Track & Field Co S.A. e da Aeris Indústria e Comércio de Equipamentos para Geração de Energia S.A. e nas ofertas de *follow-on* do Grupo SBF S.A., da Via Varejo S.A., do Banco BTG Pactual S.A., do Banco Inter S.A., do BK Brasil Operação e Assessoria a Restaurantes S.A e da Anima Holding S.A. Além disso, atuou como *bookrunner* na oferta pública inicial do Grupo Mateus S.A. e nas ofertas de *follow-on* da Cogna Educação S.A., das Lojas Americanas S.A. e da Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Em 2021, o Santander atuou como coordenador nas ofertas públicas iniciais da MPM Corpóreos S.A., da INTELBRAS S.A. Indústria de Telecomunicação Eletrônica Brasileira, da Jalles Machado S.A. e da Focus Energia Holding Participações S.A. e nas ofertas de *follow-on* da Light S.A., do Banco BTG Pactual S.A. e da Petro Rio S.A. Além disso, atuou como *bookrunner* nas ofertas públicas iniciais da HBR Realty Empreendimentos Imobiliários S.A., da Cruzeiro do Sul Educacional S.A., da Eletromidia S.A. e da CSN Mineração S.A.

UBS BB

O UBS BB foi constituído em 2020 através da combinação das operações de banco de investimentos do UBS AG ("**UBS**") e do BB – Banco de Investimento S.A ("**Banco do Brasil**"), incluindo, entre outras, atividades de mercado de capitais de renda fixa e variáveis, fusões e aquisições, além de corretagem de títulos e valores mobiliários no segmento institucional. Essa parceria abrange o Brasil, assim como em outros países da América Latina, incluindo Argentina, Chile, Paraguai, Peru e Uruguai.

Essa combinação de forças cria uma plataforma única de banco de investimentos, oferecendo para nossos clientes o melhor da plataforma do UBS, como presença e conhecimento global, *research* de primeira linha, plataforma de análise de dados exclusiva, rede de distribuição com alcance em todos os principais mercados mundiais e uma das maiores corretoras do Brasil, e o melhor da plataforma do Banco do Brasil, com seu forte relacionamento com clientes e conhecimento local sem paralelo dos clientes locais, principalmente em Corporate Banking. O Banco do Brasil também traz uma posição de liderança em mercados de capital de dívida e histórico comprovado de operações de ECM, *project finance* e M&A no país, além de uma incrível capacidade de distribuição de varejo.

O UBS, acionista com 50,01% das ações, é um banco sediado em Zurich na Suíça e conta com escritórios espalhados nos maiores centros financeiros globais onde emprega mais de 68.000 funcionários. O sucesso do UBS baseia-se em seu modelo de negócio diversificado, composto pelas áreas de: Wealth Management, Investment Bank, Personal & Corporate Banking e Asset Management, e detém mais de US$2,6 trilhões em ativos sob gestão e uma cadeia de relacionamento em mais de 50 países.

Esse modelo que vem sendo consistentemente reconhecido em todos seus segmentos, o UBS tendo recebido inúmeros prêmios de prestígio ao longo dos anos, tendo sido reconhecido em 2017, pelo terceiro ano consecutivo, "Best Global Investment Bank" e em 2019, pelo quarto ano consecutivo, "Best M&A Bank" pela Global Finance. O UBS também foi nomeado "Most innovative Investment Bank for IPOs and equity raisings" nos anos de 2019 e 2018 e, em 2016, "Most Innovative Bank for M&A" pela The Banker. Ainda, em 2019, o UBS foi nomeado como "Best Bank

for Swiss Francs", “Best Equity Bank for Western Europe” e “Best Investment Bank in China, Hong Kong and Singapore”. Além disso, recebeu o primeiro lugar na categoria “Bank of the Year” como parte dos Prêmios IFR em 2015, considerado um dos prêmios mais prestigiados da indústria global de mercados de capitais. Outras plataformas do UBS também têm se destacado, como a de Private Banking que foi reconhecida como "Best Global Private Bank" pela Euromoney em 2019.

O Banco do Brasil, acionista com 49,99% das ações, em seus mais de 210 anos de existência, acumulou experiências e pioneirismos, promovendo o desenvolvimento econômico do Brasil e tornando-se parte integrante da cultura e história brasileira. Sua marca é uma das mais conhecidas no país, ocupando pela 28ª vez consecutiva a primeira colocação na categoria “Bancos” do Prêmio Top of Mind 2018, do Instituto Data Folha, sendo reconhecido como Melhor Banco no Brasil em 2020 pela Euromoney, Banco do Ano na América Latina em 2019 pela The Banker e Banco mais Inovador da América Latina em 2019 e 2020 pela Global Finance.

Ao final do 2º trimestre de 2020, o Banco do Brasil apresentou aproximadamente R$1,7 trilhão de ativos totais e presença em 99% dos municípios brasileiros, resultado do envolvimento de 92 mil funcionários, distribuídos entre 4.367 agências, 15 países e mais de 60.200 pontos de atendimento.

No Brasil e América Latina, a parceria estratégica, por meio de seus acionistas, teve forte atuação em fusões e aquisições, tendo participado em importantes transações como: a aquisição do Éxito pelo Grupo Pão de Açúcar, a aquisição da Avon pela Natura &Co, a aquisição da The Body Shop pela Natura, aquisição da Vale Fertilizantes pela Mosaic, fusão entre a BM&Fbovespa e Cetip, aquisição de participação pela Salic na Minerva Foods e fechamento de capital da Souza Cruz.

Também desempenhou também um papel importante em emissões de ações, tendo atuado em diversas ofertas públicas de ações na região, incluindo as ofertas da Telefônica, Terrafina, Senior Solution, Bioserv, Smiles, Tupy, CPFL Renováveis, BB Seguridade, Fibra Uno, Avianca Holdings, Volaris, Grupo Financiero Inbursa, Oi, Ourofino Saúde Animal, OHL México, Santander México, Volaris, Via Varejo, Unifin Financiera, Grupo Financiero Galicia, Gerdau, Rumo Logística, Azul Linhas Aéreas, CCR, Lojas Americanas, Magazine Luiza, BR Distribuidora, Grupo NotreDame Intermedica, Arco Platform, Banco BTG Pactual, Petrobras, IRB Brasil Resseguros, Centauro, Neoenergia, Banco Inter, Movida, Afya, XP Inc., Vasta Platform, Quero Quero, D1000, Estapar, Moura Dubeux, Minerva Foods, Marfrig, Marisa, entre outros.

Além disso, no mercado doméstico de renda fixa coordenou, em 2019, 81 emissões que totalizaram o valor de R$25,1 bilhões e 10,9% de *market share*, encerrando o período em 4º lugar no Ranking ANBIMA de Originação por Valor de Renda Fixa Consolidado Acumulado de 2019. No mesmo período, foram estruturadas 16 operações de securitização, sendo 3 CRIs, 12 CRAs e 1 FIDC, com volume total de R$6,4 bilhões. No mercado externo, participou da emissão de US$7,9 bilhões, lhe conferindo o 6º lugar no Ranking ANBIMA de Emissões Externas – Totais Público & Privado, em 2019.

A parceria estratégica também conta com a maior corretora do país em volume de transações na B3 em 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018, e a segunda maior em 2019.

Citi

O Citi possui um comprometimento na América Latina com presença em 24 países da região. O Citi combina recursos globais com presença e conhecimento local para entregar soluções financeiras aos clientes.

O Citi é uma empresa pertencente ao grupo Citigroup. O grupo Citigroup possui mais de 200 anos de história e está presente em mais de 98 países. No Brasil, o grupo Citigroup está presente desde 1915, atendendo pessoas físicas e jurídicas, entidades governamentais e outras instituições.

Desde o início das operações na América Latina, o grupo Citigroup oferece aos clientes globais e locais, acesso, conhecimento e suporte através da equipe diferenciada de atendimento em todas as regiões.

O grupo Citigroup destaca sua forte atuação também nas operações locais, reforçada pela consistência de suas ações ao longo da história. O grupo Citigroup possui estrutura internacional de atendimento, oferecendo produtos e serviços personalizados, soluções para preservação, gestão e expansão de grandes patrimônios individuais e familiares. Atua com forte presença no segmento Citi Markets & Banking, com destaque para áreas de renda fixa e variável, fusões e aquisições, project finance e empréstimos sindicalizados. Com know-how internacional em produtos de banco de investimento e experiência em operações estruturadas, atende empresas de pequeno, médio e grande porte, além de instituições financeiras. Com mais de 200 anos de história no mundo, destes mais de 100 anos no Brasil, o grupo Citigroup atua como uma empresa parceira nas conquistas de seus clientes.

O Citi foi reativado em 2006, tendo como principais atividades operar em sistema mantido pela então BM&FBOVESPA, hoje denominada B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, comprar e vender títulos e valores mobiliários, por conta de terceiros ou por conta própria, encarregar-se da distribuição de valores mobiliários no mercado, administrar recursos de terceiros destinados a operações com valores mobiliários, exercer as funções de agente emissor de certificados, manter serviços de ações escriturais, emitir certificados de depósito de ações, emprestar valores mobiliários para venda (conta margem), entre outros.

O Citi tem atuado no segmento de mercado de capitais de forma ativa desde então, tendo participado de uma das maiores ofertas já realizada na história do mercado de capitais, a Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS, no montante de R$120,2 bilhões (setembro de 2010), a qual ganhou o prêmio de Best Deal of the Year of 2011. Além disso, participou, nos últimos anos, como coordenador nas ofertas públicas de ações de emissão da Redecard S.A., no montante de R$2,2 milhões (março de 2009); BR Malls Participações S.A., no montante de R$836 milhões (julho de 2009); EDP Energias do Brasil S.A., no montante de R$442 milhões (novembro de 2009); Hypermarcas S.A., no montante de R$1,2 bilhão (abril de 2010); Banco do Brasil S.A., no montante de R$9,8 bilhões (agosto de 2010); HRT Participações em Petróleo S.A., no montante de R$2,4 bilhões (outubro de 2010); BTG Pactual S.A., no montante de R$3,2 bilhões (abril de 2012); Brazil Pharma S.A., no montante de R$481 milhões (junho de 2012); SDI Logística Rio – Fundo de Investimento Imobiliário – FII, no montante de R$143,8 milhões (novembro de 2012).

Em 2013, o Citi atuou como coordenador na oferta pública de ações de emissão da BB Seguridade Participações S.A., no montante de R$11,5 bilhões (abril de 2013). No mesmo ano, Citi atuou como coordenador líder na transação de Re-IPO da Tupy S.A., no montante de R$523 milhões (outubro de 2013). Em 2014, o Citi atuou como um dos coordenadores globais na oferta de Oi S.A., com um montante de mercado de R$5,5 bilhões de reais (abril de 2014). Em 2016, o Citi atuou como coordenador na oferta pública de ações de emissão da Rumo Operadora Logística Multimodal S.A., no montante de R$2,6 bilhões (abril de 2016) e coordenador líder do Re-IPO do Grupo Energisa, no montante de R$1,5 bilhões (julho de 2016). Em 2017, o Citi atuou como (i) coordenador na oferta pública de distribuição primária e secundária de ações preferenciais de emissão da Azul S.A., oportunidade em que atuou, também, como agente estabilizador, no montante de R$2,0 bilhões (abril de 2017), (ii) coordenador na oferta pública de distribuição secundária de ações de emissão da Azul S.A., no montante de R$1,2 bilhão (setembro de 2017), (iii) coordenador no Re-IPO de Eneva S.A., no montante de R$876 milhões (outubro de 2017) e (iv) coordenador líder e agente estabilizador na oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão da Petrobras Distribuidora S.A., no montante de R$5,0 bilhões (dezembro de 2017).

Em 2018, o Citi atuou como (i) coordenador na oferta pública de distribuição primária e secundária de ações preferenciais de emissão do Banco Inter S.A., no montante de R$656 milhões (abril de 2018); (ii) coordenador na oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Notre Dame Intermédica Participações S.A., no montante de R$2,7 bilhões (abril de 2018); (iii) coordenador líder da oferta pública de distribuição secundária de ações preferenciais de emissão da Azul S.A., no montante de R$1,2 bilhões (junho de 2018); (iv) coordenador global na

oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da StoneCo, no montante de R$5,1 bilhões (outubro de 2018); (v) coordenador na oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Notre Dame Intermédica Participações S.A., no montante de R$3,0 bilhões (dezembro de 2018) e (vi) coordenador na oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia de Locação das Américas S.A., no montante de R$1,4 bilhões (dezembro de 2018).

Em 2019, o Citi atuou como (i) coordenador global na oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão da StoneCo, no montante de R$3,0 bilhões (abril); (ii) coordenador na oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão da Eneva S.A., no montante de R$1,1 bilhões (abril de 2019); (iii) coordenador na oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão da Notre Dame Intermédica Participações S.A., no montante de R$2,7 bilhões (abril de 2019); (iv) coordenador na oferta pública inicial de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão da Neoenergia S.A., no montante de R$3,7 bilhões (junho de 2019); (v) coordenador global na oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da de Light S.A., no montante de R$2,5 bilhões (julho de 2019); (vi) coordenador na oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão do IRB-Brasil Resseguros S.A., no montante de R$7,4 bilhões (julho de 2019); (vii) coordenador e agente estabilizador na oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão da de Petrobras Distribuidora S.A., no montante de R$9,6 bilhões (julho de 2019); (viii) coordenador na oferta pública subsequente de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão do PagSeguro Digital Ltd., no montante de R$2,7 bilhões (outubro de 2019); (ix) coordenador na oferta pública inicial de distribuição primaria e secundária de ações ordinárias de emissão da C&A Modas S.A., no montante de R$1,8 bilhões (outubro de 2019); (x) coordenador na oferta pública inicial de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da XP Inc., no montante de R$9,3 bilhões (dezembro de 2019); (xi) coordenador na oferta pública de distribuição primaria e secundária de ações ordinárias de emissão da Notre Dame Intermédica Participações S.A., no montante de R$5,0 bilhões (dezembro de 2019) e (xii) coordenador na oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia de Locação das Américas S.A., no montante de R$1,8 bilhões (dezembro de 2019).

Em 2020, o Citi atuou como coordenador global na oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, no montante de R$22,0 bilhões (fevereiro de 2020); (ii) coordenador na oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão da XP Inc., no montante de R$4,4 bilhões (julho de 2020); (iii) coordenador global na oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias de emissão da Stone Pagamentos S.A., no montante de R$8,2 bilhões (agosto de 2020); (iv) coordenador na oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias de emissão da Rumo S.A., no montante de R$6,4 bilhões (agosto de 2020); (v) coordenador na oferta pública inicial de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão da Hidrovias do Brasil S.A., no montante de R$3,4 bilhões (setembro de 2020); (vi) coordenador global na oferta pública inicial de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Boa Vista Serviços S.A., no montante de R$2,2 bilhões (setembro de 2020); (vii) coordenador na oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias de emissão da Natura & Co. Holding S.A., no montante de R$5,6 bilhões (outubro de 2020); (viii) coordenador na oferta pública inicial de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Aeris Indústria e Comércio de Equipamentos para Geração de Energia S.A., no montante de R$1,1 bilhão (novembro de 2020); (ix) coordenador na oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão da Notre Dame Intermédica Participações S.A., no montante de R$3,8 bilhões (dezembro de 2020); (x) coordenador na oferta pública inicial de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Rede D'Or Sao Luiz S.A., no montante de R$11,4 bilhões (dezembro de 2020) e (xi) coordenador na oferta pública inicial de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Neogrid Software S.A., no montante de R$486 milhões (dezembro de 2020).

Em 2021, o Citi atuou como coordenador global na oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Light S.A., no montante de R$2,7 bilhões (janeiro de 2021).

RELACIONAMENTO ENTRE A COMPANHIA E OS COORDENADORES DA OFERTA

Para fins do disposto no item 3.3.2 do Anexo III da Instrução CVM 400, são descritos abaixo o relacionamento da Companhia com os Coordenadores da Oferta.

Nenhuma das operações descritas abaixo é vinculada à Oferta e/ou ao Preço por Ação e não há, na data deste Prospecto, quaisquer operações celebradas entre a Companhia e os Coordenadores da Oferta e/ou outras sociedades pertencentes aos seus respectivos grupos econômicos que estejam vinculadas à Oferta e/ou ao Preço por Ação.

Relacionamento entre a Companhia e o Coordenador Líder

Na data deste Prospecto, a Companhia e/ou sociedades integrantes do seu grupo econômico possuem relacionamento comercial relevante com o Coordenador Líder e demais sociedades do seu conglomerado financeiro, conforme detalhado a seguir:

- Cédula de Crédito Bancário sindicalizada emitida pela Lojas Avenida S.A, em 22/09/2014, com vencimento 18/10/2021, no valor de R$190.000.000 (cento e noventa milhões de reais), com taxa CDI + 4,81%a.a. Tal operação conta com garantia de 30% do valor do empréstimo em aplicações financeiras e aval do Grupo Avenida S.A. e Club Mais Adm de Cartões Ltda.

- Fiança bancária contratada em 29/10/2020, com vencimento em 29/10/2021, no valor de R$7MM, tendo como tomadora o Club Mais Administradora de Cartões Ltda e devedor solidário Grupo Avenida S.A, a qual se aplica comissão de 4%a.a. Tal contrato não conta com quaisquer garantias.

- Aplicação Automática, contratada em 10/12/2009, por prazo indeterminado, no valor de R$3.000.000 (três milhões de reais) para Grupo Avenida S.A. e Lojas Avenida S.A. sob a qual não são aplicadas taxas. Tal operação não conta com quaisquer garantias.

- Aplicação Automática, contratada em 27/04/2015, por prazo indeterminado, no valor de R$40.120,00 (quarenta mil e cento e vinte reais) Club Mais Administradora de Cartões Ltda. sob a qual não são aplicadas taxas. Tal operação não conta com quaisquer garantias.

- Pagamento a fornecedores, contratado em 29/04/2009, com prazo de vencimento indeterminado, no valor de R$23.771.218 (vinte e três milhões e setecentos e setenta e um mil e duzentos e dezoito reais), para Lojas Avenida S.A, a qual se aplicam taxas de R$7,95 a R$8,58 por transação. Tal operação não conta com quaisquer garantias.

- Pagamento a fornecedores, contratado em 09/05/2014, com prazo de vencimento indeterminado, no valor de R$2.402,00 (dois mil e quatrocentos e dois reais, para Grupo Avenida S.A., a qual se aplicam taxas de R$7,95 a R$8,58 por transação. Tal operação não conta com quaisquer garantias. de R$2.402,00 (dois mil e quatrocentos e dois reais

- Pagamento a fornecedores, contratado em 11/05/2015, com prazo de vencimento indeterminado, no valor de R$560.001,00 (quinhentos e sessenta mil e um real), para Club Mais Administradora de Cartões Ltda, a qual se aplicam taxas de R$7,95 a R$8,58 por transação. Tal operação não conta com quaisquer garantias. de R$2.402,00 (dois mil e quatrocentos e dois reais

- Serviços de aquirencia prestados pela Rede em favor das Lojas Avenida S.A, contratado em 13/03/2017 e vencimento em 27/03/2021, aos quais se aplicam taxas de 1,00% a 5,55% por transação. Tal operação não conta com quaisquer garantias.

Além das operações e serviços contratados acima, os acionistas da Companhia, Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Kinea Private Equity II, o Fundo de Investimento em Participações Kinea Private Equity III - Multiestratégia e o Kinea Co-investimento III Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia são geridos por sociedade investida, mas não controlada ou sujeita a controle comum com o Itaú BBA, e possuem, conjuntamente, participação de, aproximadamente, 55% do capital da Companhia e poderá, de acordo com seus respectivos processos decisórios e políticas de investimento, alienar parte ou totalidade da sua participação societária na Oferta. **Para mais informações, vide item *"15.1 / 15.2 – Posição acionária"* do Formulário de Referência, na página 341 deste Prospecto, bem como seção *"Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta"* na página 98 deste Prospecto.**

Na data deste Prospecto, exceto pelo disposto acima e, pelo relacionamento decorrente da presente Oferta, a Companhia e/ou sociedades de seu grupo econômico não possuem qualquer outro relacionamento relevante com o Coordenador Líder e/ou as sociedades do seu conglomerado financeiro. Além disso, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia.

A Companhia contratou e poderá vir a contratar, no futuro, o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro para celebrar acordos e para a realização de operações financeiras, a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das atividades da Companhia.

A Companhia pode ou poderá vir a deter, no futuro, participação em fundos de investimentos geridos ou administrados pelo Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro.

Adicionalmente, o Coordenador Líder e/ou sociedades de seu grupo econômico eventualmente possuem títulos e valores mobiliários de emissão e/ou lastreados em créditos originados pela Companhia e/ou de sociedades de seu conglomerado financeiro, diretamente ou por meio de fundos de investimento administrados e/ou geridos por tais sociedades, adquiridos em operações regulares de mercado a preços e condições de mercado.

O Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas Ações; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do Coordenador Líder no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das ações contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (operação com total return swap). O Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro poderão adquirir ações ordinárias de emissão da Companhia como forma de proteção (hedge) para essas operações. Tais operações poderão influenciar a demanda e os preços das ações ordinárias da Companhia, sem, contudo, gerar demanda artificial durante Oferta. Para mais informações veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A eventual contratação e realização de operações de hedge podem influenciar a demanda e o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia" na página 79 deste Prospecto.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição", na página 47 deste Prospecto, não há qualquer remuneração a ser paga pela Companhia ao Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro no contexto da Oferta. Para mais informações ver seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição" na página 47 deste Prospecto. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o Coordenador Líder poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos de estabilização de preço das Ações.

Ainda, a Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o Coordenador Líder ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Coordenador Líder como instituição intermediária da Oferta. A Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o Coordenador Líder ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro.

Relacionamento entre a Companhia e o Agente Estabilizador

Na data deste Prospecto, a Companhia e/ou sociedades integrantes do seu grupo econômico possuem relacionamento com o Santander e demais sociedades do seu grupo econômico, conforme detalhado a seguir:

Lojas Avenida S.A. (CNPJ: 00.819.201/0001-15)

- Operação de Financiamento na modalidade de *Offshore Loan*, no montante de R$6.000.000,00, contratado em 20/03/2020, com prazo de vencimento em 22/03/2021 e taxa de CDI + 3,74379% a.a., com a seguinte garantia: 30 % de CDB – Certificado de Depósito Bancário;

- Operação de Financiamento na modalidade de CCI – Carta de Crédito para Importação, no montante de R$21.740.79, contratado em 21/10/2020, com prazo de vencimento em 09/02/2021 e comissão de 5%, com a seguinte garantia: 30% CDB – Certificado de Depósito Bancário;

- Operação de Financiamento na modalidade de CCI – Carta de Crédito para Importação, no montante de R$89.641,88, contratado em 21/10/2020, com prazo de vencimento em 15/02/2021 e comissão de 5%, com as seguintes garantias: 30% CDB – Certificado de Depósito Bancário;

- Operação de Financiamento na modalidade de CCI – Carta de Crédito para Importação, no montante de R$834.773,11, contratado em 21/10/2020, com prazo de vencimento em 15/02/2021 e comissão de 5%, com as seguintes garantias: 30% CDB – Certificado de Depósito Bancário;

- Operação de Financiamento na modalidade de CCI – Carta de Crédito para Importação, no montante de R$355.257,43, contratado em 26/12/2020, com prazo de vencimento em 24/02/2021 e comissão de 5%, com as seguintes garantias: 30% CDB – Certificado de Depósito Bancário;

- Operação de Financiamento na modalidade de CCI – Carta de Crédito para Importação, no montante de R$279.293,53, contratado em 27/12/2020, com prazo de vencimento em 25/02/2021 e comissão de 5%, com as seguintes garantias: 30% CDB – Certificado de Depósito Bancário;

- Operação de Financiamento na modalidade de CCI – Carta de Crédito para Importação, no montante de R$229.485,40, contratado em 29/12/2020, com prazo de vencimento em 15/02/2021 e comissão de 5%, com as seguintes garantias: 30% CDB – Certificado de Depósito Bancário;

- Operação de Financiamento na modalidade de CCI – Carta de Crédito para Importação, no montante de R$367.982,30, contratado em 29/12/2020, com prazo de vencimento em 08/03/2021 e comissão de 5%, com as seguintes garantias: 30% CDB – Certificado de Depósito Bancário;

- Operação de Financiamento na modalidade de CCI – Carta de Crédito para Importação, no montante de R$607.180,66, contratado em 03/01/2021, com prazo de vencimento em 04/03/2021 e comissão de 5%, com as seguintes garantias: 30% CDB – Certificado de Depósito Bancário;

- Operação de Financiamento na modalidade de CCI – Carta de Crédito para Importação, no montante de R$352.319,81, contratado em 03/01/2021, com prazo de vencimento em 04/03/2021 e comissão de 5%, com as seguintes garantias: 30% CDB – Certificado de Depósito Bancário;

- Operação de Financiamento na modalidade de CCI – Carta de Crédito para Importação, no montante de R$342.614,03, contratado em 03/01/2021, com prazo de vencimento em 04/03/2021 e comissão de 5%, com as seguintes garantias: 30% CDB – Certificado de Depósito Bancário;

- Operação de Financiamento na modalidade de CCI – Carta de Crédito para Importação, no montante de R$884.192,41, contratado em 07/01/2021, com prazo de vencimento em 08/03/2021 e comissão de 5%, com as seguintes garantias: 30% CDB – Certificado de Depósito Bancário;

- Operação de Financiamento na modalidade de CCI – Carta de Crédito para Importação, no montante de R$296.854,52, contratado em 07/01/2021, com prazo de vencimento em 08/03/2021 e comissão de 5%, com as seguintes garantias: 30% CDB – Certificado de Depósito Bancário;

- Operação de Financiamento na modalidade de CCI – Carta de Crédito para Importação, no montante de R$789.579,98, contratado em 12/01/2021, com prazo de vencimento em 15/03/2021 e comissão de 5%, com as seguintes garantias: 30% CDB – Certificado de Depósito Bancário;

- Operação de Cartão de Crédito (NEG & EMPRESAS PL MC), no montante de R$100.000,00, contratado em 03/04/2019, sem prazo de vencimento, não existindo garantias vinculadas.

Club Mais Administradora de Cartões Ltda. (CNPJ: 21.600.988/0001-08)

- Operação de Financiamento na modalidade de Capital de Giro, no montante de R$900.000,00, contratado em 14/05/2020, com prazo de vencimento em 14/05/2021 e taxa de 5.036% a.a., com as seguintes garantias: aval;

- Operação de Financiamento na modalidade de CCG – Cédulas de Conta Garantida, no montante de R$60.000.000,00 contratado em 25/04/2016, com prazo de vencimento em 28/01/2022 e taxa de CDI + 5,1581% a.a., com as seguintes garantias: 50% Direitos Creditórios Cessão CTA 29.

GRCA Empreendimentos e Participações S.A. (CNPJ: 08.422.467/0001-31)

- Operação de Cheque Empresa, no montante de R$20.000,00, contratado em 27/05/2016, com prazo de vencimento em 21/05/2021 e taxa de 218,87% a.a., não existindo garantias vinculadas.

RCL Assessoria Empresarial EIRELI – ME (CNPJ: 21.491.853/0001-43)

- Operação de Cheque Empresa, no montante de R$15.000,00, contratado em 28/08/2015, com prazo de vencimento em 30/04/2021 e taxa de 246,35% a.a., não existindo garantias vinculadas.

CACM Assessoria Empresarial EIRELI – ME (CNPJ: 21.214.220/0001-98)

- Operação de Cheque Empresa, no montante de R$15.000,00, contratado em 02/05/2017, com prazo de vencimento em 21/05/2021 e taxa de 218,87% a.a., não existindo garantias vinculadas.

Grupo Avenida S.A. (CNPJ: 09.532.889/0001-22)

- Serviço de recebimento através de cobrança (emissão de boletos bancários) contratado em 28/07/2017. O Santander emite em média 6.381.878 boletos ao ano, o que corresponde a um volume financeiro de R$688.509.535,00. Deste montante são liquidados em média 1.092.721 boletos ao ano, o que soma um volume financeiro de R$124.175.223,00. Tarifas: Registro R$0,14; Liquidação R$0,99; Alteração Título R$0,20; Manutenção Título R$0,20; Baixa R$0,20; Baixa automática com 29 dias de vencido. Não há prazo de vencimento ou garantias vinculadas;

- Serviço geral de pagamentos com a liquidação de TEDs, transferências entre contas do Santander, boletos bancários e tributos, contratado em 02/05/2005. O Santander realiza em média um volume de 43.463 pagamentos por ano, o que corresponde a um volume financeiro de R$1.333.595.576,00. Convênio isento de tarifas. Não há taxas, prazo de vencimento ou garantias vinculadas;

- Serviço de folha de pagamento para os funcionários da Companhia contratado em 14/02/2013. Não possui contrato de vencimento, valores, taxas ou garantias vinculadas;

- Serviços de processamento de pagamentos na modalidade de cartão de crédito (Adquirência), contratado em outubro de 2018, com volume mensal aproximado de R$30.000.000,00. Os serviços são processados pela GetNet, sociedade integrante do conglomerado econômico do Santander. Vencimento em setembro de 2022. MDR média ponderada de 1,23%. Não há taxas, prazo de vencimento ou garantias vinculadas;

- Serviço de depósito de numerário em espécie através de serviço de carro forte (contratação direta das transportadoras pela Companhia), contratado em 26/02/2020. O Santander recolhe em média um volume anual de R$152.885.839,20, com a tarifa de custódia de 0,1272% sobre o saldo recolhido mensalmente. Não há prazo de vencimento ou garantias vinculadas;

- Aplicações financeiras realizadas junto à Mesa / Tesouraria do Santander em CDB – Certificado de Depósito Bancário, no montante de R$5.620.004,45, realizadas em 12/02/2020, com vencimento em 14/10/2021 e taxa de 99,5% do CDI.

Na data deste Prospecto, exceto pelo disposto acima e, pelo relacionamento decorrente da presente Oferta, a Companhia e/ou sociedades de seu grupo econômico não possuem qualquer outro relacionamento relevante com o Santander e/ou as sociedades do seu conglomerado financeiro. Além disso, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o Santander e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia.

A Companhia contratou e poderá vir a contratar, no futuro, o Santander e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro para celebrar acordos e para a realização de operações financeiras, a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das atividades da Companhia.

A Companhia pode ou poderá vir a deter, no futuro, participação em fundos de investimentos geridos ou administrados pelo Santander e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro.

Adicionalmente, o Santander e/ou sociedades de seu grupo econômico eventualmente possuem títulos e valores mobiliários de emissão e/ou lastreados em créditos originados pela Companhia e/ou de sociedades de seu conglomerado financeiro, diretamente ou por meio de fundos de investimento administrados e/ou geridos por tais sociedades, adquiridos em operações regulares de mercado a preços e condições de mercado.

O Santander e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Santander e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas Ações; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do Santander no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O Santander e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das ações contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (operação com total return swap). O Santander e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro poderão adquirir ações ordinárias de emissão da Companhia como forma de proteção (hedge) para essas operações. Tais operações poderão influenciar a demanda e os preços das ações ordinárias da Companhia, sem, contudo, gerar demanda artificial durante Oferta. Para mais informações veja a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A eventual contratação e realização de operações de hedge podem influenciar a demanda e o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia” na página 79 deste Prospecto.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição", na página 47 deste Prospecto, não há qualquer remuneração a ser paga pela Companhia ao Santander e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro no contexto da Oferta. Para mais informações ver seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição" na página 47 deste Prospecto. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o Santander poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos de estabilização de preço das Ações.

Ainda, a Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o Santander ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Santander como instituição intermediária da Oferta. A Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o Santander ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro.

Relacionamento entre a Companhia e a UBS BB

Na data deste Prospecto, exceto pelo relacionamento decorrente da presente Oferta, a Companhia e/ou sociedades de seu grupo econômico não possuem qualquer outro relacionamento relevante com o UBS BB e/ou as sociedades do seu conglomerado econômico. Além disso, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o UBS BB e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia.

A Companhia contratou e poderá vir a contratar, no futuro, o UBS BB e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico para celebrar acordos e para a realização de operações financeiras, a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das atividades da Companhia.

A Companhia pode ou poderá vir a deter, no futuro, participação em fundos de investimentos geridos ou administrados pelo UBS BB e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico.

Adicionalmente, o UBS BB e/ou sociedades de seu grupo econômico eventualmente possuem títulos e valores mobiliários de emissão e/ou lastreados em créditos originados pela Companhia e/ou de sociedades de seu grupo econômico, diretamente ou por meio de fundos de investimento administrados e/ou geridos por tais sociedades, adquiridos em operações regulares de mercado a preços e condições de mercado.

O UBS BB e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o UBS BB e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas Ações; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do UBS BB no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O UBS BB e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das ações contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (operação com total return swap). O UBS BB e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão adquirir ações ordinárias de emissão da Companhia como forma de proteção (hedge) para essas operações. Tais operações poderão influenciar a demanda e os preços das ações ordinárias da Companhia, sem, contudo, gerar demanda artificial durante Oferta. Para mais informações veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A eventual contratação e realização de operações de hedge podem influenciar a demanda e o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia" na página 79 deste Prospecto.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição", na página 47 deste Prospecto, não há qualquer remuneração a ser paga pela Companhia ao UBS BB e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico no contexto da Oferta. Para mais informações ver seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição" na página 47 deste Prospecto. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o UBS BB poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos de estabilização de preço das Ações.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do UBS BB como instituição intermediária da Oferta. A Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o UBS BB ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Ainda, a Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o UBS BB ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Relacionamento entre a Companhia e o Citi

Na data deste Prospecto, a Companhia e/ou sociedades integrantes do seu grupo econômico possuem relacionamento com o Citi e demais sociedades do seu grupo econômico, conforme detalhado a seguir:

- Contratação, pela Companhia, em 05 de agosto de 2020, de operação de empréstimo de capital de giro, no valor de total de R$58.579.602,27, com data de vencimento em 07 de agosto de 2023. O contrato prevê seis meses de carência para o pagamento principal, sendo que, após este período, as amortizações são realizadas mensalmente. A Companhia também consta como avalista no referido contrato, com uma garantia de 35% de aplicação (CDB). O saldo devedor [na data deste Prospecto] é de [R$58.778.973,39].

- Contratação, pela Companhia, em 06 de março de 2020, de financiamento (Finimp), com finalidade de compra de produtos têxteis, no valor total de U.S.$ 775.821,80 e com vencimento em 01 de março de 2021. A amortização será realizada em parcela única, a ser paga na data de vencimento. A Companhia consta como avalista no referido contrato. O saldo devedor [na data deste prospecto] é de [U.S.$ 775.821,80].

Na data deste Prospecto, exceto pelo disposto acima e, pelo relacionamento decorrente da presente Oferta, a Companhia e/ou sociedades de seu grupo econômico não possuem qualquer outro relacionamento relevante com o Citi e/ou as sociedades do seu conglomerado econômico. Além disso, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o Citi e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia.

A Companhia contratou e poderá vir a contratar, no futuro, o Citi e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico para celebrar acordos e para a realização de operações financeiras, a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das atividades da Companhia.

A Companhia pode ou poderá vir a deter, no futuro, participação em fundos de investimentos geridos ou administrados pelo Citi e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico.

Adicionalmente, o Citi e/ou sociedades de seu grupo econômico eventualmente possuem títulos e valores mobiliários de emissão e/ou lastreados em créditos originados pela Companhia e/ou de sociedades de seu grupo econômico, diretamente ou por meio de fundos de investimento administrados e/ou geridos por tais sociedades, adquiridos em operações regulares de mercado a preços e condições de mercado.

O Citi e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Citi e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas Ações; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do Citi no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O Citi e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das ações contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (operação com total return swap). O Citi e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão adquirir ações ordinárias de emissão da Companhia como forma de proteção (hedge) para essas operações. Tais operações poderão influenciar a demanda e os preços das ações ordinárias da Companhia, sem, contudo, gerar demanda artificial durante Oferta. Para mais informações veja a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A eventual contratação e realização de operações de hedge podem influenciar a demanda e o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia” na página 79 deste Prospecto.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção “Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição”, na página 47 deste Prospecto, não há qualquer remuneração a ser paga pela Companhia ao Citi e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico no contexto da Oferta. Para mais informações ver seção “Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição” na página 47 deste Prospecto. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o Citi poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos de estabilização de preço das Ações.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Citi como instituição intermediária da Oferta. A Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o Citi ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Ainda, a Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o Citi ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

RELACIONAMENTO ENTRE OS ACIONISTAS VENDEDORES E OS COORDENADORES DA OFERTA

Para fins do disposto no item 3.3.2 do Anexo III da Instrução CVM 400, são descritos abaixo o relacionamento dos Acionistas Vendedores com os Coordenadores da Oferta.

Nenhuma das operações descritas abaixo é vinculada à Oferta e/ou ao Preço por Ação e não há, na data deste Prospecto, quaisquer operações celebradas entre os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta e/ou outras sociedades pertencentes aos seus respectivos grupos econômicos que estejam vinculadas à Oferta e/ou ao Preço por Ação.

Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder

Na data deste Prospecto Preliminar, além do relacionamento relativo à Oferta, o Itaú BBA e/ou sociedades de seu grupo econômico prestam serviços bancários para alguns Acionistas Vendedores incluindo, entre outros, investimentos, operações de crédito, consultoria ou gestão financeira.

Além disso, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão os Acionistas Vendedores.

Os Acionistas Vendedores contrataram e poderão, no futuro, contratar o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro para celebrar acordos e para a realização de operações financeiras, a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das suas atividades.

O Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão dos Acionistas Vendedores. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão dos Acionistas Vendedores, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão dos Acionistas Vendedores com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas Ações; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do Coordenador Líder no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto na seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição" na página 47 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pelos Acionistas Vendedores ao Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, a Caixa poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos de estabilização de preço das Ações.

Os Acionistas Vendedores declaram que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Coordenador Líder como instituição intermediária da Oferta. Os Acionistas Vendedores declaram que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro.

Ainda, os Acionistas Vendedores declaram que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro.

Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Agente Estabilizador

Na data deste Prospecto, além do relacionamento decorrente da presente Oferta, o Santander e/ou sociedades integrantes de seu conglomerado econômico prestam serviços bancários, incluindo, entre outros, prestação de serviço de conta corrente, prestação de serviço de cartão de crédito, prestação de serviço de cheque, operação de financiamento de veículos, aplicações financeiras, prestação de serviço de seguro e investimentos em poupança, para os Srs. Ailton Caseli, Christian Caseli e Rodrigo Caseli.

Os Srs. Ailton Caseli, Christian Caseli e Rodrigo Caseli poderão, no futuro, contratar o Santander e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico para celebrar acordos e para a realização de operações financeiras, a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das suas atividades.

Além disso, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o Santander e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão dos Acionistas Vendedores.

Os Acionistas Vendedores contrataram e poderão, no futuro, contratar o Santander e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico para celebrar acordos e para a realização de operações financeiras, a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das suas atividades.

O Santander e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão dos Acionistas Vendedores. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Santander e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão dos Acionistas Vendedores, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão dos Acionistas Vendedores com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas Ações; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do Santander no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto na seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição" na página 47 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pelos Acionistas Vendedores ao Santander e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, a Caixa poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos de estabilização de preço das Ações.

Os Acionistas Vendedores declaram que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Santander como instituição intermediária da Oferta. Os Acionistas Vendedores declaram que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre os Acionistas Vendedores e o Santander ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Ainda, os Acionistas Vendedores declaram que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre os Acionistas Vendedores e o Santander ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e a UBS BB

Na data deste Prospecto, exceto pelo relacionamento decorrente da presente Oferta, os Acionistas Vendedores e/ou sociedades de seu grupo econômico não possuem qualquer outro relacionamento relevante com o UBS BB e/ou as sociedades do seu conglomerado econômico. Além disso, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o UBS BB e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão os Acionistas Vendedores.

Os Acionistas Vendedores contrataram e poderão, no futuro, contratar o UBS BB e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico para celebrar acordos e para a realização de operações financeiras, a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das suas atividades.

O UBS BB e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão dos Acionistas Vendedores. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o UBS BB e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão dos Acionistas Vendedores, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão dos Acionistas Vendedores com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas Ações; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do UBS BB no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto na seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição" na página 47 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pelos Acionistas Vendedores ao UBS BB e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, a Caixa poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos de estabilização de preço das Ações.

Os Acionistas Vendedores declaram que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do UBS BB como instituição intermediária da Oferta. Os Acionistas Vendedores declaram que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre os Acionistas Vendedores e o UBS BB ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Ainda, os Acionistas Vendedores declaram que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre os Acionistas Vendedores e o UBS BB ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Citi

Na data deste Prospecto, exceto pelo relacionamento decorrente da presente Oferta, os Acionistas Vendedores e/ou sociedades de seu grupo econômico não possuem qualquer outro relacionamento relevante com o Citi e/ou as sociedades do seu conglomerado econômico. Além disso, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o Citi e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão os Acionistas Vendedores.

Os Acionistas Vendedores contrataram e poderão, no futuro, contratar o Citi e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico para celebrar acordos e para a realização de operações financeiras, a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das suas atividades.

O Citi e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão dos Acionistas Vendedores. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Citi e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão dos Acionistas Vendedores, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão dos Acionistas Vendedores com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas Ações; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do Citi no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto na seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição" na página 47 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pelos Acionistas Vendedores ao Citi e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, a Caixa poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos de estabilização de preço das Ações.

Os Acionistas Vendedores declaram que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Citi como instituição intermediária da Oferta. Os Acionistas Vendedores declaram que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre os Acionistas Vendedores e o Citi ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Ainda, os Acionistas Vendedores declaram que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre os Acionistas Vendedores e o Citi ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA, OS ACIONISTAS VENDEDORES, OS COORDENADORES DA OFERTA, OS CONSULTORES E OS AUDITORES

Para fins do disposto no item 2 do Anexo III da Instrução CVM 400, esclarecimentos sobre a Companhia e a Oferta, bem como este Prospecto, poderão ser obtidos com a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta nos seguintes endereços:

Companhia e Acionistas Vendedores

Grupo Avenida S.A.
Avenida Ayrton Senna da Silva, nº 12822, Sala 02, Bairro Distrito Industrial
78098-282, Cuiabá, MT
At.: Sr. Carlos Ernane Abrahão
Tel.: +55 (31) 3630-4650
www.avenida.com.br/ri

Coordenadores da Oferta

Coordenador Líder
Banco Itaú BBA S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.500, 2º andar
CEP 04538-132, São Paulo, SP
At.: Sra. Renata Dominguez
Tel.: +55 (11) 3708-8876
www.itau.com.br/itaubba-pt

Agente Estabilizador
Banco Santander (Brasil) S.A.
Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2.041 e 2.235, 24º andar
04543-011, São Paulo, SP
At.: Sr. José Pedro Leite da Costa
Tel.: +55 (11) 3553-3489
www.santander.com.br

UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4.400, 7º andar / parte
CEP 04538-132, São Paulo, SP
At.: Sr. Billy McArthur
Tel.: +1 (212) 713-8758
https://www.ubs.com/br/pt/ubsbb-investment-bank.html

Citigroup Global Markets Brasil, Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Avenida Paulista, 1.111, 16º andar
CEP 01311-920, São Paulo, SP
At.: Sr. Marcelo Millen
Tel.: +55 (11) 4009-2073
https://corporateportal.brazil.citibank.com/index.htm

Consultores Legais Locais da Companhia e dos Acionistas Vendedores

Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados
Alameda Joaquim Eugênio de Lima, nº 447,
CEP 01403-001, São Paulo, SP
At.: Sra. Vanessa Fiusa
Tel.: +55 (11) 3147 7600
www.mattosfilho.com.br

Consultores Legais Locais dos Coordenadores da Oferta

Lefosse Advogados
Rua Tabapuã, nº 1.277, nº 14º andar
CEP 04533-014, São Paulo, SP
At.: Sr. Rodrigo Junqueira / Sra. Jana Araujo
Tel.: +55 (11) 3024-6100
www.lefosse.com

Consultores Legais Externos da Companhia e dos Acionistas Vendedores

Milbank LLP
Avenida Brigadeiro Faria Lima, n] 4.100
CEP 04538-132, São Paulo, SP
At.: Sra. Fabiana Sakai /
Sr. Tobias Stirnberg
Tel.: +55 (11) 3297 7781
www.milbank.com

Consultores Legais Externos dos Coordenadores da Oferta

Simpson Thacher & Barnett LLP
Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.455, 12º andar
CEP 04542-011, São Paulo, SP
At.: Sr. Grenfel Calheiros
Tel.: +55 (11) 3546 1011
www.stblaw.com

Auditores Independentes

Ernst & Young Auditores Independentes S/S
Rua T-55, esq. com T-30, 930, 11º andar, salas 1110 a 1115, Ed. Walk Bueno Business
CEP 74215-070, Goiânia, GO
At.: Sr. Wagner dos Santos Júnior
Tel.: +55 (62) 3605-1100
www.ey.com.br/pt_br

Declarações de Veracidade das Informações

A Companhia, os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder prestaram declarações de veracidade das informações, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400. Estas declarações de veracidade estão anexas a este Prospecto, a partir da página 231.

OPERAÇÕES VINCULADAS À OFERTA

Conforme descrito na seção “Destinação dos Recursos”, na página 106 deste Prospecto, a Companhia utilizará [41]% dos recursos líquidos provenientes da Oferta Primária para liquidar, total ou parcialmente, dívidas da Companhia, sendo as seguintes dívidas com os Coordenadores da Oferta:

[(i) Cédula de Crédito Bancário emitida em 15/09/2017, com vencimento em 18/10/2021, no valor de R$37.051.282, com taxa CDI + 4,90% a.a, cujo saldo devedor em 31 de janeiro de 2021 é de R$7.647.103,00 ; e

(ii) a Cédula de Crédito Bancário nº 444428 emitida pela Lojas Avenidas S.A. em 05/08/2020 em favor do Banco Citibank S.A., com vencimento em 07/08/2023, no valor de R$58.579.602,27, com taxa CDI + 3,9% a.a.], que poderão representar [13,30]% dos recursos líquidos provenientes da Oferta Primária, após a dedução das comissões e despesas estimadas a serem pagas por nós no âmbito da Oferta Primária.

À exceção das operações descrita acima, não há qualquer outra transação financeira da Companhia, relacionada com os Coordenadores da Oferta, ou com sociedades de seus respectivos conglomerados econômicos, que sejam vinculadas à Oferta.

Embora, no entendimento do Coordenador Líder e do Citi, não haja qualquer conflito de interesse decorrente da sua participação na Oferta, tampouco da utilização pela Companhia dos recursos provenientes da Oferta Primária para o eventual pagamento das operações listadas acima, a participação do Coordenador Líder e do Citi pode caracterizar eventual conflito de interesse, conforme descrito na seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Alguns de nossos Coordenadores da Oferta têm interesse vinculado à conclusão da Oferta, uma vez que parte dos recursos da Oferta Primária poderá ser destinada pela Companhia à liquidação ou à amortização de dívidas em aberto com o tais Coordenadores da Oferta e/ou a respectivas sociedades de seu conglomerado financeiro”, na página 77 deste Prospecto.

Para informações adicionais, veja as seções “Relacionamento entre a Companhia e os Coordenadores da Oferta”, “Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta” e “Destinação dos Recursos”, constantes das páginas 89, 98 e 106 deste Prospecto, respectivamente.

EVENTOS SOCIETÁRIOS

[Na data deste Prospecto e visando a listagem no segmento do Novo Mercado, houve a conversão de todas as ações preferenciais em ordinárias da Companhia (na proporção de 1 ação preferencial para 1 ação ordinária).]

Ainda, em 13 de março de 2014, os Acionistas Vendedores Pessoas Físicas, a Caseli Participações S.A. (antiga denominação da Companhia), as Lojas Avenida Ltda., o FIP Kinea II, o FIP Kinea III e o Kinea I Private Equity Fundo de Investimento em Participações ("Kinea I") celebraram o Contrato de Subscrição e Compra e Venda de Ações e Outras Avenças ("Contrato"), por meio do qual (i) os Acionistas Vendedores Pessoas Físicas se comprometeram a alienar ao FIP Kinea II, ao FIP Kinea III e ao Kinea I parte de suas ações detidas na Companhia; e (ii) a Companhia se comprometeu a emitir novas ações a serem subscritas pelo FIP Kinea II, pelo FIP Kinea III e pelo Kinea I.

Em 23 de maio de 2014, os Acionistas Vendedores Pessoas Físicas, a Caseli Participações S.A. (antiga denominação da Companhia), as Lojas Avenida Ltda., o FIP Kinea II, o FIP Kinea III, o Kinea I e o Kinea Co-Investimento celebraram o Primeiro Aditivo ao Contrato, por meio do qual o Kinea I cedeu a totalidade dos seus direitos e obrigações decorrentes do Contrato para o Kinea Co-Investimento.

Em 28 de novembro de 2016, os Acionistas Vendedores Pessoas Físicas, a Companhia, a Lojas Avenida S.A. o FIP Kinea II, o FIP Kinea III e o Kinea Co-Investimento celebraram o Segundo Aditivo ao Contrato, por meio do qual (i) realizaram um primeiro ajuste de participação entre eles, com base nos resultados da Companhia; e (ii) estabeleceram a nova fórmula de ajuste de participação entre as partes.

Tal Contrato, conforme aditado, estabelece um ajuste de participação entre os Acionistas Vendedores Pessoas Físicas e o FIP Kinea II, o FIP Kinea III e o Kinea Co-Investimento a depender do valor econômico do capital social total da Companhia (Pre-Money Equity Value) e consequentemente do retorno a ser obtido pelo FIP Kinea II, pelo FIP Kinea III e pelo Kinea Co-Investimento, o qual deverá ser apurado com base no preço por ação final efetivo da Oferta e deverá ocorrer somente após a liquidação da Oferta. Assim, caso o cálculo seja favorável para o FIP Kinea II, o FIP Kinea III e o Kinea Co-Investimento, estes poderão exercer as opções de compra de parte das ações detidas pelos Acionistas Vendedores Pessoas Físicas ou solicitar o recebimento do ajuste em espécie, caso Acionistas Vendedores Pessoas Físicas obtenham recursos da oferta secundária. Por outro lado, caso o cálculo seja favorável para os Acionistas Vendedores Pessoas Físicas, estes poderão exercer as opções de compra de parte das ações detidas pelo FIP Kinea II, pelo FIP Kinea III e pelo Kinea Co-Investimento.

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa, a Companhia estima que os recursos líquidos provenientes da Oferta Primária, sem considerar a colocação das Ações Adicionais e das Ações e do Lote Suplementar, serão de R$[•], após a dedução de comissões, tributos e despesas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta.

Para informações detalhadas acerca das comissões e despesas da Oferta, veja a seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição" na página 47 deste Prospecto.

A Companhia pretende utilizar os recursos líquidos obtidos por meio da Oferta Primária da seguinte forma: (i) investimentos em logística e tecnologia; (ii) abertura de novas lojas; (iii) reformas das lojas existentes (retrofit); (iv) liquidação de dívidas.

A tabela abaixo resume os percentuais e valores estimados das destinações que a Companhia pretende dar aos recursos líquidos provenientes da Oferta Primária:

Destinação	**Percentual Estimado dos Recursos Líquidos**	**Valor Estimado Líquido(1)(2)(3)**
		(em R$milhões)
Investimentos em logística e tecnologia	[16%]	[•]
Abertura de novas lojas	[28%]	[•]
Reformas das lojas existentes (retrofit).....	[15%]	[•]
Liquidação de dívidas	[41%]	[•]
Total	**100%**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•].
(2) Considerando a dedução das comissões e despesas estimadas para a Companhia na Oferta.
(3) Sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar, tendo em vista que os recursos decorrentes das Ações Adicionais e das Ações Lote Suplementar serão destinados aos Acionistas Vendedores.

Na data deste Prospecto, a Companhia não havia celebrado qualquer contrato ou documento vinculante para qualquer tipo de aquisição de qualquer ativo.

A Companhia poderá, eventualmente, utilizar parte dos recursos provenientes da Oferta Primária para liquidar, total ou parcialmente, a (i) [Cédula de Crédito Bancário emitida em 15/09/2017, com vencimento em 18/10/2021, no valor de R$37.051.282, com taxa CDI + 4,90% a.a, cujo saldo devedor em 31 de janeiro de 2021 é de R$7.647.103,00]e (ii) a Cédula de Crédito Bancário nº 444428 emitida pela Lojas Avenidas S.A. em 05/08/2020 em favor do Banco Citibank S.A., com vencimento em 07/08/2023, no valor de R$58.579.602,27, com taxa CDI + 3,9% a.a.], que poderá representar [13,30]% dos recursos líquidos provenientes da Oferta Primária, após a dedução das comissões e despesas estimadas a serem pagas por nós no âmbito da Oferta Primária. Para mais informações vide as seções “Relacionamento entre a Companhia e os Coordenadores da Oferta”, “Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta” e “Destinação dos Recursos”, constantes das páginas 89, 98 e 106 deste Prospecto, e ainda o item 10.1(f)(i) do Formulário de Referência.

A efetiva aplicação dos recursos obtidos por meio da Oferta depende de diversos fatores que a Companhia não pode garantir que virão a se concretizar, dentre os quais as condições de mercado então vigentes, nas quais baseia suas análises, estimativas e perspectivas atuais sobre eventos futuros e tendências. Os valores efetivamente utilizados e a escolha do momento da utilização do capital arrecadado, dependerão de uma série de fatores, incluindo os fatores de risco, descritos na seção "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia" na página 18 deste Prospecto e da seção "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência. Alterações nesses e em outros fatores podem nos obrigar a rever a destinação dos recursos líquidos quando de sua efetiva utilização.

Caso os recursos líquidos captados pela Companhia sejam inferiores à sua estimativa, sua aplicação será reduzida de forma a dar prioridade à quitação da obrigação decorrente da reorganização societária e dos dividendos já declarados,e na hipótese de serem necessários recursos adicionais, a Companhia poderá efetuar emissão de outros valores mobiliários e/ou efetuar a contratação de linha de financiamento junto a instituições financeiras os quais deverão ser contratados tendo como principal critério o menor custo de capital para a Companhia.

A Companhia não receberá qualquer recurso decorrente da Oferta Secundária, que compreende a eventual colocação das Ações Adicionais e das Ações do Lote Suplementar, por se tratar exclusivamente de ações de titularidade dos Acionistas Vendedores. Portanto, os recursos provenientes da Oferta Secundária e, portanto, da eventual colocação das Ações Adicionais e das Ações do Lote Suplementar, serão integralmente destinados aos Acionistas Vendedores.

Um aumento (redução) de R$1,00 no Preço por Ação aumentaria (reduziria) o valor dos recursos líquidos a serem captados na Oferta Primária em R$[●] (sem considerar a venda das Ações Adicionais e das Ações do Lote Suplementar).

Para mais informações sobre o impacto dos recursos líquidos obtidos pela Companhia com a Oferta na situação patrimonial da Companhia, veja a seção “Capitalização” na página 108 deste Prospecto.

CAPITALIZAÇÃO

A tabela a seguir apresenta a capitalização total da Companhia, correspondente a empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante) e patrimônio líquido consolidado da Companhia, em 31 de dezembro de 2020, indicando: (i) a posição histórica em 31 de dezembro de 2020 na coluna "Histórico"; (ii) conforme ajustada por eventos subsequentes decorrentes da [•] na coluna "Ajustado por eventos subsequentes"; e (iii) a posição ajustada por eventos subsequentes e pela Oferta para considerar os recursos líquidos a serem obtidos pela Companhia provenientes da Oferta Primária (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar por se tratarem de ações de titularidade dos Acionistas Vendedores), estimados em R$[•] [mil/milhões], após a dedução das comissões e das despesas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta, conforme descritas na seção "Custos de Distribuição", com base no ponto médio da Faixa Indicativa na coluna "Ajustado por eventos subsequentes e pós Oferta".

As informações descritas abaixo na coluna denominada "Histórico" foram extraídas das demonstrações contábeis consolidadas da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Os investidores devem ler a tabela abaixo em conjunto com as seções "3. Informações Financeiras Selecionadas" e "10. Comentários dos Diretores" do Formulário de Referência da Companhia, anexo a este Prospecto, bem como as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia, as quais se encontram anexas a este Prospecto.

	Em 31 de dezembro de 2020		
(Em milhares de reais)	**Histórico**	**Ajustado por eventos subsequentes[1]**	**Ajustado por eventos subsequentes e pós-oferta[2]**
		(em milhões de R$)	
Empréstimos e financiamentos (circulante)	[277.531]	[•]	[•]
Empréstimos e financiamentos (não circulante)....	[25.963]	[•]	[•]
Patrimônio líquido	[51.363]	[•]	[•]
Capitalização Total[3].....	**[354.857]**	**[•]**	**[•]**

(1) Ajustado por eventos subsequentes após 31 de dezembro de 2020, decorrentes: (i) [•].

(2) Ajustado para refletir: (i) os eventos subsequentes após 31 de dezembro de 2020; (ii) o recebimento de recursos líquidos da Oferta Primária (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), estimados em R$[•], após a dedução das comissões e das despesas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta, no montante estimado de R$[•], calculado com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa

(3) Capitalização total corresponde à soma dos empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante) e patrimônio líquido.

Um aumento ou uma redução de R$1,00 no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa, acarretaria em um aumento ou redução do valor do patrimônio líquido e da capitalização total da Companhia em R$[•] milhões, após a dedução das comissões e das despesas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta.

O valor do patrimônio líquido da Companhia após a conclusão da oferta está sujeito, ainda, a ajustes decorrentes de alterações do Preço por Ação, bem como dos termos e condições gerais da oferta que somente serão conhecidas após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

A Companhia não receberá qualquer recurso decorrente da Oferta Secundária por se tratar exclusivamente de Ações de titularidade dos Acionistas Vendedores. Dessa forma, nossa capitalização não será afetada pela Oferta Secundária.

Não houve alteração relevante na capitalização da Companhia desde 31 de dezembro de 2020, exceto com relação aos eventos subsequentes mencionados acima.

DILUIÇÃO

Os investidores que participarem da Oferta sofrerão diluição imediata de seu investimento, calculada pela diferença entre o Preço por Ação e o valor patrimonial contábil por ação imediatamente após a conclusão da Oferta.

Em 31 de dezembro de 2020, o valor do patrimônio líquido da Companhia era de R$[51.363] mil e o valor patrimonial por ação ordinária correspondia, na mesma data, a R$[2,35]. Os referidos valores patrimoniais por ação ordinária representam o valor do patrimônio líquido da Companhia, dividido pelo número total de ações ordinárias de sua emissão em 31 de dezembro de 2020.

Considerando a emissão das Ações no âmbito da Oferta Primária, com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa, e após a dedução das comissões e das despesas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta; o patrimônio líquido da Companhia seria de R$[•] milhões, representando um valor patrimonial de R$[•] por ação ordinária de emissão da Companhia. Isso significaria um aumento imediato no valor do patrimônio líquido por ação ordinária de R$[•] para os acionistas existentes e uma diluição imediata no valor do patrimônio líquido por ação ordinária de R$[•], que é equivalente a [•]% do Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa, para os novos investidores que subscreverem/adquirirem Ações no âmbito da Oferta.

Essa diluição representa a diferença entre o Preço por Ação pago pelos investidores na Oferta e o valor patrimonial contábil por ação ordinária imediatamente após a Oferta. Para informações detalhadas acerca das comissões de distribuição e das despesas da Oferta, veja a Seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição", página 47 deste Prospecto.

O quadro a seguir ilustra a diluição por ação ordinária de emissão da Companhia, com base em seu patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2020, sem considerar os impactos da realização da Oferta Primária:

	Após a Oferta Primária	
	(em R$, exceto percentagens)	*(percentual em relação ao Preço por Ação[1])*
Preço por Ação[1]	[•]	[•]%
Valor patrimonial contábil por ação ordinária em 31 de dezembro de 2020	[•]	[•]%
Aumento do valor contábil patrimonial líquido por ação ordinária atribuído aos atuais acionistas	[•]	[•]%
Diluição do valor patrimonial contábil por ação ordinária para os novos investidores[2]	[•]	[•]%
Percentual de diluição dos novos investidores[3]	**[•]%**	**[•]%**

(1) Calculado com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa.
(2) Para os fins aqui previstos, diluição representa a diferença entre o Preço por Ação a ser pago pelos investidores e o valor patrimonial líquido por ação de emissão da Companhia imediatamente após a conclusão da Oferta.
(3) O cálculo da diluição percentual dos novos investidores é obtido por meio da divisão do valor da diluição dos novos investidores pelo Preço por Ação.

O Preço por Ação a ser pago pelos investidores no contexto da Oferta não guarda relação com o valor patrimonial das ações ordinárias de emissão da Companhia e será fixado tendo como parâmetro as intenções de investimento manifestadas por Investidores Institucionais, considerando a qualidade da demanda (por volume e preço), no âmbito do Procedimento de *Bookbuilding*. Para informações detalhadas sobre o procedimento de fixação do Preço por Ação e das condições da Oferta, veja seção "Informações Sobre a Oferta", na página 39 deste Prospecto.

Um acréscimo ou redução de R$1,00 no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa, acarretaria em um aumento ou redução, após a conclusão da Oferta: (i) de R$[•] milhões no valor do patrimônio líquido contábil da Companhia; (ii) de R$[•] no valor do patrimônio líquido contábil por ação ordinária de emissão da Companhia; e (iii) na diluição do valor patrimonial

contábil por ação ordinária aos investidores desta Oferta em R$[•] por Ação; assumindo que o número de Ações estabelecido na capa deste Prospecto não sofrerá alterações e, após a dedução das comissões e das despesas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta. O valor do patrimônio líquido contábil da Companhia após a conclusão da Oferta está sujeito, ainda, a ajustes decorrentes de alterações do Preço por Ação, bem como dos termos e condições gerais da Oferta que somente serão conhecidas após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

A realização da Oferta Secundária não resultará em nenhuma mudança no número de ações de emissão da Companhia, nem em alteração em seu patrimônio líquido, uma vez que os recursos recebidos, nesse caso, serão integralmente entregues aos Acionistas Vendedores.

Planos de Remuneração Baseada em Ações

A Companhia aprovou em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 12 de fevereiro de 2021 um Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia ("SOP 2021").

São elegíveis para participar do SOP 2021 os administradores (incluindo diretores e membros do Conselho de Administração), colaboradores e/ou pessoas naturais que prestem serviços: (i) à Companhia; (ii) a outras sociedades que sejam controladas, direta ou indiretamente, pela Companhia; e/ou (iii) às demais sociedades do grupo econômico da Companhia.

Os participantes do SOP 2021 são eleitos pelo Conselho de Administração da Companhia, por meio de programas. Até a data deste Prospecto, não há programas em vigor no âmbito do SOP 2021.

Em cada um dos programas, o Conselho de Administração deve estabelecer, observados os critérios gerais fixados no SOP 2021 e o disposto no Estatuto Social da Companhia: (i) os beneficiários ou grupo de colaboradores ao qual o programa será destinado; (ii) o número total de ações vinculadas às opções objeto da outorga e, eventualmente, a divisão em lotes; (iii) o preço de exercício; (iv) eventuais prazos de carência durante o qual as opções não poderão ser exercidas; e (v) eventuais critérios objetivos para a indicação de Beneficiários e a determinação do número de Opções outorgadas.

No âmbito do SOP 21, poderão ser entregues aos participantes um número de ações de até 1.238.125 (um milhão, duzentas e trinta e oito mil, cento e vinte e cinco) ações, correspondente a 5% (cinco por cento) do capital social total da Companhia, em bases totalmente diluídas existentes em 12 de fevereiro de 2021. Por sua vez, o preço de exercício das opções outorgadas no âmbito do SOP 21 será fixado com base na média ponderada de cotação das ações em um determinado número de pregões anteriores à data de outorga a ser definido pelo Conselho de Administração. Caberá ao Conselho de Administração definir em cada programa e/ou contrato de opção se o preço de exercício será corrigido por índice de correção e/ou ajustado por proventos distribuídos pela Companhia aos acionistas.

Para mais informações sobre o SOP 2021, vide item 13.4 do Formulário de Referência na página 341 deste Prospecto.

O quadro a seguir ilustra a hipótese de diluição máxima, com base no patrimônio líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2020, considerando (i) a emissão de [•] Ações no âmbito da Oferta (sem considerar a colocação das Ações do Lote Suplementar), pelo Preço por Ação de R$[•], que corresponde ao ponto médio da Faixa Indicativa, e após a dedução das comissões e despesas devidas; (ii) o exercício de todas as opções outorgadas ou passíveis de outorga no âmbito do SOP 2021, correspondentes a até [1.238.125] ações de emissão da Companhia ao preço de R$[•] por ação. Adicionalmente, com relação ao preço de exercício de eventuais opções que venham a ser outorgadas no âmbito do Plano, foi considerado o valor de R$[•], o qual corresponde ao ponto médio da Faixa Indicativa.

Preço por Ação[1]	R$[•]
Quantidade de ações de emissão da Companhia em 31 de de dezembro de 2020	[24.762.500]
Quantidade de ações a serem emitidas no âmbito da Oferta	[•]
Quantidade de ações passíveis de serem emitidas no âmbito do SOP 2021.....	[1.238.125]
Quantidade total de ações após a emissão das ações da Oferta e do SOP 2021	[•]
Valor patrimonial contábil por ação em 31 de dezembro de 2020, considerando o exercício total do SOP 2021	R$[•]
Aumento (diminuição) no valor patrimonial contábil por ação atribuído aos acionistas existentes considerando os eventos descritos acima	R$[•]
Diluição do valor patrimonial contábil por ação dos novos investidores	R$[•]
Percentual de diluição imediata resultante da emissão das ações da Oferta e do Plano [2] ...	[•]%

(1) Considerando a subscrição das Ações (sem considerar a colocação das Ações do Lote Suplementar), com base no Preço por Ação de R$[•], o qual corresponde ao ponto médio da Faixa Indicativa.

(2) Para os fins aqui previstos, essa diluição representa entre o Preço por Ação a ser pago pelos investidores e o valor patrimonial líquido por ação de emissão da Companhia imediatamente após a conclusão da Oferta.

(3) O cálculo da diluição percentual dos novos investidores é obtido por meio da divisão do valor da diluição dos novos investidores pelo Preço por Ação.

Histórico do Preço de Emissão de Ações

Nos 5 últimos exercícios sociais e no exercício social corrente, não foram realizados aumentos do capital social da Companhia.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXOS

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO DA COMPANHIA

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Estatuto Social do

GRUPO AVENIDA S.A.

NIRE 51.300.00938-2

CNPJ/ME 09.532.889/0001-22

CAPÍTULO I
DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO.

Artigo 1º - A Companhia denomina-**se GRUPO AVENIDA S.A.**, e será regida por este Estatuto Social, pelo Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("Regulamento do Novo Mercado" e "B3", respectivamente) e pelas demais disposições legais que lhe forem aplicáveis.

§1º - Com o ingresso da Companhia no Novo Mercado ("Novo Mercado"), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, incluindo acionistas controladores, administradores e membros do conselho fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento do Novo Mercado.

§2º - Em caso de conflito entre as regras deste Estatuto Social e as regras do Regulamento do Novo Mercado, prevalecerão as disposições do Regulamento do Novo Mercado.

Artigo 2º - A companhia tem sede e foro na Rua H, nº 186, Sala 01, Quadra 27, Lote 05, Bairro Baú, CEP 78008-195, Município de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, podendo criar, instalar e encerrar filiais, depósitos e escritórios em qualquer parte do território nacional ou no exterior, onde for de seu interesse, mediante deliberação da Diretoria.

Artigo 3º - A Companhia tem por objeto social a participação em sociedades comerciais na qualidade de acionista ou quotista – *holding* não financeira.

Artigo 4º - O prazo de duração da sociedade é por tempo indeterminado.

CAPÍTULO II
CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

Artigo 5º - O capital social da Companhia é de R$219.810.000,00 (duzentos e dezenove milhões, oitocentos e dez mil reais), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 24.762.500 (vinte e quatro milhões, setecentos e sessenta e duas mil e quinhentas) ações, sendo 21.849.264 (vinte e um milhões, oitocentas e quarenta e nove mil, duzentas e sessenta e quatro) ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal e 2.913.236 (duas milhões, novecentas e treze mil, duzentas e trinta e seis) preferenciais nominativas e sem valor nominal.

§1º - Cada ação dá direito a um voto nas assembleias gerais e faz jus ao dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

§2º - As ações serão indivisíveis perante a sociedade, que não lhes concederá mais que um proprietário para cada unidade.

§3º - É vedada à Companhia a emissão de partes beneficiárias, não havendo até o momento partes beneficiárias em circulação.

§4º - Todas as ações da Companhia são escriturais, mantidas em contas de depósito em nome de seus titulares, junto à instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com quem a Companhia mantenha contrato de custódia em vigor, sem emissão de certificados. O custo do serviço de transferência da propriedade das ações escriturais poderá ser cobrado diretamente do acionista pela instituição depositária, conforme venha a ser definido no contrato de escrituração de ações, sendo respeitados os limites impostos pela legislação vigente.

Artigo 6º - A Companhia está autorizada a aumentar o capital social, por deliberação do Conselho de Administração e independentemente de reforma estatutária, na forma do artigo 168 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), até o limite de 49.525.000 (quarenta e nove milhões, quinhentos e vinte e cinco mil) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

§1º - O aumento do capital social, nos limites do capital autorizado, será realizado por meio da emissão de aç ões, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição mediante deliberação do Conselho de Administração, a quem competirá estabelecer as condições da emissão, inclusive preço, prazo e forma de sua integralização. Ocorrendo subscrição com integralização em bens, a competência para o aumento de capital será da Assembleia Geral, ouvido o Conselho Fiscal, caso instalado.

§2º - A Companhia poderá emitir ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição dentro do limite do capital autorizado, com exclusão do direito de preferência dos antigos acionistas, ou com redução do prazo para seu exercício de que trata o artigo 171, parágrafo 4°, da Lei das Sociedades por Ações, quando a colocação for feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou através de permuta por ações, em oferta pública de aquisição de controle, ou ainda para fazer frente a planos de outorga de opção de compra de ações a administradores e empregados da Companhia, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

§3º - O limite do capital autorizado deverá ser automaticamente ajustado em caso de grupamento ou desdobramentos de ações.

Artigo 7º - A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, adquirir as próprias ações para permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, até o montante do saldo de lucro e de reservas, observadas as exceções previstas na Lei das Sociedades por Ações e demais normas aplicáveis, sem diminuição do capital social, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis

CAPÍTULO III
ACORDO DE ACIONISTAS

Artigo 8º - Os acordos de Acionistas devidamente arquivados na sede da Companhia, que estabeleçam cláusulas e condições para alienação de ações de emissão da Companhia, disciplinem o direito de preferência ou regulem o exercício do direito de voto dos acionistas serão respeitados pela Companhia e sua administração.

> **§ Único.** Os direitos, obrigações e responsabilidades resultantes de tais acordos de acionistas da Companhia serão válidos e oponíveis a terceiros, tão logo tenham os mesmos sidos devidamente averbados nos livros de registro de ações da Companhia, e estando arquivados na sede, conforme a redação do artigo 118 da Lei das Sociedades por Ações. Os administradores da Companhia zelarão pela observância desses acordos e o Presidente da Assembleia Geral de Acionistas, conforme o caso, deverá declarar a invalidade do voto proferido em contrariedade com as disposições de tais acordos.

CAPÍTULO IV
ADMINISTRAÇÃO

Artigo 9º. A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria, cujas atribuições são definidas neste Estatuto Social, sem prejuízo de outras que venham a ser posteriormente definidas em Assembleia Geral de Acionistas, respeitadas as respectivas competências.

> **§1º** - Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa, exceto na hipótese de vacância, observados os termos do Regulamento do Novo Mercado.

§2º - A posse dos administradores e dos membros do conselho fiscal, efetivos e suplentes, fica condicionada à assinatura de termo de posse, que deve contemplar sua sujeição à cláusula compromissória referida no Artigo 45 abaixo.

SEÇÃO I
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Artigo 10 - O Conselho de Administração da Companhia será composto por, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 9 (nove) membros, com mandato unificado de 2 (dois) anos, facultada a reeleição, eleitos e destituíveis, a qualquer tempo, pela Assembleia Geral, observado o disposto no acordo de acionistas.

§1º - Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo, 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser conselheiros independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, devendo a caracterização dos indicados ao Conselho de Administração como conselheiros independentes ser deliberada na Assembleia Geral que os eleger, sendo também considerados como independentes os conselheiros eleitos mediante faculdade prevista pelo Artigo 141, parágrafos 4º e 5º, da Lei das Sociedades por Ações, na hipótese de haver acionista controlador.

§2º - Quando, em decorrência do cálculo do percentual referido no parágrafo acima, o resultado gerar um número fracionário, a Companhia deve proceder ao arredondamento para o número inteiro imediatamente superior.

§3º - A Assembleia Geral que eleger os membros do Conselho de Administração indicará o Presidente e o Vice-Presidente do Conselho.

§4º - Além do disposto neste Estatuto Social, o funcionamento do Conselho de Administração também deverá observar o disposto em seu Regimento Interno.

Artigo 11 - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, mensalmente e, extraordinariamente, sempre que necessário, mediante convocação por escrito de qualquer dos

seus membros, através de carta registrada ou correio eletrônico (com a devida confirmação de recebimento), com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis e com a apresentação da pauta dos assuntos a serem tratados e dos documentos pertinentes, ressalvados os casos de urgência, nos quais as reuniões do Conselho de Administração poderão ser convocadas por seu Presidente sem a observância do prazo acima, desde que inequivocamente cientes todos os demais integrantes do Conselho.

§1º - Não poderão ser aprovados nas reuniões do Conselho de Administração da Companhia assuntos que não tenham sido incluídos na pauta apresentada na convocação da respectiva reunião, exceto se de outra forma acordado pela totalidade dos conselheiros da Companhia.

§2º - Das reuniões será lavrada ata em livro próprio, a qual será publicada nas hipóteses previstas em lei e na regulamentação aplicável.

§3º - As convocações poderão ser feitas por carta com aviso de recebimento ou por qualquer outro meio, eletrônico ou não, que permita a comprovação de recebimento.

§4º - A convocação prevista no Artigo 11 acima poderá ser dispensada quando estiverem presentes à reunião todos os membros do Conselho de Administração. Nenhum membro do Conselho de Administração recusar-se-á sem motivo a comparecer às reuniões do Conselho de Administração para as quais tiver sido validamente convocado.

§5º - Os conselheiros poderão participar e votar (inclusive antecipadamente) à distância, por meio de telefone, videoconferência, e-mail ou qualquer outro meio eletrônico, nos termos do Regimento Interno do Conselho de Administração. O conselheiro que assim participar será considerado presente em referida reunião. Qualquer conselheiro poderá indicar outro conselheiro para representá-lo em uma reunião, via procuração.

§6º - As reuniões do conselho de administração serão validamente instaladas (a) em primeira convocação com a presença da totalidade de seus membros; e (b) em segunda convocação, com a presença da maioria de seus membros.

§7º - Nas reuniões do Conselho de Administração (a) um conselheiro poderá ser representado por outro conselheiro, bastando, para tanto, que o conselheiro presente mostre autorização por escrito do conselheiro ausente, autorização essa que poderá ser feita via carta, fax ou outro meio eletrônico anteriormente à realização da reunião; (b) um conselheiro poderá se fazer acompanhado por um assessor com conhecimento técnico específico de determinada matéria constante da ordem do dia, que não terá direito a voto, mas que poderá participar da reunião e das discussões de tal matéria; e (c) serão válidos os votos proferidos pelo conselheiro que estiver ausente à reunião, e que forem feitos por fax ou qualquer meio eletrônico reconhecido e factível de comprovação.

§8º - A reunião do Conselho de Administração será instalada e dirigida pelo Presidente do Conselho de Administração ou por qualquer outro conselheiro por ele indicado. Na ausência ou recusa do Presidente, a reunião do Conselho de Administração será instalada pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração e, na sua ausência, por qualquer dos membros do Conselho de Administração e dirigida por um conselheiro escolhido pelo voto da maioria dos conselheiros presentes. O secretário da mesa será sempre escolhido pelo presidente da reunião dentre os conselheiros indicados pelo acionista que não tiver indicado o conselheiro que tenha assumido a presidência da reunião.

§9º - Nos casos de impedimento temporário ou vacância do cargo, o Presidente do Conselho de Administração será substituído, até a realização da primeira assembleia geral da Companhia que se realizar, pelo conselheiro que tenha desempenhado o mandato de membro do Conselho de Administração por mais tempo ou, na inexistência deste, pelo conselheiro mais velho, em qualquer caso considerados apenas os conselheiros que tenham sido indicados pelo mesmo acionista responsável pela

indicação do Presidente do Conselho de Administração naquele período. Ocorrendo impedimento ou vacância no cargo de membro do Conselho de Administração, o Conselho de Administração deverá convocar assembleia geral da Companhia para preenchimento do respectivo cargo, e a indicação do novo conselheiro será feita pelo acionista que havia indicado anteriormente o conselheiro substituído.

§10º - Caberá ao Conselho de Administração disponibilizar trimestralmente aos acionistas todos e quaisquer contratos celebrados com Partes Relacionadas, acordos de acionistas celebrados no âmbito da Companhia e programas de opção de aquisição de ações e outros valores mobiliários de emissão da Companhia.

Artigo 12 - As decisões do Conselho de Administração serão tomadas por maioria absoluta dos conselheiros.

§ Único - Caso o Conselho de Administração esteja constituído por um número par de membros e ocorra um empate na votação, será atribuído ao Presidente do Conselho de Administração o voto de qualidade.

Artigo 13 - Os Conselheiros deverão abster-se de intervir e votar nas deliberações relacionadas a assuntos sobre os quais tenham ou representem interesse conflitante com a Companhia, devendo respeitar as regras relativas a conflito de interesse estabelecidas na Lei das Sociedades por Ações.

Artigo 14 - O Conselho de Administração, além dos poderes previstos em lei, terá as seguintes atribuições:

a. eleição, destituição e substituição de qualquer diretor da Companhia;

b. indicar para a Diretoria os administradores a serem eleitos nas Subsidiárias, bem como deliberar sobre a sua destituição;

c. fiscalizar a gestão dos Diretores, examinando, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e de suas Subsidiárias, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e sobre quaisquer outros atos da Companhia ou de suas Subsidiárias;

d. estabelecer a remuneração individual dos administradores, observado o disposto no Artigo 9º do presente Estatuto;

e. fixar a orientação geral dos negócios, inclusive aprovando plano de negócios, política de investimentos, avaliação da governança e da remuneração da Companhia e das Subsidiárias;

f. aquisição, venda, cessão, Transferência ou qualquer operação envolvendo fusão ou aquisição de qualquer Pessoa, incluindo fundos de comercio e luvas comerciais, no Brasil (incluindo, sem limitação, por meio de incorporação de ações e conferência de ativos) ou no exterior pela Companhia ou por suas Subsidiárias;

g. alienação ou qualquer outra forma de Transferência de ações ou Valores Mobiliários de titularidade da Companhia ou de suas Subsidiárias, bem como qualquer outra operação envolvendo a alienação ou Transferência, pela Companhia ou por suas Subsidiárias, de qualquer participação societária, parte substancial dos ativos ou de um negócio (incluindo por meio de incorporação de ações ou de sociedades, fusões, cisões ou qualquer outra forma de reorganização societária) de sua respectiva titularidade;

h. contratação, destituição e substituição do Auditor Independente da Companhia e de suas Subsidiárias, observando-se, nessa escolha, o disposto na regulamentação aplicável;

i. aprovação e alteração das práticas contábeis da Companhia e de suas

Subsidiárias, exceto se em conformidade com a Lei ou por exigência legal e/ou regulamentar;

j. contratação, assunção ou renegociação de empréstimo, adiantamento, extensão de crédito, financiamento ou outra forma de endividamento;

k. contratação de operações envolvendo instrumentos financeiros, especialmente derivativos, que possam expor a Companhia ou suas Subsidiárias a riscos ou perdas em decorrência de variações nas taxas de câmbio, taxas de juros ou nas cotações de preços de ativos em mercados organizados;

l. aprovação ou qualquer alteração do Orçamento;

m. aprovação de qualquer investimento (incluindo Capex), pela Companhia ou suas Subsidiárias, cujo valor exceda o valor originalmente aprovado no Orçamento válido à época;

n. celebração, alteração ou rescisão de qualquer operação ou contrato com Partes Relacionadas da Companhia ou de suas Subsidiárias, incluindo os termos e condições de tais operações e contratos, sendo certo que, quando houver conflito de interesses, os conselheiros diretamente envolvidos deverão declarar-se impedidos, nos termos da legislação aplicável;

o. concessão, pela Companhia ou por suas Subsidiárias, de empréstimo, adiantamento, extensão de crédito, financiamento ou outra forma de endividamento;

p. prestação ou concessão de garantias pela Companhia ou por suas Subsidiárias;

q. constituição de qualquer Gravame ou outra obrigação sobre qualquer ativo da Companhia ou de suas Subsidiárias, fora do curso normal dos seus respectivos

negócios, consistente com as suas práticas e políticas passadas;

r. contratação do seguro de conselheiros e diretores (D&O insurance) previsto no acordo de acionistas;

s. aprovação e alteração das políticas de crédito da Companhia e de suas Subsidiárias, incluindo, sem limitação, políticas de crédito para fornecedores e clientes;

t. deliberar sobre qualquer aumento do capital social da Companhia ou emissão de ações ou de títulos conversíveis ou permutáveis por ações, dentro do capital autorizado, conforme Artigo 6º deste Estatuto Social;

u. convocar a qualquer tempo os Diretores, individualmente ou em conjunto, para prestar esclarecimentos e informações, apresentar documentos ou relatórios, inclusive nas Subsidiárias;

v. aprovar a outorga de opções para aquisição de ações da Companhia (*stock option*) ou a entrega de ações da Companhia a qualquer administrador, colaborador ou empregado da Companhia ou de suas Subsidiárias, conforme os termos e condições previstos nos respectivos planos e programas, podendo delegar a administração de tais planos e programas a um de seus comitês de assessoramento;

w. deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, *commercial papers*, notas promissórias, *bonds, notes* e de quaisquer outros títulos de uso comum no mercado, para distribuição pública ou privada pela Companhia ou suas Subsidiárias;

x. convocar a Assembleia Geral quando julgar conveniente ou nas hipóteses exigidas pela Lei das Sociedades por Ações;

y. manifestar-se sobre o relatório da administração, as contas da diretoria da Companhia e as demonstrações financeiras da Companhia, bem como deliberar sobre sua submissão à Assembleia Geral;

z. apreciar os resultados trimestrais das operações da Companhia;

aa. submeter à Assembleia Geral Ordinária proposta de destinação do lucro líquido do exercício;

bb. aprovar, *ad referendum* da Assembleia Geral, o pagamento de dividendos intermediários ou intercalares, conforme Artigo 35, Parágrafo Segundo, abaixo;

cc. manifestar-se a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias contados da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo: (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse da Companhia e do conjunto dos acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez das ações; (ii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (iii) as alternativas à aceitação da oferta pública de aquisição de ações disponíveis no mercado; (iv) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis;

dd. aprovação de oferta pública a ser lançada pela própria Companhia para saída do Novo Mercado ou de qualquer outro mercado no qual as ações da Companhia forem negociadas;

ee. aprovar as políticas, regimentos e códigos obrigatórios nos termos das normas editadas pela CVM, do Regulamento do Novo Mercado e da legislação aplicável à Companhia;

ff. aprovar o orçamento do comitê de auditoria da Companhia, da área de auditoria

interna e de eventuais outros comitês que sejam constituídos, nos termos do Parágrafo Segundo abaixo; e

gg. aprovar as atribuições da área de auditoria interna.

§1º - O Conselho de Administração poderá alterar os limites e abrangência estabelecidos para práticas de atos dos diretores em casos específicos ou por tempo que julgar conveniente.

§2º - O Conselho de Administração poderá estabelecer a formação de comitês técnicos e consultivos, com objetivos e funções definidos. Caberá ao Conselho de Administração estabelecer normas aplicáveis aos comitês, incluindo regras sobre composição, prazo, remuneração e funcionamento.

SEÇÃO II
DIRETORIA

Artigo 15 - A diretoria da Companhia será composta por, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, 5 (cinco) membros, todos residentes no país, todos eleitos e destituíveis, a qualquer tempo, pelo Conselho de Administração, observado o disposto no acordo de acionistas, sendo 1 (um) diretor presidente (*Chief Executive Officer – CEO*), um diretor financeiro (*Chief Financial Officer – CFO*), 1 (um) Diretor de Relações com Investidores (*Investor Relations Officer – IRO*) e os demais diretores sem designação específica.

§1º. Os Diretores tomarão posse de suas funções por assinatura do termo de investidura lavrado no livro de registro das Atas de Reuniões de Diretoria, observado o Artigo 9º acima.

§2º. Os Diretores estão dispensados de prestar caução em garantia de sua gestão.

§3º - Qualquer diretor poderá ser destituído a qualquer tempo pelo Conselho de Administração.

§4º - Um diretor poderá acumular mais de uma função, desde que observado o número mínimo de diretores previsto na Lei de Sociedades por Ações.

Artigo 16 - O mandato dos Diretores será de 03 (três) anos, sendo permitida a reeleição. Todos os Diretores deverão permanecer no exercício de seus cargos até a investidura de seus sucessores.

§1º. Diretores não poderão afastar-se do exercício de suas funções por mais de 30 (trinta) dias corridos consecutivos sob pena de perda de mandato, salvo caso de licença concedida pela própria Diretoria.

§2º. A substituição dos Diretores será feita da seguinte forma:

a. Nos casos de substituição de qualquer Diretor por vacância, por qualquer motivo, o substituto será eleito pelo Conselho de Administração e exercerá as funções deste, completando o prazo de gestão do substituído.

b. Nos casos de substituição temporária, determinada por ausência, férias, licença ou impedimentos ocasionais, as funções do Diretor ausente serão exercidas por substituto indicado entre os Diretores eleitos.

Artigo 17 - A Diretoria reunir-se-á, na sede social da Companhia, sempre que assim exigirem os negócios sociais, sendo convocada pelo Diretor Presidente, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, ou por quaisquer dos Diretores, neste caso, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias. As reuniões serão instaladas, em primeira convocação, com a presença da maioria de seus membros e, em segunda convocação, com qualquer número de Diretores.

§1º. Independentemente das formalidades previstas neste Artigo, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os Diretores.

§2º. As reuniões da Diretoria serão presididas pelo Diretor Presidente, o qual deverá designar o secretário de cada reunião.

§3º. Os Diretores poderão participar e votar (inclusive antecipadamente) à distância, por meio de telefone, videoconferência, e-mail ou qualquer outro meio eletrônico, aplicando-se, mutatis mutandis e conforme aplicáveis, as disposições do Regimento Interno do Conselho de Administração. O Diretor que assim participar será considerado presente em referida reunião. Qualquer Diretor poderá indicar outro Diretor para representá-lo em uma reunião, via procuração.

§4º. As deliberações da Diretoria serão tomadas por maioria absoluta dos seus membros.

Artigo 18 - Ressalvadas as matérias de competência da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, as questões e decisões de gestão diária da Companhia e das Subsidiárias, conforme o caso, serão tomadas individualmente pelos diretores dentro da sua área de competência, sempre observadas as diretrizes estratégicas estabelecidas pelo Conselho de Administração e respeitando os Orçamentos.

Artigo 19 - Compete à Diretoria da Companhia, especialmente:

(a) a administração dos negócios sociais em geral;

(b) representar a Companhia em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, podendo receber citações;

(c) assinar contratos e documentos que constituam obrigações, ativas e passivas para a Companhia, observados os requisitos deste Estatuto Social;

(d) submeter, anualmente, à apreciação do Conselho de Administração o relatório da Administração, as demonstrações financeiras e as contas da Diretoria;

(e) aprovar operação ou conjunto de operações celebrados com subsidiárias integrais ou controladas da Companhia (sociedades em que a Companhia detenha, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais um de participação no capital social); e

(f) abrir e encerrar filiais, agências ou sucursais, e fixar ou alterar os endereços dessas e da sede da Companhia.

§1º. Os Diretores não poderão praticar atos fora dos limites estabelecidos neste Estatuto Social e em lei. Os Diretores devem abster-se de tomar medidas que contrariem as deliberações, instruções e normas fixadas pelo Conselho de Administração.

§2º. As procurações a serem outorgadas pela Companhia serão sempre assinadas por 2 (dois) Diretores da Companhia, em conjunto, e, excetuando-se as outorgadas para fins de processos judiciais ou administrativos, terão sempre prazo determinado de vigência de, no máximo, 1 (um) ano, observado o disposto no artigo 20 abaixo.

§3º. As atribuições previstas nos itens (d), (e) e (f) acima deverão ser deliberadas no âmbito das Reuniões da Diretoria, observadas as formalidades descritas no Artigo 17 acima.

Artigo 20 - A Companhia será representada mediante a assinatura (a) do diretor financeiro em conjunto com o diretor presidente ou com qualquer outro diretor, (b) de qualquer diretor em conjunto com um procurador devidamente constituído, (c) de dois procuradores em conjunto devidamente constituídos, e (d) de um procurador devidamente constituído em casos de representação judicial ou em defesa dos processos administrativos mediante procuração "ad judicia", compreendendo inclusive os atos de renúncia, desistência, transação, recebimento e quitação.

§ Único. Nas hipóteses (b), (c) e (d) acima, as procurações deverão ser outorgadas por dois diretores em conjunto, devendo um deles ser o diretor presidente ou o

diretor financeiro, e terão prazo de validade limitado a um ano, exceto aquelas outorgadas para a representação em processos judiciais ou administrativos, que poderão ter prazo indeterminado.

Artigo 21 - Serão nulos e inoperantes em relação à Companhia os atos praticados em desacordo com as disposições do presente Capítulo IV.

Artigo 22 - Compete ao **Diretor Presidente**, além das demais atribuições previstas neste Estatuto Social:

(a) coordenar a direção geral dos negócios da Companhia, fixar as diretrizes gerais, assim como supervisionar as operações da Companhia;

(b) zelar pelo cumprimento de todos os membros da Diretoria das diretrizes estabelecidas pela Assembleia Geral e Conselho de Administração;

(c) convocar e presidir as reuniões da Diretoria;

(d) coordenar as atividades dos demais Diretores, observadas as atribuições específicas previstas neste Estatuto Social; e

(e) definir a repartição das competências aos demais Diretores em relação às áreas não especificamente mencionadas neste Estatuto Social "ad referendum" do Conselho de Administração.

Artigo 23 - Compete ao **Diretor Financeiro**, dentre outras atribuições que lhe venham a ser estabelecidas pelo Conselho de Administração:

(a) planejar, coordenar, organizar, dirigir e supervisionar as atividades relativas às áreas financeira, contábil, fiscal e de planejamento e controle da Companhia;

(b) coordenar o controle e movimentação financeira da Companhia, zelando pela saúde econômica e financeira; e

(c) gerenciar o orçamento, controlar despesas, implantar controles e reportar o desempenho financeiro da Companhia.

Artigo 24 - Compete ao **Diretor de Relações com Investidores**:

(a) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar o trabalho de relações com investidores, bem como representar a Companhia perante acionistas, investidores, analistas de mercado, a CVM, a B3, o Banco Central do Brasil e os demais órgãos de controle e demais instituições relacionadas às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, no Brasil e no exterior;

(b) prestar informações ao público investidor, à CVM e B3, às demais Bolsas de Valores em que a Companhia tenha seus valores mobiliários negociados, a agências de rating quando aplicável e aos demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, conforme legislação aplicável, no Brasil e no exterior; e

(c) manter atualizados os registros da Companhia perante a CVM e a B3.

Artigo 25 - O **Diretor sem designação específica** terá as funções que lhe sejam atribuídas pelo Conselho de Administração, por ocasião de sua eleição, ressalvada a competência de o Diretor Presidente fixar-lhe outras atribuições não conflitantes.

CAPÍTULO V
CONSELHO FISCAL

Artigo 26 - O Conselho Fiscal da Companhia será instaurado a pedido de qualquer acionista e será composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral, observado o disposto no acordo de acionistas.

§ Único. A Assembleia Geral, deliberando sobre a instauração do Conselho Fiscal e a eleição dos membros e suplentes, fixará também sua remuneração. Somente terão direito à remuneração os Conselheiros Fiscais em exercício.

Artigo 27 - O funcionamento e a competência do Conselho Fiscal da Companhia, bem como os deveres e as responsabilidades de seus conselheiros, obedecerão às disposições legais pertinentes.

CAPÍTULO VI
ASSEMBLEIAS GERAIS

Artigo 28 - A Assembleia Geral de Acionistas, convocada consoante a Lei das Sociedades por Ações e o presente Estatuto Social, reunir-se-á ordinariamente nos quatro primeiros meses após o término do exercício social, para deliberar sobre as matérias constantes do artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações, e extraordinariamente, sempre que o interesse da Companhia assim exigir.

§1º. As Assembleias Gerais serão convocadas pelo Conselho de Administração, ou, nos casos previstos em lei, pelo Conselho Fiscal ou por acionistas, em qualquer caso conforme procedimentos descritos na legislação aplicável.

§2º. Ressalvadas as exceções previstas na Lei das Sociedades por Ações, as reuniões das Assembleias Gerais serão convocadas com, no mínimo, 15 (quinze) dias corridos de antecedência para primeira convocação e, no mínimo, 8 (oito) dias corridos de antecedência para segunda convocação.

§3º. As Assembleias Gerais instalar-se-ão, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) das ações emitidas com direito a voto, e, em segunda convocação, com a presença de qualquer número de acionistas presentes, nos termos do artigo 125 da Lei das Sociedades por Ações.

§4º. A Assembleia Geral que tiver por objeto a reforma deste Estatuto Social se instalará, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 2/3 do capital social com direito a voto, mas poderá instalar-se em segunda convocação com qualquer número de presentes.

§5º. As deliberações das Assembleias Gerais de acionistas, ressalvados os casos previstos em disposição cogente de lei, serão todas tomadas pela maioria absoluta dos acionistas titulares de ações presentes nas Assembleias, não se computando os votos em branco. Todo acionista poderá participar e votar à distância em Assembleia Geral, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e regulamentação da CVM.

§6º. A Assembleia Geral somente poderá deliberar sobre assuntos da ordem do dia, constantes do respectivo edital de convocação, sendo vedada a aprovação de matérias sob a rubrica genérica.

§7º. Nas Assembleias Gerais, o acionista poderá ser representado por mandatário devidamente constituído.

Artigo 29 - A Assembleia Geral de Acionistas será presidida pelo Diretor Presidente. Na ausência do Diretor Presidente, a Assembleia Geral de Acionistas será presidida pelo Diretor Financeiro ou alternativamente por um Diretor sem designação específica, e, na sua ausência, por qualquer acionista "ad hoc". O Secretário das Assembleias Gerais de Acionistas será sempre o Diretor Vice-Presidente ou alternativamente um Diretor sem designação específica, porém, na sua ausência, poderá esse ser qualquer acionista escolhido "ad hoc", ficando facultado ao Secretário se valer da colaboração de advogados para auxiliá-lo em suas funções.

Artigo 30 - Cada ação de emissão da Companhia corresponderá a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia.

Artigo 31 - Compete exclusivamente à Assembleia Geral, além das demais atribuições previstas em lei ou neste Estatuto Social:

a. autorizar a emissão de debêntures conversíveis em ações e outros títulos conversíveis em ações, observado o disposto no Artigo 6º deste Estatuto Social;

b. recompra, cancelamento ou resgate de Ações ou Valores Mobiliários de emissão da Companhia;

c. deliberar sobre a eleição e destituição de liquidantes, bem como sobre o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação, e o julgamento de suas contas e partilha do acervo social em caso de liquidação;

d. alteração do estatuto social da Companhia;

e. atribuir bonificações em ações e decidir sobre eventuais grupamentos e desdobramentos de ações;

f. eleger e/ou destituir, a qualquer tempo, os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;

g. fixar o limite global anual da remuneração dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e, se instalado, do Conselho Fiscal; observado que, caberá ao Conselho de Administração deliberar sobre a distribuição individual da remuneração do próprio Conselho de Administração, da Diretoria e, se instalado, do Conselho Fiscal;

h. deliberar sobre a avaliação de bens com que o acionista concorrer para a formação do capital social;

i. requerimento de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, liquidação ou dissolução da Companhia ou de suas Subsidiárias;

j. criação, alteração ou cancelamento de planos de opção de ações ou instrumentos similares pela Companhia ou a entrega de ações em tesouraria, em favor de qualquer administrador ou empregado da Companhia ou das subsidiárias;

k. tomar, anualmente, as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas;

l. deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro líquido do exercício;

m. deliberar sobre a alteração da política de dividendos da Companhia; e

n. dispensar a realização de oferta pública de aquisição de ações ("OPA") para saída do Novo Mercado.

Artigo 32 - Nas deliberações da Assembleia Geral serão obrigatoriamente observadas as previsões dos acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia. O presidente da Assembleia Geral não computará os votos proferidos com infração às disposições de tais acordos de acionistas.

CAPÍTULO VII
ALIENAÇÃO DE CONTROLE E SAÍDA DO NOVO MERCADO

Artigo 33 - A alienação direta ou indireta de controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente de controle se obrigue a realizar oferta pública de aquisição de ações tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar o tratamento igualitário àquele dado ao alienante.

Artigo 34 - Sem prejuízo do disposto no Regulamento do Novo Mercado, a saída voluntária do Novo Mercado deverá ser precedida de oferta pública de aquisição de ações que observe os procedimentos previstos na regulamentação editada pela CVM sobre ofertas públicas de aquisição de ações para cancelamento de registro de companhia aberta e os seguintes requisitos: (i) o preço ofertado deve ser justo, sendo possível, o pedido de nova avaliação da Companhia na forma estabelecida na Lei das Sociedades por Ações; (ii) acionistas titulares de mais de 1/3 (um

terço) das ações em circulação deverão aceitar a oferta pública de aquisição de ações ou concordar expressamente com a saída do referido segmento sem a efetivação de alienação das ações.

§ Único. A saída voluntária do Novo Mercado pode ocorrer independentemente da realização de oferta pública mencionada neste Artigo, na hipótese de dispensa aprovada em Assembleia Geral, nos termos do Regulamento do Novo Mercado.

CAPÍTULO VIII
EXERCÍCIO SOCIAL, BALANÇO, LUCROS E DIVIDENDO

Artigo 35 - O exercício social terá início em 1º de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano, quando será preparado um balanço geral, bem como as demais demonstrações financeiras, que deverão ser auditadas por auditor independente registrado na Comissão de Valores Mobiliários e publicadas nos termos da legislação societária aplicável, observadas as disposições legais vigentes e as disposições deste Artigo.

§1º. Juntamente com as demonstrações financeiras do exercício, os órgãos da administração da Companhia apresentarão à Assembleia Geral proposta sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido, com observância do disposto neste Estatuto Social e na Lei das Sociedades por Ações.

§2º. Por deliberação do Conselho de Administração, a Companhia poderá (i) levantar balanços semestrais, trimestrais ou de períodos menores, e declarar dividendos ou juros sobre capital próprio dos lucros verificados em tais balanços; ou (ii) declarar dividendos ou juros sobre capital próprio intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual.

§3º. Os dividendos intermediários ou intercalares distribuídos e os juros sobre capital próprio poderão ser imputados ao dividendo obrigatório previsto neste Estatuto Social.

§4º. A Companhia e os Administradores deverão, pelo menos uma vez ao ano, realizar reunião pública com analistas e quaisquer outros interessados, para divulgar informações quanto à situação econômico-financeira, projetos e perspectivas da Companhia.

Artigo 36 - - Levantando o balanço, com observação das prescrições legais, do resultado do exercício, serão deduzidos, na ordem estabelecida nas alíneas deste artigo.

a. os prejuízos acumulados se houver na forma prevista em lei; e

b. a provisão para o pagamento do imposto sobre a renda.

Artigo 37 - Uma vez efetuadas as deduções previstas no artigo anterior, o lucro líquido terá a seguinte destinação:

a. 5% (cinco por cento) para constituição de reserva legal, até o limite de 20% do capital social;

b. uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores, nos termos do artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações;

c. uma parcela será destinada ao pagamento do dividendo anual mínimo obrigatório aos acionistas, observado o disposto no parágrafo 3º deste artigo;

d. no exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do Artigo 38 abaixo, ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações;

e. uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser retida com

base em orçamento de capital previamente aprovado pela Assembleia Geral, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações; e

f. o saldo remanescente será distribuído na forma de dividendos, conforme previsão legal.

Artigo 38 - Aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo obrigatório anual não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição de reserva legal; e (ii) importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores.

Artigo 39 - O pagamento do dividendo obrigatório poderá ser limitado ao montante do lucro líquido realizado, nos termos da lei.

Artigo 40 - Por proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração, *ad referendum* da Assembleia Geral, a Companhia poderá pagar ou creditar juros aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio destes últimos, observada a legislação aplicável. As eventuais importâncias assim desembolsadas poderão ser imputadas ao valor do dividendo obrigatório previsto neste Estatuto Social

§1º. Em caso de creditamento de juros aos acionistas no decorrer do exercício social e atribuição dos mesmos ao valor do dividendo obrigatório, será assegurado aos acionistas o pagamento de eventual saldo remanescente. Na hipótese de o valor dos dividendos ser inferior ao que lhes foi creditado, a Companhia não poderá cobrar dos acionistas o saldo excedente.

§2º. O pagamento efetivo dos juros sobre o capital próprio, tendo ocorrido o creditamento no decorrer do exercício social, dar-se-á por deliberação do Conselho de Administração, no curso do exercício social ou no exercício seguinte.

Artigo 41 - A Assembleia Geral poderá deliberar a capitalização de reservas de lucros ou de capital, inclusive as instituídas em balanços intermediários, observada a legislação aplicável.

Artigo 42 - O pagamento dos dividendos, quando for o caso, realizar-se-á no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados de sua declaração, salvo se a Assembleia Geral dos Acionistas determinar que estes sejam pagos em prazo superior, mas sempre no curso do exercício social em que forem declarados.

Artigo 43 - Os dividendos não recebidos ou reclamados prescreverão no prazo de 3 (três) anos, contado da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, e reverterão em favor da Companhia.

CAPÍTULO IX
DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO

Artigo 44 - A Companhia será dissolvida ou liquidada nos casos previstos em lei ou por deliberação da Assembleia Geral de Acionistas. Compete à Assembleia Geral estabelecer a forma da liquidação e nomear o liquidante e o Conselho Fiscal que deverão funcionar no período de liquidação, fixando seus poderes e estabelecendo suas remunerações, conforme previsto em lei.

CAPÍTULO X
ARBITRAGEM

Artigo 45 – A Companhia, seus acionistas, administradores, membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385/76, na Lei das Sociedades por Ações, neste Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

CAPÍTULO XI
DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 46 - A Companhia observará os acordos de acionistas eventualmente existentes e registrados na forma do art. 118 da Lei das Sociedades por Ações, cabendo à respectiva administração abster-se de registrar transferências de ações contrárias aos respectivos termos e ao Presidente da Assembleia Geral e abster-se de computar os votos lançados contra os mesmos acordos.

CAPÍTULO XII
DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 47 - Os casos omissos relativos à interpretação deste Estatuto Social serão regulados pela Lei das Sociedades por Ações e pelo Regulamento do Novo Mercado.

Artigo 48 - As disposições contidas no Parágrafos 1º e 2º do Artigo 1º, no Parágrafo 3º do Artigo 5º, nos Parágrafos 1º e 2º do Artigo 9º, nos Parágrafos 1º e 2º do Artigo 10, nos itens (dd), (ee), (ff), (gg) do Artigo 14, no Parágrafo 4º do Artigo 28, no item (j) do Artigo 32, no Capítulo VII e no Capítulo X, somente terão eficácia a partir da data de entrada em vigor do Contrato de Participação no Novo Mercado, a ser celebrado entre a Companhia e a B3.

Artigo 49 – Para os fins deste Estatuto Social, os termos abaixo indicados, quando utilizados neste Estatuto Social com a letra inicial em maiúscula, no singular como no plural, terão o seguinte significado:

Auditor Independente	significa qualquer uma das seguintes empresas de auditoria: PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, KPMG Auditores Independentes, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, ou Ernst & Young Auditores Independentes;

Partes Relacionadas	considera-se a definição prevista na "Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia", conforme alterada;
"Práticas Contábeis Adotadas no Brasil"	significa o conjunto de princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, conforme definidos pela Lei das Sociedades por Ações, pela CVM e pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil – IBRACON;
Pessoa(s)	significa, conforme o caso, uma pessoa física ou uma pessoa jurídica de qualquer natureza, incluindo, sem limitação, uma fundação, uma sociedade de direito, independentemente de sua forma societária, uma associação, um consórcio, um condomínio ou uma sociedade de fato, com ou sem personalidade jurídica;
Subsidiária	significa qualquer Pessoa na qual a Companhia detenha participação societária, direta ou indiretamente, a qualquer tempo, incluindo, mas não se limitando, às Pessoas em que a Companhia tenha Controle;
Transferência	(o que inclui as expressões "Transferir" e "Transferido") significa, direta ou indiretamente, a transferência, venda, cessão (inclusive a cessão de direito de preferência), permuta, doação, dação em pagamento ou outra forma de alienação voluntária ou involuntária, condicionada ou não, incluindo a transferência, venda, cessão, permuta, doação ou outra espécie de alienação decorrente da excussão de hipoteca, penhor, direito de garantia ou outro direito de retenção, ou, ainda, relativamente a qualquer determinação legal, fusão, incorporação, cisão, reorganização, consolidação, emissão de ações ou outras operações com efeitos correlatos; e
Valores Mobiliários	significa, em relação a qualquer Pessoa, as ações ordinárias, ações preferenciais e quaisquer outros títulos e valores mobiliários de sua

emissão, independentemente da nomenclatura adotada ou da existência ou não de direito de voto, incluindo-se os títulos conversíveis ou permutáveis por ações, opções, bônus de subscrição, direito de preferência, participação ou de outra natureza para a aquisição, subscrição ou recebimento de participações societárias de emissão de tal Pessoa, ou, ainda, quaisquer outros títulos e valores mobiliários cujo rendimento seja determinado, no todo ou em parte, com base na receita, faturamento ou outro indicador de desempenho financeiro da referida Pessoa. Salvo se o contexto de outra forma o exigir, as menções a Valores Mobiliários, sem indicação da emissora, referem-se àqueles emitidos pela Companhia ou qualquer uma de suas Subsidiárias.

Estatuto Social do Grupo Avenida S.A., consolidado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 12 de fevereiro de 2021.

Rodrigo Caseli Presidente	Carlos Ernane Abrahão Secretário

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DA COMPANHIA REALIZADA EM 12 DE FEVEREIRO DE 2021 QUE APROVA A REALIZAÇÃO DA OFERTA

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Ministério da Economia
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico - SEDEC

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)	Código da Natureza Jurídica	Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio
51300009382	2054	

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Mato Grosso

Nome: GRUPO AVENIDA S.A.
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP
MTE2100025337

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	007			ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA
		019	1	ESTATUTO SOCIAL
		2003	1	ALTERACAO DE SOCIO/ADMINISTRADOR

CUIABA
Local

17 Fevereiro 2021
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:
Nome: _____
Assinatura: _____
Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR ☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM ☐ SIM

☐ NÃO ___/___/_____ _____ Data Responsável ☐ NÃO ___/___/_____ _____ Data Responsável

Processo em Ordem
À decisão

___/___/_____
Data

_____
Responsável

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐	☐	☐	☐

___/___/_____ Data _____ Responsável

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐	☐	☐	☐

___/___/_____ Data _____ Vogal _____ Vogal _____ Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 2343137 em 19/02/2021 da Empresa GRUPO AVENIDA S.A., CNPJ 09532889000122 e protocolo 210220996 - 18/02/2021. Autenticação: 7F702F1255DAEE91A81571326CB4460AD7C7F4A. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 21/022.099-6 e o código de segurança mKIF Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 19/02/2021 por Julio Frederico Muller Neto – Secretário-Geral.
JULIO FREDERICO MULLER NETO
SECRETÁRIO GERAL

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO

Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
21/022.099-6	MTE2100025337	17/02/2021

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
544.287.501-53	RODRIGO CASELI

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 2343137 em 19/02/2021 da Empresa GRUPO AVENIDA S.A., CNPJ 09532889000122 e protocolo 210220996 - 18/02/2021. Autenticação: 7F702F1255DAEE91A81571326CB4460AD7C7F4A. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 21/022.099-6 e o código de segurança mKIF Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 19/02/2021 por Julio Frederico Muller Neto – Secretário-Geral.

JULIO FREDERICO MULLER NETO
SECRETÁRIO GERAL

GRUPO AVENIDA S.A.
CNPJ/ME 09.532.889/0001-22
NIRE 51.300.00938-2

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 12 DE FEVEREIRO DE 2021

Data, Hora e Local: Realizada no dia 12 de fevereiro de 2021, às 09 horas, na sede social do **GRUPO AVENIDA S.A.** ("Companhia"), na Rua H, n°186, Sala 01, Quadra 27, Lote 05, Bairro Baú, CEP 78008-195, Município de Cuiabá, Estado do Mato Grosso.

Convocação e Presença: Dispensada a publicação de Editais de Convocação conforme o disposto no artigo 124, §4° da Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ação"), tendo em vista a presença da totalidade dos acionistas da Companhia, conforme assinaturas constantes do "Livro de Presença de Acionistas".

Composição da Mesa: Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Rodrigo Caseli e secretariados pelo Sr. Carlos Ernane Abrahão.

Ordem do Dia: Deliberar sobre: **(i)** a submissão de pedido de registro de emissora de valores mobiliários, categoria "A", perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), nos termos da Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 480"); **(ii)** a submissão (a) do pedido de adesão da Companhia ao segmento especial de governança corporativa da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") denominado Novo Mercado ("Novo Mercado"), e (b) do pedido de admissão à negociação das ações da Companhia na B3; **(iii)** a reforma integral e consolidação do Estatuto Social da Companhia para (a) aumentar o limite do capital autorizado, (b) criar o cargo de Diretor de Relações com Investidores, e (c) adaptá-lo às exigências legais e regulamentares de companhia aberta e ao regulamento do Novo Mercado, dentre outros; **(iv)** a realização de oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia ("Ações" e "Oferta", respectivamente); **(v)** a retificação da

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 2343137 em 19/02/2021 da Empresa GRUPO AVENIDA S.A., CNPJ 09532889000122 e protocolo 210220996 - 18/02/2021. Autenticação: 7F702F1255DAEE91A81571326CB4460AD7C7F4A. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 21/022.099-6 e o código de segurança mKIF Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 19/02/2021 por Julio Frederico Muller Neto – Secretário-Geral.

JULIO FREDERICO MULLER NETO
SECRETÁRIO GERAL

eleição de alguns membros do Conselho de Administração da Companhia; **(vi)** a reeleição dos membros do Conselho de Administração; **(vii)** a autorização para que o Conselho de Administração da Companhia aprove todos os termos e condições da Oferta, incluindo, mas não se limitando, poderes para (a) deliberar sobre o aumento de capital social, dentro do capital autorizado, a ser realizado no contexto da Oferta; (b) fixar o preço de emissão das Ações; (c) aprovar o Prospecto Definitivo de Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações da Companhia ("Prospecto") e o *Offering Memorandum* para os esforços de colocação no exterior; e; (d) celebrar todos os contratos e atos relacionados à Oferta; e (e) definir a destinação dos recursos líquidos obtidos pela Companhia por meio da Oferta; **(viii)** a aprovação do novo Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações da Companhia; **(ix)** a fixação do montante global da remuneração dos administradores da Companhia referente ao exercício social de 2021; e **(x)** a autorização para que o Conselho de Administração e a Diretoria, conforme o caso, pratiquem todos os atos necessários para a implementação das deliberações acima.

Deliberações: Foram aprovados, pela unanimidade de votos dos acionistas presentes e sem quaisquer ressalvas ou restrições:

(i) a submissão pela Companhia do pedido de registro de companhia aberta na categoria "A" perante a CVM, nos termos da Instrução CVM 480.

(ii) a submissão à B3 **(a)** do pedido de adesão da Companhia ao Novo Mercado; e **(b)** do pedido de admissão à negociação das ações da Companhia na B3, ficando a Diretoria da Companhia autorizada a tomar todas as medidas necessárias junto à B3 com vistas à formalização da adesão ao Novo Mercado, incluindo a celebração com a B3 do Contrato de Participação do Novo Mercado.

(iii) a reforma integral e consolidação do Estatuto Social da Companhia, para **(a)** aumentar o limite do capital autorizado da Companhia, **(b)** criar o cargo de Diretor de Relações com Investidores e estabelecer suas respectivas atribuições, e **(c)** incluir as cláusulas mínimas exigidas pelo Regulamento do Novo Mercado, dentre outros, que passa a vigorar com a redação constante do **ANEXO I** da presente ata. Caso não haja liquidação da Oferta, os acionistas se comprometem a reformar o Estatuto Social, de forma que este documento volte a ter a redação vigente antes

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 2343137 em 19/02/2021 da Empresa GRUPO AVENIDA S.A., CNPJ 09532889000122 e protocolo 210220996 - 18/02/2021. Autenticação: 7F702F1255DAEE91A81571326CB4460AD7C7F4A. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 21/022.099-6 e o código de segurança mKIF Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 19/02/2021 por Julio Frederico Muller Neto – Secretário-Geral.

JULIO FREDERICO MULLER NETO
SECRETÁRIO GERAL

das alterações aprovadas.

(iv) a aprovação da realização da Oferta, no Brasil, em mercado de balcão não organizado, sob a coordenação de determinadas instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários (em conjunto, os "Coordenadores da Oferta"), sendo observado o disposto na Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), e as demais disposições legais aplicáveis, com esforços de colocação das Ações no exterior, conforme definidos na Regra 144A, editada pela *U.S. Securities and Exchange Commission* dos Estados Unidos da América (SEC), em operações isentas de registro, previstas no U.S. *Securities Act* de 1933 e outros regulamentos aplicáveis, e nos demais países, que não os Estados Unidos da América e o Brasil, para investidores que sejam considerados não residentes ou domiciliados nos Estados Unidos da América ou não constituídos de acordo com as leis desse país (*non-US persons*), de acordo com o Regulamento S.

Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, até a data da disponibilização do "Anúncio de Início da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia", a quantidade inicial de ações poderá, a critério da Companhia e dos acionistas vendedores, em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, ser acrescida em até 20%, nas mesmas condições e pelo mesmo preço das ações originais.

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade inicial de ações poderá ser acrescida de um lote suplementar em percentual equivalente a até 15%, nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações da Oferta Base ("Ações Suplementares"), conforme opção a ser outorgada pela Companhia e/ou pelos acionistas vendedores, as quais serão destinadas à estabilização de preço das Ações.

Com exceção das Ações Suplementares, as Ações serão objeto de garantia firme de liquidação por parte dos Coordenadores da Oferta.

Nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, não será observado o direito de preferência dos acionistas da Companhia no aumento de capital decorrente da Oferta.

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 2343137 em 19/02/2021 da Empresa GRUPO AVENIDA S.A., CNPJ 09532889000122 e protocolo 210220996 - 18/02/2021. Autenticação: 7F702F1255DAEE91A81571326CB4460AD7C7F4A. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 21/022.099-6 e o código de segurança mKIF Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 19/02/2021 por Julio Frederico Muller Neto – Secretário-Geral.
JULIO FREDERICO MULLER NETO
SECRETÁRIO GERAL

No âmbito da Oferta, nos termos dos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400, não será admitida a distribuição parcial.

(v) a aprovação da retificação da eleição do **(i)** Sr. **RODRIGO DE QUEIRÓS CABRERA NASSER**, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, administrador de empresas, com endereço comercial na Alameda Santos, 122, Sala 202, Cerqueira Cesar, CEP 01418-000, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, portador da Cédula de Identidade ("RG") n.º 33.041.411-2 SSP/SP, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia ("CPF/ME") sob o n.º 310.287.378-23, como membro do Conselho de Administração, realizada por Assembleia Geral Extraordinária da Companhia em 18 de novembro de 2020; e do **(ii)** Sr. **MARCELO JOSÉ FERREIRA E SILVA**, brasileiro, casado em regime de comunhão total de bens, administrador de empresas, com endereço na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua São Domingos Sávio, 137, apartamento 11, Edifício WS, Bairro Alto de Pinheiros, CEP 05455-040, portador do RG n.º 823.966 - SSP/PE, inscrito no CPF/ME sob o nº 018.752.214-68, como membro do Conselho de Administração, realizada por Assembleia Geral Extraordinária da Companhia em 25 de junho de 2020; para prever expressamente a eleição destes como membros independentes do Conselho de Administração da Companhia.

A caracterização dos conselheiros elencados acima como "**CONSELHEIROS INDEPENDENTES**", nos termos do Regulamento do Novo Mercado da B3, foi por eles atestada mediante declaração previamente encaminhada ao Conselho de Administração.

(vi) a aprovação da reeleição dos seguintes membros do Conselho de Administração da Companhia, todos com mandato de **2 (dois) anos** a contar da assinatura dos respectivos termos de posse:

> **(a)** **CHRISTIAN CASELI**, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, casado em regime de comunhão parcial de bens, administrador de empresas, com endereço comercial na Rua H, nº186, Sala 01, Quadra 27, Lote 05, Bairro Baú, CEP 78008-195, Município de Cuiabá, Estado do Mato Grosso, portador RG n.º 908.291 SSP/ES, inscrito no CPF/ME sob o n.º 024.608.207-04, como Presidente do Conselho de Administração;

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 2343137 em 19/02/2021 da Empresa GRUPO AVENIDA S.A., CNPJ 09532889000122 e protocolo 210220996 - 18/02/2021. Autenticação: 7F702F1255DAEE91A81571326CB4460AD7C7F4A. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 21/022.099-6 e o código de segurança mKIF Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 19/02/2021 por Julio Frederico Muller Neto – Secretário-Geral.

JULIO FREDERICO MULLER NETO
SECRETÁRIO GERAL

(b) **GIOVANNA CASELI FREITAS GONÇALVES**, brasileira, casada em regime de separação total de bens, advogada, com endereço comercial na Rua H, n°186, Sala 01, Quadra 27, Lote 05, Bairro Baú, CEP 78008-195, Município de Cuiabá, Estado do Mato Grosso, portadora do RG n.º 124.9802 SSP/ES, inscrita no CPF/ME sob o n.º 053.013.317-28, como Vice-Presidente do Conselho de Administração;

(c) **CRISTIANO GIOIA LAURETTI**, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, engenheiro, com endereço comercial na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, na Rua Minas de Prata, n° 30, 2º andar, Bairro Vila Olímpia, CEP 04552-080, portador do RG n.º 22.289.158-0 - SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o n.º 259.028958-80, como Membro do Conselho de Administração;

(d) **DIEGO MONTEZANO DOS SANTOS**, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, com endereço comercial na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, na Rua Minas de Prata, n° 30, 2º andar, Bairro Vila Olímpia, CEP 04552-080, portador do RG n.º 33.350.419-7 - SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o n.º 327.273.628-03, como Membro do Conselho de Administração;

(e) **RODRIGO DE QUEIRÓS CABRERA NASSER**, acima qualificado, como Membro Independente do Conselho de Administração; e

(f) **MARCELO JOSÉ FERREIRA E SILVA**, acima qualificado, como Membro Independente do Conselho de Administração.

Todos eleitos na forma dos termos de posse assinados na presente data, prevendo o prazo de mandato e a sujeição à cláusula compromissória prevista no Estatuto Social da Companhia, de acordo com o Regulamento do Novo Mercado (**ANEXO II**).

Dessa forma, os acionistas da Companhia declaram que o Conselho de Administração fica composto pelos seguintes membros, os quais podem ser reeleitos: (a) **CHRISTIAN CASELI**

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 2343137 em 19/02/2021 da Empresa GRUPO AVENIDA S.A., CNPJ 09532889000122 e protocolo 210220996 - 18/02/2021. Autenticação: 7F702F1255DAEE91A81571326CB4460AD7C7F4A. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 21/022.099-6 e o código de segurança mKIF Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 19/02/2021 por Julio Frederico Muller Neto – Secretário-Geral.
JULIO FREDERICO MULLER NETO
SECRETÁRIO GERAL

(como Presidente do Conselho de Administração); (b) **GIOVANNA CASELI FREITAS GONÇALVES** (como Vice-Presidente do Conselho de Administração); (c) **CRISTIANO GIOIA LAURETTI** (como membro do Conselho de Administração); (d) **DIEGO MONTEZANO DOS SANTOS** (como membro do Conselho de Administração); (e) **RODRIGO DE QUEIRÓS CABRERA NASSER** (como membro independente do Conselho de Administração); e (f) **MARCELO JOSÉ FERREIRA E SILVA** (como membro independente do Conselho de Administração).

(vii) a autorização para que o Conselho de Administração da Companhia aprove todos os termos e condições da Oferta, incluindo, sem limitação: **(a)** deliberar sobre o aumento de capital social, dentro do capital autorizado, a ser realizado no contexto da Oferta; **(b)** fixar o preço de emissão das Ações; **(c)** aprovar o Prospecto e o *Offering Memorandum* para os esforços de colocação no exterior; **(d)** celebrar todos os contratos e atos relacionados à Oferta; e **(e)** definir a destinação dos recursos líquidos obtidos pela Companhia por meio da tranche primária da Oferta.

(viii) o novo Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações da Companhia ("Novo Plano de Outorga"), na forma do **ANEXO III** à presente ata. O Novo Plano de Outorga será administrado pelo Conselho de Administração da Companhia e tem o início de sua vigência condicionado à realização da Oferta;

(ix) em conformidade com o artigo 152 da Lei nº 6.404/76, a fixação da remuneração anual dos administradores da Companhia para o exercício social de 2021, considerando para tanto a remuneração fixa anual, benefícios diretos e indiretos, bem como a remuneração variável dos administradores, perfazendo o montante global de **R$10.021.739,09 (dez milhões, vinte e um mil, setecentos e trinta e nove reais e nove centavos)**, considerando a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do grupo, nos termos do artigo 274 da Lei nº 6.404/76; e

(x) a autorização para que o Conselho de Administração e a Diretoria, conforme o caso, pratiquem todos os atos necessários para a implementação e formalização das deliberações constantes desta ata.

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 2343137 em 19/02/2021 da Empresa GRUPO AVENIDA S.A., CNPJ 09532889000122 e protocolo 210220996 - 18/02/2021. Autenticação: 7F702F1255DAEE91A81571326CB4460AD7C7F4A. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 21/022.099-6 e o código de segurança mKIF Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 19/02/2021 por Julio Frederico Muller Neto – Secretário-Geral.
JULIO FREDERICO MULLER NETO
SECRETÁRIO GERAL

Encerramento: Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a Assembleia Geral Extraordinária, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada em livro próprio. Mesa: Rodrigo Caseli – Presidente; Carlos Ernane Abrahão – Secretário; Acionistas: Ailton Caseli; Christian Caseli; Rodrigo Caseli; Fundo de Investimento em Participações Kinea Private Equity II; Fundo de Investimento em Participações Kinea Private Equity III; e Kinea Co-Investimento III Fundo de Investimento em Participações; Conselheiro: Rodrigo de Queirós Cabrera Nasser.

A presente ata é cópia fiel da ata original lavrada e assinada por todos os presentes no livro de Atas das Assembleias Gerais.

Cuiabá, 12 de fevereiro de 2021

Mesa:

Rodrigo Caseli	**Carlos Ernane Abrahão**
Presidente	Secretário

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 2343137 em 19/02/2021 da Empresa GRUPO AVENIDA S.A., CNPJ 09532889000122 e protocolo 210220996 - 18/02/2021. Autenticação: 7F702F1255DAEE91A81571326CB4460AD7C7F4A. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 21/022.099-6 e o código de segurança mKIF Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 19/02/2021 por Julio Frederico Muller Neto – Secretário-Geral.
JULIO FREDERICO MULLER NETO
SECRETÁRIO GERAL

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
21/022.099-6	MTE2100025337	17/02/2021

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
091.732.548-60	CARLOS ERNANE ABRAHAO
544.287.501-53	RODRIGO CASELI

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso

ANEXO I À ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
DO GRUPO AVENIDA S.A., REALIZADA EM 12 DE FEVEREIRO DE 2021

CNPJ/ME 09.532.889/0001-22
NIRE 51.300.00938-2

GRUPO AVENIDA S.A.

Estatuto Social

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 2343137 em 19/02/2021 da Empresa GRUPO AVENIDA S.A., CNPJ 09532889000122 e protocolo 210220996 - 18/02/2021. Autenticação: 7F702F1255DAEE91A81571326CB4460AD7C7F4A. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 21/022.099-6 e o código de segurança mKIF Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 19/02/2021 por Julio Frederico Muller Neto – Secretário-Geral.
JULIO FREDERICO MULLER NETO
SECRETÁRIO GERAL

Estatuto Social do
GRUPO AVENIDA S.A.

NIRE 51.300.00938-2
CNPJ/ME 09.532.889/0001-22

CAPÍTULO I
DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO.

Artigo 1º - A Companhia denomina-**se GRUPO AVENIDA S.A.**, e será regida por este Estatuto Social, pelo Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("Regulamento do Novo Mercado" e "B3", respectivamente) e pelas demais disposições legais que lhe forem aplicáveis.

§1º - Com o ingresso da Companhia no Novo Mercado ("Novo Mercado"), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, incluindo acionistas controladores, administradores e membros do conselho fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento do Novo Mercado.

§2º - Em caso de conflito entre as regras deste Estatuto Social e as regras do Regulamento do Novo Mercado, prevalecerão as disposições do Regulamento do Novo Mercado.

Artigo 2º - A companhia tem sede e foro na Rua H, nº 186, Sala 01, Quadra 27, Lote 05, Bairro Baú, CEP 78008-195, Município de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, podendo criar, instalar e encerrar filiais, depósitos e escritórios em qualquer parte do território nacional ou no exterior, onde for de seu interesse, mediante deliberação da Diretoria.

Artigo 3º - A Companhia tem por objeto social a participação em sociedades comerciais na qualidade de acionista ou quotista – *holding* não financeira.

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 2343137 em 19/02/2021 da Empresa GRUPO AVENIDA S.A., CNPJ 09532889000122 e protocolo 210220996 - 18/02/2021. Autenticação: 7F702F1255DAEE91A81571326CB4460AD7C7F4A. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 21/022.099-6 e o código de segurança mKIF Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 19/02/2021 por Julio Frederico Muller Neto – Secretário-Geral.
JULIO FREDERICO MULLER NETO
SECRETÁRIO GERAL

Artigo 4º - O prazo de duração da sociedade é por tempo indeterminado.

CAPÍTULO II
CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

Artigo 5º - O capital social da Companhia é de R$219.810.000,00 (duzentos e dezenove milhões, oitocentos e dez mil reais), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 24.762.500 (vinte e quatro milhões, setecentos e sessenta e duas mil e quinhentas) ações, sendo 21.849.264 (vinte e um milhões, oitocentas e quarenta e nove mil, duzentas e sessenta e quatro) ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal e 2.913.236 (duas milhões, novecentas e treze mil, duzentas e trinta e seis) preferenciais nominativas e sem valor nominal.

§1º - Cada ação dá direito a um voto nas assembleias gerais e faz jus ao dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

§2º - As ações serão indivisíveis perante a sociedade, que não lhes concederá mais que um proprietário para cada unidade.

§3º - É vedada à Companhia a emissão de partes beneficiárias, não havendo até o momento partes beneficiárias em circulação.

§4º - Todas as ações da Companhia são escriturais, mantidas em contas de depósito em nome de seus titulares, junto à instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com quem a Companhia mantenha contrato de custódia em vigor, sem emissão de certificados. O custo do serviço de transferência da propriedade das ações escriturais poderá ser cobrado diretamente do acionista pela instituição depositária, conforme venha a ser definido no contrato de escrituração de ações, sendo respeitados os limites impostos pela legislação vigente.

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 2343137 em 19/02/2021 da Empresa GRUPO AVENIDA S.A., CNPJ 09532889000122 e protocolo 210220996 - 18/02/2021. Autenticação: 7F702F1255DAEE91A81571326CB4460AD7C7F4A. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 21/022.099-6 e o código de segurança mKIF Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 19/02/2021 por Julio Frederico Muller Neto – Secretário-Geral.
JULIO FREDERICO MULLER NETO
SECRETÁRIO GERAL

Artigo 6º - A Companhia está autorizada a aumentar o capital social, por deliberação do Conselho de Administração e independentemente de reforma estatutária, na forma do artigo 168 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), até o limite de 49.525.000 (quarenta e nove milhões, quinhentos e vinte e cinco mil) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

§1º - O aumento do capital social, nos limites do capital autorizado, será realizado por meio da emissão de aç ões, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição mediante deliberação do Conselho de Administração, a quem competirá estabelecer as condições da emissão, inclusive preço, prazo e forma de sua integralização. Ocorrendo subscrição com integralização em bens, a competência para o aumento de capital será da Assembleia Geral, ouvido o Conselho Fiscal, caso instalado.

§2º - A Companhia poderá emitir ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição dentro do limite do capital autorizado, com exclusão do direito de preferência dos antigos acionistas, ou com redução do prazo para seu exercício de que trata o artigo 171, parágrafo 4°, da Lei das Sociedades por Ações, quando a colocação for feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou através de permuta por ações, em oferta pública de aquisição de controle, ou ainda para fazer frente a planos de outorga de opção de compra de ações a administradores e empregados da Companhia, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

§3º - O limite do capital autorizado deverá ser automaticamente ajustado em caso de grupamento ou desdobramentos de ações.

Artigo 7º - A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, adquirir as próprias ações para permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, até o montante do saldo de lucro e de reservas, observadas as exceções previstas na Lei das Sociedades por Ações e demais normas aplicáveis, sem diminuição do capital social, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 2343137 em 19/02/2021 da Empresa GRUPO AVENIDA S.A., CNPJ 09532889000122 e protocolo 210220996 - 18/02/2021. Autenticação: 7F702F1255DAEE91A81571326CB4460AD7C7F4A. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 21/022.099-6 e o código de segurança mKIF Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 19/02/2021 por Julio Frederico Muller Neto – Secretário-Geral.

JULIO FREDERICO MULLER NETO
SECRETÁRIO GERAL

CAPÍTULO III
ACORDO DE ACIONISTAS

Artigo 8º - Os acordos de Acionistas devidamente arquivados na sede da Companhia, que estabeleçam cláusulas e condições para alienação de ações de emissão da Companhia, disciplinem o direito de preferência ou regulem o exercício do direito de voto dos acionistas serão respeitados pela Companhia e sua administração.

> **§ Único.** Os direitos, obrigações e responsabilidades resultantes de tais acordos de acionistas da Companhia serão válidos e oponíveis a terceiros, tão logo tenham os mesmos sidos devidamente averbados nos livros de registro de ações da Companhia, e estando arquivados na sede, conforme a redação do artigo 118 da Lei das Sociedades por Ações. Os administradores da Companhia zelarão pela observância desses acordos e o Presidente da Assembleia Geral de Acionistas, conforme o caso, deverá declarar a invalidade do voto proferido em contrariedade com as disposições de tais acordos.

CAPÍTULO IV
ADMINISTRAÇÃO

Artigo 9º. A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria, cujas atribuições são definidas neste Estatuto Social, sem prejuízo de outras que venham a ser posteriormente definidas em Assembleia Geral de Acionistas, respeitadas as respectivas competências.

> **§1º** - Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa, exceto na hipótese de vacância, observados os termos do Regulamento do Novo Mercado.

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 2343137 em 19/02/2021 da Empresa GRUPO AVENIDA S.A., CNPJ 09532889000122 e protocolo 210220996 - 18/02/2021. Autenticação: 7F702F1255DAEE91A81571326CB4460AD7C7F4A. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 21/022.099-6 e o código de segurança mKIF Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 19/02/2021 por Julio Frederico Muller Neto – Secretário-Geral.
JULIO FREDERICO MULLER NETO
SECRETÁRIO GERAL

§2º - A posse dos administradores e dos membros do conselho fiscal, efetivos e suplentes, fica condicionada à assinatura de termo de posse, que deve contemplar sua sujeição à cláusula compromissória referida no Artigo 45 abaixo.

SEÇÃO I
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Artigo 10 - O Conselho de Administração da Companhia será composto por, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 9 (nove) membros, com mandato unificado de 2 (dois) anos, facultada a reeleição, eleitos e destituíveis, a qualquer tempo, pela Assembleia Geral, observado o disposto no acordo de acionistas.

§1º - Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo, 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser conselheiros independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, devendo a caracterização dos indicados ao Conselho de Administração como conselheiros independentes ser deliberada na Assembleia Geral que os eleger, sendo também considerados como independentes os conselheiros eleitos mediante faculdade prevista pelo Artigo 141, parágrafos 4º e 5º, da Lei das Sociedades por Ações, na hipótese de haver acionista controlador.

§2º - Quando, em decorrência do cálculo do percentual referido no parágrafo acima, o resultado gerar um número fracionário, a Companhia deve proceder ao arredondamento para o número inteiro imediatamente superior.

§3º - A Assembleia Geral que eleger os membros do Conselho de Administração indicará o Presidente e o Vice-Presidente do Conselho.

§4º - Além do disposto neste Estatuto Social, o funcionamento do Conselho de Administração também deverá observar o disposto em seu Regimento Interno.

Artigo 11 - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, mensalmente e, extraordinariamente, sempre que necessário, mediante convocação por escrito de qualquer dos

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 2343137 em 19/02/2021 da Empresa GRUPO AVENIDA S.A., CNPJ 09532889000122 e protocolo 210220996 - 18/02/2021. Autenticação: 7F702F1255DAEE91A81571326CB4460AD7C7F4A. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 21/022.099-6 e o código de segurança mKIF Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 19/02/2021 por Julio Frederico Muller Neto – Secretário-Geral.

JULIO FREDERICO MULLER NETO
SECRETÁRIO GERAL

seus membros, através de carta registrada ou correio eletrônico (com a devida confirmação de recebimento), com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis e com a apresentação da pauta dos assuntos a serem tratados e dos documentos pertinentes, ressalvados os casos de urgência, nos quais as reuniões do Conselho de Administração poderão ser convocadas por seu Presidente sem a observância do prazo acima, desde que inequivocamente cientes todos os demais integrantes do Conselho.

§1º - Não poderão ser aprovados nas reuniões do Conselho de Administração da Companhia assuntos que não tenham sido incluídos na pauta apresentada na convocação da respectiva reunião, exceto se de outra forma acordado pela totalidade dos conselheiros da Companhia.

§2º - Das reuniões será lavrada ata em livro próprio, a qual será publicada nas hipóteses previstas em lei e na regulamentação aplicável.

§3º - As convocações poderão ser feitas por carta com aviso de recebimento ou por qualquer outro meio, eletrônico ou não, que permita a comprovação de recebimento.

§4º - A convocação prevista no Artigo 11 acima poderá ser dispensada quando estiverem presentes à reunião todos os membros do Conselho de Administração. Nenhum membro do Conselho de Administração recusar-se-á sem motivo a comparecer às reuniões do Conselho de Administração para as quais tiver sido validamente convocado**.**

§5º - Os conselheiros poderão participar e votar (inclusive antecipadamente) à distância, por meio de telefone, videoconferência, e-mail ou qualquer outro meio eletrônico, nos termos do Regimento Interno do Conselho de Administração. O conselheiro que assim participar será considerado presente em referida reunião. Qualquer conselheiro poderá indicar outro conselheiro para representá-lo em uma reunião, via procuração.

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 2343137 em 19/02/2021 da Empresa GRUPO AVENIDA S.A., CNPJ 09532889000122 e protocolo 210220996 - 18/02/2021. Autenticação: 7F702F1255DAEE91A81571326CB4460AD7C7F4A. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 21/022.099-6 e o código de segurança mKIF Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 19/02/2021 por Julio Frederico Muller Neto – Secretário-Geral.

JULIO FREDERICO MULLER NETO
SECRETÁRIO GERAL

§6º - As reuniões do conselho de administração serão validamente instaladas (a) em primeira convocação com a presença da totalidade de seus membros; e (b) em segunda convocação, com a presença da maioria de seus membros.

§7º - Nas reuniões do Conselho de Administração (a) um conselheiro poderá ser representado por outro conselheiro, bastando, para tanto, que o conselheiro presente mostre autorização por escrito do conselheiro ausente, autorização essa que poderá ser feita via carta, fax ou outro meio eletrônico anteriormente à realização da reunião; (b) um conselheiro poderá se fazer acompanhado por um assessor com conhecimento técnico específico de determinada matéria constante da ordem do dia, que não terá direito a voto, mas que poderá participar da reunião e das discussões de tal matéria; e (c) serão válidos os votos proferidos pelo conselheiro que estiver ausente à reunião, e que forem feitos por fax ou qualquer meio eletrônico reconhecido e factível de comprovação.

§8º - A reunião do Conselho de Administração será instalada e dirigida pelo Presidente do Conselho de Administração ou por qualquer outro conselheiro por ele indicado. Na ausência ou recusa do Presidente, a reunião do Conselho de Administração será instalada pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração e, na sua ausência, por qualquer dos membros do Conselho de Administração e dirigida por um conselheiro escolhido pelo voto da maioria dos conselheiros presentes. O secretário da mesa será sempre escolhido pelo presidente da reunião dentre os conselheiros indicados pelo acionista que não tiver indicado o conselheiro que tenha assumido a presidência da reunião.

§9º - Nos casos de impedimento temporário ou vacância do cargo, o Presidente do Conselho de Administração será substituído, até a realização da primeira assembleia geral da Companhia que se realizar, pelo conselheiro que tenha desempenhado o mandato de membro do Conselho de Administração por mais tempo ou, na inexistência deste, pelo conselheiro mais velho, em qualquer caso considerados apenas os conselheiros que tenham sido indicados pelo mesmo acionista responsável pela

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 2343137 em 19/02/2021 da Empresa GRUPO AVENIDA S.A., CNPJ 09532889000122 e protocolo 210220996 - 18/02/2021. Autenticação: 7F702F1255DAEE91A81571326CB4460AD7C7F4A. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 21/022.099-6 e o código de segurança mKIF Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 19/02/2021 por Julio Frederico Muller Neto – Secretário-Geral.

JULIO FREDERICO MULLER NETO
SECRETÁRIO GERAL

indicação do Presidente do Conselho de Administração naquele período. Ocorrendo impedimento ou vacância no cargo de membro do Conselho de Administração, o Conselho de Administração deverá convocar assembleia geral da Companhia para preenchimento do respectivo cargo, e a indicação do novo conselheiro será feita pelo acionista que havia indicado anteriormente o conselheiro substituído.

§10º - Caberá ao Conselho de Administração disponibilizar trimestralmente aos acionistas todos e quaisquer contratos celebrados com Partes Relacionadas, acordos de acionistas celebrados no âmbito da Companhia e programas de opção de aquisição de ações e outros valores mobiliários de emissão da Companhia.

Artigo 12 - As decisões do Conselho de Administração serão tomadas por maioria absoluta dos conselheiros.

§ Único - Caso o Conselho de Administração esteja constituído por um número par de membros e ocorra um empate na votação, será atribuído ao Presidente do Conselho de Administração o voto de qualidade.

Artigo 13 - Os Conselheiros deverão abster-se de intervir e votar nas deliberações relacionadas a assuntos sobre os quais tenham ou representem interesse conflitante com a Companhia, devendo respeitar as regras relativas a conflito de interesse estabelecidas na Lei das Sociedades por Ações.

Artigo 14 - O Conselho de Administração, além dos poderes previstos em lei, terá as seguintes atribuições:

a. eleição, destituição e substituição de qualquer diretor da Companhia;

b. indicar para a Diretoria os administradores a serem eleitos nas Subsidiárias, bem como deliberar sobre a sua destituição;

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 2343137 em 19/02/2021 da Empresa GRUPO AVENIDA S.A., CNPJ 09532889000122 e protocolo 210220996 - 18/02/2021. Autenticação: 7F702F1255DAEE91A81571326CB4460AD7C7F4A. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 21/022.099-6 e o código de segurança mKIF Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 19/02/2021 por Julio Frederico Muller Neto – Secretário-Geral.

JULIO FREDERICO MULLER NETO
SECRETÁRIO GERAL

c. fiscalizar a gestão dos Diretores, examinando, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e de suas Subsidiárias, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e sobre quaisquer outros atos da Companhia ou de suas Subsidiárias;

d. estabelecer a remuneração individual dos administradores, observado o disposto no Artigo 9º do presente Estatuto;

e. fixar a orientação geral dos negócios, inclusive aprovando plano de negócios, política de investimentos, avaliação da governança e da remuneração da Companhia e das Subsidiárias;

f. aquisição, venda, cessão, Transferência ou qualquer operação envolvendo fusão ou aquisição de qualquer Pessoa, incluindo fundos de comercio e luvas comerciais, no Brasil (incluindo, sem limitação, por meio de incorporação de ações e conferência de ativos) ou no exterior pela Companhia ou por suas Subsidiárias;

g. alienação ou qualquer outra forma de Transferência de ações ou Valores Mobiliários de titularidade da Companhia ou de suas Subsidiárias, bem como qualquer outra operação envolvendo a alienação ou Transferência, pela Companhia ou por suas Subsidiárias, de qualquer participação societária, parte substancial dos ativos ou de um negócio (incluindo por meio de incorporação de ações ou de sociedades, fusões, cisões ou qualquer outra forma de reorganização societária) de sua respectiva titularidade;

h. contratação, destituição e substituição do Auditor Independente da Companhia e de suas Subsidiárias, observando-se, nessa escolha, o disposto na regulamentação aplicável;

i. aprovação e alteração das práticas contábeis da Companhia e de suas

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 2343137 em 19/02/2021 da Empresa GRUPO AVENIDA S.A., CNPJ 09532889000122 e protocolo 210220996 - 18/02/2021. Autenticação: 7F702F1255DAEE91A81571326CB4460AD7C7F4A. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 21/022.099-6 e o código de segurança mKIF Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 19/02/2021 por Julio Frederico Muller Neto – Secretário-Geral.
JULIO FREDERICO MULLER NETO
SECRETÁRIO GERAL

Subsidiárias, exceto se em conformidade com a Lei ou por exigência legal e/ou regulamentar;

j. contratação, assunção ou renegociação de empréstimo, adiantamento, extensão de crédito, financiamento ou outra forma de endividamento;

k. contratação de operações envolvendo instrumentos financeiros, especialmente derivativos, que possam expor a Companhia ou suas Subsidiárias a riscos ou perdas em decorrência de variações nas taxas de câmbio, taxas de juros ou nas cotações de preços de ativos em mercados organizados;

l. aprovação ou qualquer alteração do Orçamento;

m. aprovação de qualquer investimento (incluindo Capex), pela Companhia ou suas Subsidiárias, cujo valor exceda o valor originalmente aprovado no Orçamento válido à época;

n. celebração, alteração ou rescisão de qualquer operação ou contrato com Partes Relacionadas da Companhia ou de suas Subsidiárias, incluindo os termos e condições de tais operações e contratos, sendo certo que, quando houver conflito de interesses, os conselheiros diretamente envolvidos deverão declarar-se impedidos, nos termos da legislação aplicável;

o. concessão, pela Companhia ou por suas Subsidiárias, de empréstimo, adiantamento, extensão de crédito, financiamento ou outra forma de endividamento;

p. prestação ou concessão de garantias pela Companhia ou por suas Subsidiárias;

q. constituição de qualquer Gravame ou outra obrigação sobre qualquer ativo da Companhia ou de suas Subsidiárias, fora do curso normal dos seus respectivos

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 2343137 em 19/02/2021 da Empresa GRUPO AVENIDA S.A., CNPJ 09532889000122 e protocolo 210220996 - 18/02/2021. Autenticação: 7F702F1255DAEE91A81571326CB4460AD7C7F4A. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 21/022.099-6 e o código de segurança mKIF Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 19/02/2021 por Julio Frederico Muller Neto – Secretário-Geral.

JULIO FREDERICO MULLER NETO
SECRETÁRIO GERAL

negócios, consistente com as suas práticas e políticas passadas;

r. contratação do seguro de conselheiros e diretores (D&O insurance) previsto no acordo de acionistas;

s. aprovação e alteração das políticas de crédito da Companhia e de suas Subsidiárias, incluindo, sem limitação, políticas de crédito para fornecedores e clientes;

t. deliberar sobre qualquer aumento do capital social da Companhia ou emissão de ações ou de títulos conversíveis ou permutáveis por ações, dentro do capital autorizado, conforme Artigo 6º deste Estatuto Social;

u. convocar a qualquer tempo os Diretores, individualmente ou em conjunto, para prestar esclarecimentos e informações, apresentar documentos ou relatórios, inclusive nas Subsidiárias;

v. aprovar a outorga de opções para aquisição de ações da Companhia (*stock option*) ou a entrega de ações da Companhia a qualquer administrador, colaborador ou empregado da Companhia ou de suas Subsidiárias, conforme os termos e condições previstos nos respectivos planos e programas, podendo delegar a administração de tais planos e programas a um de seus comitês de assessoramento;

w. deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, *commercial papers*, notas promissórias, *bonds, notes* e de quaisquer outros títulos de uso comum no mercado, para distribuição pública ou privada pela Companhia ou suas Subsidiárias;

x. convocar a Assembleia Geral quando julgar conveniente ou nas hipóteses exigidas pela Lei das Sociedades por Ações;

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 2343137 em 19/02/2021 da Empresa GRUPO AVENIDA S.A., CNPJ 09532889000122 e protocolo 210220996 - 18/02/2021. Autenticação: 7F702F1255DAEE91A81571326CB4460AD7C7F4A. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 21/022.099-6 e o código de segurança mKIF Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 19/02/2021 por Julio Frederico Muller Neto – Secretário-Geral.

JULIO FREDERICO MULLER NETO
SECRETÁRIO GERAL

y. manifestar-se sobre o relatório da administração, as contas da diretoria da Companhia e as demonstrações financeiras da Companhia, bem como deliberar sobre sua submissão à Assembleia Geral;

z. apreciar os resultados trimestrais das operações da Companhia;

aa. submeter à Assembleia Geral Ordinária proposta de destinação do lucro líquido do exercício;

bb. aprovar, *ad referendum* da Assembleia Geral, o pagamento de dividendos intermediários ou intercalares, conforme Artigo 35, Parágrafo Segundo, abaixo;

cc. manifestar-se a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias contados da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo: (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse da Companhia e do conjunto dos acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez das ações; (ii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (iii) as alternativas à aceitação da oferta pública de aquisição de ações disponíveis no mercado; (iv) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis;

dd. aprovação de oferta pública a ser lançada pela própria Companhia para saída do Novo Mercado ou de qualquer outro mercado no qual as ações da Companhia forem negociadas;

ee. aprovar as políticas, regimentos e códigos obrigatórios nos termos das normas editadas pela CVM, do Regulamento do Novo Mercado e da legislação aplicável à Companhia;

ff. aprovar o orçamento do comitê de auditoria da Companhia, da área de auditoria

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 2343137 em 19/02/2021 da Empresa GRUPO AVENIDA S.A., CNPJ 09532889000122 e protocolo 210220996 - 18/02/2021. Autenticação: 7F702F1255DAEE91A81571326CB4460AD7C7F4A. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 21/022.099-6 e o código de segurança mKIF Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 19/02/2021 por Julio Frederico Muller Neto – Secretário-Geral.

JULIO FREDERICO MULLER NETO
SECRETÁRIO GERAL

interna e de eventuais outros comitês que sejam constituídos, nos termos do Parágrafo Segundo abaixo; e

gg. aprovar as atribuições da área de auditoria interna.

§1º - O Conselho de Administração poderá alterar os limites e abrangência estabelecidos para práticas de atos dos diretores em casos específicos ou por tempo que julgar conveniente.

§2º - O Conselho de Administração poderá estabelecer a formação de comitês técnicos e consultivos, com objetivos e funções definidos. Caberá ao Conselho de Administração estabelecer normas aplicáveis aos comitês, incluindo regras sobre composição, prazo, remuneração e funcionamento.

SEÇÃO II
DIRETORIA

Artigo 15 - A diretoria da Companhia será composta por, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, 5 (cinco) membros, todos residentes no país, todos eleitos e destituíveis, a qualquer tempo, pelo Conselho de Administração, observado o disposto no acordo de acionistas, sendo 1 (um) diretor presidente (*Chief Executive Officer – CEO*), um diretor financeiro (*Chief Financial Officer – CFO*), 1 (um) Diretor de Relações com Investidores (*Investor Relations Officer – IRO*) e os demais diretores sem designação específica.

§1º. Os Diretores tomarão posse de suas funções por assinatura do termo de investidura lavrado no livro de registro das Atas de Reuniões de Diretoria, observado o Artigo 9º acima.

§2º. Os Diretores estão dispensados de prestar caução em garantia de sua gestão.

§3º - Qualquer diretor poderá ser destituído a qualquer tempo pelo Conselho de Administração.

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 2343137 em 19/02/2021 da Empresa GRUPO AVENIDA S.A., CNPJ 09532889000122 e protocolo 210220996 - 18/02/2021. Autenticação: 7F702F1255DAEE91A81571326CB4460AD7C7F4A. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 21/022.099-6 e o código de segurança mKIF Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 19/02/2021 por Julio Frederico Muller Neto – Secretário-Geral.
JULIO FREDERICO MULLER NETO
SECRETÁRIO GERAL

§4º - Um diretor poderá acumular mais de uma função, desde que observado o número mínimo de diretores previsto na Lei de Sociedades por Ações.

Artigo 16 - O mandato dos Diretores será de 03 (três) anos, sendo permitida a reeleição. Todos os Diretores deverão permanecer no exercício de seus cargos até a investidura de seus sucessores.

§1º. Diretores não poderão afastar-se do exercício de suas funções por mais de 30 (trinta) dias corridos consecutivos sob pena de perda de mandato, salvo caso de licença concedida pela própria Diretoria.

§2º. A substituição dos Diretores será feita da seguinte forma:

a. Nos casos de substituição de qualquer Diretor por vacância, por qualquer motivo, o substituto será eleito pelo Conselho de Administração e exercerá as funções deste, completando o prazo de gestão do substituído.

b. Nos casos de substituição temporária, determinada por ausência, férias, licença ou impedimentos ocasionais, as funções do Diretor ausente serão exercidas por substituto indicado entre os Diretores eleitos.

Artigo 17 - A Diretoria reunir-se-á, na sede social da Companhia, sempre que assim exigirem os negócios sociais, sendo convocada pelo Diretor Presidente, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, ou por quaisquer dos Diretores, neste caso, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias. As reuniões serão instaladas, em primeira convocação, com a presença da maioria de seus membros e, em segunda convocação, com qualquer número de Diretores.

§1º. Independentemente das formalidades previstas neste Artigo, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os Diretores.

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 2343137 em 19/02/2021 da Empresa GRUPO AVENIDA S.A., CNPJ 09532889000122 e protocolo 210220996 - 18/02/2021. Autenticação: 7F702F1255DAEE91A81571326CB4460AD7C7F4A. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 21/022.099-6 e o código de segurança mKIF Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 19/02/2021 por Julio Frederico Muller Neto – Secretário-Geral.
JULIO FREDERICO MULLER NETO
SECRETÁRIO GERAL

§2º. As reuniões da Diretoria serão presididas pelo Diretor Presidente, o qual deverá designar o secretário de cada reunião.

§3º. Os Diretores poderão participar e votar (inclusive antecipadamente) à distância, por meio de telefone, videoconferência, e-mail ou qualquer outro meio eletrônico, aplicando-se, mutatis mutandis e conforme aplicáveis, as disposições do Regimento Interno do Conselho de Administração. O Diretor que assim participar será considerado presente em referida reunião. Qualquer Diretor poderá indicar outro Diretor para representá-lo em uma reunião, via procuração.

§4º. As deliberações da Diretoria serão tomadas por maioria absoluta dos seus membros.

Artigo 18 - Ressalvadas as matérias de competência da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, as questões e decisões de gestão diária da Companhia e das Subsidiárias, conforme o caso, serão tomadas individualmente pelos diretores dentro da sua área de competência, sempre observadas as diretrizes estratégicas estabelecidas pelo Conselho de Administração e respeitando os Orçamentos.

Artigo 19 - Compete à Diretoria da Companhia, especialmente:

(a) a administração dos negócios sociais em geral;

(b) representar a Companhia em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, podendo receber citações;

(c) assinar contratos e documentos que constituam obrigações, ativas e passivas para a Companhia, observados os requisitos deste Estatuto Social;

(d) submeter, anualmente, à apreciação do Conselho de Administração o relatório da Administração, as demonstrações financeiras e as contas da Diretoria;

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 2343137 em 19/02/2021 da Empresa GRUPO AVENIDA S.A., CNPJ 09532889000122 e protocolo 210220996 - 18/02/2021. Autenticação: 7F702F1255DAEE91A81571326CB4460AD7C7F4A. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 21/022.099-6 e o código de segurança mKIF Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 19/02/2021 por Julio Frederico Muller Neto – Secretário-Geral.

JULIO FREDERICO MULLER NETO
SECRETÁRIO GERAL

(e) aprovar operação ou conjunto de operações celebrados com subsidiárias integrais ou controladas da Companhia (sociedades em que a Companhia detenha, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais um de participação no capital social); e

(f) abrir e encerrar filiais, agências ou sucursais, e fixar ou alterar os endereços dessas e da sede da Companhia.

§1º. Os Diretores não poderão praticar atos fora dos limites estabelecidos neste Estatuto Social e em lei. Os Diretores devem abster-se de tomar medidas que contrariem as deliberações, instruções e normas fixadas pelo Conselho de Administração.

§2º. As procurações a serem outorgadas pela Companhia serão sempre assinadas por 2 (dois) Diretores da Companhia, em conjunto, e, excetuando-se as outorgadas para fins de processos judiciais ou administrativos, terão sempre prazo determinado de vigência de, no máximo, 1 (um) ano, observado o disposto no artigo 20 abaixo.

§3º. As atribuições previstas nos itens (d), (e) e (f) acima deverão ser deliberadas no âmbito das Reuniões da Diretoria, observadas as formalidades descritas no Artigo 17 acima.

Artigo 20 - A Companhia será representada mediante a assinatura (a) do diretor financeiro em conjunto com o diretor presidente ou com qualquer outro diretor, (b) de qualquer diretor em conjunto com um procurador devidamente constituído, (c) de dois procuradores em conjunto devidamente constituídos, e (d) de um procurador devidamente constituído em casos de representação judicial ou em defesa dos processos administrativos mediante procuração "ad judicia", compreendendo inclusive os atos de renúncia, desistência, transação, recebimento e quitação.

§ Único. Nas hipóteses (b), (c) e (d) acima, as procurações deverão ser outorgadas por dois diretores em conjunto, devendo um deles ser o diretor presidente ou o

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 2343137 em 19/02/2021 da Empresa GRUPO AVENIDA S.A., CNPJ 09532889000122 e protocolo 210220996 - 18/02/2021. Autenticação: 7F702F1255DAEE91A81571326CB4460AD7C7F4A. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 21/022.099-6 e o código de segurança mKIF Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 19/02/2021 por Julio Frederico Muller Neto – Secretário-Geral.

JULIO FREDERICO MULLER NETO
SECRETÁRIO GERAL

diretor financeiro, e terão prazo de validade limitado a um ano, exceto aquelas outorgadas para a representação em processos judiciais ou administrativos, que poderão ter prazo indeterminado.

Artigo 21 - Serão nulos e inoperantes em relação à Companhia os atos praticados em desacordo com as disposições do presente Capítulo IV.

Artigo 22 - Compete ao **Diretor Presidente**, além das demais atribuições previstas neste Estatuto Social:

(a) coordenar a direção geral dos negócios da Companhia, fixar as diretrizes gerais, assim como supervisionar as operações da Companhia;

(b) zelar pelo cumprimento de todos os membros da Diretoria das diretrizes estabelecidas pela Assembleia Geral e Conselho de Administração;

(c) convocar e presidir as reuniões da Diretoria;

(d) coordenar as atividades dos demais Diretores, observadas as atribuições específicas previstas neste Estatuto Social; e

(e) definir a repartição das competências aos demais Diretores em relação às áreas não especificamente mencionadas neste Estatuto Social "ad referendum" do Conselho de Administração.

Artigo 23 - Compete ao **Diretor Financeiro**, dentre outras atribuições que lhe venham a ser estabelecidas pelo Conselho de Administração:

(a) planejar, coordenar, organizar, dirigir e supervisionar as atividades relativas às áreas financeira, contábil, fiscal e de planejamento e controle da Companhia;

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 2343137 em 19/02/2021 da Empresa GRUPO AVENIDA S.A., CNPJ 09532889000122 e protocolo 210220996 - 18/02/2021. Autenticação: 7F702F1255DAEE91A81571326CB4460AD7C7F4A. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 21/022.099-6 e o código de segurança mKIF Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 19/02/2021 por Julio Frederico Muller Neto – Secretário-Geral.
JULIO FREDERICO MULLER NETO
SECRETÁRIO GERAL

(b) coordenar o controle e movimentação financeira da Companhia, zelando pela saúde econômica e financeira; e

(c) gerenciar o orçamento, controlar despesas, implantar controles e reportar o desempenho financeiro da Companhia.

Artigo 24 - Compete ao **Diretor de Relações com Investidores**:

(a) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar o trabalho de relações com investidores, bem como representar a Companhia perante acionistas, investidores, analistas de mercado, a CVM, a B3, o Banco Central do Brasil e os demais órgãos de controle e demais instituições relacionadas às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, no Brasil e no exterior;

(b) prestar informações ao público investidor, à CVM e B3, às demais Bolsas de Valores em que a Companhia tenha seus valores mobiliários negociados, a agências de rating quando aplicável e aos demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, conforme legislação aplicável, no Brasil e no exterior; e

(c) manter atualizados os registros da Companhia perante a CVM e a B3.

Artigo 25 - O **Diretor sem designação específica** terá as funções que lhe sejam atribuídas pelo Conselho de Administração, por ocasião de sua eleição, ressalvada a competência de o Diretor Presidente fixar-lhe outras atribuições não conflitantes.

CAPÍTULO V
CONSELHO FISCAL

Artigo 26 - O Conselho Fiscal da Companhia será instaurado a pedido de qualquer acionista e será composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral, observado o disposto no acordo de acionistas.

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 2343137 em 19/02/2021 da Empresa GRUPO AVENIDA S.A., CNPJ 09532889000122 e protocolo 210220996 - 18/02/2021. Autenticação: 7F702F1255DAEE91A81571326CB4460AD7C7F4A. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 21/022.099-6 e o código de segurança mKIF Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 19/02/2021 por Julio Frederico Muller Neto – Secretário-Geral.

JULIO FREDERICO MULLER NETO
SECRETÁRIO GERAL

§ Único. A Assembleia Geral, deliberando sobre a instauração do Conselho Fiscal e a eleição dos membros e suplentes, fixará também sua remuneração. Somente terão direito à remuneração os Conselheiros Fiscais em exercício.

Artigo 27 - O funcionamento e a competência do Conselho Fiscal da Companhia, bem como os deveres e as responsabilidades de seus conselheiros, obedecerão às disposições legais pertinentes.

CAPÍTULO VI
ASSEMBLEIAS GERAIS

Artigo 28 - A Assembleia Geral de Acionistas, convocada consoante a Lei das Sociedades por Ações e o presente Estatuto Social, reunir-se-á ordinariamente nos quatro primeiros meses após o término do exercício social, para deliberar sobre as matérias constantes do artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações, e extraordinariamente, sempre que o interesse da Companhia assim exigir.

§1º. As Assembleias Gerais serão convocadas pelo Conselho de Administração, ou, nos casos previstos em lei, pelo Conselho Fiscal ou por acionistas, em qualquer caso conforme procedimentos descritos na legislação aplicável.

§2º. Ressalvadas as exceções previstas na Lei das Sociedades por Ações, as reuniões das Assembleias Gerais serão convocadas com, no mínimo, 15 (quinze) dias corridos de antecedência para primeira convocação e, no mínimo, 8 (oito) dias corridos de antecedência para segunda convocação.

§3º. As Assembleias Gerais instalar-se-ão, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) das ações emitidas com direito a voto, e, em segunda convocação, com a presença de qualquer número de acionistas presentes, nos termos do artigo 125 da Lei das Sociedades por Ações.

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 2343137 em 19/02/2021 da Empresa GRUPO AVENIDA S.A., CNPJ 09532889000122 e protocolo 210220996 - 18/02/2021. Autenticação: 7F702F1255DAEE91A81571326CB4460AD7C7F4A. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 21/022.099-6 e o código de segurança mKIF Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 19/02/2021 por Julio Frederico Muller Neto – Secretário-Geral.
JULIO FREDERICO MULLER NETO
SECRETÁRIO GERAL

§4º. A Assembleia Geral que tiver por objeto a reforma deste Estatuto Social se instalará, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 2/3 do capital social com direito a voto, mas poderá instalar-se em segunda convocação com qualquer número de presentes.

§5º. As deliberações das Assembleias Gerais de acionistas, ressalvados os casos previstos em disposição cogente de lei, serão todas tomadas pela maioria absoluta dos acionistas titulares de ações presentes nas Assembleias, não se computando os votos em branco. Todo acionista poderá participar e votar à distância em Assembleia Geral, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e regulamentação da CVM.

§6º. A Assembleia Geral somente poderá deliberar sobre assuntos da ordem do dia, constantes do respectivo edital de convocação, sendo vedada a aprovação de matérias sob a rubrica genérica.

§7º. Nas Assembleias Gerais, o acionista poderá ser representado por mandatário devidamente constituído.

Artigo 29 - A Assembleia Geral de Acionistas será presidida pelo Diretor Presidente. Na ausência do Diretor Presidente, a Assembleia Geral de Acionistas será presidida pelo Diretor Financeiro ou alternativamente por um Diretor sem designação específica, e, na sua ausência, por qualquer acionista "ad hoc". O Secretário das Assembleias Gerais de Acionistas será sempre o Diretor Vice-Presidente ou alternativamente um Diretor sem designação específica, porém, na sua ausência, poderá esse ser qualquer acionista escolhido "ad hoc", ficando facultado ao Secretário se valer da colaboração de advogados para auxiliá-lo em suas funções.

Artigo 30 - Cada ação de emissão da Companhia corresponderá a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia.

Artigo 31 - Compete exclusivamente à Assembleia Geral, além das demais atribuições previstas em lei ou neste Estatuto Social:

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 2343137 em 19/02/2021 da Empresa GRUPO AVENIDA S.A., CNPJ 09532889000122 e protocolo 210220996 - 18/02/2021. Autenticação: 7F702F1255DAEE91A81571326CB4460AD7C7F4A. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 21/022.099-6 e o código de segurança mKIF Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 19/02/2021 por Julio Frederico Muller Neto – Secretário-Geral.
JULIO FREDERICO MULLER NETO
SECRETÁRIO GERAL

a. autorizar a emissão de debêntures conversíveis em ações e outros títulos conversíveis em ações, observado o disposto no Artigo 6º deste Estatuto Social;

b. recompra, cancelamento ou resgate de Ações ou Valores Mobiliários de emissão da Companhia;

c. deliberar sobre a eleição e destituição de liquidantes, bem como sobre o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação, e o julgamento de suas contas e partilha do acervo social em caso de liquidação;

d. alteração do estatuto social da Companhia;

e. atribuir bonificações em ações e decidir sobre eventuais grupamentos e desdobramentos de ações;

f. eleger e/ou destituir, a qualquer tempo, os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;

g. fixar o limite global anual da remuneração dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e, se instalado, do Conselho Fiscal; observado que, caberá ao Conselho de Administração deliberar sobre a distribuição individual da remuneração do próprio Conselho de Administração, da Diretoria e, se instalado, do Conselho Fiscal;

h. deliberar sobre a avaliação de bens com que o acionista concorrer para a formação do capital social;

i. requerimento de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, liquidação ou dissolução da Companhia ou de suas Subsidiárias;

j. criação, alteração ou cancelamento de planos de opção de ações ou instrumentos similares pela Companhia ou a entrega de ações em tesouraria, em favor de qualquer administrador ou empregado da Companhia ou das subsidiárias;

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 2343137 em 19/02/2021 da Empresa GRUPO AVENIDA S.A., CNPJ 09532889000122 e protocolo 210220996 - 18/02/2021. Autenticação: 7F702F1255DAEE91A81571326CB4460AD7C7F4A. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 21/022.099-6 e o código de segurança mKIF Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 19/02/2021 por Julio Frederico Muller Neto – Secretário-Geral.

JULIO FREDERICO MULLER NETO
SECRETÁRIO GERAL

k. tomar, anualmente, as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas;

l. deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro líquido do exercício;

m. deliberar sobre a alteração da política de dividendos da Companhia; e

n. dispensar a realização de oferta pública de aquisição de ações ("OPA") para saída do Novo Mercado.

Artigo 32 - Nas deliberações da Assembleia Geral serão obrigatoriamente observadas as previsões dos acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia. O presidente da Assembleia Geral não computará os votos proferidos com infração às disposições de tais acordos de acionistas.

CAPÍTULO VII
ALIENAÇÃO DE CONTROLE E SAÍDA DO NOVO MERCADO

Artigo 33 - A alienação direta ou indireta de controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente de controle se obrigue a realizar oferta pública de aquisição de ações tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar o tratamento igualitário àquele dado ao alienante.

Artigo 34 - Sem prejuízo do disposto no Regulamento do Novo Mercado, a saída voluntária do Novo Mercado deverá ser precedida de oferta pública de aquisição de ações que observe os procedimentos previstos na regulamentação editada pela CVM sobre ofertas públicas de aquisição de ações para cancelamento de registro de companhia aberta e os seguintes requisitos: (i) o preço ofertado deve ser justo, sendo possível, o pedido de nova avaliação da Companhia na forma estabelecida na Lei das Sociedades por Ações; (ii) acionistas titulares de mais de 1/3 (um

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 2343137 em 19/02/2021 da Empresa GRUPO AVENIDA S.A., CNPJ 09532889000122 e protocolo 210220996 - 18/02/2021. Autenticação: 7F702F1255DAEE91A81571326CB4460AD7C7F4A. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 21/022.099-6 e o código de segurança mKIF Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 19/02/2021 por Julio Frederico Muller Neto – Secretário-Geral.
JULIO FREDERICO MULLER NETO
SECRETÁRIO GERAL

terço) das ações em circulação deverão aceitar a oferta pública de aquisição de ações ou concordar expressamente com a saída do referido segmento sem a efetivação de alienação das ações.

§ Único. A saída voluntária do Novo Mercado pode ocorrer independentemente da realização de oferta pública mencionada neste Artigo, na hipótese de dispensa aprovada em Assembleia Geral, nos termos do Regulamento do Novo Mercado.

CAPÍTULO VIII
EXERCÍCIO SOCIAL, BALANÇO, LUCROS E DIVIDENDO

Artigo 35 - O exercício social terá início em 1º de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano, quando será preparado um balanço geral, bem como as demais demonstrações financeiras, que deverão ser auditadas por auditor independente registrado na Comissão de Valores Mobiliários e publicadas nos termos da legislação societária aplicável, observadas as disposições legais vigentes e as disposições deste Artigo.

§1º. Juntamente com as demonstrações financeiras do exercício, os órgãos da administração da Companhia apresentarão à Assembleia Geral proposta sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido, com observância do disposto neste Estatuto Social e na Lei das Sociedades por Ações.

§2º. Por deliberação do Conselho de Administração, a Companhia poderá (i) levantar balanços semestrais, trimestrais ou de períodos menores, e declarar dividendos ou juros sobre capital próprio dos lucros verificados em tais balanços; ou (ii) declarar dividendos ou juros sobre capital próprio intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual.

§3º. Os dividendos intermediários ou intercalares distribuídos e os juros sobre capital próprio poderão ser imputados ao dividendo obrigatório previsto neste Estatuto Social.

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 2343137 em 19/02/2021 da Empresa GRUPO AVENIDA S.A., CNPJ 09532889000122 e protocolo 210220996 - 18/02/2021. Autenticação: 7F702F1255DAEE91A81571326CB4460AD7C7F4A. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 21/022.099-6 e o código de segurança mKIF Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 19/02/2021 por Julio Frederico Muller Neto – Secretário-Geral.

JULIO FREDERICO MULLER NETO
SECRETÁRIO GERAL

§4º. A Companhia e os Administradores deverão, pelo menos uma vez ao ano, realizar reunião pública com analistas e quaisquer outros interessados, para divulgar informações quanto à situação econômico-financeira, projetos e perspectivas da Companhia.

Artigo 36 - - Levantando o balanço, com observação das prescrições legais, do resultado do exercício, serão deduzidos, na ordem estabelecida nas alíneas deste artigo.

a. os prejuízos acumulados se houver na forma prevista em lei; e

b. a provisão para o pagamento do imposto sobre a renda.

Artigo 37 - Uma vez efetuadas as deduções previstas no artigo anterior, o lucro líquido terá a seguinte destinação:

a. 5% (cinco por cento) para constituição de reserva legal, até o limite de 20% do capital social;

b. uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores, nos termos do artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações;

c. uma parcela será destinada ao pagamento do dividendo anual mínimo obrigatório aos acionistas, observado o disposto no parágrafo 3º deste artigo;

d. no exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do Artigo 38 abaixo, ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações;

e. uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser retida com

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 2343137 em 19/02/2021 da Empresa GRUPO AVENIDA S.A., CNPJ 09532889000122 e protocolo 210220996 - 18/02/2021. Autenticação: 7F702F1255DAEE91A81571326CB4460AD7C7F4A. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 21/022.099-6 e o código de segurança mKIF Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 19/02/2021 por Julio Frederico Muller Neto – Secretário-Geral.
JULIO FREDERICO MULLER NETO
SECRETÁRIO GERAL

base em orçamento de capital previamente aprovado pela Assembleia Geral, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações; e

f. o saldo remanescente será distribuído na forma de dividendos, conforme previsão legal.

Artigo 38 - Aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo obrigatório anual não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição de reserva legal; e (ii) importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores.

Artigo 39 - O pagamento do dividendo obrigatório poderá ser limitado ao montante do lucro líquido realizado, nos termos da lei.

Artigo 40 - Por proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração, *ad referendum* da Assembleia Geral, a Companhia poderá pagar ou creditar juros aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio destes últimos, observada a legislação aplicável. As eventuais importâncias assim desembolsadas poderão ser imputadas ao valor do dividendo obrigatório previsto neste Estatuto Social

§1º. Em caso de creditamento de juros aos acionistas no decorrer do exercício social e atribuição dos mesmos ao valor do dividendo obrigatório, será assegurado aos acionistas o pagamento de eventual saldo remanescente. Na hipótese de o valor dos dividendos ser inferior ao que lhes foi creditado, a Companhia não poderá cobrar dos acionistas o saldo excedente.

§2º. O pagamento efetivo dos juros sobre o capital próprio, tendo ocorrido o creditamento no decorrer do exercício social, dar-se-á por deliberação do Conselho de Administração, no curso do exercício social ou no exercício seguinte.

Artigo 41 - A Assembleia Geral poderá deliberar a capitalização de reservas de lucros ou de capital, inclusive as instituídas em balanços intermediários, observada a legislação aplicável.

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 2343137 em 19/02/2021 da Empresa GRUPO AVENIDA S.A., CNPJ 09532889000122 e protocolo 210220996 - 18/02/2021. Autenticação: 7F702F1255DAEE91A81571326CB4460AD7C7F4A. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 21/022.099-6 e o código de segurança mKIF Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 19/02/2021 por Julio Frederico Muller Neto – Secretário-Geral.

JULIO FREDERICO MULLER NETO
SECRETÁRIO GERAL

Artigo 42 - O pagamento dos dividendos, quando for o caso, realizar-se-á no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados de sua declaração, salvo se a Assembleia Geral dos Acionistas determinar que estes sejam pagos em prazo superior, mas sempre no curso do exercício social em que forem declarados.

Artigo 43 - Os dividendos não recebidos ou reclamados prescreverão no prazo de 3 (três) anos, contado da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, e reverterão em favor da Companhia.

CAPÍTULO IX
DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO

Artigo 44 - A Companhia será dissolvida ou liquidada nos casos previstos em lei ou por deliberação da Assembleia Geral de Acionistas. Compete à Assembleia Geral estabelecer a forma da liquidação e nomear o liquidante e o Conselho Fiscal que deverão funcionar no período de liquidação, fixando seus poderes e estabelecendo suas remunerações, conforme previsto em lei.

CAPÍTULO X
ARBITRAGEM

Artigo 45 – A Companhia, seus acionistas, administradores, membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385/76, na Lei das Sociedades por Ações, neste Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 2343137 em 19/02/2021 da Empresa GRUPO AVENIDA S.A., CNPJ 09532889000122 e protocolo 210220996 - 18/02/2021. Autenticação: 7F702F1255DAEE91A81571326CB4460AD7C7F4A. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 21/022.099-6 e o código de segurança mKIF Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 19/02/2021 por Julio Frederico Muller Neto – Secretário-Geral.
JULIO FREDERICO MULLER NETO
SECRETÁRIO GERAL

CAPÍTULO XI
DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 46 - A Companhia observará os acordos de acionistas eventualmente existentes e registrados na forma do art. 118 da Lei das Sociedades por Ações, cabendo à respectiva administração abster-se de registrar transferências de ações contrárias aos respectivos termos e ao Presidente da Assembleia Geral e abster-se de computar os votos lançados contra os mesmos acordos.

CAPÍTULO XII
DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 47 - Os casos omissos relativos à interpretação deste Estatuto Social serão regulados pela Lei das Sociedades por Ações e pelo Regulamento do Novo Mercado.

Artigo 48 - As disposições contidas no Parágrafos 1º e 2º do Artigo 1º, no Parágrafo 3º do Artigo 5º, nos Parágrafos 1º e 2º do Artigo 9º, nos Parágrafos 1º e 2º do Artigo 10, nos itens (dd), (ee), (ff), (gg) do Artigo 14, no Parágrafo 4º do Artigo 28, no item (j) do Artigo 32, no Capítulo VII e no Capítulo X, somente terão eficácia a partir da data de entrada em vigor do Contrato de Participação no Novo Mercado, a ser celebrado entre a Companhia e a B3.

Artigo 49 – Para os fins deste Estatuto Social, os termos abaixo indicados, quando utilizados neste Estatuto Social com a letra inicial em maiúscula, no singular como no plural, terão o seguinte significado:

Auditor Independente	significa qualquer uma das seguintes empresas de auditoria: PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, KPMG Auditores Independentes, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, ou Ernst & Young Auditores Independentes;

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 2343137 em 19/02/2021 da Empresa GRUPO AVENIDA S.A., CNPJ 09532889000122 e protocolo 210220996 - 18/02/2021. Autenticação: 7F702F1255DAEE91A81571326CB4460AD7C7F4A. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 21/022.099-6 e o código de segurança mKIF Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 19/02/2021 por Julio Frederico Muller Neto – Secretário-Geral.

JULIO FREDERICO MULLER NETO
SECRETÁRIO GERAL

Partes Relacionadas	considera-se a definição prevista na "Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia", conforme alterada;
"Práticas Contábeis Adotadas no Brasil"	significa o conjunto de princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, conforme definidos pela Lei das Sociedades por Ações, pela CVM e pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil – IBRACON;
Pessoa(s)	significa, conforme o caso, uma pessoa física ou uma pessoa jurídica de qualquer natureza, incluindo, sem limitação, uma fundação, uma sociedade de direito, independentemente de sua forma societária, uma associação, um consórcio, um condomínio ou uma sociedade de fato, com ou sem personalidade jurídica;
Subsidiária	significa qualquer Pessoa na qual a Companhia detenha participação societária, direta ou indiretamente, a qualquer tempo, incluindo, mas não se limitando, às Pessoas em que a Companhia tenha Controle;
Transferência	(o que inclui as expressões "Transferir" e "Transferido") significa, direta ou indiretamente, a transferência, venda, cessão (inclusive a cessão de direito de preferência), permuta, doação, dação em pagamento ou outra forma de alienação voluntária ou involuntária, condicionada ou não, incluindo a transferência, venda, cessão, permuta, doação ou outra espécie de alienação decorrente da excussão de hipoteca, penhor, direito de garantia ou outro direito de retenção, ou, ainda, relativamente a qualquer determinação legal, fusão, incorporação, cisão, reorganização, consolidação, emissão de ações ou outras operações com efeitos correlatos; e
Valores Mobiliários	significa, em relação a qualquer Pessoa, as ações ordinárias, ações preferenciais e quaisquer outros títulos e valores mobiliários de sua

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 2343137 em 19/02/2021 da Empresa GRUPO AVENIDA S.A., CNPJ 09532889000122 e protocolo 210220996 - 18/02/2021. Autenticação: 7F702F1255DAEE91A81571326CB4460AD7C7F4A. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 21/022.099-6 e o código de segurança mKIF Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 19/02/2021 por Julio Frederico Muller Neto – Secretário-Geral.
JULIO FREDERICO MULLER NETO
SECRETÁRIO GERAL

emissão, independentemente da nomenclatura adotada ou da existência ou não de direito de voto, incluindo-se os títulos conversíveis ou permutáveis por ações, opções, bônus de subscrição, direito de preferência, participação ou de outra natureza para a aquisição, subscrição ou recebimento de participações societárias de emissão de tal Pessoa, ou, ainda, quaisquer outros títulos e valores mobiliários cujo rendimento seja determinado, no todo ou em parte, com base na receita, faturamento ou outro indicador de desempenho financeiro da referida Pessoa. Salvo se o contexto de outra forma o exigir, as menções a Valores Mobiliários, sem indicação da emissora, referem-se àqueles emitidos pela Companhia ou qualquer uma de suas Subsidiárias.

Estatuto Social do Grupo Avenida S.A., consolidado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 12 de fevereiro de 2021.

Rodrigo Caseli Presidente	Carlos Ernane Abrahão Secretário

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 2343137 em 19/02/2021 da Empresa GRUPO AVENIDA S.A., CNPJ 09532889000122 e protocolo 210220996 - 18/02/2021. Autenticação: 7F702F1255DAEE91A81571326CB4460AD7C7F4A. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 21/022.099-6 e o código de segurança mKIF Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 19/02/2021 por Julio Frederico Muller Neto – Secretário-Geral.
JULIO FREDERICO MULLER NETO
SECRETÁRIO GERAL

Anexo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
21/022.099-6	MTE2100025337	17/02/2021

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
091.732.548-60	CARLOS ERNANE ABRAHAO
544.287.501-53	RODRIGO CASELI

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso

ANEXO II À ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
DO GRUPO AVENIDA S.A., REALIZADA EM 12 DE FEVEREIRO DE 2021

CNPJ/ME 09.532.889/0001-22
NIRE 51.300.00938-2

GRUPO AVENIDA S.A.

Termos de Posse do Conselho de Administração

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 2343137 em 19/02/2021 da Empresa GRUPO AVENIDA S.A., CNPJ 09532889000122 e protocolo 210220996 - 18/02/2021. Autenticação: 7F702F1255DAEE91A81571326CB4460AD7C7F4A. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 21/022.099-6 e o código de segurança mKIF Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 19/02/2021 por Julio Frederico Muller Neto – Secretário-Geral.

JULIO FREDERICO MULLER NETO
SECRETÁRIO GERAL

TERMO DE POSSE

Eu, **RODRIGO DE QUEIRÓS CABRERA NASSER**, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, administrador de empresas, com endereço comercial na Alameda Santos, 122, Sala 202, Cerqueira Cesar, CEP 01418-000, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, portador da Cédula de Identidade n.º 33.041.411-2 SSP/SP, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia sob o n.º 310.287.378-23, tendo sido eleito nesta data para o cargo de Membro Independente do Conselho de Administração do **GRUPO AVENIDA S.A.**, sociedade por ações, com sede na cidade de Cuiabá, no Estado do Mato Grosso, na Rua H, n° 186, Quadra 27, Lote 05, Sala 01, Bairro Baú, CEP 78008-195, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 09.532.889/0001-22 ("Companhia"), com mandato de 2 (dois) anos a partir da presente data, declaro aceitar minha eleição e assumir o compromisso de cumprir fielmente todos os deveres inerentes ao meu cargo, de acordo com a lei e o Estatuto Social da Companhia, e declaro atender às disposições do Artigo 147 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, pelo que firmo este Termo de Posse.

Declaro, outrossim, não estar incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que me impeçam de exercer a atividade empresária, estando ciente do disposto no Artigo 147 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976.

Para os fins do Artigo 149, Parágrafo 2º, da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, declaro que receberei eventuais citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de minha gestão no endereço acima indicado, sendo que eventual alteração será comunicada por escrito à Companhia.

Por fim, nos termos do Regulamento do Novo Mercado, declaro estar sujeito à cláusula compromissória prevista no Regulamento do Novo Mercado e transcrita no Estatuto Social da Companhia.

Cuiabá, 12 de fevereiro de 2021.

_____

RODRIGO DE QUEIRÓS CABRERA NASSER

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 2343137 em 19/02/2021 da Empresa GRUPO AVENIDA S.A., CNPJ 09532889000122 e protocolo 210220996 - 18/02/2021. Autenticação: 7F702F1255DAEE91A81571326CB4460AD7C7F4A. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 21/022.099-6 e o código de segurança mKIF Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 19/02/2021 por Julio Frederico Muller Neto – Secretário-Geral.
JULIO FREDERICO MULLER NETO
SECRETÁRIO GERAL

Anexo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
21/022.099-6	MTE2100025337	17/02/2021

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
310.287.378-23	RODRIGO DE QUEIROS CABRERA NASSER

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 2343137 em 19/02/2021 da Empresa GRUPO AVENIDA S.A., CNPJ 09532889000122 e protocolo 210220996 - 18/02/2021. Autenticação: 7F702F1255DAEE91A81571326CB4460AD7C7F4A. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 21/022.099-6 e o código de segurança mKIF Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 19/02/2021 por Julio Frederico Muller Neto – Secretário-Geral.
JULIO FREDERICO MULLER NETO
SECRETÁRIO GERAL

TERMO DE POSSE

Eu, **MARCELO JOSÉ FERREIRA E SILVA**, brasileiro, casado em regime de comunhão total de bens, administrador de empresas, com endereço na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua São Domingos Sávio, 137, apartamento 11, Edifício WS, Bairro Alto de Pinheiros, CEP 05455-040, portador do RG n.º 823.966 - SSP/PE, inscrito no CPF/ME sob o nº 018.752.214-68, tendo sido eleito nesta data para o cargo de Membro Independente do Conselho de Administração do **GRUPO AVENIDA S.A.**, sociedade por ações, com sede na cidade de Cuiabá, no Estado do Mato Grosso, na Rua H, n° 186, Quadra 27, Lote 05, Sala 01, Bairro Baú, CEP 78008-195, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 09.532.889/0001-22 ("Companhia"), com mandato de 2 (dois) anos a partir da presente data, declaro aceitar minha eleição e assumir o compromisso de cumprir fielmente todos os deveres inerentes ao meu cargo, de acordo com a lei e o Estatuto Social da Companhia, e declaro atender às disposições do Artigo 147 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, pelo que firmo este Termo de Posse.

Declaro, outrossim, não estar incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que me impeçam de exercer a atividade empresária, estando ciente do disposto no Artigo 147 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976.

Para os fins do Artigo 149, Parágrafo 2º, da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, declaro que receberei eventuais citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de minha gestão no endereço acima indicado, sendo que eventual alteração será comunicada por escrito à Companhia.

Por fim, nos termos do Regulamento do Novo Mercado, declaro estar sujeito à cláusula compromissória prevista no Regulamento do Novo Mercado e transcrita no Estatuto Social da Companhia.

Cuiabá, 12 de fevereiro de 2021.

_____

MARCELO JOSÉ FERREIRA E SILVA

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 2343137 em 19/02/2021 da Empresa GRUPO AVENIDA S.A., CNPJ 09532889000122 e protocolo 210220996 - 18/02/2021. Autenticação: 7F702F1255DAEE91A81571326CB4460AD7C7F4A. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 21/022.099-6 e o código de segurança mKIF Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 19/02/2021 por Julio Frederico Muller Neto – Secretário-Geral.

JULIO FREDERICO MULLER NETO
SECRETÁRIO GERAL

Anexo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
21/022.099-6	MTE2100025337	17/02/2021

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
018.752.214-68	MARCELO JOSE FERREIRA E SILVA

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso

TERMO DE POSSE

Eu, **CHRISTIAN CASELI**, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, casado em regime de comunhão parcial de bens, administrador de empresas, com endereço comercial na cidade de Cuiabá, no Estado do Mato Grosso, na Rua H, n° 186, Quadra 27, Lote 05, Sala 01, Bairro Baú, CEP 78008-195, portador RG n.º 908.291 SSP/ES, inscrito no CPF/ME sob o n.º 024.608.207-04, tendo sido eleito nesta data para o cargo de Presidente do Conselho de Administração do **GRUPO AVENIDA S.A.**, sociedade por ações, com sede na cidade de Cuiabá, no Estado do Mato Grosso, na Rua H, n° 186, Quadra 27, Lote 05, Sala 01, Bairro Baú, CEP 78008-195, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 09.532.889/0001-22 ("Companhia"), com mandato de 2 (dois) anos a partir da presente data, declaro aceitar minha eleição e assumir o compromisso de cumprir fielmente todos os deveres inerentes ao meu cargo, de acordo com a lei e o Estatuto Social da Companhia, e declaro atender às disposições do Artigo 147 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, pelo que firmo este Termo de Posse.

Declaro, outrossim, não estar incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que me impeçam de exercer a atividade empresária, estando ciente do disposto no Artigo 147 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976.

Para os fins do Artigo 149, Parágrafo 2º, da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, declaro que receberei eventuais citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de minha gestão no endereço acima indicado, sendo que eventual alteração será comunicada por escrito à Companhia.

Por fim, nos termos do Regulamento do Novo Mercado, declaro estar sujeito à cláusula compromissória prevista no Regulamento do Novo Mercado e transcrita no Estatuto Social da Companhia.

Cuiabá, 12 de fevereiro de 2021.

_____

CHRISTIAN CASELI

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 2343137 em 19/02/2021 da Empresa GRUPO AVENIDA S.A., CNPJ 09532889000122 e protocolo 210220996 - 18/02/2021. Autenticação: 7F702F1255DAEE91A81571326CB4460AD7C7F4A. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 21/022.099-6 e o código de segurança mKIF Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 19/02/2021 por Julio Frederico Muller Neto – Secretário-Geral.
JULIO FREDERICO MULLER NETO
SECRETÁRIO GERAL

Anexo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
21/022.099-6	MTE2100025337	17/02/2021

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
024.608.207-04	CHRISTIAN CASELI

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 2343137 em 19/02/2021 da Empresa GRUPO AVENIDA S.A., CNPJ 09532889000122 e protocolo 210220996 - 18/02/2021. Autenticação: 7F702F1255DAEE91A81571326CB4460AD7C7F4A. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 21/022.099-6 e o código de segurança mKIF Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 19/02/2021 por Julio Frederico Muller Neto – Secretário-Geral.

TERMO DE POSSE

Eu, **GIOVANNA CASELI FREITAS GONÇALVES**, brasileira, casada em regime de separação total de bens, advogada, com endereço comercial na cidade de Cuiabá, no Estado do Mato Grosso, na Rua H, nº 186, Quadra 27, Lote 05, Sala 01, Bairro Baú, CEP 78008-195, portadora do RG n.º 124.9802 SSP/ES, inscrita no CPF/ME sob o n.º 053.013.317-28, tendo sido eleita nesta data para o cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração do **GRUPO AVENIDA S.A.**, sociedade por ações, com sede na cidade de Cuiabá, no Estado do Mato Grosso, na Rua H, nº 186, Quadra 27, Lote 05, Sala 01, Bairro Baú, CEP 78008-195, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 09.532.889/0001-22 ("Companhia"), com mandato de 2 (dois) anos a partir da presente data, declaro aceitar minha eleição e assumir o compromisso de cumprir fielmente todos os deveres inerentes ao meu cargo, de acordo com a lei e o Estatuto Social da Companhia, e declaro atender às disposições do Artigo 147 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, pelo que firmo este Termo de Posse.

Declaro, outrossim, não estar incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que me impeçam de exercer a atividade empresária, estando ciente do disposto no Artigo 147 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976.

Para os fins do Artigo 149, Parágrafo 2º, da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, declaro que receberei eventuais citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de minha gestão no endereço acima indicado, sendo que eventual alteração será comunicada por escrito à Companhia.

Por fim, nos termos do Regulamento do Novo Mercado, declaro estar sujeita à cláusula compromissória prevista no Regulamento do Novo Mercado e transcrita no Estatuto Social da Companhia.

Cuiabá, 12 de fevereiro de 2021.

_____

GIOVANNA CASELI FREITAS GONÇALVES

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 2343137 em 19/02/2021 da Empresa GRUPO AVENIDA S.A., CNPJ 09532889000122 e protocolo 210220996 - 18/02/2021. Autenticação: 7F702F1255DAEE91A81571326CB4460AD7C7F4A. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 21/022.099-6 e o código de segurança mKIF Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 19/02/2021 por Julio Frederico Muller Neto – Secretário-Geral.
JULIO FREDERICO MULLER NETO
SECRETÁRIO GERAL

Anexo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
21/022.099-6	MTE2100025337	17/02/2021

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
053.013.317-28	GIOVANNA CASELI FREITAS GONCALVES

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 2343137 em 19/02/2021 da Empresa GRUPO AVENIDA S.A., CNPJ 09532889000122 e protocolo 210220996 - 18/02/2021. Autenticação: 7F702F1255DAEE91A81571326CB4460AD7C7F4A. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 21/022.099-6 e o código de segurança mKIF Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 19/02/2021 por Julio Frederico Muller Neto – Secretário-Geral.

TERMO DE POSSE

Eu, **CRISTIANO GIOIA LAURETTI**, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, engenheiro, com endereço comercial na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, na Rua Minas de Prata, n° 30, 2º andar, Bairro Vila Olímpia, CEP 04552-080, portador do RG n.º 22.289.158-0 - SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o n.º 259.028958-80, tendo sido eleito nesta data para o cargo de Membro do Conselho de Administração do **GRUPO AVENIDA S.A.**, sociedade por ações, com sede na cidade de Cuiabá, no Estado do Mato Grosso, na Rua H, n° 186, Quadra 27, Lote 05, Sala 01, Bairro Baú, CEP 78008-195, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 09.532.889/0001-22 ("Companhia"), com mandato de 2 (dois) anos a partir da presente data, declaro aceitar minha eleição e assumir o compromisso de cumprir fielmente todos os deveres inerentes ao meu cargo, de acordo com a lei e o Estatuto Social da Companhia, e declaro atender às disposições do Artigo 147 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, pelo que firmo este Termo de Posse.

Declaro, outrossim, não estar incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que me impeçam de exercer a atividade empresária, estando ciente do disposto no Artigo 147 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976.

Para os fins do Artigo 149, Parágrafo 2º, da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, declaro que receberei eventuais citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de minha gestão no endereço acima indicado, sendo que eventual alteração será comunicada por escrito à Companhia.

Por fim, nos termos do Regulamento do Novo Mercado, declaro estar sujeito à cláusula compromissória prevista no Regulamento do Novo Mercado e transcrita no Estatuto Social da Companhia.

Cuiabá, 12 de fevereiro de 2021.

_____

CRISTIANO GIOIA LAURETTI

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 2343137 em 19/02/2021 da Empresa GRUPO AVENIDA S.A., CNPJ 09532889000122 e protocolo 210220996 - 18/02/2021. Autenticação: 7F702F1255DAEE91A81571326CB4460AD7C7F4A. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 21/022.099-6 e o código de segurança mKIF Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 19/02/2021 por Julio Frederico Muller Neto – Secretário-Geral.
JULIO FREDERICO MULLER NETO
SECRETÁRIO GERAL

Anexo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
21/022.099-6	MTE2100025337	17/02/2021

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
259.028.958-80	CRISTIANO GIOIA LAURETTI

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso

TERMO DE POSSE

Eu, **DIEGO MONTEZANO DOS SANTOS**, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, com endereço comercial na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, na Rua Minas de Prata, nº 30, 2º andar, Bairro Vila Olímpia, CEP 04552-080, portador do RG n.º 33.350.419-7 - SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o n.º 327.273.628-03, tendo sido eleito nesta data para o cargo de Membro do Conselho de Administração do **GRUPO AVENIDA S.A.**, sociedade por ações, com sede na cidade de Cuiabá, no Estado do Mato Grosso, na Rua H, nº 186, Quadra 27, Lote 05, Sala 01, Bairro Baú, CEP 78008-195, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 09.532.889/0001-22 ("Companhia"), com mandato de 2 (dois) anos a partir da presente data, declaro aceitar minha eleição e assumir o compromisso de cumprir fielmente todos os deveres inerentes ao meu cargo, de acordo com a lei e o Estatuto Social da Companhia, e declaro atender às disposições do Artigo 147 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, pelo que firmo este Termo de Posse.

Declaro, outrossim, não estar incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que me impeçam de exercer a atividade empresária, estando ciente do disposto no Artigo 147 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976.

Para os fins do Artigo 149, Parágrafo 2º, da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, declaro que receberei eventuais citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de minha gestão no endereço acima indicado, sendo que eventual alteração será comunicada por escrito à Companhia.

Por fim, nos termos do Regulamento do Novo Mercado, declaro estar sujeito à cláusula compromissória prevista no Regulamento do Novo Mercado e transcrita no Estatuto Social da Companhia.

Cuiabá, 12 de fevereiro de 2021.

_____

DIEGO MONTEZANO DOS SANTOS

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 2343137 em 19/02/2021 da Empresa GRUPO AVENIDA S.A., CNPJ 09532889000122 e protocolo 210220996 - 18/02/2021. Autenticação: 7F702F1255DAEE91A81571326CB4460AD7C7F4A. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 21/022.099-6 e o código de segurança mKIF Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 19/02/2021 por Julio Frederico Muller Neto – Secretário-Geral.
JULIO FREDERICO MULLER NETO
SECRETÁRIO GERAL

Anexo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
21/022.099-6	MTE2100025337	17/02/2021

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
327.273.628-03	DIEGO MONTEZANO DOS SANTOS

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 2343137 em 19/02/2021 da Empresa GRUPO AVENIDA S.A., CNPJ 09532889000122 e protocolo 210220996 - 18/02/2021. Autenticação: 7F702F1255DAEE91A81571326CB4460AD7C7F4A. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 21/022.099-6 e o código de segurança mKIF Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 19/02/2021 por Julio Frederico Muller Neto – Secretário-Geral.
JULIO FREDERICO MULLER NETO
SECRETÁRIO GERAL

ANEXO III À ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
DO GRUPO AVENIDA S.A., REALIZADA EM 12 DE FEVEREIRO DE 2021

CNPJ/ME 09.532.889/0001-22
NIRE 51.300.00938-2

GRUPO AVENIDA S.A.

Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações (SOP)

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 2343137 em 19/02/2021 da Empresa GRUPO AVENIDA S.A., CNPJ 09532889000122 e protocolo 210220996 - 18/02/2021. Autenticação: 7F702F1255DAEE91A81571326CB4460AD7C7F4A. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 21/022.099-6 e o código de segurança mKIF Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 19/02/2021 por Julio Frederico Muller Neto – Secretário-Geral.
JULIO FREDERICO MULLER NETO
SECRETÁRIO GERAL

GRUPO AVENIDA S.A.
CNPJ/ME nº 09.532.889/0001-22
NIRE nº 51.300.00938-2

PLANO DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES DA COMPANHIA

O presente Plano de Opção de Compra de Ações do Grupo Avenida S.A. ("**Plano**" e "**Companhia**", respectivamente), estabelece os termos e condições de outorga de opções de compra de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal de emissão da Companhia ("**Ações**" e "**Opções**", respectivamente), nos termos do Parágrafo 3º do Artigo 168 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**"), e do Estatuto Social vigente da Companhia.

1. Objetivos e Vigência do Plano

1.1. **Objetivo**. Este Plano tem como objetivo: (a) reforçar a capacidade da Companhia de atrair e reter talentos; (b) alinhar os interesses de certos Colaboradores (conforme definidos na Cláusula 2.1 abaixo) com o sucesso das atividades da Companhia e suas controladas e o retorno aos seus acionistas; (c) compartilhar riscos a ganhos de suas atividades com certos Colaboradores; e (d) conceder incentivos de longo prazo para certos Colaboradores, visando a estratégia de continuidade dos negócios da Companhia e suas controladas. A Companhia entende que este Plano, da forma como foi estudado e estruturado, é adequado para que a Companhia possa atingir os objetivos acima.

1.2. **Validade e Vigência**. A validade deste Plano, dos Programas (conforme definido na Cláusula 4.1 abaixo) e das Opções outorgadas aos Beneficiários estão condicionadas à: (i) obtenção, pela Companhia, do registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**"); (ii) aprovação pelos acionistas ou pelo Conselho de Administração da Companhia da realização de uma oferta pública inicial de ações ("**IPO**"); e (iii) início das negociações das ações da Companhia na B3 S.A. – Brasil. Bolsa. Balcão ("**B3**"), sendo certo que todas as condições acima deverão ser cumpridas em até 12 (doze) meses a contar da aprovação

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 2343137 em 19/02/2021 da Empresa GRUPO AVENIDA S.A., CNPJ 09532889000122 e protocolo 210220996 - 18/02/2021. Autenticação: 7F702F1255DAEE91A81571326CB4460AD7C7F4A. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 21/022.099-6 e o código de segurança mKIF Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 19/02/2021 por Julio Frederico Muller Neto – Secretário-Geral.
JULIO FREDERICO MULLER NETO
SECRETÁRIO GERAL

deste Plano pela assembleia geral da Companhia. Na hipótese das condições não serem cumpridas cumulativamente no prazo previsto nesta Cláusula 1.2, as Opções outorgadas serão automaticamente canceladas de pleno direito, sem a possibilidade de seu exercício por nenhum Beneficiário e sem necessidade de qualquer notificação ou rescisão formal dos Contratos de Opção, Programas ou deste Plano, sendo certo que não será devida nenhuma reparação ou indenização pela Companhia, seus administradores ou acionistas em decorrência de tal fato.

2. Beneficiários Elegíveis

2.1. **Beneficiários**. Poderão ser eleitos como beneficiários de outorgas de Opção de compra de Ações da Companhia, nos termos deste Plano, os administradores (incluindo diretores e membros do Conselho de Administração), colaboradores e/ou pessoas naturais que prestem serviços: (i) à Companhia; (ii) a outras sociedades que sejam controladas, direta ou indiretamente, pela Companhia; e/ou (iii) às demais sociedades do grupo econômico da Companhia (em conjunto, os "**Colaboradores**" e, individualmente, o/a "**Colaborador/a**"), conforme definido pelo Conselho de Administração da Companhia em cada Programa. Os Colaboradores que receberem uma oferta de Opção de compra de Ações e celebrarem um Contrato de Opção (conforme definido na Cláusula 4.3) nos termos de cada Programa deste Plano serão referidos como "**Beneficiários**" e/ou "**Beneficiário**".

3. Administração deste Plano

3.1. **Administração**. Obedecidas as condições gerais deste Plano, do Estatuto Social vigente da Companhia, da legislação em geral e das diretrizes fixadas pela Assembleia Geral de sua aprovação, o Plano e os respectivos Programas serão geridos pelo Conselho de Administração da Companhia ("**Conselho de Administração**").

3.2. O Conselho de Administração terá amplos poderes para administrar e tomar todas as medidas necessárias e adequadas para a administração deste Plano, incluindo:

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 2343137 em 19/02/2021 da Empresa GRUPO AVENIDA S.A., CNPJ 09532889000122 e protocolo 210220996 - 18/02/2021. Autenticação: 7F702F1255DAEE91A81571326CB4460AD7C7F4A. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 21/022.099-6 e o código de segurança mKIF Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 19/02/2021 por Julio Frederico Muller Neto – Secretário-Geral.
JULIO FREDERICO MULLER NETO
SECRETÁRIO GERAL

(a) criação, modificação e administração dos Programas, dentro do limite de Opções disponíveis previsto na Cláusula 5.1 abaixo e observadas as demais disposições deste Plano;

(b) criação e aplicação de normas gerais relativas à outorga de Opções nos termos de cada Programa e deste Plano e a solução de dúvidas de interpretação de cada Programa e deste Plano;

(c) estabelecimento de critérios objetivos para eleição dos Beneficiários de cada Programa no âmbito deste Plano e a autorização para outorga de Opções, determinando todas as condições das Opções outorgadas individualmente, bem como a modificação de tais condições quando necessário para adequar as Opções aos termos da legislação vigente; e, ainda,

(d) emissão de novas Ações, dentro do limite de seu capital autorizado, para satisfazer o exercício de Opções outorgadas nos termos de cada Programa deste Plano, independente de existirem ou não ações da Companhia em tesouraria que poderiam satisfazer tal exercício.

3.3. As deliberações sobre todas as matérias relacionadas a cada Programa e a este Plano tomadas pelo Conselho de Administração possuem força vinculante para a Companhia; sendo certo que, nos exatos termos das referidas deliberações tomadas pelo Conselho de Administração e observadas as disposições do Estatuto Social da Companhia, a Companhia e os Beneficiários celebrarão os instrumentos contratuais necessários para efetivar as outorgas das Opções e seus respectivos exercícios pelos correspondentes Beneficiários de cada Programa deste Plano.

4. Outorga de Ações

4.1. **Programas**. O Conselho de Administração poderá aprovar, periodicamente, Programas de Opção de Compra de Ações ("**Programas**"), nos quais serão definidos, sem prejuízo de outras condições eventualmente determinadas pelo Conselho de Administração: (i) os Beneficiários ou grupo de Colaboradores ao qual o Programa será destinado; (ii) o número total de Ações vinculadas às Opções objeto da outorga e, eventualmente, a divisão em lotes; (iii) o Preço de

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 2343137 em 19/02/2021 da Empresa GRUPO AVENIDA S.A., CNPJ 09532889000122 e protocolo 210220996 - 18/02/2021. Autenticação: 7F702F1255DAEE91A81571326CB4460AD7C7F4A. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 21/022.099-6 e o código de segurança mKIF Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 19/02/2021 por Julio Frederico Muller Neto – Secretário-Geral.
JULIO FREDERICO MULLER NETO
SECRETÁRIO GERAL

Exercício, observado o disposto na Cláusula 4.2 abaixo; (iv) eventuais prazos de carência durante o qual as Opções não poderão ser exercidas; e (v) eventuais critérios objetivos para a indicação de Beneficiários e a determinação do número de Opções outorgadas.

4.1.1. A criação e modificação dos Programas pelo Conselho de Administração não prescindirá aplicação de qualquer regra de isonomia, anterioridade ou analogia entre os Programas, independentemente de seus termos, características e destinatários.

4.1.2. O Conselho de Administração, sempre respeitando o Período Máximo de Exercício previsto na Cláusula 6.2, poderá agregar novos Beneficiários aos Programas já aprovados e vigentes, outorgando novas Opções, determinando o número de Ações que cada Beneficiário terá direito de adquirir, e ajustando o Preço de Exercício aplicável a estas Opções, se for o caso.

4.1.3. Cada Opção dará ao seu titular o direito de adquirir/subscrever uma Ação.

4.2. **Preço de Exercício**. O preço de exercício das Opções ("**Preço de Exercício**") será definido pelo Conselho de Administração em cada Programa e não poderá ser inferior a 90% (noventa por cento) do preço por ação definido no início da negociação das ações da Companhia na B3, conforme definido no IPO da Companhia.

4.2.1. O Preço de Exercício será ajustado a menor no mesmo montante: (a) dos dividendos ou juros sobre o capital próprio por ação que venham a ser pagos pela Companhia a partir da data do início da negociação das ações da Companhia na B3 e até a data de exercício das respectivas Opções; e (b) pago por ação a título de redução de capital sempre que tal redução não ocorrer por meio do cancelamento de ações.

4.2.2. O pagamento do Preço de Exercício de cada Opção deverá ser feito pelo Beneficiário em moeda corrente nacional ou de outra forma prevista em cada Programa e no respectivo Contrato de Opção (conforme definido na Cláusula 4.3 abaixo).

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 2343137 em 19/02/2021 da Empresa GRUPO AVENIDA S.A., CNPJ 09532889000122 e protocolo 210220996 - 18/02/2021. Autenticação: 7F702F1255DAEE91A81571326CB4460AD7C7F4A. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 21/022.099-6 e o código de segurança mKIF Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 19/02/2021 por Julio Frederico Muller Neto – Secretário-Geral.
JULIO FREDERICO MULLER NETO
SECRETÁRIO GERAL

4.2.3. As Opções poderão ser adquiridas e/ou exercidas, em uma ou mais vezes, conforme for determinado pelo Conselho de Administração em cada Programa e Contrato de Opção.

4.3. **Forma**. A outorga de Opções nos termos deste Plano será realizada nos termos previstos em cada Programa por meio da celebração de um Contrato de Opção entre a Companhia e cada Beneficiário (conforme modelo que constará como anexo de cada Programa), os quais deverão especificar, sem prejuízo de outras condições eventualmente determinadas pelo Conselho de Administração: (a) a quantidade de Opções objeto da outorga; (b) as condições para aquisição do direito ao exercício das Opções; (c) o prazo final para exercício das Opções; e, ainda, (d) as condições de pagamento do Preço de Exercício ("**Contratos de Opção**").

4.3.1. Os Contratos de Opção serão individualmente elaborados para cada Beneficiário nos termos de cada Programa, observado o disposto na Cláusula 4.3, podendo o Conselho de Administração estabelecer termos e condições diferenciados para cada Contrato de Opção, sem necessidade de aplicação de qualquer regra de isonomia, anterioridade ou analogia entre os Beneficiários, mesmo que se encontrem em situações similares ou idênticas.

4.4. **Desvinculação da Remuneração**. As concessões das Opções outorgadas nos termos de cada Programa deste Plano, bem como seus exercícios pelos Beneficiários, não terão qualquer relação, nem tampouco estarão vinculadas à remuneração, salário, bônus, dividendos e/ou qualquer outro tipo de compensação e/ou participação nos lucros/resultados da Companhia.

4.5. **Extinção**. Sem prejuízo de qualquer disposição em contrário prevista em cada Programa, neste Plano e/ou no Contrato de Opção, as Opções outorgadas nos termos de cada Programa deste Plano e que estejam válidas, extinguir-se-ão automaticamente, cessando todos os seus efeitos de pleno direito, nos seguintes casos:

(a) mediante exercício integral dentro do Período Máximo de Exercício;

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 2343137 em 19/02/2021 da Empresa GRUPO AVENIDA S.A., CNPJ 09532889000122 e protocolo 210220996 - 18/02/2021. Autenticação: 7F702F1255DAEE91A81571326CB4460AD7C7F4A. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 21/022.099-6 e o código de segurança mKIF Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 19/02/2021 por Julio Frederico Muller Neto – Secretário-Geral.
JULIO FREDERICO MULLER NETO
SECRETÁRIO GERAL

(b) após decurso dos prazos de exercício das Opções, sem que o Beneficiário tenha exercido tais Opções;

(c) na hipótese de não verificação das condições precedentes previstas na Cláusula 1.2 deste Plano;

(d) mediante distrato do respectivo Contrato de Opção por suas partes e/ou de acordo com seus respectivos termos;

(e) nas hipóteses de desligamento do Beneficiário previstas neste Plano, nos Programas e/ou no Contrato de Opção;

(f) caso a Companhia seja dissolvida, liquidada, tiver sua falência decretada e/ou, ainda, pedido de recuperação (judicial e/ou extrajudicial) solenemente formulado; e/ou

(g) por qualquer outra hipótese especificamente prevista em cada Programa e no respectivo Contrato de Opção de cada Beneficiário, caso aplicável.

5. Limite para Outorga e Ações Sujeitas a este Plano

5.1. **Limite de Ações**. As Opções outorgadas nos termos deste Plano poderão conferir direitos de aquisição de até 1.238.125 (um milhão, duzentas e trinta e oito mil, cento e vinte e cinco) Ações, correspondente a 5% (cinco por cento) do capital social total da Companhia, em bases totalmente diluídas existentes na data de aprovação deste Plano em Assembleia Geral da Companhia.

5.2. Com o propósito de satisfazer o exercício de Opções outorgadas nos termos de cada Programa deste Plano, a Companhia poderá, conforme decidido pelo Conselho de Administração: (a) emitir novas Ações dentro do limite do capital social autorizado; e/ou, ainda, (b) alienar Ações então mantidas em tesouraria.

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 2343137 em 19/02/2021 da Empresa GRUPO AVENIDA S.A., CNPJ 09532889000122 e protocolo 210220996 - 18/02/2021. Autenticação: 7F702F1255DAEE91A81571326CB4460AD7C7F4A. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 21/022.099-6 e o código de segurança mKIF Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 19/02/2021 por Julio Frederico Muller Neto – Secretário-Geral.
JULIO FREDERICO MULLER NETO
SECRETÁRIO GERAL

5.3. **Direito de Preferência**. Os acionistas não terão direito de preferência na criação dos Programas, outorga ou no exercício de Opções de acordo com este Plano, conforme previsto no Parágrafo 3º do artigo 171 da Lei das Sociedades por Ações.

5.4. **Direitos**. As Ações efetivamente adquiridas em razão do exercício de Opções nos termos de cada Programa deste Plano manterão todos os direitos pertinentes a sua espécie, de acordo com a legislação aplicável e o Estatuto Social vigente da Companhia.

6. Exercício das Opções

6.1. **Exercício**. As Opções poderão ser exercidas, total ou parcialmente, entre os dias 1º (primeiro) e 31 (trinta e um) do mês de março e/ou entre 1º (primeiro) e 31 (trinta e um) do mês de outubro de cada ano, observados os respectivos Períodos de *Vesting* previstos na Cláusula 6.2.1 abaixo e o Período Máximo de Exercício previsto na Cláusula 6.2 abaixo ("**Períodos de Exercício**"). Caso o último dia dos Períodos de Exercício não seja um Dia Útil, o Beneficiário poderá exercer a(s) Opção(ões) no primeiro Dia Útil imediatamente subsequente.

6.1.1. Para fins deste Plano, entende-se por "**Dia Útil**" qualquer dia que não um sábado, domingo ou um dia em que os bancos comerciais estejam obrigados ou autorizados por lei a permanecerem fechados na Cidade de Cuiabá, Estado do Mato Grosso, Brasil.

6.2. **Período de Exercício**. As Opções outorgadas a cada um dos Beneficiários no âmbito dos Programas tornar-se-ão disponíveis e poderão ser exercidas, total ou parcialmente, até o 5º (quinto) aniversário da realização do IPO ("**Período Máximo de Exercício**"), em função do tempo de permanência do Beneficiário na Companhia, a contar da data de realização do IPO ou de celebração do respectivo Contrato de Opção, o que ocorrer por último ("**Termo Inicial**"). A efetiva data em que o Beneficiário exercer suas Opções necessariamente deverá ser dentro do Período Máximo de Exercício.

6.2.1. **Período de *Vesting***. As Opções outorgadas ficarão disponíveis para exercício (*vesting*), de forma agregada, mediante simples transcurso de tempo e, salvo estipulação em

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 2343137 em 19/02/2021 da Empresa GRUPO AVENIDA S.A., CNPJ 09532889000122 e protocolo 210220996 - 18/02/2021. Autenticação: 7F702F1255DAEE91A81571326CB4460AD7C7F4A. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 21/022.099-6 e o código de segurança mKIF Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 19/02/2021 por Julio Frederico Muller Neto – Secretário-Geral.
JULIO FREDERICO MULLER NETO
SECRETÁRIO GERAL

sentido diverso contida em cada Programa e Contrato de Opção, os Beneficiários adquirirão tal direito ao longo do período de 5 (cinco) anos após o Termo Inicial, conforme segue ("**Período de *Vesting***"):

(i) 25% (vinte e cinco por cento) das Opções tornar-se-ão disponíveis e poderão ser exercidas dentro dos Períodos de Exercício, após 1 (um) ano decorrido do Termo Inicial, respeitado o Período Máximo de Exercício;

(ii) mais 25% (vinte e cinco por cento) das Opções tornar-se-ão disponíveis e, no agregado, até 50% (cinquenta por cento) das Opções poderão ser exercidas dentro dos Períodos de Exercício, após 2 (dois) anos decorridos do Termo Inicial, respeitado o Período Máximo de Exercício;

(iii) mais 25% (vinte e cinco por cento) das Opções tornar-se-ão disponíveis e, no agregado, até 75% (setenta e cinco por cento) das Opções poderão ser exercidas dentro dos Períodos Exercício, após 3 (três) anos decorridos do Termo Inicial, respeitado o Período Máximo de Exercício; e

(iv) mais 25% (vinte e cinco por cento) das Opções tornar-se-ão disponíveis e, no agregado, até 100% (cem por cento) das Opções poderão ser exercidas dentro dos Períodos de Exercício, após 4 (quatro) anos decorridos do Termo Inicial, respeitado o Período Máximo de Exercício.

6.2.1.1. O Período de *Vesting* poderá ser acelerado nas hipóteses expressamente previstas em cada Programa e neste Plano.

6.2.2. Findo o Período Máximo de Exercício, todas as Opções que não tiverem sido validamente exercidas pelo Beneficiário serão automaticamente extintas, sem qualquer direito de indenização para os Beneficiários.

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 2343137 em 19/02/2021 da Empresa GRUPO AVENIDA S.A., CNPJ 09532889000122 e protocolo 210220996 - 18/02/2021. Autenticação: 7F702F1255DAEE91A81571326CB4460AD7C7F4A. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 21/022.099-6 e o código de segurança mKIF Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 19/02/2021 por Julio Frederico Muller Neto – Secretário-Geral.
JULIO FREDERICO MULLER NETO
SECRETÁRIO GERAL

6.2.3. Caso o último dia do Período Máximo de Exercício não seja um Dia Útil, o Beneficiário poderá exercer a(s) Opção(ões) até o primeiro Dia Útil imediatamente subsequente.

6.3. **Notificação de Exercício**. O Beneficiário que desejar exercer suas Opções deverá comunicar a Companhia, por escrito, dentro de um Período de Exercício, indicando a quantidade de Opções que deseja exercer e a forma de integralização (que poderá ser em moeda corrente nacional e/ou de outra forma autorizada pelo Conselho de Administração, conforme previsto em cada Programa e nos respectivos Contratos de Opção), nos termos do modelo de comunicação que deverá ser anexado ao respectivo Contrato de Opção ("**Notificação de Exercício**").

6.3.1. A Companhia informará ao Beneficiário, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis a contar da data do recebimento da Notificação do Exercício, se as Ações a serem entregues ao Beneficiário serão as mantidas em tesouraria ou se serão novas Ações a serem emitidas pelo Conselho de Administração, o Preço de Exercício total a ser liquidado, forma, prazo de pagamento e conta corrente a ser creditada, com base na correspondente quantidade de Opções exercidas informada pelo Beneficiário, substancialmente nos termos de minuta de resposta que constará como anexo ao Contrato de Opção, cabendo à administração da Companhia tomar todas as providências necessárias para formalizar a aquisição, pelo Beneficiário, das Ações objeto do exercício em conformidade com o disposto no respectivo Programa e neste Plano, nos termos da Cláusula 3.2 acima.

6.4. **Suspensão**. O Conselho de Administração poderá determinar a suspensão do direito ao exercício das Opções, sempre que verificadas situações que, nos termos da lei e/ou regulamentação em vigor, restrinjam ou impeçam a negociação de Ações por parte dos Beneficiários e/ou prejudique a Companhia.

6.5. **Direitos como Acionista**. Nenhum Beneficiário terá qualquer direito ou privilégio de acionista da Companhia até que suas Ações, oriundas do exercício de Opções, sejam devidamente adquiridas ou integralizadas, nos termos de cada Programa deste Plano e do seu respectivo Contrato de Opção. Ademais, considerando que a Companhia obtenha o registro de companhia aberta perante a CVM e liste suas ações na B3, cada um dos Beneficiários deverá respeitar a

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 2343137 em 19/02/2021 da Empresa GRUPO AVENIDA S.A., CNPJ 09532889000122 e protocolo 210220996 - 18/02/2021. Autenticação: 7F702F1255DAEE91A81571326CB4460AD7C7F4A. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 21/022.099-6 e o código de segurança mKIF Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 19/02/2021 por Julio Frederico Muller Neto – Secretário-Geral.
JULIO FREDERICO MULLER NETO
SECRETÁRIO GERAL

legislação aplicável e as respectivas regulamentações da B3 e da CVM, incluindo, sem limitação, com relação à eventual vedação a negociação de ações para venda no mercado (*lock-up*).

6.6. **Entrega de Ações**. Nenhuma Ação será entregue ao Beneficiário em decorrência do exercício de uma Opção a não ser que todas as exigências contratuais, legais, estatutárias e regulamentares tenham sido integralmente cumpridas.

7. Eventos Extraordinários

7.1. **Aquisição de Controle**. Caso ocorra uma aquisição do controle societário da Companhia, os direitos dos Beneficiários no âmbito de cada Programa, deste Plano e do Contrato de Opção deverão ser mantidos, em sua integralidade, pelo novo controlador da Companhia (resguardando-se, desde já, excepcionais aditivos prévio e expressamente avençados entre as partes envolvidas em tal operação de aquisição de controle, mediante anuência por escrito por parte do Beneficiário).

7.2. **Reestruturação Societária com Extinção da Companhia**. Caso a Companhia se sujeite a uma reestruturação societária que resulte em sua extinção, caberá à sociedade sucessora da Companhia, optar por: (i) antecipar os Períodos de *Vesting*, de forma que todas as Opções cujos Períodos de *Vesting* ainda não tenham sido completados serão antecipadas e todas as Opções poderão ser exercidas em até 30 (trinta) dias contados da deliberação que aprovou a referida reestruturação societária, devendo o ônus do pagamento do valor final relacionado a tais Opções ser assumido pela Companhia e/ou por sua sucessora legal, conforme aplicável; ou (ii) instituir um novo plano e programas que mantenham substancialmente as mesmas condições deste Plano e seus Programas, ocasião na qual os Beneficiários serão automaticamente considerados como Beneficiários do novo plano e seus respectivos programas, conforme aplicável.

7.3. **Reestruturação Societária com a Sobrevivência da Companhia**. Nos casos de fusão, cisão, sem extinção da sociedade cindida, incorporação ou transformação envolvendo a Companhia, bem como no caso de incorporação de ações, em que a Companhia seja a sociedade

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 2343137 em 19/02/2021 da Empresa GRUPO AVENIDA S.A., CNPJ 09532889000122 e protocolo 210220996 - 18/02/2021. Autenticação: 7F702F1255DAEE91A81571326CB4460AD7C7F4A. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 21/022.099-6 e o código de segurança mKIF Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 19/02/2021 por Julio Frederico Muller Neto – Secretário-Geral.
JULIO FREDERICO MULLER NETO
SECRETÁRIO GERAL

sobrevivente, não haverá qualquer alteração a este Plano, Programas ou aos respectivos Contratos de Opção.

7.4. **Dissolução/Liquidação**. Caso a Companhia venha a tornar-se sujeita a dissolução/liquidação, os Períodos de *Vesting* serão automaticamente antecipados e os Beneficiários terão 30 (trinta) dias contados da deliberação da dissolução/liquidação para exercerem todas as suas Opções e poderem participar da dissolução/liquidação, sendo certo que, após o término do referido prazo de 30 (trinta) dias e independentemente de prévia comunicação expressa neste específico sentido pela Companhia ao Beneficiário, tal direito estará automaticamente extinto e todas as Opções não exercidas serão automaticamente canceladas.

8. Hipóteses de Desligamento da Companhia e seus Efeitos

8.1. **Desligamento**. Mediante o Desligamento do Beneficiário, em virtude de:

(a) Iniciativa da Companhia, sem Motivo Relevante (conforme definido a seguir): (i) perecem automaticamente todos os direitos do Beneficiário desligado de exercer as Opções concedidas e ainda não exercíveis; (ii) permanecem em vigor os direitos de exercer as Opções já exercíveis, que poderão ser exercidas no prazo de até 12 (doze) meses a contar da data de Desligamento ou até o Período Máximo de Exercício, o que ocorrer primeiro, sendo que tal prazo limite poderá ser postergado a critério do Conselho de Administração, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos;

(b) Iniciativa do próprio Beneficiário, por qualquer razão: (i) perecem automaticamente todos os direitos do Beneficiário desligado de exercer as Opções concedidas e ainda não exercíveis; (ii) permanecem em vigor os direitos de exercer as Opções já exercíveis, que poderão ser exercidas no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de Desligamento ou até o Período Máximo de Exercício, o que ocorrer primeiro, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos;

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 2343137 em 19/02/2021 da Empresa GRUPO AVENIDA S.A., CNPJ 09532889000122 e protocolo 210220996 - 18/02/2021. Autenticação: 7F702F1255DAEE91A81571326CB4460AD7C7F4A. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 21/022.099-6 e o código de segurança mKIF Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 19/02/2021 por Julio Frederico Muller Neto – Secretário-Geral.
JULIO FREDERICO MULLER NETO
SECRETÁRIO GERAL

(c) Iniciativa da Companhia, com Motivo Relevante (conforme definido a seguir), perecem automaticamente todos os direitos do Beneficiário desligado de exercer as Opções concedidas e ainda não exercidas, estejam ou não exercíveis.

8.1.1. O perecimento do direito de exercer as Opções, após o Desligamento, nos termos previstos acima, ocorrerá independente de aviso prévio ou indenização.

8.1.2. Na data do Desligamento do Beneficiário, o Conselho de Administração poderá estabelecer tratamento particular sobre o direito do Beneficiário de exercer as Opções concedidas e ainda não exercíveis e sobre o direito do Beneficiário de alienar ou transferir as Ações restritas à negociação.

8.2. As Opções de Compra, cujo direito de exercício pelo Beneficiário tenha perecido por qualquer razão, retornam ao total disponível de que trata a Cláusula 5.1, e poderão ser novamente outorgadas pela Companhia no âmbito dos Programas.

8.3. Para fins do presente Plano:

"**Desligamento**" significa qualquer ato ou fato que, justificado ou não, ponha fim à relação jurídica do Beneficiário com a Companhia, exceto morte ou invalidez permanente. Desligamento abrange, inclusive, as hipóteses de destituição, substituição ou não reeleição como diretor ou administrador e rescisão de contrato de trabalho ou de prestação de serviços. Para fins de esclarecimento, não será considerada uma hipótese de Desligamento caso um Beneficiário deixe de atuar como diretor, conselheiro ou empregado, mas permaneça ocupando outro cargo que o qualifique como Beneficiário, conforme a Cláusula 2.1. Assim, a título exemplificativo, não serão consideradas como hipóteses de Desligamento: (i) caso um diretor deixe de atuar como membro da diretoria, mas permaneça exercendo o cargo de conselheiro; ou (ii) caso um empregado deixe de atuar como empregado, mas passe a atuar como diretor ou administrador da Companhia.

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 2343137 em 19/02/2021 da Empresa GRUPO AVENIDA S.A., CNPJ 09532889000122 e protocolo 210220996 - 18/02/2021. Autenticação: 7F702F1255DAEE91A81571326CB4460AD7C7F4A. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 21/022.099-6 e o código de segurança mKIF Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 19/02/2021 por Julio Frederico Muller Neto – Secretário-Geral.
JULIO FREDERICO MULLER NETO
SECRETÁRIO GERAL

"**Motivo Relevante**" significa: (i) justa causa, como previsto no Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, conforme alterado (Consolidação das Leis do Trabalho); (ii) desídia do Beneficiário no exercício das atribuições decorrentes do seu mandato de diretor ou administrador; (iii) condenação penal relacionada a crimes dolosos; (iv) a prática, pelo Beneficiário, de atos desonestos ou fraudulentos contra a Companhia ou suas subsidiárias, afiliadas ou coligadas; (v) qualquer ato ou omissão decorrente de dolo ou culpa do Beneficiário e que seja prejudicial aos negócios, imagem, ou situação financeira da Companhia, de seus acionistas, ou de qualquer subsidiária, afiliadas ou coligadas, desde que devidamente comprovado; (vi) violação significativa do instrumento que regule o exercício de mandato de diretor ou administrador estatutário celebrado pelo Beneficiário com a Companhia e/ou com a subsidiária ou de eventuais aditivos a tal contrato; (vii) descumprimento do Estatuto Social da Companhia e/ou de suas subsidiárias e demais disposições societárias aplicáveis ao Beneficiário, como diretor ou administrador; e (viii) descumprimento das obrigações legais, tais como previstas nos artigos 153 a 157 da Lei 6.404/76 e suas posteriores alterações.

8.4. **Falecimento e Invalidez Permanente**. No caso de falecimento, ausência declarada, interdição ou incapacidade permanente do Beneficiário: (i) permanecem em vigor os direitos de exercer as Opções já exercíveis (já vestidas); (ii) antecipam todos os direitos do Beneficiário desligado e/ou sucessores de exercerem as Opções concedidas e ainda não exercíveis (ainda não vestidas) quando de ocorrência de qualquer destas hipóteses.

8.4.1. Também nesta hipótese, o Beneficiário e/ou seus sucessores:

(a) terão até o Período Máximo de Exercício para exercer as Opções de Compra já exercíveis (já vestidas) ou ainda a exercer (não vestidas); e

(b) uma vez exercidas as Opções no prazo acima, os sucessores receberão formalmente as Ações e deverão observar todas as demais disposições deste Plano, Programas e respectivos Contratos de Opção aplicáveis.

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 2343137 em 19/02/2021 da Empresa GRUPO AVENIDA S.A., CNPJ 09532889000122 e protocolo 210220996 - 18/02/2021. Autenticação: 7F702F1255DAEE91A81571326CB4460AD7C7F4A. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 21/022.099-6 e o código de segurança mKIF Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 19/02/2021 por Julio Frederico Muller Neto – Secretário-Geral.
JULIO FREDERICO MULLER NETO
SECRETÁRIO GERAL

8.5. Não obstante o disposto nas Cláusulas 7 e 8, o Conselho de Administração da Companhia poderá, sempre que julgar que os interesses sociais serão melhor atendidos por tal medida, deixar de observar as regras estipuladas nas Cláusulas 7 e 8 e estipular condições específicas adicionais no caso de desligamento de determinados Beneficiários ou ocorrência de quaisquer eventos extraordinários, estabelecendo critérios específicos relacionados à manutenção ou não das Opções, conforme o caso, conferindo tratamento diferenciado a determinado Beneficiário ou situação.

9. Prazo de Vigência deste Plano

9.1. **Vigência**. Este Plano entrará em vigor na data de realização do IPO, conforme definido na Cláusula 1.2 acima e expirará: (i) após decurso do Período Máximo de Exercício; (ii) por decisão da Assembleia Geral da Companhia; ou (iii) pela dissolução ou liquidação da Companhia, o que ocorrer primeiro.

10. Disposições Gerais

10.1. A outorga de Opções nos termos dos Programas deste Plano não impedirá a Companhia de se envolver em operações de reorganização societária, tais como transformação, incorporação, fusão, aquisição, alienação e/ou cisão.

10.2. Caso a quantidade das ações de emissão da Companhia existentes na data da aprovação deste Plano venha a ser alterada como resultado de bonificações, desdobramentos ou grupamentos, caberá ao Conselho de Administração a realização do ajuste correspondente na quantidade de Ações objeto das Opções outorgadas e seu respectivo Preço de Exercício, nos termos de cada Programa, para evitar distorções na aplicação deste Plano.

10.3. Nenhuma disposição dos Programas, deste Plano, dos Contratos de Opção ou Opção outorgada nos termos deste Plano conferirá a qualquer Beneficiário o direito de permanecer como administrador, colaborador, empregado, prestador de serviços e/ou representante da Companhia (e/ou de empresas controladas por esta última, direta ou indiretamente), nem interferirá, de

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 2343137 em 19/02/2021 da Empresa GRUPO AVENIDA S.A., CNPJ 09532889000122 e protocolo 210220996 - 18/02/2021. Autenticação: 7F702F1255DAEE91A81571326CB4460AD7C7F4A. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 21/022.099-6 e o código de segurança mKIF Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 19/02/2021 por Julio Frederico Muller Neto – Secretário-Geral.
JULIO FREDERICO MULLER NETO
SECRETÁRIO GERAL

qualquer modo, no direito unilateral de a Companhia (e/ou de empresas controladas por esta última, direta ou indiretamente), a qualquer tempo e sujeito as condições legais e contratuais, interromper o mandato do administrador ou o contrato de trabalho do Beneficiário ou o relacionamento profissional vigente.

10.4. Cada Beneficiário deverá aderir expressamente aos termos dos respectivos Programas, deste Plano, do Contrato de Opção, das deliberações do Conselho de Administração com relação às Opções e ao Estatuto Social da Companhia, mediante inequívoca declaração escrita a ser corroborada no respectivo Contrato de Opção, sem qualquer ressalva.

10.5. Qualquer Opção concedida de acordo com qualquer Programa fica sujeita a todos os termos e condições estabelecidos neste Plano. No caso de conflito entre este Plano e as disposições dos Programas ou de qualquer Contrato de Opção firmado em decorrência deste Plano, prevalecerão as disposições aqui contidas.

10.6. Qualquer alteração legal significativa no tocante à regulamentação das sociedades por ações, normas ou regulamentos da CVM ou B3 e/ou aos efeitos fiscais de um plano de opções de compra de ações poderão levar a revisão (parcial ou integral) dos Programas, deste Plano e dos Contratos de Opção.

10.7. As Opções outorgadas nos termos de cada Programa deste Plano são pessoais e intransferíveis, não podendo o Beneficiário, em hipótese alguma, ceder, transferir ou de qualquer forma alienar a quaisquer terceiros as Opções, nem os direitos e obrigações a elas inerentes, exceto se previsto de outra forma nos Programas, neste Plano e/ou no respectivo Contrato de Opção. Para esclarecer eventuais dúvidas, fica acordado que não haverá qualquer restrição à cessão, transferência ou alienação das Ações que o Beneficiário venha a ser titular em virtude do exercício de suas Opções, exceto por eventuais restrições legais, regulamentares e/ou contratuais não relacionadas ao presente Plano (incluindo, sem limitação, às restrições à transferência de Ações impostas no âmbito do IPO).

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 2343137 em 19/02/2021 da Empresa GRUPO AVENIDA S.A., CNPJ 09532889000122 e protocolo 210220996 - 18/02/2021. Autenticação: 7F702F1255DAEE91A81571326CB4460AD7C7F4A. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 21/022.099-6 e o código de segurança mKIF Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 19/02/2021 por Julio Frederico Muller Neto – Secretário-Geral.
JULIO FREDERICO MULLER NETO
SECRETÁRIO GERAL

10.8. Os casos omissos serão regulados pelo Conselho de Administração ou pela Assembleia Geral de Acionistas da Companhia, conforme o caso.

****

(*Esta última página refere-se ao Plano de Opção de Compra de Ações da companhia Grupo Avenida S.A.*)

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 2343137 em 19/02/2021 da Empresa GRUPO AVENIDA S.A., CNPJ 09532889000122 e protocolo 210220996 - 18/02/2021. Autenticação: 7F702F1255DAEE91A81571326CB4460AD7C7F4A. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 21/022.099-6 e o código de segurança mKIF Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 19/02/2021 por Julio Frederico Muller Neto – Secretário-Geral.
JULIO FREDERICO MULLER NETO
SECRETÁRIO GERAL

Anexo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
21/022.099-6	MTE2100025337	17/02/2021

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
091.732.548-60	CARLOS ERNANE ABRAHAO
544.287.501-53	RODRIGO CASELI

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa GRUPO AVENIDA S.A., de CNPJ 09.532.889/0001-22 e protocolado sob o número 21/022.099-6 em 18/02/2021, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 2343137, em 19/02/2021. O ato foi deferido eletrônicamente pelo examinador Evanete Ribeiro De Magalhaes Figueiredo.

Certifica o registro, o Secretário-Geral, Julio Frederico Muller Neto. Para sua validação, deverá ser acessado o sitio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (https://portalservicos.jucemat.mt.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
544.287.501-53	RODRIGO CASELI

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
091.732.548-60	CARLOS ERNANE ABRAHAO
544.287.501-53	RODRIGO CASELI

Anexo

Assinante(s)	
CPF	Nome
544.287.501-53	RODRIGO CASELI
091.732.548-60	CARLOS ERNANE ABRAHAO

Anexo

Assinante(s)	
CPF	Nome
310.287.378-23	RODRIGO DE QUEIROS CABRERA NASSER

Anexo

Assinante(s)	
CPF	Nome
018.752.214-68	MARCELO JOSE FERREIRA E SILVA

Anexo

Assinante(s)	
CPF	Nome
024.608.207-04	CHRISTIAN CASELI

A autencidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da jucemat informando o número do protocolo 21/022.099-6.

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Anexo

Assinante(s)	
CPF	Nome
053.013.317-28	GIOVANNA CASELI FREITAS GONCALVES

Anexo

Assinante(s)	
CPF	Nome
259.028.958-80	CRISTIANO GIOIA LAURETTI

Anexo

Assinante(s)	
CPF	Nome
327.273.628-03	DIEGO MONTEZANO DOS SANTOS

Anexo

Assinante(s)	
CPF	Nome
091.732.548-60	CARLOS ERNANE ABRAHAO
544.287.501-53	RODRIGO CASELI

Cuiabá. sexta-feira, 19 de fevereiro de 2021

Documento assinado eletrônicamente por Evanete Ribeiro De Magalhaes Figueiredo, Servidor(a) Público(a), em 19/02/2021, às 14:46 conforme horário oficial de Brasília.

A autencidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da jucemat informando o número do protocolo 21/022.099-6.

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 2343137 em 19/02/2021 da Empresa GRUPO AVENIDA S.A., CNPJ 09532889000122 e protocolo 210220996 - 18/02/2021. Autenticação: 7F702F1255DAEE91A81571326CB4460AD7C7F4A. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 21/022.099-6 e o código de segurança mKIF Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 19/02/2021 por Julio Frederico Muller Neto – Secretário-Geral.
JULIO FREDERICO MULLER NETO
SECRETÁRIO GERAL

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
955.179.101-06	JULIO FREDERICO MULLER NETO

Cuiabá. sexta-feira, 19 de fevereiro de 2021

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 2343137 em 19/02/2021 da Empresa GRUPO AVENIDA S.A., CNPJ 09532889000122 e protocolo 210220996 - 18/02/2021. Autenticação: 7F702F1255DAEE91A81571326CB4460AD7C7F4A. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 21/022.099-6 e o código de segurança mKIF Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 19/02/2021 por Julio Frederico Muller Neto – Secretário-Geral.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

MINUTA DA ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA QUE APROVA O PREÇO POR AÇÃO E O AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

GRUPO AVENIDA S.A.
CNPJ/ME 09.532.889/0001-22
NIRE 51.300.00938-2

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM [•] DE FEVEREIRO DE 2021

DATA, LOCAL E HORÁRIO: Em [•] de [•] de 2021, às [•]:00 horas, na sede social do Grupo Avenida S.A. ("Companhia"), localizado na Rua H, n° 186, Quadra 27, Lote 05, Sala 01, Bairro Baú, Cuiabá/MT, CEP 78.008-195.

CONVOCAÇÃO E PRESENÇA: Presentes todos os membros do Conselho de Administração da Companhia, razão pela qual ficam dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do Artigo [•] do Estatuto Social da Companhia.

INSTALAÇÃO: Diante da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia a Reunião foi devidamente instalada.

MESA: O Diretor Presidente da Companhia, Sr. [•], assumiu os trabalhos na qualidade de Presidente da Mesa, tendo indicado a Sr. [•] para Secretário da Mesa.

ORDEM DO DIA: Deliberar sobre **(i)** a fixação e justificativa do preço de emissão por unidade de ações ordinárias de emissão da Companhia ("Ações"), no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de Ações de emissão da Companhia ("Oferta"), a ser realizada no Brasil, com esforços de colocação de Ações no exterior; **(ii)** a aprovação do aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do seu capital autorizado, mediante a emissão de ações ordinárias a serem emitidas com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, na subscrição das Ações, em conformidade com o disposto no artigo 172, I, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), e no artigo [•] do Estatuto Social da Companhia; **(iii)** a aprovação sobre os direitos relacionados às novas Ações; **(iv)** a aprovação do prospecto definitivo a ser utilizado na Oferta; **(v)** a homologação do aumento de capital social da Companhia; **(vi)** a aprovação, *ad referendum* da próxima Assembleia Geral da Companhia, da reforma do *caput* do artigo [•] do Estatuto Social da Companhia; **(vii)** a autorização para a Diretoria da Companhia celebrar todos os documentos relacionados à Oferta; e **(viii)** a autorização para a Diretoria da Companhia tomar as providências e praticar todos os atos necessários à realização da Oferta e implementação das deliberações aqui consubstanciadas, bem como a ratificação de todos os atos já praticados nesse sentido.

DELIBERAÇÕES: Colocadas as matérias em discussão e posterior votação, restaram aprovadas as seguintes matérias, de forma unânime e sem quaisquer ressalvas ou restrições:

(i) aprovar, no âmbito da Oferta, a fixação do preço de emissão de R$[•] por Ação objeto da Oferta ("Preço por Ação"). O Preço por Ação foi fixado com base no resultado do procedimento de coleta de intenções de investimento ("Procedimento de *Bookbuilding*") conduzido por instituições

integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários junto a investidores institucionais, em conformidade com o disposto no artigo 44 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, justificando-se a escolha do critério de determinação do Preço por Ação, de acordo com o inciso III, §1º do artigo 170 da Lei da Sociedade por Ações, tendo em vista que tal preço não promoverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia e que o valor de mercado das Ações a serem subscritas e/ou adquiridas foi aferido com a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os investidores institucionais apresentaram suas ordens de subscrição de Ações no contexto da Oferta;

(ii) aprovar, em decorrência da deliberação tomada no item (i) acima, o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do seu capital autorizado, no montante de R$[•], o qual passará de R$[•] para R$[•], mediante a emissão de [•] novas ações ordinárias, cada uma no valor de R$[•], que serão objeto da Oferta, passando o capital social da Companhia de [•] ações ordinárias para [•] ações ordinárias, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia na subscrição, em conformidade com o disposto no artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, e nos termos do artigo [•] do Estatuto Social da Companhia;

(iii) aprovar, ainda, que as novas ações emitidas, nos termos da deliberação tomada no item (ii) acima, terão os mesmos direitos conferidos às demais ações da Companhia, nos termos do Estatuto Social da Companhia e da legislação aplicável, fazendo jus ao recebimento integral de dividendos e demais proventos de qualquer natureza que vierem a ser declarados pela Companhia a partir da divulgação do anúncio de início da Oferta;

(iv) aprovar o prospecto definitivo a ser utilizado na Oferta;

(v) homologar, em razão da deliberação tomada no item (ii) acima, o aumento do capital da Companhia no montante de R$[•], mediante a emissão de [•] novas ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal;

(vi) face à homologação do aumento de capital objeto da deliberação dos itens (ii) e (v) acima, aprovar, *ad referendum* da próxima Assembleia Geral da Companhia, a reforma do caput do artigo [•] do Estatuto Social da Companhia para refletir o aumento de capital social da Companhia que passará a vigorar com a seguinte redação:

*"**Artigo 5º.*** O capital social da Companhia é de R$[•] ([•] reais), totalmente subscrito e integralizado, representado por [•] ([•]) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal."

(vii) autorizar a Diretoria da Companhia a celebrar todos os documentos relacionados à Oferta, incluindo, mas não se limitando a: (i) o ["Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Garantia Firme de Liquidação de Oferta Pública de Distribuição de Ações Ordinárias de Emissão do Grupo Avenida S.A."; (ii) o "Instrumento Particular de Contrato de Prestação de

Serviços de Estabilização de Preço de Ações Ordinárias de Emissão do Grupo Avenida S.A.”]; e (iii) o Contrato de Prestação de Serviços da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, que serão devidamente arquivados na sede social da Companhia, bem como a assumir todas as obrigações estabelecidas nos referidos documentos; e

(viii) autorizar a Diretoria da Companhia a tomar as medidas necessárias à realização da Oferta e ao cumprimento das deliberações tomadas nesta reunião do conselho de administração, ratificando-se todos os atos já praticados nesse sentido.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente da Mesa deu por encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata que, depois de lida, foi aprovada pela unanimidade dos presentes. Cuiabá/MT, [•] de [•] de 2021. **MESA**: [•] – Presidente da Mesa; [•] – Secretário da Mesa. **CONSELHEIROS PRESENTES:** (i) Christian Caseli; (ii) Giovanna Caseli Freitas Gonçalves; (iii) Cristiano Gioia Lauretti; (iv) Diego Montezano dos Santos; (v) Marcelo José Ferreira e Silva; e (vi) Rodrigo de Queirós Cabrera Nasser.

Confere com a original lavrada em livro próprio.

Cuiabá, [•] de [•] de 2021.

Mesa:

[•]	**[•]**
Presidente da Mesa	Secretária da Mesa

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DECLARAÇÃO DA COMPANHIA PARA FINS DO ARTIGO 56
DA INSTRUÇÃO CVM 400

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400

GRUPO AVENIDA S.A., sociedade por ações, com sede na cidade de Cuiabá, Estado do Mato Grosso, na Avenida Ayrton Senna da Silva, nº 12822, Sala 02, Bairro Industrial, CEP 78098-282, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("**CNPJ/ME**") sob o n° 09.532.889/0001-22, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("**Companhia**"), vem, no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de sua emissão, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("**Ações**"), compreendendo a distribuição (i) primária de ações ordinárias a serem emitidas pela Companhia; e (ii) secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade dos acionistas pessoas físicas indicados no "*Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do Grupo Avenida S.A.*" ("**Prospecto Preliminar**" e "**Acionistas Vendedores**", respectivamente), a serem alienadas no âmbito da eventual colocação das Ações Adicionais (conforme definido no Prospecto Preliminar) e/ou das Ações do Lote Suplementar (conforme definido no Prospecto Preliminar), a ser realizada na República Federativa do Brasil, em mercado de balcão não organizado, sob a coordenação do Banco Itaú BBA S.A. ("**Coordenador Líder**"), do Banco Santander (Brasil) S.A. ("**Santander**" ou "**Agente Estabilizador**"), o UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("**UBS BB**") e o Citigroup Global Markets Brasil, Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("**Citi**", e, em conjunto com o Coordenador Líder, o Agente Estabilizador e o UBS BB, os "**Coordenadores da Oferta**"), com esforços de colocação das Ações no exterior, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**" e "**Oferta**", respectivamente), apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução CVM 400.

A Companhia, em cumprimento ao disposto no artigo 56 da Instrução CVM 400, declara que:

(i) disponibilizou para análise dos Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais todos os documentos e informações relevantes sobre a Companhia e relacionados à Oferta;

(ii) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações por ela prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta;

(iii) as informações prestadas pela Companhia no Prospecto Preliminar e no "*Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do Grupo Avenida S.A.*" ("**Prospecto Definitivo**"), incluindo seus respectivos anexos e documentos que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, bem como as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas divulgadas pela Companhia, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(iv) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Ações, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, os riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes; e

(v) o Prospecto Preliminar foi elaborado e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400 e ao "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários", atualmente em vigor, expedido pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – ANBIMA.

Cuiabá, [•] de [•] de 2021.

GRUPO AVENIDA S.A.

Nome:	Nome:
Cargo:	Cargo:

DECLARAÇÃO DOS ACIONISTAS VENDEDORES PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400

AILTON CASELI, brasileiro, divorciado, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 2.601.420 IFP/RJ, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Física do Ministério da Economia ("CPF/ME") sob o nº 130.530.277-04, com domicilio endereço na Rua H, nº 186, Quadra 27, Lote 05, Bairro Jaú, CEP 78008-195, Cuiabá, Estado do Mato Grosso ("**Ailton**"), vem, no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão do **GRUPO AVENIDA S.A.**, sociedade por ações, com sede na cidade de Cuiabá, Estado do Mato Grosso, na Avenida Ayrton Senna da Silva, nº 12822, Sala 02, Bairro Industrial, CEP 78098-282, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia sob o n° 09.532.889/0001-22, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("**Companhia**"), todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("**Ações**"), compreendendo a distribuição (i) primária de ações ordinárias a serem emitidas pela Companhia; e (ii) secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade do Sr. Ailton e dos demais acionistas pessoas físicas indicados no "*Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do Grupo Avenida S.A.*" ("**Prospecto Preliminar**" e "**Acionistas Vendedores**", respectivamente), em ambos os casos, a ser realizada na República Federativa do Brasil, em mercado de balcão não organizado, sob a coordenação Banco Itaú BBA S.A. ("**Coordenador Líder**"), do Banco Santander (Brasil) S.A. ("**Santander**" ou "**Agente Estabilizador**"), do UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("**UBS BB**") e do Citigroup Global Markets Brasil, Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("**Citi**", e, em conjunto com o Coordenador Líder, o Agente Estabilizador e o UBS BB, os "**Coordenadores da Oferta**"), com esforços de colocação das Ações no exterior ("**Oferta**"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**"), apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução CVM 400.

CONSIDERANDO QUE:

(A) a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta constituíram seus respectivos assessores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;

(B) para a realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia e em suas subsidiárias, iniciada em outubro de 2020 ("**Auditoria**"), a qual prosseguirá até a divulgação do *Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Kora Saúde Participações S.A.* ("**Prospecto Definitivo**");

(C) por solicitação do Coordenador Líder, a Companhia contratou seus auditores independentes para aplicação dos procedimentos previstos na Norma Brasileira de Contabilidade – CTA 23, de 15 de maio de 2015, e nos termos definidos pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) no Comunicado Técnico 01/2015, com relação ao Prospecto Preliminar e ao Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos;

(D) foram disponibilizados pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, os documentos que a Companhia e os Acionistas Vendedores consideraram relevantes para a Oferta;

(E) além dos documentos a que se refere o item (D) acima, foram solicitados à Companhia pelo Coordenador Líder e/ou pelos demais Coordenadores da Oferta documentos e informações

adicionais relativos à Companhia e aos Acionistas Vendedores, os quais a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmaram ter disponibilizado;

(F) a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmaram ter disponibilizado para análise do Coordenador Líder, dos demais Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais, com veracidade, consistência, qualidade e suficiência, todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia para análise do Coordenador Líder, dos demais Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais, com o fim de permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e

(G) a Companhia e os Acionistas Vendedores, em conjunto com o Coordenador Líder e demais Coordenadores da Oferta, participaram da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, diretamente e por meio de seus respectivos assessores legais.

O Sr. Ailton, em cumprimento ao disposto no artigo 56 da Instrução CVM 400, declara que:

(i) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência para assegurar que: (a) as informações prestadas pela Companhia por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes; e (b) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas divulgadas pela Companhia que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(ii) as informações prestadas pelo Sr. Ailton, no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos e/ou que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e

(iii) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes.

Cuiabá, [•] de [•] de 2021.

AILTON CASELI

Nome:	Nome:
Cargo:	Cargo:

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400

CHRISTIAN CASELI, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 908.291 SSP/ES, inscrito no CPF/ME sob o nº 024.608.207-04, com endereço na Avenida das Nações Unidas, 14.401, Cj. 2716, Torre Tarumã, 27º andar, Chácara Santo Antônio, CEP 04794-000, São Paulo, Estado de São Paulo ("**Christian**"), vem, no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão do **GRUPO AVENIDA S.A.**, sociedade por ações, com sede na cidade de Cuiabá, Estado do Mato Grosso, na Avenida Ayrton Senna da Silva, nº 12822, Sala 02, Bairro Industrial, CEP 78098-282, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia sob o n° 09.532.889/0001-22, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("**Companhia**"), todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("**Ações**"), compreendendo a distribuição (i) primária de ações ordinárias a serem emitidas pela Companhia; e (ii) secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade do Sr. Christian e dos demais acionistas pessoas físicas indicados no "*Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do Grupo Avenida S.A.*" ("**Prospecto Preliminar**" e "**Acionistas Vendedores**", respectivamente) (em conjunto os "**Acionistas Vendedores**"), em ambos os casos, a ser realizada na República Federativa do Brasil, em mercado de balcão não organizado, sob a coordenação Banco Itaú BBA S.A. ("**Coordenador Líder**"), do Banco Santander (Brasil) S.A. ("**Santander**" ou "**Agente Estabilizador**"), do UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("**UBS BB**") e do Citigroup Global Markets Brasil, Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("**Citi**", e, em conjunto com o Coordenador Líder, o Agente Estabilizador e o UBS BB, os "**Coordenadores da Oferta**"), com esforços de colocação das Ações no exterior ("**Oferta**"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**"), apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução CVM 400.

CONSIDERANDO QUE:

(A) a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta constituíram seus respectivos assessores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;

(B) para a realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia e em suas subsidiárias, iniciada em outubro de 2020 ("**Auditoria**"), a qual prosseguirá até a divulgação do *Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Kora Saúde Participações S.A.* ("**Prospecto Definitivo**");

(C) por solicitação do Coordenador Líder, a Companhia contratou seus auditores independentes para aplicação dos procedimentos previstos na Norma Brasileira de Contabilidade – CTA 23, de 15 de maio de 2015, e nos termos definidos pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) no Comunicado Técnico 01/2015, com relação ao Prospecto Preliminar e ao Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos;

(D) foram disponibilizados pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, os documentos que a Companhia e os Acionistas Vendedores consideraram relevantes para a Oferta;

(E) além dos documentos a que se refere o item (D) acima, foram solicitados à Companhia pelo Coordenador Líder e/ou pelos demais Coordenadores da Oferta documentos e informações

adicionais relativos à Companhia e aos Acionistas Vendedores, os quais a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmaram ter disponibilizado;

(F) a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmaram ter disponibilizado para análise do Coordenador Líder, dos demais Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais, com veracidade, consistência, qualidade e suficiência, todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia para análise do Coordenador Líder, dos demais Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais, com o fim de permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e

(G) a Companhia e os Acionistas Vendedores, em conjunto com o Coordenador Líder e demais Coordenadores da Oferta, participaram da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, diretamente e por meio de seus respectivos assessores legais.

O Sr. Christian, em cumprimento ao disposto no artigo 56 da Instrução CVM 400, declara que:

(i) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência para assegurar que: (a) as informações prestadas pela Companhia por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes; e (b) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas divulgadas pela Companhia que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(ii) as informações prestadas pelo Sr. Christian, no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos e/ou que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e

(iii) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes.

Cuiabá, [•] de [•] de 2021.

CHRISTIAN CASELI

Nome:	Nome:
Cargo:	Cargo:

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400

RODRIGO CASELI, brasileiro, casado em regime de separação total de bens, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 865.006 SSP/MT, inscrito no CPF/ME sob o nº 544.287.501-53, com endereço na Avenida das Nações Unidas, 14.401, Cj. 2716, Torre Tarumã, 27º andar, Chácara Santo Antônio, CEP 04794-000, São Paulo, Estado de São Paulo ("**Rodrigo**"), vem, no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão do **GRUPO AVENIDA S.A.**, sociedade por ações, com sede na cidade de Cuiabá, Estado do Mato Grosso, na Avenida Ayrton Senna da Silva, nº 12822, Sala 02, Bairro Industrial, CEP 78098-282, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia sob o n° 09.532.889/0001-22, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("**Companhia**"), todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("**Ações**"), compreendendo a distribuição (i) primária de ações ordinárias a serem emitidas pela Companhia; e (ii) secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade do Sr. Rodrigo e dos demais acionistas pessoas físicas indicados no "*Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do Grupo Avenida S.A.*" ("**Prospecto Preliminar**" e "**Acionistas Vendedores**", respectivamente), em ambos os casos, a ser realizada na República Federativa do Brasil, em mercado de balcão não organizado, sob a coordenação Banco Itaú BBA S.A. ("**Coordenador Líder**"), do Banco Santander (Brasil) S.A. ("**Santander**" ou "**Agente Estabilizador**"), do UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("**UBS BB**") e do Citigroup Global Markets Brasil, Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("**Citi**", e, em conjunto com o Coordenador Líder, o Agente Estabilizador e o UBS BB, os "**Coordenadores da Oferta**"), com esforços de colocação das Ações no exterior ("**Oferta**"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**"), apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução CVM 400.

CONSIDERANDO QUE:

(A) a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta constituíram seus respectivos assessores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;

(B) para a realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia e em suas subsidiárias, iniciada em outubro de 2020 ("**Auditoria**"), a qual prosseguirá até a divulgação do *Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Kora Saúde Participações S.A.* ("**Prospecto Definitivo**");

(C) por solicitação do Coordenador Líder, a Companhia contratou seus auditores independentes para aplicação dos procedimentos previstos na Norma Brasileira de Contabilidade – CTA 23, de 15 de maio de 2015, e nos termos definidos pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) no Comunicado Técnico 01/2015, com relação ao Prospecto Preliminar e ao Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos;

(D) foram disponibilizados pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, os documentos que a Companhia e os Acionistas Vendedores consideraram relevantes para a Oferta;

(E) além dos documentos a que se refere o item (D) acima, foram solicitados à Companhia pelo Coordenador Líder e/ou pelos demais Coordenadores da Oferta documentos e informações

adicionais relativos à Companhia e aos Acionistas Vendedores, os quais a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmaram ter disponibilizado;

(F) a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmaram ter disponibilizado para análise do Coordenador Líder, dos demais Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais, com veracidade, consistência, qualidade e suficiência, todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia para análise do Coordenador Líder, dos demais Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais, com o fim de permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e

(G) a Companhia e os Acionistas Vendedores, em conjunto com o Coordenador Líder e demais Coordenadores da Oferta, participaram da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, diretamente e por meio de seus respectivos assessores legais.

O Sr. Rodrigo, em cumprimento ao disposto no artigo 56 da Instrução CVM 400, declara que:

(i) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência para assegurar que: (a) as informações prestadas pela Companhia por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes; e (b) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas divulgadas pela Companhia que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(ii) as informações prestadas pelo Sr. Rodrigo, no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos e/ou que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e

(iii) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes.

Cuiabá, [•] de [•] de 2021.

RODRIGO CASELI

Nome:	Nome:
Cargo:	Cargo:

DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400

BANCO ITAÚ BBA S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3500, 1º, 2º, 3º (parte), 4º e 5º andares, CEP 04538-132, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("**CNPJ/ME**") sob o nº 17.298.092/0001-30, neste ato representado nos termos de seu estatuto social ("**Coordenador Líder**"), vem, na qualidade de instituição intermediária líder da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão do **Grupo Avenida S.A.**, sociedade por ações, com sede na cidade de Cuiabá, Estado do Mato Grosso, na Avenida Ayrton Senna da Silva, nº 12822, Sala 02, Bairro Industrial, CEP 78098-282, inscrita no CNPJ/ME sob o n° 09.532.889/0001-22, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("**Companhia**"), todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("**Ações**"), compreendendo a distribuição (i) primária de ações ordinárias a serem emitidas pela Companhia; e (ii) secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade dos acionistas pessoas físicas indicados no "*Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do Grupo Avenida S.A.*" ("**Prospecto Preliminar**" e "**Acionistas Vendedores**"), a serem alienadas no âmbito da eventual colocação das Ações Adicionais (conforme definido no Prospecto Preliminar) e/ou das Ações do Lote Suplementar (conforme definido no Prospecto Preliminar), em ambos os casos, a ser realizada na República Federativa do Brasil, em mercado de balcão não organizado, sob a coordenação do Coordenador Líder, do Banco Santander (Brasil) S.A. ("**Santander**" ou "**Agente Estabilizador**"), do UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("**UBS BB**") e do Citigroup Global Markets Brasil, Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("**Citi**", e, em conjunto com o Coordenador Líder, o Agente Estabilizador e o UBS BB, os "**Coordenadores da Oferta**"), com esforços de colocação das Ações no exterior ("**Oferta**"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**"), apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução CVM 400.

CONSIDERANDO QUE:

(A) a Companhia, os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder constituíram seus respectivos assessores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;

(B) para a realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia e em suas subsidiárias, iniciada em novembro de 2020, a qual prosseguirá até a divulgação do *"Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do Grupo Avenida S.A."* ("**Prospecto Definitivo**");

(C) por solicitação do Coordenador Líder, a Companhia contratou seus auditores independentes, quais sejam Ernst & Young Auditores Independentes S.S., para aplicação dos procedimentos previstos na Norma Brasileira de Contabilidade – CTA 23, de 15 de maio de 2015, e nos termos definidos pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) no Comunicado Técnico 01/2015, com relação ao Prospecto Preliminar e ao *"Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do Grupo Avenida S.A."* ("**Prospecto Definitivo**"), incluindo seus respectivos anexos, dentre eles a emissão de carta conforto para os Coordenadores da Oferta de modo a verificar a consistência de determinadas informações contábeis e financeiras, incluídas ou incorporadas por referência aos Prospectos, com as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, e com informações

intermediárias trimestrais individuais e consolidadas, referentes aos trimestre findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2020, incluindo os períodos correspondentes de 2019;

(D) foram disponibilizados, pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, os documentos que a Companhia e os Acionistas Vendedores consideraram relevantes para a Oferta;

(E) além dos documentos a que se refere o item (D) acima, foram solicitados à Companhia e aos Acionistas Vendedores documentos e informações adicionais relativos à Companhia e aos Acionistas Vendedores, os quais a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmaram ter disponibilizado;

(F) a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmaram ter disponibilizado para análise do Coordenador Líder e de seus assessores legais, com veracidade, consistência, qualidade e suficiência, todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia para análise do Coordenador Líder, dos demais Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais, com o fim de permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e

(G) a Companhia e os Acionistas Vendedores, em conjunto com o Coordenador Líder, participaram da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, diretamente e por meio de seus respectivos assessores legais.

O Coordenador Líder, em cumprimento ao disposto no artigo 56 da Instrução CVM 400, declara que:

(i) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que: (a) as informações prestadas pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos e documentos a ele incorporados por referência, nas datas de suas respectivas publicações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (b) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes do registro da Companhia e/ou que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(ii) o Prospecto Preliminar foi elaborado e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400; e

(iii) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes.

São Paulo, [•] de [•] de 2021.

BANCO ITAÚ BBAS.A.

Nome:	Nome:
Cargo:	Cargo:

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA COMPANHIA REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020, 2019 E 2018

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Grupo Avenida S.A.

31 de dezembro de 2020
com relatório do auditor independente

Grupo Avenida S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2020

Índice

Relatório da Administração 1
Declaração dos diretores sobre o relatório dos auditores independentes 4
Declaração dos diretores sobre as demonstrações contábeis..... 5
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas..... 6

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Balanço patrimonial 12
Demonstração do resultado 14
Demonstração do resultado abrangente 15
Demonstração das mutações do patrimônio líquido..... 16
Demonstração dos fluxos de caixa 17
Demonstração do valor adicionado 18
Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas 19

Relatório da Administração

Em 2020 vivemos um ano atípico por conta da pandemia da Covid-19, algo totalmente inesperado, que culminou em um tempo de incertezas. A gravidade da conjuntura econômica advinda desse contexto impactou o resultado de diversas empresas, prejudicou a indústria e o PIB do país, ocasionou desemprego e reduziu o poder aquisitivo de uma boa parcela da população, alcançando uma dimensão jamais imaginada.
Em mais de 40 anos de Grupo Avenida já passamos por muitos desafios, mas nada comparado ao que tivemos neste ano de pandemia, responsável ainda pela perda de milhares de vidas no Brasil.
Agimos rápido para contornar a situação e mitigar os riscos. Com o esforço de nossa equipe e a ajuda de todos nossos parceiros, este cenário atípico nos fortaleceu enquanto Grupo e conseguimos chegar ao final do ano com resultados surpreendentes.

Primeiramente, destacamos que o Grupo Avenida superou o ano de 2020 sem demitir funcionários por conta da pandemia, pelo contrário, fazendo nossa marca crescer em admiração pelos nossos mais de 2500 colaboradores, número estável quando comparado a 2019, permitindo-nos assim uma rápida velocidade de retomada da operação quando as lojas voltaram a abrir a partir do 2º semestre do ano. Destaque também para o reconhecimento conquistado pela consultoria Great Place to Work, que nos apontou como uma das melhores empresas para se trabalhar no Brasil.

Mesmo com a pandemia, seguimos em frente nos investimentos e inauguramos 4 novas lojas, alcançando um total de 130 lojas físicas no Grupo Avenida. Além dos investimentos em expansão, nós também reformamos amplamente 8 lojas (*retrofits*) e fizemos manutenções mais simples em outras diversas. Atualmente estamos presentes em mais de 10 Estados da Federação, por meio de 110 lojas Avenida e 20 Lojas Giovanna, especializada em calçados, cuja marca estamos migrando para Avenida Calçados.

Para além da forte presença geográfica nas regiões Centro Oeste e Norte, o Grupo Avenida cresceu bastante por meio de sua plataforma e-commerce por todo o Brasil. Destaque também para o reconhecimento conquistado pela revista E-commerce Brasil, que nos apontou como um dos e-commerce mais admirados da região Centro-Oeste no ano de 2020.

Ainda no digital, não apenas investimos em novos projetos de transformação, como fortalecemos nosso time com a chegada de um novo conselheiro independente e de um novo diretor de transformação digital, ambos com muita experiência em tecnologia e que já estão nos ajudando a pavimentar novas Avenidas de crescimento para o Grupo.

No tocante às demonstrações de resultados, nosso destaque vai para a receita bruta onde conseguimos entregar em 2020 o mesmo patamar estável frente a 2019, de R$ 816 milhões, já deduzidos os descontos concedidos, devoluções e abatimentos. Consideramos um grande feito dadas as adversidades enfrentadas pela pandemia e considerando também uma redução de aproximadamente 23% em 2020 para o comércio varejista de tecidos, vestuário e calçados segundo o IBGE. A tabela abaixo demonstra a abertura da receita bruta de vendas da Companhia, deduzida de devoluções, abatimentos e descontos concedidos por canais de venda e cartão Avenida, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018:

Receita Bruta – Detalhamento (R$'000)	**2020**	**2019**	**2018**
Varejo – Lojas Físicas	714,1	679,1	646,1
Varejo – E-commerce	8,7	1,0	-
Varejo - Subtotal	722,7	680,2	646,1
Produtos Financeiros (Cartão Avenida)	93,2	136,3	122,3
Total	815,9	816,5	768,4

Tivemos 4 meses desafiadores ao longo de 2020, com parcela relevante das lojas temporariamente fechadas, refletindo as medidas tomadas pelos órgãos governamentais que recomendaram o distanciamento e isolamento social, com o pior momento das vendas ocorrendo entre os meses de abril e maio de 2020 que registraram, respectivamente, vendas-mesmas-lojas ("SSS"

ou *same-stores-sales*, termo conhecido no idioma inglês para lojas existentes há mais de 12 meses) de -67,1% e de -32,4% quando comparados ao mesmo mês do ano anterior, culminando num SSS de -41,4% no 2º trimestre do ano. A partir de maio, a Companhia observou uma recuperação mês a mês em suas operações e já em agosto teve o SSS voltando a níveis positivos, de tal forma que o SSS no 3º trimestre do ano alcançou +8,2% e no último trimestre +26,0% quando comparados ao mesmo mês do ano anterior.

A partir de setembro, passamos a observar crescimento em relação ao mesmo mês do ano anterior sob todos os aspectos (lojas físicas, e-commerce e cartão Avenida, levando assim a receita bruta a alcançar de volta aquele mesmo patamar do ano completo de 2019.

Já a receita operacional líquida foi de R$ 641,3 milhões em 2020 comparativamente a R$ 677,9 milhões em 2019, representando uma redução de 5,39%. A redução de 5,39% na receita líquida, que ocorreu mesmo com a receita bruta estável, é advinda do término de um benefício fiscal oriundo do estado do Mato Grosso, acarretando um aumento na linha de impostos sobre vendas em 2020 frente ao exercício de 2019.

Informações por segmento (em milhares de R$, exceto %)	**2020**	**2019**	**AH**
Varejo	552.007	547.893	0,75%
Produtos financeiros	89.321	129.964	-31,27%
Receita operacional líquida	**641.328**	**677.857**	**-5,39%**

Em termos de lucro bruto, o destaque é para o segmento do varejo, onde avançamos 3,96% conforme demonstrado no quadro a seguir. Já o lucro bruto total alcançou R$ 336,8 milhões em 2020, que compara com R$ 365,5 milhões em 2019, representando uma redução média de 7,87%, impactada pela menor margem em produtos financeiros, refletindo nossa decisão estratégica de segurar o crédito do Cartão Avenida dentro do ambiente de incertezas que vivemos por conta da pandemia.

Informações por segmento (em milhares de R$, exceto %)	**Exercício social findo em 31 de dezembro de**		**AH**
	2020	**2019**	
Varejo	272.071	261.700	3,96%
Produtos financeiros	64.701	103.827	-37,68%
Lucro bruto	**336.772**	**365.527**	**-7,87%**

O resultado financeiro, líquido de 2020 totalizou R$(88,3) milhões comparativamente a R$(52,6) milhões em 2019 (+67,9%). Esse aumento é atribuído substancialmente a uma base de comparação distorcida no ano anterior, quando a Companhia registrou um ganho não-recorrente de R$22 milhões nesta conta, decorrente de correção monetária do Crédito Fiscal reconhecido atualizada até 31 de dezembro de 2019, em que a Companhia obteve êxito em ação judicial perante o Supremo

Tribunal Federal referente a inconstitucionalidade da inclusão do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na base de cálculo do Pis e da Cofins. Em decorrência dos fatores acima, o prejuízo antes dos impostos totalizou R$(82,0) milhões em 2020 comparativamente a um lucro antes dos impostos de R$40,3 milhões no exercício de 2019. Com isso, tivemos um crédito de imposto de renda e contribuição social no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 que totalizou R$ 30,9 milhões, levando o prejuízo do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 ao patamar de R$(51,0) milhões. Este dado se compara com um lucro líquido em 2019 de R$25,3 milhões.

No tocante ao fluxo de caixa, destacamos para 2020 o recorde de geração de caixa operacional, demonstrada na tabela a seguir, e que nos permitiu reduzir a dívida líquida da Companhia para o nível de R$ 160,7 milhões, patamar alcançado mesmo em meio ao cenário adverso enfrentado.

	Exercício social findo em 31 de dezembro de		
(em R$ mil)	**2020**	**2019**	**2018**
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	98.283	49.865	35.849

Este expressivo aumento de R$ 49,9 milhões em 2019 para R$ 98,3 milhões de caixa operacional em 2020 deveu-se, principalmente, ao crescimento observado na venda de mercadorias, aliado ainda a uma maior parcela de recebimentos à vista referente à essas vendas quando comparado à média registrada nos anos anteriores e aliada também às negociações realizadas pela Companhia no decorrer do ano para contenção de gastos, dentro do contexto da pandemia, que nos permitiram preservar o caixa da operação. Adicionalmente, ressalta-se que tivemos em 2020 o melhor 4º trimestre da nossa história, com vendas fortes (SSS +26,0%) num trimestre que já é sazonalmente forte. Com isso, dado nosso prazo médio a pagar da nossa política de compras, parte das compras realizadas para entregarmos as vendas do final de ano serão pagas apenas em 2021, não consumindo caixa de 2020.

Considerando tudo e principalmente a pandemia que enfrentamos, encerramos este ano tão desafiador com a clareza da nossa missão: oferecer moda acessível para a família, sendo eficiente no modelo de atendimento assistido, buscando os melhores resultados para os colaboradores, parceiros e acionistas. Entendemos que o ano de 2020 foi também, sobretudo, um ano de grandes oportunidades. Algumas lojas importantes foram revitalizadas, lojas novas foram inauguradas, o indicador NPS (Net-Promoter-Score) subiu de forma significativa para registrar 74,2%, evidenciando que o Grupo está com a estratégia comercial adequada, entregando simultaneamente crescimento de vendas com uma melhor experiência de nossos clientes. Também mantivemos nosso quadro de colaboradores, contribuindo para o bem estar da sociedade nas praças em que atuamos, mesmo em meio a um cenário tão atípico trazido pelo distanciamento e isolamento social.

As vendas seguem crescendo nestes meses iniciais de 2021. Novas lojas devem ser inauguradas ou reformadas. Seguiremos investindo no crescimento da nossa presença digital por meio da plataforma e-commerce e impulsionando e aprimorando nosso motor de crédito por meio do Cartão Avenida. Com a força dos nossos colaboradores e parceiros, vislumbramos para o corrente ano Avenidas e Avenidas de crescimento.

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Em cumprimento às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM No. 480, os Diretores da Companhia declaram que reviram, discutiram e concordaram com a opinião expressa no relatório de auditoria da Ernst & Young Auditores Independentes S.S. ("EY"), emitido em 19 de fevereiro de 2021, e com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Instrução CVM no 381/03, informamos que a Companhia adota como procedimento formal ao contratar os auditores independentes, de assegurar-se de que a realização da prestação de outros serviços não venha afetar sua independência e objetividade necessária ao desempenho dos serviços de auditoria independente. A política da Companhia na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, a Ernst & Young Auditores Independentes não prestou serviços cuja remuneração global ultrapassou 5% (cinco por cento) da remuneração pelos serviços de auditoria externa.

Cuiabá/MT, 19 de fevereiro de 2021

A Diretoria

Declaração dos Diretores sobre o relatório dos auditores independentes

Em cumprimento às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM No. 480, os Diretores do Grupo Avenida S.A. declaram que reviram, discutiram e concordaram com a opinião expressa no relatório de auditoria da Ernst & Young Auditores Independentes S.S. sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Cuiabá, 19 de fevereiro de 2021.

CARLOS ERNANE ABRAHAO:09173254860

Assinado de forma digital por CARLOS ERNANE ABRAHAO:09173254860
Dados: 2021.02.19 18:58:12 -03'00'

Carlos Ernane Abrahão
Diretor Financeiro e Relações com Investidores

Rodrigo Caseli
Diretor Presidente

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Contábeis

Em cumprimento ao artigo 25 da Instrução CVM nº 480, os Diretores do Grupo Avenida S.A., declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

Cuiabá, 19 de fevereiro de 2021.

CARLOS ERNANE ABRAHAO:09173254860

Assinado de forma digital por CARLOS ERNANE ABRAHAO:09173254860
Dados: 2021.02.19 19:29:40 -03'00'

Carlos Ernane Abrahão
Diretor Financeiro e Relações com Investidores

Rodrigo Caseli
Diretor Presidente

Building a better working world

Edifício Walk Bueno Business
Rua T-55, esq. com T-30, 930 –
11º andar – salas 1110 a 1115 – Setor
Bueno 74215-070 - Goiânia, GO, Brasil

T el: +55 (62) 3605-1100
www.ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores do
Grupo Avenida S.A.
Cuiabá - MT

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Grupo Avenida S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Uma empresa-membro da Ernst & Young Global Limited

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

Provisão para perdas de crédito esperadas

Conforme divulgado nas notas explicativas 3.14 e 6 às demonstrações contábeis, a Companhia, por meio de sua controlada direta Club Mais Administradora de Cartões Ltda., administra o cartão private label, chamado "Cartão Avenida". As contas a receber registradas por esta controlada estão sujeitas às análises de risco de crédito e são reduzidas pelo reconhecimento da provisão para perdas de crédito esperadas, que totalizou R$38.076 mil em 31 de dezembro de 2020 conforme divulgado na nota explicativa 6.

Consideramos a provisão para perdas de crédito esperadas como um principal assunto de auditoria, uma vez que é uma estimativa que requer julgamento significativo, além de um conjunto de fatores a serem considerados pela administração na determinação do seu valor, tais como: níveis de inadimplência, políticas de renegociação e o histórico da qualidade da carteira para cada cliente. Adicionalmente, destacamos a importância da estimativa pela relevância dos montantes envolvidos, alta pulverização das operações (tíquete médio baixo) e o alto volume de transações.

Como nossa auditoria tratou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, (i) teste de conciliação dos saldos contábeis com a posição analítica; (ii) análise da razoabilidade da política e sua aderência às normas contábeis adotadas no Brasil e IFRS; (iii) recálculo da provisão com base na política estabelecida que inclui, entre outros aspectos, considerações em relação às premissas, estimativas e aos níveis de risco e atraso das operações; e (iv) a avaliação das divulgações nas notas explicativas 3.14 e 6 às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2020.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a provisão para perdas de crédito esperadas, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 3.14 e 6, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Operações de arrendamento mercantil

Conforme divulgado nas notas explicativas 3.25 e 15, a Companhia possui registrados ativo por direito de uso e passivo de arrendamento para os contratos abrangidos pelo NBC TG 06 (R3) (IFRS 16) nos montantes consolidados de R$97.759 mil e R$119.603 mil respectivamente em 31 de dezembro de 2020.

Consideramos esse tema como um principal assunto de auditoria devido à magnitude dos valores envolvidos, tanto em relação ao ativo por direito de uso e o passivo de arrendamento, quanto os

impactos no resultado do exercício, bem como às incertezas inerentes a esse tipo de cálculo e o grau de julgamento necessário que deve ser exercido pela administração na determinação das premissas relevantes, as quais incluem, entre outras, a taxa de desconto utilizada.

Como nossa auditoria tratou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, (i) a avaliação das políticas contábeis da Companhia, e da integridade da base de contratos identificados e sujeitos à adoção do novo pronunciamento técnico; (ii) avaliação da interpretação da administração dos termos e condições dos contratos de arrendamento e da razoabilidade dos julgamentos e premissas significativos utilizados pela administração na determinação dos prazos dos contratos e da taxa incremental de juros, e (iii) recálculo dos testes efetuados pela administração que determinaram os saldos de ativo por direito de uso e passivo de arrendamento e a avaliação das divulgações nas notas explicativas 3.25 e 15 às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2020. Como resultado dos procedimentos identificamos ajuste de auditoria indicando a necessidade de complemento da despesa com a recomposição de juros relacionados ao valor presente do passivo de arrendamento, sendo este ajuste registrado pela Companhia tendo em vista sua materialidade sobre as demonstrações contábeis tomadas como um todo.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a adoção do IFRS16/NBC TG 06 (R3), que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e as premissas adotados pela administração assim como as respectivas divulgações nas nota explicativas 3.25 e 15, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Ambiente de tecnologia

Devido ao volume de transações e pelo fato das operações da Companhia e suas controladas serem dependentes do funcionamento apropriado da estrutura de tecnologia e seus sistemas, somados à natureza do seu negócio e sua dispersão geográfica, consideramos o ambiente de tecnologia como um principal assunto de auditoria.

Como nossa auditoria tratou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação dos controles gerais de TI ("ITGCs") implementados pela Companhia para os sistemas considerados relevantes para o processo de auditoria. A avaliação dos ITGCs incluiu procedimentos de indagações, observações e reperformance para avaliar os controles sobre os acessos lógicos, gestão de mudanças, processamentos de relatórios e outros aspectos de tecnologia. Avaliamos também, o processo de geração e extração de relatórios que suportam os saldos contábeis e executamos testes de aderência sobre as informações produzidas pelos sistemas da Companhia. Envolvemos nossos profissionais de tecnologia para nos auxiliar na execução desses procedimentos.

Identificamos deficiências no processo de gestão de acesso, tais como concessão, revogação e alteração de acesso, bem como a existência de usuários com acesso privilegiado em alguns sistemas.

As deficiências no desenho e operação dos ITGCs alteraram nossa avaliação quanto à natureza, época e extensão de nossos procedimentos substantivos planejados para obtermos evidências suficientes e adequadas de auditoria referentes a 31 de dezembro de 2020.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Building a better working world

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Goiânia, 19 de fevereiro de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Wagner dos Santos Junior
Contador CRC-1SP216386/O-T

Grupo Avenida S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

		Controladora			Consolidado		
	Nota	**31/12/2020**	**31/12/2019**	**31/12/2018**	**31/12/2020**	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Ativo							
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	4	**-**	1	2	**72.579**	57.693	57.490
Aplicações financeiras vinculadas	5	**14**	102	-	**70.209**	24.686	27.617
Contas a receber	6	**-**	-	-	**190.314**	180.004	149.318
Estoques	7	**-**	-	-	**74.417**	63.824	76.092
Adiantamento a fornecedores		**-**	-	-	**3.869**	3.473	4.595
Tributos a recuperar	8	**1**	1	1	**44.495**	27.509	2.514
Instrumentos financeiros	23.b	**-**	-	-	**411**	4.395	2.666
Despesas antecipadas		**-**	-	-	**5.973**	641	81
Outros ativos		**-**	-	1	**7.490**	10.515	7.857
Total do ativo circulante		**15**	104	4	**469.757**	372.740	328.230
Não circulante							
Aplicações financeiras vinculadas	5	**-**	-	-	**-**	29.641	16.362
Tributos a recuperar	8	**-**	-	-	**2.746**	31.601	397
Tributos diferidos	24.c	**-**	-	-	**58.921**	17.723	32.766
Depósitos judiciais		**10**	19	-	**411**	637	744
Partes relacionadas	9	**7.000**	6.999	7.000	**35.460**	33.070	30.765
Outros ativos		**-**	-	-	**148**	141	133
Investimentos	10	**96.749**	129.768	104.231	**-**	-	-
Imobilizado	11	**-**	-	-	**120.855**	104.872	108.104
Ativo de direito de uso - arrendamento mercantil	3.25	**-**	-	-	**97.759**	122.301	-
Intangível	12		-	-	**15.948**	22.889	28.177
Total do ativo não circulante		**103.759**	136.786	111.231	**332.248**	362.875	217.448
Total do ativo		**103.774**	136.890	111.235	**802.005**	735.615	545.678

		Controladora			Consolidado		
	Nota	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Passivo e patrimônio líquido							
Circulante							
Fornecedores	13	**-**	21	-	**237.794**	134.656	148.905
Empréstimos e financiamentos	14	**-**	-	-	**277.531**	105.218	88.173
Passivo de arrendamento	15	**-**	-	-	**48.411**	44.822	-
Salários e encargos trabalhistas	16	**-**	-	-	**15.698**	19.002	15.919
Tributos a recolher	17	**-**	88	92	**30.064**	23.520	22.676
Parcelamento de tributos	18	**-**	-	-	**8.123**	3.393	2.759
Outros passivos		**20**	-	1.500	**2.863**	12.480	10.580
Total do passivo circulante		**20**	109	1.592	**620.484**	343.091	289.012
Não circulante							
Empréstimos e financiamentos	14	**-**	-	-	**25.936**	170.661	127.339
Passivo de arrendamento	15	**-**	-	-	**71.192**	83.884	-
Parcelamento de tributos	18	**-**	-	-	**21.632**	20.967	22.302
Provisões para demandas judiciais	19	**47**	21	91	**6.419**	10.409	21.471
Provisão para passivo a descoberto	10	**41.238**	25.174	25.844	**-**	-	-
Partes relacionadas	9	**8.826**	8.709	3.908	**-**	-	-
Outros passivos		**-**	2	3.112	**2.656**	3.639	8.799
Total do passivo não circulante		**50.111**	33.906	32.955	**127.835**	289.560	179.911
Patrimônio líquido							
Capital social		**219.810**	219.810	219.810	**219.810**	219.810	219.810
Reserva de capital		**8.155**	6.365	5.446	**8.155**	6.365	5.446
Prejuízos acumulados		**(174.322)**	(123.300)	(148.568)	**(174.322)**	(123.300)	(148.568)
Patrimônio líquido atribuível aos controladores		**53.643**	102.875	76.688	**53.643**	102.875	76.688
Participação de não controladores		**-**	-	-	**43**	89	67
Total do patrimônio líquido	20	**53.643**	102.875	76.688	**53.686**	102.964	76.755
Total do passivo e patrimônio líquido		**103.774**	136.890	111.235	**802.005**	735.615	545.678

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Grupo Avenida S.A.

Demonstração do resultado
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto o resultado líquido por ação em reais)

		Controladora			Consolidado		
	Nota	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Receita operacional	25	**-**	-	-	**641.328**	677.857	637.762
Custo das mercadorias e serviços vendidos	26	**-**	-	-	**(304.556)**	(312.330)	(278.865)
Lucro bruto		**-**	-	-	**336.772**	365.527	358.897
Despesas com vendas	26	**-**	-	-	**(236.993)**	(194.614)	(204.188)
Despesas gerais e administrativas	26	**(138)**	(17)	(213)	**(92.688)**	(105.077)	(82.526)
Resultado de equivalência patrimonial	10	**(50.873)**	25.288	6.888	**-**	-	-
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	27	**(9)**	(1)	-	**(728)**	27.095	(5.341)
(Prejuízo) lucro operacional antes do resultado financeiro, líquido		**(51.020)**	25.270	6.675	**6.363**	92.931	66.842
Receitas financeiras	28	**-**	-	-	**18.816**	36.100	8.307
Despesas financeiras	28	**(2)**	(2)	(1)	**(107.126)**	(88.698)	(62.419)
Resultado financeiro, líquido		**(2)**	(2)	(1)	**(88.310)**	(52.598)	(54.112)
(Prejuízo) lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**(51.022)**	25.268	6.674	**(81.947)**	40.333	12.730
Imposto de renda e contribuição social							
Corrente	24.a	**-**	-	-	**(10.319)**	-	(1.980)
Diferido	24.a	**-**	-	-	**41.198**	(15.043)	(4.070)
(Prejuízo) lucro líquido do exercício		**(51.022)**	25.268	6.674	**(51.068)**	25.290	6.680
Resultado atribuído aos:							
Acionistas controladores		**(51.022)**	25.268	6.674	**(51.022)**	25.268	6.674
Acionistas não controladores		**-**	-	-	**(46)**	22	6
(Prejuízo) lucro líquido do exercício		**(51.022)**	25.268	6.674	**(51.068)**	25.290	6.680
Resultado básico e diluído por ação - R$	21	**(2,0605)**	1,0204	0,2695	**(2,0605)**	1,0204	0,2695

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Grupo Avenida S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2018**	**31/12/2020**	**31/12/2019**	**31/12/2018**
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	**(51.022)**	25.268	6.674	**(51.068)**	25.290	6.680
Outros resultados abrangentes	**-**	-	-	**-**	-	-
Resultado abrangente total	**(51.022)**	25.268	6.674	**(51.068)**	25.290	6.680
Resultado abrangente atribuível aos:						
Acionistas controladores	**(51.022)**	25.268	6.674	**(51.022)**	25.268	6.674
Acionistas não controladores	**-**	-	-	**(46)**	22	6
Resultado abrangente total	**(51.022)**	25.268	6.674	**(51.068)**	25.290	6.680

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Grupo Avenida S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

	Atribuível aos acionistas da controladora					
	Capital social	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Total	Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
Em 1º de janeiro de 2018	219.810	3.816	(155.242)	68.384	61	68.445
Constituição de reserva de capital	-	1.630	-	1.630	-	1.630
Lucro líquido do exercício	-	-	6.674	6.674	6	6.680
Em 31 de dezembro de 2018	219.810	5.446	(148.568)	76.688	67	76.755
Constituição de reserva de capital	-	919	-	919	-	919
Lucro líquido do exercício	-	-	25.268	25.268	22	25.290
Em 31 de dezembro de 2019	219.810	6.365	(123.300)	102.875	89	102.964
Constituição de reserva de capital	**-**	**1.790**	**-**	**1.790**	**-**	**1.790**
Prejuízo do exercício	**-**	**-**	**(51.022)**	**(51.022)**	**(46)**	**(51.068)**
Em 31 de dezembro de 2020	**219.810**	**8.155**	**(174.322)**	**53.643**	**43**	**53.686**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Grupo Avenida S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
(Prejuízo) lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**(51.022)**	25.268	6.674	**(81.947)**	40.333	12.730
Ajustes para reconciliar o lucro (prejuízo) ao caixa gerado:						
Depreciação e amortização	**-**	-	-	**73.212**	59.846	23.714
Resultado de equivalência patrimonial	**50.873**	(25.288)	(6.888)	**-**	-	-
Provisão para perdas de créditos esperadas (Nota 6)	**-**	-	-	**28.074**	32.778	31.527
Provisão (reversão) de perdas com estoques (Nota 7)	**-**	-	-	**1.845**	(92)	(108)
Provisão (reversão) para demandas judiciais, líquidos (Nota 19)	**26**	(70)	91	**(1.545)**	(6.474)	(1.038)
Baixa de bens do ativo imobilizado	**-**	-	-	**2.201**	6.568	203
Ajuste a valor presente de contas a receber	**-**	-	-	**(1)**	19	121
Recuperação de créditos tributários	**-**	-	-	**-**	(32.469)	-
Juros ativos e atualização monetária	**-**	-	-	**(655)**	(22.153)	-
Juros de passivo de arrendamento	**-**	-	-	**9.983**	13.549	-
Variação cambial	**-**	-	-	**(2.722)**	(338)	31
Juros sobre empréstimos	**-**	-	-	**22.810**	33.252	23.123
	(123)	(90)	(123)	**51.255**	124.819	90.303
Variações nos ativos e passivos:						
Contas a receber	**-**	-	-	**(38.383)**	(63.483)	(48.181)
Estoques	**-**	-	-	**(13.866)**	12.244	(21.543)
Adiantamento a fornecedores	**-**	-	-	**(396)**	1.122	1.552
Tributos a recuperar	**-**	-	-	**12.524**	(1.577)	1.568
Depósitos judiciais	**-**	(19)	-	**226**	107	(84)
Despesas antecipadas	**-**	-	-	**(1.409)**	(560)	120
Outros ativos	**8**	2	5.499	**628**	(4.052)	22
Fornecedores	**(21)**	21	-	**100.643**	(14.133)	29.506
Salários e encargos	**-**	-	-	**(3.304)**	3.083	(3.387)
Tributos a recolher	**(88)**	(4)	92	**(3.775)**	844	2.179
Parcelamento de tributos	**-**	-	-	**7.185**	(701)	(1.982)
Pagamento de demandas judiciais	**-**	-	-	**(2.445)**	(4.588)	(4.890)
Outros passivos	**135**	191	(5.471)	**(10.600)**	(3.260)	(6.997)
Imposto de renda e contribuição social pagos	**-**	-	-	**-**	-	(2.337)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	**(89)**	101	(3)	**98.283**	49.865	35.849
Fluxo de caixa das atividades de investimentos						
Aquisição de imobilizado (Nota 11)	**-**	-	-	**(37.398)**	(20.827)	(24.583)
Aquisição de intangível	**-**	-	-	**(3.248)**	(2.436)	(14.949)
Aplicações financeiras vinculadas	**88**	(102)	-	**(15.882)**	(10.348)	5.351
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos	**88**	(102)	-	**(56.528)**	(33.611)	(34.181)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos						
Captação de empréstimos	**-**	-	-	**183.444**	174.238	89.229
Pagamento de empréstimos	**-**	-	-	**(176.806)**	(118.743)	(69.606)
Juros pagos (Nota 14)	**-**	-	-	**(21.579)**	(29.400)	(24.290)
Liquidação de instrumentos financeiros vinculados a empréstimos	**-**	-	-	**26.425**	(371)	-
Pagamento de arrendamentos	**-**	-	-	**(38.353)**	(41.775)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	**-**	-	-	**(26.869)**	(16.051)	(4.667)
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(1)**	(1)	(3)	**14.886**	203	(2.999)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**1**	2	5	**57.693**	57.490	60.489
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**-**	1	2	**72.579**	57.693	57.490
Transações que não afetaram caixa						
Direito de uso	**-**	-	-	**19.267**	156.932	-
Passivo de arrendamento	**-**	-	-	**(19.267)**	(156.932)	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Grupo Avenida S.A.

Demonstração do valor adicionado
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
(+) Receitas	-	-	-	789.688	782.072	733.059
Vendas de mercadorias, líquidas de cancelamentos e devoluções	-	-	-	815.945	816.491	768.432
Provisão para perda de crédito esperadas	-	-	-	(28.074)	(32.778)	(39.683)
Outras receitas	-	-	-	1.817	(1.641)	4.310
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(55)	70	(87)	(414.822)	(391.733)	(349.064)
Custo das vendas de mercadorias e serviços prestados		-	-	(330.355)	(335.861)	(299.011)
Energia, serviços de terceiros e outras despesa	(63)	42	(114)	(76.292)	(64.619)	(59.981)
Outras	8	28	27	(8.175)	8.747	9.928
(=) Valor adicionado bruto	(55)	70	(87)	374.866	390.339	383.995
(-) Retenções						
Depreciações e amortizações	-	-	-	(73.212)	(59.846)	(23.714)
(=) Valor adicionado líquido produzido pela entidade	(55)	70	(87)	301.654	330.493	360.281
(+) Valor adicionado recebido em transferência	(50.873)	25.288	6.888	18.816	36.100	8.307
Resultado de equivalência patrimonial	(50.873)	25.288	6.888	-	-	-
Receitas financeiras, bruta de impostos	-	-	-	18.816	36.100	8.307
(=) Valor adicionado total a distribuir	(50.928)	25.358	6.801	320.470	366.593	368.588
(=) Distribuição do valor adicionado	(50.928)	25.358	6.801	320.470	366.593	368.588
Pessoal	83	84	118	97.201	95.442	87.777
Pessoal + Remuneração direta + Benefícios +FGTS	83	84	118	97.201	95.442	87.777
Impostos, taxas e contribuições	5	3	7	150.886	144.263	156.596
Tributos federais	5	3	7	35.370	67.286	83.514
Tributos estaduais	-	-	-	112.550	74.412	70.945
Tributos municipais	-	-	-	2.966	2.565	2.137
Remuneração de capitais de terceiros	6	3	2	123.451	101.598	117.535
Juros	2	2	1	86.034	72.595	47.171
Aluguéis	-	-	-	35.400	25.020	56.588
Outras	4	1	1	2.017	3.983	13.776
Remuneração de capitais próprios	(51.022)	25.268	6.674	(51.068)	25.290	6.680
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(51.022)	25.268	6.674	(51.068)	25.290	6.680

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

1. Contexto operacional

O Grupo Avenida S.A. ("Grupo Avenida") é uma "Holding", constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil, com sede na Rua H, n° 186, Sala 01, Quadra 27, Lote 05, Bairro Baú - Cuiabá - MT. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia abrangem a Companhia e suas subsidiárias ("Companhia"). A Companhia está envolvida principalmente no comércio varejista de artigos do vestuário masculino, feminino, infantil, telefonia móvel, cama mesa e banho, e administração de cartões de crédito (*Private Label*).

Os resultados operacionais da Companhia estão sujeitos à sazonalidade que comumente afeta a indústria de varejo. As vendas geralmente são melhores nas semanas que antecedem datas comemorativas como dia das mães (maio), dia dos namorados (junho), dia dos pais (agosto), dia das crianças (outubro), Halloween (outubro), Black Friday (novembro) e Natal (dezembro). Dessa forma, cada trimestre tem seu efeito sazonal no resultado da Companhia.

a) Ações e impactos causados pela pandemia de Covid-19

O aumento significativo dos casos de Covid-19 no Brasil, em conjunto com as medidas adotadas para contenção do surto e preservação do bem estar e saúde de seus colaboradores, resultaram no fechamento temporário das lojas físicas da Companhia a partir de março de 2020, em linha com as medidas tomadas pelos órgãos governamentais onde recomendam o distanciamento e isolamento social. A Companhia constantemente tem avaliado os potenciais impactos do Covid-19 nas áreas administrativas e de operações (lojas e centro de distribuição) e tem tomado algumas medidas visando frear a disseminação da doença e minimizar os impactos econômicos, incluindo:

(i) Instituição do Comitê de Crise visando maior celeridade na tomada de decisão e na reação da Companhia aos impactos em função da pandemia do Covid-19.

(ii) A partir de março de 2020 a Companhia tomou várias ações devido a pandemia: adesão ao Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda previsto na Medida Provisória nº 936/2020, com redução de jornada de trabalho e suspensões de contratos de trabalho conforme a necessidade, férias, implantação de home office para os escritórios centrais e afastamento dos colaboradores considerados grupo de risco. A Companhia também preparou todas as medidas de segurança no ambiente de trabalho quando do retorno das atividades.

(iii) Adoção de medidas de preservação de caixa, de forma que a Companhia tenha os recursos necessários para manter suas operações enquanto perdurar a pandemia, sendo as principais abaixo em andamento:

- Renegociação/Postergação dos pagamentos com os principais fornecedores;
- Redução da jornada de trabalho conforme mencionado anteriormente, de forma a reduzir os custos de mão de obra;

1. **Contexto operacional**–Continuação

a) Ações e impactos causados pela pandemia de Covid-19–Continuação

- Postergação do pagamento dos Tributos Federais conforme deliberado em Decretos e Medidas Provisórias;
- Renegociação com os arrendadores dos imóveis, sejam lojas de shopping ou lojas de rua, para negociar adequações nos pagamentos de aluguel e condomínio;
- Parcelamento dos Tributos Estaduais e Federais do período de março a junho;
- Renegociação dos empréstimos junto às instituições financeiras;
- Suspensão temporária de alguns pedidos relacionados às compras de mercadorias para revenda;
- Comunicação dirigida aos clientes do cartão Club Mais com instrução de pagamentos em sites/mídias sociais e casas lotéricas; e
- Implantação de vendas por aplicativos de comunicação, com divulgação do referido canal na Central de Relacionamento (SAC) e web site para auto acordo, foram ações realizadas para reduzir o impacto das vendas e atendimento aos clientes nas lojas fechadas.

A Companhia até 31 de dezembro de 2020 está com todas as lojas do grupo abertas em pleno funcionamento, adotando e cumprindo todos os requisitos de higienização e legislações vigentes, o que tem favorecido para a retomada da evolução na Receita Líquida aos patamares orçados pela Administração em seu plano de negócios.

Devido à incerteza do desfecho dessa pandemia, considerando que a Covid-19 continua a impactar por período indeterminado a atividade econômica mundial, inclusive devido às paralisações obrigatórias solicitadas por autoridades governamentais, a Administração da Companhia efetuou estudos considerando os potenciais impactos nos resultados futuros das operações, nos fluxos de caixa ou na condição financeira futura da Companhia e entende que eles estão sujeitos a sofrerem alterações, conforme os acontecimentos futuros. No entanto, diante do atual cenário, em linha com os requerimentos da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), a Administração da Companhia analisou eventuais impactos frente as suas estimativas, julgamentos e premissas que pudessem impactar na continuidade dos negócios, recuperabilidade dos seus ativos financeiros e não financeiros e afetar a mensuração de determinadas estimativas contábeis que pudessem impactar as demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2020, detalhadas abaixo.

1. **Contexto operacional**–Continuação

a) Ações e impactos causados pela pandemia de Covid-19–Continuação

Risco de continuidade operacional

A Companhia não possui evidências de qualquer risco de continuidade operacional, considerando o cenário de projeção de fluxo de caixa elaborado pela Administração. Em 31 de dezembro de 2020, não havia nenhum indicativo de que a Companhia não teria condições de continuar operando, pelo menos, pelos próximos 12 meses. No entanto, a Administração está monitorando rigorosamente as mudanças não esperadas que deterioram o ambiente econômico e de negócios, e que possam afetar a capacidade da Companhia de atender suas obrigações e/ou levar ao reconhecimento de perdas pela não recuperabilidade de seus ativos.

Recuperabilidade de ativos financeiros NBC TG 48

Aplicações financeiras

A Companhia possui valores aplicados em instituições financeiras, conforme Notas 4 e 5. Tais recursos são mantidos em instituições financeiras sólidas e não são esperadas perdas desses ativos.

Contas a receber (provisão para perdas de créditos esperadas)

As perdas esperadas pela não recuperabilidade de ativos financeiros foram calculadas com base na análise de riscos dos créditos, considerando o perfil dos clientes de recebimento das faturas a vencer do cartão Club Mais.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia efetuou uma análise dos seus recebimentos, e foi observado um padrão de normalidade para o período em que as lojas estavam abertas, sendo que este recebimento ficou reduzido em função do fechamento das lojas a partir de março de 2020. Medidas para o recebimento foram estabelecidas, como divulgação dos meios digitais para visualização das faturas, abertura de postos de recebimentos nas lojas de rua e parcerias com casas lotéricas.

A partir do 3º trimestre, percebeu-se uma melhora na qualidade do risco de crédito, voltando aos patamares do ano anterior, devido aos maiores níveis de recuperação, política de descontos e maior eficiência de cobrança. Ainda assim a Administração está atenta, acompanhando o cenário econômico e avaliando eventuais impactos que podem causar reflexo na performance das carteiras e, consequentemente, na mensuração das perdas estimadas.

1. **Contexto operacional**–Continuação

a) Ações e impactos causados pela pandemia de Covid-19–Continuação

Recuperabilidade de ativos não financeiros – NBC TG 01 (R4)–Continuação

Estoques

A Companhia avalia mensalmente se os estoques estão apresentados por seu valor realizável, e quando aplicável registra as perdas em virtude da existência de estoques com valor superior ao valor realizável.

Nos primeiros meses de 2020, a Companhia havia efetuado diversas ações para vender os estoques antigos, bem como antes do fechamento temporário das lojas e operações ocorridas ao final de março, já havia recebida toda a coleção de moda e inverno para os próximos meses, fato este que contribuiu para que não houvesse desabastecimento dos estoques. Adicionalmente, a nova coleção mencionada acima, está atemporal e por isso, a Administração da Companhia entende que não haverá problemas de vendas futuras, seja no canal online ou nas lojas físicas.

Imobilizado e Intangível

Em virtude do cenário macroeconômico, a Companhia realizou novas análises referentes a eventual necessidade de reduzir ao valor recuperável os seus ativos. As referidas análises foram efetuadas considerando as mesmas premissas utilizadas quando da elaboração das demonstrações contábeis anuais, no entanto, as projeções utilizadas nos testes de valor recuperável foram revistas considerando o cenário atual devido ao surto do Covid-19, bem como atualizando as taxas de desconto e o valor contábil dos ativos. Nenhuma evidência de perda foi identificada.

Tributos sobre o lucro (consolidado) – NBC TG 32 (R4)

A Companhia atualizou as projeções das análises efetuadas sobre a recuperabilidade do imposto de renda e da contribuição social diferidos, considerando os efeitos do COVID-19, e não identificou a necessidade de provisão ou baixa do saldo registrado contabilmente.

Recuperabilidade de tributos indiretos – ICMS, PIS e COFINS

A Companhia, avaliou as projeções de recuperabilidade dos tributos indiretos registrados em 31 de dezembro de 2020, e não identificou necessidade de alteração no que tange à realização dos valores, conforme Nota 8.

1. **Contexto operacional**–Continuação

a) Ações e impactos causados pela pandemia de Covid-19–Continuação

Ativo de direito de uso e Passivo de arrendamento – NBC TG 06 (R3)

Dentre as ações adotadas para preservação do caixa encontra-se a renegociação dos contratos de locação, visando a suspensão ou redução do valor pago mensalmente.

Em 7 de julho de 2020, o CPC divulgou a aprovação de revisão do Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) – Arrendamento, em decorrência de benefícios concedidos a arrendatários relacionados à Covid-19. Essa revisão foi aprovada pela CVM por meio da deliberação nº 859/20.

A Companhia adotou o expediente prático (Benefícios Concedidos em Contrato de Arrendamento que ocorram como consequência direta da pandemia do Covid-19), tendo como resultado postergações de pagamentos. Para os contratos renegociados entre março e dezembro de 2020, em função do efeito do Covid-19, a Companhia já contemplou tais alterações.

b) Capital circulante líquido negativo

Em 31 de dezembro de 2020 o capital circulante líquido consolidado é negativo em R$150.727. Esta situação, no entanto, não reflete a real liquidez da Companhia. Ressalte-se que, sem a reclassificação mencionada nos parágrafos abaixo, o capital circulante líquido consolidado é negativo em R$26.495.

Com o advento do evento da COVID-19 durante o ano de 2020, que resultou na redução de receita de vendas de mercadorias e receita financeira através do fechamento obrigatório de algumas lojas físicas da Companhia neste período, alguns covenants existentes nas captações realizadas com instituições financeiras não foram atendidos. Desse modo, conforme divulgado na notas explicativas 14 e 31, o Grupo Avenida durante o mês de fevereiro de 2021, obteve a ciência e aprovação formal das instituições financeiras credoras em não vencer antecipadamente os contratos, mediante o excelente histórico adimplente com essas instituições financeiras.

Em atendimento exclusivamente as regras contábeis, CPC 26 e seu correspondente IAS 1 (Apresentação das Demonstrações Contábeis), o Grupo Avenida e sua controlada Lojas Avenida, reclassificaram para o passivo circulante obrigações financeiras cujos vencimentos originais são de longo prazo no valor de R$124.232, liquido das aplicações financeiras vinculadas a tais empréstimos.

Ressalte-se que o Grupo Avenida têm liquidado essas obrigações cumprindo seu vencimento original. De acordo com a obtenção dos waivers junto as instituições financeiras, divulgada em evento subsequente na Nota 31, e com o retorno à normalidade das operações de suas lojas físicas nos 11 Estados da Federação, esse capital circulante líquido negativo será normalmente revertido.

2. Entidades controladas

A Companhia detém o controle da seguintes entidades:

		Participação acionária %		
Controladas diretas	**País**	**31/12/2020**	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Lojas Avenida S.A. (a)	Brasil	**99,91**	99,91	99,91
Club Mais Administradora de Cartões Ltda. (b)	Brasil	**99,9**	99,9	99,9

a) Lojas Avenida S.A. - ("Lojas Avenida")

A Lojas Avenida, com sede na cidade de Cuiabá-MT, tem por objeto social o comércio varejista de artigo do vestuário e acessórios, comércio varejista de tecidos, artefatos de tecidos, cama mesa e banho, roupas, calçados, bolsas, cintos, artigos de armarinhos, artigos de colchoaria, artigos de decoração, telefonia móvel, tapeçaria, bijuterias, artigos desportivos e vendas de seguros. Em 31 de dezembro a 2020, 2019 e 2018 a Lojas Avenida conta com 130, 126 e 123 lojas físicas e uma loja virtual respectivamente, distribuídas em 12 Estados no Brasil, sendo:

	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2018**
		(Não auditado)	
Avenida	110	106	103
Giovanna	20	20	20
Loja virtual (e-commerce)	1	1	1

2. **Entidades controladas**--Continuação

b) Club Mais Administradora de Cartões Ltda. - ("Club Mais")

O Club Mais iniciou suas operações em 2 de maio de 2015, com sede na cidade de Barueri-SP, tem por objeto social exercer as atividades de instituição de pagamento, como emissora e administradora de instrumentos de pagamento pós-pagos do tipo cartão de crédito, para aceitação em transações nas redes de comércio varejista, físicas ou virtuais, pertecentes a sociedades empresárias afiliadas (isto é, sob controle societário comum), atuando com a qualificação concedida pela Súmula nº 283, do Supremo Tribunal de Justiça.

O Club Mais está dispensado de protocolo de registro de autorização a ser apresentado para o Banco Central do Brasil, pelo fato do seu objeto social, valores e número de transações não estarem dentro do âmbito da legislação aplicável que exige referido procedimento.

Todas as vendas financiadas por meio do Club Mais são capturadas na rede de lojas (que também faz a venda destes aos clientes com o objetivo de fomentar as vendas).

Os recebíveis com juros são financiados via cláusula mandato, em que a Administradora busca o financiamento junto a uma instituição financeira por conta e ordem do cliente.

A Administradora possui as seguintes fontes de receitas:

- Comissão de garantia (diferença entre os juros + Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) cobrados pelo Banco e os juros cobrados pela administradora);
- Mora;
- Multa por atraso;
- Tarifas diversas (manutenção de conta, envio de extrato, cobrança etc..); e
- Comissão pela venda de seguros, assitências e serviços.

3. Principais políticas contábeis

Base de preparação e apresentação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas pela Administração da Companhia e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standars Board* (IASB), utilizadas na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação da recuperabilidade dos ativos intangíveis, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para perdas de crédito esperadas, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para demandas judiciais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissa periodicamente, não superior a um ano.

3. Principais políticas contábeis--Continuação

Exceto quanto ao resultado do exercício, a Companhia não possui outros resultados abrangentes.

As demonstrações contábeis foram elaboradas no curso normal de negócios. A Administração não identificou nenhuma incerteza relevante sobre a capacidade da Companhia e da continuidade às atividades nos próximos 12 meses. As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor.

A emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria e aprovada pelo Conselho de Administração em 19 de fevereiro de 2021.

3.1. Base de consolidação

Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações contábeis de controladas são incluídas nas demonstrações consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações contábeis individuais da controladora as demonstrações contábeis de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Perda de controle

Quando da perda de controle, a Companhia desreconhece os ativos e passivos da controlada, qualquer participação de não controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga subsidiária, então essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.1. Base de consolidação--Continuação

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminadas contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

3.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.3. Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia (Real) utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas dos balanços. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado do exercício.

3.4. Reconhecimento de receita

A Companhia efetua o reconhecimento da receita representando a transferência ou promessa de bens ou serviços a clientes no montante que reflete sua consideração de qual valor espera ser capaz de trocar por aqueles bens ou serviços. Especificamente, a Companhia aplica o modelo de 5 passos para o reconhecimento da receita, requerido pela norma:

- Identificar o(s) contrato(s) com o cliente.
- Identificar as obrigações de desempenho definidas no contrato.
- Determinar o preço da transação.
- Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho previstas no contrato.
- Reconhecer a receita quando (ou conforme) a entidade atende cada obrigação de desempenho.

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.4. Reconhecimento de receita--Continuação

A Companhia possui os seguintes meios de auferir receitas:

Venda de bens e serviços

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações de receitas entre as controladas. A Companhia reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir:

Venda de mercadorias - varejo

A Companhia opera com uma cadeia de pontos de varejo para a comercialização de suas mercadorias. A receita de venda de mercadorias é reconhecida no resultado quando da efetiva entrega da mercadoria ao cliente. As vendas são realizadas à vista, em dinheiro ou cartão de crédito, ou por financiamentos concedidos.

Vendas de produtos e serviços financeiros

A Companhia realiza operações de crediário próprio, intermediação de empréstimos pessoais e financiamento de vendas via convênios com instituições financeiras. O resultado das operações é apropriado ao resultado considerando a taxa efetiva de juros, ao longo da vigência dos contratos.

Comissões

A Companhia atua na qualidade de um agente, ao invés de um principal em uma transação. A receita é reconhecida de acordo com o regime de competência, momento da intermediação das vendas.

A Companhia reconhece a receita quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação são transferidos ao cliente.

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.5. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras da Companhia compreendem: descontos obtidos e ganhos sobre aplicações financeiras. As despesas financeiras da Companhia compreendem: IOF, multa e juros, taxas e depesas bancárias, descontos concedidos e ajuste a valor presente de fornecedores.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos.

3.6. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$240 para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido para a empresa de varejo, e 15% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido para a empresa administradora de cartões, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. O imposto corrente também inclui qualquer imposto a pagar decorrente da declaração de dividendos.

O imposto corrente ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.6. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço.

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

3.7. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação e/ou possui compromisso de recompra.

3.8. Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pelas vendas de mercadorias e pelas utilizações do cartão bandeira na rede conveniada (Cartão Club+).

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso da taxa efetiva de juros menos a Provisão para perdas de crédito esperadas ("*impairment*").

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.9. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo médio e o valor realizável líquido. O custo médio de aquisição é ajustado pelo efeito do ajuste a valor presente de fornecedores (compras a prazo) e das bonificações recebidas de fornecedores, quando aplicável. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

Provisão para perdas em estoques

A provisão para perdas dos estoques é estimada com base no histórico de perdas na execução dos inventários físicos das lojas e do centro de distribuição e é considerada suficiente pela Administração para cobrir as prováveis perdas na data do balanço.

A desvalorização dos estoques ocorre quando itens são vendidos abaixo do preço de aquisição, em grande parte pelas liquidações decorrentes de troca de coleção, além de itens identificados no exercício com baixo giro. A Companhia estima o valor da provisão para desvalorização dos estoques na data do balanço, com base nos preços de venda a serem praticados, líquidos dos impostos e das despesas com vendas, comparados com o custo registrado.

Com relação à obsolescência e baixa rotatividade, a Companhia realiza uma avaliação dos itens sem movimentação acima de um ano, além de análise qualitativa para identificação quanto aos itens obsoletos das suas coleções, e com base nessa avaliação, constitui uma provisão para obsolescência.

3.10. Ajuste a valor presente

O ajuste a valor presente de compras é registrado nas contas de fornecedores e estoques e sua reversão tem como contrapartida a conta de custo das vendas, à medida em que os estoques são vendidos. A reversão do ajuste a valor presente no saldo de fornecedores ocorre a medida em que o saldo junto ao fornecedor é liquidado, e nesse caso a contra partida é o resultado financeiro. No ajuste a valor presente das vendas a prazo o impacto ocorre nas contas a receber de clientes e receita operacional de vendas. A reversão do ajuste a valor presente no saldo de contas a receber, ocorre mediante ao recebimento, e nesse caso a contrapartida é o resultado financeiro.

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.11. Investimentos

Durante os exercícios de 2020, 2019 e 2018, a participação societária que a Companhia possuía diretamente nas controladas (Nota 2) estavam avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento em controlada é contabilizado no balanço patrimonial ao custo de aquisição, adicionado das variações após a aquisição da participação societária nas controladas. As informações financeiras das controladas (Notas 2 e 10) foram elaboradas para o mesmo período da Companhia. Os exercícios sociais das controladas e as suas práticas contábeis são as mesmas que o da Companhia. Quando necessário, foram efetuados ajustes para que as políticas contábeis estivessem de acordo com as adotadas pela Companhia.

3.12. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento.

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.12. Imobilizado--Continuação

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5 - 10 anos	5 - 10 anos	5 - 10 anos
Equipamentos de computação e de comunicação	5 anos	5 anos	5 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos	10 anos	10 anos
Móveis, utensílios e instalações	10 anos	10 anos	10 anos
Placas e letreiros	10 anos	10 anos	10 anos
Sistemas de segurança	10 anos	10 anos	10 anos
Veículos	5 anos	5 anos	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

3.13. Intangível

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Amortização

A amortização é calculada para amortizar o custo de itens do ativo intangível, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Fundo de comércio	5 - 15 anos	5 - 15 anos	5 - 15 anos
Software	5 anos	5 anos	5 anos
Projetos de TI e outros	2 - 5 anos	2 - 5 anos	2 - 5 anos

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.14. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Instrumentos mantidos segundo um modelo de negócios, cujo objetivo é receber os fluxos de caixa contratuais, e que possuem tais fluxos referentes exclusivamente a pagamentos do principal e juros, são geralmente mensurados ao custo amortizado. Já aqueles mantidos dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros, e possuírem termos contratuais que estabelecem unicamente pagamentos de principal e juros sobre o principal remanescente, são geralmente mensurados a "valor justo reconhecido através de outros resultados abrangentes" (FVTOCI).

As aplicações financeiras são destinadas para satisfazer os compromissos de curto e longo prazo da Companhia, e são liquidadas frequentemente com esse objetivo, não possuindo um modelo de negócios para recebimento de fluxos de caixa contratuais.

Os recebíveis são classificados como "custo amortizado", considerando a forma de reconhecimento inicial e mensuração subsequente (recebimento de fluxos de caixa contratuais). Os passivos financeiros são todos classificados e mensurados pelo custo amortizado, sem alteração com a prática contábil anterior.

Os numerários classificados como caixa e equivalentes de caixa são classificados e apresentados conforme a Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 03 (R3) (IAS 7).

Redução no valor recuperável (*impairment*)

Em relação ao impairment de ativos financeiros, o NBC TG 48 (IFRS 9) requer o modelo de perda esperada dos ativos financeiros, ao contrário do modelo de perda incorrida estabelecido na CPC 38 (IAS 39). O modelo de perda esperada requer que a Companhia registre contabilmente a expectativa de perdas em ativos financeiros desde o seu reconhecimento inicial. Em outras palavras, não é mais necessário que o evento ocorra antes para que seja reconhecida a perda no crédito.

A perda esperada se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao FVTOCI, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. De acordo com o NBC TG 48 (IFRS 9), as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases:

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.14. Instrumentos financeiros--Continuação

Redução no valor recuperável (*impairment*)--Continuação

- Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e
- Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. Este é um dos modelos a serem seguidos no caso de instrumentos financeiros que não contenham um componente significativo de financiamento, como é o caso dos ativos financeiros da Companhia.

A Companhia estimou a aplicação do modelo referente a perdas de crédito esperadas, conforme demonstrado na Nota 6.

Passivos financeiros

A Companhia designou seus passivos financeiros captados junto aos bancos permanecendo classificados como custo amortizado.

Derivativos

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo. O valor justo é o valor no qual o ativo pode ser realizado e o passivo liquidado, entre partes conhecidas, em condições normais de mercado.

Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os instrumentos derivativos são remensurados pelo valor justo na data das demonstrações contábeis e as alterações são contabilizadas no resultado.

As operações de compra a termo de moeda sem entrega física (*Non-Deliverable Forward - NDF)*, são reconhecidas contabilmente como derivativos, portanto registradas pelo seu valor justo da data da operação, bem como, em suas mensurações subsequentes.

SWAP: tem como objetivo a proteção contra risco nas mudanças das taxas de câmbio, substituindo os juros contratados e a variação cambial da moeda estrangeira por taxa prefixada. Essa é uma operação "casada" que consiste formalmente em um contrato de empréstimo e uma operação de *"swap"* contratados na mesma data, com mesmo vencimento, com a mesma contraparte e que deverão ser liquidados pelo seu valor líquido.

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.14. Instrumentos financeiros--Continuação

Não derivativos

A Companhia classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado e valor justo por meio do resultado.

A Companhia classifica passivos financeiros não derivativos na categoria de passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado.

3.15. Capital social

O capital social da Companhia está apresentado por ações ordinárias e preferenciais e são classificadas como patrimônio líquido.

3.16. Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou unidades geradoras de caixa (“UGC”).

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.17. Subvenção e assistência governamentais

A controlada direta Lojas Avenida S.A. goza de benefício sobre incentivo de crédito outorgado do ICMS no Estado do Mato Grosso do Sul. Esses incentivos são registrados no resultado quando são atendidas as obrigações firmadas com os agentes concedentes dos benefícios, conforme determinado pelo NBC TG 07 (R2) - Subvenções e assistências governamentais, Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09.

3.18. Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

3.19. Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do resultado por ação utilizando o número médio ponderado de ações totais, durante o período correspondente ao resultado conforme a Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 41 (R2) - Resultado por Ação (IAS 33). O resultado por ação é calculado pela divisão do resultado líquido do período pela média ponderada de ações emitidas.

3.20. Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.20. Provisões--Continuação

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as demandas judiciais referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a demanda judicial/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.21. Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 03 (R3)/IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa. A demonstração do valor adicionado foi elaborada de acordo com a NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS.

3.22. Informações por segmento

As informações por segmento operacionais são apresentadas de modo consistente com os relatórios internos fornecidos para o principal tomador de decisões operacionais. Um segmento operacional é definido como um componente de uma Companhia que atua em atividades comerciais a partir das quais pode gerar receita e incorrer em despesas. Cada segmento operacional é diretamente responsável pelas receitas e margem de contribuição relacionadas às suas operações. As principais informações contábeis das informações por segmentos estão divulgadas na Nota 30.

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.23. Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas que não entraram em vigor

Na data de elaboração das demonstrações contábeis, as seguintes normas e interpretações foram emitidas ou alteradas, porém são aplicáveis para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023:

- Alterações ao IAS 1 - classificação de passivos como circulante ou não circulante.

A Companhia não adotou antecipadamente qualquer pronunciamento, interpretação que tenha sido emitido.

3.24. Novas normas, alterações e interpretações dos pronunciamentos contábeis de aplicação obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2020

Na preparação das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Administração da Companhia considerou, quando aplicável, novas revisões e interpretações às IFRS e aos pronunciamentos técnicos a seguir, emitidos pelo IASB e pelo CPC, respectivamente, que entraram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados a partir de 1º de janeiro de 2020.

<u>IFRIC 3/CPC 15 (R1) – Combinação de negócios</u>

Em outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à definição de negócios no IFRS 3, sendo essas alterações refletidas na revisão 14 do CPC, alterando o CPC 15 (R1) para ajudar as entidades a determinar se um conjunto adquirido de atividades e ativos consiste ou não em um negócio.

<u>IAS 1/CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis e IAS 8/CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças de estimativas e Retificação de erros</u>

Alinha a definição de “omissão material” ou “divulgação distorcida material” em todas as normas e esclarecer certos aspectos da definição.

<u>IAS 39/CPC 38 (R1) – Instrumentos financeiros: Reconhecimento e Mensuração e IFRS 7 / CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: Evidenciação e IFRS 9/CPC 48 – Instrumentos financeiros</u>

Aborda sobre a reforma nas taxas de juros utilizadas como referências de mercado, que serão finalizadas em períodos futuros.

A Companhia não identificou impactos relevantes em decorrência das normas e interpretações acima emitidas.

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.24. Novas normas, alterações e interpretações dos pronunciamentos contábeis de aplicação obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2020--Continuação

NBC TG 06 (R3)/ IFRS 16 Operações de Arrendamento Mercantil

Deliberação CVM nº 859/2020

A Deliberação CVM nº 859 de 7 de julho de 2020 aprova e torna obrigatório, para as companhias abertas, o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 16, referente ao Pronunciamento Técnico NBC TG 06 (R3) / CPC 06 (R2) - Arrendamentos, em função dos impactos causados nos arrendamentos em decorrência do Covid-19.

A Companhia optou pelo expediente prático e reconheceu no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 o montante de R$6.969.

3.25. Novas normas, alterações e interpretações dos pronunciamentos contábeis de aplicação obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2019

NBC TG 06 (R3)/ IFRS 16 Operações de Arrendamento Mercantil

Substitui as normas de arrendamento existentes, introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento.

A atualização da NBC TG 06 (R3) não trouxe mudanças significativas para o arrendador, a contabilidade permanece semelhante à norma anterior, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

Arrendamentos em que a Companhia atua como arrendatária

O NBC TG 06 (R3) / IFRS 16 entrou em vigor em 1° de janeiro de 2019. O reconhecimento dos contratos de aluguel das lojas, depósitos e sede administrativa que se enquadram a norma, até 2018 eram reconhecidos diretamente como despesas. Após a implantação das novas norma da NBC TG 06 (R3), a Companhia passou a reconhecer um passivo de arrendamento (Nota 15) e um ativo de direito de uso ajustados a valor presente e atualizados de acordo com os índices previstos nos contratos. Já no resultado, reconhecerá as despesas de juros sobre o passivo de arrendamento e despesas de amortização sobre o direito de uso.

Até 31 de dezembro de 2019 a Companhia reconhecia uma despesa linear com os contratos de arrendamento operacional durante o prazo dos contratos.

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.25. Novas normas, alterações e interpretações dos pronunciamentos contábeis de aplicação obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2019--Continuação

NBC TG 06 (R3)/ IFRS 16 Operações de Arrendamento Mercantil--Continuação

Arrendamentos em que a Companhia atua como arrendatária--Continuação

i. Transição

A Companhia aplicou a NBC TG 06 (R3) / IFRS 16, utilizando a abordagem retrospectiva modificada, a qual não prevê a reapresentação das informações de períodos anteriores comparativas.

A Administração optou por utilizar as isenções opcionais previstas na norma para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor.

Na transição, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes, descontados à taxa de empréstimos incremental dos arrendatários.

Os contratos de arrendamento possuem prazo médio de 5 anos e a Companhia fez uso da percepção tardia, tal como ao determinar o prazo do arrendamento, se o contrato contém opções para prorrogar ou rescindir, dentre outros. Os fluxos de pagamentos foram estimados brutos de PIS e COFINS e os ativos de direito de uso foram mensurados pelo valor igual ao passivo de arrendamento a valor presente.

A Companhia aplicou o expediente prático com relação à definição de contrato de arrendamento na transição. Isso significa que aplicou a NBC TG 06 (R3) / IFRS 16 a todos os contratos celebrados antes de 1º de janeiro de 2019 que eram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06 (R1) / IAS 17 e a ICPC 03 / IFRIC 4.

A taxa nominal de empréstimo incremental (desconto) utilizada para o cálculo a valor presente dos contratos foi baseado no spread médio atual dos empréstimos da Companhia, em torno de 9,16% a.a. em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

Abaixo é apresentada a movimentação do direito de uso e obrigações do arrendamento mercantil da Companhia:

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.25. Novas normas, alterações e interpretações dos pronunciamentos contábeis de aplicação obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2019--Continuação

NBC TG 06 (R3)/ IFRS 16 Operações de Arrendamento Mercantil--Continuação

Arrendamentos em que a Companhia atua como arrendatária--Continuação

i. Transição--Continuação

	Consolidado	
Direito de uso de arrendamento mercantil	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Saldo inicial	**122.301**	-
Adoção inicial do CPC 06 (R2) e IFRS 16	**-**	135.452
Remensuração e novos contratos (i) e (ii)	**19.267**	21.480
Amortização do exercício	**(43.809)**	(34.631)
Saldo final	**97.759**	122.301

	Consolidado	
Obrigações de arrendamento mercantil	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Saldo inicial	**128.706**	-
Adoção inicial do CPC 06 (R2) e IFRS 16	**-**	135.452
Remensuração e novos contratos (i) e (ii)	**19.267**	21.480
Pagamento de passivos de arrendamento	**(38.353)**	(41.775)
Juros	**9.983**	13.549
Saldo final	**119.603**	128.706
Circulante	**48.411**	44.822
Não circulante	**71.192**	83.884

(i) As atualizações de índices financeiros devidos das Obrigações de Arrendamento Mercantil são registradas de acordo com cada contrato ocasionando impactos nas rubricas de AVP de Passivos de arrendamento e Ativo de Direito de Uso. Estas atualizações, quando ocorrem, não impactam o resultado do período, apenas as rubricas patrimoniais.

(ii) Em atendimento ao Ofício Circular CVM 02/2019, os saldos apresentados em contas patrimoniais são brutos de impostos (PIS e Cofins) e enquanto os saldos apresentados em contas de resultado são líquidos de impostos (PIS e Cofins).

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.25. Novas normas, alterações e interpretações dos pronunciamentos contábeis de aplicação obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2019--Continuação

NBC TG 06 (R3)/ IFRS 16 Operações de Arrendamento Mercantil--Continuação

Arrendamentos em que a Companhia atua como arrendatária--Continuação

i. Transição--Continuação

Crédito de PIS e COFINS

O direito potencial de PIS/COFINS (alíquota combinada de 9,25%) refere-se ao montante que a Companhia terá direito a se recuperar caso os pagamentos futuros previstos de arrendamentos se concretizem. Apresentamos abaixo os valores potenciais desses tributos, considerando o saldo dos contratos e o seu ajuste a valor presente:

	Consolidado	
	31/12/2020	
	Passivo de arrendamento	PIS e COFINS potencial
Até 1 ano	**48.411**	**3.328**
De 1 a 3 anos	**54.033**	**3.655**
Acima de 3 anos	**17.159**	**1.200**
	119.603	**8.183**

	Consolidado	
	31/12/2019	
	Passivo de arrendamento	PIS e COFINS potencial
Até 1 ano	44.822	3.032
De 1 a 3 anos	73.877	5.085
Acima de 3 anos	10.007	567
	128.706	8.684

Comparação de projeções de arrendamentos entre os cenários

Com o objetivo de estar em conformidade com a norma, a Companhia optou pela adoção da metodologia de fluxo de caixa descontado, sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, considerando uma taxa nominal na aplicação dessa técnica. Entendemos que essa metodologia gera distorções relevantes na informação prestada, considerando a realidade atual das taxas de juros de longo prazo no ambiente econômico brasileiro.

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.25. Novas normas, alterações e interpretações dos pronunciamentos contábeis de aplicação obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2019--Continuação

NBC TG 06 (R3)/ IFRS 16 Operações de Arrendamento Mercantil (vigente a apartir de 2019)– Continuação

Arrendamentos em que a Companhia atua como arrendatária--Continuação

Desta forma, para resguardar a representação fidedigna da informação e em atendimento as áreas técnicas da CVM, apresentamos abaixo os saldos comparativos do passivo de arrendamento de acordo com os seguintes cenários:

Cenário	Taxa	Fluxo de pagamentos
1	Nominal	Considerando efeitos da inflação
2	Nominal	Sem considerar efeitos da inflação

O cenário adotado pela Companhia e suas controladas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 considera como metodologia a utilização de uma taxa real de desconto na aplicação do fluxo de caixa sem considerar a inflação futura projetada, conforme determina a NBC TG 06 (R3)/CPC06(R2)/IFRS16. Desta forma, atendendo a orientação da CVM e com objetivo de proporcionar uma visão completa dos efeitos que surgem da aplicação de diferentes taxas de juros, abaixo estão apresentados os cenários comparativos.

	2021	2022	2023	2024	2025	2026 em diante
1 - Cenário com inflação (i)	49.379	35.395	21.185	10.739	4.181	4.017
2 - Fluxo a valor presente sem inflação	48.411	34.284	19.749	10.169	3.813	3.177

(i) Os índices utilizados foram as taxas referenciais dos indicadores divulgados pela B3, relativas aos índices contratuais. Na ausência de taxa referencial foi utilizada a taxa referencial de composição mais próxima a da taxa contratual.

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.25. Novas normas, alterações e interpretações dos pronunciamentos contábeis de aplicação obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2019--Continuação

ITG 22/IFRIC 23 - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro (vigente a partir de 2019): estabelece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração da NBC TG 32 (R4) quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. A Administração da Companhia deve reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido, ativo ou passivo, aplicando os requisitos do NBC TG 32 (R4) com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinadas, aplicando esta interpretação. A interpretação foi aprovada em 21 de dezembro de 2018 e entrou em vigência em 1° de janeiro de 2019.

Na avaliação da Administração da Companhia, não existiram impactos significativos em decorrência da interpretação, uma vez que todos os procedimentos adotados para a apuração e recolhimento de tributos sobre o lucro estão amparados na legislação e procedentes de tribunais Administrativos e Judiciais.

3.26. Novas normas, alterações e interpretações dos pronunciamentos contábeis de aplicação obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2018

NBC TG 48 / IFRS 9 Instrumentos Financeiros: a norma NBC TG 48 / IFRS 9 substituiu a partir de 1º de janeiro de 2018 a norma vigente IAS 39/CPC 38 - Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração e tem como principais mudanças: i) classificação e mensuração de ativos financeiros; ii) redução do valor recuperável (substituição do modelo de “perdas incorridas” por um modelo prospectivo de “perdas em crédito esperadas”); e iii) contabilidade de hedge.

A Companhia avaliou os efeitos da implementação dos normativos acima em suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e conclui que os impactos não foram significativos.

NBC TG 47 / IFRS 15 Receitas de Contratos com Clientes (vigente a partir de 2018): a norma NBC TG 47/IFRS 15 substituiu todos os requisitos atuais de reconhecimento de receita de acordo com as normas NBC/IFRS. A nova norma estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com a NBC TG 47/IFRS 15 a receita deve ser reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma Companhia espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

A Companhia tem como principais receitas a venda de mercadorias e produtos e serviços financeiros. Durante a adoção, a Companhia realizou uma avaliação nas cinco etapas do novo modelo de reconhecimento da receita, e não identificou alterações ou impactos significativos no reconhecimento atual dessas receitas, dado que são reconhecidas mediante a transferência do controle pela entrega do produto. As demais receitas foram compreendidas nesta análise e estão substancialmente de acordo com a norma IFRS 15/CPC 47.

4. Caixa e equivalentes de caixa

			Controladora			Consolidado		
	Indexador	Taxa de rentabilidade anual	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Caixa			**-**	-	-	**4.678**	5.703	6.259
Bancos conta movimento			**-**	1	1	**5.077**	5.529	2.543
Certificados de Depósito Bancário (CDB)	CDI	96% a 100%	**-**	-	-	**62.824**	45.704	48.668
Fundos de investimentos de renda fixa	CDI	99% a 100%	**-**	-	1	**-**	757	20
			-	1	2	**72.579**	57.693	57.490

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

A exposição da Companhia a risco de taxas e análise de sensibilidade para esses ativos está apresentada na Nota 23.

5. Aplicações financeiras vinculadas

			Controladora			Consolidado		
	Indexador	Taxa de rentabilidade anual	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Certificado de Depósito Bancário - CDB (a)	CDI	98% a 100%	**14**	102	-	**70.209**	54.327	43.979
			14	102	-	**70.209**	54.327	43.979
Circulante			**14**	102	-	**70.209**	24.686	27.617
Não circulante			**-**	-	-	**-**	29.641	16.362

(a) Certificados de Depósitos Bancários (CDB), cujo rendimento médio mensal atrelado ao CDI foi de aproximadamente 100%. Tais aplicações são direitos cedidos fiduciariamente às instituições financeiras, à título de garantia das operações, que correspondem a um percentual médio de 30% do saldo de tais empréstimos em 2020, 2019 e 2018, podendo ser resgatadas à medida da liquidação dos contratos junto às instituições financeiras.

A exposição da Companhia a risco de taxas e análise de sensibilidade para esses ativos está apresentada na Nota 23.

6. Contas a receber

	Consolidado		
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Crediário próprio	**40**	449	477
Cartão Club Mais *(Private Label)*	**193.496**	199.748	169.793
Cartão de terceiros	**35.309**	26.192	22.774
	228.845	226.389	193.044
Provisão para perdas de crédito esperadas	**(38.076)**	(45.929)	(43.289)
Ajuste a valor presente	**(455)**	(456)	(437)
	190.314	180.004	149.318

Em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, a análise do vencimento de saldos de contas a receber bruto de perdas de crédito esperadas é a seguinte:

	Consolidado		
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2018**
A vencer	**173.795**	141.979	128.180
Vencido de 1 a 30 dias	**13.974**	21.862	12.686
Vencido de 31 a 60 dias	**3.328**	10.062	4.996
Vencido de 61 a 90 dias	**2.388**	9.323	4.115
Vencido de 91 a 180 dias	**4.721**	17.230	13.705
Vencidos acima de 180 dias	**30.639**	25.933	29.362
	228.845	226.389	193.044

As perdas estimadas em crédito são constituídas com base na classificação de risco das operações, levando em conta o histórico de realização e a performance de recuperação dos recebíveis até 360 dias após o vencimento, acrescidos das perdas esperadas conforme NBC TG 48/IFRS 9.

A provisão para perdas de crédito esperadas é o total considerado suficiente pela Administração para fazer frente a eventuais perdas na realização dos créditos com base na análise da carteira de clientes. Diante do cenário de incerteza na Economia, ocasionado pela pandemia do Covid-19 e em atendimento aos Ofícios Circulares CVM/SNC/SEP/n.º 02/2020 e nº 03/2020, a Companhia analisou as variáveis que compõem a metodologia de mensuração das perdas estimadas, através da projeção das rolagens de cada faixa da carteira, capturando as estimativas de reflexos na inadimplência e recuperação dos créditos para os próximos meses. Cabe ressaltar que a Administração está atenta, acompanhando o cenário econômico e avaliando eventuais impactos que podem causar reflexo na performance das carteiras e, consequentemente, na mensuração das perdas estimadas.

6. Contas a receber--Continuação

Movimentação da provisão para perda de crédito esperadas:

	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2018	(28.806)
Provisão	(31.527)
Baixa contra contas a receber	17.044
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(43.289)
Provisão	(32.778)
Baixa contra contas a receber	30.138
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(45.929)
Provisão	**(28.074)**
Baixa contra contas a receber	**35.927**
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**(38.076)**

7. Estoques

	Consolidado		
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Mercadorias para revenda	**82.208**	60.025	78.708
Materiais auxiliares e almoxarifado	**132**	82	1.162
Estoques em poder de terceiros	**57**	8.424	905
	82.397	68.531	80.775
Provisão para perdas nos estoques (i)	**(4.679)**	(2.834)	(2.926)
Ajuste a valor presente (AVP) (ii)	**(3.301)**	(1.873)	(1.757)
	74.417	63.824	76.092

(i) As provisões de perdas sobre os estoques são estimadas com base no giro dos estoques, bem como nos valores médios de perdas em inventários físicos.

(ii) As operações de compras de estoques a prazo, basicamente fornecedores de mercadorias, foram trazidas ao seu valor presente, considerando os prazos das referidas transações. Utilizou-se a taxa média de 10% ao ano em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, considerando a média de percentual de desconto concedido pelos fornecedores em caso de antecipação de recebíveis. Tendo em vista o cenário econômico em função do COVID-19, a Administração realizou a revisão destas taxas e não foi identificada necessidade de atualização para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

7. **Estoques**--Continuação

O movimento na provisão para perdas em relação aos estoques durante o exercício foi o seguinte:

	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2018	(3.034)
Provisão para perdas	(2.171)
Reversões e/ou perdas efetivas	2.279
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(2.926)
Provisão para perdas	(2.731)
Reversões e/ou perdas efetivas	2.823
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(2.834)
Provisão para perdas	**(4.262)**
Reversões e/ou perdas efetivas	**2.417**
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**(4.679)**

As reduções dos saldos contábeis e as reversões estão incluídas no “Custo das vendas”.

8. Tributos a recuperar

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Imposto de Renda (IRPJ)	**-**	-	-	**1.019**	1.227	11
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	**-**	-	-	**1**	506	482
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	**1**	1	1	**1.225**	1.077	1.671
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	**-**	-	-	**1.663**	4.945	731
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)	**-**	-	-	**1.571**	2.415	14
Programa de Integração Social (PIS)	**-**	-	-	**7.434**	8.776	-
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	**-**	-	-	**34.325**	40.164	-
Outros	**-**	-	-	**3**	-	2
	1	1	1	**47.241**	59.110	2.911
Circulante	**1**	1	1	**44.495**	27.509	2.514
Não circulante	**-**	-	-	**2.746**	31.601	397

Plano de compensação dos tributos a recuperar

A controlada Lojas Avenida reconheceu, no 4º trimestre de 2019, créditos de PIS e COFINS, dos anos de 2004 a 2014, decorrentes do trânsito em julgado de decisão favorável à Companhia em ação judicial que discutia a tese da exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, no valor de R$48.881, registrados nas rubricas de tributos a recuperar em contra partida às rubricas de outras receitas (despesas) operacionais, líquidas e resultado financeiro, líquido, nos montantes de R$26.728 e R$22.153 respectivamente.

8. Tributos a recuperar--Continuação

Plano de compensação dos tributos a recuperar--Continuação

A Companhia realizou um estudo com base nos últimos recolhimentos de PIS e COFINS, além de considerar também as projeções orçamentárias para o próximo exercício, e a expectativa de realização dos saldos dos valores relativos aos créditos fiscais, oriundos da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS e demais créditos de PIS e COFINS, que ocorrerá no exercício de 2021.

9. Partes relacionadas

a) Controladora

As partes controladoras finais da Companhia são a Família Caseli e os representantes legais do Fundo de Investimentos em Participações Kinea "Kinea".

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Salários e ordenados	**4.591**	4.283	4.353
Remuneração variável	**234**	208	146
Outros benefícios	**254**	302	159
	5.079	4.793	4.658

A remuneração do pessoal-chave da Administração é registrada no grupo de despesas gerais e administrativas. Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 25 de junho de 2020, retificada em 20 de outubro de 2020, foi fixado o limite de remuneração global dos conselheiros e administradores da Companhia em até R$5.290 para o exercício social de 2020. Em novembro de 2020 a Companhia aprovou o pagamento de bônus aos diretores no valor de R$3.458 condicionado à conclusão da oferta pública inicial de ações da Companhia.

9. **Partes relacionadas**--Continuação

c) Outras transações com partes relacionadas

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2018**	**31/12/2020**	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Ativo						
Valores a receber - Família Caseli (i)	**7.000**	6.999	7.000	**35.460**	33.070	30.765
	7.000	6.999	7.000	**35.460**	33.070	30.765
Circulante	**-**	-	-	**-**	-	-
Não circulante	**7.000**	6.999	7.000	**35.460**	33.070	30.765
Passivo						
Mútuos - Lojas Avenida S.A.	**8.826**	8.709	3.908	**-**	-	-
Fornecedores - GRCA Empreendimentos (Nota 13) (ii)	**-**	-	-	**-**	-	758
Passivo de arrendamento (Nota 15) (ii)	**-**	-	-	**20.467**	30.913	-
	8.826	8.709	3.908	**20.467**	30.913	758
Circulante	**-**	-	-	**9.794**	6.581	758
Não circulante	**8.826**	8.709	3.908	**10.673**	24.332	-

	Controladora			Consolidado		
	2020	**2019**	**2018**	**2020**	**2019**	**2018**
Resultado						
Pagamento de alugueis - GRCA Empreendimentos (ii)	**-**	-	-	**8.755**	5.637	8.156

(i) Em 13 de março de 2014, a Companhia e seus acionistas (Familia Caseli e Kinea) assinaram o "Contrato de Subscrição e Compra e Venda de Ações e Outras Avenças", objetivando a entrada do Kinea ao quadro de acionistas da Companhia. Em 23 de maio de 2014, aditado em 28 de novembro de 2016, que dentre outras, inclui a cláusula de indenização ("Obrigação de Indenizar dos Vendedores"). Essa cláusula trata da obrigação dos vendedores (Controlador) de indenizar a Companhia e/ou os demais acionistas contra determinadas perdas e/ou provisões objeto de eventos passados, tais como demandas judiciais tributárias, convertidas em parcelamentos tributários. O recebimento da indenização está atrelado ao desembolso efetivo da perda, no caso o pagamento do parcelamento e/ou acordo judicial, respectivamente e tais saldos ativos são atualizados mensalmente à taxa SELIC. A importância devida será paga em dinheiro, atualizada dentro de no máximo três dias a contar da liquidação (financeira ou qualquer outra) de um evento de venda, permuta, cessão, ou qualquer forma de alienação de participação societária pelos investidores (incluindo, sem limitações, por meio de aumento de capital decorrente de subscrição de novas ações em outra sociedade, cisão, fusão ou incorporação) ou liquidação financeira de uma oferta pública de ações, primária ou secundária, na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ou qualquer bolsa de valores ou mercado de balcão organizado, nacional ou estrangeiro. Caso o pagamento de qualquer perda, se desembolsado, for resultar em um evento de liquidez, o valor integral da perda deverá ser pago, em dinheiro dentro de dez dias contados do recebimento da notificação do evento.

(ii) Todos os saldos em aberto com a GRCA Empreendimentos e Participações S.A., empresa pertencente a família Caseli, referem-se a aluguéis a pagar das lojas e devem ser liquidados conforme sua competência. A remuneração dos aluguéis negociadas entre as partes relacionadas e a Companhia estão a valores e condições praticadas no mercado, com prazos contratuais de 5 a 10 anos, obedecem a um fluxo de pagamentos mensal e são atualizados anualmente pelo IGPM. Em função do CPC 06 (R2) – Arrendamentos, esta operação está registrada dentro da rubrica de amortização em 2020 e 2019 e despesas com ocupação em 2018, ambas no grupo de despesas com vendas. Em 31 de dezembro de 2019 os saldos anteriormente classificados na rubrica de Fornecedores estão apresentados na Nota 15 – Passivo de arrendamentos como efeito da adoção do CPC 06 (R2)/IFRS 16.

10. Investimentos

a) Composição dos investimentos:

	Em 31 de dezembro de 2020						
	Capital social	**% Participação direta**	**Valor do Investimento em 31/12/2019**	**Indenização sócios**	**Equivalência patrimonial**	**Total Investimento em 31/12/2020**	**Provisão para passivo a descoberto**
Lojas Avenida S.A.	**219.810**	**99,91**	**129.768**	**1.790**	**(34.809)**	**96.749**	**-**
Club Mais Adm. Cartões Ltda.	**1.000**	**99,9**	**(25.174)**		**(16.064)**	**-**	**(41.238)**
					(50.873)		

	Em 31 de dezembro de 2019						
	Capital social	**% Participação direta**	**Valor do Investimento em 31/12/2018**	**Indenização sócios**	**Equivalência patrimonial**	**Total Investimento em 31/12/2019**	**Provisão para passivo a descoberto**
Lojas Avenida S.A.	219.810	99,91	104.231	919	24.618	129.768	-
Club Mais Adm. Cartões Ltda.	1.000	99,9	(25.844)	-	670	-	(25.174)
					25.288		

	Em 31 de dezembro de 2018						
	Capital social	**% Participação direta**	**Valor do Investimento em 31/12/2017**	**Indenização sócios**	**Equivalência patrimonial**	**Total Investimento em 31/12/2018**	**Provisão para passivo a descoberto**
Lojas Avenida S.A.	219.810	99,91	89.446	1.630	13.155	104.231	-
Club Mais Adm. Cartões Ltda.	1.000	99,9	(19.577)	-	(6.267)	-	(25.844)
					6.888		

10. Investimentos--Continuação

a) Composição dos investimentos:--Continuação

A tabela a seguir resume as informações financeiras das investidas Lojas Avenida S.A. e Club Mais Administradora de Cartões Ltda., com base em suas demonstrações contábeis de 2020, 2019 e 2018.

	Lojas Avenida			Club Mais		
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2018**	**31/12/2020**	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Porcentagem de participação	**99,91%**	99,91%	99,91%	**99,90%**	99,90%	99,90%
Ativo	**808.794**	786.543	501.507	**227.646**	274.830	158.712
Passivo	**711.957**	656.657	397.180	**268.897**	300.028	184.583
Patrimônio líquido	**96.837**	129.886	104.327	**(41.251)**	(25.198)	(25.871)
Resultado do exercício	**(34.840)**	24.640	13.167	**(16.080)**	671	(6.273)

b) Movimentação dos investimentos:

	Em 31 de dezembro de 2020			
Investidas	**Saldo inicial**	**Indenização sócios**	**Equivalência patrimonial**	**Saldo final**
Lojas Avenida S.A.	**129.768**	**1.790**	**(34.809)**	**96.749**
Club Mais Adm. Cartões Ltda.	**(25.174)**	**-**	**(16.064)**	**(41.238)**
	104.594	**1.790**	**(50.873)**	**55.511**

	Em 31 de dezembro de 2019			
Investidas	**Saldo inicial**	**Indenização sócios**	**Equivalência patrimonial**	**Saldo final**
Lojas Avenida S.A.	104.231	919	24.618	129.768
Club Mais Adm. Cartões Ltda.	(25.844)	-	670	(25.174)
	78.387	919	25.288	104.594

	Em 31 de dezembro de 2018			
Investidas	**Saldo inicial**	**Indenização sócios**	**Equivalência patrimonial**	**Saldo final**
Lojas Avenida S.A.	89.446	1.630	13.155	104.231
Club Mais Adm. Cartões Ltda.	(19.577)	-	(6.267)	(25.844)
	69.869	1.630	6.888	78.387

11. Imobilizado

	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Equipamentos de computação	Equipamentos de comunicação	Máquinas e equipamentos	Móveis, utensílios e instalações	Placas e letreiros	Sistemas de segurança	Obras em andamento (i)	Total
Em 31 de dezembro de 2017									
Custo	85.677	20.767	814	13.132	73.780	5.680	8.149	5.535	213.534
Depreciação acumulada	(34.335)	(15.319)	(299)	(6.990)	(47.120)	(3.031)	(3.803)	-	(110.897)
Saldo contábil, líquido	51.342	5.448	515	6.142	26.660	2.649	4.346	5.535	102.637
Em 31 de dezembro de 2018									
Saldo inicial	51.342	5.448	515	6.142	26.660	2.649	4.346	5.535	102.637
Aquisições	1.515	3.854	385	834	4.825	56	563	12.551	24.583
Baixas	-	(30)	(2)	(13)	(154)	-	(4)	-	(203)
Transferências	3.246	17	-	(17)	1.181	-	-	(4.427)	-
Depreciação	(8.470)	(2.582)	(89)	(1.080)	(5.341)	(538)	(813)	-	(18.913)
Saldo contábil, líquido	47.633	6.707	809	5.866	27.171	2.167	4.092	13.659	108.104
Em 31 de dezembro de 2018									
Custo	90.438	24.608	1.197	13.936	79.632	5.736	8.708	13.659	237.914
Depreciação acumulada	(42.805)	(17.901)	(388)	(8.070)	(52.461)	(3.569)	(4.616)	-	(129.810)
Saldo contábil, líquido	47.633	6.707	809	5.866	27.171	2.167	4.092	13.659	108.104
Em 31 de dezembro de 2019									
Saldo inicial	47.633	6.707	809	5.866	27.171	2.167	4.092	13.659	108.104
Aquisições	101	1.693	405	763	4.834	52	492	12.487	20.827
Baixas	(6.211)	(10)	-	(7)	(335)	-	(5)	-	(6.568)
Transferências (ii)	5	-	-	-	-	-	-	(3.168)	(3.163)
Depreciação	(3.661)	(2.329)	(131)	(1.019)	(5.921)	(478)	(789)	-	(14.328)
Saldo contábil, líquido	37.867	6.061	1.083	5.603	25.749	1.741	3.790	22.978	104.872
Em 31 de dezembro de 2019									
Custo	84.333	26.291	1.602	14.692	84.131	5.788	9.195	22.978	249.010
Depreciação acumulada	(46.466)	(20.230)	(519)	(9.089)	(58.382)	(4.047)	(5.405)	-	(144.138)
Saldo contábil, líquido	37.867	6.061	1.083	5.603	25.749	1.741	3.790	22.978	104.872
Em 31 de dezembro de 2020									
Saldo inicial	**37.867**	**6.061**	**1.083**	**5.603**	**25.749**	**1.741**	**3.790**	**22.978**	**104.872**
Aquisições	**10.795**	**2.338**	**411**	**1.659**	**8.875**	**363**	**1.185**	**11.772**	**37.398**
Baixas	**(1.629)**	**(5)**	**-**	**(29)**	**(509)**	**-**	**(8)**	**(21)**	**(2.201)**
Transferências	**26.040**	**-**	**-**	**-**	**7.257**	**-**	**-**	**(33.297)**	**-**
Depreciação	**(8.850)**	**(1.845)**	**(152)**	**(1.095)**	**(5.969)**	**(480)**	**(823)**	**-**	**(19.214)**
Saldo contábil, líquido	**64.223**	**6.549**	**1.342**	**6.138**	**35.403**	**1.624**	**4.144**	**1.432**	**120.855**
Em 31 de dezembro de 2020									
Custo	**119.539**	**28.624**	**2.013**	**16.322**	**99.754**	**6.151**	**10.372**	**1.432**	**284.207**
Depreciação acumulada	**(55.316)**	**(22.075)**	**(671)**	**(10.184)**	**(64.351)**	**(4.527)**	**(6.228)**	**-**	**(163.352)**
Saldo contábil, líquido	**64.223**	**6.549**	**1.342**	**6.138**	**35.403**	**1.624**	**4.144**	**1.432**	**120.855**

(i) Saldos referentes a gastos com reformas e benfeitorias de lojas.

(ii) O saldo refere-se a projetos reclassificados para o grupo de intangível, conforme demonstrado na Nota 12.

11. Imobilizado--Continuação

Provisão para redução ao valor recuperável

De acordo com o NBC TG 01 (R4) - Redução ao Valor Recuperável dos Ativos e IAS 36 - Impairment of assets, a Companhia avaliou, ao final de cada exercício, eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar necessidade de teste sobre seu valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças de condições do mercado, dentre outros.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia, considerando as atuais informações e os dados a respeito dos potenciais impactos da pandemia da Covid-19 em suas atividades até o momento, não identificou necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável de seus ativos e está atenta a qualquer indício de perda que possa surgir.

12. Intangível

	Consolidado					
	Fundo de comércio	Marcas e patentes	Projetos de TI e outros	Software	Projetos em andamento (i)	Total
Em 31 de dezembro de 2017						
Custo	6.598	788	3.084	5.736	10.232	26.438
Amortização acumulada	(5.191)	-	(1.329)	(1.889)	-	(8.409)
Saldo contábil, líquido	1.407	788	1.755	3.847	10.232	18.029
Em 31 de dezembro de 2018						
Saldo inicial	1.407	788	1.755	3.847	10.232	18.029
Aquisições	-	-	-	1.377	13.572	14.949
Transferências	-	-	18.905	-	(18.905)	-
Amortização	(654)	-	(3.041)	(1.106)	-	(4.801)
Saldo contábil, líquido	753	788	17.619	4.118	4.899	28.177
Em 31 de dezembro de 2018						
Custo	6.597	788	21.990	7.114	4.899	41.388
Amortização acumulada	(5.844)	-	(4.371)	(2.996)	-	(13.211)
Saldo contábil, líquido	753	788	17.619	4.118	4.899	28.177
Em 31 de dezembro de 2019						
Saldo inicial	753	788	17.619	4.118	4.899	28.177
Aquisições	697	-	198	685	856	2.436
Transferências (ii)	-	(3)	-	-	3.166	3.163
Amortização	(460)	-	(9.299)	(1.128)	-	(10.887)
Saldo contábil, líquido	990	785	8.518	3.675	8.921	22.889
Em 31 de dezembro de 2019						
Custo	**7.295**	**785**	**22.187**	**7.798**	**8.921**	**46.986**
Amortização acumulada	**(6.305)**	**-**	**(13.669)**	**(4.123)**	**-**	**(24.097)**
Saldo contábil, líquido	**990**	**785**	**8.518**	**3.675**	**8.921**	**22.889**
Em 31 de dezembro de 2020						
Saldo inicial	**990**	**785**	**8.518**	**3.675**	**8.921**	**22.889**
Aquisições	**-**	**12**	**679**	**1.541**	**1.016**	**3.248**
Transferências	**(27)**	**-**	**4.336**	**4.793**	**(9.102)**	**-**
Amortização	**(303)**	**-**	**(8.238)**	**(1.648)**	**-**	**(10.189)**
Saldo contábil, líquido	**660**	**797**	**5.295**	**8.361**	**835**	**15.948**
Em 31 de dezembro de 2020						
Custo	**7.268**	**797**	**27.202**	**14.132**	**835**	**50.234**
Amortização acumulada	**(6.608)**	**-**	**(21.907)**	**(5.771)**	**-**	**(34.286)**
Saldo contábil, líquido	**660**	**797**	**5.295**	**8.361**	**835**	**15.948**

(i) Refere-se substancialmente ao projeto de implementação do sistema ERP Oracle Cloud.
(ii) O saldo refere-se a transferências de projetos em andamento para os saldos de imobilizado, conforme demonstrado na nota 11.

12. Intangível--Continuação

Provisão para redução ao valor recuperável

Adicionalmente à avaliação dos ativos imobilizados, a Companhia avaliou, ao final de cada exercício, eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar necessidade de teste sobre seu valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças de condições do mercado, dentre outros.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia, considerando as atuais informações e os dados a respeito dos potenciais impactos da pandemia da Covid-19 em suas atividades até o momento, não identificou necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável de seus ativos e está atenta a qualquer indício de perda que possa surgir.

13. Fornecedores

	Consolidado		
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Fornecedores de produtos para revenda	**216.865**	110.505	137.772
GRCA Empreendimentos e Participações S.A. (Nota 9)	**-**	-	758
Outros fornecedores	**24.230**	26.024	12.132
Ajuste a valor presente	**(3.301)**	(1.873)	(1.757)
	237.794	134.656	148.905

As operações de compras a prazo foram trazidas ao valor presente na data das transações, com base em uma taxa de desconto que envolve a análise da estrutura de capital da Companhia e as incertezas do contexto macroeconômico, a qual foi estimada em 10% a.a.Tendo em vista o cenário econômico em função do Covid-19, a Administração revisou essas taxas e não foi identificada necessidade de atualização para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

A informação sobre a exposição da Companhia para os riscos de liquidez relacionados a fornecedores e outras contas a pagar encontram-se divulgados na Nota 23.

14. Empréstimos e financiamentos

					Consolidado		
	Moeda	Vencimento final	Taxa de juros nominal média a.a. - %	Indexador	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Moeda nacional							
Capital de giro	BRL	**Ago/2023**	**5,36**	**CDI**	**217.546**	141.938	106.136
Capital de giro	BRL	**Dez/2022**	**3,40**	**IPCA**	**22.712**	-	-
Conta garantida	BRL	**Jan/2022**	**5,29**	**CDI**	**60.353**	60.393	60.528
Mútuos	BRL	**Dez/2023**	**-**	**IGPM**	**2.194**	1.509	-
Mútuos	BRL	**Dez/2023**	**-**	**IPCA**	**813**		
Custo de captação	BRL	**-**	**-**	**-**	**(2.671)**	(3.571)	(3.525)
Outros	BRL	**-**	**18,17**	**-**	**-**	371	754
					300.947	200.640	163.893
Moeda estrangeira							
Capital de giro	USD	**-**	**5,80**	**CDI**	**-**	63.094	41.689
FINIMP	USD	**Fev/2021**	**5,50**	**CDI**	**2.520**	12.145	9.930
					2.520	75.239	51.619
					303.467	275.879	215.512
Circulante					**277.531**	105.218	88.173
Não circulante					**25.936**	170.661	127.339

Movimentação dos empréstimos e financiamentos:

	Consolidado						
	31/12/2019	Captações	Amortização	Pagamento de juros	Variação cambial	Juros	31/12/2020
Em moeda nacional							
Capital de giro	141.938	**180.346**	**(84.104)**	**(12.363)**	**-**	**14.441**	**240.258**
Conta garantida	60.393	**-**	**-**	**(4.774)**	**-**	**4.734**	**60.353**
Mútuos	1.509	**2.500**	**(948)**	**(92)**	**-**	**38**	**3.007**
Custo de captação	(3.571)	**(1.434)**	**2.334**	**-**	**-**	**-**	**(2.671)**
Outros	371	**-**	**(368)**	**(24)**	**-**	**21**	**-**
	200.640	**181.412**	**(83.086)**	**(17.253)**	**-**	**19.234**	**300.947**
Em moeda estrangeira							
Capital de giro - USD	63.094	**-**	**(80.751)**	**(3.408)**	**18.058**	**3.007**	**-**
FINIMP	12.145	**2.032**	**(12.969)**	**(918)**	**1.661**	**569**	**2.520**
	75.239	**2.032**	**(93.720)**	**(4.326)**	**19.719**	**3.576**	**2.520**
	275.879	**183.444**	**(176.806)**	**(21.579)**	**19.719**	**22.810**	**303.467**

	Consolidado						
	31/12/2018	Captações	Amortização	Pagamento de juros	Variação cambial	Juros	31/12/2019
Em moeda nacional							
Capital de giro	106.136	104.037	(68.509)	(15.365)	-	15.639	141.938
Conta garantida	60.528	-	-	(5.132)	-	4.997	60.393
Mútuos	-	1.954	(437)	(8)	-	-	1.509
Custo de captação	(3.525)	(1.620)	1.574	-	-	-	(3.571)
Outros	754	-	(441)	(136)	-	194	371
	163.893	104.371	(67.813)	(20.641)	-	20.830	200.640
Em moeda estrangeira							
Capital de giro - USD	41.689	52.470	(35.256)	(6.710)	983	9.918	63.094
FINIMP	9.930	17.397	(15.674)	(2.049)	37	2.504	12.145
	51.619	69.867	(50.930)	(8.759)	1.020	12.422	75.239
	215.512	174.238	(118.743)	(29.400)	1.020	33.252	275.879

14. Empréstimos e financiamentos--Continuação

	Consolidado						
	01/01/2018	Captações	Amortização	Pagamento de juros	Variação cambial	Juros	31/12/2018
Em moeda nacional							
Capital de giro	126.372	38.500	(58.521)	(14.364)	-	14.149	106.136
BNDES	47	-	(47)	-	-	-	-
Conta garantida	60.619	-	-	(6.806)	-	6.715	60.528
Mútuos	-	-	-	-	-	-	-
Custo de captação	(4.754)	(832)	2.061	-	-	-	(3.525)
Outros	1.130	-	(372)	-	-	(4)	754
	183.414	37.668	(56.879)	(21.170)	-	20.860	163.893
Em moeda estrangeira							
Capital de giro – USD	10.945	41.000	(12.727)	(2.132)	2.697	1.906	41.689
FINIMP	-	10.561	-	(988)	-	357	9.930
	10.945	51.561	(12.727)	(3.120)	2.697	2.263	51.619
	194.359	89.229	(69.606)	(24.290)	2.697	23.123	215.512

Informações sobre a exposição da Companhia à taxa de juros e risco de liquidez estão incluídas na Nota 23.

Cronograma de vencimento dos empréstimos no longo prazo:

	Consolidado		
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Vencimento em 2020	**-**	-	107.266
Vencimento em 2021	**-**	132.734	20.073
Vencimento em 2022	**17.433**	37.927	-
Vencimento em 2023	**8.503**	-	-
	25.936	170.661	127.339

Covenants

A Companhia detém empréstimos bancários que apresentam cláusulas restritivas de *covenants* no montante de R$174.664 em 31 de Dezembro de 2020 (R$203.198 em 31 de dezembro de 2019 e R$126.090 em 31 de dezembro de 2018). De acordo com os termos do contrato, esses empréstimos serão pagos em parcelas nos próximos três anos. O contrato contém covenants que estabelece que ao final de cada exercício social determinados índices precisam ser atingidos, como: (i) Dívida Líquida/EBITDA, (ii) EBITDA/Despesas Financeiras, (iii) Dívida Líquida/(Dívida Líquida + Patrimônio Líquido), (iv) Liquidez Corrente, (v) Razão entre PCLD e contas a receber em atraso e (vi) Liquidez Seca.

14. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Covenants--Continuação

Em virtude dos impactos causados pela pandemia do COVID 19, a Companhia renegociou instrumentos de empréstimos e financiamentos que possuíam tais cláusulas restritivas e, com isso, a manutenção destes índices não precisa ser avaliada. A renegociação referente aos contratos com os Bancos Itaú, Citibank, Brasil, Bradesco e BTG Pactual foram efetuadas durante o mês de fevereiro de 2021 e, portanto, na data base 31 de dezembro de 2020, a Companhia classificou o saldo total a pagar de tais contratos para a rubrica de passivo circulante, conforme determina a NBC TG 26 (R3) / CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, sendo tais saldos reclassificados para as rubricas de passivo não circulante em fevereiro de 2021 após a obtenção dos *waivers* contratuais.

Garantias de empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos por cessão fiduciária dos direitos ou títulos a receber, aplicações financeiras e aval dos acionistas.

15. Passivo de arrendamentos

	Consolidado		
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Arrendamentos de alugueis a pagar	**139.134**	159.433	-
Ajuste a valor presente (AVP)	**(19.531)**	(30.727)	-
	119.603	128.706	-
Circulante	**48.411**	44.822	-
Não Circulante	**71.192**	83.884	-

Os vencimentos de longo prazo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 estão assim distribuídos:

	Consolidado					
	31/12/2020			**31/12/2019**		
Exercício	**Valor**	**AVP**	**Saldo**	**Valor**	**AVP**	**Saldo**
2021	**-**	**-**	**-**	38.681	(5.079)	33.602
2022	**39.184**	**(4.900)**	**34.284**	31.954	(6.531)	25.423
2023	**24.544**	**(4.795)**	**19.749**	20.267	(5.415)	14.852
2024	**13.782**	**(3.613)**	**10.169**	9.246	(3.025)	6.221
2025 a 2030	**11.101**	**(4.111)**	**6.990**	6.691	(2.905)	3.786
	88.611	**(17.419)**	**71.192**	106.839	(22.955)	83.884

16. Salários e encargos trabalhistas

	Consolidado		
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Salários a pagar	**4.821**	4.912	4.026
FGTS a recolher	**401**	1.227	630
INSS a recolher	**1.880**	3.369	2.077
Provisão de férias e encargos	**8.009**	8.089	8.522
Outros	**587**	1.405	664
	15.698	19.002	15.919

17. Tributos a recolher

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2018**	**31/12/2020**	**31/12/2019**	**31/12/2018**
PIS	**-**	-	-	**783**	1.364	997
COFINS	**-**	-	-	**3.698**	6.028	4.496
IRRF	**-**	-	-	**1.670**	1.110	860
ICMS (i)	**-**	-	-	**18.312**	14.224	15.557
IOF	**-**	-	-	**69**	114	200
Imposto de renda e contribuição social	**-**	-	-	**4.805**	81	246
Outros	**-**	88	92	**727**	599	320
	-	88	92	**30.064**	23.520	22.676

(i) Subvenção

A Controlada Lojas Avenida goza de benefício sobre incentivo de crédito outorgado do ICMS correspondente a 3% do valor das operações de saídas interestaduais e, durante a utilização do benefício (renovado em 23 de setembro de 2018 até 31 de dezembro de 2022), está obrigada a constituir reserva pelo montante equivalente ao imposto não recolhido. Esses incentivos vêm sendo contabilizados em conta redutora da conta de despesas de ICMS que, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foi de R$8.256 (R$5.073 em 31 de dezembro de 2019 e R$7.096 em 31 de dezembro de 2018).

A Companhia precisa atender às seguintes exigências de forma a ser elegível ao referido incentivo:

- Ampliar e manter em pleno funcionamento o centro distribuidor de mercadorias no Município de Campo Campo (Mato Grosso do Sul), passando a atender às unidades localizadas em outros Estados do Brasil; e

17. Tributos a recolher--Continuação

(i) Subvenção--Continuação

- Manter faturamento mínimo anual no Estado do Mato Grosso do Sul de R$24 milhões. Em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, a Companhia atendeu às exigências listadas acima, junto ao Estado do Mato Grosso do Sul.

Em 31 de dezembro de 2020 o saldo de reserva de incentivo fiscal destacado no patrimônio líquido da controlada direta Lojas Avenida S.A. é de R$60.305 (R$52.049 em 31 de dezembro de 2019 e R$46.976 em 31 de dezembro de 2018).

18. Parcelamento de tributos

	Consolidado		
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2018**
REFIS	**19.780**	20.402	23.376
PIS	**335**	2.711	16
COFINS	**1.724**	-	-
ICMS	**7.647**	1.247	1.485
IRRF	**179**	-	-
Outros	**90**	-	184
	29.755	24.360	25.061
Circulante	**8.123**	3.393	2.759
Não Circulante	**21.632**	20.967	22.302

Cronograma de vencimento dos parcelamentos no longo prazo:

	Consolidado		
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2018**
2020	**-**	-	2.897
2021	**-**	2.879	2.601
2022	**3.560**	2.577	2.358
2023	**3.266**	2.494	2.195
2024 em diante	**14.806**	13.017	12.251
	21.632	20.967	22.302

19. Provisões para demandas judiciais

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões cíveis, tributárias e trabalhistas.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, de análise das demandas judiciais pendentes e de análises de riscos fiscais, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas. Quanto as ações cíveis e trabalhistas com base na experiência anterior, referente às quantias reivindicadas às ações em curso, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas.

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2018**	**31/12/2020**	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Cíveis	**8**	6	34	**1.251**	1.655	3.258
Tributárias	**-**	-	-	**4.646**	6.323	15.555
Trabalhistas	**39**	15	57	**522**	2.431	2.658
	47	21	91	**6.419**	10.409	21.471

A Companhia é parte ativa de processos judiciais que ainda não transitaram em julgado, os quais discutem: (i) a inconstiticionalidade relativa à majoração da base de cálculo do PIS calculado pelo regime cumulativo instituído pela Lei nº 9.718/98; (ii) a inconstiticionalidade da majoração da base de cálculo da COFINS cumulativa de 2% para 3% imposto pela Lei nº 9.718/98; e (iii) a exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições do PIS e da COFINS, relativos aos períodos de janeiro de 2015 a fevereiro de 2017.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 a Companhia obteve o transito em julgado parcial sobre o processo da exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições do PIS e da COFINS entre os anos de 2004 e 2014, para os quais foram reconhecidos os montantes de R$48.881 (R$26.728 tributos recuperados e R$22.153 de atualização monetária), conforme apresentado na Nota 8.

19. Provisões para demandas judiciais--Continuação

Para os processos cujas perdas foram classificadas como prováveis, a administração registrou provisão, cuja movimentação é demonstrada a seguir:

	Consolidado			
	Tributária	**Cível**	**Trabalhista**	**Total**
Saldo em 1º de janeiro de 2018	23.587	2.001	1.811	27.399
Adições (processos e atualizações)	385	5.484	2.361	8.230
Pagamentos	-	(3.956)	(934)	(4.890)
Reversões	(8.417)	(271)	(580)	(9.268)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	15.555	3.258	2.658	21.471
Adições (processos e atualizações)	776	3.991	2.280	7.047
Pagamentos	-	(3.371)	(1.217)	(4.588)
Reversões	(10.008)	(2.223)	(1.290)	(13.521)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	6.323	1.655	2.431	10.409
Adições (processos e atualizações)	**2.790**	**1.156**	**1.915**	**5.861**
Pagamentos	**-**	**(1.993)**	**(452)**	**(2.445)**
Reversões	**(4.467)**	**433**	**(3.372)**	**(7.406)**
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**4.646**	**1.251**	**522**	**6.419**

Em 31 de dezembro de 2020, existem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos da Companhia e subsidiárias como sendo de risco possível, para os quais não existem provisão constituída no montante de R$147.355 (R$113.787 em 31 de dezembro de 2019 e R$86.290 em 31 de dezembro de 2018).

19. Provisões para demandas judiciais--Continuação

	Consolidado		
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Cível	**16.589**	12.316	12.679
Trabalhista	**5.003**	4.815	7.455
Tributária	**125.763**	96.656	66.156
	147.355	113.787	86.290

Os processos mais significativos classificados como de risco possível referem-se a:

a) ICMS apurado pelo Regime de Estimativa Simplificado

O tema está relacionado com 31 Autos de Infração lavrados para exigir o ICMS por conta da alegada exigência do recolhimento da diferença do ICMS pelo Regime de Estimativa Simplificado, decorrente da entrada de mercadorias recebidas em transferência, originárias de estabelecimento localizado em outra unidade federativa, apurados através de levantamento fiscal, conforme o artigo 159 do RICMS, aprovado Decreto 2.212/2014

A Companhia apresentou defesa em face de todas as autuações recebidas, contestando assim a suposta exigência do Fisco, que reunidas somam o montante de R$35.888 em 31 de dezembro de 2020 (R$34.011 em 31 de dezembro de 2019 e R$29.558 em 31 de dezembro de 2018). Atualmente os processos aguardam julgamento em esfera administrativa.

b) Auto de infração 34722 - ICMS - Fazenda do Estado Mato Grosso do Sul

A Companhia sofreu autuação por parte da Fazenda do Estado do Mato Grosso em suposta divergência na base de cálculo do ICMS nas operações de saída de mercadorias referente ao período compreendido entre janeiro de 2015 a dezembro de 2016. Os processos estão em discussão nas esferas judicial e administrativa e os montantes envolvidos com aplicação de juros e multa de mora equivalem a R$18.176 em 31 de dezembro de 2020 (R$17.798 em 31 de dezembro de 2019 e R$13.496 em 31 de dezembro de 2018).

c) Auto de infração 34725 - ICMS - Receita Estadual do Estado do Mato Grosso do Sul

A Companhia sofreu autuação por parte da Fazenda do Estado do Mato Grosso em supostas operações de saídas de mercadorias não registradas referente ao período compreendido entre janeiro de 2015 e dezembro de 2016. Os processos estão em discussão nas esferas judicial e administrativa e os montantes envolvidos com aplicação de juros e multa de mora equivalem a R$6.038 em 31 de dezembro de 2020 (R$5.894 em 31 de dezembro de 2019 e R$5.652 em 31 de dezembro de 2018).

19. Provisões para demandas judiciais--Continuação

d) Delegacia da Receita Federal

Trata-se de Despacho Decisório n° 0822/2017, proferido pela Delegacia da Receita Federal do Brasil em Cuiabá ("DRF Cuiabá") que indeferiu as retificações das Declarações de Débitos e Créditos Tributários Federais ("DCTF's") intentadas pela Lojas Avenida S.A. para os anos-calendários de 2012 a 2014. Os processos estão em discussão nas esferas judicial e administrativa e os montantes envolvidos com aplicação de juros e multa de mora equivalem a R$16.576 em 31 de dezembro de 2020 (R$14.270 em 31 de dezembro de 2019 e R$13.825 em 31 de dezembro de 2018).

20. Patrimônio líquido

Capital social

Em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 o capital social da Companhia monta em R$219.810, composto por 21.849.264 ações ordinárias nominativas e 2.913.236 ações preferenciais, totalizando 24.762.500 ações, todas elas nominativas e sem valor nominal.

Posição acionária em 31/12/2020, 2019 e 2018:

Acionistas	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Ações Total	% Ações Ordinárias	% Ações Preferenciais	% Ações Total
Ailton Caseli	4.353.574	-	4.353.574	19,93	-	17,58
Christian Caseli	3.394.775	-	3.394.775	15,54	-	13,71
Rodrigo Caseli	3.394.775	-	3.394.775	15,54	-	13,71
Fundo de Investimentos em Participações Kinea Private Equity II	6.890.471	1.874.958	8.765.429	31,54	64,36	35,40
Fundo de Investimentos em Participações Kinea Private Equity III	1.540.486	419.180	1.959.666	7,05	14,39	7,91
Kinea Co-Investimento III Fundo de Investimento em Participações	2.275.183	619.098	2.894.281	10,41	21,25	11,69
Total	**21.849.264**	**2.913.236**	**24.762.500**	**100**	**100**	**100**

Conforme reforma do estatuto social aprovada em 12 de fevereiro de 2021, todas as ações têm os mesmos direitos com relação aos ativos líquidos residuais da Companhia. Cada ação dá direito a um voto nas assembleias gerais e faz jus ao dividendo mínimo obrigatório, serão indivisíveis perante a sociedade, que não lhes concederá mais que um proprietário para cada unidade e é vedada à Companhia a emissão de partes beneficiárias, não havendo até o momento partes beneficiárias em circulação.

Reserva legal

O Estatuto Social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social.

20. Patrimônio líquido--Continuação

Dividendos

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro auferido no exercício, ajustado na forma da Lei. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 não foram distribuídos dividendos aos acionistas uma vez que a Companhia possui saldos de prejuízos acumulados.

21. Resultado por ação

O cálculo do lucro (prejuízo) básico por ação é feito por meio da divisão do lucro líquido (prejuízo) do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício. O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado por meio da divisão do lucro líquido (prejuízo) atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício somados à quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias e preferenciais potenciais diluidoras (opções de ações e ações restritas). O resultado diluído por ação é igual ao resultado básico por ação. A Companhia não possui qualquer instrumento financeiro que possa ter efeito dilutivo.

Abaixo está demonstrado o resultado por ação básico e diluído:

	Controladora e Consolidado		
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Numerador			
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	**(51.022)**	25.268	6.674
Denominador			
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias e preferenciais	**24.762.500**	24.762.500	24.762.500
Resultado básico e diluído por ação (R$)	**(2,0605)**	1,0204	0,2695

22. Gerenciamento do capital

A política da Diretoria é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado para manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora o retorno de capital e também o nível de dividendos para acionistas.

A Diretoria procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável. O objetivo da Companhia é atingir o retorno de capital alinhado ao seguimento em que atua. Visto que a Companhia não atua em mercado monopolizado e/ou oligopólio, o retorno sobre o capital empregado converge ao custo de capital (WACC).

A Companhia monitora o capital usando um índice representado pela dívida líquida, dividido pelo patrimônio líquido ajustado. Para esse propósito, a dívida líquida é definida como o total dos passivos (incluindo empréstimos e financiamentos), menos caixa e equivalentes caixa e aplicações financeiras.

A dívida ajustada da Companhia para relação do patrimônio líquido ao final do exercício é apresentada a seguir:

	Consolidado		
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Total dos empréstimos	**303.467**	275.879	215.512
Menos: caixa e equivalentes de caixa	**(72.579)**	(57.693)	(57.490)
Menos: aplicações financeiras	**(70.209)**	(54.327)	(43.979)
Dívida líquida	**160.679**	163.859	114.043
Total do patrimônio líquido	**53.643**	102.875	76.688
Índice de alavancagem financeira	**3,00**	1,59	1,49

23. Instrumentos financeiros

a) Classificação contábil e valores justos

As tabelas abaixo demonstram as principais ativos e passivos financeiros da Companhia, e a comparação da classificação em custo amortizado com os respectivos montantes estimados de valor justo.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020			
	Custo amortizado	Valor justo	Custo amortizado	Valor justo
Ativos, conforme o balanço patrimonial				
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	72.579	72.579
Aplicações financeiras	14	14	70.209	70.209
Contas a receber	-	-	190.769	190.769
Instrumentos financeiros	-	-	-	411
Adiantamento a fornecedores	-	-	3.869	3.869
Despesas antecipadas	-	-	5.973	5.973
Outras contas a receber	-	-	7.638	7.638
Passivos, conforme o balanço patrimonial				
Fornecedores	-	-	(237.794)	(237.794)
Empréstimos e financiamentos	-	-	(303.467)	(303.467)
Passivo de arrendamentos	-	-	(119.603)	(119.603)
Parcelamento de tributos	-	-	(29.755)	(29.755)

23. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Classificação contábil e valores justos--Continuação

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019			
	Custo amortizado	Valor justo	Custo amortizado	Valor justo
Ativos, conforme o balanço patrimonial				
Caixa e equivalentes de caixa	1	1	57.693	57.693
Aplicações financeiras	102	102	54.327	54.327
Contas a receber	-	-	180.004	180.004
Instrumentos financeiros	-	-	-	4.395
Adiantamento a fornecedores	-	-	3.473	3.473
Despesas antecipadas	-	-	641	641
Outras contas a receber	-	-	10.656	10.656
Passivos, conforme o balanço patrimonial				
Fornecedores	-	-	(134.656)	(134.656)
Empréstimos e financiamentos	-	-	(275.879)	(275.879)
Passivo de arrendamentos	-	-	(128.706)	(128.706)
Parcelamento de tributos	-	-	(24.360)	(24.360)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018			
	Custo amortizado	Valor justo	Custo amortizado	Valor justo
Ativos, conforme o balanço patrimonial				
Caixa e equivalentes de caixa	2	2	57.490	57.490
Aplicações financeiras	-	-	43.979	43.979
Contas a receber	-	-	149.318	149.318
Instrumentos financeiros	-	-	-	2.666
Adiantamento a fornecedores	-	-	4.595	4.595
Despesas antecipadas	-	-	81	81
Outras contas a receber	-	-	7.990	7.990
Passivos, conforme o balanço patrimonial				
Fornecedores	-	-	(148.905)	(148.905)
Empréstimos e financiamentos	-	-	(215.512)	(215.512)
Parcelamento de tributos	-	-	(25.061)	(25.061)

23. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Classificação contábil e valores justos--Continuação

A Companhia adota a mensuração a valor justo de seus ativos e passivos financeiros. Valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados.

Os valores de valor justo dos ativos e passivos financeiros apresentados para fins de divulgação consideraram o Nível 2 de mensuração.

b) Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado; e
- Risco de taxa de juros.

23. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Gerenciamento dos riscos financeiros--Continuação

i) *Estrutura de gerenciamento de risco*

A Administração da Companhia tem a responsabilidade para o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposto, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

ii) *Risco de crédito*

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

Aplicações financeiras

Os montantes são mantidos em instituições financeiras de primeira linha a fim de minimizar o risco de crédito trazido por essas operações.

Contas a receber e outros recebíveis

A exposição da Companhia a risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. A Companhia estabeleceu uma política de crédito na qual cada novo cliente é analisado individualmente quanto à sua condição financeira antes de a Companhia apresentar sua proposta de limite de crédito e termos de pagamento. A revisão efetuada pela Companhia inclui *ratings* externos, quando disponíveis, e em alguns casos referências bancárias. Limites de crédito são estabelecidos para cada cliente e são revisados periodicamente.

23. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Gerenciamento dos riscos financeiros--Continuação

ii) *Risco de crédito*--Continuação

A metodologia de cálculo revisada leva em conta o histórico do cliente, a situação financeira e a posição dos assessores jurídicos quanto ao recebimento desses créditos.

iii) *Risco de liquidez*

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia busca manter o nível de seu "Caixa e equivalentes de caixa" e outros investimentos altamente negociáveis em um montante superior as saídas de caixa para liquidação de passivos financeiros (outros que não "Fornecedores"). A Companhia gerencia suas entradas e saídas de caixa em bases mensais, trimestrais e anual. A análise mensal é realizada projetando-se as entradas e saídas de caixa numa base diária. A Companhia monitora também o nível esperado de entradas de fluxos de caixa proveniente do contas a receber e outros recebíveis em conjunto com as saídas esperadas de caixa relacionadas à fornecedores e outras contas a pagar.

Em 31 de dezembro de 2020, o fluxo de caixa esperado proveniente do contas a receber e outros recebíveis com vencimento dentro de 90 dias foi de R$133.633 (R$146.972 em 31 de dezembro de 2019 e R$147.990 em 31 de dezembro de 2018). Isso exclui o potencial impacto de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, tais como desastres naturais.

Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros remanescentes na data das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impacto dos acordos de compensação.

23. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Gerenciamento dos riscos financeiros--Continuação

iii) *Risco de liquidez*--Continuação

Exposição ao risco de liquidez--Continuação

Consolidado	Fluxo contratual de pagamentos	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois a três anos	Acima de três anos
Em 31 de dezembro de 2020					
Fornecedores	**(241.095)**	**(241.095)**	**-**	**-**	**-**
Empréstimos e financiamentos	**(326.407)**	**(145.961)**	**(142.494)**	**(35.439)**	**(2.513)**
Passivos de arrendamentos	**(139.134)**	**(50.523)**	**(39.184)**	**(24.544)**	**(24.883)**
Parcelamento de tributos	**(29.755)**	**(8.008)**	**(3.919)**	**(3.140)**	**(14.688)**
Em 31 de dezembro de 2019					
Fornecedores	(136.529)	(136.529)	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	(305.141)	(127.411)	(138.256)	(39.474)	-
Passivos de arrendamentos	(159.433)	(52.593)	(38.681)	(31.954)	(36.205)
Parcelamento de tributos	(23.371)	(3.222)	(2.890)	(2.579)	(14.680)
Em 31 de dezembro de 2018					
Fornecedores	(150.662)	(150.662)	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	(235.306)	(101.407)	(112.686)	(21.213)	-
Parcelamento de tributos	(25.886)	(2.760)	(2.706)	(2.410)	(18.010)

iv) *Risco de mercado*

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado - tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

v) *Risco de taxa de juros*

A Companhia possui 100% em 31 de dezembro de 2020 (100% em 31 de dezembro de 2019 e 2018) do valor do endividamento em contratos com juros pós-fixados, os quais variam de acordo com o CDI, IPCA e IGPM. Em contrapartida possui aplicações financeiras que variam também de acordo com o CDI, fato que mitiga parcialmente possíveis variações não esperadas a médio e longo prazo.

23. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Gerenciamento dos riscos financeiros--Continuação

v) *Risco de taxa de juros*--Continuação

Exposição ao risco de taxa de juros

O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros da Companhia remunerados por juros, conforme reportado à Administração da Companhia, está apresentado abaixo:

		Controladora			Consolidado		
	Taxa de juros	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Aplicações financeiras							
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	CDI	**14**	102	-	**133.033**	100.031	92.647
Fundo de investimento	CDI	**-**	-	1	**-**	757	20
Empréstimos e financiamentos							
Capital de giro, conta garantida e outros	CDI	**-**	-	-	**277.899**	273.999	218.283
Capital de giro, conta garantida e outros	IPCA	**-**	-	-	**23.525**	-	-
Mútuos	IGPM	**-**	-	-	**2.194**	1.509	-

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

Os Pronunciamentos Técnicos CPCs 39, 40 e 48, cujas Normas Brasileiras de Contabilidade correlatas são a NBC TG 39 (R5), NBC TG 40 (R3) e NBC TG 48, dispõem sobre a apresentação de informações sobre instrumentos financeiros, em nota explicativa específica, e sobre a divulgação do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade. Além disso, a Instrução CVM nº 475/08 da CVM exige a apresentação de dois cenários específicos, sendo que tais cenários consideram uma situação de deterioração de 25% e 50% em relação à situação provável.

23. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Gerenciamento dos riscos financeiros--Continuação

v) *Risco de taxa de juros*--Continuação

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável--Continuação

Considerando essas exposições a juros, a análise de sensibilidade quanto à posição em aberto é como segue:

	Ganho (perda) - Consolidado		
	31/12/2020		
Risco	Cenário Provável	Cenário possível (25%)	Cenário remoto (50%)
Aplicações financeiras - CDI	2.528	1.896	1.264
Empréstimos e financiamentos - CDI	(5.280)	(6.600)	(7.920)
Empréstimos e financiamentos - IGPM	(508)	(635)	(762)
Empréstimos e financiamentos - IPCA	(1.047)	(1.309)	(1.571)

O cenário possível considera aumento das taxas de juros em 25% considerando os índices oficiais da CETIP e FGV em 31 de dezembro de 2020 e o cenário remoto um aumento de 50%.

23. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Gerenciamento dos riscos financeiros--Continuação

v) *Risco de taxa de juros*--Continuação

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável--Continuação

A Companhia e suas controladas incluem Swap e NDF na análise de sensibilidade utilizando os seguintes cenários:

Cenário I - considerado como referencial pela Companhia e suas controladas: obtido através da cotação do câmbio a R$ /US$ e taxas CDI, com base na compilação de projeções mercadológicas extraídas de relatórios das principais consultorias, instituições financeiras nacionais e internacionais e do Banco Central do Brasil.

Cenário II e III - redução sobre as taxas câmbio e de CDI - esses cenários consideram reduções (deterioração) de 25% e 50% sobre as taxas de juros (marcados a mercado) atreladas aos instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia e suas controladas com posições em aberto na data de fechamento.

Os valores de sensibilidade na tabela abaixo são de variações dos instrumentos financeiros derivativos sob cada cenário.

	Consolidado		
	31/12/2020		
	Cenário provável (I)	**Cenário (II) Deterioração 25%**	**Cenário (III) Deterioração 50%**
Swap	**411**	**514**	**617**
Total	**411**	**514**	**617**

vi) *Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira captados para importação de mercadorias de revenda e Instrumentos financeiros derivativos designados para contabilização de proteção*

Para a proteção de suas operações com exposição em USD, a Companhia optou pela contratação de empréstimo em moeda estrangeira (Resolução 4.131) através de swap cambial, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

23. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Gerenciamento dos riscos financeiros--Continuação

vi) *Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira captados para importação de mercadorias de revenda e Instrumentos financeiros derivativos designados para contabilização de proteção*--Continuação

Em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 a Companhia e suas controladas possuíam as seguintes posições com instrumentos financeiros derivativos:

			Consolidado					
			31/12/2020		31/12/2019		31/12/2018	
	Objeto de proteção	Moeda de referência	Valor notional (R$)	Valor justo (R$)	Valor notional (R$)	Valor justo (R$)	Valor notional (R$)	Valor justo (R$)
NDF (bancos)	**Moeda**	**USD**	**-**	**-**	-	-	13.828	2.040
SWAP	**Moeda**	**USD**	**2.032**	**411**	88.976	4.395	37.130	626
			2.032	**411**	88.976	4.395	50.958	2.666

24. Imposto de renda e contribuição social diferidos

a) Valores reconhecidos no resultado do exercício:

	Consolidado		
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Despesa corrente de imposto de renda e contribuição social:			
Despesa do ano corrente	**(10.319)**	-	(1.980)
	(10.319)	-	(1.980)
Despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos:			
Originado e revertido de diferenças temporárias:			
Provisão para perdas de crédito esperada	**3.202**	1.305	2.875
Reversão (provisão) para verba cooperada	**9**	-	(42)
Provisão (reversão) para perdas nos estoques	**671**	(75)	(37)
Provisão receitas/despesas diversas	**390**	(5.849)	(4.233)
Provisões (reversão) para demandas judiciais	**(4.089)**	(3.951)	(1.812)
Provisão de PIS e COFINS a recuperar sobre exclusão de ICMS	**16.620**	(16.620)	-
AVP e amortização de arrendamentos	**16.846**	16.381	-
Variação cambial	**1.486**	-	-
AVP contas a receber	**151**	-	-
Pagamento de passivo com arrendamento	**(14.235)**	(14.204)	-
Reconhecimento de prejuízos fiscais:	**20.147**	7.970	(821)
	41.198	(15.043)	(4.070)
Total de impostos no resultado	**30.879**	(15.043)	(6.050)

24. Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

b) Conciliação da taxa efetiva

	Consolidado		
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2018**
(Prejuízo) lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**(81.947)**	40.333	12.730
Alíquota fiscal nominal	**34%**	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social:			
Pela alíquota fiscal combinada	**29.437**	(13.957)	(4.048)
Efeito do imposto de renda e contribuição social sobre adições e exclusões ao lucro (prejuízo) contábil:			
Adições e exclusões (Nota 24.a)	**(18.705)**	(9.056)	(2.446)
(Reconhecimento) compensação de prejuízos fiscais	**20.147**	7.970	-
Outros		-	444
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	**30.879**	(15.043)	(6.050)
Alíquota efetiva	**38%**	37%	48%
Imposto de renda e contribuição social correntes	**(10.319)**	-	(1.980)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**41.198**	(15.043)	(4.070)
	30.879	(15.043)	(6.050)

c) Composição dos tributos diferidos

	Consolidado		
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Diferenças temporárias			
Provisão para perdas de crédito esperadas	**19.130**	11.126	6.389
Provisão para perda com verba coperada	**139**	114	114
Provisão para perda com devolução a fornecedores	**670**	670	670
Provisão para não realização de adiantamento a fornecedores	**403**	138	138
Provisão para perdas nos estoques	**4.679**	2.706	2.926
Provisão para perdas com tributos a recuperar	**216**	7.337	8.503
Provisão de receitas e despesas diversas	**(10.440)**	(7.760)	116
Demandas judiciais	**4.293**	8.544	19.851
Variação cambial	**152**	(4.218)	43
Provisão de PIS e COFINS a recuperar sobre exclusão de ICMS	**-**	(48.881)	-
Juros e amortização de arrendamentos	**101.972**	48.180	-
Pagamento de passivo com arrendamento	**(83.696)**	(41.775)	-
Outros	**(1.901)**	(1.900)	(1.474)
	35.617	(25.719)	37.276
Perda por redução ao valor recuperável (*"impairment"*)			
Impairment s/ bens móveis	**1.109**	1.109	1.109
	36.726	(24.610)	38.385
IRPJ sobre diferenças temporárias	**9.204**	(6.153)	9.596
CSLL sobre diferenças temporárias	**3.811**	(1.884)	4.121
	13.015	(8.037)	13.717
Prejuízos fiscais e Base de cálculo negativa da IRPJ e CSLL	**127.154**	71.169	47.900
IRPJ sobre prejuízos fiscais (25%)	**31.789**	17.792	11.975
CSLL sobre prejuízos fiscais e base negativa (9% e 15%) (i)	**14.117**	10.589	8.436
	45.906	28.381	20.411
Total de IRPJ	**40.993**	11.639	21.571
Total de CSLL	**17.928**	6.084	11.195
Total tributos diferidos	**58.921**	17.723	32.766

24. Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

c) Composição dos tributos diferidos

(i) A partir do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2019, a alíquota da CSLL para administradoras de cartões de crédito passou a ser de 15% (20% em 31 de dezembro de 2018), conforme determinado pelo Art. 30 da IN RFB 1.700/2017.

A movimentação dos impostos diferidos é como segue:

	Consolidado		
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Saldo inicial	**17.723**	32.766	36.836
Realização	**(18.324)**	(40.699)	(6.945)
Constituição	**59.522**	28.277	4.237
Baixas	**-**	(2.621)	(1.362)
Saldo final	**58.921**	17.723	32.766

A recuperabilidade do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício ou quando não for provável a disponibilidade de lucros tributáveis futuros para a recuperação de todo o ativo ou parte dele. Na avaliação da Administração, o atual cenário impactado pelo Covid-19, não afetou as projeções de lucros futuros tributáveis, às quais são suportadas por estudos técnicos de viabilidade, permitindo a recuperabilidade de créditos em um período não superior a 10 anos. Além disso, a estimativa da realização dos tributos diferidos envolve as incertezas das demais estimativas. Segue abaixo a expectativa de realização dos tributos diferidos por ano conforme análise preparada e aprovada pelo Conselho de Administração:

Ano 2021	**2.911**
Ano 2022	**5.982**
Ano 2023	**8.670**
Ano 2024	**11.169**
Ano 2025	**13.764**
Ano 2026	**16.425**
	58.921

25. Receita operacional

	Consolidado		
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Receita operacional:			
Vendas de mercadorias	**766.586**	714.934	682.190
Produtos financeiros	**75.797**	115.207	104.867
Comissões	**17.364**	21.142	17.388
	859.747	851.283	804.445
Deduções:			
Impostos sobre vendas	**(174.617)**	(138.634)	(130.670)
Descontos concedidos	**(22.060)**	(17.148)	(18.291)
Devoluções e abatimentos	**(21.742)**	(17.644)	(17.722)
	(218.419)	(173.426)	(166.683)
	641.328	677.857	637.762

26. Despesas por natureza

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2018**	**31/12/2020**	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Compra dos produtos vendidos	**-**	-	-	**(330.355)**	(335.861)	(302.988)
Gastos com pessoal	**(88)**	(87)	(24)	**(121.292)**	(121.710)	(112.012)
Depreciação e amortização	**-**	-	-	**(73.212)**	(59.846)	(23.714)
Provisão para perda de crédito esperadas	**-**	-	-	**(28.074)**	(32.778)	(39.683)
Ocupação	**-**	-	-	**(37.974)**	(29.738)	(50.540)
Serviços de terceiros	**(24)**	-	(102)	**(14.029)**	(18.187)	(16.940)
Ações comerciais, campanhas e materiais de publicidade	**-**	-	-	**(14.207)**	(11.610)	(9.265)
Fretes e carretos	**-**	-	-	**(15.716)**	(10.542)	(10.396)
Manutenções	**-**	-	-	**(6.716)**	(9.080)	(9.045)
Despesas com demandas judiciais (provisões e reversões)	**(26)**	70	(91)	**(1.545)**	(6.474)	(1.038)
Perdas de estoques de mercadorias	**-**	-	-	**(6.295)**	(3.812)	(4.027)
Viagens e estadias	**-**	-	-	**(4.821)**	(3.218)	(3.772)
Taxa de administração cartão	**-**	-	-	**(4.289)**	(3.481)	(3.538)
Provisão (reversão) para perdas com estoques	**-**	-	-	**(1.845)**	92	108
Verbas cooperadas	**-**	-	-	**8.952**	7.610	7.072
Ajuste a valor presente - custo	**-**	-	-	**25.034**	19.514	19.938
Outras receitas (despesas)	**-**	-	4	**(7.853)**	7.100	(5.739)
Total de custo de vendas, despesas de venda e despesas gerais e administrativas	**(138)**	(17)	(213)	**(634.237)**	(612.021)	(565.579)
Custo das mercadorias e serviços vendidos	**-**	-	-	**(304.556)**	(312.330)	(278.865)
Despesas de venda	**-**	-	-	**(236.993)**	(194.614)	(204.188)
Despesas gerais e administrativas	**(138)**	(17)	(213)	**(92.688)**	(105.077)	(82.526)
	(138)	(17)	(213)	**(634.237)**	(612.021)	(565.579)

27. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Recuperação de tributos (i)	-	-	-	-	32.469	-
Receitas eventuais	-	-	-	**2.181**	2.000	751
Bonificações de fornecedores	-	-	-	-	98	731
Outras receitas	-	-	-	-	2.372	361
	-	-	-	**2.181**	36.939	1.843
Baixa de bens do ativo imobilizado	-	-	-	**(730)**	(3.653)	-
Perdas eventuais	-	-	-	**(1.427)**	(2.659)	(3.594)
Despesas tributárias	-	(1)	-	**(556)**	(2.639)	(2.356)
Outras despesas	**(9)**	-	-	**(196)**	(893)	(1.234)
	(9)	(1)	-	**(2.909)**	(9.844)	(7.184)
	(9)	(1)	-	**(728)**	27.095	(5.341)

(i) Substancialmente referente ao reconhecimento, pela controlada Lojas Avenida, no 4º trimestre de 2019, de créditos de PIS e COFINS dos anos de 2004 a 2014, decorrentes do trânsito em julgado de decisão favorável à Companhia em ação judicial que discutia a tese da exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, no valor de R$48.881, registrados nas rubricas de tributos a recuperar em contra partida às rubricas de outras receitas (despesas) operacionais, líquidas e resultado financeiro, líquido, nos montantes de R$26.728 e R$22.153 respectivamente.

28. Resultado financeiro, líquido

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Juros ativos e atualização monetária (i)	-	-	-	**655**	22.153	-
Variação cambial ativa	-	-	-	-	5.489	-
Ganhos sobre aplicações financeiras	-	-	-	**2.433**	5.181	4.694
Instrumentos financeiros	-	-	-	**15.539**	1.729	2.805
Descontos obtidos	-	-	-	**23**	62	166
Outras receitas	-	-	-	**166**	1.486	642
Receitas financeiras	-	-	-	**18.816**	36.100	8.307
Juros	-	-	-	**(30.186)**	(31.886)	(26.151)
Ajuste a valor presente - fornecedores	-	-	-	**(25.034)**	(19.514)	(19.938)
Juros de passivo de arrendamento	-	-	-	**(9.983)**	(13.549)	-
Descontos concedidos	-	-	-	**(9.654)**	(12.524)	(7.459)
Instrumentos financeiros	-	-	-	**(16.566)**	(3.071)	(1.738)
Taxa e despesas bancárias	-	-	(1)	**(6.384)**	(3.028)	(1.385)
IOF	-	-	-	**(1.222)**	(1.295)	(1.494)
Despesas tributárias	-	-	-	-	(819)	(1.528)
Variação cambial passiva	-	-	-	**(4.547)**	-	-
Outras despesas	**(2)**	(2)	-	**(3.550)**	(3.012)	(2.726)
Despesas financeiras	**(2)**	(2)	(1)	**(107.126)**	(88.698)	(62.419)
Resultado financeiro, líquido	**(2)**	(2)	(1)	**(88.310)**	(52.598)	(54.112)

(i) O valor de R$22.153 refere-se à correção monetária do Crédito Fiscal reconhecido atualizada até 31 de dezembro de 2019, em que a Companhia obteve êxito em ação judicial perante o Supremo Tribunal Federal referente a inconstitucionalidade da inclusão do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na base de cálculo do Pis e da Cofins.

29. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. A cobertura de seguros, por natureza, em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 é composta conforme quadros abaixo:

31/12/2020			
Classificação	**Risco Assegurado**	**Valor do Risco Segurado**	**Vigência**
Danos materiais/corporais	Instalações comerciais, estoques e outros	43.608	2020 – 2021
Responsabilidade civil	Risco de Administradores e Diretores	45.000	2020 – 2021

30. Informações por segmento

Os segmentos operacionais são reportados de forma consistente com os relatórios gerenciais utilizados pelos principais tomadores de decisões estratégicas e operacionais para fins de avaliação de desempenho de cada segmento e alocação de recursos:

- Varejo: comércio varejista de artigos do vestuário masculino, feminino, infantil, perfumaria, cosméticos, relógios e artigos de cama mesa e banho.
- Produtos financeiros: financiamento de compras, seguros e a prática de operações ativas e passivas inerentes ás companhias de crédito, tais como Cartão Avenida.
- Holding: gestão e controle dos investimentos e das operações das controladas.

Resultado exercício findo em 31 de dezembro de 2020:

	31 de dezembro de 2020				
	Varejo	**Produtos financeiros**	**Holding**	**Eliminações**	**Consolidado**
Receita operacional	**556.996**	**89.321**	**-**	**(4.989)**	**641.328**
Custos dos produtos vendidos/serviços prestados	**(279.936)**	**(24.620)**	**-**	**-**	**(304.556)**
Lucro bruto	**277.060**	**64.701**	**-**	**(4.989)**	**336.772**
Despesas operacionais	**(293.196)**	**(36.347)**	**(138)**	**-**	**(329.681)**
Outras receitas (despesas) operacionais	**34.654**	**(35.373)**	**(9)**	**-**	**(728)**
Resultado financeiro, líquido	**(74.065)**	**(19.233)**	**(2)**	**4.990**	**(88.310)**
Receitas/(despesas) de tributos sobre o resultado	**20.707**	**10.172**	**-**	**-**	**30.879**
Equivalência patrimonial	**-**	**-**	**(50.873)**	**50.873**	**-**
Lucro (prejuízo) por segmento	**(34.840)**	**(16.080)**	**(51.022)**	**50.874**	**(51.068)**

30. Informações por segmento--Continuação

Ativos e passivos em 31 de dezembro de 2020:

	31 de dezembro de 2020				
	Varejo	Produtos financeiros	Holding	Eliminações	Consolidado
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	71.488	1.091	-	-	72.579
Aplicações financeiras	70.195	-	14	-	70.209
Contas a receber	169.759	155.420	-	(134.865)	190.314
Estoques	74.417	-	-	-	74.417
Adiantamento a fornecedores	3.444	425	-	-	3.869
Tributos a recuperar	43.749	745	1	-	44.495
Instrumentos financeiros	411	-	-	-	411
Despesas antecipadas	5.973	-	-	-	5.973
Outros ativos	58.128	42.922	-	(93.560)	7.490
Total do ativo circulante	497.564	200.603	15	(228.425)	469.757
Não circulante					
Tributos a recuperar	2.746	-	-	-	2.746
Tributos diferidos	37.784	21.137	-	-	58.921
Depósitos judiciais	354	47	10	-	411
Partes relacionadas	37.286	4.209	7.000	(13.035)	35.460
Outros ativos	148	-		-	148
Investimentos	-	-	96.749	(96.749)	-
Imobilizado	120.776	79	-	-	120.855
Ativo de direito de uso - arrendamento mercantil	97.759	-	-	-	97.759
Intangível	14.377	1.571	-	-	15.948
Total do ativo não circulante	311.230	27.043	103.759	(109.784)	332.248
Total do ativo	808.794	227.646	103.774	(338.209)	802.005

30. Informações por segmento--Continuação

Ativos e passivos em 31 de dezembro de 2020:--Continuação

	31 de dezembro de 2020				
	Varejo	Produtos financeiros	Holding	Eliminações	Consolidado
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	235.845	1.949	-	-	237.794
Empréstimos e financiamentos	216.738	60.793	-	-	277.531
Passivo de arrendamento	48.411	-	-	-	48.411
Salários e encargos trabalhistas	15.261	437	-	-	15.698
Tributos a recolher	29.025	1.039	-	-	30.064
Parcelamento de tributos	7.974	149	-	-	8.123
Partes relacionadas	-	-	-	-	-
Outros passivos	31.544	199.691	20	(228.392)	2.863
Total do passivo circulante	584.798	264.058	20	(228.392)	620.484
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	25.936	-	-	-	25.936
Passivo de arrendamento	71.192	-	-	-	71.192
Parcelamento de tributos	21.097	535	-	-	21.632
Provisão para demandas judiciais	6.010	362	47	-	6.419
Provisão para passivo a descoberto	-	-	41.238	(41.238)	-
Partes relacionadas	2.924	-	8.826	(11.750)	-
Outros passivos	-	3.942	-	(1.286)	2.656
Total do passivo não circulante	127.159	4.839	50.111	(54.274)	127.835
Capital social	220.000	1.000	219.810	(221.000)	219.810
Reserva de capital	8.162	-	8.155	(8.162)	8.155
Reserva de subvenção	57.012	-	-	(57.012)	-
Prejuízos acumulados	(188.337)	(42.251)	(174.322)	230.588	(174.322)
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	96.837	(41.251)	53.643	(55.586)	53.643
Participação de não controladores	-	-	-	43	43
Total do patrimônio líquido	96.837	(41.251)	53.643	(55.543)	53.686
Total do passivo e patrimônio líquido	808.794	227.646	103.774	(338.209)	802.005

30. Informações por segmento--Continuação

Resultado exercício findo em 31 de dezembro de 2019:

	31 de dezembro de 2019				
	Varejo	Produtos financeiros	Holding	Eliminações	Consolidado
Receita operacional	551.672	129.964	-	(3.779)	677.857
Custos dos produtos vendidos/serviços prestados	(286.193)	(26.137)	-	-	(312.330)
Lucro bruto	265.479	103.827	-	(3.779)	365.527
Despesas operacionais	(250.214)	(49.460)	(17)	-	(299.691)
Outras receitas (despesas) operacionais	58.196	(31.099)	(1)	(1)	27.095
Resultado financeiro, líquido	(36.925)	(19.450)	(2)	3.779	(52.598)
Receitas/(despesas) de tributos sobre o resultado	(11.896)	(3.147)	-	-	(15.043)
Equivalência patrimonial	-	-	25.288	(25.288)	-
Lucro (prejuízo) por segmento	24.640	671	25.268	(25.289)	25.290

Ativos e passivos em 31 de dezembro de 2019:

	31 de dezembro de 2019				
	Varejo	Produtos financeiros	Holding	Eliminações	Consolidado
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	56.462	1.230	1	-	57.693
Aplicações financeiras	24.584	-	102	-	24.686
Contas a receber	232.509	153.819	-	(206.324)	180.004
Estoques	63.824	-	-	-	63.824
Adiantamento a fornecedores	2.586	887			3.473
Tributos a recuperar	25.555	1.953	1	-	27.509
Instrumentos financeiros	4.395	-	-	-	4.395
Despesas antecipadas	581	60	-	-	641
Outros ativos	22.775	99.656	-	(111.916)	10.515
Total do ativo circulante	433.271	257.605	104	(318.240)	372.740
Não circulante					
Aplicações financeiras	29.641	-	-	-	29.641
Tributos a recuperar	31.601	-	-	-	31.601
Tributos diferidos	6.823	10.900	-	-	17.723
Depósitos judiciais	571	47	19	-	637
Partes relacionadas	34.674	4.209	6.999	(12.812)	33.070
Outros ativos	141	-	-	-	141
Investimentos	-	-	129.768	(129.768)	-
Imobilizado	104.765	107	-	-	104.872
Ativo de direito de uso - arrendamento mercantil	122.301	-	-	-	122.301
Intangível	20.927	1.962	-	-	22.889
Total do ativo não circulante	351.444	17.225	136.786	(142.580)	362.875
Total do ativo	784.715	274.830	136.890	(460.820)	735.615

30. Informações por segmento--Continuação

Ativos e passivos em 31 de dezembro de 2019:--Continuação

	31 de dezembro de 2019				
	Varejo	Produtos financeiros	Holging	Eliminações	Consolidado
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	132.746	1.889	21	-	134.656
Empréstimos e financiamentos	105.006	212	-	-	105.218
Passivo de arrendamento	44.822	-	-	-	44.822
Salários e encargos trabalhistas	18.576	426	-	-	19.002
Tributos a recolher	22.333	1.099	88	-	23.520
Parcelamento de tributos	3.393	-	-	-	3.393
Outros passivos	98.579	230.032	-	(316.131)	12.480
Total do passivo circulante	425.455	233.658	109	(316.131)	343.091
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	110.661	60.000	-	-	170.661
Passivo de arrendamento	83.884	-	-	-	83.884
Parcelamento de tributos	20.967	-	-	-	20.967
Provisão para demandas judiciais	9.875	513	21	-	10.409
Provisão para passivo a descoberto	-	-	25.174	(25.174)	-
Partes relacionadas	-	-	8.709	(8.709)	-
Outros passivos	3.987	5.857	2	(6.207)	3.639
Total do passivo não circulante	229.374	66.370	33.906	(40.090)	289.560
Capital social	220.000	1.000	219.810	(221.000)	219.810
Reserva de capital	6.371	-	6.365	(6.371)	6.365
Reserva de subvenção	52.049	-	-	(52.049)	-
Prejuízos acumulados	(148.534)	(26.198)	(123.300)	174.732	(123.300)
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	129.886	(25.198)	102.875	(104.688)	102.875
Participação de não controladores	-	-	-	89	89
Total do patrimônio líquido	129.886	(25.198)	102.875	(104.599)	102.964
Total do passivo e patrimônio líquido	784.715	274.830	136.890	(460.820)	735.615

30. Informações por segmento--Continuação

Resultado exercício findo em 31 de dezembro de 2018:

	31 de dezembro de 2018				
	Varejo	Produtos financeiros	Holding	Eliminações	Consolidado
Receita operacional	522.861	117.870	-	(2.969)	637.762
Custos dos produtos vendidos/serviços prestados	(255.766)	(23.099)	-		(278.865)
Lucro bruto	267.095	94.771	-	(2.969)	358.897
Despesas operacionais	(244.980)	(41.521)	(213)	-	(286.714)
Outras receitas (despesas) operacionais	39.662	(45.003)	-	-	(5.341)
Resultado financeiro, líquido	(42.781)	(14.299)	(1)	2.969	(54.112)
Receitas/(despesas) de tributos sobre o resultado	(5.829)	(221)	-	-	(6.050)
Equivalência patrimonial	-	-	6.888	(6.888)	-
Lucro (prejuízo) por segmento	13.167	(6.273)	6.674	(6.888)	6.680

Ativos e passivos em 31 de dezembro de 2018:

	31 de dezembro de 2018				
	Varejo	Produtos financeiros	Holding	Eliminações	Consolidado
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	53.306	4.182	2	-	57.490
Aplicações financeiras	27.617	-	-	-	27.617
Contas a receber	118.464	126.504	-	(95.650)	149.318
Estoques	76.092	-	-	-	76.092
Adiantamento a fornecedores	4.553	42	-	-	4.595
Tributos a recuperar	889	1.624	1	-	2.514
Instrumentos financeiros	2.666	-	-	-	2.666
Despesas antecipadas	81	-	-	-	81
Outros ativos	16.613	5.928	1	(14.685)	7.857
Total do ativo circulante	300.281	138.280	4	(110.335)	328.230
Não circulante					
Aplicações financeiras	16.362	-	-	-	16.362
Tributos a recuperar	397	-	-	-	397
Tributos diferidos	18.719	14.047	-	-	32.766
Depósitos judiciais	701	43	-	-	744
Partes relacionadas	29.283	4.209	7.000	(9.727)	30.765
Outros ativos	133	-	-	-	133
Investimentos	-	-	104.231	(104.231)	-
Imobilizado	107.972	132	-	-	108.104
Intangível	26.176	2.001	-	-	28.177
Total do ativo não circulante	199.743	20.432	111.231	(113.958)	217.448
Total do ativo	500.024	158.712	111.235	(224.293)	545.678

30. Informações por segmento--Continuação

Ativos e passivos em 31 de dezembro de 2018:--Continuação

	31 de dezembro de 2018				
	Varejo	Produtos financeiros	Holging	Eliminações	Consolidado
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	147.349	1.556	-	-	148.905
Empréstimos e financiamentos	88.105	68	-	-	88.173
Salários e encargos trabalhistas	15.219	700	-	-	15.919
Tributos a recolher	21.713	871	92	-	22.676
Parcelamento de tributos	2.759	-	-	-	2.759
Outros passivos	9.217	114.410	1.500	(114.547)	10.580
Total do passivo circulante	284.362	117.605	1.592	(114.547)	289.012
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	67.339	60.000	-	-	127.339
Parcelamento de tributos	22.302	-	-	-	22.302
Provisões para demandas judiciais	20.238	1.142	91	-	21.471
Provisão para passivo a descoberto	-	-	25.844	(25.844)	-
Partes relacionadas	-	-	3.908	(3.908)	-
Outros passivos	1.456	5.836	3.112	(1.605)	8.799
Total do passivo não circulante	111.335	66.978	32.955	(31.357)	179.911
Capital social	220.000	1.000	219.810	(221.000)	219.810
Reserva de capital	5.451	-	5.446	(5.451)	5.446
Reserva de subvenção	46.976	-	-	(46.976)	-
Prejuízos acumulados	(168.100)	(26.871)	(148.568)	194.971	(148.568)
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	104.327	(25.871)	76.688	(78.456)	76.688
Participação de não controladores	-	-	-	67	67
Total do patrimônio líquido	104.327	(25.871)	76.688	(78.389)	76.755
Total do passivo e patrimônio líquido	500.024	158.712	111.235	(224.293)	545.678

31. Eventos subsequentes

Empréstimos e financiamentos

Durante o mês de fevereiro de 2021, a Companhia obteve dos Bancos Itaú, Citibank, Brasil, Bradesco e BTG Pactual a não declaração de vencimento antecipado da emissão dos contratos de empréstimos e financiamentos que possuem tais clausulas restritivas de *covenants*, conforme demonstrado na nota explicativa n° 14.

Em fevereiro de 2021 a controlada Lojas Avenida S.A. celebrou junto aos Bancos Pine e QI Sociedade de Crédito Direto contratos de cédula de Crédito Bancário – CCB, na modalidade capital de giro nos valores totais de R$21.500, com vencimentos finais até 2024. Os contratos possuem garantias relacionadas a avalistas e cessão fiduciária de direitos creditórios decorrente de aplicações financeiras.

Impactos do COVID-19

O aumento significativo dos casos de COVID-19 nos estados de Rondônia e Pará, em conjunto com as medidas adotadas para contenção do surto e preservação do bem estar e saúde de seus colaboradores, resultaram no fechamento temporário de 14 lojas físicas da Companhia entre 17 e 31 de janeiro de 2021, e 05 lojas físicas a partir de 01 de fevereiro de 2021 com previsão de retorno para 28 de fevereiro de 2021, podendo sofrer alteração nesta data sem aviso prévio.

Deliberações dos acionistas

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 12 de fevereiro de 2021, os acionistas da Companhia (i) autorizaram a administração da Companhia realizar a abertura de capital da Companhia; (ii) autorizaram a administração da Companhia realizar o pedido de listagem no segmento Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão; (iii) aprovaram a reforma do estatuto social da Companhia, (a) autorizando o aumento do limite do capital social, por deliberação do Conselho de Administração em até 49.525.000 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, (b) criação do cargo de Diretor de Relações com Investidores e (c) adaptação do estatuto às exigências legais e regulamentares de companhia aberta e ao regulamento do Novo Mercado; (iv) aprovaram a realização da oferta pública de distribuição de ações ordinárias de emissão da Companhia, a ser registrada na CVM; (v) retificaram a eleição de alguns membros do Conselho de Administração da Companhia; (vi) aprovaram a reeleição dos membros do Conselho de Administração; (vii) a autorização da administração da Companhia para que tome as medidas necessárias para a obtenção de registro de companhia aberta e a aprovação de todos os termos e condições da Oferta aplicáveis à Companhia; (viii) aprovaram o plano de outorga de opções de compra de ações de emissão da Companhia;e (ix) autorizaram o Conselho de Administração e a Diretoria, para que, conforme o caso, pratiquem todos os atos necessários para a implementação das deliberações acima.

A vigência do plano de opções de compra de ações de emissão da Companhia é condicionada à realização de oferta pública de distribuição inicial de ações da Companhia, não tendo havido, portanto, qualquer outorga de opções com base em tal plano até a data de emissão dessas demonstrações contábeis.

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Índice

1. Responsáveis Pelo Formulário

1.0 - Identificação dos responsáveis 1
1.1 – Declaração do Diretor Presidente 2
1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores 3

2. Auditores Independentes

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores 4
2.3 - Outras Informações Relevantes 5

3. Informações Financ. Selecionadas

3.1 - Informações Financeiras 6
3.2 - Medições Não Contábeis 7
3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras 13
3.4 - Política de Destinação Dos Resultados 14
3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido 15
3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas 16
3.7 - Nível de Endividamento 17
3.8 - Obrigações 18
3.9 - Outras Informações Relevantes 19

4. Fatores de Risco

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco 20
4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado 54
4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes 56
4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores 63
4.5 - Processos Sigilosos Relevantes 65
4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto 66
4.7 - Outras Contingências Relevantes 68
4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados 71

Índice

5. Gerenciamento de Riscos E Controles Internos

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos 72

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado 78

5.3 - Descrição Dos Controles Internos 79

5.4 - Programa de Integridade 81

5.5 - Alterações significativas 85

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos 86

6. Histórico do Emissor

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm 88

6.3 - Breve Histórico 89

6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial 90

6.6 - Outras Informações Relevantes 91

7. Atividades do Emissor

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas 92

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista 102

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais 103

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais 104

7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total 112

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades 113

7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior 120

7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades 121

7.8 - Políticas Socioambientais 122

7.9 - Outras Informações Relevantes 123

8. Negócios Extraordinários

8.1 - Negócios Extraordinários 124

8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor 125

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais 126

Índice

8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord. 127

9. Ativos Relevantes

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros 128

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados 129

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis 130

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades 150

9.2 - Outras Informações Relevantes 151

10. Comentários Dos Diretores

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais 152

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro 166

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras 170

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor 171

10.5 - Políticas Contábeis Críticas 173

10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras 175

10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras 176

10.8 - Plano de Negócios 177

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante 178

11. Projeções

11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas 179

11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas 180

12. Assembléia E Administração

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa 181

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais 188

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração 192

12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem 194

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal 195

12.7/8 - Composição Dos Comitês 199

Índice

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores 201

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros 202

12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores 206

12.12 - Outras informações relevantes 207

13. Remuneração Dos Administradores

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária 209

13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal 213

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal 217

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária 218

13.5 - Remuneração Baseada em Ações 221

13.6 - Opções em Aberto 222

13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues 223

13.8 - Precificação Das Ações/opções 224

13.9 - Participações Detidas Por Órgão 225

13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários 226

13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal 227

13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria 228

13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores 229

13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam 230

13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor 231

13.16 - Outras Informações Relevantes 232

14. Recursos Humanos

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos 233

14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos 234

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados 235

Índice

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos 236

14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos 237

15. Controle E Grupo Econômico

15.1 / 15.2 - Posição Acionária 238

15.3 - Distribuição de Capital 241

15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico 242

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte 243

15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor 248

15.7 - Principais Operações Societárias 249

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico 250

16. Transações Partes Relacionadas

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas 251

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas 252

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado 253

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas 254

17. Capital Social

17.1 - Informações Sobre O Capital Social 255

17.2 - Aumentos do Capital Social 256

17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações 257

17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social 258

17.5 - Outras Informações Relevantes 259

18. Valores Mobiliários

18.1 - Direitos Das Ações 260

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública 261

18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto 262

Índice

18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados 263

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil 264

18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários 265

18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação 266

18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros 267

18.8 - Títulos Emitidos no Exterior 268

18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição 269

18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas 270

18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição 271

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários 272

19. Planos de Recompra/tesouraria

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor 273

19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria 274

19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria 275

20. Política de Negociação

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários 276

20.2 - Outras Informações Relevantes 278

21. Política de Divulgação

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações 279

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas 281

21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações 283

21.4 - Outras Informações Relevantes 284

1.0 - Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**Rodrigo Caseli**
Cargo do responsável	Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**Carlos Ernane Abrahão**
Cargo do responsável	Diretor de Relações com Investidores

1.1 – Declaração do Diretor Presidente

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ITEM 1 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

RODRIGO CASELI, brasileiro, casado em regime de separação total de bens, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 865.006 SSP/MT, inscrito no CPF/ME sob o nº 544.287.501-53, na qualidade de Diretor Presidente do **GRUPO AVENIDA S.A.**, sociedade por ações, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia – CNPJ/ME sob o nº 09.532.889/0001-22, com sede e foro na Rua H, nº 186, Quadra 27, Lote 05, Sala 01, Bairro Baú, CEP 78008-195, Município de Cuiabá, Estado do Mato Grosso ("Companhia"), para fins do item 1 do formulário de referência da Companhia, declara, na data deste formulário de referência, que: (i) reviu o formulário de referência; (ii) todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19; e (iii) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

RODRIGO CASELI

Diretor Presidente

1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ITEM 1 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

CARLOS ERNANE ABRAHÃO, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 15.275.704 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 091.732.548-60, na qualidade de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores do **GRUPO AVENIDA S.A.**, sociedade por ações, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia – CNPJ/ME sob o nº 09.532.889/0001-22, com sede e foro na Rua H, nº 186, Quadra 27, Lote 05, Sala 01, Bairro Baú, CEP 78008-195, Município de Cuiabá, Estado do Mato Grosso ("Companhia"), para fins do item 1 do formulário de referência da Companhia, declara, na data deste formulário de referência, que: (i) reviu o formulário de referência; (ii) todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19; e (iii) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

CARLOS ERNANE ABRAHÃO

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores

Possui auditor?	SIM
Código CVM	471-5
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Ernst & Young Auditores Independentes S.S. (“EY”)
CPF/CNPJ	61.366.936/0001-25
Data Início	11/10/2016
Descrição do serviço contratado	Os auditores independentes prestaram os seguintes serviços para a Companhia: (i) auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, bem como revisão das informações trimestrais individuais e consolidadas, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, preparadas de acordo com a NBC TG 21 (R1) - Demonstração Intermediária e a IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standard Board - IASB, referentes aos trimestres findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2020, incluindo os períodos correspondentes de 2019; (ii) procedimentos previamente acordados no âmbito da oferta pública inicial de ações da Companhia; e (iii) serviços de assessoria tributária de revisão das obrigações acessórias da Companhia.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	i) Serviços de auditoria descritos no item (i) e (ii) acima: R$ 1.302.637,00 ii) Serviços tributários descritos no item (iii) acima: R$ 48.915,00
Justificativa da substituição	N/A
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	N/A

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
Wagner dos Santos Junior	01/01/2016	249.781.768-59	Rua T-55 esq. com T-30, 930. Ed. Walk Bueno Business, 11º Andar, Setor Bueno, Goiânia, GO, Brasil, CEP 74215-170, Telefone (62) 36051104, Fax (62) 36051130, e-mail: wagner.santos@br.ey.com

2.3 - Outras Informações Relevantes

2.3 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este item 2 foram divulgadas nos itens acima.

3.1 - Informações Financeiras - Consolidado

(Reais)	Exercício social (31/12/2020)	Exercício social (31/12/2019)	Exercício social (31/12/2018)
Patrimônio Líquido	53.686.000,00	102.964.000,00	76.755.000,00
Ativo Total	802.005.000,00	735.615.000,00	545.678.000,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	641.328.000,00	677.857.000,00	637.762.000,00
Resultado Bruto	336.772.000,00	365.527.000,00	358.897.000,00
Resultado Líquido	-51.068.000,00	25.290.000,00	6.680.000,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	24.762.500	24.762.500	24.762.500
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	2,168036	4,158062	3,099647
Resultado Básico por Ação	-2,060500	1,020400	0,269500
Resultado Diluído por Ação	-2,06	1,02	0,27

3.2 - Medições Não Contábeis

3.2 - Medições não contábeis

(a) Informar o valor das medições não contábeis

(a.1) EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado

O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) ou LAJIDA (Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização) é uma medição não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a Instrução CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012 ("Instrução CVM 527"). O EBITDA consiste no lucro líquido ajustado pelo resultado financeiro líquido, pelo imposto de renda e contribuição social e pela depreciação e amortização.

A Margem EBITDA consiste no EBITDA dividido pela receita operacional.

O EBITDA Ajustado é uma medição não contábil elaborada pela Companhia e consiste no EBITDA ajustado por efeitos, considerados pela Administração da Companhia, como não-recorrentes ou pontuais, como o ganho em outras receitas operacionais decorrente do trânsito em julgado de ação que discutia os efeitos do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS e valores de bens do ativo imobilizado baixados (*impairment*).

A Margem EBITDA Ajustado consiste na divisão do EBITDA Ajustado pela receita operacional.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o resultado da Companhia foi impactado pela adoção do IFRS 16/CPC 06-R2 a partir de 1º de janeiro de 2019. Na adoção de tal norma a Companhia optou pelo método retrospectivo modificado, não reapresentando os exercícios anteriores. Desta forma, as informações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 não foram ajustadas para refletir a adoção desta norma e, portanto, não são comparáveis com as informações contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019. Os principais efeitos trazidos pela nova norma são: (i) aumento das despesas de depreciação devido à amortização do direito de uso; (ii) aumento das despesas financeiras pelos juros incidentes da atualização do passivo de arrendamento; e (iii) redução das despesas com aluguéis. Para mais informações sobre a adoção do IFRS 16/CPC 06-R2 pela Companhia, vide seção 10.4 deste Formulário de Referência.

O EBITDA, a Margem EBITDA, o EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustado não são medidas contábeis reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP") nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), não representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados, e não devem ser consideradas como base para distribuição de dividendos, alternativa para o lucro líquido (prejuízo), como indicador do desempenho operacional, como substituto ao fluxo de caixa ou, ainda, como indicador de liquidez.

Embora o EBITDA possua um significado padrão, nos termos do artigo 3º, inciso I, da Instrução CVM 527, a Companhia não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão esse significado padrão. Nesse sentido, caso o significado padrão instituído pela Instrução CVM 527 não seja adotado por outras sociedades, o EBITDA divulgado pela Companhia pode não ser comparável ao EBITDA divulgado por outras sociedades.

O EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustado não possuem significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes divulgadas por outras companhias.

3.2 - Medições Não Contábeis

Seguem abaixo os valores do EBITDA, da Margem EBITDA, do EBITDA Ajustado e da Margem EBITDA Ajustado da Companhia para os três últimos exercícios sociais:

(Em milhares de reais, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2018
EBITDA[1]	79.575	152.777	90.556
Margem EBITDA	12,4%	22,5%	14,2%
EBITDA Ajustado[1]	79.575	129.702	90.556
Margem EBITDA Ajustado	12,4%	19,1%	14,2%

[1] Os valores apresentados nesta tabela consideram no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2020 os efeitos provenientes da adoção do IFRS 16 (CPC 06-R2) a partir de 1º de janeiro de 2019. Os pagamentos relativos ao passivo de arrendamento totalizaram R$41.775 mil no exercício findo em 31 de dezembro em 2019 e R$38.353 mil no exercício findo em 31 de dezembro em 2020.

(a.2) NOPLAT

O (NOPLAT – *Net Operating Profit Less Adjusted Taxes*) é uma medida não contábil de geração de caixa operacional, amplamente utilizado pela Companhia. O NOPLAT é calculado como o lucro líquido (prejuízo) ajustado pelo resultado financeiro líquido, pelo imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido), pelo pagamento de passivo de arrendamento, e pela amortização do direito de uso, líquido do efeito hipotético de imposto de renda e contribuição social que considera a alíquota base de 34%. Pode também ser ajustado por efeitos considerados não-recorrentes, como ocorreu pontualmente em 2019 com o ganho em outras receitas operacionais decorrente do trânsito em julgado de ação que discutia os efeitos do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS e com os valores de bens do ativo imobilizado baixados (*impairment*).

O NOPLAT não é uma medida contábil reconhecida pelo BR GAAP ou IFRS, e não deve ser considerado como alternativa ao lucro líquido (prejuízo) como indicador de desempenho operacional, como base para distribuição de dividendos ou, ainda, como indicador de liquidez. O NOPLAT não possui significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes utilizadas por outras companhias. A Companhia utiliza o NOPLAT como numerador no cálculo do ROIC - Retorno sobre o Capital Investido (*Return on Invested Capital*).

Seguem abaixo os valores do NOPLAT da Companhia para os três últimos exercícios sociais:

(Em milhares de reais)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2018
NOPLAT	7.801	41.390	44.116

(a.3) Capital Investido e Capital Investido Médio

O Capital Investido é uma medida não contábil divulgada pela Companhia calculada como o Capital de Giro, resultante da diferença entre o total do ativo circulante deduzido do caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas (valores dados em garantia para pagamento de empréstimos e financiamentos – *cash colateral*) do circulante e o total do passivo circulante deduzido dos empréstimos e financiamentos e passivos de arrendamento do circulante, somado ao Ativo Fixo, que é composto pelo ativo imobilizado.

O Capital Investido Médio consiste na média aritmética do Capital Investido no início e no final do exercício.

O Capital Investido e o Capital Investido Médio não são medidas de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecidas pelo BRGAAP e IFRS e não possuem significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes utilizadas por outras companhias. A Companhia utiliza o Capital Investido Médio como denominador no cálculo do ROIC.

3.2 - Medições Não Contábeis

Seguem abaixo os valores do Capital Investido e Capital Investido Médio da Companhia em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018:

(Em milhares de reais)	Em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2018
Capital Investido	153.282	202.182	150.388
Capital Investido Médio	177.732	176.285	142.061

(a.4) ROIC - Retorno sobre o Capital Investido

O ROIC (*Return on Invested Capital*) é uma medida não contábil de rentabilidade sobre o capital alocado, amplamente utilizado pela Companhia. O ROIC pode ser calculado como a divisão do NOPLAT pelo Capital Investido Médio.

O ROIC não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecida pelo BRGAAP e IFRS, não possui significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes utilizadas por outras companhias. A Companhia utiliza o ROIC como medida de performance para efeito gerencial e para comparação com empresas similares.

Seguem abaixo os valores percentuais do ROIC para os três últimos exercícios sociais:

(Em milhares de reais)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2018
ROIC	4,4%	23,5%	31,1%

(a.5) Dívida Bruta, Dívida Líquida e Índice da Dívida Líquida

A Dívida Bruta é representada pela soma dos empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante).

A Dívida Líquida é representada pela soma dos empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante) menos caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas (circulante e não circulante).

O Índice da Dívida Líquida é obtido pela divisão da Dívida Líquida pelo patrimônio líquido.

A Dívida Bruta, a Dívida Líquida e o Índice da Dívida Líquida não são medidas de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecidas pelo BRGAAP ou IFRS. Não devem ser analisadas individualmente. Não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

Seguem abaixo os valores da Dívida Bruta, Dívida Líquida e do Índice da Dívida Líquida em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018:

(Em milhares de reais, exceto índice)	Em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2018
Dívida Bruta	303.467	275.879	215.512
Dívida Líquida	160.679	163.859	114.043
Índice de Dívida Líquida	2,99x	1,59x	1,49x

3.2 - Medições Não Contábeis

(b) Conciliação entre os valores divulgados e os valores das demonstrações contábeis auditadas

(b.1) EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado

(Em milhares de reais, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2018
Lucro líquido (prejuízo)	**(51.068)**	**25.290**	**6.680**
(+) Resultado financeiro líquido	88.310	52.598	54.112
(+) Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)	(30.879)	15.043	6.050
(+) Depreciação e amortização	73.212	59.846	23.714
EBITDA	**79.575**	**152.777**	**90.556**
(-) Recuperação de tributos (1)	-	(26.728)	-
(+) Baixa de bens do ativo imobilizado(2)	-	3.653	-
EBITDA Ajustado (3)	**79.575**	**129.702**	**90.556**
Receita operacional	641.328	677.857	637.762
Margem EBITDA (4)	**12,4%**	**22,5%**	**14,2%**
Margem EBITDA Ajustado (5)	**12,4%**	**19,1%**	**14,2%**

(1) Refere-se a exclusão do ganho relativo ao reconhecimento, pela controlada Lojas Avenida, de créditos extemporâneo de PIS e COFINS de anos anteriores, decorrentes do trânsito em julgado de decisão favorável à Companhia em ação judicial que discutia a tese da exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS.
(2) Refere-se a baixa de bens do ativo imobilizado, principalmente, aquelas decorrentes de perda ao valor recuperável (*impairment*).
(3) Os valores apresentados nesta tabela consideram no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2020 os efeitos provenientes da adoção do IFRS 16 (CPC 06-R2) a partir de 1º de janeiro de 2019. Os pagamentos relativos ao passivo de arrendamento totalizaram R$41.775 mil no exercício findo em 31 de dezembro em 2019 e R$38.353 mil no exercício findo em 31 de dezembro em 2020.
(4) A Margem EBITDA é calculada pela divisão do EBITDA pela receita operacional.
(5) A Margem EBITDA Ajustado é calculada pela divisão do EBITDA Ajustado pela receita operacional.

(b.2) NOPLAT

	Em 31 de dezembro de		
(Em milhares de reais)	**2020**	**2019**	**2018**
Lucro líquido (prejuízo)	**(51.068)**	**25.290**	**6.680**
(+) Resultado financeiro líquido	88.310	52.598	54.112
(+) Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)	(30.879)	15.043	6.050
(-) Recuperação de tributos (1)	-	(26.728)	-
(+) Baixa de bens do ativo imobilizado (2)	-	3.653	-
(-) Pagamento de passivo de arrendamento (3)	(38.353)	(41.775)	-
(+) Amortização do direito de uso (4)	43.809	34.631	-
(=) Lucro Operacional Antes do Resultado Financeiro Ajustado	11.819	62.712	66.842
Imposto de renda e contribuição social (x 34% Alíquota base)	(4.018)	(21.322)	(22.726)
NOPLAT	7.801	41.390	44.116

(1) Refere-se a exclusão do ganho relativo ao reconhecimento, pela controlada Lojas Avenida, de créditos extemporâneo de PIS e COFINS de anos anteriores, decorrentes do trânsito em julgado de decisão favorável à Companhia em ação judicial que discutia a tese da exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS.
(2) Refere-se a baixa de bens do ativo imobilizado, principalmente, aquelas decorrentes de perda ao valor recuperável (*impairment*).
(3) Refere-se à exclusão dos efeitos provenientes da adoção do IFRS 16 (CPC 06-R2) a partir de 1º de janeiro de 2019. Assume-se aqui, de forma aproximada, que tais efeitos seriam decorrentes tão somente dos pagamentos (caixa) relativos ao passivo de arrendamento.
(4) Refere-se também à exclusão dos efeitos provenientes da adoção do IFRS 16 (CPC 06-R2) a partir de 1º de janeiro de 2019, considerando que, não fosse a norma contábil atualmente vigente, a depreciação e amortização total não seria impactada por estes valores de amortização do direito de uso.

3.2 - Medições Não Contábeis

(b.3) Capital Investido

(Em milhares de reais)	Em 31 de dezembro de 2020	2019	2018
(+) Total do ativo circulante	469.757	372.740	328.230
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(72.579)	(57.693)	(57.490)
(-) Aplicações financeiras vinculadas (circulante)	(70.209)	(24.686)	(27.617)
(-) Total do passivo circulante	(620.484)	(343.091)	(289.012)
(+) Empréstimos e financiamentos (circulante)	277.531	105.218	88.173
(+) Passivos de arrendamento(circulante)	48.411	44.822	-
(=) Capital de Giro (A)	32.427	97.310	42.284
(=) Capital de Giro Médio (1) (B)	64.869	69.797	36.690
(=) Ativo Imobilizado (C)	120.855	104.872	108.104
(=) Ativo Imobilizado Médio (1) (D)	112.864	106.488	105.371
(=) Capital Investido (A + C)	153.282	202.182	150.388
(=) Capital Investido Médio (B + D)	177.732	176.285	142.061

(1) Consiste na média aritmética entre o saldo no final do exercício anterior e o saldo ao final do exercício em questão.

(b.4) ROIC

(Em milhares de reais, exceto %)	Em 31 de dezembro de 2020	2019	2018
NOPLAT (A)	7.801	41.390	44.116
Capital Investido Médio (B)	177.732	176.285	142.061
ROIC (A/B)	4,4%	23,5%	31,1%

(b.5) Dívida Bruta, Dívida Líquida e Índice da Dívida Líquida

A seguinte tabela apresenta uma reconciliação da nossa Dívida Líquida, bem como o Índice da Dívida Líquida para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018:

(Em milhares de reais)	Em 31 de dezembro de 2020	2019	2018
Empréstimos e financiamentos (circulante)	277.531	105.218	88.173
Empréstimos e financiamentos (não circulante)	25.936	170.661	127.339
(=) Dívida Bruta	303.467	275.879	215.512
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(72.579)	(57.693)	(57.490)
(-) Aplicações financeiras vinculadas (circulante)	(70.209)	(24.686)	(27.617)
(-) Aplicações financeiras vinculadas (não circulante)	-	(29.641)	(16.362)
Dívida Líquida (A)	160.679	163.859	114.043
Patrimônio Líquido (B)	53.686	102.964	76.755
Índice de Dívida Líquida (A/B)	2,99x	1,59x	1,49x

(c) Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado

A Companhia entende que o EBITDA é a medição mais apropriada para a compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações porque mostra as atividades ligadas ao seu objeto social, sendo usados internamente como medidas para avaliar produtividade e eficiência e demonstrando-se útil para avaliar o desempenho econômico-financeiro da Companhia. Além disso, a Companhia acredita que o EBITDA oferece aos investidores uma melhor compreensão da sua capacidade de cumprir com suas obrigações e sua capacidade de obter novos financiamentos para seus investimentos e capital de giro.

3.2 - Medições Não Contábeis

Margem EBITDA

A Companhia entende que a Margem EBITDA é uma medição apropriada para a compreensão da sua margem financeira e de resultado de suas operações porque mostra as atividades ligadas ao seu objeto social, sendo usados internamente como medidas para avaliar produtividade e eficiência e demonstrando-se útil para avaliar o desempenho econômico-financeiro da Companhia. Além disso, a Companhia acredita que a Margem EBITDA oferece aos investidores uma melhor compreensão da sua capacidade de cumprir com suas obrigações e sua capacidade de obter novos financiamentos para seus investimentos e capital de giro.

EBITDA Ajustado

A Companhia utiliza o EBITDA Ajustado para analisar sua performance financeira operacional, pois entende que é a medida não contábil de resultado que mais se aproxima da geração de caixa operacional. Aqui são eliminados todos os efeitos considerados pela Administração da Companhia como não recorrentes do resultado, ou seja, efeitos que não fazem parte da rotina do negócio e foram efeitos pontualmente registrados no resultado.

Margem EBITDA Ajustado

A Companhia utiliza a Margem EBITDA Ajustado é uma medição apropriada para analisar sua margem financeira operacional, pois entende que é a medida não contábil que mais se aproxima da geração de caixa operacional. Nesta margem estão eliminados todos os efeitos considerados pela Administração da Companhia como não recorrentes, ou seja, efeitos que não fazem parte da rotina do negócio e foram efeitos pontuais registrados no resultado.

NOPLAT

A Companhia utiliza o NOPLAT exclusivamente para cálculo do ROIC.

Capital Investido e Capital Investido Médio

A Companhia utiliza o Capital Investido e o Capital Investido Médio exclusivamente para cálculo do ROIC.

ROIC

A Companhia entende que a medição do ROIC é útil para a medição do retorno da Companhia em relação ao capital investido, sendo uma ferramenta comparativa significativa para mensurar, periodicamente, o desempenho operacional da Companhia, para embasar determinadas decisões de natureza administrativa e cálculo de indicadores.

Dívida Bruta, Dívida Líquida e Índice de Dívida Líquida

A Companhia entende que a Dívida Bruta, Dívida Líquida e Índice de Dívida Líquida são úteis na avaliação do grau de endividamento em relação à sua posição corrente de caixa e a sua capacidade de geração de caixa operacional.

3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras

3.3 - Eventos Subsequentes às últimas demonstrações contábeis

Empréstimos e financiamentos

Durante o mês de fevereiro de 2021, a Companhia obteve dos Bancos Itaú, Citibank, Brasil, Bradesco e BTG Pactual a não declaração de vencimento antecipado da emissão dos contratos de empréstimos e financiamentos que possuem tais cláusulas restritivas de *covenants*.

Em fevereiro de 2021 a controlada Lojas Avenida S.A. celebrou junto aos Bancos Pine e QI Sociedade de Crédito Direto contratos de cédula de Crédito Bancário – CCB, na modalidade capital de giro nos valores totais de R$21.500 mil, com vencimentos finais até 2024. Os contratos possuem garantias relacionadas a avalistas e cessão fiduciária de direitos creditórios decorrente de aplicações financeiras.

Impactos do COVID-19

O aumento significativo dos casos de COVID-19 nos estados de Rondônia e Pará, em conjunto com as medidas adotadas para contenção do surto e preservação do bem estar e saúde de seus colaboradores, resultaram no fechamento temporário de 14 lojas físicas da Companhia entre 17 e 31 de janeiro de 2021, e 05 lojas físicas a partir de 01 de fevereiro de 2021 com previsão de retorno para 28 de fevereiro de 2021, podendo sofrer alteração nesta data sem aviso prévio.

Deliberações dos acionistas

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 12 de fevereiro de 2021, os acionistas da Companhia (i) autorizaram a administração da Companhia realizar a abertura de capital da Companhia; (ii) autorizaram a administração da Companhia realizar o pedido de listagem no segmento Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão; (iii) aprovaram a reforma do estatuto social da Companhia, (a) autorizando o aumento do limite do capital social, por deliberação do Conselho de Administração em até 49.525.000 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, (b) criação do cargo de Diretor de Relações com Investidores e (c) adaptação do estatuto às exigências legais e regulamentares de companhia aberta e ao regulamento do Novo Mercado; (iv) aprovaram a realização da oferta pública de distribuição de ações ordinárias de emissão da Companhia, a ser registrada na CVM; (v) retificaram a eleição de alguns membros do Conselho de Administração da Companhia; (vi) aprovaram a reeleição dos membros do Conselho de Administração; (vii) a autorização da administração da Companhia para que tome as medidas necessárias para a obtenção de registro de companhia aberta e a aprovação de todos os termos e condições da Oferta aplicáveis à Companhia; (viii) aprovaram o plano de outorga de opções de compra de ações de emissão da Companhia;e (ix) autorizaram o Conselho de Administração e a Diretoria, para que, conforme o caso, pratiquem todos os atos necessários para a implementação das deliberações acima.

A vigência do plano de opções de compra de ações de emissão da Companhia é condicionada à realização de oferta pública de distribuição inicial de ações da Companhia, não tendo havido, portanto, qualquer outorga de opções com base em tal plano até a data de emissão dessas demonstrações contábeis.

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

3.4 - Política de destinação dos resultados

	2020	2019	2018
Regras sobre retenção de lucros	Além das reservas legais, o estatuto social da Companhia prevê que até 5% do lucro líquido do exercício pode ser destinado para a constituição da reserva legal, até que ela atinja os limites fixados em lei, e que o valor necessário pode ser destinado, quando for o caso, para a constituição da reserva para contingências, nos termos do art. 195 da Lei nº 6.404/76.	Além das reservas legais, o estatuto social da Companhia prevê que até 5% do lucro líquido do exercício pode ser destinado para a constituição da reserva legal, até que ela atinja os limites fixados em lei, e que o valor necessário pode ser destinado, quando for o caso, para a constituição da reserva para contingências, nos termos do art. 195 da Lei nº 6.404/76.	Além das reservas legais, o estatuto social da Companhia prevê que até 5% do lucro líquido do exercício pode ser destinado para a constituição da reserva legal, até que ela atinja os limites fixados em lei, e que o valor necessário pode ser destinado, quando for o caso, para a constituição da reserva para contingências, nos termos do art. 195 da Lei nº 6.404/76.
Valores das retenções de lucros	Não foram realizadas retenções de lucros nesse exercício social, houve prejuízo.	O lucro do exercício foi utilizado para compensação de prejuízos acumulados.	O lucro do exercício foi utilizado para compensação de prejuízos acumulados.
Regras sobre distribuição de dividendos	O estatuto social da Companhia prevê que pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76, seja anualmente distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório.	O estatuto social da Companhia prevê que pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76, seja anualmente distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório.	O estatuto social da Companhia prevê que pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76, seja anualmente distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório.
Periodicidade das distribuições de dividendos	A política de distribuição de dividendos segue a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição anual, podendo também a Companhia, por deliberação da Diretoria, levantar balanço semestral e declarar dividendos à conta de lucro apurado nesses balanços. Ainda, a Diretoria poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.	A política de distribuição de dividendos segue a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição anual, podendo também a Companhia, por deliberação da Diretoria, levantar balanço semestral e declarar dividendos à conta de lucro apurado nesses balanços. Ainda, a Diretoria poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.	A política de distribuição de dividendos segue a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição anual, podendo também a Companhia, por deliberação da Diretoria, levantar balanço semestral e declarar dividendos à conta de lucro apurado nesses balanços. Ainda, a Diretoria poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.
Restrições à distribuição de dividendos	Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações, não há restrições quanto à distribuição de dividendos pela Companhia.	Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações, não há restrições quanto à distribuição de dividendos pela Companhia.	Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações, não há restrições quanto à distribuição de dividendos pela Companhia.
Regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública	Durante o exercício de 2020, a Companhia não possuía uma política de destinação de resultados formalizada, sendo a destinação dos resultados regida pelo Estatuto Social da Companhia.	Durante o exercício de 2019, a Companhia não possuía uma política de destinação de resultados formalizada, sendo a destinação dos resultados regida pelo Estatuto Social da Companhia.	Durante o exercício de 2018, a Companhia não possuía uma política de destinação de resultados formalizada, sendo a destinação dos resultados regida pelo Estatuto Social da Companhia.

3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Nos três últimos exercícios sociais, não houve distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido.

3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 não foram declarados pela Companhia dividendos à conta de lucros retidos nem reservas constituídas em exercícios anteriores.

3.7 - Nível de Endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2020	748.319.000,00	Índice de Endividamento	13,93881086	
	0,00	Outros índices	2,99294043	A Companhia entende que o índice Dívida Líquida dividida pelo patrimônio líquido consolidado representa, de forma mais apropriada, o seu nível de endividamento, pois reflete o quanto o patrimônio líquido consolidado será capaz de cobrir as dívidas da Companhia.

3.8 - Obrigações

Exercício social (31/12/2020)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Financiamento	Quirografárias		2.520.000,00	0,00	0,00	0,00	2.520.000,00
Empréstimo	Quirografárias		275.011.000,00	25.936.000,00	0,00	0,00	300.947.000,00
Total			277.531.000,00	25.936.000,00	0,00	0,00	303.467.000,00

Observação

As informações referem-se às demonstrações contábeis consolidadas da Companhia. O total demonstrado na tabela acima considera o saldo (principal e juros) de empréstimos e financiamentos e passivo de arrendamento. As dívidas quirografárias são aquelas que não possuem garantia real ou flutuante, ainda que contem com aval. Em virtude dos impactos causados pela pandemia do COVID 19, a Companhia renegociou instrumentos de empréstimos e financiamentos que possuíam tais cláusulas restritivas e, com isso, os índices não precisaram ser atendidos em 31 de Dezembro de 2020. A renegociação referente aos contratos com os Bancos Itaú, Citibank, Brasil, Bradesco e BTG Pactual foram efetuadas durante o mês de fevereiro de 2021 e, portanto, na data base 31 de dezembro de 2020, a Companhia classificou o saldo total a pagar de tais contratos para a rubrica de passivo circulante, conforme determina a NBC TG 26 (R3) / CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, sendo tais saldos reclassificados para as rubricas de passivo não circulante em fevereiro de 2021 após a obtenção dos waivers contratuais.

3.9 - Outras Informações Relevantes

3.9 - Outras informações relevantes

O aumento significativo dos casos de COVID-19 no Brasil, em conjunto com as medidas adotadas para contenção do surto e preservação do bem-estar e saúde de seus colaboradores, resultou no fechamento temporário das lojas físicas da Companhia a partir de março de 2020, em linha com as medidas tomadas pelos órgãos governamentais onde recomendam o distanciamento e isolamento social. A Companhia constantemente tem avaliado os potenciais impactos da COVID-19 nas áreas administrativas e de operações (lojas e centro de distribuição) e tem tomado algumas medidas visando frear a disseminação da doença e minimizar os impactos econômicos. Dentre as principais medidas e impactos financeiros, destacamos:

(i) Adesão ao Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda previsto na Medida Provisória nº 936/2020, com redução de jornada de trabalho e suspensões de contratos de trabalho conforme a necessidade, férias, implantação de home office para os escritórios centrais e afastamento dos colaboradores considerados grupo de risco. A Companhia também preparou todas as medidas de segurança no ambiente de trabalho quando do retorno das atividades.

(ii) Adoção de medidas de preservação de caixa, de forma que a Companhia tenha os recursos necessários para manter suas operações enquanto perdurar a pandemia, sendo as principais abaixo em andamento:

- Renegociação/Postergação de pagamentos com os principais fornecedores;
- Redução da jornada de trabalho conforme mencionado anteriormente, de forma a reduzir os custos de mão de obra;
- •Postergação do pagamento dos Tributos Federais conforme deliberado em Decretos e Medidas Provisórias;
- Renegociação com os arrendadores dos imóveis, sejam lojas de shopping ou lojas de rua, para negociar adequações nos pagamentos de aluguel e condomínio;
- Parcelamento dos Tributos Estaduais e Federais do período de março a junho;
- Renegociação dos empréstimos junto às instituições financeiras;
- Suspensão temporária de alguns pedidos relacionados às compras de mercadorias para revenda; e
- Implantação de vendas por aplicativos de comunicação para reduzir o impacto das vendas e atendimento aos clientes nas lojas fechadas.

A Companhia atualmente já está com todas as lojas do grupo abertas em pleno funcionamento, adotando e cumprindo todos os requisitos de higienização e legislações vigentes, o que tem favorecido para a retomada da evolução na Receita Líquida aos patamares orçados pela Administração em seu plano de negócios.

Devido à incerteza do desfecho dessa pandemia, considerando que a COVID-19 continua a impactar por período indeterminado a atividade econômica mundial, inclusive devido às paralisações obrigatórias solicitadas por autoridades governamentais, a Administração da Companhia segue monitorando os desenvolvimentos relacionados e coordenando sua resposta operacional com base nos planos de continuidade de negócios existentes e nas orientações de organizações globais de saúde, governos e melhores práticas gerais de resposta a pandemia.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

4.1 - Descrições dos fatores de risco

O investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia envolve a exposição a determinados riscos, devendo os potenciais investidores analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, os riscos mencionados abaixo e as demonstrações contábeis da Companhia e as respectivas notas explicativas, antes de tomar qualquer decisão de investimento em qualquer valor mobiliário de emissão da Companhia.

Os negócios, reputação, situação financeira e patrimonial, resultados operacionais, ativos, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia poderão ser afetados de maneira material e adversa por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir. O preço de mercado dos valores mobiliários de emissão da Companhia poderá diminuir em razão da ocorrência de qualquer desses e/ou de outros fatores de risco, hipóteses em que poderá haver perda parcial ou total no investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia por seus titulares.

Os riscos descritos abaixo são aqueles que a Companhia conhece e acredita que, na data deste Formulário de Referência, podem afetar a Companhia de forma material e adversa. Além disso, riscos adicionais não conhecidos atualmente ou considerados menos relevantes pela Companhia também poderão afetar a Companhia adversamente.

Para os fins desta seção “4. Fatores de Risco”, exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter ou causará ou terá “efeito adverso” ou “efeito negativo” para a Companhia, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante nos negócios, reputação, situação financeira e patrimonial, resultados operacionais, ativos, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia e de suas subsidiárias, bem como no preço de mercado dos valores mobiliários de emissão da Companhia, incluindo as ações de sua emissão. Expressões similares incluídas nesta seção “4. Fatores de Risco” devem ser compreendidas nesse contexto. Não obstante a subdivisão desta seção “4. Fatores de Risco”, determinados fatores de risco que estejam em um item podem também se aplicar a outros itens desta seção “4. Fatores de Risco”.

(a) Riscos Relacionados à Companhia

O surto de doenças transmissíveis no Brasil e/ ou no mundo, a exemplo da COVID-19, provocou e pode continuar provocando um efeito adverso em nossas operações, inclusive paralisando integralmente ou parcialmente os nossos canais de venda.

A declaração da pandemia da COVID-19 pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em março de 2020 desencadeou severas medidas restritivas por parte de autoridades governamentais no mundo todo, a fim de tentar controlar o surto, resultando em medidas restritivas relacionadas ao fluxo de pessoas, incluindo quarentena e *lockdown*, restrições a viagens e transportes públicos, fechamento prolongado de locais de trabalho, interrupções na cadeia de suprimentos, fechamento do comércio e redução de consumo de uma maneira geral pela população.

No Brasil, alguns estados e municípios, incluindo nas localidades em que possuímos lojas, seguiram essas providências, adotando medidas para impedir ou retardar a propagação da doença, como restrição à circulação e o isolamento social, que resultaram no fechamento de shoppings, áreas de grande circulação, parques e outros espaços públicos. Essas medidas influenciaram o comportamento da população em geral, resultando na acentuada queda ou até mesmo na paralisação das atividades de companhias de diversos setores, bem como na redução drástica de consumo.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Em março de 2020 foram editadas normas e recomendações por autoridades governamentais, visando minimizar o contágio da COVID-19 por meio de um isolamento social. Em linha com tais normativas, a nossa administração fechou temporariamente todas as nossas lojas e centro de distribuição. Em abril de 2020, voltamos a operar gradualmente nossas lojas, de forma limitada. Não podemos garantir que nossas lojas e centro de distribuição não serão fechados novamente em razão da pandemia da COVID-19, incluindo em razão da intensificação de casos na região centro-oeste do país, onde possuímos a maior parte de nossas lojas. Não é possível prever as consequências que isso pode gerar, nem se poderemos ser obrigados a adotar medidas adicionais em razão da mencionada pandemia.

Adotamos também uma política de teletrabalho para nossos funcionários administrativos, incluindo os colaboradores de nossa sede, sendo que, em 31 de dezembro de 2020, 50% deles trabalhavam no sistema de rodízio presencial. Essa política pode afetar negativamente a produtividade, nos expor a riscos de segurança da informação e causar outras interrupções nos nossos negócios.

Adicionalmente, uma recessão e/ou desaceleração econômica global em decorrência de doenças como a COVID-19, notadamente no Brasil, incluindo aumento do desemprego, pode resultar em (i) menor atividade comercial e de consumo, tanto durante a pandemia da COVID-19 quanto depois que a pandemia diminuir, (ii) receio dos consumidores de adoecerem e (iii) aumento do inadimplemento dos clientes. Todos esses fatores podem diminuir a demanda pelos nossos produtos e consequentemente afetar nossos resultados.

Além do risco de maior inadimplemento mencionado acima, as medidas de restrições à circulação impostas a lojas, bancos, lotéricas, como a restrição de horário de funcionamento, por exemplo, podem dificultar ou atrasar a realização dos pagamentos devidos por nossos clientes.

A pandemia da COVID-19 também pode impactar significativamente a cadeia de nossos suprimentos, se as fábricas que produzem os produtos comercializados por nós, o nosso centro de distribuição, ou as operações dos nossos prestadores de serviços de logística forem interrompidas, encerradas temporariamente, enfrentarem falta de funcionários ou sofrerem os efeitos de um agravamento ou uma nova onda de disseminação da COVID-19. Também pode haver interrupções ou atrasos em entregas e impactos negativos na precificação de determinados componentes dos nossos produtos.

Os potenciais impactos no fornecimento dos produtos comercializados por nós, bem como o aumento nos custos e investimentos necessários para a adaptação e o desenvolvimento dos negócios no cenário de pandemia podem afetar adversamente o fluxo de caixa da Companhia, podendo dificultar o adimplemento regular de obrigações tributárias da Companhia e resultar em exposição a encargos de juros de mora e multa, exclusão de programas de parcelamentos de débito, cassação de benefícios fiscais/regimes especiais e eventuais cobranças pelas autoridades fiscais, dentre outros reflexos.

Outro aspecto em decorrência da pandemia que pode afetar adversamente o fluxo de caixa da Companhia diz respeito ao aumento das despesas previdenciárias, em decorrência de adiantamento de férias, demissões e/ou afastamento de funcionários por motivo de saúde.

Ademais, a redução e/ou mesmo suspensão do funcionamento dos órgãos da Administração Pública e a suspensão do trâmite de processos administrativos e judiciais que foram determinados em razão da decretação de calamidade pública pelo Governo, podem impactar adversamente no resultado originalmente previsto pela Companhia, especialmente quanto à realização de seus ativos vinculados a processos administrativos e/ou judiciais, tais como aqueles pendentes de análise em pedidos de ressarcimento e/ou de restituição de tributos, levantamento de garantias e depósitos judiciais, créditos reconhecidos por decisões judiciais, dentre outros. Este fator também poderá acarretar atrasos na renovação e na emissão de certidões negativas de débitos relativos a créditos tributários e à dívida ativa da União, Estados e Municípios, bem como na entrega de obrigações acessórias perante os órgãos competentes, o que eventualmente poderá afetar adversamente as atividades da Companhia e de suas controladas.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A pandemia da COVID-19 traz impactos também na esfera trabalhista, devido às obrigações de adoção de medidas preventivas de riscos de contaminação no ambiente de trabalho. Ainda, existe o risco de responsabilização da Companhia por eventual reconhecimento de doença ocupacional. Não podemos assegurar que nossos empregados não serão contaminados, o que poderá afetar as operações da Companhia.

Podemos, também, enfrentar eventuais restrições de caixa, o que pode comprometer e/ou dificultar o cumprimento dos *covenants* financeiros aos quais estamos sujeitos no âmbito de nossas obrigações financeiras. Uma eventual restrição de caixa poderá também afetar as nossas operações e o cumprimento de nossas obrigações com terceiros, inclusive fornecedores, ou comprometer o plano de expansão e abertura de novas lojas.

Qualquer surto de uma doença que afete o comportamento das pessoas ou que demande políticas públicas de restrição à circulação de pessoas e/ou de contato social pode ter um impacto adverso nos nossos negócios, bem como na economia brasileira. Surtos de doenças também podem impossibilitar que nossos funcionários se dirijam às nossas instalações (seja por prevenção ou por contaminação em larga escala de nossos colaboradores), o que prejudicaria o regular desenvolvimento dos nossos negócios.

Não temos conhecimento de eventos comparáveis que possam nos fornecer uma orientação quanto ao efeito da disseminação da COVID-19 e de uma pandemia global e, como resultado, o impacto final do surto da COVID-19 é altamente incerto. Os impactos da pandemia da COVID-19 também podem precipitar ou agravar os outros riscos informados neste Formulário de Referência.

A extensão da pandemia do COVID-19, respostas e ações do governo federal, a percepção de seus efeitos, ou a forma pela qual tal pandemia impactará nossos negócios depende de desenvolvimentos futuros, que são altamente incertos e imprevisíveis, podendo resultar em um efeito adverso relevante em nossos negócios, condição financeira, resultados das operações e fluxos de caixa e, finalmente, nossa capacidade de continuar operando nossos negócios.

Para maiores informações sobre os impactos da pandemia da COVID-19 sobre os nossos negócios, vide itens 7.1 e 10.1 deste Formulário de Referência.

Na data deste Formulário de Referência, não é possível assegurar se futuramente tal avaliação será prejudicada ou a extensão de tais prejuízos, tampouco é possível assegurar que não haverá incertezas materiais na nossa capacidade de continuar operando nossos negócios. Não conseguimos garantir que outros surtos regionais e/ou globais ou pandemias não acontecerão. E, caso aconteçam, não conseguimos garantir que seremos capazes de tomar as providências necessárias para impedir um impacto negativo nos nossos negócios.

Caso haja interrupção ou alteração na operação normal do nosso centro de distribuição, bem como caso não consigamos encontrar locais adequados ou enfrentemos outras dificuldades relacionadas ao estabelecimento de novos centros de distribuição, nossos resultados podem ser materialmente afetados.

As nossas operações são altamente dependentes da operação normal de nosso centro de distribuição, tendo em vista que a maioria das mercadorias que vendemos são distribuídas por meio dele. Atualmente, temos 1 (um) centro de distribuição em funcionamento localizado em Campo Grande, no Estado de Mato Grosso do Sul. Se a operação normal deste centro de distribuição – e de outros centros de distribuição que viermos a ter ou utilizar – for interrompida total ou parcialmente por qualquer motivo, incluindo a não renovação do respectivo contrato de locação e/ou necessidade de desocupação antecipada do imóvel em decorrência da venda para terceiros, ou por fatores que estão além do nosso controle, como incêndios, desastres naturais, falta de energia, roubos ou furtos, falha nos sistemas, restrição de circulação de bens e pessoas em decorrência de pandemias (como, por exemplo, a COVID-19), entre outros, poderíamos sofrer um efeito negativo material em nossa situação financeira e resultado operacional.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Adicionalmente, nossa estratégia de crescimento, além da expansão das atividades de *e-commerce*, pode demandar uma expansão na capacidade de nosso centro de distribuição, uma reorganização de nosso centro de distribuição atual ou o estabelecimento de novos centros de distribuição, especialmente se expandirmos nossas operações para outras regiões do Brasil. Caso não consigamos encontrar locais adequados ou enfrentemos outras dificuldades relacionadas ao estabelecimento de novos centros de distribuição, ou não consigamos integrar novos ou expandir centros de distribuição ou serviços de operadores logísticos ao nosso processo de controle de estoques de maneira eficaz, podemos não conseguir entregar estoques às nossas lojas em tempo hábil, o que pode ter um efeito negativo em nossas vendas e na nossa estratégia de crescimento.

Caso a Companhia planeje inaugurar novos centros de distribuição, existe o risco de a abertura e/ou o projeto de expansão ser postergado em decorrência da COVID-19.

Dependemos do sistema de transportes e infraestrutura brasileiros para entregar nossos produtos, sendo que qualquer atraso relacionado a transporte e infraestrutura pode afetar negativamente as nossas necessidades de abastecimento e a nossa distribuição de produtos a lojas e clientes.

Dependemos de prestadores de serviços de logística, contratados para garantir o transporte e a entrega dos produtos localizados em nosso centro de distribuição às nossas lojas. O sistema de transporte e a infraestrutura no Brasil são pouco desenvolvidos e necessitam de investimentos relevantes para funcionarem de forma eficiente e para atender às nossas necessidades comerciais. Quaisquer interrupções ou reduções significativas no uso da infraestrutura de transportes ou em suas operações nas cidades onde os centros de distribuição da Companhia estão localizados, resultantes de desastres naturais, incêndio, inundações, acidentes, falhas em sistemas, greves (tais como a paralisação de caminhoneiros em maio de 2018) ou caso a capacidade de distribuição seja reduzida ou interrompida em função de questões regulatórias, ausência de licença ambiental válida, problemas sanitários, greves ou questões trabalhistas, bem como outras causas inesperadas podem retardar ou afetar a nossa capacidade de distribuir produtos para nossas lojas e reduzir nossas vendas, o que pode nos afetar adversamente.

Além disso, quaisquer alterações, problemas ou interrupções significativas na infraestrutura de logística que nós ou os nossos fornecedores usem para entregar produtos em nossas lojas ou centros de distribuição podem impedir a entrega tempestiva ou bem-sucedida dos produtos que vendemos em nossas lojas e afetar negativamente nossas operações. Por exemplo, a nossa rede de distribuição é sensível à flutuação dos preços do petróleo, e qualquer aumento no preço, interrupção do fornecimento ou falta de combustível poderá resultar no aumento dos custos de frete e afetar negativamente nossos negócios e resultados operacionais. Caso sejam estabelecidas normas mais severas de restrição na entrega de produtos para as nossas lojas (normas de trânsito, por exemplo), em determinadas horas do dia, em determinados municípios em que atuamos, a nossa capacidade de distribuir produtos em tempo hábil para as nossas lojas poderá ser afetada. Um aumento geral no trânsito de rua também pode afetar a nossa capacidade de distribuir produtos em nossas lojas em tempo hábil.

Por fim, o nosso negócio de *e-commerce* está sujeito a riscos semelhantes que podem afetar a nossa capacidade de entregar produtos aos nossos consumidores finais em tempo hábil. Qualquer impossibilidade de entregar os produtos que vendemos por meio da nossa plataforma *e-commerce* pode resultar na perda de negócios e afetar negativamente a nossa reputação, o que pode causar um impacto adverso nas nossas vendas.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

O fato de nossas lojas serem espaços públicos pode gerar consequências que podem causar danos materiais e à imagem de nossas lojas, além de causar eventual responsabilidade civil.

As nossas lojas físicas, por serem espaços de uso público, estão sujeitas a uma série de acidentes em suas dependências, como por exemplo, escorregões, queda de produtos das prateleiras, tropeções com produtos fora do lugar, acusação de suspeita de furto inadequada, entre outros e, consequentemente, podem causar danos aos nossos colaboradores, clientes e frequentadores. No caso da ocorrência de tais acidentes, a loja envolvida no caso pode enfrentar danos de imagem e materiais. Além disso, a ocorrência de acidentes pode nos sujeitar à imposição de responsabilidade civil e/ou à obrigação do ressarcimento às vítimas, inclusive por meio do pagamento de indenizações, o que poderia causar um efeito material adverso ao nosso resultado operacional.

A Companhia ocupa imóveis localizados em* shopping centers*. Em decorrência disso, a atividade da Companhia é diretamente afetada pelo funcionamento regular destes centros de compras.

Uma parcela das nossas lojas está localizada em *shopping centers*, de modo que o faturamento da Companhia é diretamente afetado pelas vendas efetivamente geradas pelas lojas instaladas nos *shopping centers*. Desta forma, as atividades da Companhia dependem do funcionamento regular destes centros de compras.

O setor de *shopping centers* está exposto a diversos riscos, incluindo, sem limitação, aos níveis de atividade do ambiente macroeconômico (incluindo os efeitos da pandemia da COVID-19, taxas de juros, recessão, níveis de desemprego, entre outros), a disposição da população em consumir, a capacidade de locação dos espaços disponíveis nos *shopping centers* em condições favoráveis, preços de locação, custos operacionais, tributos incidentes, riscos ambientais, legislação e regulamentação aplicáveis, níveis de concorrência, dificuldade de aquisição de terrenos, entre outros. Além disso, com a pandemia da COVID-19 a maior parte dos *shopping centers* tiveram seu funcionamento suspenso ou tiveram que reduzir seus horários de funcionamento.

O aumento das receitas da Companhia e o aumento dos lucros operacionais resultante do investimento em lojas localizadas em *shopping centers* dependem do constante crescimento da demanda por produtos oferecidos pelas demais lojas localizadas nos *shopping centers* em que a Companhia possui lojas.

Qualquer interrupção ou imposição de restrições aos horários de funcionamento dos *shopping centers*, uma eventual queda nos gastos pelos consumidores em períodos de desaquecimento econômico geral ou, ainda, o cancelamento, não obtenção e não renovação tempestiva das licenças ambientais emitidas para os *shopping centers* podem causar prejuízos à Companhia. Condições econômicas adversas na área que cada *shopping center* está localizado também podem afetar adversamente os níveis de ocupação e locação e, consequentemente, os seus resultados operacionais, afetando os resultados da Companhia.

Podemos vir a enfrentar dificuldades em inaugurar e/ou operar novas lojas e em reformar periodicamente lojas existentes, o que poderá nos afetar de maneira adversa.

Nosso crescimento depende de nossa capacidade de operar com êxito novos pontos de venda, bem como de reformar periodicamente os pontos de venda existentes. Estamos sujeitos a riscos e incertezas quanto a eventos futuros que possam reduzir ou mesmo impedir a abertura e/ou operação de novos pontos de venda inicialmente planejados ou de readequar seus pontos de venda existentes, podendo gerar um impacto negativo para nós e no valor de nossas ações ordinárias.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Não há como ter certeza de que abriremos o número planejado de novas lojas na velocidade que desejamos, nem que conseguiremos reformar lojas existentes. A capacidade de inaugurar e operar novas lojas com êxito, depende de determinados fatores internos e externos. Entre esses fatores estão incluídos, por exemplo: (i) a capacidade de identificar locais apropriados para novas lojas, o que envolve reunir e analisar dados demográficos e de mercado para determinar se há demanda suficiente para nossos produtos nos locais escolhidos; (ii) a negociação de contratos de aluguel em termos aceitáveis; (iii) a conclusão das obras sem atrasos, interrupções ou aumento de custos; (iv) obtenção das licenças necessárias para seu funcionamento; e (v) inauguração de novas lojas ocorrerem em mercados onde já possuímos lojas; dentre outros. Tais fatores podem nos afetar adversamente.

Ainda, a legislação local referente a imóveis, uso do solo, zoneamento, dentre outras, pode vir a restringir a construção ou revitalização dos imóveis em que operamos os nossos diversos formatos. Ademais, determinadas leis locais que restrinjam as nossas operações, bem como alterações urbanísticas ou de infraestrutura nos arredores de nossas lojas existentes ou em processo de planejamento ou construção, podem afetar negativamente a nossa capacidade de abrir novas lojas, renovar, realocar ou expandir unidades existentes em certas cidades ou Estados, incluindo áreas de mercado em que ainda não possuímos operações. Consequentemente, isso pode afetar adversamente os nossos resultados operacionais.

Eventual abertura de novas lojas nos Estados brasileiros pode resultar em desafios de concorrência, regulatório, marketing e distribuição; ainda, quando novas aberturas de lojas ocorrem em mercados onde já possuímos lojas, podemos experimentar uma redução nas vendas líquidas de lojas pré-existentes nesses mercados devido ao deslocamento de vendas, o que pode nos afetar adversamente.

Eventual expansão, construção e remodelação de lojas podem deteriorar nossas margens de lucro até que tais investimentos atinjam a maturidade e, consequentemente, podemos não ser capazes de manter o mesmo crescimento de vendas líquidas e lucro, o que pode afetar negativamente nossos negócios, vendas e resultados operacionais.

Assim, nossa estratégia de negócio está exposta a diversos fatores, os quais podem impactar nossos negócios e os nossos resultados, como oportunidades de locação de imóveis e eventuais atrasos na execução das obras e inauguração de novos negócios, aprovação de projetos pelas autoridades competentes, variações do custo de obras, fatores macroeconômicos favoráveis, acesso a financiamentos em condições atrativas e aumento da capacidade de consumo, dentre outros, inclusive em virtude da pandemia da COVID-19. Não podemos garantir que nossa estratégia será integral e eficazmente realizada, bem como, se realizada, que trará os benefícios esperados ou dará causa a um crescimento que atenda ou exceda as nossas expectativas, o que pode prejudicar a supervisão dos nossos negócios e a qualidade dos nossos serviços. Em consequência, é possível que não sejamos bem-sucedidos na implementação de nossas estratégias comerciais ou no desenvolvimento da infraestrutura necessária ao desempenho de nossas operações tal como planejado, existindo o risco de não sermos capazes de expandir nossas atividades e replicar nossa estrutura de negócios, além de nossa estratégia de crescimento orgânico. Caso não sejamos bem-sucedidos na abertura de novas lojas, nossa condição financeira e resultados operacionais podem ser afetados de forma negativa. Caso os supracitados fatores não estejam a nosso favor, nosso plano de expansão poderá ser afetado de forma negativa.

Podemos não conseguir renovar ou manter os contratos de locação das nossas lojas alugadas de terceiros e/ou de nosso centro de distribuição em termos aceitáveis ou independentemente dos termos e, talvez, tenhamos que pagar multas contratuais em caso de rescisão de contratos de locação relativos às lojas que decidirmos fechar.

Parte da nossa receita líquida operacional deriva de atividades desempenhadas em imóveis que alugamos de terceiros. A localização estratégica dessas lojas é fundamental para o desenvolvimento da nossa estratégia de negócios e, como resultado, podemos ser afetados adversamente se não conseguirmos renovar um número significativo dos nossos contratos de locação em termos aceitáveis.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991 ("Lei de Locações") permite que a cada 3 (três) anos, seja feita uma revisão dos valores de aluguéis a valor de mercado. O reajuste dos aluguéis a valor de mercado poderá resultar em impactos não esperados nos custos operacionais, podendo afetar negativamente nossos resultados.

Adicionalmente, a valorização dos imóveis alugados afeta o valor do aluguel no momento de sua renegociação.

Ainda, ocupamos parte dos imóveis locados por prazo inferior a 5 (cinco) anos ininterruptos, de modo que não será possível renovar estas locações compulsoriamente mediante propositura de ação renovatória, em razão da ausência dos requisitos temporais previstos na Lei de Locações. Desta forma, caso não logremos êxito em negociar a renovação destes contratos com os respectivos locadores, podemos ser obrigados a desocupar tais imóveis após o término do prazo contratual.

Uma pequena parte dos contratos de locação estão vigentes por prazo indeterminado, o que possibilita rescisão dos mesmos a qualquer tempo por qualquer das partes, mediante notificação enviada com 30 dias de antecedência, livre de penalidades, além de não nos garantirem o direito de renovar compulsoriamente a locação por meio de propositura de ação renovatória. Caso tais contratos sejam rescindidos, teremos que buscar novos imóveis, o que acarretará custos de transição e poderá acarretar a interrupção das atividades naquele ponto comercial. Adicionalmente, caso o valor de aluguel destes novos imóveis seja superior ao valor anteriormente pago, a rentabilidade das lojas poderá ser reduzida e afetar adversamente os respectivos resultados operacionais.

Em relação aos contratos de nossas lojas e centro de distribuição cujo prazo seja igual ou superior a 5 anos, podemos pleitear judicialmente a renovação do prazo contratualmente previsto, desde que observados os requisitos legais e estejamos em dia com os pagamentos inerentes aos contratos. A legislação aplicável, no entanto, prevê que o locador não estará obrigado a renovar o contrato em determinadas circunstâncias. Dessa forma, podemos não obter a renovação compulsória de algum dos contratos de locação se não entrarmos em acordo com o locador.

Além disso, parte dos imóveis que alugamos de terceiros estão sujeitos a ônus e restrições jurídicas registrados perante as respectivas matrículas imobiliárias. Na hipótese de inadimplemento das obrigações que geraram as respectivas garantias pelos respectivos imóveis, os credores poderão proceder à excussão da garantia, situação em que os imóveis poderão ser alienados em leilão ou a propriedade poderá ser consolidada em nome do próprio credor para satisfação da dívida, ocasionando a transferência da propriedade a terceiros com quem não possuíamos qualquer relação. Nesse sentido, a continuidade das nossas operações nos imóveis locados de terceiros, na hipótese de excussão das garantias, demandará negociação de novos termos e condições contratuais dos contratos de locação com os novos proprietários ou o encerramento dos contratos de locação já existentes, podendo resultar em situações não favoráveis à Companhia ou, até mesmo, ensejar a desocupação dos referidos imóveis.

Em qualquer dos casos, a perda de qualquer de nossas localizações estratégicas, seja por não renovação ou manutenção dos contratos de locação de nossas lojas e centro de distribuição, pode afetar adversamente nossas operações, resultados financeiros e/ou impactar negativamente a notoriedade de nossas marcas.

Ainda, existem alguns contratos de locação que não contém cláusula de vigência ou não estão devidamente registrados ou averbados nas respectivas matrículas dos imóveis junto aos cartórios de registro de imóveis competentes. Diante disso, na hipótese de os proprietários decidirem vender os imóveis a terceiros durante a vigência dos contratos de locação, não poderemos opor aos compradores a manutenção da vigência de nossos contratos, bem como não teremos o direito de adjudicar judicialmente o imóvel no caso do comprador alienã-lo a terceiros e não respeitar nosso direito de preferência. Nesse caso, os compradores não estariam legalmente vinculados aos termos do contrato de locação e poderiam requerer a desocupação do imóvel.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Um aumento significativo no valor do aluguel dos imóveis que alugamos também pode nos afetar negativamente. Além disso, se decidirmos fechar qualquer uma das nossas lojas físicas, localizadas em imóveis alugados de terceiros, antes do fim do prazo contratual da locação, poderemos ser obrigados a pagar uma multa contratual ao proprietário, como consequência da rescisão antecipada do contrato de locação. A quantidade de tais multas poderia, no total, nos afetar adversamente.

O cancelamento, não obtenção ou não renovação tempestiva dos cadastros, autorizações, licenças, outorgas e alvarás para instalação e operação das nossas lojas e do nosso centro de distribuição podem afetar adversamente nossos resultados e negócios.

Nossas atividades estão sujeitas à obtenção de diversos registros, autorizações, licenças e alvarás federais, estaduais e municipais, além de Autos de Vistoria do Corpo de Bombeiros ("AVCB"), relacionados à operação e a localização do nosso centro de distribuição, escritório administrativo, depósitos e lojas físicas e devemos obter e renovar periodicamente grande parte desses registros, autorizações, licenças, outorgas e alvarás, com ou sem o pagamento de taxas de renovação. Podemos não conseguir obter todas as licenças, outorgas, alvarás e autorizações necessários, ou ainda, não podemos garantir que providenciaremos as renovações de forma tempestiva.

Não podemos assegurar que a obtenção dessas licenças ocorrerá dentro do cronograma previsto para abertura de novas lojas. Este cenário pode vir a ser agravado pelos efeitos decorrentes da decretação de calamidade pública devido à pandemia da COVID-19, o qual resultou em adoção de medidas pelo Governo de redução de funcionamento de órgãos públicos. Este fator poderá eventualmente acarretar atrasos adicionais na emissão de certidões e na regularização de débitos tributários junto aos órgãos competentes. O cenário de pandemia não exime a Companhia da obrigação de obter, manter e renovar tempestivamente as licenças, outorgas, alvarás, cadastros e registros necessários.

Além disso, podemos estar sujeitos à regulação e controle de outras autoridades públicas, além daquelas que hoje entendemos como sendo as competentes, vez que não podemos garantir que tais autoridades públicas não tenham um entendimento contrário ao nosso, quanto à necessidade de obtenção de outras licenças, alvarás, autorizações e demais cadastros adicionais aos que entendemos atualmente necessários ao desenvolvimento de nossas atividades.

Ademais, estamos em processo de obtenção ou renovação de algumas das licenças de funcionamento e de parte dos AVCBs das lojas. A não obtenção ou a não renovação de tais licenças pode resultar na impossibilidade de abertura e operação de lojas, depósitos e centros de distribuição e até, conforme o caso, na interdição e no fechamento das atuais lojas, depósitos e/ou centro de distribuição, bem como na aplicação de multas e autos de infração, além de expor-nos a riscos adicionais no caso de acidentes, ou evento similar, o que poderá nos afetar adversamente e expor-nos, bem como os nossos representantes, a sanções criminais, impossibilidade de contratar com poder público e perda de benefícios fiscais em caso de exercício de atividades sem as devidas licenças e autorizações ambientais.

A nossa estratégia comercial pode ser afetada negativamente caso ocorra (i) a impossibilidade de abertura e operação de novas lojas, depósitos e/ou centros de distribuição; e/ou (ii) a interdição ou o fechamento de nossas atuais lojas, depósitos e/ou centro de distribuição, em decorrência da não obtenção ou renovação tempestiva (conforme o caso) de cadastros, alvarás e licenças exigidos, o que poderá impactar negativamente os nossos resultados operacionais. Caso as licenças, outorgas, alvarás, registros, cadastros e autorizações sejam cancelados ou a Companhia não obtenha ou não os renove tempestivamente, os resultados operacionais, financeiros e a imagem da Companhia poderão ser adversamente afetados.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

As nossas vendas dependem em grande parte da eficácia de nossos programas de propaganda e marketing.

É parte inerente do nosso negócio o empenho de recursos significativos para campanhas de propaganda e marketing, com o intuito de promover a atratividade e movimento de clientes em nossas lojas e em nossos canais de vendas. As vendas e lucratividade dependem em grande parte da nossa capacidade de, entre outras coisas, identificar seu público alvo, decidir sobre a mensagem publicitária e os meios de comunicação adequados para atingi-lo e promover o conhecimento e a atração por nossas marcas.

Se nossas atividades de propaganda e marketing não forem bem concebidas, planejadas e executadas, podemos não ser capaz de alcançar as metas e objetivos esperados e, consequentemente, ter impactos negativos em nossas vendas e rentabilidade e não gerar a desejada valorização e reconhecimento de nossas mercadorias e produtos. Com isso, nossa situação financeira e resultado operacional podem ser afetados negativamente.

Adicionalmente, o aumento de custos com propaganda pode reduzir nossas margens, inclusive, em função do maior aumento da concorrência, o que pode afetar adversamente os nossos resultados.

Possíveis limitações em manter o ritmo de crescimento de vendas pode afetar adversamente nossos negócios e resultados operacionais.

Os principais fatores que podem impactar o crescimento das vendas “mesmas lojas”, conceito que demonstra quanto as vendas aumentaram nas mesmas lojas em relação ao período/exercício social anterior, são: (i) nossa capacidade de prever e responder às novas tendências de consumo em tempo hábil; (ii) nossa capacidade de atrair novos clientes e manter os atuais; (iii) a confiança do consumidor; (iv) a situação econômica nas áreas onde nossas lojas estão localizadas; (v) o impacto que a abertura de novas lojas pode gerar sobre as lojas pré-existentes nestes mesmos mercados, (vi) mudanças em nossas políticas de crédito, propaganda e marketing; e (vii) concorrência. Em decorrência dos eventos descritos acima, nossa performance de vendas “mesmas lojas” pode não apresentar crescimento ou pode diminuir em exercícios futuros, o que pode impactar negativamente nossos negócios e resultados operacionais.

Além disso, nosso crescimento futuro de vendas está fortemente baseado na ampliação e desenvolvimento dos canais digitais de vendas, como *e-commerce*, que são suscetíveis a uma maior concorrência e dependência de constantes evoluções tecnológicas, bem como mudanças no comportamento de consumo de nossos clientes, podendo impactar nosso ritmo de crescimento de vendas.

Nós conduzimos nossas operações por meio de lojas físicas e digitais. Caso sejamos incapazes de alinhar estes canais de vendas em termos de aspectos comerciais, logísticos, de comunicação e marketing com o objetivo de atender as necessidades de nossos clientes, podemos não nos beneficiar integralmente de nossa estrutura multicanal, o que pode afetar adversamente nossos resultados e operações – para maiores informações favor se referir ao item abaixo “*Operamos por meio de canais distintos (lojas físicas e virtuais) e a impossibilidade da integração exitosa desses canais poderá afetar nossos negócios*”.

No caso de precisarmos de capital adicional no futuro, por meio da emissão de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, poderá haver uma diluição da participação de nossos acionistas.

Podemos ter que captar recursos adicionais no futuro através de operações de emissão pública ou privada de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações. Qualquer captação de recursos por meio de distribuição pública de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações poderá ser realizada com a exclusão do direito de preferência dos seus acionistas, incluindo os investidores em nossas ações, o que pode resultar na diluição da participação dos referidos acionistas no nosso capital social, ocasionando a imediata diluição no valor patrimonial de seu investimento.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Podemos não ser capazes de cumprir com os índices financeiros previstos em contratos que compõem o nosso endividamento atual.

Em 31 de dezembro de 2020, nosso total em empréstimo e financiamentos (circulante e não circulante) era de R$ 303,5 milhões, sendo que alguns dos contratos firmados estabelecem o compromisso de manutenção de alguns índices financeiros, como dívida líquida sobre EBITDA, EBITDA sobre despesas financeiras, dívida líquida sobre dívida líquida mais patrimônio líquido, liquidez corrente e provisão para devedores duvidosos (PDD) sobre carteira em atraso superior a 90 dias, entre outros, conforme divulgação no item 10.1(f) deste Formulário de Referência. Esse compromisso pode afetar nossa capacidade de reagir a mudanças na economia ou no nosso setor de atuação ou nossa capacidade de aproveitar novas oportunidades de negócios lucrativos.

Adicionalmente, caso os índices financeiros em questão sejam descumpridos e, consequentemente, ocorra qualquer evento de inadimplemento previsto em tais contratos, as dívidas a eles vinculadas poderão ser vencidas antecipadamente pelos respectivos credores de acordo com as disposições aplicáveis de referidos contratos, e nosso fluxo de caixa e nossa condição financeira poderão ser afetados de maneira relevante e adversa.

Por fim, alguns dos contratos financeiros celebrados por nós contêm cláusulas que estabelecem o seu vencimento antecipado caso ocorra um evento de inadimplemento em outros contratos (incluindo, sem limitação, o descumprimento de índices financeiros) ou o vencimento antecipado de outros contratos seja declarado (*cross-default* e *cross-acceleration*), o que também pode vir a afetar de maneira adversa e relevante nosso fluxo de caixa e nossa condição financeira. Para maiores informações, ver seção 10 deste Formulário de Referência.

Se não formos capazes de renovar nossas linhas de crédito atuais, ter acesso a novos financiamentos, descontar recebíveis ou emitir valores mobiliários no mercado de capitais em condições atrativas, poderemos sofrer um efeito adverso relevante.

Nossa capacidade de captar recursos é fundamental para as nossas operações, a implementação da nossa estratégia e o nosso crescimento. Atualmente, contamos, principalmente, com Cédulas de Crédito Bancárias, operações de captação em moeda estrangeira na modalidade 4131 e descontos de recebíveis para financiar as nossas necessidades de curto e longo prazo. Podemos não conseguir renovar nossas linhas de crédito atuais, ter acesso a novos financiamentos ou emitir valores mobiliários no mercado de capitais em condições atrativas, para atender às nossas necessidades de financiamento, capital de giro ou obrigações em geral.

Além disso, não há nenhuma garantia de que poderemos continuar contando com empréstimos ou financiamentos, nem que os contratos de financiamentos serão renovados em termos e condições semelhantes ou mais atrativas do que os termos e condições que foram originalmente acordados.

Na eventualidade de não conseguirmos obter financiamentos, emitir valores mobiliários no mercado de capitais ou refinanciar o nosso endividamento, quando necessário, ou se não conseguirmos obter ou renovar empréstimos *intercompany*, fianças bancárias, seguros garantia, ou se tais instrumentos somente estiverem disponíveis mediante condições desfavoráveis, podemos não conseguir satisfazer às nossas necessidades de caixa e obrigações financeiras, ou aproveitar oportunidades de negócios, o que poderá ter um efeito adverso relevante sobre nossos negócios e resultados financeiros.

Além disso, no curso normal de nossas operações, descontamos recebíveis perante instituições financeiras a fim de obter capital de giro para as nossas atividades operacionais. Não há nenhuma garantia de que esse tipo de instrumento de financiamento continuará disponível para nós e em termos aceitáveis. Se não tivermos capital de giro suficiente, talvez não seja possível implementar nossa estratégia de crescimento, manter nossa competitividade ou financiar iniciativas estratégicas importantes, o que poderá causar um efeito adverso relevante nos nossos negócios e resultados financeiros.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Nosso sucesso depende significativamente do valor de nossas marcas, imagem e reputação pública, da eficiência de nossa estratégia de marketing e da nossa reputação em oferecer aos clientes uma experiência de consumo com qualidade diferenciada.

Quaisquer incidentes que reduzam a confiança do consumidor e dos nossos clientes ou a afinidade deles com nossas marcas podem reduzir de forma significativa o valor de nossas marcas. Se os consumidores e os nossos clientes perceberem ou experimentarem uma redução na qualidade dos produtos, do serviço, do ambiente e/ou de qualquer forma acreditarem que não proporcionamos uma experiência consistentemente positiva, o valor de nossas marcas pode ser impactado, o que pode afetar adversamente nossos negócios e resultados financeiros.

Ademais, o reconhecimento pelo mercado, uma boa reputação e a atratividade de nossas marcas e lojas são essenciais para o nosso crescimento e sucesso do nosso negócio e quaisquer incidentes que reduzam a confiança do consumidor e dos nossos clientes ou a afinidade deles com nossas marcas, bem como o uso indevido por terceiros de nossas marcas caso não consigamos protegê-las, podem reduzir de forma significativa o seu valor.

Desta maneira, na hipótese de perda ou uso indevido de alguma de nossas marcas, nossas atividades serão afetadas de maneira adversa, uma vez que elas são reconhecidas na nossa região de atuação e, em nossa opinião, desempenham importante papel no processo decisório de compra dos consumidores.

Se nossa estratégia de marketing não for eficiente ou se nossos concorrentes fizerem investimentos mais significativos em propaganda do que nós, podemos não conseguir atrair novos clientes ou os clientes existentes podem não retornar às nossas lojas, afetando nossos resultados operacionais de forma negativa.

A perda de membros da nossa alta administração, assim como de funcionários qualificados, e/ou a incapacidade de atrair e manter diretores e funcionários qualificados podem causar um efeito adverso sobre as nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

Nosso crescimento e desempenho dependem em grande parte de esforços e da capacidade da nossa alta administração. A perda dos membros da nossa alta administração poderá afetar de modo adverso e relevante nossos negócios e nossos resultados operacional e financeiro. Além disso, caso venhamos a perder algum desses profissionais-chave, podemos não conseguir atrair novos profissionais com a mesma qualificação para substituí-los. A eventual saída de tais administradores poderá impactar adversamente nossos negócios.

Devemos atrair, treinar e reter um grande e crescente número de funcionários qualificados, ao mesmo tempo em que controlamos os gastos trabalhistas e mantemos nossa cultura. Nós competimos com empresas do setor de varejo ou de outros setores por funcionários e investimos recursos significativos para treiná-los, tendo em vista que a performance de nossos funcionários é diretamente influenciada pela adequação dos treinamentos oferecidos por nós. Não há garantia de que seremos capazes de atrair, contratar, treinar, reter, motivar ou gerenciar empregados altamente qualificados no futuro, o que poderia provocar um efeito material adverso nos nossos negócios, situação financeira e resultados operacionais.

Dependemos de sistemas de tecnologia e gerenciamento de informação e de telecomunicações para processar transações, controlar nosso estoque, compilar resultados e administrar nossos negócios. Falhas ou interrupções nos sistemas de informações ou incidentes de segurança cibernética, incluindo ataques à infraestrutura necessária para manter sistemas de TI, poderão afetar de forma adversa nossos negócios.

Nossas operações dependem em grande parte da funcionalidade, disponibilidade, integridade e estabilidade operacional dos nossos sistemas de tecnologia e gerenciamento de informação, que são importante ferramenta de administração de nossos recursos e controle dos nossos ativos relevantes. Considerando o grande volume de transações que são processadas por ano em nossas lojas e centro de distribuição, é necessário manter o fornecimento ininterrupto dos sistemas de computadores e de

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

telecomunicações para apoiar, dentre outras, as operações de vendas, de controle de estoque, de encomenda de produtos, de transporte e de faturamento. Adicionalmente, a plataforma de *e-commerce* da Companhia é um importante canal de vendas, além de ser uma fonte de informação dos produtos e meio de interação com os consumidores. Consequentemente, a Companhia conta com os seus sistemas de tecnologia da informação para processar, transmitir e armazenar dados eletrônicos, bem como para se comunicar com os seus consumidores e fornecedores. O sucesso na operação dos negócios depende significativamente do desempenho dos sistemas de informações gerenciais.

Falhas ou interrupções nos sistemas de tecnologia da informação da Companhia, como por exemplo, na apuração e contabilização do faturamento, decorrentes de falta de energia, falhas na rede de computadores ou de telecomunicações, vírus de computador, falhas de segurança, ataques cibernéticos, erros de operação causados por nossos funcionários ou por terceiros contratados ou, ainda, decorrentes de desastres naturais como incêndios, enchentes e terremotos podem ocasionar impactos no funcionamento corporativo, comercial e operacional da Companhia, o que pode afetar os negócios e resultados operacionais da Companhia de forma negativa, além de afetar adversamente a imagem e confiabilidade da Companhia junto ao mercado.

Ainda, a falha desses sistemas pode afetar adversamente a disponibilidade e precisão no processamento de transações da Companhia, contabilidade, relatórios comerciais e financeiros, assim como a capacidade de gerenciar o negócio e, adequadamente, projetar os resultados operacionais e necessidade de caixa. Adicionalmente, a Companhia pode perder dados, ficar sujeita à violação de dados ou não conseguir realizar transações comerciais e, dessa forma, deixar de obter receitas de vendas, o que pode ocasionar um efeito adverso relevante na Companhia. Caso não sejamos capazes de efetuar os reparos a tempo, nossas operações e nossos controles operacionais e financeiros podem ser prejudicados, o que pode afetar adversamente nossos resultados.

Interrupções significativas ou repetidas em qualquer desses sistemas poderão impedir o acesso de clientes aos produtos da Companhia e fazer com que tais clientes optem por produtos de concorrentes. Ainda, cabe destacar que sistemas de tecnologia estão sujeitos a constantes atualizações e, caso não sejamos capazes de atualizá-los de maneira constante, acompanhando a velocidade do desenvolvimento tecnológico, por qualquer motivo, como por impedimentos técnicos, financeiros, entre outros, nossas operações poderão ser prejudicadas, o que pode afetar adversamente nossos resultados.

Além disso, a Companhia enfrenta riscos associados à segurança cibernética e acesso não autorizado aos seus sistemas, inclusive por *hackers* e devido a falhas de suas medidas de segurança eletrônica. Eventuais incidentes podem resultar em apropriação indevida de informações confidenciais da Companhia e/ou dados de seus clientes, bem como, consequentemente, no vazamento de dados destas informações, o que pode afetar adversamente a reputação da Companhia.

Uma falha na avaliação dos riscos associados a fraudes de cartões de crédito poderá vir a prejudicar a nossa reputação e a nossa marca, afetando adversamente o nosso negócio e os resultados das nossas operações.

Assumimos o risco por operações fraudulentas via cartão de crédito nas operações de *e-commerce*, visto que aceitamos o pagamento por meio de cartão de crédito sem a aposição da assinatura do titular, sendo que não mantemos um seguro contra este tipo de risco. Na data deste Formulário de Referência, uma parcela relevante das nossas receitas de vendas tem como meio de pagamento o nosso Cartão Avenida, que promove o débito direto das contas de pagamento de titularidade de nossos clientes, representando 45,5% de nossas receitas de vendas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. À medida que essas vendas cresçam e/ou ocorra falha no nosso sistema de segurança com relação à proteção de informações, o risco de perdas significativas em decorrência dessas operações fraudulentas também aumenta. Uma falha no controle adequado de operações fraudulentas de cartão de crédito poderá prejudicar a nossa reputação e nossa marca, o que poderá afetar adversamente o nosso negócio e os resultados das nossas operações. Por consequência, podemos ter questionamentos de órgãos reguladores, aplicações de multas e/ou sanções administrativas, bem como enfrentarmos eventuais ações judiciais/ou processos administrativos.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Se as condições econômicas no Brasil se deteriorarem ainda mais devido a, entre outros fatores, a pandemia da COVID-19, desaceleração da atividade econômica, depreciação do real, inflação, aumento das taxas de juros domésticas ou aumento das taxas de desemprego, uma parcela dos nossos clientes, os quais são mais sensíveis a tais fatores, pode entrar em inadimplência, aumentando nossas perdas e provisões para devedores, o que poderia ensejar restrições na concessão de crédito aos nosso clientes. Além disso, as provisões podem não ser suficientes. Caso o governo brasileiro implemente políticas restritivas de crédito ao consumidor, nossos resultados operacionais e situação financeira podem ser adversamente afetados com a diminuição significativa da demanda de crédito pelos nossos consumidores.

Operamos por meio de canais distintos (lojas físicas e virtuais) e a impossibilidade da integração exitosa desses canais poderá afetar nossos negócios.

As nossas operações são realizadas de forma física bem como virtual desde dezembro de 2018, e nossa estratégia de longo prazo é focada na exploração de diversos canais, com integração crescente entre eles. Não podemos garantir que essa estratégia será bem-sucedida. Além disso, nosso crescimento futuro de vendas está baseado na ampliação e desenvolvimento dos canais digitais de vendas, como o *e-commerce*, bem como a ampliação do atual formato físico das lojas. Somos vulneráveis a pressões competitivas das atividades de *e-commerce* no mercado, uma vez que podem impactar o nosso próprio negócio no *e-commerce* e nossas lojas, o que, por sua vez, pode afetar adversamente os nossos resultados operacionais e nossa situação financeira.

Perdas não cobertas pelos seguros contratados podem resultar em prejuízos e a dificuldade para contratação de apólices, o que poderá gerar efeitos adversos sobre nossos negócios

A Companhia não pode garantir que suas apólices de seguro atualmente em vigor, assim como aquelas que vierem a ser contratadas no futuro, serão suficientes em todas as circunstâncias, ou contra todos os riscos, aos quais a Companhia e seus ativos estão sujeitos, inclusive aqueles decorrentes dos impactos da pandemia da COVID-19. Além disso, a quantificação da exposição de risco nas cláusulas existentes nas respectivas apólices de seguro pode ser inadequada ou insuficiente, podendo, inclusive, implicar em reembolso menor do que o esperado e alguns sinistros, tais como roubo de carga, perda e avarias nos produtos transportados estão sujeitos ao pagamento de franquias.

Na eventualidade da ocorrência de um sinistro significativo não segurado ou indenizável, parcial ou integralmente, podemos sofrer um impacto financeiro significativo para recompor e/ou reformar os ativos atingidos por tais eventos, o que poderá comprometer o andamento normal de nossas atividades. Ainda, no caso dos eventos segurados, a cobertura de apólices de seguro está condicionada ao pagamento do respectivo prêmio. Nossa falha em pagar esses prêmios cumulada com a ocorrência de um sinistro poderá fazer com que tais danos, segurados ou não, não fiquem sujeitos à cobertura pela seguradora.

Adicionalmente, poderemos ser responsabilizados judicialmente pelo pagamento de indenização a terceiros em decorrência de um eventual sinistro não coberto por nossas apólices. Além disso, não podemos garantir que conseguiremos manter apólices de seguro a taxas comerciais razoáveis ou em termos aceitáveis, ou contratadas com as mesmas companhias seguradoras ou com companhias seguradoras similares. Esses fatores podem afetar negativamente os nossos resultados operacionais e nossos seus negócios.

Alterações na legislação tributária brasileira, conflitos em sua interpretação e a não renovação, modificação, limitação, suspensão ou revogação dos nossos benefícios fiscais podem impactar adversamente a Companhia, aumentando os impostos que a Companhia é obrigada a pagar.

O Governo Federal regularmente implementa mudanças nas leis tributárias as quais, eventualmente, podem aumentar a carga tributária da Companhia. Essas mudanças incluem ajustes na alíquota aplicável e imposição de tributos temporários, cujos recursos são alocados a determinadas finalidades pelo Governo Federal. Os efeitos dessas medidas de reforma fiscal e quaisquer outras alterações decorrentes da promulgação de reformas fiscais adicionais não podem ser quantificados e são imprevisíveis. Algumas dessas medidas podem aumentar as obrigações fiscais totais da Companhia, o

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

que, por sua vez, pode afetar adversamente seus resultados operacionais e financeiros. A título exemplificativo, existem discussões recentes sobre a possível instituição de novos tributos, tais como o empréstimo compulsório, o imposto sobre grandes fortunas e uma contribuição sobre transações financeiras, bem como foram retomadas discussões sobre a revogação da isenção de imposto de renda sobre a distribuição de dividendos.

Outrossim, atualmente existem, no congresso brasileiro, propostas para a implementação de uma reforma tributária. Entre as propostas em discussão, existe a possibilidade de uma mudança completa no sistema de tributação ao consumo, que extinguiria três tributos federais - IPI, PIS e COFINS, o ICMS, que é estadual, e o ISS, municipal, para a criação de um único novo Imposto sobre Operações com Bens e Serviços ("IBS") que incidiria sobre o consumo. Ademais, recentemente, o Governo Federal apresentou nova proposta de reforma tributária para criação da Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços ("CBS"), em substituição às contribuições do PIS e da COFINS por uma contribuição social única de 12% sobre o consumo. Caso haja uma reforma tributária ou quaisquer mudanças na legislação e regulamentação aplicáveis, que alterem os tributos aplicáveis ou incentivos fiscais/regimes especiais durante ou após seus prazos de vigência, tais mudanças poderão afetar diretamente ou indiretamente os negócios e resultados da Companhia.

Ademais, certas leis tributárias podem estar sujeitas a interpretações controversas pelas autoridades fiscais, sendo que qualquer aumento no montante da tributação como resultado das contestações às posições fiscais da Companhia pode afetar adversamente os seus negócios, os seus resultados operacionais e a sua condição financeira.

Além disso, uma das subsidiárias da Companhia, assim como outras empresas do setor, usufrui de determinados benefícios fiscais. Para informações detalhadas quanto aos benefícios fiscais vide item 7.3 deste Formulário de Referência. Não é possível assegurar que estes benefícios serão mantidos ou renovados. Em caso de revogação (inclusive por atos imputáveis à Companhia e/ou seus administradores) ou alteração da legislação pertinente, os negócios, as atividades e as condições financeiras poderão ser adversamente afetados como resultado do aumento da carga tributária. Além disso, para garantir a continuidade desses incentivos, uma série de requisitos devem ser cumpridos, os quais podem ser contestados, inclusive em juízo. Se esses benefícios fiscais não forem renovados ou forem modificados, limitados, suspensos ou revogados, os negócios, as suas atividades e as suas condições financeiras poderão ser adversamente afetados como resultado do aumento da carga tributária.

Diante do cenário brasileiro quanto à concessão de benefícios fiscais, especialmente no que se refere à "Guerra Fiscal entre os Estados", não podemos afastar o risco de questionamento quanto à constitucionalidade dos benefícios fiscais relativos ao ICMS, caso não aprovados no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária ("CONFAZ"), por meio do ajuizamento de ações diretas de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal ("STF"), o que pode afetar adversamente os negócios da Companhia.

Ainda no que se refere à "Guerra Fiscal entre os Estados", foi publicada a Lei Complementar 160/2017 ("LC 160/2017") e o Convênio CONFAZ ICMS nº 190/2017, que objetivaram a convalidação dos benefícios fiscais concedidos pelos Estados, diminuição dos riscos de declaração de inconstitucionalidade dos benefícios fiscais já concedidos, extinção da possibilidade de criação de novos benefícios, bem como estabelecem prazo máximo de duração aos incentivos já concedidos, que varia a depender do setor de atuação. A Companhia não pode assegurar que os Estados darão cumprimento às regras para convalidação dos benefícios usufruídos.

No mais, eventual inobservância das regras de convalidação, alteração na legislação tributária ou declaração de inconstitucionalidade da legislação concessiva de benefícios fiscais poderá afetar não somente as atividades da Companhia, mas o setor como um todo.

Nesse contexto, tendo em vista a tese firmada em repercussão geral pelo Supremo Tribunal Federal (Recurso Extraordinário nº 628.975/RS), no sentido de que é constitucional o estorno proporcional de crédito de ICMS efetuado pelo Estado de destino em razão de crédito fiscal presumido concedido pelo Estado de origem sem autorização do CONFAZ, os fiscos estaduais podem adotar entendimento

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

diverso para glosar créditos de ICMS de períodos anteriores, o que poderia impactar adversamente os resultados da Companhia.

Ainda, a Companhia está sujeita a fiscalizações pelas autoridades fiscais nas esferas federal, estadual e municipal. Como resultado de tais fiscalizações, as posições fiscais da Companhia podem ser questionadas pelas autoridades fiscais. A Companhia não pode garantir que os provisionamentos para tais processos (quando houver) serão corretos, que não haverá identificação de exposição fiscal adicional, e que não será necessária constituição de reservas fiscais adicionais para qualquer exposição fiscal. As autoridades fiscais brasileiras intensificaram, recentemente, o número de fiscalizações. Autoridades regularmente fiscalizam as empresas, incluindo em relação a controle de estoque, despesas de amortização de ágio, reestruturação societária e planejamento tributário, entre outros. Quaisquer processos judiciais e administrativos relacionados a assuntos fiscais perante os tribunais, incluindo o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais ("CARF") e tribunais administrativos estaduais e municipais, pode afetar negativamente a Companhia. Qualquer aumento no montante da tributação como resultado das contestações às posições fiscais da Companhia pode afetar adversamente os seus negócios, os seus resultados operacionais e a sua condição financeira.

Decisões desfavoráveis ou a impossibilidade de se realizar depósitos judiciais ou de se prestar ou oferecer garantias em processos judiciais, administrativos ou arbitrais podem causar efeitos adversos nos nossos negócios, na nossa condição financeira, reputacional e nos nossos resultados operacionais.

Nós, incluindo nossos acionistas controladores, administradores e nossas controladas somos e podemos vir a ser no futuro, réus em processos e procedimentos judiciais, arbitrais e/ou administrativos, seja nas esferas cível, tributária, administrativa, trabalhista, societária, de propriedade intelectual, regulatória, concorrencial, ambiental, criminal, entre outras.

Não podemos garantir que os resultados de quaisquer destes processos serão favoráveis a nós ou aos membros de nossa administração, ou, no caso de procedimentos que já somos parte, que mantenhamos ou que manteremos provisionamento (quando houver), no todo ou em parte, suficiente para todos os passivos eventualmente decorrentes destes processos. Podemos enfrentar obstáculos para prestar ou oferecer garantias requeridas em processos judiciais, administrativos ou arbitrais. O envolvimento de nossos administradores em processos de qualquer natureza que prejudiquem nossa imagem, ou decisões que sejam contrárias aos nossos interesses, incluindo decisões que nos impeçam de conduzir nossos negócios conforme planejado originalmente, pode, entre outros, ter um efeito adverso relevante sobre nós, nossa capacidade de contratar com poder público, elegibilidade ao recebimento de benefícios e incentivos fiscais e, inclusive, à nossa imagem.

Pertencemos a um grupo econômico em que existem outras sociedades operacionais. No curso de suas atividades, essas sociedades são partes em processos judiciais nos quais, caso condenadas, o resultado do processo poderá nos afetar de forma solidária ou subsidiária.

Decisões contrárias de valores substanciais ou que afetem nossas marcas, imagem ou habilidade de executar nossas operações planejadas, poderão causar um efeito adverso nos nossos negócios, reputação, condição financeira e resultados operacionais. Para informações sobre os processos judiciais e administrativos, ver seção 4.3 até a 4.6 deste Formulário de Referência.

Falhas nos sistemas, políticas e procedimentos de gestão de riscos e relatórios internos poderão expor a Companhia a riscos inesperados ou imprevistos, o que poderia afetar adversamente nossos negócios.

As políticas e procedimentos da Companhia para identificar, monitorar e gerenciar riscos podem não ser eficazes. Muitos dos métodos de gerenciamento de riscos adotados pela Companhia são baseados no histórico do comportamento de mercado ou em estatísticas derivadas de modelos históricos e podem não prever exposições futuras, as quais poderão ser significativamente maiores do que aquelas indicadas pelas medidas históricas.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Outros métodos de gerenciamento de riscos adotados pela Companhia que dependem da avaliação das informações relativas a mercados, clientes ou outros assuntos disponíveis ao público podem não ser precisos, completos, atualizados ou adequadamente avaliados.

As informações em que a Companhia se baseia, ou com que alimenta ou mantem modelos históricos e estatísticos podem ser incompletas ou incorretas, o que poderá gerar um efeito adverso relevante sobre seus negócios.

Nossos processos de governança, gestão de riscos e compliance podem falhar, podendo ocasionar impactos materiais e adversos nossos negócios, situação financeira, resultados operacionais e cotação de mercado de nossas ações ordinárias.

Os mecanismos de prevenção e combate à corrupção, processos de governança, bem como os procedimentos internos atuais da Companhia, podem não ser suficientes para assegurar que todos os seus administradores, colaboradores, fornecedores, parceiros de negócios e terceiros que agem no interesse e benefícios da Companhia atuem sempre em estrito cumprimento às leis e regulamentos voltados à prevenção e combate à corrupção que a Companhia está sujeita, como por exemplo, o Decreto- Lei nº 2.848/1940, a Lei nº 8.137/1990, a Lei nº 8.429/1992 ("Lei de Improbidade Administrativa"), a Lei nº 8.666/1993. a Lei nº 9.613/1998, a Lei nº 12.846/13 ("Lei Anticorrupção"), o Decreto nº 8.420/2015, o Decreto nº 3.678/2000, o Decreto nº 4.410/2002 e o Decreto nº 5.678/2006, assim como outras normas relacionadas.

As sanções aplicadas com base em tais leis incluem multas, perdimento de bens, diretos e valores ilicitamente obtidos, suspensão ou interdição parcial de atividades, proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, sanções estas que, se aplicadas, podem afetar adversamente resultados da Companhia.

Adicionalmente, a Companhia reformulou recentemente, para fins desta oferta, suas funções de gerenciamento de riscos e compliance, em particular com a criação do Comitê de Auditoria e da Área de Riscos e Compliance. Não há como assegurar que nossos processos de governança, políticas, gestão de riscos e *compliance* (mesmo após reformulação) serão capazes de detectar (i) violações à Lei Anticorrupção, Lei de Improbidade Administrativa ou a leis similares, (ii) ocorrências de comportamentos fraudulentos e desonestos por parte de nossos administradores, funcionários, pessoas físicas e jurídicas contratadas e outros agentes que possam nos representar, (iii) mitigação dos riscos que a sua política de gerenciamento de riscos identifica atualmente e/ou a previsibilidade na identificação de novos riscos, e (iv) outras ocorrências de comportamentos não condizentes com princípios éticos e morais, que possam afetar material e adversamente a nossa reputação, negócios, condições financeiras e resultados operacionais, ou a cotação de mercado de nossas ações ordinárias de forma negativa.

Além disso, a Companhia pode não ser capaz de assegurar que todos os seus administradores, funcionários, representantes ou fornecedores atuem sempre em estrito cumprimento às políticas internas, leis e regulamentos aplicáveis voltados à prevenção e combate à corrupção. Deste modo, a Companhia poderá estar sujeita a violações de seu Código de Conduta, das leis e regulamentos listados acima e legislação correlata, em decorrência da conduta nos negócios e ocorrência de comportamento fraudulento e ilícito por parte de seus administradores, funcionários, parceiros de negócios e terceiros que atuem em seu nome ou em benefício da Companhia.

A existência de quaisquer investigações, inquéritos ou processos de natureza administrativa ou judicial relacionados à violação de qualquer das leis acima referidas, contra a Companhia, administradores, funcionários, parceiros de negócios ou terceiros que atuam em nome da Companhia pode resultar em: (i) multas e indenizações nas esferas administrativa, civil e penal; (ii) perda de licenças operacionais, com a decorrente responsabilização subsidiária ou solidária da Companhia; (iii) proibição ou suspensão das atividades da Companhia; e/ou (iv) perda de direitos de contratar com a administração pública, de receber incentivos ou benefícios fiscais de quaisquer financiamentos e recursos da administração pública, de modo que, todas essas circunstâncias poderão ocasionar um efeito adverso relevante sobre a Companhia.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Por fim, a Companhia pode vir a ser solidariamente responsabilizada pelo pagamento de multa e reparação integral do dano causado em razão de práticas contrárias a Lei Anticorrupção por suas sociedades controladas, controladoras, coligadas e consorciadas, o que pode afetar adversamente a reputação, negócios, condições e resultados operacionais da Companhia.

***Estamos sujeitos a riscos associados ao não cumprimento* da Lei Geral de Proteção de Dados e podemos ser afetados adversamente pela aplicação de multas e outros tipos de sanções quando da entrada em vigor de tais sanções.**

Em 14 de agosto de 2018, foi sancionada a Lei n° 13.709/2018, conforme alterada, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais ("LGPD") que regula as práticas relacionadas ao tratamento de dados pessoais no Brasil, inclusive em meio digital, por meio de um conjunto de regras que impacta todos os setores da economia, gerando custos adicionais para a Companhia, em virtude da necessidade de adequação de tais práticas às disposições da LGPD.

A LGPD estabelece um novo marco legal a ser observado nas operações de tratamento de dados pessoais e altera determinadas disposições da Lei nº 12.965/2014 ("Marco Civil da Internet") e prevê, dentre outras providências, os direitos dos titulares de dados pessoais, hipóteses em que o tratamento de dados pessoais é permitido (bases legais), as obrigações e os requisitos relativos a incidentes de segurança da informação envolvendo dados pessoais, vazamentos, transferência e compartilhamento de dados, bem como prevê sanções para o descumprimento de suas disposições, que variam de uma simples advertência e determinação de exclusão dos dados pessoais tratados de forma irregular à imposição de multa. Ainda, a LGPD autoriza a criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados ("ANPD"), autoridade responsável por elaborar diretrizes e aplicar as sanções administrativas, em caso de descumprimento das disposições da LGPD.

Nesse sentido, necessário esclarecer que, em virtude da pandemia da COVID-19, foi aprovada a Lei nº 14.010/2020, que, dentre outras medidas, adiou a aplicabilidade das sanções administrativas previstas na LGPD (art. 52, 53 e 54) para 1º de agosto de 2021. Todavia, as demais disposições da LGPD entraram em vigor em 18 de setembro de 2020.

Independentemente da aplicabilidade das sanções administrativas da LGPD, o descumprimento de quaisquer disposições previstas na LGPD tem como riscos a partir da sua entrada em vigor: (i) a propositura de ações judiciais, individuais ou coletivas pleiteando reparações de danos decorrentes de violações, baseadas não somente na LGPD, mas, na legislação esparsa e setorial sobre proteção de dados ainda vigente; e (ii) a aplicação das penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor e Marco Civil da Internet por alguns órgãos de defesa do consumidor, uma vez que estes já têm atuado neste sentido, antes mesmo da vigência da LGPD e da ANPD ter iniciado o seu trabalho, especialmente em casos de incidentes de segurança que resultem em acessos indevidos a dados pessoais.

Na data deste Formulário de Referência, não estamos em conformidade com todos as novas obrigações decorrentes da LGPD. Com a entrada em vigor das sanções administrativas da LGPD, em agosto de 2021, caso não estejamos em conformidade com a LGPD, nós e nossas subsidiárias poderemos estar sujeitas às sanções, de forma isolada ou cumulativa, de advertência, obrigação de divulgação de incidente, bloqueio temporário e/ou eliminação de dados pessoais e multa de até 2% (dois por cento) do faturamento da empresa, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, até o montante global de R$50.000.000 (cinquenta milhões de reais) por infração. Além disso, podemos ser responsabilizados por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados e ser considerada solidariamente responsáveis por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados por nós e nossas subsidiárias, devido ao não cumprimento das obrigações estabelecidas pela LGPD.

Tratamos dados pessoais de nossos clientes, colaboradores, dentre outros titulares de dados identificados ou passíveis de identificação, no curso regular de nossas operações. Os nossos negócios estão expostos ao risco de uma possível não observância das políticas internas ou da legislação aplicável, bem como ao risco de má conduta, negligência ou fraudes cometidas por funcionários de modo que informações pessoais se tornem disponíveis a terceiros, bem como a ataque de hackers,

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

que podem acontecer a despeito das medidas de segurança implementadas por nós. Podemos não ser capaz de prevenir ou impedir a má conduta de funcionários e terceiros.

Falhas de segurança e quaisquer outras falhas na proteção dos dados pessoais tratados por nós, bem como a inadequação à legislação aplicável, podem acarretar multas elevadas, pagamento de indenizações, divulgação do incidente para o mercado, eliminação dos dados pessoais da base, e até a suspensão de nossas atividades, o que poderá afetar negativamente nossa reputação, nossos resultados e, consequentemente, o valor de nossas ações.

A incapacidade ou falha em proteger nossa propriedade intelectual ou a infração da propriedade intelectual de terceiros pode ter impacto negativo em nossos resultados operacionais.

Eventos como indeferimento definitivo de pedidos de registro de marca perante o Instituto Nacional da Propriedade Industrial ("INPI") ou o uso não autorizado, indevido ou, ainda, o reconhecimento de nulidade administrativa de seus registros de marca pode diminuir o valor das referidas marcas, afetando adversamente nossos negócios ou nossa reputação, bem como causar um declínio nas nossas vendas.

Adicionalmente, podemos não conseguir renovar o registro de alguma marca em tempo hábil ou que os nossos concorrentes contestem ou invalidem quaisquer marcas existentes ou futuras solicitadas ou licenciadas pela Companhia. Além disso, litígios demorados e dispendiosos, podem ser necessários para impor e determinar o escopo de direitos de propriedade intelectual da Companhia, e se não obtiver êxito em defesa, nossos negócios podem ser impactados adversamente de forma significativa.

Ainda, cabe ressaltar que o monitoramento de uso não autorizado de propriedade intelectual demanda esforços significativos e não há como garantir que terceiros não tenham registrado ou adquirido direitos sobre marcas idênticas ou similares para produtos ou serviços que atendam ao mesmo mercado de atuação da Companhia.

Por fim, terceiros podem alegar que nossos produtos violam os seus direitos de propriedade intelectual, de modo que, qualquer disputa ou ativo relacionados a ativos de propriedade intelectual pode ser oneroso e demorado devido à incerteza de litígios sobre o assunto, o que pode afetar adversamente os resultados e situação da Companhia.

Os titulares das nossas ações ordinárias poderão não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio.

Nosso lucro líquido pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízos e passivos ou retido de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, caso em que não estará disponível para distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre capital próprio. Nosso Conselho de Administração poderá determinar a não distribuição de dividendos aos nossos acionistas em um determinado ano fiscal se não tivermos lucro ou reservas líquidas disponíveis, ou se a distribuição de dividendos for desaconselhável ou incompatível com nossa situação financeira no momento.

Os resultados de nossas operações podem ser afetados adversamente pelo efeito da sazonalidade das vendas de nossos produtos e serviços.

Os resultados das nossas operações são e podem vir continuar a ser afetados adversamente pela sazonalidade das vendas dos nossos produtos e serviços, provocando variações em nossos resultados trimestrais, que podem vir a ser intensificadas em decorrência de medidas governamentais restritivas impostas para tentar combater a pandemia da COVID-19. Historicamente, nossa receita e lucratividade atingem seus maiores níveis nos meses de dezembro, principalmente devido às compras de final de ano, como as ocorridas para o Natal no quarto trimestre.

Com o objetivo de atender ao aumento de demanda durante o último trimestre do ano, incorremos em despesas adicionais significativas, tais como o aumento do volume de produtos estocados, das nossas obrigações com fornecedores e da contratação temporária de equipes para as lojas físicas. Caso a receita para este período venha a ser abaixo da esperada, poderemos experimentar um impacto desproporcional significativo em nossos resultados operacionais e financeiros no período em questão.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

O preço das matérias-primas utilizadas por nós pode ser afetado pela volatilidade nas cotações de commodities e uma oscilação brusca e inesperada poderá ter um efeito adverso relevante para nós.

Entre as nossas principais matérias-primas está o algodão, que corresponde a uma parcela significativa do nosso custo de produtos vendidos. Algumas de nossas matérias-primas, como o algodão, são commodities ou derivados de commodities, cujo valor é estabelecido de acordo com a oscilação mundial de oferta e demanda, bem como em função do dólar. Ademais, os preços das matérias-primas são influenciados por uma série de fatores, incluindo, mas não se limitando, a clima, produção agrícola, condições econômicas internacionais e nacionais, custos de transporte e processamento, regulamentações e políticas governamentais e relação entre oferta e demanda mundial e pandemias (tais como a recente pandemia da COVID-19). Caso ocorra uma variação brusca e inesperada no preço dessas matérias-primas, podemos sofrer um efeito relevante e adverso.

Nossa estratégia de crescimento envolve a abertura e a operação de um número considerável de novas lojas a cada ano, o que pode sobrecarregar nossos recursos e ocasionar uma queda no desempenho das lojas existentes.

Nossa proposta de expansão de lojas gerará demandas crescentes sobre nossos recursos operacionais, gerenciais e administrativos. Essas demandas crescentes podem resultar numa queda de eficiência na gestão dos nossos negócios, o que por sua vez pode levar a uma deterioração no desempenho financeiro de nossas lojas individualmente e de nosso negócio como um todo. Ademais, quando a inauguração de novas lojas ocorrerem em mercados onde já possuímos lojas, poderemos sofrer uma redução nas vendas das lojas pré-existentes nesses mercados em função do deslocamento de vendas ou canibalização.

Podemos não ser capazes de nos adaptar tempestivamente às transformações digitais esperadas pelos clientes e pelo setor.

A tecnologia empregada na cultura digital está em constante evolução. Podemos não ser capazes de nos adaptar de forma tempestiva para atender às exigências dos clientes e preferências e padrões do setor. Podemos nos deparar com alguns obstáculos em busca de uma transformação digital rápida relacionados à cultura corporativa, à complexidade organizacional, à falta de processos que viabilizam a colaboração e inserção dos funcionários. Esses desafios podem ser uma limitação no crescimento da nossa cultura digital pela complexidade comercial, organizacional ou tecnológica. Essas mudanças, somadas à urgência no atendimento de novos padrões e práticas do setor, poderão tornar a nossa tecnologia própria ultrapassada e afetar adversamente nossos resultados.

Uma paralisação ou greve significativa da nossa força de trabalho pode afetar as nossas operações.

Os nossos empregados são representados por sindicatos trabalhistas e estão protegidos por convenções coletivas, acordos coletivos ou contratos de trabalho semelhantes, que estão sujeitos à renegociação periódica dentro dos prazos estabelecidos por lei. Greves e outras paralisações ou interrupções de trabalho em qualquer uma das nossas instalações, ou movimentos trabalhistas que perturbem qualquer um dos nossos fornecedores terceirizados, podem ter um efeito adverso relevante sobre nossas operações e nossos negócios.

Ameaças relacionadas ao ambiente competitivo no varejo físico e digital podem nos impactar adversamente.

Devido a nossa ampla variedade e oferta de produtos, concorremos com uma gama de varejistas, especializados ou generalistas, regionais ou de escala nacional. Estes concorrentes podem influenciar os preços dos produtos que oferecemos, com adoção de descontos para ganho de participação de mercado, além de competir por pontos comerciais estratégicos que podem dificultar nossa estratégia de expansão.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Além disso, em decorrência da forte concorrência nos canais digitais, não podemos garantir que a concepção do nosso *e-commerce* como uma extensão da experiência de compra trará resultados positivos para nossos negócios. Ademais, novas tecnologias podem também acirrar o cenário competitivo no ambiente digital trazendo novos concorrentes para o nosso segmento, o que pode afetar adversamente nossos negócios e resultados financeiros.

(b) Riscos Relacionados ao Controlador, direto ou indireto, ou Grupo de Controle

Imediatamente após a conclusão da nossa abertura de capital continuaremos sendo controlados pelo nosso acionista controlador, cujos interesses poderão divergir dos nossos demais acionistas.

Imediatamente após a conclusão da nossa abertura de capital, continuaremos sendo controlados por nossos atuais acionistas controladores, que continuarão a deter a maioria do nosso capital social conjuntamente por meio de um acordo de acionistas. Nossos acionistas controladores poderão exercer os seus direitos de voto para eleger ou destituir a maioria dos membros do nosso Conselho de Administração, controlar a nossa administração e políticas, determinar o resultado de quase todas as matérias que exigem a aprovação dos acionistas, incluindo, entre outras, transações com partes relacionadas, reorganizações societárias, aquisições, venda de ativos, parcerias e o pagamento e prazo de dividendos futuros, o que poderá conflitar com os interesses dos demais acionistas. Nossos acionistas controladores poderão ter interesse em realizar aquisições, alienações de ativos, parcerias, busca de financiamentos, ou tomar outras decisões que podem ser conflitantes com os interesses dos demais acionistas e que podem não resultar em melhorias de nossos resultados operacionais, o que pode afetar adversamente a cotação de nossa ação.

Podemos enfrentar potenciais conflitos de interesses envolvendo transações com partes relacionadas.

Possuímos receitas, custos ou despesas decorrentes de transações com partes relacionadas, conforme indicado no item 16.2 deste Formulário de Referência. Não podemos garantir que nossa Política de Transações com Partes Relacionadas (descrita no item 16.1 deste Formulário de Referência) seja plenamente eficaz para evitar situações de potencial conflito de interesse entre as partes, e que nossos acionistas controladores ou os administradores por eles eleitos prestaram ou prestarão estrita observância às boas práticas de governança e/ou normas existentes para dirimir situações de conflito de interesses, incluindo, mas sem se limitar, a observância do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado, em cada transação em que, de um lado, a parte contratante sejamos nós ou sociedade por nós controlada, e, de outro lado, a parte contratada seja uma sociedade que não seja controlada por nós e tenha como acionistas os nossos acionistas controladores ou administradores.

Caso as situações de conflito de interesses com partes relacionadas se configurem, elas poderão causar um impacto adverso em nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e valores mobiliários. Adicionalmente, caso celebremos transações com partes relacionadas em caráter não comutativo, trazendo benefícios às partes relacionadas envolvidas, nossos acionistas minoritários poderão ter seus interesses prejudicados.

(c) Riscos Relacionados a Seus Acionistas

A Companhia entende que não está sujeita a riscos relevantes cuja fonte seja seus acionistas.

(d) Riscos Relacionados a Suas Controladas e Coligadas

A Companhia entende que não está sujeita a riscos relevantes cuja fonte seja suas controladas e coligadas.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

(e) Riscos Relacionados a Seus Fornecedores

Podemos ser considerados solidária ou subsidiariamente responsáveis por práticas irregulares ou danos, inclusive de natureza ambiental, causados por nossos fornecedores, confecções ou parceiros de marketplace.

Nossas controladas trabalham com diversos fornecedores e confecções terceirizados e não têm como garantir que não terão problemas relacionados a tais fornecedores e confecções, incluindo no que se refere às condições de seus trabalhadores. Não temos como garantir que os prestadores de serviços e parceiros de *marketplace* de nossas controladas não terão problemas relacionados às condições de trabalho, bem como às normas ambientais e de segurança, ou que não usarão práticas irregulares, incluindo práticas de trabalho análogo ao escravo e/ou ao trabalho infantil, para reduzir os custos do produto.

Se algum dos fornecedores, prestadores de serviços e confecções utilizadas pelas nossas controladas se envolverem em práticas irregulares, incluindo, mas não se limitando às práticas acima mencionadas, a nossa reputação e nossas marcas podem ser prejudicadas e, consequentemente, a percepção de nossos clientes sobre os nossos produtos pode ser afetada negativamente, causando, assim, uma redução nas vendas líquidas e nos resultados das operações, bem como vencimento antecipado das dívidas e queda no preço de negociação das nossas ações ordinárias.

Em algumas circunstâncias, também poderemos ser considerados solidariamente responsáveis com tais prestadores de serviços pela recomposição e/ou indenização dos danos ambientais e trabalhistas por eles causados. Além disso, nós e nossas controladas poderemos ser responsabilizados e envolvidos em processos judiciais nesse sentido e/ou incluídos em listas/cadastros dos Ministério do Trabalho e Emprego, o que pode impactar nossa reputação, nossa capacidade de obtenção de novos financiamentos, contratar com o poder público, além de colocar em risco nossos atuais benefícios fiscais (atuais ou não).

Nosso negócio depende de uma cadeia de suprimentos e, consequentemente, enfrenta riscos relacionados à logística.

Os produtos destinados às nossas lojas são entregues diretamente pelos nossos fornecedores, em nosso centro de distribuição e/ou plataformas. Se a operação desse centro de distribuição for afetada negativamente por fatores tais como incêndios, desastres naturais, falta de eletricidade, falhas nos sistemas, medidas governamentais restritivas impostas em decorrência de pandemias como a COVID-19, entre outros, e caso nenhum outro centro de distribuição consiga atender à demanda da região afetada, a distribuição de produtos às nossas lojas atendidas pelo centro de distribuição afetado será afetada, o que poderá nos afetar negativamente.

Ademais, o nosso negócio de *e-commerce* está sujeito a riscos semelhantes e, conforme expandimos a nossa plataforma de *e-commerce*, esses riscos podem afetar a nossa capacidade de entregar produtos aos nossos consumidores finais em tempo hábil. Qualquer impossibilidade de entregar os produtos que nós vendemos prontamente e com sucesso aos nossos consumidores por meio da nossa plataforma de e-commerce pode resultar na perda de negócios e afetar negativamente a nossa reputação, o que pode causar um impacto adverso nas nossas vendas.

Podemos ser responsabilizados por obrigações trabalhistas e previdenciárias de fornecedores terceirizados.

Em conformidade com as leis trabalhistas, se os prestadores de serviços terceirizados que prestam serviços para nós não cumprirem com as suas obrigações trabalhistas e leis relacionadas à previdência social, podemos ser considerados responsáveis subsidiários e/ou solidários, por qualquer descumprimento, resultando em multas, pagamentos destas verbas e outras sanções que podem nos afetar substancialmente e negativamente. Também podemos ser responsabilizados por lesões corporais ou morte de colaboradores de terceiros que estejam prestando serviços para nós dentro das nossas instalações, o que pode afetar adversamente nossa imagem e nossos negócios.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

As nossas atividades dependem do bom relacionamento e da reputação de nossos fornecedores.

O sucesso das nossas atividades depende, em partes, do nosso relacionamento comercial com nossos fornecedores. Caso tenhamos desentendimentos comerciais com nossos fornecedores ou caso esses fornecedores rescindam ou não renovem seus contratos por conta de inadimplementos, falta de alcance aos padrões de satisfação, alterações em estruturas internas de gerência e controle societário que não contem com nossas aprovações, ou por qualquer outro motivo, podemos ser prejudicados adversamente.

Além disso, se nossos fornecedores deixarem de usar práticas comerciais éticas e cumprirem as leis e regulamentos aplicáveis, como quaisquer leis contra o trabalho infantil ou análogo ao escravo, e de proteção ambiental, poderemos ser prejudicados devido à publicidade negativa ou a imposição de responsabilidades solidárias ou subsidiárias.

(f) Riscos Relacionados a Seus Clientes

Estamos expostos a riscos relacionados ao financiamento e empréstimos para nossos clientes.

Nossos clientes podem adquirir produtos da Companhia por meio de planos de pagamento parcelado, utilizando o limite de crédito concedido por meio do cartão de crédito Cartão Avenida emitido por nós. No exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, as operações realizadas por meio do Cartão Avenida foram responsáveis por 45,5% do total de nossas receitas de vendas (dentre todas as compras efetivadas de produtos de varejo nas nossas lojas).

Nesse sentido, qualquer descumprimento, pelos nossos clientes, das obrigações de pagamento de principal ou juros, bem como qualquer inconsistência entre custos e vencimentos de nossas captações de recursos financeiros em relação aos custos e vencimentos dos financiamentos concedidos aos nossos clientes podem afetar negativamente os nossos negócios. No âmbito de processos de expansão de nossa carteira de clientes, nossos níveis de inadimplência podem aumentar.

Adicionalmente, uma recessão e/ou desaceleração econômica global, notadamente no Brasil, inclusive em decorrência dos efeitos de pandemias como a COVID-19 e o fim do auxílio emergencial, podem levar a uma menor atividade comercial e de consumo, bem como a um aumento em nossas perdas e provisões para devedores duvidosos. Se as condições econômicas no Brasil piorarem devido, entre outros fatores, à redução do nível de atividade econômica, à desvalorização do Real, à inflação ou aos aumentos nas taxas domésticas de juros ou ao aumento no nível de desemprego, um maior percentual de nossos clientes pode se tornar inadimplente, causando efeito relevante adverso em nossos negócios

As restrições de disponibilidade de crédito aos consumidores no Brasil podem afetar adversamente os nossos volumes de vendas.

As vendas parceladas são um componente importante do resultado das operações das empresas de varejo no Brasil. O aumento na taxa de desemprego, acrescido a altas nas taxas de juros, podem resultar em restrições maiores na disponibilidade de crédito aos consumidores no Brasil. Em 2019 e em 2020, a taxa de desemprego no Brasil foi de 11,9% e 14,1%, respectivamente, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ou o IBGE. Já a taxa de juros SELIC fechou o ano de 2019 em 4,5% e de 2020 em 2,0%. Os nossos volumes de vendas e, consequentemente, os nossos resultados operacionais podem ser afetados negativamente, se a disponibilidade de crédito aos consumidores diminuir ou se as políticas implementadas pelo Governo Federal restringirem ainda mais a concessão de crédito aos consumidores.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

O Governo Federal, por meio do CMN e do BACEN, periodicamente edita normas com o objetivo de regular a disponibilidade de crédito, a fim de reduzir ou aumentar o consumo e, consequentemente, controlar a taxa de inflação. Essas normas incluem, entre outras ferramentas, (1) modificar os requisitos impostos aos depósitos compulsórios incidentes sobre empréstimos, depósitos e outras transações; (2) regular o prazo máximo dos financiamentos; e (3) impor limitações sobre o montante que pode ser financiado. Essas normas podem reduzir a capacidade dos nossos consumidores de obter crédito nas instituições financeiras e, algumas delas, podem afetar o mercado financeiro e de crédito por longos períodos. Não podemos garantir que, no futuro, o Governo Federal não adotará novas normas que reduzam o acesso dos consumidores ao crédito nas instituições financeiras.

Reduções na disponibilidade de crédito e políticas de crédito mais rigorosas adotadas por nós ou por outras instituições de pagamento ou instituidores de arranjo de pagamento podem afetar as nossas vendas negativamente. Condições econômicas desfavoráveis no Brasil, ou condições econômicas desfavoráveis globais que impactem a economia brasileira, podem reduzir significativamente os gastos dos consumidores e a renda disponível, particularmente em classes mais baixas, que têm relativamente menos acesso ao crédito que classes mais altas, condições mais limitadas de refinanciamento de dívidas e estão mais suscetíveis a aumentos da taxa de desemprego. Essas condições podem ter um efeito adverso relevante sobre nossos negócios.

Podemos não identificar em tempo hábil ou responder de forma eficaz às tendências ou preferências dos clientes, o que pode afetar negativamente o nosso relacionamento com os clientes, a demanda dos produtos que vendemos e a nossa participação de mercado.

Competimos com outros varejistas com base no preço, gama ou variedade de produtos, serviços, localização e *layout* das lojas. Os hábitos de consumo estão mudando constantemente e podemos não conseguir prever e responder rapidamente a essas mudanças. A incapacidade de identificar em tempo hábil ou responder de forma eficaz às mudanças nos gostos, preferências e padrões de consumo dos clientes pode afetar negativamente o nosso relacionamento com os clientes, a demanda dos produtos que vendemos e a nossa participação de mercado. Além disso, a mudança dos hábitos dos clientes pode exigir investimentos adicionais para que possamos abordar, de forma eficaz, as mudanças nas necessidades dos clientes.

Se não conseguirmos adaptar o nosso modelo de negócio, variedade ou *layout* das lojas, identificar locais e abrir lojas em áreas preferenciais, rapidamente ajustar a nossa variedade e produtos ou preços em cada uma de nossas bandeiras, implantar adequadamente a nossa plataforma de e-commerce ou, de outra forma, não conseguirmos nos ajustar às mudanças nas preferências dos clientes, os nossos negócios e resultados operacionais poderão ser afetados substancialmente e negativamente.

Uma falha em nosso sistema de segurança com relação à proteção de informações confidenciais de nossos clientes poderá prejudicar a nossa reputação e nossas marcas e afetar substancialmente os nossos negócios e os resultados de nossas operações.

Atualmente, o pagamento da maior parte das nossas vendas é realizado mediante débito direto das contas de cartão de crédito e débito de nossos clientes. Dependemos de tecnologias de criptografia e autenticação eletrônica de terceiros para efetuar a transmissão segura de informações confidenciais, incluindo números de cartão de crédito. Avanços tecnológicos, novas descobertas no campo da criptografia ou outros desenvolvimentos poderão resultar na exposição de falhas nas tecnologias que utilizamos para proteger dados pessoais fornecidos pelos clientes durante as operações de compra.

Ainda, estamos suscetíveis a usos impróprios ou ilegais de dados de nossos clientes, incluindo vendas fraudulentas e ilícitas nos meios de pagamento aceitos, bem como fraudes bancárias, que podem resultar em perdas financeiras. Qualquer comprometimento de nossa segurança poderá prejudicar a nossa reputação e marca e nos expor a situações de litígio, nas quais podemos ser obrigados a indenizar a parte prejudicada, afetando, assim, negativamente o nosso negócio e os resultados das nossas operações. Ademais, qualquer pessoa capaz de burlar as nossas medidas de segurança poderá se apropriar de informações confidenciais ou causar interrupções em nossas operações, o que poderia afetar adversamente a nossa imagem e de nossas marcas.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Adicionalmente, estamos sujeitos a legislações que podem exigir notificação a órgãos reguladores, clientes ou funcionários, assim como podemos ter que reembolsar clientes ou operadores de cartões de crédito por quaisquer recursos furtados em decorrência de quaisquer violações ao seu sistema de segurança, situações que poderiam aumentar significativamente os nossos custos e reduzir sua atratividade. Qualquer ocorrência dessa natureza poderá resultar em um efeito material adverso sobre nossos negócios, resultados de operações e causando perdas financeiras.

(g) Riscos Relacionados aos Setores da Economia nos quais a Companhia Atue

O segmento de varejo é altamente competitivo no Brasil, o que pode afetar adversamente a participação de mercado detida por nós e, consequentemente, nossos resultados operacionais.

A concorrência no setor de varejo é baseada, dentre outros fatores, na variedade de produtos, preço, qualidade, disponibilidade, publicidade, conveniência ou local de armazenamento e atendimento ao consumidor. Alguns dos nossos concorrentes, incluindo empresas locais e redes multinacionais de varejo, podem ter maiores recursos financeiros, menores custos de aquisição de produtos e menores despesas operacionais do que nós, bem como marcas mais atrativas. Esses concorrentes podem também fazer uso de descontos, políticas de preços agressivas e campanhas de publicidade que podem afetar a concorrência com outras companhias como nós. O nosso negócio é vulnerável a mudanças na demanda e nos preços, bem como nas preferências dos clientes. Caso não consigamos competir com nossos concorrentes, nossas vendas podem cair, e podemos decidir ou sermos obrigados a oferecer descontos maiores a nossos clientes, o que pode reduzir nossos lucros e afetar nossa situação financeira.

Além disso, novas tecnologias podem intensificar a natureza competitiva do varejo on-line e esse aumento na concorrência pode reduzir nossas vendas e lucros operacionais. Além disso, os nossos concorrentes, tanto no varejo físico quanto no comércio eletrônico, podem ter mais recursos para desenvolver suas estratégias de tecnologia e marketing do que nós. Na medida em que aumenta o uso da Internet e de outros serviços on-line, os varejistas que operam nesse mercado podem ser adquiridos, receber investimentos ou estabelecer relações comerciais com empresas maiores e mais estabelecidas, que podem ter mais recursos financeiros do que nós, o que poderia nos afetar adversamente.

O setor varejista é sensível a diminuições no poder de compra e de crédito do consumidor e a ciclos econômicos desfavoráveis.

Historicamente, o setor varejista tem sido suscetível a períodos de desaquecimento econômico geral que levaram à queda nos gastos ou à inadimplência de nossos clientes em produtos que são comprados de forma parcelada. O sucesso das operações do setor de varejo depende, entre outros, de fatores relacionados aos gastos do consumidor e/ou que afetam sua renda, inclusive a situação geral dos negócios, taxas de juros, inflação, disponibilidade de crédito ao consumidor, tributação, confiança do consumidor, níveis de emprego e salários. Situações desfavoráveis na economia brasileira podem, portanto, reduzir consideravelmente a capacidade de gastos do consumidor e sua renda disponível, ou ainda promover a inadimplência dos produtos que são pagos de forma parcelada, o que poderá afetar adversamente as nossas vendas, nosso resultado operacional e/ou a nossa situação financeira.

Incertezas relativas a mudanças de padrão de consumo trazidas pelo digital podem impactar e canibalizar vendas do varejo físico e atacado.

O setor de varejo vem passando por mudanças significativas em decorrência da transformação digital, o que afetou o padrão e os canais de compra por onde os clientes se relacionam com as marcas. Tendo em vista a exponencialidade da influência da transformação digital sobre o setor de varejo, não podemos prever eventuais efeitos de canibalização do crescimento digital em detrimento do varejo físico e do mercado de atacado. Caso não sejamos capazes de nos adequar aos efeitos da transformação digital sobre nossos negócios, poderemos ser material e adversamente afetados.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

As companhias do setor de varejo têm apresentado frequente volatilidade na cotação das ações em decorrência do cenário altamente competitivo e inovador.

O setor de varejo é tradicionalmente sensível aos setores competitivos e inovadores. eventos macroeconômicos (evolução do PIB, nível de emprego e renda, dentre outros), a eventos políticos, bem como evoluções tecnológicas. A tecnologia com foco em expectativas, tendências e demandas de clientes evolui de forma rápida e requer mudanças em aplicativos, produtos, serviços, marketing, mídias, e formas de relacionamentos que, em certa extensão, foge ao nosso controle. Inovações tecnológicas devem ser introduzidas com agilidade, eficiência, eficácia e segurança de forma muitas vezes pioneira, pois o mercado nacional, e internacional principalmente, evoluem em velocidade rápida. A concorrência apresenta uma busca constante em se diferenciar e apresentar o melhor desempenho com foco nas expectativas de clientes, em terem a melhor relação de custo e benefício diante das distintas opções de compras em plataformas digitais e lojas físicas. Não podemos garantir posição confortável diante de um mercado com frequentes mudanças, evoluções e níveis de investimentos, bem como que possibilita a entrada de varejistas concorrentes multinacionais que possam apresentar tais diferenciais. Esse ambiente implica na possibilidade de impactos de queda do nosso *market share*, de receita líquida, dos nossos resultados operacionais e financeiros, bem como de alta volatilidade em nossas ações.

A dependência do setor de varejo em vendas de cartão de crédito e financiamento ao consumidor é uma tendência crescente, de modo que qualquer alteração nas políticas dos adquirentes de cartão de crédito pode afetar negativamente nossos negócios e resultados operacionais.

O setor de varejo é cada vez mais dependente de cartões de crédito. Para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, 15,8% e 15,5% nossa receita de vendas do varejo (incluindo físico e online), respectivamente, foram derivadas de clientes pagando com cartões de crédito, respectivamente. Para executar as vendas com cartão de crédito, dependemos das políticas das empresas de cartão de crédito, incluindo as taxas que essas empresas cobram de nós. Qualquer alteração nas políticas dos adquirentes de cartão de crédito, incluindo, por exemplo, a taxa de administração cobrada dos estabelecimentos comerciais, pode afetar negativamente os nossos negócios e resultados operacionais.

Derivamos uma parte de nossas vendas para clientes de planos de parcelamento oferecidos por adquirentes de cartão de crédito. Dependemos dos adquirentes de cartões de crédito para continuar oferecendo aos seus portadores a possibilidade de pagar suas compras em parcelas. Mudanças nas políticas das empresas de cartão de crédito em relação aos planos de parcelamento ou de crédito pode afetar negativamente nossos negócios e resultados operacionais.

(h) Riscos Relacionados à Regulação dos Setores em que a Companhia Atue

Podemos ser considerados responsáveis por danos causados por produtos comercializados a consumidores ou a terceiros, o que poderá afetar adversamente os nossos resultados.

No Brasil, a legislação de defesa do consumidor é rigorosa e favorável aos consumidores. A legislação de defesa do consumidor imputa a nós o ônus da prova na demanda de um cliente, colocando-nos em desvantagem em qualquer processo envolvendo relações de consumo.

A proteção judicial ao consumidor pode ser exercida por meio de ações individuais ou coletivas e, no caso de ações coletivas, as ações podem ser propostas por autoridades estaduais ou federais, mediante órgãos da administração pública direta ou indireta, notadamente o Ministério Público ou o PROCON, com o propósito de proteger os direitos do consumidor, ou por organizações de proteção ao direito do consumidor.

Decisões desfavoráveis envolvendo valores substanciais poderão afetar adversamente nosso resultado e condição financeira. Adicionalmente, decisões judiciais desfavoráveis poderão afetar adversamente a nossa imagem e a imagem de nossas marcas, afetando, consequentemente, nossas vendas e nossa reputação, o que pode impactar de forma adversa os nossos resultados.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A regulamentação da Internet e do comércio eletrônico pelo Governo Federal está em constante mutação e mudanças desfavoráveis poderão vir a prejudicar o nosso negócio.

Estamos sujeitos a regulamentações e leis comerciais gerais, assim como a regulamentações e leis regendo especificamente a Internet e o comércio eletrônico. De acordo com as leis brasileiras, não há atualmente distinção entre as leis relativas ao comércio eletrônico e ao comércio de varejo. Essas leis e regulamentos atuais e futuros poderão vir a impedir o crescimento da Internet ou de outros serviços online. Essas regulamentações e leis podem englobar tributação, privacidade do usuário, proteção de dados, precificação, conteúdo, direitos autorais, distribuição, contratos eletrônicos e outras comunicações, proteção ao cliente, prestação de serviços de pagamento online, acesso residencial à Internet em banda larga e características e qualidade de produtos e serviços. Ainda está incerto como as leis existentes que regem questões tais como propriedade, vendas e tributos, difamação e privacidade pessoal se aplicariam à Internet e ao comércio eletrônico. Uma resolução desfavorável com relação a estas questões poderá prejudicar nosso negócio, ocasionando uma diminuição na demanda por nossos produtos e serviços e um aumento nas nossas despesas operacionais.

Regulamentações monetárias impostas pelo Governo Federal podem nos afetar adversamente.

Para oferecer suporte à política monetária, o Governo Federal, por intermédio do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do BACEN, introduz periodicamente regulamentações com o objetivo de controlar a taxa de inflação, por meio da alteração dos requisitos impostos aos depósitos compulsórios incidentes sobre os empréstimos e depósitos, de regulação do prazo máximo dos financiamentos e imposição de limitações sobre o montante que pode ser financiado, dentre outras ferramentas. Tais controles são utilizados pelo Governo Federal com o objetivo básico de regular a disponibilidade de crédito e para reduzir ou aumentar o consumo. Por vezes, essas regulamentações afetam a capacidade dos clientes em obter crédito e podem restringir o crescimento da carteira de crédito de nossas parcerias com instituições financeiras e podem afetar as vendas. Alguns desses controles possuem caráter permanente e afetam os negócios por longos períodos. Não há nenhuma garantia de que no futuro o Governo Federal não irá adotar novas regulamentações que possam afetar nossa liquidez, estratégia de financiamento, o crescimento dos empréstimos ou mesmo sua a lucratividade, bem como a solvência de nossos clientes.

(i) Riscos Relacionados aos Países Estrangeiros onde a Companhia Atue

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não atua em países estrangeiros.

(j) Riscos Relacionados a Questões Socioambientais

Eventual inobservância da legislação e regulamentação ambiental pode afetar adversamente nossas atividades.

Estamos sujeitos a uma ampla legislação federal, estadual e municipal relacionada à preservação e proteção do meio ambiente. Entre outras obrigações, essa legislação estabelece exigências de licenças ambientais para atividades específicas (podendo incluir centros de distribuição e, em relação a terceiros, *shopping centers*), cumprimento das condicionantes estabelecidas em tais licenças, além de padrões para o descarte de efluentes, emissões atmosféricas, gestão de resíduos sólidos, parâmetros de emissões de ruídos, bem como exigências relacionadas a áreas especialmente protegidas. Quaisquer violações da legislação e regulamentação ambiental poderão nos expor a sanções administrativas (tais como multa de até R$ 50 milhões em caso de poluição e suspensão de atividades) e criminais, além da obrigação de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, tendo em vista as três esferas de responsabilidade ambiental previstas no ordenamento jurídico brasileiro, tal como detalhado no item 7.5 deste Formulário, com risco à nossa imagem.

Ademais, a inscrição indevida da Companhia em determinados cadastros e registros mantidos por órgãos ambientais (como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – “IBAMA”) também pode afetar a regularidade ambiental da Companhia perante os referidos órgãos, com a imposição de penalidades e cobranças de taxas retroativas, caso a situação não seja regularizada em tempo hábil.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Além disso, não podemos garantir que essa legislação e regulamentação não se tornarão ainda mais rígidas, seja pela publicação de novas normas ou pela adoção de interpretações mais restritivas pelos órgãos ambientais ou, ainda, pela aplicação de interpretação divergente àquela adotada pela Companhia, o que pode exigir o aumento de nossos investimentos a fim de cumprir com a legislação e regulamentação ambiental aplicável.

Enfrentamos riscos relacionados a registros, licenças, outorgas e autorizações ambientais aplicáveis para instalação e operação de suas lojas e centro de distribuição.

Para o desempenho regular de nossas atividades, poderemos estar sujeitos à obtenção de licenças, outorgas e autorizações junto a órgãos ambientais. A ausência das autorizações exigíveis ou a falha em renovar tempestivamente qualquer destes registros, autorizações, outorgas e licenças ou descumprimento de condicionantes estabelecidas pelo órgão ambiental poderão implicar na penalização da Companhia nas esferas administrativas e criminal, além da obrigação de reparar os danos ambientais eventualmente causados. Caso a Companhia seja autuada por descumprimentos relacionados às licenças, outorgas, registros e autorizações ambientais, seus resultados operacionais, seus resultados financeiros e a sua imagem poderão ser adversamente afetados.

Atualmente, a Companhia está em processo de regularização do licenciamento ambiental do seu centro de distribuição, em razão da alteração da regulamentação aplicável e do entendimento do órgão quanto ao enquadramento dos impactos ambientais das atividades desenvolvidas pela Companhia. Sendo assim, há operação de atividade potencialmente poluidora sem a devida licença ambiental válida, o que acarreta custos para regularização e pode implicar em eventuais sanções administrativas e criminais pela ausência de licença (tais como multa e suspensão de atividades), além da obrigação de reparar eventuais danos ambientais causados. Para maiores informações, vide item 7.5(a) – *Licenciamento Ambiental* deste Formulário de Referência.

A não obtenção ou a não renovação tempestiva das nossas licenças, bem como a incapacidade de mantê-las válidas, poderá: (i) resultar em autos de infração, (ii) sujeitar-nos ao pagamento de multas, (iii) impedir-nos de abrir e operar as lojas e centros de distribuição, e (iv) resultar no fechamento em nossas lojas e centro de distribuição. Ademais, a não obtenção ou a não renovação tempestiva das licenças em algumas das lojas tempestivamente poderá nos expor a riscos adicionais em caso de um acidente ou de um evento similar que possa afetar essa loja enquanto a licença estiver pendente.

Podemos ser afetados negativamente se nossa cadeia de fornecimento não cumprir as leis e regulamentações socioambientais.

A cadeia de suprimentos de nossos produtos está sujeita às leis e regulamentos locais e internacionais que regem a proteção do meio ambiente, inclusive em relação ao uso de produtos químicos, licenciamento ambiental, gestão de resíduos sólidos e recursos hídricos, bem como regras em relação ao tratamento de efluentes e outros. Adicionalmente, são aplicáveis à nossa cadeia de fornecimento inúmeras leis, regulamentos e tratados (locais e internacionais) sobre as relações e condições de trabalho, que abrangem temas como: jornada de trabalho, trabalho de estrangeiros, trabalho infantil, trabalho análogo ao escravo, proteção de dados pessoais, infraestrutura predial e segurança e saúde dos trabalhadores.

A responsabilidade civil por danos ambientais tem natureza objetiva e solidária. Nesse cenário, podem ser considerados responsáveis pela sua reparação todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para a ocorrência do dano ambiental, independentemente da existência de dolo e/ou culpa. Sendo assim, a responsabilidade civil pode ser aplicada a todas as partes que estiverem envolvidas, mesmo que indiretamente, na atividade que ocasionou o dano ambiental, de modo que a parte que tiver mais recursos financeiros, pode ser obrigada a repará-lo, resguardado o direito de regresso em relação aos demais envolvidos.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Portanto, caso as empresas terceirizadas que prestam serviços para a Companhia e suas controladas não atendam às exigências da legislação ambiental, a Companhia poderá ser considerada solidária ou subsidiariamente responsável pelos eventuais danos ambientais por elas causados, podendo, assim, ser incluída no polo passivo de processos ambientais por condutas de terceiros e eventualmente ser obrigada a efetuar o pagamento de condenações judiciais e demais penalidades, incluindo medidas para recuperação do dano ambiental. Caso seja responsabilizada solidariamente por danos causados pelos seus fornecedores, os resultados, as atividades e a imagem da Companhia podem ser adversamente afetados – vide item 7.5 deste Formulário de Referência.

Além disso, o descumprimento, seja total ou parcial, da legislação e regulamentação socioambiental pelas partes diretas ou indiretas podem nos sujeitar a riscos reputacionais, administrativos e civis e comprometer a gestão de estoques, caso multas e penalidades sejam aplicadas, ou mesmo se as licenças forem revogadas, de uma ou mais das partes, direta ou indiretamente, envolvida em nossa cadeia de fornecimento de produtos.

Poderemos sofrer sanções legais pela gestão inadequada dos resíduos gerados em nossas atividades e eventual descumprimento de obrigações relacionadas à implementação de sistema de logística reversa.

A Lei Federal n° 12.305/10 estabelece a Política Nacional de Resíduos Sólidos ("PNRS"), com princípios, objetivos e instrumentos, bem como diretrizes sobre gestão integrada e gestão de resíduos sólidos. Como resultado, somos responsáveis pelo gerenciamento dos resíduos sólidos gerados em nossas instalações (incluindo papel, papelão, lâmpadas, plásticos, garrafas de perfumaria e beleza, material de merchandising e outros), por qualquer não conformidade com a legislação ambiental aplicável e, se aplicável, por qualquer dano ambiental causado por nossas operações (inclusive, o gerenciamento inadequado de resíduos sólidos pode implicar na alteração da qualidade do solo e águas subterrâneas dos imóveis ocupados, e, a depender dos estudos técnicos e da legislação ambiental aplicável, demandar que sejam adotadas medidas de intervenção e remediação). Caso a Companhia seja responsabilizada pelo gerenciamento inadequado dos resíduos sólidos ou pelos danos ambientais que dele forem oriundos, suas operações e reputação podem ser adversamente afetadas.

Além disso, a PNRS estabelece a obrigação de implementação de sistemas de logística reversa para fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de determinados produtos – dentre os quais se incluem embalagens em geral (a exemplo de papel e papelão), bem como produtos eletroeletrônicos e seus componentes – mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos. Considerando que a Companhia se insere no mercado diversos tipos de produtos, incluindo celulares e embalagens, a Companhia está sujeita à implementação dos respectivos sistemas de logística reversa. Contudo, atualmente, a Companhia não possui sistema de logística reversa de embalagens em geral e/ou produtos eletreletrônicos devidamente implementado em suas unidades, de modo a assegurar o retorno das embalagens ou produtos após o seu uso e a sua destinação final ambientalmente adequada.

O descumprimento das obrigações relacionadas à implementação dos respectivos sistemas de logística reversa pode implicar nas seguintes sanções: (i) advertência; (ii) multas; (iii) condenação e inutilização de produto, suspensão e/ou cancelamento de autorização, registro ou licença; (iv) interdição temporária ou definitiva de estabelecimento; além da obrigação de reparar todos os danos ambientais eventualmente causados, o que pode afetar adversamente os resultados financeiros e operacionais, bem como a imagem da Companhia. Para maiores informações sobre a regulamentação ambiental aplicável à Companhia vide item 7.5(a) deste Formulário de Referência.

Estamos expostos à possibilidade de perdas por desastres naturais, catástrofes, acidentes, incêndios e outros eventos que não estão no nosso controle e que podem afetar negativamente o desempenho financeiro, assim como por condições climáticas adversas, e outros fatores fora do nosso controle, que podem afetar negativamente os nossos negócios.

As operações da Companhia estão sujeitas a riscos que afetam as propriedades, ativos e instalações, dentre outros.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A operação de qualquer transporte e manuseio dos produtos comercializados apresenta riscos inerentes de catástrofes, acidentes, danos pessoais, incêndios, roubos, interrupção do negócio e atrasos na entrega, reivindicações trabalhistas, manifestações de grupos ou associações e/ou sociais, greves (de seus empregados ou daqueles vinculados às entidades com quem a Companhia se relaciona, tais como fornecedores), condições climáticas adversas como neblina, como o aumento da atividade de tempestades, também podem impactar adversamente nossas operações, além de catástrofes naturais, acidentes com seus fornecedores/transportadores, incluindo também acidentes ambientais e colisões, o que potencialmente resultaria em danos, penalidades, multas, indenizações ou despesas a pagar a terceiros e outras reivindicações contra a Companhia (Vide item 7.5 deste Formulário de Referência)

Todos esses riscos podem resultar em responsabilidade civil, perda de receita, aumento de custos e danos de imagem e à nossa reputação, cada um dos quais poderia afetar adversamente os negócios e os resultados operacionais da Companhia.

Preocupações crescentes com as alterações climáticas podem levar a medidas regulatórias adicionais, que podem resultar em um aumento de custos para a Companhia para o cumprimento destas regulações.

Regulamentações ambientais mais restritivas podem resultar na imposição de custos associados às emissões de Gases de Efeito Estufa ("GEE"), seja através de exigências por parte dos órgãos ambientais, seja por meio de outras medidas de natureza regulatória e ambiental. Devido à preocupação quanto ao risco das alterações climáticas, diversos países, incluindo o Brasil, adotou ou está considerando adotar marcos regulatórios que, entre outras regras, visam a reduzir a emissão de GEE. Regulamentações sobre GEE poderão aumentar os custos da Companhia para estar em conformidade com a legislação ambiental. Tal situação poderá afetar os resultados operacionais e financeiros da Companhia.

(k) Riscos Macroeconômicos

A pandemia da COVID-19 e as consequentes paralisações em escala global podem gerar interrupções na fabricação de produtos e crises na cadeia internacional de suprimentos, afetando fundamentalmente as operações das empresas do setor de varejo, incluindo a nós. Além disso, o surto mundial pode levar a uma maior volatilidade no mercado de capitais global, podendo impactar diretamente nossos negócios, resultado e o valor de nossas ações.

A recente pandemia da COVID-19 pode ter impactos de longo alcance – desde o fechamento de fábricas, condições desafiadoras de trabalho e interrupção da cadeia de suprimentos global. A pandemia da COVID-19 ameaça a fabricação de produtos e a interrupção da cadeia de produtos/suprimentos para empresas do setor de varejo. Atualmente, a cadeia de suprimento global está ameaçada e os fabricantes de equipamentos já reduziram o fornecimento de produtos e/ou de matérias-primas. Em decorrência destas paralisações, as empresas cuja cadeia de suprimentos dependem de fabricantes externos, como é o nosso caso, poderão ter seu estoque afetado e, consequentemente, ter sua receita reduzida.

Além disso, autoridades públicas e agentes privados em diversos países do mundo podem adotar diversas medidas voltadas à contenção do surto, que podem incluir, restrições à circulação de bens e pessoas, incluindo quarentena e *lockdown*, cancelamento ou adiamento de eventos públicos, suspensão de operações comerciais, fechamento de estabelecimentos abertos ao público, entre outras medidas mais ou menos severas. Como consequência da adoção dessas medidas nas localidades em que operamos, teríamos uma redução do consumo dos produtos oferecidos por nós e até mesmo o fechamento de lojas, o que pode impactar de forma significativa nossos resultados.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Ainda, cabe destacar que qualquer surto de doença que afete o comportamento das pessoas, como a COVID-19, pode ter impacto adverso relevante nos mercados, principalmente no mercado acionário. Por conseguinte, a adoção das medidas descritas acima aliadas às incertezas provocadas pela pandemia da COVID-19, provocaram um impacto adverso na economia e no mercado de capitais global, incluindo no Brasil, inclusive causando oito paralisações (*circuit-breakers*) das negociações na B3 durante o mês de março de 2020.

As ações de nossa emissão podem apresentar uma maior volatilidade, impactando os seus investidores de maneira negativa. Não podemos garantir que a cotação das ações de nossa emissão não atingirá patamares inferiores aos mínimos verificados durante a disseminação da atual pandemia.

Adicionalmente, qualquer mudança material nos mercados financeiros globais ou na economia brasileira pode diminuir o interesse de investidores em ativos brasileiros, incluindo as ações de nossa emissão, o que pode afetar adversamente a cotação dos mencionados ativos, além de poder dificultar o acesso ao mercado de capitais e financiamento das nossas operações no futuro e em termos aceitáveis.

O Governo Federal exerceu e continua a exercer influência significativa sobre a economia brasileira. Essa influência, bem como a conjuntura econômica e a política brasileira, podem a causar um efeito adverso relevante nas nossas atividades e nos nossos resultados operacionais e mesmo no preço das nossas ações.

A economia brasileira é caracterizada por intervenções do Governo Federal e pela ocorrência de ciclos econômicos instáveis. O Governo Federal frequentemente intervém na economia do País e ocasionalmente realiza modificações significativas em suas políticas e normas monetárias, fiscais, creditícias e tarifárias. As medidas tomadas pelo Governo Federal para controlar a inflação, além de outras políticas e normas, frequentemente implicaram aumento das taxas de juros, mudança das políticas fiscais, controle de salários e preços, bloqueio ao acesso a contas bancárias, desvalorização cambial, controle de capital e limitação às importações, dentre outras medidas. As atividades, situação financeira, resultados operacionais e o preço de mercado das nossas ações podem vir a ser prejudicados de maneira relevante por modificações nas políticas ou normas que envolvam ou afetem certos fatores, tais como:

- expansão ou retração da economia brasileira, conforme medida por taxas de crescimento do Produto Interno Bruto;
- inflação;
- política fiscal e monetária;
- disponibilidade de crédito;
- controle de importação
- taxas de juros;
- fornecimento de energia elétrica;
- liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos;
- instabilidade social e política;
- movimentos de taxas de câmbio e controle cambial; e
- outros acontecimentos econômicos, políticos, diplomáticos e sociais, que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A incerteza quanto à implementação de mudanças por parte do Governo Federal nas políticas ou normas que venham a afetar esses e outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil, agravada pelos impactos da pandemia da COVID-19 no ano de 2020, o que pode prejudicar as nossas atividades e resultados operacionais, podendo, inclusive, vir a afetar adversamente o preço de negociação de nossas ações.

Além disso, a economia brasileira foi afetada por eventos políticos recentes que também afetaram a confiança dos investidores e do público em geral, prejudicando assim o desempenho econômico brasileiro. Adicionalmente, qualquer falta de decisão do governo brasileiro para implementar mudanças em certas políticas ou regulamentos podem contribuir para a incerteza econômica dos investidores em relação ao Brasil e aumentar a volatilidade do mercado, o que pode causar um efeito adverso relevante sobre nós e sobre nossas ações.

A crise econômica e política no Brasil pode ter um efeito adverso relevante sobre nossos negócios, operações e condição financeira.

O ambiente político no Brasil influenciou e continua a influenciar o desempenho da economia do país. As crises políticas afetaram e continuam afetando a confiança dos investidores e do público em geral, podendo resultar em desaceleração econômica e aumento da volatilidade dos valores mobiliários emitidos pelas empresas brasileiras.

Nos últimos anos, os mercados brasileiros enfrentaram um aumento da volatilidade devido às incertezas relacionadas com os escândalos de corrupção, os quais continuam sendo investigados pelo Ministério Público Federal nas Operações *Lava Jato*, *Zelotes*, *Greenfield*, *Eficiência*, dentre outras, e ao impacto dos escândalos sobre a economia e ambiente político brasileiro. Membros do Governo Federal e do Poder Legislativo e Executivo, bem como altos executivos de grandes empresas foram presos ou estão sendo processados ou investigados pelo crime de corrupção, dentre outros crimes que envolvem o pagamento de propina.

O dinheiro recebido por políticos a título de propina teria sido usado para financiar campanhas políticas de partidos políticos atuais e de governos anteriores e para enriquecer os beneficiários do regime de troca de favores. Como resultado, diversos políticos, incluindo ministros, senadores, representantes federais e executivos das principais empresas estatais, foram demitidos ou presos e outros políticos e funcionários públicos eleitos estão sendo investigados por supostas condutas antiéticas e ilegais identificadas durante a Operação Lava Jato. Não se pode garantir que qualquer pessoa que, direta ou indiretamente, esteja vinculada a nós, seja funcionário, diretor, conselheiro, fornecedor, prestador de serviços ou subcontratado não está ou não estará envolvida na Operação Lava Jato ou em investigações similares, o que poderia afetar negativamente a nossa imagem e reputação.

O resultado das investigações em curso é incerto, mas já houve impacto negativo na imagem e reputação das empresas envolvidas, bem como na economia brasileira. Não podemos prever se as investigações resultarão em mais instabilidade política e econômica ou se haverá novas alegações contra funcionários do governo no futuro. Além disso, não podemos prever o resultado dessas investigações, nem seus efeitos sobre a economia brasileira, sobre o mercado acionário brasileiro e/ou sobre os nossos negócios.

O desenvolvimento desses casos de condutas antiéticas tem afetado e pode continuar a afetar adversamente nossa condição financeira e nossos resultados operacionais, bem como o preço de negociação de nossas ações. Não podemos prever se as investigações em curso irão conduzir a uma maior instabilidade política e econômica, nem se novas alegações contra funcionários e executivos do governo e/ou companhias privadas surgirão no futuro.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Adicionalmente, durante o mês de abril de 2020, o Presidente da República se envolveu em discussões políticas que culminaram na exoneração do então Ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta e do pedido de exoneração do então Ministro da Justiça, Sergio Moro. Mencionados ex-Ministros eram considerados nomes fortes do atual Governo Federal e as ocasiões em que as alterações ministeriais ocorrerão provocaram ainda mais instabilidade na economia brasileira e no mercado de capitais. Não podemos garantir que o desenrolar desses eventos terá o condão de provocar impactos adversos adicionais à situação político-econômica do Brasil. Além disso, não podemos garantir que outros eventos políticos não provocaram ainda mais instabilidade na economia brasileira, no mercado de capitais e na cotação de nossas ações.

Até a data deste Formulário de Referência, o presidente Jair Bolsonaro está sendo investigado pelo Supremo Tribunal Federal pela suposta prática de atos impróprios alegados pelo ex-ministro da Justiça, Sr. Sergio Moro. Segundo o ex-ministro, o presidente teria solicitado a nomeação de funcionários da polícia federal brasileira. Caso o presidente tenha cometido tais atos, quaisquer consequências resultantes, incluindo uma potencial abertura de processo de *impeachment*, poderiam ter efeitos adversos relevantes no ambiente político e econômico no Brasil, bem como em negócios que operam no Brasil, inclusive em nossos negócios.

Desta forma, não podemos estimar completamente o impacto dos desenvolvimentos políticos e macroeconômicos brasileiros e globais em seus negócios. Além disso, instabilidades econômicas e políticas podem levar a uma percepção negativa da economia brasileira e a uma maior volatilidade nos mercados de valores mobiliários brasileiros, o que também pode nos afetar adversamente, assim como os nossos valores mobiliários. Qualquer instabilidade econômica continuada e incerteza política também podem afetar adversamente os nossos negócios.

A inflação e eventuais medidas adotadas pelo Governo Federal do Brasil para combatê-la, incluindo aumentos nas taxas de juros, poderão contribuir para a incerteza econômica no Brasil, podendo gerar um efeito adverso relevante a todo o mercado, inclusive acarretando eventuais consequências em relação à nossa condição financeira, resultados operacionais e o preço de mercado das nossas ações.

A inflação, as ações para combater a inflação, e a especulação pública sobre possíveis medidas para combatê-la também contribuíram, de forma importante, para a incerteza econômica no Brasil no passado e aumentaram a volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro. O Brasil, dependendo das circunstâncias econômicas futuras, poderá experimentar altos níveis de inflação. Períodos de altos níveis de inflação poderão desacelerar a taxa de crescimento da economia brasileira, o que, se caracterizado, poderia gerar uma queda na demanda pelos nossos produtos no Brasil.

Além disso, uma inflação alta eleva a taxa de juros, e, consequentemente, os nossos custos poderão também aumentar, resultando em um lucro líquido menor. A inflação e seus efeitos sobre a taxa de juros interna podem, ainda, acarretar a redução da liquidez nos mercados internos de capitais e de crédito, o que poderá afetar negativamente nosso negócio, resultados operacionais e nossa condição financeira.

Qualquer rebaixamento na classificação de crédito do Brasil poderá afetar adversamente o preço de negociação das nossas ações.

Os ratings de crédito afetam a percepção de risco dos investimentos. Agências de classificação avaliam regularmente o Brasil e seus ratings soberanos, tendo como base diversos fatores, incluindo tendências macroeconômicas, condições físicas e orçamentárias, métricas de endividamento e a perspectiva de mudanças em quaisquer desses fatores.

As agências de rating começaram a revisar a classificação de rating de crédito soberano do Brasil em setembro de 2015. Subsequentemente, o Brasil perdeu sua condição de grau de investimento nas três principais agências de rating. Após uma redução inicial em setembro de 2015, a Standard & Poor's reduziu novamente de BB-positivo para BB e, em janeiro de 2018, rebaixou o rating de crédito soberano do Brasil de BB para BB-, além de mudar a perspectiva de negativa para estável.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Em dezembro de 2015, a Moody's colocou o rating de emissor e bônus Baa3 do Brasil em revisão para um rebaixamento e, posteriormente, rebaixou o rating de emissor e bônus do Brasil para abaixo do grau de investimento, para Ba2, com uma perspectiva negativa. Em dezembro de 2015, a Fitch rebaixou o rating de crédito soberano do Brasil para BB-positivo, com uma perspectiva negativa. Em fevereiro de 2018, a Fitch reduziu novamente o rating de crédito soberano do Brasil para BB-negativo, com uma perspectiva estável.

Diante dos rebaixamentos, os preços de negociação de valores mobiliários dos mercados de dívida e de ações brasileiro foram afetados de maneira negativa. Um prolongamento na atual recessão brasileira poderia levar a novos rebaixamentos de ratings. Na data deste Formulário de Referência, o rating de crédito brasileiro era classificado como BB-estável, Ba2 estável e BB-negativo, pela Standard & Poor´s, Moody´s e Fitch, respectivamente.

Não podemos garantir que as agências de rating manterão essas classificações sobre o crédito brasileiro e qualquer rebaixamento de ratings de crédito soberano brasileiro poderá aumentar afetar adversamente nossos negócios.

Flutuações da taxa de câmbio e variações significativas nas taxas de juros podem afetar de forma negativa nossos resultados operacionais.

Não se pode garantir que o Real não sofrerá valorização ou desvalorização significativas em relação ao Dólar. As depreciações do Real em relação ao Dólar podem criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil e acarretar aumentos das taxas de juros, podendo afetar de modo negativo a economia brasileira como um todo e nossos resultados operacionais, por conta da retração no consumo e aumento de seus custos. Não exercemos quaisquer influências sobre a política cambial adotada no Brasil, nem dispõe da capacidade de prevê-la. Nosso negócio, situação financeira, resultados operacionais e perspectivas poderão ser afetados negativamente por mudanças em tais políticas cambiais.

Um mercado ativo e líquido para as nossas ações ordinárias pode não se desenvolver. A volatilidade e a falta de liquidez inerente ao mercado brasileiro de valores mobiliários podem limitar significativamente a capacidade dos investidores venderem nossas ações ordinárias pelo preço e na ocasião que desejarem.

Não podemos assegurar que um mercado líquido e ativo para nossas ações ordinárias se desenvolverá, ou que esse mercado apresentará liquidez suficiente. O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, tal como o Brasil, envolve, com frequência, maior risco em comparação a outros mercados mundiais, sendo tais investimentos considerados, em geral, de natureza mais especulativa. Esses investimentos estão sujeitos a certos riscos políticos e econômicos, incluindo, mas não se limitando, a:

- Mudanças no ambiente regulatório, fiscal, econômico e político que podem afetar a capacidade dos investidores de obter retorno total ou parcial sobre seus investimentos; e

- Restrições ao investimento estrangeiro e repatriação do capital investido.

O mercado brasileiro de valores mobiliários é substancialmente menor, menos líquido e mais concentrado, podendo ser mais volátil do que os principais mercados de valores mobiliários internacionais, como o dos Estados Unidos. Não podemos garantir que, após a conclusão da oferta, haverá um mercado líquido ou que não haverá restrição possível à negociação das ações ordinárias, o que pode limitar a capacidade do respectivo investidor de vender as ações pelo preço e tempo desejados. O preço das nossas ações ordinárias pode flutuar significativamente em resposta a vários fatores que estão além de nosso controle. Além disso, a B3 pode ser regulada de forma diferente do que os investidores estrangeiros estão acostumados, o que pode limitar a capacidade do respectivo acionista de vender suas ações pelo preço e tempo desejados.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Além disso, o preço das ações após uma oferta pública está frequentemente sujeito a volatilidade. Essas características do mercado de capitais brasileiro podem limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as ações ordinárias emitidas por nós, pelo preço e no momento desejado.

Se um mercado de negociação ativo e líquido de ações ordinárias emitidas por nós não for desenvolvido e mantido, o preço de negociação de suas ações ordinárias poderá ser negativamente afetado.

Além disso, a eleição presidencial nos Estados Unidos ocorreu em 3 de novembro de 2020. Campanhas, eleições e transições presidenciais nos Estados Unidos podem gerar um clima de incerteza política e econômica globalmente, bem como nos Estados Unidos e no Brasil. Além disso, o Presidente dos Estados Unidos tem um poder considerável na determinação de políticas e ações governamentais que podem ter um efeito adverso relevante sobre a economia global e a estabilidade política mundial. O mandato do presidente eleito Joe Biden se iniciou em 20 de janeiro de 2021. Não podemos assegurar que o novo governo irá manter políticas projetadas para promover a estabilidade macroeconômica, disciplina fiscal e investimento doméstico e estrangeiro, o que poderá ter um efeito adverso relevante nos mercados financeiros e de valores mobiliários no Brasil, em empresas brasileiras, incluindo a Companhia, e sobre valores mobiliários emitidos por emissores brasileiros, incluindo as ações de emissão da Companhia.

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

Além dos riscos indicados na seção 4.1 deste Formulário de Referência, estamos expostos a outros riscos decorrentes de nossa atividade e/ou dos instrumentos financeiros derivativos adotados pela Companhia, quais sejam risco de crédito, risco de liquidez, risco de mercado e risco de taxa de juros.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado - tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de suas participações em instrumentos financeiros.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro.

Em 31 de dezembro de 2020, o fluxo de caixa esperado proveniente do contas a receber e outros recebíveis com vencimento dentro de 90 dias foi de R$133.633 (R$146.972 em 31 de dezembro de 2019 e R$147.990 em 31 de dezembro de 2018).

Risco de taxa de juros

A Companhia possui 100% em 31 de dezembro de 2020 (100% em 31 de dezembro de 2019 e 2018) do valor do endividamento em contratos com juros pós-fixados, os quais variam de acordo com o CDI, IPCA e IGPM.

Exposição ao risco de taxa de juros

O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros da Companhia remunerados por juros, está apresentado abaixo:

		Consolidado		
	Taxa de Juros	***31/12/2020***	***31/12/2019***	***31/12/2018***
Aplicações Financeiras			*(em milhares de R$)*	
Certificado do Depósito Bancário (CDB)	*CDI*	133.033	100.031	92.647
Fundo de Investimento	*CDI*	*-*	*757*	*20*
Empréstimos e Financiamentos				
Capital de giro, conta garantida e outros	*CDI*	*277.899*	*273.999*	*218.283*
Capital de giro, conta garantida e outros	*IPCA*	*23.525*	*-*	*-*
Mútuos	*IGPM*	*2.194*	*1.509*	*-*

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

Os Pronunciamentos Técnicos CPCs 39, 40 e 48, cujas Normas Brasileiras de Contabilidade correlatas são a NBC TG 39 (R5), NBC TG 40 (R3) e NBC TG 48, dispõem sobre a apresentação de informações sobre instrumentos financeiros, em nota explicativa específica, e sobre a divulgação do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade. Além disso, a Instrução CVM nº 475/08 da CVM

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

exige a apresentação de dois cenários específicos, sendo que tais cenários consideram uma situação de deterioração de 25% e 50% em relação à situação provável.

Considerando essas exposições a juros, a análise de sensibilidade quanto à posição em aberto é como segue:

	Ganho (perda) – Consolidado (R$ mil)		
	31/12/2020		
Risco	**Cenário Provável**	**Cenário possível (25%)**	**Cenário remoto (50%)**
Aplicações financeiras - CDI	**2.528**	**1.896**	**1.264**
Empréstimos e financiamentos - CDI	**(5.280)**	**(6.600)**	**(7.920)**
Empréstimos e financiamentos - IGPM	**(508)**	**(635)**	**(762)**
Empréstimos e financiamentos - IPCA	**(1.047)**	**(1.309)**	**(1.571)**

O cenário possível considera aumento das taxas de juros em 25% considerando os índices oficiais da CETIP e FGV em 31 de dezembro de 2020 e o cenário remoto um aumento de 50%.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

A Companhia e suas controladas são partes em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista, dentre processos com chance de perda provável, possível e remota. As provisões da Companhia são registradas conforme os regramentos contábeis, com base na análise individual de cada processo por seus advogados internos e externos, sendo constituídas provisões para processos avaliados por seus consultores jurídicos como processos com chance de perda provável.

Para os fins deste item 4.3, foram considerados como individualmente relevantes processos em que a Companhia e suas controladas figuram como parte e que (i) possam vir a impactar de forma significativa o patrimônio ou os negócios da Companhia, ou (ii) individualmente possam vir a impactar negativamente a imagem da Companhia.

Descrevemos a seguir os principais processos judiciais e administrativos individualmente relevantes a que a Companhia estava sujeita em 31 de dezembro de 2020, segregados conforme sua natureza.

Contingências Cíveis

Ação Civil Pública nº 1002058-60.2020.8.11.0006	
a. Juízo	2ª Vara Cível da Comarca de Cáceres – TJMT
b. Instância	1ª instância
c. Data de instauração	11/05/2020
d. Partes no processo	Requerente: Ministério Público do Estado do Mato Grosso (“MPMT”) Requerida: Lojas Avenidas S.A. (“Companhia”)
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 1.000.000,00 a título de danos morais coletivos, além de alteração de determinadas práticas
f. Principais fatos	O MPMT move ação civil pública contra a Companhia alegando violações praticadas no âmbito de suas relações de consumo, abaixo descritas: • Realização de supostas cobranças indevidas aos consumidores, inclusive de valores quitados e por meio de faturas de cartões não solicitados, que levam à inscrição dos consumidores no cadastro de inadimplentes; • Parcelamento do pagamento, realizado de forma que há inserção de número maior de parcelas do que o combinado com o consumidor, o que resulta em um maior pagamento de juros; • Inclusão mensal indevida de taxas de seguros nas faturas de cartão de crédito sem a concordância do consumidor e sem suporte ao consumidor nos casos de tentativa de cancelamento; • Cobrança de cartão de crédito não solicitado; • Cobrança de bônus de celular e sorteios mensais não solicitados por meio da fatura de cartão de crédito; • Abusividade na cobrança de juros; • Inefetividade do atendimento ao consumidor pelo SAC da empresa; • Venda casada e falta de informação aos consumidores. Diante de tais violações, o MPMT requereu a: • Suspensão da prática de parcelamento excessivo dos produtos nas compras realizadas (salvo quando expressa e previamente autorizado ou solicitado pelo consumidor); • Suspensão dos serviços financeiros realizados pelas Lojas Avenidas em Cáceres (especialmente a emissão de cartão, venda de seguros e sorteios); • Obrigação de fornecer os contratos por escrito; • Obrigação de confeccionar e fixar cartazes informando que a contratação de qualquer outro serviço é opcional e deve ter um instrumento por escrito; • Restituição dos valores de seguro indevidamente cobrados; • Realização de análise das solicitações de reembolso no prazo máximo de sete dias; • Abstenção de envio de cartões de créditos sem a prévia e escrita solicitação; • Abstenção de cobrança, de forma abusiva e ilegal, de parcelas com número acima do estipulado com o consumidor (salvo quando expressa e previamente autorizado ou solicitado pelo consumidor); • Condenação ao pagamento de indenização por danos morais coletivos no valor de R$ 1.000.000,00

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Ação Civil Pública nº 1002058-60.2020.8.11.0006	
	A tutela de urgência pedida pelo MPMT foi parcialmente concedida, tendo sido determinada a suspensão do parcelamento abusivo, a entrega ao consumidor do contrato escrito de qualquer serviço contratado, a abstenção do envio de cartões de créditos não solicitados e a realização de análise das solicitações de reembolso no prazo máximo de sete dias. A Companhia apresentou contestação informando que todas as cobranças são realizadas mediante expressa anuência dos consumidores e que não houve qualquer prática abusiva ou irregular no âmbito de suas relações de consumo. Após a contestação da Companhia, o MPMT apresentou réplica. Em 16/10/2020, foi realizada audiência de mediação na qual as partes decidiram suspender o processo pelo período de 6 meses para que a Companhia elabore informativos com linguagem simplificada sobre os produtos financeiros ofertados, para melhor clareza dos consumidores. Em 19/02/2020 a companhia apresentou ao Ministério Público para avaliação, uma cartilha com a descrição simplificada dos seguros ofertados, suas condições e coberturas.
g. Chance de perda	Possível
h. Impacto em caso de perda do processo	Pagamento de indenização no valor de R$ 1.000.000,00 a título de dano moral coletivo e alteração de práticas adotadas pela Companhia no que se refere à venda de produtos e serviços financeiros.

Contingências Fiscais

PROCESSO ADMINISTRATIVO 14094.720001/2017-33	
a. Juízo	Conselho Administrativo de Recursos Fiscais
b. Instância	2ª instância administrativa
c. Data de instauração	02/01/2017
d. Partes no processo	Autuante: Receita Federal Autuado: Lojas Avenida S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$16.575.999,39 em dezembro de 2020.
f. Principais fatos	Trata-se de processo de Malha Fiscal instaurado por conta das retificações das Declarações de Débitos e Créditos Tributários Federais ("DCTF's") realizadas pela Lojas Avenida S.A. para os anos-calendários de 2012 a 2014. A Companhia protocolou impugnação. Em 02/10/2017, foi proferida decisão de primeira instância administrativa. Em 01/11/2017, foi apresentado Recurso Voluntário ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais ("CARF"). Último andamento: após entrada do recurso no CARF em 7.2.2018, aguardamos distribuição do Recurso Voluntário
g. Chance de perda	Possível
h. Impacto em caso de perda do processo	Pagamento do valor principal, acrescido de multa e juros.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Mandado de Segurança n° 0013263-75.2007.4.01.3400	
a. Juízo	Justiça Federal do Distrito Federal
b. Instância	Supremo Tribunal Federal
c. Data de instauração	26/04/2007
d. Partes no processo	Réu: União Federal Autor: Lojas Avenida S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 49.289.926,73 (valor do crédito habilitado) R$ 7.799.355,41 (valor do crédito já compensado até 12.2020)
f. Principais fatos	Mandado de Segurança que tem por objeto a exclusão do ICMS e do ISS da base de cálculo do PIS e da COFINS bem como a restituição dos valores recolhidos indevidamente nos 10 anos anteriores ao ajuizamento da ação. 26.04.2007 – Impetrado Mandado de Segurança. 02.08.2007 – Indeferido o pedido de liminar. 10.08.2007 – Interposto Agravo de Instrumento em face da decisão que indeferiu a liminar. 11.09.2007 – Publicada decisão nos autos do Agravo de Instrumento que concedeu a liminar. 04.10.2007 – Determinada suspensão do processo até decisão do STF nos autos do processo com repercussão geral sobre o tema. 27.10.2016 – Concedida a segurança parcial para a Companhia excluir o ICMS e o ISS da base de cálculo do PIS e da COFINS bem como o direito à restituição dos valores recolhidos indevidamente nos últimos cinco anos anteriores ao ajuizamento da ação. 10.05.2017 – Interposta apelação pela União Federal. 26.01.2018 – Publicado Acórdão que deu parcial provimento à Apelação interposta pela União Federal apenas para determinar que a compensação deverá observar o trânsito em julgado da ação. 18.07.2018 – Interposto Recurso Extraordinário pela União Federal. 07.12.2018 – Publicada decisão que determinou o sobrestamento do Recurso Extraordinário. 05.12.2019 – Petição solicitando a certidão de trânsito em julgado parcial do acórdão no que se refere à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. 08.06.2020 – Emitida certidão de inteiro teor. O processo segue sobrestado até o julgamento do RE nº 592.616. A Companhia já apresentou pedido de habilitação no que se refere aos créditos de PIS e COFINS após exclusão do ICMS destacado em nota. Matéria referente ao mérito já transitada em julgado, com relação à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Aguardando julgamento no STF acerca da exclusão do ISS da base de cálculo do PIS e da COFINS.
g. Chance de perda	Possível
h. Impacto em caso de perda do processo	Os valores compensados poderão ser questionados tendo em vista a discussão no STF sobre qual o ICMS a ser excluído da base de cálculo, o destacado ou efetivamente pago. Em caso de questionamento pela RFB, a Companhia deverá arcar com os valores compensados e considerados equivocados pela RFB

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Execução Fiscal n° 0915511-39.2019.8.12.0001 (Embargos à Execução Fiscal n° 0810160-43.2020.8.12.0001)	
a. Juízo	Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul
b. Instância	1ª instância
c. Data de instauração	26/11/2019
d. Partes no processo	Autor: Estado do Mato Grosso do Sul Réu: Lojas Avenida S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 18.176.314,30
f. Principais fatos	Trata-se de Execução Fiscal consubstanciada nas CDAs n° 2019/123383 e 2019/123382, decorrente do saldo remanescente do crédito tributário materializado pelo Auto de Infração e Imposição de Multa (AIIM n° 34723-E e 34722-E). Atualmente, a Execução Fiscal encontra-se suspensa aguardando julgamento dos Embargos à Execução Fiscal.
g. Chance de perda	Possível
h. Impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda do processo, a Companhia deverá arcar com o pagamento do valor devido atualizado.

Contingências Trabalhistas

Processo 0000612-94.2019.5.08.0010	
a. Juízo	10ª Vara do Trabalho de Belém/PA
b. Instância	Tribunal Superior do Trabalho
c. Data de instauração	21/07/2019
d. Partes no processo	Autor: ANDREZA NASCIMENTO Réu: LOJAS AVENIDA S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 35.000,00
f. Principais fatos	Trata-se de reclamação trabalhista movida em face da Companhia em que a Reclamante pleiteia o deferimento de indenização por práticas de assédio moral e sexual. Em primeira instância a Companhia foi condenada a pagar indenização no valor de sete vezes o valo do salário da Reclamante pelo assédio sexual e três vezes por assédio moral, o que resultou na quantia de R$ 12.542,85. A Companhia interpôs recurso ordinário, ao qual foi negado provimento. Por outro lado, foi dado provimento ao recurso ordinário da Reclamante para majorar o valor da indenização para R$ 35.000,00. A Companhia interpôs recurso de revista para o Tribunal Superior do Trabalho, o qual pende de julgamento.
g. Chance de perda	Provável
h. Impacto em caso de perda do processo	Impacto reputacional. Caso confirmada a condenação ao pagamento de indenização por danos morais, a Companhia terá de pagar a Reclamante o valor de R$ 35.000,00, conforme determinado no acórdão.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo 1000444-37.2020.5.02.0421	
a. Juízo	22ª Vara do Trabalho de São Paulo/SP
b. Instância	Primeira instância
c. Data de instauração	21/04/2020
d. Partes no processo	Autor: EDILAINE RODRIGUES DE FREITAS Réu: MALTA ASSESSORIA DE COBRANÇAS LTDA e LOJAS AVENIDA S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 30.570,23
f. Principais fatos	Trata-se de reclamação trabalhista movida em face da Companhia em que a Reclamante pleiteia o deferimento de indenização por assédio moral em razão de perseguições e pressões por parte do gerente para pedir demissão, ameaças de demissão por justa causa e por ser impedida de ir ao banheiro. Aguarda-se realização de audiência e prolação de sentença.
g. Chance de perda	Possível
h. Impacto em caso de perda do processo	Impacto reputacional. Se a demanda for julgada procedente, a Companhia terá de pagar a Reclamante o valor de R$ 30.570,23.

Processo 0000005-46.2019.5.10.0812	
a. Juízo	02ª Vara do Trabalho de Araguaiana/MT
b. Instância	Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região
c. Data de instauração	08/01/2019
d. Partes no processo	Autor: MARCIVÂNIA SIQUEIRA Réu: LOJAS AVENIDA S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 194.688,83
f. Principais fatos	Trata-se de reclamação trabalhista movida em face da Companhia em que a Reclamante pleiteia o deferimento de indenização por danos morais em decorrência de doença ocupacional originada por pressões psicológicas realizadas por seus superiores. Ademais, alega que era impedida de ir ao banheiro, razão pela qual teve infecção urinária. Em primeira instância a Companhia foi condenada a pagar indenização no valor de R$ 50.000,00. O valor atualizado da causa corresponderia a R$ 74.591,97. A Companhia interpôs recurso ordinário, com julgamento de valor de condenação reduzido para R$ 42.000,00.
g. Chance de perda	Provável
h. Impacto em caso de perda do processo	Impacto reputacional. Caso confirmada a procedência da demanda, a Companhia terá que pagar a Reclamante o valor de R$ 42.000,00, conforme decisão de recurso ordinário.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo 0000890-19.2020.5.08.0121	
a. Juízo	3ª Vara do Trabalho de Ananindeua - PA
b. Instância	Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região
c. Data de distribuição	07/12/2020
d. Partes no processo	Autor: SINDICATO DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO E SERVIÇOS DO MUNICÍPIO DE ANANINDEUA Reclamada: LOJAS AVENIDA S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 5.000,00 (valor da causa)
f. Principais fatos	Trata-se de ação civil pública ajuizada pelo Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Ananindeua – SITRACOM em face da Reclamada Lojas Avenida S.A. O Sindicato alega que a Reclamada vem exigindo o trabalho dos empregados nos feriados, sem a existência de instrumento normativo vigente autorizando o trabalho aos feriados. O Sindicato requer a antecipação de tutela para a abstenção de exigir o trabalho aos feriados de todos os empregados, e a cominação de multa diária de R$ 5.000,00 por trabalhador lesado. Em 07/12/2020, foi proferida decisão deferindo em parte a tutela de urgência para determinar que a Reclamada se abstenha de exigir o trabalho dos empregados nos feriados, sob pena de multa de R$ 1.000,00 por trabalhador e por feriado descumprido. A Reclamada impetrou Mandado de Segurança em face da decisão que deferiu em parte a tutela de urgência, e em 08/12/2020, foi proferida decisão monocrática que deferiu a liminar postulada para revogar a decisão proferida pelo Juízo da 3ª Vara do Trabalho de Ananindeua. A decisão proferida nos autos do Mandado de Segurança foi juntada aos autos da ação civil pública, a qual está pendente de publicação de sentença.
g. Chance de perda	Possível
h. Impacto em caso de perda do processo	O impacto para a Companhia em caso de perda do processo seria a interferência no funcionamento do negócio.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

4.3.1 - Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.3

O valor total dos processos descritos no item 4.3 acima, em 31 de dezembro de 2020, era de R$ 85 milhões. Vale destacar que a Companhia provisiona contabilmente somente os processos com chance de perda provável.

4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

Não há processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos, em que a Companhia ou suas controladas sejam partes e cujas partes contrárias sejam seus administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores, ou seus investidores ou de suas controladas.

4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores

4.4.1 - Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.4

Não aplicável, uma vez que não há processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos, em que a Companhia ou suas controladas sejam partes e cujas partes contrárias sejam seus administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores, ou seus investidores ou de suas controladas.

4.5 - Processos Sigilosos Relevantes

4.5 - Processos sigilosos relevantes

Na data deste Formulário, não há processos relevantes que tramitam em segredo de justiça em que a Companhia ou suas Controladas sejam parte.

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

Apresentamos abaixo os processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, não sigilosos e relevantes em conjunto, dos quais a Companhia e suas controladas são partes:

Processos relacionados às questões de consumo	
Valores Envolvidos	R$17.467.017,92 (histórico)
Prática que causou tal contingência	A Companhia é parte em 5070 processos administrativos e 846 processos judiciais que discutem, entre outros assuntos, e principalmente, violações aos direitos dos consumidores em razão de ocorrências de fraudes relacionadas à compra, falsidade ideológica, cobranças indevidas, produtos financeiros não solicitados pelo cliente, cobrança de terceiros, cobrança de juros e encargos supostamente indevidos, constrangimento em razão de disparo de alarme, negativação do cliente em razão de alegado débito não pago. Para esses processos a Companhia provisionou o valor de R$ 2.512.564,83.

Processos Fiscais	
Valores Envolvidos	R$35.777.834,78 (atualizado para 31.12.2020)
Prática que causou tal contingência	19 autos de Infração lavrados pela Secretaria da Fazenda do Mato Grosso para a cobrança de débitos de ICMS em razão da suposta falta de recolhimento da diferença de ICMS pelo Regime de Estimativa Simplificado, decorrente da entrada de mercadoria recebida em transferência, originária de estabelecimento localizado em outra unidade federativa, apurado através de levantamento fiscal. Em caso de perda, a Companhia deverá desembolsar o valor total atualizado dos débitos, acrescidos de eventual condenação em honorários advocatícios.

Processos Fiscais	
Valores Envolvidos	R$10.923.924,14 (atualizado para 31.12.2020)
Prática que causou tal contingência	Trata-se do ALIM 34725-E, 34742-E, 39795-E e 34727-E, lavrados sob a acusação de que a Lojas Avenida teria, supostamente, realizado operações relativas à circulação de mercadorias, com omissões de saídas presumida por falta de escrituração de documentos fiscais de entradas. Em caso de perda, a Companhia deverá desembolsar o valor total atualizado dos débitos, acrescidos de eventual condenação em honorários advocatícios.

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto

4.6.1 - Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.6

O valor total dos processos descritos no item 4.6 acima, em 31 de dezembro de 2020, era de R$ 64.168.776,84 milhões. Vale destacar que a Companhia provisiona contabilmente somente os processos com chance de perda provável.

4.7 - Outras Contingências Relevantes

4.7 - Outras contingências relevantes

A Companhia possui saldos de parcelamentos ordinários e programas de parcelamentos

A Companhia incluiu débitos de tributos federais administrados pela Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional no programa de parcelamento especial denominado "Refis da Crise", instituído pela Lei nº 12.996/2014, o qual concedia descontos relevantes nos valores de multa e juros. O valor total consolidado nesses programas, antes dos descontos, foi de R$ 34.314.771,74 e com os descontos, de R$ 26.397.689,10, e os seus saldos eram de R$ 19.779.415,01, em 31 de dezembro de 2020.

Além disso, a Companhia incluiu débitos relativos ao IRRF, PIS, COFINS, contribuições previdenciárias, FGTS e de multa trabalhista em programas de parcelamentos federais ordinários, cujos saldos eram de R$ 2.271.532,00, em 31 de dezembro de 2020.

Além disso, a Companhia também incluiu débitos de ICMS supostamente devidos aos Estados do Acre, Bahia, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Pará, Rondônia e São Paulo, relativos aos meses de março de 2020 a junho de 2020, no valor total consolidado de R$ 9.316.047,34. Os saldos de referidos parcelamentos eram de R$ 7.647.299,52 em 31 de dezembro de 2020.Os parcelamentos e programas de parcelamentos aos quais a Companhia fez a opção possuem regras específicas. Caso as regras de referidos parcelamentos e programas de parcelamentos não sejam observadas pela Companhia, tal como a falta de pagamento de um determinado número de parcelas, consecutivas ou alternadas, poderá haver a rescisão do parcelamento ou programa de parcelamento correspondente, o que poderia causar a cobrança de todo o saldo remanescente do parcelamento rescindido, e efeitos adversos nos nossos negócios, na nossa condição financeira e nos nossos resultados operacionais.

A Companhia é signatária de Termos de Ajuste de Conduta pactuado com o Ministério Público do Trabalho da 16ª Região ("MPT da 16ª Região")

A Companhia também firmou o TAC 25/2016 com o Ministério Público do Trabalho da 16ª Região, o qual estabelece o dever de cumprimento da legislação trabalhista em relação à jornada de trabalho, sob pena de pagamento de multa de R$ 1.000,00 por descumprimento de cada cláusula, acrescida de R$ 1.000,00 por trabalhador prejudicado.

As obrigações do TAC 25/2016 foram descumpridas. Dessa forma, em 04/06/2018, foi assinado o Aditivo 9/2018, em que o MPT da 16ª Região estipulou multa de R$ 25.000,00, considerando o descumprimento das cláusulas do TAC 25/2016. Em 10/12/2019, foi assinado o Aditivo 139/2019, sendo estipulada multa no montante de R$ 72.000,00, destinado à integração do valor pendente de indicação pelo Ministério Público do Trabalho nos autos da Ação de Execução de TAC n° 0016163-112013.5.16.0008.

A continuação do descumprimento das obrigações do TAC 25/2016 poderá resultar no ajuizamento de ação civil pública por parte do MPT da 16ª Região, bem como na lavratura de autos de infração por parte da Secretaria do Trabalho.

A Companhia é signatária de Termos de Ajuste de Conduta pactuado com o Ministério Público do Trabalho da 23ª Região ("MPT da 23ª Região")

A Companhia firmou os TACs 164/2008 e 116/2015, aditados pelo TAC 11/2017, com o Ministério Público do Trabalho da 23ª Região, o qual estabelece o dever de cumprimento da legislação trabalhista em relação a registro de empregados, jornada de trabalho, saúde e segurança do trabalho, contratação de menores e condições dignas de trabalho, sob pena de pagamento de multa de R$ 10.000,00 por descumprimento de cada cláusula, acrescida de R$ 200,00 por trabalhador prejudicado ou de R$ 20.000,00, de acordo com a irregularidade constatada.

As obrigações assumidas pela Companhia no TAC 164/2008 dizem respeito ao cumprimento de obrigações constantes na própria Consolidação das Leis do Trabalho ("CLT"), como é o caso de abster de contratar menor de 16 anos, salvo na condição de menor aprendiz; abster de contratar menor de 18 anos para serviços em horário noturno, constituir Comissão Interna de Prevenção de

4.7 - Outras Contingências Relevantes

Acidentes ("CIPA"); elaborar Programa de Prevenção de Riscos Ambientais ("PPRA"); fornecer, treinar e orientar o uso de Equipamento de Proteção individual ("EPI"); conceder intervalo intrajornada; não prorrogar a jornada além de 2 (duas) horas extras diárias; realizar exame médico ocupacional, entre outros.

As obrigações assumidas pela Companhia no TAC 116/2015 dizem respeito ao cumprimento da Norma Regulamentadora ("NR") 7 e 17 da Secretaria do Trabalho, referente à implementação do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional ("PCMSO"), e disponibilização de condições de higiene aos empregados.

As obrigações estipuladas nos TACs 164/2008 e 116/2015 não foram cumpridas pela Companhia. Dessa forma, no TAC Aditivo 11/2017 houve a fixação de indenização por danos morais coletivos no importe de R$ 45.000,00 a ser revertido ao FAT – Fundo de Amparo do Trabalhador. Além disso, a Companhia também foi multada pelo MPT da 23ª Região, no importe de R$ 60.000,00. O descumprimento das obrigações assumidas pela Companhia resultou o ajuizamento da ação de execução de TAC n.º 0000153-96.2019.5.23.0003 pelo MPT da 23ª Região, na qual pleiteava o pagamento de multa no valor de R$ 98.154,41. Foi celebrado acordo entre a Companhia e o MPT da 23ª Região na audiência realizada no dia 05/04/2019, no importe de R$ 98.000,00, a ser pago mediante o fornecimento de bens de consumo comercializados pela Companhia para instituições indicadas pelo MPT da 23ª Região, juízes do trabalho e Ordem dos Advogados do Brasil. Em 11/02/2020, a execução foi extinta e os autos foram arquivados definitivamente em 03/03/2020.

A Companhia firmou o TAC 16/2008 com o Ministério Público do Trabalho da 23ª Região, o qual estabelece o dever de cumprimento da legislação trabalhista em relação à jornada de trabalho, sob pena de pagamento de multa de R$ 20.000,00 por descumprimento da cláusula relacionada com o trabalho aos feriados e de R$ 1.000,00 por trabalhador prejudicado, em relação às demais cláusulas.

As obrigações do TAC 16/2008 foram descumpridas, sendo estipuladas multas por parte do MPT da 23ª Região. Caso as obrigações continuem sendo descumpridas, o MPT da 23ª Região poderá promover ação de execução de TAC ou mesmo ajuizar ação civil pública.

A Companhia não foi incluída em lista do MPT ou do MTE quando descumpriu o TAC.

As consequências pelo descumprimento são apenas financeiras – não há perda de nenhum benefício ou antecipação de contrato. A Companhia assumiu, neste TAC, a obrigação de não exigir dos seus empregados labor em dias de feriados cíveis e religiosos, sem expressa autorização em leis municipal e em convenção coletiva de trabalho. A Companhia se comprometeu também a não exigir dos seus empregados labor além de 2 horas extras diárias.

Adicionalmente, no que tange às obrigações assumidas relacionadas a jornada de trabalho, a Companhia tem realizado reuniões com os gestores das lojas para que intensifiquem a fiscalização e acompanhamento das jornadas dos empregados.

A Companhia é signatária de Termo de Ajuste de Conduta pactuado com o Ministério Público do Trabalho da 5ª Região

A Companhia firmou o TAC 29/2013 com o Ministério Público do Trabalho da 5ª Região, o qual estabelece o dever de cumprimento da legislação trabalhista em relação à jornada de trabalho e condições de trabalho, sob pena de pagamento de multa de R$ 5.000,00 por descumprimento de cada cláusula, acrescida de R$ 1.000,00 por trabalhador prejudicado. O TAC foi decorrente de denúncia de colaboradores e se aplica apenas às filiais da Companhia localizadas na circunscrição do Munícipio de Eunápolis. A Companhia assumiu a obrigação de: não exigir labor dos empregados além de 2 horas extras diárias; conceder intervalo intrajornada de acordo com o Art. 71 da CLT; conceder intervalo intrajornada de, no mínimo, 11 horas; remunerar as horas extras laboradas; e se abster de praticar, por meio dos seus prepostos, situações que causem humilhação ou constrangimento aos colaboradores, a exemplo de exigir o cumprimento de metas de produção fora de qualquer parâmetro de razoabilidade. A Companhia nunca foi penalizada pelo descumprimento deste TAC.

4.7 - Outras Contingências Relevantes

Cota de Pessoa com Deficiência ("PCD") e Cota de Aprendiz

A Companhia informou a existência de procedimento administrativo instaurado pelo Ministério Público do Trabalho referente ao acompanhamento do cumprimento da cota de pessoa com deficiência. Informou, ainda, que até o início da pandemia da COVID-19, a cota estava sendo cumprida. No entanto, atualmente a Companhia possui cota de pessoa com deficiência de 127, sendo que somente possui 88 PCDs contratados.

No tocante à Cota de Aprendiz, a Companhia informou que determinadas lojas não possuem o número mínimo de aprendizes, sendo lavrados, inclusive, autos de infração pela Secretaria do Trabalho. Muito embora a cota da Companhia seja de 50, atualmente possui 26 aprendizes contratados.

Adicionalmente, a Companhia adota medidas cabíveis para o preenchimento das cotas, anunciando vagas em sites e jornais de grande circulação.

4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui sede no Brasil e seus valores mobiliários encontram-se custodiados no país.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

5.1 - Política de gerenciamento de riscos

(a) Política Formalizada de Gerenciamento de Riscos

No contexto de sua abertura de capital, a Companhia elaborou uma política de gerenciamento de riscos ("Política de Gerenciamento de Riscos"), aplicável a todas as áreas da Companhia e, quando possível, às suas controladas. A Política de Gerenciamento de Riscos foi formalmente aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 12 de fevereiro de 2021.

O documento define os riscos aos quais a Companhia está exposta e define medidas que viabilizam o seu gerenciamento. Dentre as medidas, a Companhia se compromete a atualizar no mínimo anualmente o Mapa de Riscos e a Matriz de Riscos por ocasião da revisão de planejamento estratégico da Companhia e com o surgimento de eventos de riscos emergentes.

(b) Objetivos e Estratégias da Política de Gerenciamento de Riscos

A Política de Gerenciamento de Riscos tem por objetivo estabelecer e divulgar os princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observados no processo de gestão de riscos na Companhia, de forma a possibilitar a identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos inerentes às atividades da Companhia e que possam afetar o atendimento aos seus objetivos.

O processo de gerenciamento de riscos da Companhia se baseou em recomendações de normas de gestão de risco empresarial reconhecidas no mercado, especialmente a estrutura integrada de controles internos do COSO *(Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission)*, com o objetivo de: (i) consolidar os princípios e diretrizes a serem seguidos em todas as atividades associadas ao gerenciamento de riscos; (ii) mensurar riscos e oportunidades para auxiliar na prevenção de crises e problemas; (iii) mapear quais são as oportunidades, propósitos e os fatores internos e externos que podem impactar o desenvolvimento do negócio como um todo; além de (iv) antever e administrar os efeitos indesejáveis.

(i) Riscos para os quais se busca proteção

A Companhia monitora os seus riscos e busca proteção para todo e qualquer risco que possa impactar negativamente os objetivos traçados pela sua administração. Esses riscos foram classificados em quatro principais grupos:

- Riscos Estratégicos: são aqueles associados à estratégia da Companhia na busca de criação, proteção e crescimento de valor. São causados por mudanças no ambiente externo, tais como político, econômico e social, mercado, competidores, fusões e aquisições, disponibilidade de recursos, inovações e portfólio de produtos e/ou serviços;

- Riscos Operacionais: são aqueles decorrentes da inadequação ou falha na gestão de processos internos e pessoas que possam dificultar ou impedir o alcance dos objetivos da Companhia e estão associados tanto à operação do negócio como, por exemplo, marketing, vendas, comercial; quanto à gestão de áreas de suporte ao negócio, como contabilidade, controladoria, controles, suprimentos, saúde e segurança do trabalho, meio ambiente e relações sindicais;

- Riscos Financeiros: são aqueles decorrentes da possibilidade de perdas em razão do comportamento das taxas de juros, variação cambial e dos preços das ações, assim como aqueles decorrentes da possibilidade de perdas resultantes de incerteza quanto ao recebimento de valores estabelecidos em empréstimos e contratos; e

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

- Riscos de Conformidade: são os riscos de imposição de sanções legais ou regulatórias, de perda financeira ou de reputação que a Companhia pode sofrer como resultado do descumprimento de leis, acordos, regulamentos, seu Código de Conduta e das políticas e procedimentos internos. Incluem os riscos de fraudes em demonstrações contábeis e de desvios de ativos, de corrupção e de crimes cibernéticos.

A Matriz de Riscos da Companhia compreende os principais riscos constantes das categorias acima, baseados na sua probabilidade de ocorrência e na magnitude do seu impacto nos negócios da Companhia.

Dentre esses riscos, a Companhia destaca os Riscos Operacionais (práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços) como sendo o de maior criticidade.

(ii) Instrumentos utilizados para proteção

A Companhia adota como modelo de gestão dos riscos o COSO-ERM - *Committee of Sponsoring Organizations of Treadway Commission*, o qual conta com as seguintes etapas:

(i) Identificação dos riscos: Identificação dos fatores (causas) de riscos e implicações nos objetivos (metas e resultados) projetados;

(ii) Avaliação: Cálculo do impacto e probabilidade de ocorrência dos riscos sobre os resultados projetados;

(iii) Proposta de Limites: Nível de risco que os acionistas estão dispostos a correr na busca pelo retorno e geração de valor; e

(iv) Planos de ação: Conjunto de iniciativas definidas e implantadas pelo proprietário do risco a fim de adequar as exposições aos limites aprovados (objeto de acompanhamento periódico).

Para a avaliação dos riscos, a Companhia definiu uma metodologia por meio da qual realiza a análise da exposição e/ou o impacto dos riscos e avalia se está disposta a aceitá-lo. Essa avaliação considera os seguintes fatores:

(i) avaliação do retorno tangível e intangível relacionado ao limite de risco proposto;

(ii) capacidade da Companhia de suportar o impacto do limite de risco proposto;

(iii) decisão sobre se o risco deve ou não ser aceito conforme sua tipologia;

(iv) viabilidade da implantação das iniciativas de mitigação (custo e esforço) versus efeito na mitigação do risco e respectivo retorno, e;

(v) disponibilidade de recursos (investimento e esforço) para implantação.

A partir da classificação do risco, a Companhia pode decidir por:

a) eliminar totalmente o risco, protegendo os objetivos da Companhia dos impactos associados ao risco.

b) transferir o risco a terceiros por meio de contratos de seguros, terceirização de operações e atividades;

c) reduzir parcialmente a exposição ou adotar ações pontuais visando minimizar potenciais impactos;

d) assumir os impactos potenciais do risco e respectivas oportunidades.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

A Companhia utiliza diversos instrumentos para auxiliá-la no processo de gestão de riscos, os quais estão descritos na sua Política de Gerenciamento de Riscos, e incluem:

- Definição e utilização de indicadores para a mensuração e monitoramento dos riscos; e
- Elaboração de matriz de riscos, atualizada no mínimo anualmente, visando estabelecer uma comparação individual dos riscos conforme percepção de impacto e probabilidade de ocorrência, para fins de priorização e gestão.

(iii) Estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A estrutura de gestão de riscos da Companhia considera a atuação conjunta de todos os membros da Companhia, em seus respectivos níveis hierárquicos. Nesse sentido, diferentes departamentos e áreas da Companhia, de acordo com suas atribuições e funções, são responsáveis por identificar, avaliar, tratar e monitorar os riscos, em conformidade com a Política de Gerenciamento de Riscos. A estrutura de gestão de riscos da Companhia é baseada no COSO-ERM, que recomenda a gestão de riscos através do modelo das três linhas de defesa:

(i) 1ª Linha de Defesa: a primeira linha de defesa está associada à linha de frente dos negócios da Companhia e inclui todos diretamente competentes para a execução dos controles e implementação das respostas aos Riscos. Tratam-se das Áreas de Negócios.

(ii) 2ª Linha de Defesa: a segunda linha de defesa refere-se aos responsáveis pelos controles da Companhia, com atribuições para fixar as diretrizes de gestão de riscos e supervisionar o cumprimento destas diretrizes. Nesta categoria está a Área de Riscos e Compliance, responsável pelas funções de riscos corporativos, controles internos e compliance. A Área de Riscos e Compliance se reporta ao Comitê de Auditoria em relação a atividades relacionadas a gestão de riscos, controles internos e compliance. Os membros da Área de Riscos e Compliance não acumulam outras atividades operacionais.

(iii) 3ª Linha de Defesa: a terceira linha de defesa refere-se à área de Auditoria Interna, a quem compete avaliar, testar e supervisionar a aderência, conformidade e eficácia do processo de gestão de riscos da Companhia, bem como aferir a qualidade e a efetividade dos controles internos e governança. A área de Auditoria Interna é atualmente exercida por auditor independente e se reporta ao Conselho de Administração, por meio do Comitê de Auditoria.

A estrutura de gerenciamento de Riscos da Companhia é realizada conforme o organograma e a descrição abaixo:

Estrutura de Gerenciamento de Riscos

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

Compete ao Conselho de Administração, dentre outras atribuições:

- Aprovar as políticas, diretrizes, Mapa/Matrizes de Risco, limites de exposição e impactos propostos;
- Fornecer, periodicamente, sua percepção do grau de exposição a riscos que a Companhia está exposta e influenciar na priorização dos riscos a serem tratados;
- Avaliar em pauta prévia, mudanças ou atualizações em cada risco, cujos limites já tenham sido aprovados;
- Receber, por meio do Comitê de Auditoria, o reporte das atividades da Área de Auditoria Interna e da Área de Riscos e Compliance, em relação às atividades relacionadas ao gerenciamento de riscos da Companhia.

Compete ao Comitê de Auditoria, além do seu regimento específico:

- Recomendar a inclusão, avaliação e priorização no Mapa/Matriz de Riscos da Companhia;
- Recomendar ao Conselho de Administração da Companhia na avaliação de políticas, limites e planos de ação;
- Monitorar o cumprimento da Política de Gerenciamento de Riscos e avaliar a performance frente aos limites de risco aprovados;
- Avaliar a efetividade do modelo de gestão de riscos e sugerir aprimoramentos no processo, apontando as causas e responsabilidades;
- Acompanhar as atividades da Área de Auditoria Interna e da Área de Riscos e Compliance em relação às atividades relacionadas ao gerenciamento de riscos da Companhia; e
- Deliberar sobre as investigações internas de violações às normas de integridade encaminhadas pela Área de Riscos e Compliance e autorizar a contratação de investigação independente (se for o caso).

Compete à Diretoria da Companhia, dentre outras atribuições:

- Avaliar e tomar decisões em relação a exposição aos riscos (impacto e probabilidade) e aos limites apresentados pelos Proprietários dos Riscos e recomendar ações de respostas;
- Acompanhar periodicamente a evolução da exposição aos riscos considerando os limites aprovados pelo Conselho de Administração;
- Adotar riscos avaliados como ferramenta de orientação da revisão ou construção do plano estratégico; e
- Disseminar a cultura da gestão de riscos em toda Companhia, através de incentivos e políticas de remuneração variável.

Compete aos Proprietários dos Riscos da Companhia (integrantes das Áreas de Negócios), dentre outras atribuições:

- Identificar os fatores de riscos e indicadores para a mensuração e monitoramento dos riscos;
- Fornecer informações precisas, íntegras e suficientes para a modelagem de riscos;
- Apresentar percepção quanto à exposição ao risco (magnitude de impacto e probabilidade de ocorrência), se possível, pautada também em indicadores de mercado;
- Propor limites para exposição aos riscos sob a sua responsabilidade;

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

- Sugerir, avaliar, implantar e monitorar as ações com o objetivo de reduzir a exposição ao risco sob sua responsabilidade;
- Cumprir os limites de riscos aprovados pelo Conselho de Administração; e
- Comunicar, tempestivamente, os eventos de risco que apresentarem tendência de ocorrência e/ou eventual extrapolação de limites, para discussão nos fóruns e alçadas apropriadas.

Compete à Área de Riscos e Compliance, dentre outras atribuições:

- Identificar, avaliar e monitorar os riscos;
- Atualizar o Mapa/Matriz de Riscos sempre que ocorrer a revisão do plano estratégico e tempestivamente com o surgimento de fatores de risco emergentes;
- Estabelecer priorização dos riscos a partir do impacto e probabilidade, visando estabelecer uma comparação individual dos riscos para fins de priorização e gestão;
- Fornecer apoio às Áreas de Negócios sobre o processo de gerenciamento de riscos;
- Reportar inconsistência ou desatualização de desenhos de fluxos de processos, normas e procedimentos cujas alterações podem agravar o ambiente de controles; e
- Gerenciar e garantir o adequado funcionamento do Canal de Ética Avenida, bem como conduzir e documentar investigações internas de violações às normas de integridade ou recomendar a contratação de investigação independente, e encaminhar os casos para deliberação do Comitê de Auditoria.

Compete à Área de Auditoria Interna, dentre outras atribuições:

- Aferir a qualidade e a efetividade do processo de gerenciamento de riscos e dos processos de governança, da adequação dos controles e do cumprimento das normas e regulamentos associados às operações da Companhia, de forma independente, imparcial e tempestiva, e;
- Fornecer relatórios periódicos ao Comitê de Auditoria, a fim de garantir que a cultura de responsabilização e conscientização sobre os riscos esteja sendo devidamente implementada.

As estruturas descritas acima estão plenamente operacionais desde fevereiro/2021, à exceção do Comitê de Auditoria e da Área de Riscos e Compliance, que foram estruturados no âmbito da oferta pública de ações, para fins de atendimento aos requisitos do Regulamento do Novo Mercado. O Conselho de Administração foi reestruturado e teve a sua composição alterada. Para maiores informações, vide item 4.1 deste Formulário de Referência.

A Auditoria Interna é atualmente exercida por auditor independente registrado na CVM, a RSM Brasil Auditores Independentes ("RSM Brasil"), empresa especialista na execução dessas atividades, para a qual são garantidas atuação independente de forma contínua e efetiva.

O Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna, referente ao exercício social de 2021, foi elaborado com base: (i) na legislação aplicável à Companhia, incluindo o Regulamento do Novo Mercado; e (ii) nas diretrizes estabelecidas pela Diretoria, considerando todos os fatores e riscos relevantes às áreas, atividades, produtos e processos objeto da Matriz de Riscos da Companhia, elaborada em 06/11/2020.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

(c) Adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política de gerenciamento de riscos

Com base nas informações descritas neste item 5.1, a Companhia entende que sua estrutura operacional e de controles internos é adequada para a verificação da efetividade da Política de Gerenciamento de Riscos.

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado

(a) Política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado

Os riscos de mercado para os quais a Companhia busca proteção são gerenciados internamente pela Tesouraria e Diretoria Financeira da Companhia.

Entretanto, não há uma política específica que trata do gerenciamento de riscos de mercado formalizada, uma vez que a Companhia adota práticas que entende suficientes para gerenciamento de seus riscos de mercado.

Adicionalmente, aplica-se ao gerenciamento de tais riscos a Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia, no que couber.

A Companhia aprovou referida política, em 12 de fevereiro de 2021, por meio de reunião do Conselho de Administração.

(b) objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado

Não aplicável, pois a Companhia informa que não possui política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado.

(c) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Não aplicável, pois a Companhia informa que não possui política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

5.3 - Descrição dos controles internos

(a) principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Companhia implementou e mantém controles internos de modo a fornecer aos seus acionistas razoável segurança sobre a confiabilidade de suas demonstrações contábeis e demais informações econômico-financeiras, tendo formalizado, em 12 de fevereiro de 2021, a criação do Comitê de Auditoria, de forma a aprimorar a estrutura de controles internos e seu grau de eficiência.

O auditor independente contratado para exercer a função do departamento de auditoria interna da Companhia, a RSM Brasil, é responsável por submeter para revisão e aprovação do Comitê de Auditoria, pelo menos anualmente, um plano de auditoria interna. O plano de auditoria interna é composto de um cronograma de trabalho para o ano fiscal/calendário seguinte e é desenvolvido usando uma metodologia com base em riscos.

O Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna referente ao exercício social de 2021 foi elaborado pela RSM Brasil com base nas melhores práticas corporativas de auditoria interna estabelecidas pelo Instituto dos Auditores Internos (IIA). O cronograma de atividades para 2021 contempla, dentre outros, os processos de marketing, tesouraria, jurídico, controladoria, CRM, compras, contagem de estoque, logística e armazenagem.

Além disso, com o objetivo de assegurar que as demonstrações contábeis sejam elaboradas de forma fidedigna, refletindo consistentemente seus processos operacionais e financeiros, e preparadas em conformidade com os requisitos exigidos, a Companhia adota diversas práticas e controles internos que garantem a transparência e a confiabilidade de suas demonstrações contábeis. Como exemplos dos controles internos adotados pela Companhia, podemos citar:

- Atualização mensal do Calendário de Fechamento Contábil, contendo a descrição de todas as atividades e atribuições correspondentes às áreas competentes;
- Utilização do sistema ERP Oracle Cloud, que permite uma gestão eficiente de todas as atividades operacionais e gerenciais;
- Reconciliação das contas contábeis;
- Adoção de sistemas de aprovação por alçada; e
- Segregação de funções e aprovação de pagamentos por mais de uma pessoa.

Dessa forma, a Companhia entende que os controles internos adotados são eficazes no processo de gerenciamento de riscos da Companhia e garantem a confiabilidade e precisão das informações constantes de suas demonstrações contábeis, considerando o seu tipo de atividade e o volume de transações que realiza.

(b) estruturas organizacionais envolvidas

A estrutura organizacional envolvida na elaboração das demonstrações contábeis contempla:

- **Departamento Financeiro**: responsável por gerenciar as demonstrações contábeis e conferir os lançamentos no sistema ERP Oracle Cloud;
- **Gerente Contábil**: responsável pela revisão, verificação e consistência dos registros efetuados;

Além disso, no contexto da abertura de capital, a Companhia instituiu o seu Comitê de Auditoria, órgão colegiado de funcionamento permanente, vinculado ao Conselho de Administração, que avalia a independência, a qualidade e a efetividade dos serviços prestados pelos auditores independentes, dispondo de autonomia operacional e dotação orçamentária para o desempenho de suas funções.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

A Companhia também instituiu a Área de Riscos e Compliance, que é responsável, dentre outros, pelos métodos utilizados na avaliação e no monitoramento do sistema de controles internos da Companhia.

(c) forma de supervisão da eficiência dos controles internas pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

O Comitê de Auditoria da Companhia é responsável por supervisionar a qualidade e integridade dos relatórios financeiros, a aderência às normas legais, estatutárias e regulatórias, a adequação dos processos relativos à gestão de riscos e as atividades dos auditores independentes.

Na execução de suas responsabilidades, o Comitê de Auditoria mantém relacionamento efetivo com o Conselho de Administração, a Diretoria, os auditores independentes e, quando instalado, com o Conselho Fiscal da Companhia. Dentre as atribuições do Comitê de Auditoria, visando a garantir a eficácia dos controles internos, estão: (i) opinar sobre a contratação e destituição dos serviços de auditoria independente; (ii) supervisionar as atividades da auditoria independente; (iii) avaliar e monitorar a qualidade e a integridade das informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações contábeis; (iv) acompanhar as atividades da auditoria interna e da Área de Riscos e Compliance da Companhia; (v) avaliar, monitorar e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a Política para Transação com Partes Relacionadas; e (vi) receber e tratar informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos.

(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado à Companhia pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

No processo de avaliação de riscos, segundo as normas de auditoria, o auditor independente considera os controles internos da Companhia relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis, com o objetivo de planejar os procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião específica sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

Até a data deste Formulário de Referência, os auditores independentes da Companhia não tinham emitido formalmente o relatório circunstanciado, relativo à auditoria das demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, com as eventuais deficiências significativas no que tange aos seus controles internos. Entretanto, os auditores independentes da Companhia reportaram à Companhia que não foram identificadas deficiências significativas nos controles internos da Companhia. Cabe mencionar que o relatório circunstanciado será emitido pelo auditor independente da Companhia antes do lançamento da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações da Companhia e dentro do prazo de 60 dias após a data do relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis referentes ao exercício de 2020.

(e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Não aplicável, tendo em vista que até a data deste Formulário de Referência, os auditores independentes da Companhia não tinham emitido o relatório circunstanciado com as eventuais deficiências significativas no que tange aos seus controles internos. Tão logo o relatório seja emitido, eventuais deficiências significativas serão reportadas neste item, o que deverá ocorrer até o lançamento da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações da Companhia.

5.4 - Programa de Integridade

5.4 - Programa de integridade

Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

(a) se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

(i) os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

No contexto da abertura de capital, a Companhia revisou seu Código de Conduta visando reforçar seu compromisso com a disseminação de uma cultura de integridade e a constante promoção de um ambiente corporativo transparente e ético. O Código de Conduta estabelece o compromisso absoluto em cumprir as normas aplicáveis nas relações com a Administração Pública, definindo vedações e orientações voltadas ao combate à corrupção.

O Código de Conduta, cuja última versão foi aprovada pelo Conselho de Administração em 12 de fevereiro de 2021, define a missão, visão, valores e princípios da Companhia e aborda, dentre outros, tópicos como: (i) transparência e confidencialidade da informação; (ii) responsabilidade socioambiental; (iii) normas para o relacionamento com clientes, fornecedores, concorrentes, acionistas, entidades governamentais e não governamentais, imprensa, sindicatos e partidos políticos; e (iv) medidas disciplinares aplicáveis aos casos de violação.

O Código de Conduta também prescreve orientações acerca de como os colaboradores devem proceder diante de dúvidas sobre a aplicação e o conteúdo das regras, além de trazer perguntas a serem respondidas ao avaliar se determinada ação ou decisão é ética ou não.

As políticas, mecanismos e procedimentos de integridade adotados pela Companhia são reavaliados sempre que necessário, especialmente na ocorrência de mudanças significativas na estrutura, processos, sistemas ou modelo de negócios da Companhia, ou na regulamentação aplicável. Além disso, o Código de Conduta é revisado no mínimo anualmente pela Área de Riscos e Compliance.

Além do Código de Conduta, a Companhia adota os seguintes mecanismos e procedimentos de integridade:

(i) disponibilização de canal de denúncias independente para colaboradores e terceiros, e;

(ii) implementação da Política de Integridade.

Além disso, os riscos de conformidade são analisados periodicamente pela área de Riscos e Compliance, sendo que os procedimentos e práticas de integridade são revisados sempre que necessário.

5.4 - Programa de Integridade

(ii) as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

As seguintes estruturas organizacionais estão envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos de integridade:

- **Conselho de Administração**: responsável por aprovar as políticas, diretrizes e procedimentos de integridade;

- **Comitê de Auditoria**: responsável por: (a) avaliar, monitorar e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia; e (b) receber reportes periódicos da Área de Riscos e Compliance sobre as investigações conduzidas e autorizar a contratação de investigação independente, quando necessário;

- **Diretoria**: responsável por promover elevados padrões éticos e de integridade e de uma cultura organizacional que demonstre e enfatize, a todos os colaboradores, a importância dos procedimentos de integridade e o papel de cada um no processo;

- **Área de Riscos e Compliance**: responsável por, dentre outros: (a) analisar situações não previstas no Código de Conduta e definir procedimentos; (b) apurar as ocorrências relatadas no canal de denúncias (Canal de Ética Avenida, vide item “b’ abaixo) e direcioná-las para devida apuração e investigação, submetendo suas conclusões ao Comitê de Auditoria para determinação das medidas disciplinares aplicáveis aos casos concretos; (c) revisar anualmente o Código de Conduta e atualizá-lo sempre que necessário, submetendo-o à aprovação do Conselho de Administração; (d) promover treinamentos periódicos a respeito do conteúdo do Código de Conduta e das demais políticas e procedimentos da Companhia; e

- **Auditoria Interna:** responsável por, dentre outros, aferir a qualidade e adequação dos controles internos e do cumprimento de normas e regulamentos associados às operações da Companhia.

É assegurado à Área de Riscos e Compliance autonomia, imparcialidade e autoridade para exercer suas atribuições. Para tanto, a instância conta com recursos materiais, humanos e financeiros suficientes e possibilidade de reporte ao mais alto nível hierárquico da Companhia, quando necessário.

(iii) se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

Sim, a Companhia possui o Código de Conduta, aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 12 de fevereiro de 2021.

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

Conforme o disposto no item I do Código de Conduta, o documento se aplica a todos os colaboradores da Companhia, independentemente do seu nível hierárquico, incluindo administradores, diretores, conselheiros, membros de comitês, empregados e estagiários.

- **se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema**

Conforme o disposto no item VII do Código de Conduta, a Companhia promove treinamentos, com periodicidade mínima anual, a todos os seus colaboradores sobre a aplicação das disposições do Código de Conduta e demais políticas e procedimentos.

5.4 - Programa de Integridade

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

Qualquer colaborador que violar as previsões do Código de Conduta, das políticas e procedimentos da Companhia ou da legislação vigente estará sujeito à aplicação de medidas disciplinares, que podem incluir: (i) advertência oral e/ou por escrito; (ii) suspensão; (iii) rescisão do contrato de trabalho (com ou sem justa causa); (iv) tomada de medidas legais relacionadas à restituição dos danos; e (v) se necessário, comunicação dos fatos às autoridades competentes.

Caso as violações tenham sido praticadas por terceiros, a Companhia poderá determinar as medidas cabíveis, incluindo o eventual encerramento do relacionamento profissional, além de se resguardar o direito de buscar eventuais medidas judiciais cabíveis contra os envolvidos.

Tais sanções estão previstas no item V do Código de Conduta.

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

O Código de Conduta foi aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 12 de fevereiro de 2021, e está disponível em www.cvm.gov.br e http://avenida.com.br/ri.

(b) se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

- **se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**

A Companhia possui um canal de denúncias, chamado “Canal de Ética Avenida”, por meio do qual todos os colaboradores e terceiros podem reportar dúvidas e relatos de descumprimento ou suspeita de descumprimento do Código de Conduta, assim como de políticas, padrões internos e da legislação vigente.

O Canal de Ética Avenida é operado por empresa terceirizada e pode ser acessado, de forma gratuita, através dos seguintes meios:

(i) website: http://www.contatoseguro.com.br/avenida; e

(ii) telefone: 0800 800 8087 - atendimento 24 horas por dia, 7 dias por semana.

- **se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**

O Canal de Ética Avenida é destinado a todos os colaboradores e terceiros que desejem registrar dúvidas e relatos de casos de descumprimento ou suspeita de descumprimento do Código de Conduta.

- **se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé**

O Canal de Ética Avenida assegura a confidencialidade das informações recebidas e o anonimato dos denunciantes.

Nos termos do seu Código de Conduta, a Companhia não tolera qualquer forma de retaliação contra o denunciante que tenha feito uma comunicação de boa-fé, ainda que ao final seja considerada improcedente. Eventual retaliação é considerada uma violação ao Código de Conduta, sujeitando os infratores às medidas disciplinares cabíveis.

5.4 - Programa de Integridade

- **órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

A Área de Riscos e Compliance é responsável pela apuração das denúncias recebidas através do Canal de Ética Avenida, reportando-as ao Comitê de Auditoria, que é responsável por deliberar sobre o tratamento de denúncias e pela aplicação de medidas disciplinares, quando necessário. O Comitê de Auditoria também é responsável por autorizar a contratação de investigação independente para a apuração de denúncias, quando necessário.

De modo a evitar conflitos de interesses na apuração de denúncias, o Canal de Ética Avenida redireciona qualquer denúncia que envolva membros da Área de Riscos e Compliance ou do Comitê de Auditoria para o Conselho de Administração. Além disso, eventuais casos envolvendo o Conselho de Administração ou seus membros serão apurados pelo Comitê de Auditoria. Assim garante-se imparcialidade e autonomia no processo de apuração das denúncias.

(c) se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

(d) caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável.

5.5 - Alterações significativas

5.5 - Alterações significativas

No contexto de sua abertura de capital, a Companhia implementou a Política de Gerenciamento de Riscos, que passa a contemplar as principais diretrizes e procedimentos, assim como definir os responsáveis pelo processo de identificação, avaliação e monitoramento de riscos relacionados à Companhia.

Destacamos que não houve, no último exercício social, qualquer alteração significativa nos principais riscos aos quais está exposta.

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

5.6 - Outras informações relevantes

Embora a Companhia não possua política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, a Companhia informa que visa estabelecer e divulgar princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observadas no processo de gestão de riscos na Companhia, de forma a possibilitar a identificação, avaliação, tratamento, previsão, monitoramento e comunicação de riscos inerentes às atividades da Companhia e que possam afetar o atendimento aos seus objetivos, padronizando as atividades de controle e de gerenciamento dos riscos que devem ser desempenhadas em todos os níveis da Companhia e nos estágios de seus processos corporativos.

Riscos de mercado para os quais se busca proteção

Os Riscos para os quais a Companhia busca proteção estão relacionados a todo e qualquer evento decorrente de incertezas ao qual a Companhia está exposta e que possa impactar negativamente o alcance dos objetivos e de geração de valor estabelecidos no seu plano estratégico de longo prazo. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco de crédito:

Considerado como a possibilidade de a companhia incorrer em perdas resultantes de problemas financeiros com seus clientes, que os levem a não honrar os compromissos assumidos com a Companhia.

A exposição da Companhia a risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. A Companhia estabeleceu uma política de crédito na qual cada novo cliente é analisado individualmente quanto à sua condição financeira antes de a Companhia apresentar sua proposta de limite de crédito e termos de pagamento. A revisão efetuada pela Companhia inclui ratings externos, quando disponíveis, e em alguns casos referências bancárias. Limites de crédito são estabelecidos para cada cliente e são revisados periodicamente.

A metodologia de cálculo revisada leva em conta o histórico do cliente, a situação financeira e a posição dos assessores jurídicos quanto ao recebimento desses créditos.

Risco de liquidez:

Representa o risco de escassez e dificuldade da Companhia honrar suas dívidas. A abordagem da Companhia na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia busca manter o nível de seu “Caixa e equivalentes de caixa” e outros investimentos altamente negociáveis em um montante superior as saídas de caixa para liquidação de passivos financeiros (outros que não “Fornecedores”). A Companhia gerencia suas entradas e saídas de caixa em bases mensais, trimestrais e anual. A análise mensal é realizada projetando-se as entradas e saídas de caixa numa base diária. A Companhia monitora também o nível esperado de entradas de fluxos de caixa proveniente do contas a receber e outros recebíveis em conjunto com as saídas esperadas de caixa relacionadas à fornecedores e outras contas a pagar.

Risco de mercado:

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado.

O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

Risco de taxa de juros:

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado.

A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo da companhia sujeitas a taxas de juros variáveis.

Cabe à Tesouraria e Diretoria Financeira da Companhia a função de gestão e identificação aos riscos de mercado que a Companhia está exposta.

Estratégia de proteção patrimonial (*hedge*)

A Companhia recentemente passou a utilizar de estratégia de proteção patrimonial (*hedge*), apesar de sua exposição de balanço patrimonial em dólar ser muito baixa.

Instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*hedge*)

A Companhia se utiliza de instrumentos para proteção patrimonial (*hedge*), em virtude das inconstâncias macroeconômicas acentuadas pela COVID-19.

Parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*)

A Companhia opera com instrumentos financeiros com o único propósito de proteção patrimonial e previsibilidade do Fluxo de Caixa.

A administração destes riscos é efetuada por meio das estratégias operacionais e dos seus controles internos, visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança das operações da Companhia, sendo aplicável ao gerenciamento de tais riscos a Política de Gerenciamento de Riscos, no que couber, incluindo a estrutura responsável pelo controle.

Adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A administração da Companhia, monitora e avalia, por meios considerados por ela adequados, se as operações efetuadas pela Companhia estão de acordo com as políticas por ela adotadas e se representam exposição a riscos que comprometam o atendimento dos objetivos da Companhia.

A administração reporta os resultados dessa avaliação ao Comitê de Auditoria, o qual supervisiona as atividades de gerenciamento de riscos de mercado, por meio de interação com a gestão, de forma a assegurar o cumprimento das diretrizes de riscos estabelecidas pelo Conselho de Administração.

Dessa forma, a administração da Companhia entende que sua estrutura operacional e de controles internos é adequada para a verificação da efetividade da política adotada, considerando o seu porte e seus objetivos operacionais e estratégicos.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm

Data de Constituição do Emissor	05/05/2008
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade Anônima
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	Registro Sendo Requerido

6.3 - Breve Histórico

6.3 - Breve histórico

A história do Grupo Avenida começou em 1978, em um espaço de 50 m², no centro de Cuiabá (MT). A empresa foi fundada pelo empresário Ailton Caseli, sob o nome de Maracanã dos Tecidos e, cinco anos depois, constituiu a segunda marca da rede, a Tecelagem Avenida. A Companhia é, nesta data, a maior rede de varejo de moda da região centro-norte e uma das 10 maiores do Brasil.

Em 1995 foi inaugurada a loja Giovanna Calçados, inovando com unidades que oferecem grande variedade de calçados e acessórios. Além disso, iniciou-se a venda de calçados também na Tecelagem Avenida, com a abertura de uma filial no centro de Cuiabá.

Em 2002 surgiu o primeiro processo de planejamento estratégico, nascendo, assim, a visão corporativa: estar entre as melhores empresas de varejo, sendo sempre competitiva e eficiente. Neste ano deu-se início, também, um arrojado plano de expansão.

Em 2005, a empresa deixou de comercializar tecidos e passou a ser uma loja de departamentos, unificando sua marca para Lojas Avenida.

Em 2010, o Grupo Avenida repaginou o layout das lojas, deixando-as mais modernas e com estrutura apropriada para receber os clientes de forma mais confortável. Neste ano também foi criado o cartão *Private Label*, chamado de Cartão Avenida, hoje com quase 3 milhões de emissões.

Em 2011, ampliamos nosso Centro de Distribuição em Campo Grande – MS, para uma área de 6.000 metros quadrados para mercadorias dobradas ou encabidadas, com processamento de 20 milhões de peças por ano. Em 2014, o Grupo consolidou seu escritório em São Paulo, atualizou sua identidade visual e recebeu o aporte financeiro de fundos geridos pela Kinea Investimentos, que se tornaram sócios da empresa.

Em meados de 2018, com a inauguração de uma filial em Cuiabá, na capital mato-grossense, o Grupo Avenida chegou à marca de 100 lojas e passou a atuar no *e-commerce*, possibilitando com que consumidores de todo o Brasil tivessem acesso aos produtos da rede comercializados nas lojas físicas.

Em 2019, o Grupo Avenida diversificou seu mix de produtos, com a venda de celulares, e também inaugurou seu novo escritório administrativo em Cuiabá, anexo ao centro de distribuição, os quais juntos possuem uma área de 4.200 m^2. O espaço abriga os setores de logística, auditoria, crédito e cobrança, qualidade, contabilidade, fiscal, patrimônio, jurídico, expansão, administração de pessoal e TI. Neste mesmo ano, a empresa também chegou à capital paraense, com a inauguração de duas lojas em Belém, já dentro de um novo layout.

Em 2020, o Grupo inovou e se reinventou para atender os consumidores no período da pandemia da COVID-19, passando a realizar vendas por meio do aplicativo *WhatsApp*. Também neste ano, a rede chegou a São Luís, capital do Maranhão. Outro marco expressivo ocorreu no *e-commerce*, uma vez que menos de dois anos após sua implantação, este canal de vendas teve um crescimento de 160%. Atualmente o *marketplace* do Grupo Avenida representa de 15% a 20% do faturamento da operação online.

6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial

6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

Até a data deste Formulário de Referência, não houve pedido de falência, de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia.

6.6 - Outras Informações Relevantes

6.6 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes com relação a este item 6.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

VISÃO GERAL

Somos o Grupo Avenida, a empresa de vestuário líder em número de lojas nas regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil[1] e um dos principais *one-stop-shops* de vestuário para as famílias das classes econômicas C-D-E do Brasil, que representa uma população de mais de 180 milhões de brasileiros[2]. Nosso diversificado portfólio de produtos que, em nossa visão, possui qualidade superior e preços acessíveis, inclui roupas, calçados, cama, mesa, banho e acessórios de telefonia organizados para servir o público masculino, feminino e infantil. Atendemos esse público através das nossas 130 lojas físicas estrategicamente localizadas nas regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste do país, bem como em nossa plataforma online de comércio eletrônico.

Nosso modelo de negócios foi desenvolvido para atender os 86%[3] de brasileiros pertencentes às classes C, D e E[4], diferenciando-se dos concorrentes, entre outras razões, por operar um grande número de formatos de loja em diferentes localidades, oferecer soluções de crédito e possuir um baixo "risco de moda", demonstrado pela menor quantidade de itens dependentes das tendências de moda e da tradicional queima de estoque das coleções defasadas em relação aos nossos concorrentes. Com isso, acreditamos que nossa gestão minimiza o efeito adverso da sazonalidade, explorando a flexibilidade que temos em nossas 11 categorias vendidas a preços competitivos.

Nossa base de lojas está estrategicamente distribuída entre as bandeiras Avenida com 110 unidades, e Giovanna (Avenida Calçados) com 20 unidades, e geograficamente presentes em múltiplas unidades federativas do Brasil. Dentre as nossas 130 lojas em funcionamento, cerca de 54% estão localizadas no Centro-Oeste, 28% estão localizadas no Norte e os 17% remanescentes estão distribuídos em 4 estados, sendo eles: Minas Gerais, Bahia, Espírito Santo e Maranhão.

[1] Segundo informações de companhias abertas públicas.
[2] Dados obtidos pelo IBGE.
[3] Dados obtidos pelo IBGE.
[4] FGV Social.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Apresentamos uma capacidade notável de operar diferentes formatos de lojas, seja por geografia, tipo ou tamanho de loja, o que nos garante uma flexibilidade única em nosso modelo de negócio. Estamos tanto em regiões metropolitanas, como em cidades menores do interior, sendo que mais de 70% das nossas unidades estão em municípios com população entre 20 mil e 500 mil habitantes, nos quais enxergamos oportunidade para capturar participação, atendendo regiões que, em nossa visão, carecem da atenção de nossos concorrentes. Desse modo, além de possuirmos a versatilidade de operar lojas de rua, lojas em *shopping centers* ou supermercados, o tamanho de nossas lojas pode variar até 10 vezes, adaptando nossas lojas à demanda de nossos clientes e mantendo um alto padrão de execução entre todos os formatos.

Nosso cliente é o ponto focal do nosso negócio e, portanto, temos uma cultura centrada em proporcionar uma experiência de alto nível dentro e fora das lojas. Esse foco em proporcionar a melhor experiência e tratar nossos clientes da melhor forma é demonstrado por nossa nota no "ReclameAqui" de 7,6[5] e pela evolução do nosso NPS[6], que atingiu 74,2% em dezembro de 2020.

Em relação aos mecanismos de governança corporativa, acreditamos que cumprimos práticas de alto nível na indústria, uma vez que nossas demonstrações financeiras são auditadas por auditores independentes desde 2014, possuímos grupos de trabalhos específicos para os principais assuntos operacionais (finanças, investimento, pessoas e transformação digital).

Acreditamos que, os resultados que alcançamos atualmente, refletem os anos de experiência de uma gestão que conhece todos os pormenores de como operar lojas focadas no público de classe média no Brasil e tem feito disso a sua missão. Todos os nossos principais membros do time de gestão têm, pelo menos, 20 anos de experiência no setor de vestuário.

Principais Indicadores Financeiros e Operacionais

Indicadores financeiros (em milhões de R$)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			▲	
	2020	2019	2018	20x19	19x18
Receita operacional	641,3	677,9	637,8	-5,3%	6,3%
Lucro bruto	336,8	365,5	358,9	(7,9%)	1,8%
Lucro líquido (prejuízo) (1)	(51,1)	25,3	6,7	n/a	278,6%
Resultado financeiros (1)	(88,3)	(52,6)	(54,1)	69,7%	(2,8%)
EBITDA (1) (2)	79,6	152,8	90,6	-47,9%	68,7%
EBITDA Ajustado (1) (2)	79,6	129,7	90,6	-38,6%	43,2%
Dívida Líquida (3)	160,7	163,9	114,0	-1,9%	43,7%

(1) Em 1º de janeiro de 2019, entrou em vigor a nova norma que regula o tratamento contábil dos arrendamentos (IFRS 16/CPC 06-R2) emitida pelo IASB e CPC, respectivamente. Para a implementação de tal norma, a Companhia adotou o método retrospectivo modificado. Consequentemente, as informações contábeis de 31 de dezembro de 2018 não foram ajustadas para refletir a adoção dessa norma e, por isso, não são comparáveis com as informações contábeis de 31 de dezembro de 2020 e 2019, as quais refletem os efeitos da adoção desta norma, com um aumento das despesas com depreciação do direito de uso relativo ao arrendamento e das despesas com juros pela atualização do passivo de arrendamento, bem como redução das despesas com aluguéis.

(2) O EBITDA e o EBITDA Ajustado não são medidas reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP") nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), não representa o fluxo de caixa para os exercícios apresentados e não devem ser considerados como substitutos para o lucro líquido (prejuízo), como indicadores do desempenho operacional, como substitutos do fluxo de caixa, como indicadores de liquidez ou como base para a distribuição de dividendos. Não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. Para detalhes da reconciliação do lucro líquido (prejuízo) para o EBIDTA e EBITDA Ajustado, ver item 3.2 deste Formulário de Referência.

(3) A Dívida Líquida é calculada pela soma dos empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante). Para detalhes da reconciliação da Dívida Líquida, ver item 3.2 deste Formulário de Referência.

Nosso modelo de negócios apresenta comprovada capacidade de crescimento, compromisso com experiência de compra de alta qualidade, NPS maior do que 70% em 2020[7], e resiliência ao longo

[5] Considera resultado dos últimos 12 meses, entre 1 de janeiro de 2020 até 31 de dezembro de 2020.
[6] Para aplicar o Net Promoter Score (NPS), o índice é avaliado de acordo com a resposta de uma única pergunta: "Em uma escala de 0 a 10, o quanto você indicaria nossa empresa para um amigo?". O ponto positivo do NPS, é avaliar de uma forma geral, a experiência de compra do cliente. NPS com base nos consumidores que possuem Cartão Avenida.
[7] Considera o período de dezembro de 2020.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

dos anos. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, a receita operacional consolidada da Companhia foi de R$ 641,3 milhões, representando um crescimento composto anual (CAGR) de 3,5% nos últimos 3 anos, ou mais especificamente, desde 2017.

Temos Orgulho de Contar Nossa História

Por mais de 42 anos que transcendem gerações da família fundadora, crescemos organicamente com constante evolução nas regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste do Brasil. Ao longo desse período, nossa gestão selecionou precisamente as decisões de expansão, investiu recursos apropriadamente, desenvolveu o ecossistema digital e físico para o início da integração multicanal e organizou o crescimento ao redor de vertentes bem definidas de expansão de lojas e penetração de serviços financeiros no percentual das vendas.

Fase I: Fundação e Expansão Regional

O senhor Ailton Caseli abriu nossa primeira loja em 1978, na cidade de Cuiabá, no Mato Grosso, com a venda de tecidos em um espaço de, aproximadamente, 50m^2, após acumular alguns anos de experiência nas Casas Pernambucanas. Em 1989, realizou a primeira expansão extra estadual do Grupo Avenida, em Vitória, no Espírito Santo.

Na década de 1990, houve a introdução da segunda geração da família nos negócios e o aproveitamento de uma nova oportunidade: compra e aluguel de 5 lojas das Casas Pernambucanas próximas de encerrarem suas operações. Com novas unidades adicionadas à base de lojas, nosso fundador gerou recursos suficientes para fretar um avião de pequeno porte visando conhecer e mapear novos municípios sem acesso por voos comerciais, contribuindo para o planejamento estratégico da abertura de novas unidades.

Fase II: Crescimento Acelerado e Aperfeiçoamento da Gestão

Em 2001, contávamos com cerca de 30 lojas, incluindo nossa primeira presença em um *shopping center*. Nesses locais, tínhamos maior número de competidores de grande porte no varejo nacional, inclusive outras grandes redes, o que fez com que as nossas práticas de gestão e logística para operar em centros comerciais se aprimorassem e, inclusive, fossem aplicadas às lojas do interior.

Entre 2001 e 2010, aumentamos nosso número de lojas físicas para cerca de 69, quando a Companhia adicionou novo CEO com longo histórico de conhecimento das operações e dos colaboradores envolvidos no dia-a-dia da Companhia. Com isso, decorreram diversas iniciativas de inovação e melhorias necessárias para suportar um crescimento acelerado. Dentre essas iniciativas, entendemos que as principais foram o lançamento do nosso cartão *private label*, denominado Cartão Avenida[8], que em 31 de dezembro de 2020 contava com quase 3 milhões de cartões emitidos, mudança do centro de compras de Cuiabá para a cidade de São Paulo e centralização da logística em um único centro de distribuição localizado em Campo Grande, no Mato Grosso do Sul.

Fase III: Capitalização, Profissionalização e Expansão Digital

Em 2014, consolidamos nosso escritório em São Paulo, a fim de continuar estreitando os relacionamentos com nossos principais parceiros do país, bem como recebemos investimento do fundo de investimentos Kinea, oferecendo capitalização e ampliação da nossa governança corporativa. Com isso, o corpo de diretores foi alterado, proporcionando um maior nível de qualidade da gestão. Nos anos subsequentes, o Brasil passou por diversas crises que impactaram a velocidade de abertura de lojas, mas acreditamos que nossa orientação para controle de gastos e eficiência operacional foi fundamental para continuarmos com nossas operações ao longo do período.

Além disso, acreditarmos na necessidade de uma estratégia multicanal e, portanto, lançamos em 2019 nossa operação de e-commerce como uma etapa inicial do mapa de expansão do canal digital. Paralelamente, iniciamos uma estratégia comercial embasada nos pilares de exposição em canais de mídia, aumento da satisfação do consumidor e motivação da força de vendas com remuneração

[8] Chamado também de Cartão Club+.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

variável atrativa. Assim, os pilares da estratégia comercial da Companhia são: envolvimento dos colaboradores das lojas na melhoria das operações, provendo aos funcionários informações de indicadores operacionais; reuniões de resultado dentro das lojas; comparação constante entre as unidades e a comunicação aos funcionários sobre suas respectivas performances.

NOSSAS VANTAGENS COMPETITIVAS

Todo esse longo histórico de experiência no varejo de moda, nossa paixão em servir a família brasileira com preços competitivos, foco em execução e crescente presença nacional nos garantiram as seguintes vantagens competitivas:

Liderança no varejo de vestuário em regiões de alto crescimento no Brasil

Temos um número relevante de lojas nas regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil, que possuem alta exposição ao agronegócio brasileiro. Apenas na região Centro-Oeste, temos 70 lojas, o que demonstra nossa presença significativa nos estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Distrito Federal. Além disso, com 36 unidades no Pará, Acre, Rondônia e Tocantins, temos uma grande escala na região Norte, o que nos provê vantagens competitivas nessas regiões em relação a outros varejistas com escala nacional.

Essas regiões que lideramos, em número de lojas, têm apresentado crescimento do Índice de Atividade Econômica[9] maior que a média nacional. Nesse sentido, o Centro-Oeste e o Norte obtiveram um crescimento médio anual no IBC-BR de 1,3% e 1,6% entre 2017 e 2020, respectivamente, contra um decréscimo médio de (0,9%) para o Brasil como um todo entre esses mesmos anos. Ainda, considerando que cerca de 80% das nossas unidades estão distribuídas nos mais diversos munícipios dessas regiões, acreditamos que o Grupo Avenida tem potencial para se beneficiar do crescimento econômico dessas regiões também.

Portanto, acreditamos que estamos estrategicamente localizados em regiões resilientes, que apresentaram um crescimento superior, segundo o índice.

Foco nas classes C-D-E que representam a maioria do povo brasileiro

Desde o começo da nossa história, o nosso foco tem sido nas famílias das classes econômico-sociais C-D-E. Essas classes representam a grande maioria dos brasileiros, que possuem renda reduzida e buscam preços competitivos para realizarem suas compras de roupa, artigos para casa e aparelhos eletrônicos.

No ano de 2019, tivemos um elevado número de transações em nossas lojas e em nosso e-commerce, totalizando mais de 9 milhões de compras[10]. Se compararmos o número total de compras realizadas e o número de brasileiros que se encaixam em nosso público-alvo, que representava cerca de 180 milhões de pessoas segundo estimativa do IBGE em 1 de julho de 2020, ainda existe um grande espaço para expansão em regiões que atuamos e em outras regiões onde ainda não possuímos presença.

Oferecemos 11[11] categorias de produtos com preços competitivos ao padrão de consumo brasileiro, entre elas: feminino, masculino, infantil, juvenil, calçados, acessórios, casa, beleza e saúde, eletrônicos, relógios e outras. Acreditamos que nossos produtos estão posicionados para oferecer uma atrativa relação custo-benefício, ou seja, oferecemos produtos de qualidade superior e combinamos preços que atendam desde a classe E até a classe C.

Ainda, possuímos ferramentas – como nosso aplicativo do Cartão Avenida – que permitem aos nossos clientes o acesso fácil ao crédito através do Cartão Avenida, que foi largamente adotado pelo consumidor e possuiu uma ampla penetração média em nossas vendas de aproximadamente 45% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Além do ticket médio das compras com

[9] Indicador (IBC-BR) do Banco Central do Brasil
[10] Número total de transações, não de clientes.
[11] Website do Grupo Avenida (www.avenida.com.br) em 3 de fevereiro de 2021.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

nosso cartão ser substancialmente superior ao ticket médio em nossas lojas físicas, o uso do cartão aumentou a frequência de visitas de cada cliente, uma vez que cerca de 66[12]% do pagamento dessas faturas são realizados fisicamente em nossas lojas. Além disso, com o intuito de auxiliar nossos clientes que precisaram gerir seu Cartão Avenida à distância, nós oferecemos um aplicativo funcional e com design intuitivo, como é possível verificar abaixo:

Flexibilidade para operar diferentes formatos de loja em geografias variadas

Possuímos presença tanto em capitais e regiões metropolitanas quanto em cidades menores do interior, executando nossas operações com excelência em grande variedade de localidades com diferentes perfis. Nossas lojas, por exemplo, podem variar quase 10 vezes na metragem quadrada caso ela esteja em uma cidade maior ou menor. Em Paraupebas-PA, por exemplo, possuímos uma loja de 240 m^2 enquanto uma de nossas unidades em Cuiabá, no Mato Grosso, ocupa 2.300 m^2. Em média, nossas lojas têm um tamanho de 697 m^2.

Nosso foco em vender produtos variados para a família brasileira a preços competitivos é o mesmo em qualquer que seja a localidade, portanto mantemos o padrão de qualidade entre as lojas. Quando situada no interior, que desde a nossa origem tem sido o principal perfil atendido, nossas unidades

[12] Média mensal para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

se tornam a referência da cidade em função da experiência de consumo e do foco em atender bem qualquer cliente em nossas lojas.

Ao mesmo tempo, entendemos a importância da presença em capitais, onde o fluxo de pessoas é maior e onde podemos ampliar o conhecimento de nossa marca. Com isso, também aprendemos a operar em locais com maior competição de outros grandes varejistas e aplicamos esse conhecimento em todas nossas lojas. Em regiões metropolitanas continuamos com foco no público C-D-E e procuramos nos estabelecer onde há maior trânsito de famílias com renda compatível aos grupos-alvo. Assim, acreditamos no seguinte lema: “Onde tem brasileiro, pode ter o Grupo Avenida”.

Time de executivos com longo histórico no setor varejista e práticas reconhecidas e estabelecidas de governança corporativa

Nosso time de executivos liderados pela família fundadora possui longa experiência na indústria de varejo, conhecendo com alto nível de detalhamento a dinâmica de vendas de roupas, calçados e artigos para casa, com histórico de sucesso no planejamento e execução dessas frentes. Melhoramos ainda mais nossa equipe com a entrada dos fundos de investimentos geridos pela Kinea, em 2014, que, além da capitalização, adicionou dois executivos ao nosso conselho de administração.

Dentre as experiências passadas de nossos gestores, é possível encontrar nomes como Arezzo, PwC, Makro, Grupo Pão de Açúcar e Riachuelo. Sete dos principais executivos possuem uma experiência acumulada combinada de quase 200 anos dentro e fora do grupo, indicando que nossos resultados vêm de um conhecimento profundo do varejo e do público que atendemos.

Nossa Estratégia

Nossa vasta experiência no varejo focado no público C-D-E e em regiões interioranas do Brasil nos proporcionou uma visão diferenciada do potencial que ainda podemos alcançar em nossas regiões de atuação e o melhor momento para transcender barreiras e expandir operações em novos locais. Aliando essa visão com detalhado planejamento da nossa estratégia de longo prazo, foi possível desenvolver um mapa de oportunidades para investirmos nossos esforços.

Assim, nossos objetivos abrangem cinco principais avenidas de crescimento, compostas por (i) continuidade da nossa estratégia comercial focada no cliente, (ii) planejamento detalhado da expansão da base de lojas, (iii) retrofit das lojas atuais, (iv) ampliação dos serviços financeiros oferecidos à base de clientes; e a (v) expansão da plataforma digital e da multicanalidade[13].

Continuidade da nossa estratégia comercial focada no cliente

Acreditamos no potencial impacto que uma estratégia comercial focada no cliente pode ter nas vendas do Grupo Avenida. Portanto, o primeiro pilar do nosso plano de longo prazo consiste em aprimorar o funcionamento das práticas comerciais aplicadas tanto pela alta gestão quanto pelos funcionários das lojas, responsáveis por liderar o relacionamento com o cliente.

São três principais frentes de melhorias:

- Apresentação de produtos em loja: Exibição de produtos em loja de modo a criar um ambiente de característica popular e acolhedor alinhado ao perfil de nosso público-alvo;
- Aperfeiçoamento da cultura centrada no resultado: Visando melhorar a experiência do nosso consumidor na loja, é importante que nossos vendedores possuam remuneração variável alinhada precisamente com as principais métricas de resultados acompanhadas pela gestão e conselho de administradores;
- Satisfação dos funcionários dentro das lojas: A compensação guiada pelo resultado faz com que os colaboradores estejam dispostos a atender nossos clientes com maior zelo e dedicação;

[13] Tradução do termo *omnichannel.*

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

- Apresentação em canais de mídia: Exibição de nossa marca em redes de televisão que são acompanhadas pelo nosso público-alvo, propagandas *online* e divulgação em outros canais.

Nossa estratégia de marketing direcionado ao nosso público-alvo com a apresentação na mídia ocorre tanto através de nossas redes sociais, como Instagram e Facebook, onde já contamos com mais de 240[14] mil seguidores e 580[15] mil curtidas, respectivamente, quanto via WhatsApp e canais tradicionais, como televisão, celular, panfletos e rádio.

Planejamento detalhado da expansão da base de lojas

Nosso amplo conhecimento das regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte potencializa oportunidades de crescimento, mesmo em regiões onde possuímos liderança. Após diversos estudos e o mapeamento das melhores localizações, entendemos que ainda existe um elevado número de municípios com perfil populacional correspondente àquele do nosso público-alvo[16] e com capacidade para receber uma loja do Grupo Avenida.

Essa expansão para o longo prazo é dividida entre duas principais fases. A primeira delas promove o aumento da nossa capilaridade na região Norte, aproveitando a logística do Grupo Avenida já existente para servir novos municípios com excelência. A segunda consiste em aprofundar a presença na região Centro-Oeste e explorar estados das regiões Sudeste e Nordeste, como Minas Gerais e Bahia, expandindo nossa capacidade logística.

Retrofit das lojas atuais

Com reformas já realizadas com sucesso nos últimos anos e planejamento concreto para continuá-las no longo prazo, queremos proporcionar aos nossos clientes um ambiente cada vez mais agradável, organizado, que contempla o aperfeiçoamento de nossas bandeiras no tempo e que também promove espaços internos melhores para elevar o bem-estar de nossos funcionários. Os benefícios dessa estratégia são claros, uma vez que já enxergamos aumento significativo da nossa quantidade de vendas nas lojas reformadas quando comparadas com seus próprios indicadores financeiros em períodos anteriores. Abaixo exemplos de retrofit realizado no passado:

[14] Dados recolhidos em 28 de janeiro de 2021, incluindo os perfis de Lojas Avenida e Giovanna Calçados.
[15] Dados recolhidos em 28 de janeiro de 2021, incluindo os perfis de Lojas Avenida e Giovanna Calçados.
[16] Critérios que avaliamos levaram em consideração o perfil socioeconômico mapeado por fonte como o IBGE, e dados de pesquisas que indicam quantidade de habitantes por município, renda por segmento, valor do aluguel no município, crescimento econômico histórico, entre vários outros.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Antes **Depois**

Antes **Depois**

Maior gama de serviços financeiros oferecidos à base de clientes

Possuímos uma importante penetração de serviços financeiros no total de vendas, fruto de uma execução bem-sucedida com o produto Cartão Avenida. Contudo, o potencial para beneficiar nossa base de clientes com uma oferta maior de produtos financeiros é nítido para nós, pois já contamos com cerca de 45% das vendas de mercadorias financiadas pelo nosso cartão, que contempla aproximadamente 3 milhões de unidades emitidas e recebe pagamento de cerca de 66% da quantidade de faturas diretamente nas lojas. Oferecemos atualmente compras parceladas com juros através do Cartão Avenida.

Nossa gestão entende que é possível alavancar essa penetração elevada com serviços financeiros mais sofisticados. Assim, há potencial para oferecermos:

- Empréstimos pessoais: Grande parte dos nossos clientes possuem renda familiar declarada abaixo de R$3.000 por mês, tornando o empréstimo pessoal um serviço que aprofundaria nosso relacionamento com esse perfil de cliente no longo prazo.
- Programas de fidelidade: Com eles, nosso consumidor pode perceber benefícios associados às compras para que sua frequência de visitas aumente.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

- Produtos financeiros no *marketplace/website*: Com o aumento no número de brasileiros que estão conectados à internet e que possuem *smartphone*, a quantidade de transações digitais pode crescer, indicando a importância de oferecer mais opções de pagamento no canal digital.
- Outras adições, como carteira virtual, que implementam ainda mais a oferta de produtos financeiros do Grupo Avenida permitindo aos consumidores realizarem suas compras facilmente com seus dispositivos móveis.

Expansão da plataforma digital e da multicanalidade

Com as mudanças de hábito do consumidor, notamos a necessidade de expandir o escopo do nosso canal digital. Para tanto, montamos um grupo de trabalho de Transformação Digital, que mapeou quais são as principais etapas a serem cumpridas para que o Grupo Avenida aumente a penetração do canal digital e a multicanalidade, i.e. para que possamos atender nossos consumidores não só em nossas lojas, mas também pelo nosso site e em breve por aplicativo para *smartphones*. O cumprimento desse mapa visa aprimorar o nível de logística para atender nossos consumidores localizados em cidades menores do interior que, em alguns casos, carecem da atenção de nossos competidores.

Instruímos nossos vendedores a recomendar aos clientes promoções e peças diretamente no website – vendas online via loja física – para que eles se familiarizem com nossa plataforma digital. Desde o início da nossa digitalização, em maio de 2019, o valor dessas vendas aumentou, indicando que o grau de conhecimento do nosso website pelos consumidores tem aumentado cada vez mais.

Como parte do mapa de implementação da plataforma digital, realizamos o lançamento bem-sucedido de uma loja online com interface intuitiva que apresenta crescente número de visitas, alcançando média de quase 374 mil acessos[17] por mês em 2020. Nossos próximos passos incluem o aumento de todos os serviços que integram os canais físicos e digitais para que, no longo prazo, o Grupo Avenida possa atender seus clientes de forma sofisticada através de diversos canais de venda.

PONTOS FRACOS, OBSTÁCULOS E AMEAÇAS

Os pontos fracos, obstáculos e ameaças à nossa Companhia, aos nossos negócios e à nossa condição financeira estão relacionados à concretização de um ou mais cenários adversos contemplados em nossos fatores de risco, podendo ocorrer de maneira combinada. Para mais informações, vide item “Principais Fatores de Riscos Relacionados à Companhia” descrito abaixo e itens 4.1 e 4.2 de nosso Formulário de Referência.

Impactos da pandemia do Covid-19 em nossas atividades

Para entender a evolução financeira, patrimonial e de resultados da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 é necessário considerar os impactos da pandemia do COVID-19 nas atividades do Grupo Avenida. Conforme é de conhecimento público, a declaração da pandemia do COVID-19 pela OMS desencadeou severas medidas restritivas por parte de autoridades governamentais no mundo todo, a fim de tentar controlar o surto, resultando em medidas restritivas relacionadas ao fluxo de pessoas, incluindo quarentena, restrições de viagens e transportes públicos, fechamento prolongado de locais de trabalho, interrupções na cadeia de suprimentos, fechamento do comércio e redução de consumo de uma maneira geral pela população.

A Administração da Companhia tomou as medidas consideradas necessárias para assegurar seu nível de abastecimento e serviço, de acordo com os planos de vendas vigentes à época. Novas restrições relacionadas a um aumento do impacto da COVID-19 podem afetar as operações da Companhia.

Ameaças relacionadas ao ambiente competitivo no varejo físico e digital podem nos impactar adversamente.

[17] Entre os meses de janeiro e dezembro de 2020.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Devido a nossa ampla variedade e oferta de produtos, concorremos com uma gama de varejistas, especializados ou generalistas, regionais ou de escala nacional. Estes concorrentes podem influenciar os preços dos produtos que oferecemos, com adoção de descontos para ganho de participação de mercado, além de competir por pontos comerciais estratégicos que podem dificultar nossa estratégia de expansão.

Além disso, em decorrência da forte concorrência nos canais digitais, não podemos garantir que a concepção do nosso e-commerce como uma extensão da experiência de compra trará resultados positivos para nossos negócios. Ademais, novas tecnologias podem também acirrar o cenário competitivo no ambiente digital trazendo novos concorrentes para o nosso segmento, o que pode afetar adversamente nossos negócios e resultados financeiros.

Implementação da plataforma digital aliada aos canais físicos (multicanalidade)

Acreditamos que a implementação da plataforma digital e sua integração com os canais digitais da Companhia são peças fundamentais na execução da estratégia de expansão do Grupo Avenida, de modo a fortalecer nosso posicionamento no mercado, com um diferencial competitivo frente a varejistas locais e de escala nacional. As iniciativas necessárias dependem de: investimentos bem-sucedidos na ampliação do sortimento online, aumento do repertório de soluções disponibilizadas para multicanalidade e investimento contínuo em logística, pessoal e tecnologia.

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

(a) Produtos e serviços comercializados

A Companhia desenvolve suas atividades e baseia sua tomada de decisão no negócio considerando dois segmentos operacionais (varejo e produtos financeiros).

(b) Receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor

	Exercício social findo em 31 de dezembro de					
	2020		2019		2018	
(em R$ milhares, exceto %)	R$	% do total	R$	% do total	R$	% do total
Varejo[1]	552.007	86,1%	547.893	80,8%	519.892	81,5%
Produtos financeiros	89.321	13,9%	129.964	19,2%	117.870	18,5%
Receita operacional	**641.328**	**100,0%**	**677.857**	**100,0%**	**637.762**	**100,0%**

(1) A receita operacional do segmento varejo está sendo apresentada líquida das Eliminações de receitas entre os segmentos operacionais da Companhia relativas às taxas cobradas pela Club Mais das Lojas Avenida em função do cartão private label. Para um maior detalhamento destes valores, vide nota explicativa de informações por segmento às demonstrações contábeis da Companhia.

(c) Lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor

	Exercício social findo em 31 de dezembro de					
	2020		2019		2018	
(em R$ milhares, exceto %)	R$	% do total	R$	% do total	R$	% do total
Varejo[2]	(34.988)	68,5%	24.619	97,3%	12.953	193,9%
Produtos financeiros	(16.080)	31,5%	671	2,7%	(6.273)	(93,9%)
Lucro líquido	**(51.068)**	**100,0%**	**25.290**	**100,0%**	**6.680**	**100,0%**

(2) O lucro líquido do segmento varejo está sendo apresentada líquido da Holding e das Eliminações de valores entre os segmentos operacionais da Companhia relativos às taxas cobradas pela Club Mais das Lojas Avenida em função do cartão private label. Para um maior detalhamento destes valores, vide nota explicativa de informações por segmento às demonstrações contábeis da Companhia.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

(a) características do processo de produção

Varejo

A Companhia não fabrica os produtos que são comercializados em suas lojas, uma vez que sua estratégia está baseada na compra de fornecedores selecionados conforme a coleção e a capacidade de cada fornecedor, sempre dentro daquilo que a Companhia identifica como itens com alta atratividade de demanda, que envolvem principalmente produtos classificados como *never out-of-stock* (ex. camiseta branca), que representam aproximadamente 90% dos produtos da Companhia e, também, em menor proporção, itens conforme a tendência do momento, que representam aproximadamente 10% dos produtos da Companhia. Dessa forma, a Companhia está dedicada na administração do processo de compra e vendas, incluindo a análise das tendências de mercado, o planejamento financeiro para a aquisição das peças e a escolha dos fornecedores, além do correto posicionamento de preços para garantir o sucesso das vendas ao mesmo tempo em que entrega rentabilidade através de margens adequadas.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía mais de 350 fornecedores, sendo que 92% dos nossos produtos de vestuário e calçados foram recebidos de fornecedores domésticos e 8% foram importados de fornecedores internacionais. Apesar de não fabricarmos nossas peças, no âmbito da produção têxtil, a estrutura da cadeia produtiva se inicia com a matéria-prima, como as fibras têxteis, que é transformada em fios nas fábricas de fiação, de onde seguem para as tecelagens, as quais fabricam os tecidos planos, ou para as malharias, as quais fabricam os tecidos de malha. Na sequência, passam pelo acabamento químico/mecânico (estamparias, tinturarias, lavanderias etc.) para finalmente serem cortados e “montados” nas confecções.

Para se tornar um fornecedor da Companhia é necessário:

- possuir critérios mínimos de controle de qualidade dos produtos;
- não ter como prática nem apoiar qualquer iniciativa de trabalho infantil ou escravo nos termos da legislação brasileira;
- não contratar, formal ou informalmente, trabalhadores de nacionalidades diversas que estejam em situação irregular no Brasil; e
- não contratar empresas integradas por estrangeiros que não estejam legalmente constituídos como pessoas jurídicas no Brasil.

Produtos e Serviços financeiros (operações de cartões de crédito e crédito pessoal)

O Cartão Avenida viabilizou o financiamento de aproximadamente 45% das vendas de mercadorias no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, inclusive pagamentos parcelados, mas, em razão da natureza financeira do produto, não há características do processo de produção a serem descritas.

A Companhia oferece aos seus clientes os cartões de crédito Avenida, em formato *private label*, o qual pode ser utilizado somente nos estabelecimentos da Companhia, na realização de compras financiadas bem como seguros e assistências aos seus consumidores. As opções de financiamento chegam a até 10 vezes (com juros) para compra de aparelhos celulares ou até oito vezes (com juros) para demais mercadorias e o parcelamento sem juros é permitido em ambos os casos em até 5 vezes. No ano de 2020, das vendas realizadas em nossos estabelecimentos, cerca de 45% foram financiadas pelos nossos cartões *private label*.

Os clientes podem solicitar o cartão de crédito Avenida em qualquer loja da nossa rede mediante respectiva aprovação de crédito sujeita a consultas aos órgãos de proteção ao crédito, bem como confirmação de dados cadastrais.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Relacionamento com Clientes

De maneira integrada às nossas lojas físicas, nossa cadeia produtiva busca ser eficiente e responsiva às necessidades de nossos clientes. Visando garantir a qualidade dos nossos produtos, participamos ativamente de todo o processo produtivo através do desenvolvimento das peças, pilotagem, compra de materiais, controle de qualidade, visitas técnicas, dentre outros.

Nosso processo de desenvolvimento de produtos e produção é estruturado para considerar dados relativos a atributos de produtos, tendências de mercado, bases históricas, inputs e pesquisas com consumidores, combinado com o componente criativo e inovador das nossas equipes de estilo e desenvolvimento de produto. Prezamos a qualidade e acessibilidade do nosso produto então fazemos testes de peças antes de serem lançadas.

(b) características do processo de distribuição

O nosso processo de distribuição é realizado por meio de 1 centro de distribuição localizado na cidade de Campo Grande, o qual possui uma área total de 7.000 metros quadrados. Em nosso centro de distribuição, os produtos são etiquetados, alarmados, passados e “encabidados”, o que elimina uma etapa de logística. Ainda, nosso centro de distribuição conta com trilhos suspensos pelos quais os produtos circulam, facilitando o seu deslocamento. Nosso centro de distribuição é de extrema importância, uma vez que a logística de entrega de produtos às nossas lojas físicas é realizo por meio dele, bem como a entrega de produtos comprados pela plataforma e-commerce.

Nosso e-commerce foi desenvolvido para facilitar e ampliar a experiência de consumo de nossos clientes. Estamos trabalhando também em uma melhoria da experiência de consumo começando a implementar em algumas de nossas lojas uma experiência omni-canal, de modo que, nossos clientes possam utilizar nossas lojas físicas como centros de distribuição para compras feitas online, além de permitir que os clientes optem por buscar diretamente na loja os produtos comprados no website.

(c) características dos mercados de atuação

(i) participação em cada um dos mercados e (ii) condições de competição nos mercados
Varejo

De acordo com levantamentos do IBGE, o varejo de vestuário e calçados apresentou um crescimento da ordem de 5,7% entre os anos de 2016 e 2019, ao passo que a variação do PIB ficou próxima a 0%. O setor foi fortemente impactado pela pandemia do Covid-19, que iniciou-se no primeiro trimestre de 2020, a qual diminuiu drasticamente o trânsito de pessoas nas ruas, causou impactos negativos sobre a renda dos brasileiros e por consequência levou a um encolhimento das vendas da ordem de -9,9%, ainda de acordo com levantamentos do IBGE. Para os próximos anos é esperado que o PIB do Brasil apresente crescimento consistente, como pode ser observado no Boletim Focus do Banco Central que em fevereiro de 2021 prevê um crescimento de 3,5% e 2,5% em 2021 e 2022 respectivamente, pavimentando o caminho para uma recuperação do varejo de calçados e vestuário ao longo dos próximos anos.

O Setor de Varejo No Brasil

O crescimento do varejo está relacionado ao desemprego, à renda, à disponibilidade de crédito e às taxas de juros. Na última década, o setor varejista apresentou um perfil de forte crescimento, apoiado pela estabilização da economia brasileira, pela redução dos níveis de desemprego e pelo aumento real dos salários. No ponto inverso, os anos de 2015 e 2016 foram desafiadores para o setor, que foi afetado por índices mais altos de desemprego, inflação e elevadas taxas de juros.

Medidas implementadas pelo Governo Federal a partir de 2017 contribuíram para a recuperação gradual da economia e do setor varejista. A liberação dos recursos do fundo de garantia por tempo de serviço (FGTS), a estabilização fiscal, o controle da inflação, a redução das taxas de juros e do desemprego geraram incentivos de consumo, abrindo espaço para o consumo impulsionado pelo crédito, o qual pode ser percebido nos anos de 2018 e 2019.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Abaixo são apresentados os índices de variação no volume de vendas no varejo restrito e no PIB apurados pelo IBGE de 2010 a 2019.

Fonte: SBVC, O Papel do Varejo na Economia Brasileira, 2020.

A Pesquisa Mensal de Comércio (PMC) de setembro de 2020 do IBGE aponta que o isolamento social em virtude da COVID-19 causou impacto direto nas vendas do comércio varejista ao longo do primeiro semestre de 2020. Contudo, desde o mês de maio a atividade de comércio apresenta uma tendência de retomada. O patamar de vendas observado em agosto de 2020 já atingiu um nível superior ao apresentado nos meses anteriores à pandemia conforme pode ser observado no gráfico abaixo retirado da mesma pesquisa do IBGE já mencionada.

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Indústria

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Cenário Competitivo

Cumpre ressaltar que de acordo com o IBGE, o Brasil registrava 1,5 milhões de empresas varejistas em 2017, evidenciando a fragmentação do varejo de vestuário devido às poucas barreiras impostas para a entrada de novos concorrentes. Assim, as principais diferenças que marcam a concorrência no mercado varejista referem-se à qualidade e à diversidade dos produtos oferecidos, ao atendimento, aos preços praticados, ao layout das lojas, às marcas oferecidas, à capacidade de concessão de crédito aos clientes e à quantidade de serviços acessórios oferecidos. Dessa forma, as grandes redes de varejo de vestuário nacionais, tais como Lojas Pernambucanas e Lojas Renner, bem como os pequenos varejistas locais e mesmo hipermercados que comercializam vestuário são considerados nossos concorrentes, principalmente por oferecer grande variedade de mercadorias, preços atrativos ou ter disponibilidade de diferentes formas de financiamento no caso dos grandes *players*.

Impacto do Preço No Comportamento Dos Consumidores

Produtos de boa qualidade aliados ao preço certo são um grande fator para o sucesso no mercado de varejo de vestuário. A precificação é um componente muito importante de nossa estratégia, sendo que quanto menor a renda de um consumidor, maior a probabilidade que ele seja atraído por preços ou promoções.

Outra avaliação importante por parte das empresas de varejo é o NPS (*Net Promoter Score*), uma famosa metodologia de pesquisa usada para captar a satisfação geral dos consumidores através de perguntas como "quanto você recomendaria esta empresa aos seus amigos?". No exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 o score da Companhia alcançou 72,2%. A indústria considera que as altas pontuações NPS[1] estão relacionadas a uma alta taxa de retorno dos clientes e indicações positivas.

Outro indicador vem das informações disponíveis no site Reclame Aqui, onde o Grupo Avenida possui uma das melhores notas da indústria de varejo de vestuário do Brasil, com 7,6 de nota, que é comparável com a média de 7,0 para alguns competidores selecionados (Riachuello, Marisa, C&A, Renner e Pernambucanas).

Lojas Físicas

A Companhia contava ao final do exercício social de 2020 com 130 lojas, das quais aproximadamente 70% localizadas em regiões comerciais (formato de lojas de rua) e 30% dentro de centros de compras populares (shopping centers e galerias), distribuídas em 76 municípios em 11 estados da federação, com maior concentração das regiões Centro-Oeste e Norte. Somadas, nossas lojas representam uma área de vendas que totaliza aproximadamente 97.000m².

Para nosso principal público-alvo, e por onde estamos localizados, concorremos com lojas de rua de pequeno, médio e grande porte, lojas de departamento, supermercados, hipermercados, lojas de desconto e lojas especializadas.

Existem lojas de pequeno porte que atuam informalmente, que, como consequência, conseguem oferecer produtos a preços mais baixos, e assim podem também ser consideradas concorrentes da Companhia. Em menores proporções, também competimos com as lojas de desconto, que geralmente oferecem produtos de baixa qualidade a preços mais baixos.

E-commerce

De acordo com a pesquisa realizada pela CETIC.BR, o percentual da população brasileira usuária de internet saltou de 34%, em 2008, para 74%, em 2019, abrangendo aproximadamente 133,8 milhões de pessoas. A ampliação do acesso à internet para a população vem contribuindo para uma mudança no comportamento do consumidor e na forma de consumo.

[1] Os clientes dão notas de 0 a 10. De 0 a 6 são refratores, 7 e 8 são neutros e 9 a 10 são promotores. As pontuações são contabilizadas pelo seguinte cálculo: Promotores – refratores/base total.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Em 2019, o mercado de e-commerce no Brasil ultrapassou a cifra de R$60 bilhões, alcançando um crescimento de 400% (CAGR de 18%) desde 2011. O crescimento do faturamento é sustentado pelo aumento de consumidores deste mercado que quase dobrou de 2013 a 2019.

Fonte: Relatório Webshoppers – 41ª edição, 2020.

Fonte: Relatório Webshoppers – 41ª edição, 2020.

A 41ª edição do Relatório Webshoppers aponta que o crescimento de, aproximadamente, 16% do faturamento do e-commerce, em 2019, frente a 2018, é explicado por um aumento de 20,1% no número de pedidos, compensado por uma redução na ordem de 4,7% no ticket médio das compras realizadas.

Em 11 março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou a pandemia da COVID-19, doença causada pelo novo Coronavírus (Sars-Cov-2). Com a declaração, medidas de isolamento social foram tomadas por vários países do mundo, as quais, aos poucos, têm sido flexibilizadas. Passados aproximadamente doze meses do anúncio da OMS, os impactos causados pela pandemia ainda são sentidos e refletem no comportamento do consumidor.

MUDANÇAS NOS HÁBITOS DOS CONSUMIDORES					
Cresce o interesse por produtos para a manutenção geral da saúde e bem-estar	Dar prioridade aos produtos essenciais para a contenção do vírus, saúde e segurança pública	Armazenamento de alimentos e uma vasta gama de produtos de saúde	Aumento das compras online e diminuição das visitas às lojas	Viagens de compras restritas, preocupações com o aumento do preço	Pessoas retornam às rotinas diárias, mas operam com cautela renovada sobre a saúde

Fonte: Relatório Webshoppers – 41ª edição, 2020.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Com as medidas de distanciamento social ainda mantidas pelo governo brasileiro, o mercado de e-commerce tem sido a alternativa mais viável às lojas físicas. Os números apresentados mostram um forte crescimento no faturamento durante o período de isolamento.

Fonte: Relatório Webshoppers – 41ª edição, 2020.

Visão Geral Do Mercado Para Produtos Eletrônicos e Informática

Este ramo oferece *smartphones, smartwatches, notebooks, tablets, e-readers* e acessórios eletrônicos no geral, como fones de ouvido, carregadores e outros. Nossas parcerias permitem oferecer produtos a preços competitivos. Nossos produtos de eletrônicos e de informática atualmente são responsáveis por cerca de 5% de nossas vendas.

Acreditamos que este segmento é extremamente relevante no Brasil, pois o número de *smartphones* está em ascensão acelerada. Atualmente existem mais de 230 milhões de *smartphones* no Brasil, o equivalente a mais de um dispositivo por pessoa. Ao considerar o número de *notebooks*, computadores e *tablets* no Brasil, essa quantidade chega a 420 milhões de dispositivos ativos, equivalente a mais de 2 dispositivos por pessoa de acordo com a FGV. Mesmo se a dimensão do mercado não aumentar mais devido à saturação, a vida útil relativamente baixa desses dispositivos significa que são trocados em até 3 anos, dependendo de sua qualidade. De acordo com o Google, mais de 60% da população brasileira já tem acesso a smartphones, um aumento significativo dos 14% registrados em 2012. A mesma pesquisa aponta que 59% dos brasileiros usam um smartphone como principal meio de acesso à Internet, e mais de 64% usam seus *smartphones* diariamente.

Produtos e Serviços financeiros

Após uma recessão intensa resultante de um declínio dos preços dos bens e uma limitação ao implementar reformas fiscais em todos os níveis de governo, o Brasil está passando por uma retomada de atividade econômica lenta. No entanto, a recente queda da taxa SELIC representa a emergência do país da recessão, passando de taxas de juros de 14,15% em meados de 2016 para uma taxa mínima histórica de 2,00% em outubro de 2020, dando mais confiança aos brasileiros para obter acesso ao crédito e, consequentemente, impactando positivamente a confiança dos consumidores de um modo geral.

Por meio dos produtos e serviços financeiros, a Companhia busca aumentar a fidelidade de seus clientes oferecendo cartões de crédito, através do Cartão Avenida *private label*. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, a participação dos cartões *private label* na receita operacional foi de aproximadamente 18%. Além disso, a Companhia finalizou o ano de 2020 com 2,9 milhões de CPFs registrados no Cartão Avenida *private label*.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, o NPL (indicador de inadimplência) estava controlado, alcançando 2,7% das vendas financiadas pelo Cartão.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Outros fatores que influenciam o comportamento dos mercados de atuação da Companhia

Benefícios fiscais ou Subsídios

A subsidiária Lojas Avenida S.A. goza de benefício sobre incentivo de crédito outorgado do ICMS correspondente a 3% do valor das operações de saídas interestaduais e, durante a utilização do benefício (vigente a partir de 23 de setembro de 2018 até 31 de dezembro de 2022), está obrigada a constituir reserva pelo montante equivalente ao imposto não recolhido. Esses incentivos vêm sendo contabilizados em conta redutora da conta de despesas de ICMS que, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, foi de R$5.073 mil (R$7.096 mil em 31 de dezembro de 2018).

Além disso, o grupo da Companhia precisa atender às seguintes exigências legais de forma a ser elegível para o referido incentivo:

- Ampliar e manter em pleno funcionamento o centro de distribuição de mercadorias no Município de Campo Grande, MS, passando a atender às unidades localizadas em outros estados do Brasil; e

- Manter faturamento mínimo anual no estado do Mato Grosso do Sul de R$24 milhões. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o grupo da Companhia atendeu às exigências listadas acima, junto ao Estado do Mato Grosso do Sul.

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de reserva de incentivo fiscal destacado no patrimônio líquido da controlada Lojas Avenida S.A. é de R$52.049 mil (R$46.976 mil em 31 de dezembro de 2018).

Situações de monopólio ou oligopólio

O mercado de atuação da Companhia não é caracterizado pela presença de monopólio ou oligopólio.

Utilização de concessões e franquias

A Companhia não utiliza concessões e franquias.

(d) eventual sazonalidade

Varejo

A Companhia acredita que o mercado de varejo de vestuário e calçados possui sazonalidade, de modo que os seus resultados trimestrais não costumam ser constantes. Tipicamente, as vendas da Companhia são maiores nos meses de maio, junho, novembro e dezembro, impactados pelo Dia das Mães, Dia dos Namorados, Black Friday e Natal, respectivamente. Além disso, no primeiro trimestre de cada ano, as vendas costumam ser reduzidas devido ao endividamento dos consumidores ocorrido em dezembro em função das festas de final de ano.

Produtos e Serviços financeiros (operações de cartões de crédito e crédito pessoal)

Em relação ao mercado de produtos e serviços financeiros, composto pelas operações de cartões de *private label*, a Companhia possui pouca sazonalidade, mas com um leve aumento usual no primeiro trimestre em decorrência do pagamento das faturas de cartões de crédito das compras realizadas no final do ano, notadamente Natal e Black Friday.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

(e) principais insumos e matérias primas

(i) Descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

A Companhia não possui nenhum insumo ou matéria prima, pois não fabrica suas mercadorias e sim adquire mercadorias prontas de seus fornecedores. Atualmente trabalhamos com diversos fornecedores ativos de mercadorias, entre Brasil e exterior. Ainda, as atividades da Companhia não estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental.

(ii) Eventual dependência de poucos fornecedores

Não temos contrato de exclusividade com nenhum de nossos fornecedores, bem como não apresentamos dependência de nenhum fornecedor.

(iii) Eventual volatilidade em seus preços

Os preços dos produtos vendidos pela Companhia podem sofrer ajustes em decorrência do seu preço de aquisição dos fornecedores, bem como em decorrência da oferta e demanda.

7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total

(a) Montante total de receitas provenientes do cliente

Nenhum cliente foi responsável por mais de 10% da receita líquida total da Companhia no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

(b) Segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Nenhum cliente foi responsável por mais de 10% da receita líquida total da Companhia no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

(a) necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

Regulamentação Imobiliária

A operação normal dos nossos estabelecimentos está sujeita, entre outros fatores, ao cumprimento das regras de zoneamento aplicáveis em cada município e região, bem como à obtenção de alvará de licença de uso e funcionamento, emitido pela municipalidade competente, e licença do corpo de bombeiros competente, autorizando a operação regular do estabelecimento em questão, licenças essas que possuem prazo de validade e devem ser renovados de tempos em tempos, com ou sem o pagamento de taxas de renovação. Em determinados municípios, a comprovação da regularidade da edificação do ponto de vista urbanístico e construtivo também é exigida, de modo que deve existir um habite-se válido para a edificação.

Em relação a todos os locais que ocupamos para o exercício de nossas atividades, devemos obter e renovar periodicamente as respectivas licenças e autorizações. Estabelecimentos que violem esses regulamentos, que não obtenham ou renovem suas licenças, inclusive em decorrência dos impactos da pandemia da COVID-19, ou que não cumpram com suas respectivas condições, podem estar sujeitos a sanções administrativas ou judiciais, tais como a imposição de autos de infração, multas pelas autoridades competentes (cujo valor somente é determinado no caso específico), cancelamento de licenças, suspensão de atividades, interdição do respectivo estabelecimento (hipótese em que a Companhia ficará impedida de operar no respectivo imóvel até a devida regularização, podendo, inclusive, culminar no fechamento administrativo do imóvel), não pagamento do prêmio do seguro em eventual sinistro no imóvel e proibição de contratar com entidades governamentais, entre outras sanções, além da responsabilidade de reparar quaisquer danos causados.

Proteção de Dados

As normas sobre privacidade e proteção de dados no mundo têm evoluído nos últimos anos, de modo a estabelecer regras mais objetivas sobre como os dados pessoais (toda e qualquer informação passível de identificar uma pessoa natural) podem ser utilizados pelas organizações.

No Brasil, até agosto de 2018, o tema era tratado pelo judiciário de forma casuística e pontual, por meio da interpretação de uma série de dispositivos legais e regulamentares, quais sejam:

- a Constituição Federal Brasileira, que estabeleceu como direitos constitucionais o direito à intimidade, à vida privada e à imagem;
- o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), que estabeleceu critérios para a abertura de banco de dados de consumidores e cadastro de maus pagadores, prevendo, inclusive, que o consumidor deve ter acesso aos dados pessoais que constam em tais banco de dados sobre ele, bem como sobre as suas respectivas fontes;
- a Lei do Cadastro Positivo (Lei nº 12.414/11), alterada em abril de 2019, que estabeleceu regras específicas para a criação de bancos de dados de bons pagadores, determinando que é direito do cadastrado, dentre outros, ser informado, previamente, sobre a identidade do gestor e sobre o armazenamento e o objetivo do tratamento dos seus dados pessoais e, ter os seus dados pessoais utilizados somente de acordo com a finalidade para a qual eles foram coletados;
- o Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014), que tratou em diversos artigos sobre a proteção da privacidade e dos dados pessoais das pessoas no ambiente online, mas, não definiu o conceito de dados pessoais; e

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

- o Decreto regulamentador do Marco Civil da Internet (Decreto nº 8.771/16), que, dentre outras providências, definiu dados pessoais como aqueles relacionados à pessoa natural identificada ou identificável, tais como números identificadores, dados locacionais ou identificadores eletrônicos, quando estes estiverem relacionados a uma pessoa e estabeleceu critérios mínimos de segurança da informação.

No entanto, a partir de agosto de 2018, com a promulgação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/18, a "LGPD"), as práticas relacionadas ao tratamento de dados pessoais no Brasil, passaram a ser reguladas de forma geral, por meio de um conjunto de regras que impacta todos os setores da economia.

Em linhas gerais, a LGPD tem por objetivo proteger os direitos fundamentais de liberdade, privacidade e livre desenvolvimento da personalidade de pessoas naturais, criando um ambiente de maior controle e acesso dos indivíduos sobre os seus dados e de maiores responsabilidades para as organizações que os tratam, trazendo novas obrigações e limitações a serem observadas. A LGPD, por exemplo, estabelece uma série de princípios que devem ser observados no tratamento de dados pessoais, quais sejam, finalidade, adequação, necessidade, livre acesso, qualidade dos dados, transparência, segurança, prevenção, não discriminação, responsabilização e prestação de contas.

O âmbito de aplicação da LGPD abrange todas as atividades de tratamento de dados pessoais, inclusive em ambiente online, e se estende a pessoas físicas e entidades públicas e privadas, independentemente do país onde estão sediadas ou onde os dados são hospedados, desde que (i) o tratamento de dados ocorra no Brasil; (ii) a atividade de tratamento de dados pessoais destine-se a oferecer ou fornecer bens ou serviços a ou processar dados de indivíduos localizados no Brasil; ou (iii) os titulares dos dados estejam localizados no Brasil no momento em que seus dados pessoais são coletados.

Além disso, a LGPD estabelece diversas hipóteses autorizadoras do tratamento de dados pessoais (bases legais); dispõe sobre uma gama de direitos dos titulares de dados pessoais; e prevê as seguintes sanções administrativas para o descumprimento de suas disposições: (a) advertência, com indicação de prazo para adoção de medidas corretivas; (b) publicitação da infração após devidamente apurada e confirmada a sua ocorrência; obrigação de divulgação de incidente; (c) bloqueio dos dados pessoais correspondentes à infração até a sua regularização; (d) eliminação de dados pessoais correspondentes à infração; (e) multa de até 2% (dois por cento) do faturamento da empresa, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, limitada, no total, R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) por infração; (f) suspensão parcial do funcionamento do banco de dados a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período, até a regularização da atividade de tratamento pelo controlador, em caso de reincidência; (g) suspensão do exercício da atividade de tratamento dos dados pessoais a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período, em caso de reincidência; (h) proibição parcial ou total do exercício de atividades relacionadas a tratamento de dados.

Relevante destacar que, após a publicação da LGPD, esta foi alterada por meio da Lei 13.853/2019 que, dentre outras providências, criou a Autoridade Nacional de Proteção de Dados ("ANPD"), autoridade responsável pela observância das normas sobre proteção de dados no Brasil, que terá poderes e responsabilidades análogas às autoridades europeias de proteção de dados, exercendo um triplo papel de (i) investigação, compreendendo o poder de solicitar informações de controladores e operadores de dados pessoais; (ii) execução, nos casos de descumprimento da lei, por meio de processos administrativos; e (iii) educação, com a responsabilidade de fomentar o conhecimento sobre proteção de dados e medidas de segurança da informação no país.

Além da ANPD, alguns órgãos de defesa do consumidor, como a Secretaria Nacional do Consumidor (SENACON) e o Ministério Público de alguns estados já têm atuado, antes mesmo da vigência da LGPD, especialmente em casos de incidentes de segurança que resultem em acessos indevidos a dados pessoais, exercendo funções de fiscalização da LGPD, aplicando penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor e Marco Civil da Internet.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Importante ressaltar que a LGPD entrou em vigor em 18 de setembro de 2020, com exceção das suas sanções administrativas que somente poderão ser aplicáveis a partir de 1º de agosto de 2021, nos termos da Lei nº 14.010/2020. Todavia, neste cenário, o descumprimento de quaisquer disposições previstas na LGPD, mesmo antes de agosto de 2021, tem como riscos: (i) a propositura de ações judiciais, individuais ou coletivas pleiteando reparações de danos decorrentes de violações de privacidade e proteção de dados, baseadas não somente na LGPD, mas, na legislação esparsa e setorial sobre proteção de dados ainda vigente; e (ii) a aplicação das penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor e Marco Civil da Internet por alguns órgãos de defesa do consumidor.

Logo, a Companhia deve observar os requisitos de segurança previstos na legislação vigente e aplicável quanto à proteção de dados, de modo a garantir conformidade com os requisitos legais e minimizar situações de risco, como indisponibilidade do serviço ou acesso ou uso não autorizado de dados pessoais, posto que eventual não conformidade com a legislação aplicável à proteção de dados pessoais, segurança da informação e outras regulamentações governamentais no setor de tecnologia da informação, atualmente, podem resultar, também, em indenizações e na perda da confiança de clientes na segurança dos serviços, afetando adversamente a Companhia.

Regulamentação Ambiental

Esferas de Responsabilidade Ambiental

No Direito brasileiro, a responsabilidade ambiental pode ocorrer em três esferas: (i) civil; (ii) administrativa; e (iii) criminal.

Na esfera civil, aquele que causar dano ao meio ambiente é responsável por reparar ou indenizar o dano causado, independentemente de culpa. Aplica-se a responsabilidade de forma objetiva e solidária em relação a todas as partes, direta ou indiretamente, envolvidas na geração do dano. Não existe na legislação pátria qualquer previsão de teto ou limitação no valor a ser fixado a título de remediação ou indenização pelo dano ambiental na esfera cível. Tal valor será fixado proporcionalmente ao dano causado.

Como consequência, a Companhia não está eximida da responsabilidade pelos danos ambientais causados por terceiros contratados para realizar parte de suas operações, como o tratamento dos efluentes líquidos e resíduos sólidos. De acordo com a teoria da responsabilidade solidária, um dos agentes poderá responder pelo dano ambiental de forma integral, cabendo-lhe ação de regresso contra os demais. A pretensão reparatória do dano ambiental na esfera civil é imprescritível, não se extinguindo por decurso de prazo. Para mais, a Lei Federal nº 9.605/98 ("Lei de Crimes Ambientais") permite a desconsideração da personalidade jurídica quando essa for compreendida como um obstáculo ao ressarcimento dos danos ambientais.

Na esfera administrativa, os órgãos ambientais têm a função de autorizar e fiscalizar as atividades potencialmente causadoras de danos ao meio ambiente, podendo impor multas e outras penalidades administrativas sempre que houver violação das regras de uso, proteção e reparação do meio ambiente.

O Decreto Federal nº 6.514/2008 dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelecendo o processo administrativo federal para apuração destas infrações. As infrações administrativas são punidas com as seguintes sanções: I - advertência; II - multa simples; III - multa diária; IV - apreensão dos animais, produtos e subprodutos da biodiversidade; V - apreensão dos animais, produtos e subprodutos da fauna e flora; VI - destruição ou inutilização do produto; VII - suspensão de venda e fabricação do produto; VIII - embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas; IX - demolição de obra; X - suspensão parcial ou total das atividades; e XI - restritiva de direitos. Além disso, o valor da multa administrativa pode variar entre o mínimo de R$ 50,00 (cinquenta reais) e o máximo de R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais). Ressalte-se que tais sanções serão aplicadas independentemente da obrigação de reparar a degradação causada ao meio ambiente e a terceiros afetados.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Na esfera criminal, a responsabilidade por danos causados ao meio ambiente no Brasil tem como preceito fundamental a Lei de Crimes Ambientais. Referida Lei, além das condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e as respectivas sanções, prevê regras e circunstâncias específicas de aplicação das penas por danos ambientais, adaptando as regras de direito penal às exigências que a proteção ao meio ambiente exige.

A violação à Lei de Crimes Ambientais pode caracterizar crime, atingindo as pessoas físicas na figura dos administradores, diretores, membros do conselho de administração e de órgãos técnicos, auditores, gerentes, prepostos ou mandatários e a própria pessoa jurídica.

A Lei de Crimes Ambientais elege como responsáveis pelas condutas caracterizadas como criminosas todos aqueles que, de qualquer forma, concorrem para sua prática, sendo cada qual penalizado na medida de sua culpabilidade. Prevê, ainda, a responsabilidade da pessoa jurídica, a qual resta caracterizada se a infração for cometida (i) por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado, (ii) no interesse ou benefício da pessoa jurídica que representa. Vale ressaltar que a responsabilidade da pessoa jurídica não exclui a das pessoas físicas, autoras, coautoras ou partícipes, o que acaba muitas vezes por estender a responsabilidade de tais atos aos membros das pessoas jurídicas que tenham participado de tais decisões ou tenham se omitido, quando poderiam evitar os prejuízos delas advindos. Dessa forma, verifica-se ser abrangente a responsabilização criminal por danos ambientais, havendo a possibilidade de, pela prática de uma única conduta prevista como criminosa, serem responsabilizados diversos sujeitos, inclusive os administradores.

Ressalte-se, por fim, que a responsabilidade penal por crimes ambientais é subjetiva, o que significa que a imputação de penalidades criminais estará condicionada à caracterização de culpa, a partir da comprovação de autoria e materialidade do crime ambiental. Sob este prisma, as pessoas físicas estarão sujeitas a penas restritivas de direito e/ou privativas de liberdade na medida da sua contribuição ou omissão para ocorrência do crime. Por sua vez, a pessoa jurídica estará sujeita, alternativa, subsidiária ou isoladamente, às penalidades de multa, prestação de serviços à comunidade, suspensão parcial ou total de atividades, interdição temporária de estabelecimento, proibição de contratar com poder público.

Licenciamento Ambiental

A Política Nacional de Meio Ambiente – “PNMA” (Lei Federal nº 6938/81) prevê, como um de seus instrumentos, o licenciamento ambiental, de modo que a concepção, construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadores de recursos naturais e/ou considerados efetiva ou potencialmente poluidores, bem como os capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependem de prévio licenciamento do órgão ambiental competente, sem prejuízo de outras licenças, autorizações e registros legalmente exigíveis, o qual estabelecerá as condições, restrições e medidas de fiscalização do empreendimento. Tais atividades foram previamente estabelecidas pela Resolução CONAMA 237/1997.

O processo de licenciamento ambiental compreende um sistema trifásico, no qual cada licença é emitida por um determinado período de validade e sua renovação ou emissão da licença precedente restam condicionadas ao efetivo cumprimento das respectivas exigências técnicas estabelecidas pelo órgão ambiental licenciador – Licença Prévia (“LP”), Licença de Instalação (“LI”) e Licença de Operação (“LO”).

As licenças ambientais são válidas por um determinado período e, conforme disposição legal, a renovação deve ser requerida com até 120 dias antes de seu vencimento, para que ocorra a extensão automática de sua validade até manifestação do órgão licenciador.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

A competência para o licenciamento ambiental é concorrente entre União, Estados e Distrito Federal e Municípios, nos termos da Lei Complementar n.º 140/2011, de modo que as atividades previstas na Resolução CONAMA 237/1997 foram ampliadas. Compete ao órgão ambiental estadual o licenciamento ambiental de empreendimentos cujos impactos ficam restritos a seu território, bem como a imposição de condições, restrições e medidas de controle pertinentes. Resta ao IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis a competência para proceder ao licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades com significativo impacto ambiental em âmbito regional ou internacional. Por fim, compete aos órgãos ambientais municipais o licenciamento de empreendimentos com impacto local e que possuam convênio firmado com o Estado para o exercer o licenciamento.

A ausência de licenças ou autorizações dos órgãos ambientais competentes ou a operação em desacordo com suas condicionantes sujeitam o infrator a sanções criminais e administrativas, além da obrigação de recuperar eventuais danos causados ao meio ambiente. No âmbito administrativo, as multas variam entre R$ 500,00 a R$ 10.000.000,00 (em âmbito federal e pior cenário, podendo variar conforme estados e municípios), além de outras penalidades como advertência, embargos ou suspensão das atividades, conforme estabelecido no Decreto Federal n.º 6.514/2008.

Vale dizer que a alteração das legislações podem incluir ou excluir determinadas categorias de atividades da necessidade de obtenção de licenças ambientais para o exercício de suas atividades. Diante disso, muitas vezes a consulta ao órgão competente é necessária para validação do enquadramento e necessidade de obtenção de licença ambiental para o regular funcionamento de determinados estabelecimentos.

Nesse sentido, a Companhia possui um centro de distribuição localizado no Município de Campo Grande/MS o qual, inicialmente, não estava abarcado pela legislação até então em vigor (Lei Municipal 3.612/1999). Em consulta ao órgão, a Companhia confirmou que em razão do novo Decreto nº 14.114/2020, o órgão ambiental competente (Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Gestão Urbana – SEMADUR) confirmou a necessidade de requerimento de licença às instalações do centro de distribuição por enquadramento na categoria “depósito em geral/ comércio atacadista em geral” com área útil acima de 10.000m². Diante disso, a Companhia está seguindo com as providência para obtenção da referida licença junto à SEMADUR e regularização do licenciamento ambiental do centro de distribuição.

Gerenciamento de Resíduos

Nos termos da Política Nacional de Resíduos Sólidos – “PNRS” (Lei Federal nº 12.305/2010), os geradores de resíduos sólidos que, mesmo caracterizados como não perigosos, por sua natureza, composição ou volume, não sejam equiparados aos resíduos domiciliares pelo poder público municipal; são responsáveis pela destinação final ambientalmente adequada dos resíduos gerados por suas atividades, e devem possuir Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (“PGRS”).

O PGRS deverá ser apresentado ao órgão ambiental licenciador das atividades da Companhia, devendo abarcar a descrição dos resíduos gerados e informações sobre cada etapa do processo de destinação final dos resíduos (armazenamento, coleta, transporte, tratamento e disposição), entre outros dados tidos como conteúdo mínimo na legislação aplicável.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Ainda, nos termos da PNRS, com o estabelecimento da responsabilidade compartilhada, dispõe que são obrigados a estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de determinados produtos (tais como agrotóxicos; pilhas e baterias; pneus; óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens; lâmpadas fluorescentes; de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista e produtos eletroeletrônicos e seus componentes) mantendo atualizadas e disponíveis ao órgão municipal competente e a outras autoridades informações completas sobre a realização das ações sob sua responsabilidade em conformidade com as disposições específicas do sistema instituído, seja por Acordos Setoriais (a exemplo do Acordo Setorial para Implantação do Sistema de Logística Reversa de Embalagens em Geral), Termos de Compromisso ou via decreto (tal como o Decreto nº 10.240/2020 que regulamenta o sistema de logística reversa de eletroeletrônicos) .O descumprimento de quaisquer obrigações relacionadas ao gerenciamento dos resíduos sólidos, à implementação de logística reversa e/ou causar poluição de qualquer natureza, poderá ensejar a aplicação de penalidade de multa, a qual pode variar entre R$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), conforme estabelecido no Decreto Federal nº 6.514/2008, sem prejuízo de eventuais obrigações e penalidades estabelecidas em nível estadual ou municipal.

Cumpre ressaltar que a contratação de serviços de coleta, armazenamento, transporte, tratamento ou destinação final de resíduos sólidos, ou de disposição final de rejeitos, não isenta seus geradores da responsabilidade por eventuais danos ambientais que vierem a ser provocados pelo gerenciamento inadequado de seus resíduos ou rejeitos, além de possíveis repercussões na esfera criminal, tal como descrito no tópico “Esferas de Responsabilidade Ambiental” acima.

(b) política ambiental da Companhia e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

A Companhia não possui uma política ambiental devidamente implementada. No entanto, busca adotar práticas voltadas à sustentabilidade, tais como logística reversa das embalagens (secundárias) de papelão de todas as lojas para o centro de distribuição em Campo Grande-MS, que promove a destinação para reciclagem responsável.

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não havia aderido a padrões internacionais de proteção ambiental.

(c) dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

Marcas

No Brasil, marcas são sinais distintivos visualmente perceptíveis que identificam e distinguem produtos e/ou serviços, não abarcando, portanto, sinais sonoros, gustativos e/ou olfativos. Em alguns casos, as marcas também possuem a função de certificar a conformidade de produtos e/ou serviços com determinadas normas e/ou especificações técnicas.

A Lei nº 9.279/1996 (“Lei de Propriedade Industrial”) dispõe que a propriedade de uma marca se adquire somente por meio do registro validamente concedido pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (“INPI”), autarquia federal responsável pelo registro de marcas, concessão de patentes e outros direitos de propriedade industrial no Brasil.

Após a aprovação do registro de marca pelo o INPI, o titular da marca passa a deter a propriedade desta em conjunto com o direito de uso exclusivo em todo território nacional, por um período de 10 anos, prorrogável por períodos iguais sucessivos, mediante o pagamento de taxas adicionais ao INPI. Tal requisição precisa ser realizada no último ano de validade do registro, ou nos seis meses subsequentes ao término do período de vigência do registro.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Ainda, cumpre esclarecer que o registro de determinada marca se extingue pela *(i)* expiração do prazo de vigência (quando da não renovação no prazo adequado); ou *(ii)* renúncia (abandono voluntário do titular ou pelo representante legal); ou *(iii)* caducidade (falta de uso da marca); ou *(iv)* inobservância do disposto no artigo 217 da Lei de Propriedade Industrial (necessidade da pessoa domiciliada no exterior manter procurador no Brasil), sendo, portanto, um requisito de manutenção do registro de marca a continuidade de seu uso, nos termos do pedido de registro depositado junto ao INPI.

Relevante mencionar que, durante o processo de registro, o depositante (aquele que requereu o registro de determinada marca) possui apenas uma expectativa de direito de propriedade desta para identificação de seus produtos ou serviços e o direito de zelar pela integridade material e/ou reputação do sinal requerido. Essa expectativa pode vir a não se concretizar em direito nas hipóteses de: (i) falta de pagamento das taxas retribuições cabíveis dentro dos prazos legais; (ii) indeferimento pelo órgão responsável pelo registro; (iii) não contestação ou não cumprimento de exigência formulada pelo órgão responsável pelo registro.

Na data deste Formulário de Referência, somos titulares de 92 registros e pedidos de registros junto ao INPI, em diferentes classes de serviços e produtos relacionados à nossas atividades, nas formas nominativas e mistas, incluindo as marcas “TECELAGEM AVENIDA”, “AV AVENIDA”, “AVENIDA BASIC”, “AVENIDA PREMIUM”, “AVENIDA CLASSIC”, “AVENIDA CASUAL”, “AVENIDA SPORT”, “AVENIDA TEEN”, “AVENIDA KIDS, “AVENIDA BABY”, “BABY AVENIDA”, “AVENIDA SURF”, “AVENIDA URBAN”, “AVENIDA LINGERIE”, “AVENIDA CONCEPT”, “GRUPO AVENIDA” e “AVENIDA PLUS +”.

Nomes de Domínio

Um nome de domínio é uma identificação de autonomia, autoridade ou controle dentro da internet. Os nomes de domínio seguem as regras e procedimentos do *Domain Name System* (“DNS”), de modo que qualquer nome registrado no DNS é um nome de domínio. No Brasil, o responsável pelo registro de nomes de domínio, bem como pela administração e publicação do DNS para o domínio “.br”, a distribuição de endereços de sites e pelos serviços de manutenção é o Registro.br. Na data deste Formulário de Referência, a Companhia possui diversos nomes de domínio associados a suas marcas, dentre eles o site oficial da Companhia: www.avenida.com.br.

Para mais informações sobre os ativos de propriedade intelectual de titularidade da Companhia, vide o item 9.1.b deste Formulário de Referência.

7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

(a) receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede da Companhia e sua participação na receita líquida total da Companhia

Não aplicável, pois a Companhia não auferiu receitas no exterior no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

(b) receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total da Companhia

Não aplicável, pois a Companhia não auferiu receitas no exterior no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

(c) receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total da Companhia

Não aplicável, pois a Companhia não auferiu receitas no exterior no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

A Companhia não está sujeita a nenhuma regulação estrangeira em suas atividades.

7.8 - Políticas Socioambientais

7.8 - Políticas socioambientais

(a) Divulgação de informações socioambientais

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga informações socioambientais.

(b) Metodologia seguida pela Companhia na elaboração das informações socioambientais

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga informações socioambientais.

(c) Indicar se as informações socioambientais são auditadas ou revisadas por entidade independente

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga informações socioambientais.

(d) Indicar a página na rede mundial de computadores onde podem ser encontradas as informações socioambientais

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga informações socioambientais.

(e) Se o relatório leva em conta os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela ONU e quais são os ODS materiais para o negócio da Companhia

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga informações socioambientais.

(f) Se o emissor não divulga relatório anual, de sustentabilidade ou integrado que leve em conta os ODS, explicar o motivo.

A Companhia entende que a legislação ambiental atual não traz essa exigência para suas atividades.

7.9 - Outras Informações Relevantes

7.9 - Outras informações relevantes

Apólices de Seguros

A Companhia possui apólice de seguro de propriedade ("Empresa Corporate"), vigente até 13.03.2021, com limite máximo de garantia de R$ 40.667.263,00 (quarenta milhões, seiscentos e sessenta e sete mil, duzentos e sessenta e três reais) e prêmio no valor de R$ 535.537,62 (quinhentos e trinta e cinco mil, quinhentos e trinta e sete reais e sessenta e dois centavos), que foi pago em quatro parcelas até 15.07.2020). A apólice, contratada com a Allianz Seguros S/A, prevê cobertura para lucros cessantes e danos materiais, decorrentes de incêndios, danos elétricos, eventos da natureza, além de despesas fixas, responsabilidade civil e roubo do conteúdo pertencente aos locais indicados na apólice.

A Companhia também possui apólice de transporte nacional, vigente até 31.07.2021, com limite máximo de garantia de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) e prêmio mínimo no valor de R$ 37.500,00 (trinta e sete mil e quinhentos reais). A apólice, contratada com a Chubb Seguros do Brasil S/A, prevê cobertura para danos materiais causados aos bens e mercadorias do segurado em trânsito (confecções, calçados, acessórios, contêineres, embalagens, aparelhos de telefonia celular, máquinas e equipamentos).

Ações sociais

Em 2020, o grupo doou R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) para a AACD, Associação de Assistência à Criança Deficiente, uma associação sem fins lucrativos brasileira, com sede em São Paulo, que visa tratar, reabilitar e reintegrar à sociedade crianças, adolescentes e adultos portadores de deficiência física.

Adicionalmente, nossas lojas fazem constantes doações de produtos de saldos para instituições locais.

8.1 - Negócios Extraordinários

8.1 - Negócios extraordinários

Não houve aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia e que não tenham sido mencionadas no item 15.7 deste Formulário.

8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor

8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia.

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais

8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Nos últimos três exercícios sociais, não foi celebrado nenhum contrato relevante pela Companhia ou por suas controladas que não fosse diretamente relacionado com suas atividades operacionais.

8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord.

8.4 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes com relação a este item 8.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

Além dos ativos discriminados nos itens a seguir, não existem outros bens do ativo não-circulante que a Companhia julgue relevantes.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros e Instalações	Brasil	MT	Cuiabá	Alugada
Escritório Administrativo Parque da Cidade – São Paulo	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Centro de Distribuição – Campo Grande	Brasil	MS	Campo Grande	Alugada
Lojas – Cuiabá	Brasil	MT	Cuiabá	Alugada
Lojas – Campo Grande	Brasil	MS	Campo Grande	Alugada
Lojas – Goiânia	Brasil	GO	Goiânia	Alugada
Lojas – Belém	Brasil	PA	Belém	Alugada
Lojas – Porto Velho	Brasil	RO	Porto Velho	Alugada
Loja – Cariacica	Brasil	ES	Cariacica	Alugada
Lojas – Corumbá	Brasil	MS	Corumbá	Alugada
Loja – Governador Valadares	Brasil	MG	Governador Valadares	Alugada
Loja – Luís Eduardo Magalhães	Brasil	BA	Luís Eduardo Magalhães	Alugada
Lojas – Araguaina	Brasil	TO	Araguaína	Alugada
Loja – Bacabal	Brasil	MA	Bacabal	Alugada

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Licenças	ERP – Oracle	Ativo	Rescisão Contratual	Perda da licença e do direito de uso, conforme cláusulas dispostas em contrato.
Marcas	Registro nº 824783875, para a marca "TECELAGEM AVENIDA", marca mista, na Classe NCL (8) 35	Até 04/04/2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 901087122, para a marca "AV AVENIDA", marca mista, na Classe NCL NCL(9) 14.	Até 26/10/2030	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 901087181, para a marca “AV AVENIDA”, marca mista, na Classe NCL (9) 24	Até 03/11/2030	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 901087203, para a marca “AV AVENIDA”, marca mista, na Classe NCL (9) 25	Até 03/11/2030	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 901087238, para a marca “AV AVENIDA”, marca mista, na Classe NCL (9) 26.	Até 26/10/2030	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 901087432, para a marca “AV AVENIDA”, marca mista, na Classe NCL (9) 28	Até 09/11/2030	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 901087149, para a marca “AV AVENIDA”, marca mista, na Classe NCL (9) 18.	Até 26/10/2030	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 901087351, para a marca “AV AVENIDA”, marca mista, na Classe NCL (9) 27	Até 09/11/2030	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 901087084, para a marca “AV AVENIDA”, marca mista, na Classe NCL (9) 03.	Até 26/09/2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 901087599, para a marca “AV AVENIDA”, marca mista, na Classe NCL (9) 35.	Até 13/11/2028	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 907569951, para a marca “AVENIDA BASIC”, marca mista, na Classe NCL (8) 41.	Até 04/04/2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 907573622, para a marca "AVENIDA PREMIUM", marca mista, na Classe NCL(10) 24	Até 04/04/2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 907573460, para a marca "AVENIDA CLASSIC", marca mista, na Classe NCL(10) 24	Até 16/04/2029	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 907573223, para a marca "AVENIDA BASIC", marca mista, na Classe NCL(10) 24	Até 16/04/2029	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 907570020, para a marca "AVENIDA SPORT", marca mista, na Classe NCL(10) 25	Até 04/04/2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 907571115, para a marca "AVENIDA TEEN", marca mista, na Classe NCL(10) 25	Até 04/04/2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 907570062, para a marca "AVENIDA SURF", marca mista, na Classe NCL(10) 25.	Até 04/04/2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 907570151, para a marca "AVENIDA KIDS", marca mista, na Classe NCL(10) 25	Até 04/04/2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 907569781, para a marca "AVENIDA URBAN", marca nominativa, na Classe NCL(10) 25	Até 04/04/2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 907570127, para a marca "AVENIDA BABY", marca mista, na Classe NCL(10) 25	Até 04/04/2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 907569820, para a marca "AVENIDA CASUAL", marca mista, na Classe NCL(10) 25	Até 04/04/2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 907569986, para a marca "AVENIDA LINGERIE", marca mista, na Classe NCL(10) 25	Até 04/04/2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 907569900, para a marca "AVENIDA CLASSIC", marca mista, na Classe NCL(10) 25	Até 04/04/2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 907580181, para a marca "AVENIDA CONCEPT", marca mista, na Classe NCL(10) 25	Até 04/04/2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 907990584, para a marca "GRUPO AVENIDA", marca mista, na Classe NCL (10) 35	Até 29/05/2028	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 907990401, para a marca "GRUPO AVENIDA", marca mista, na Classe NCL (10) 25	Até 24/10/2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 909201340, para a marca "AVENIDA PLUS +", marca mista, na Classe NCL(10) 25	Até 26/09/2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 918832748, para a marca "AV AVENIDA", marca mista, na Classe NCL (11) 03	Até 25/08/2030	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 918837006, para a marca "AVENIDA SPORT", marca mista, na Classe NCL(11) 25	Até 25/08/2030	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 918836751, para a marca "AVENIDA CLASSIC", marca mista, na Classe NCL(11) 25	Até 25/08/2030	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 918836808, para a marca "AVENIDA KIDS", marca mista, na Classe NCL(11) 25	Até 25/08/2030	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 918832888, para a marca "AV AVENIDA", marca mista, na Classe NCL (11) 14	Até 25/08/2030	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 918837260, para a marca "AVENIDA URBAN", marca mista, na Classe NCL(11) 25	Até 25/08/2030	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 918837480, para a marca "AVENIDA CASUAL", marca mista, na Classe NCL(11) 25	Até 25/08/2030	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 918836700, para a marca "AVENIDA CLASSIC", marca mista, na Classe NCL(11) 24	Até 25/08/2030	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 918832918, para a marca “AV AVENIDA”, marca mista, na Classe NCL (11) 18	Até 25/08/2030	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 918833027, para a marca “AV AVENIDA”, marca mista, na Classe NCL (11) 21	Até 25/08/2030	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 918832810, para a marca “AV AVENIDA”, marca mista, na Classe NCL (11) 09	Até 25/08/2030	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 918837561, para a marca "AVENIDA TEEN", marca mista, na Classe NCL(11) 25	Até 25/08/2030	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 918834120, para a marca "AV AVENIDA", marca mista, na Classe NCL (11) 24	Até 25/08/2030	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 918834163, para a marca "AV AVENIDA", marca mista, na Classe NCL (11) 25	Até 25/08/2030	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 918834180, para a marca “AV AVENIDA”, marca mista, na Classe NCL (11) 26	Até 25/08/2030	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 918836654, para a marca “AVENIDA BASIC”, marca mista, na Classe NCL(11) 25	Até 25/08/2030	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 918837375, para a marca “BABY AVENIDA”, marca mista, na Classe NCL (11) 25	Até 25/08/2030	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 918834317, para a marca “AV AVENIDA”, marca mista, na Classe NCL (11) 35	Até 25/08/2030	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 918836875, para a marca “AVENIDA LINGERIE”, marca mista, na Classe NCL(11) 25	Até 25/08/2030	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Pedido de registro nº 826954316, para a marca “GC GIOVANNA”, marca mista, na Classe NCL (8) 35	Aguardando análise de recurso	Não aplicável, trata-se de pedido de registro. De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a LPI, a Companhia tem direito de precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI.	Não aplicável, trata-se de pedido de registro, a Companhia tem mera expectativa de direito.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Pedido de registro nº 901082333, para a marca “GIOVANNA”, marca mista, na Classe NCL(9) 35	Aguardando análise de recurso	Não aplicável, trata-se de pedido de registro. De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a LPI, a Companhia tem direito de precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI.	Não aplicável, trata-se de pedido de registro, a Companhia tem mera expectativa de direito.
Marcas	Pedido de registro nº 901082287, para a marca “GIOVANNA CALÇADOS”, marca mista, na Classe NCL (9) 35	Aguardando análise de recurso	Não aplicável, trata-se de pedido de registro. De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a LPI, a Companhia tem direito de precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI.	Não aplicável, trata-se de pedido de registro, a Companhia tem mera expectativa de direito.
Nome de domínio na internet	ailtoncaseli.com.br	Até 24/10/2021	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	avenida.com.br	Até 07/04/2023	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	cartaoclubmais.com.br	Até 12/01/2027	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	caseli.com.br	Até 25/03/2023	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	caselimail.com.br	Até 17/10/2021	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	giovanacalcados.com.br	Até 23/08/2028	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	giovanna.com.br	Até 07/04/2023	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	giovannacalcados.com.br	Até 23/08/2028	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	grupoavenida.com.br	Até 26/06/2024	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	grupocaseli.com.br	Até 28/08/2023	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	lojasavenida.com.br	Até 01/08/2028	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	lotuscuiaba.com.br	Até 19/04/2021	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	maracana.com.br	Até 07/04/2021	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	mktav.com.br	Até 02/04/2025	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	tecelagemavenida.com.br	Até 14/06/2023	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	tudoavcomsuavida.com.br	Até 11/01/2023	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	tudoavercomsuavida.com.br	Até 11/01/2023	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	**Valor contábil - variação %**	**Valor mercado - variação %**	**Montante de dividendos recebidos (Reais)**		**Data**	**Valor (Reais)**		
Club Mais Administradora de Cartões Ltda.	21.600.988/0001-08	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Administração de cartões de crédito.	99,900000
				Valor mercado				
31/12/2020	63,811869	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2020	-41.238.000,00		
31/12/2019	-2,592478	0,000000	0,00					
31/12/2018	32,012055	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Administração de cartões de crédito.								
Lojas Avenida S.A.	00.819.201/0001-15	-	Controlada	Brasil	MT	Cuiabá	Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios.	99,910000
				Valor mercado				
31/12/2020	-25,444640	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2020	96.749.000,00		
31/12/2019	24,500389	0,000000	0,00					
31/12/2018	16,529526	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Comércio Varejista de Confecções e Acessórios.								

9.2 - Outras Informações Relevantes

9.2 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes com relação a este item 9.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

As informações contidas nos itens 10.1 a 10.9 deste Formulário de Referência, exceto quando expressamente indicado, são derivadas das demonstrações contábeis consolidadas da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS emitidas pelo IASB.

Em 1º de janeiro de 2019, entrou em vigor a nova norma que regula o tratamento contábil dos arrendamentos (IFRS 16/CPC 06(R2)) emitida pelo IASB e CPC, respectivamente. Para a implementação de tal norma, a Companhia adotou o método retrospectivo modificado. Consequentemente, as informações financeiras de 31 de dezembro de 2018 não foram ajustadas para refletir a adoção do IFRS 16/CPC 06(R2) e, por isso, algumas informações financeiras não são comparáveis com aquelas de 31 de dezembro de 2020 e 2019, as quais refletem os efeitos da adoção desta norma. Para mais informações, ver seção 10.4 deste Formulário de Referência.

Os termos “AH” e “AV” constantes das colunas de determinadas tabelas abaixo significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens das demonstrações contábeis ao longo de um período. A Análise Vertical representa o percentual de determinado item em relação à receita operacional para os períodos aplicáveis aos resultados das operações, ou em relação ao total do ativo e/ou total do passivo e patrimônio líquido nas datas aplicáveis para o balanço patrimonial.

(a) Condições Financeiras e Patrimoniais Gerais

Entendemos que as condições financeiras e patrimoniais da Companhia são suficientes para implementar o seu plano de negócios e cumprir com suas obrigações de curto e médio prazo. A geração de caixa da Companhia, juntamente com as linhas de crédito disponíveis, é suficiente para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos para execução do seu plano de negócios.

(em R$ milhares)	Em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2018
Empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante)	303.467	275.879	215.512
(-) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas (circulante e não circulante)	(142.788)	(112.020)	(101.469)
Dívida Líquida	**160.679**	**163.859**	**114.043**

Em 31 de dezembro 2020, a dívida líquida da Companhia era de R$ 160,7 milhões. O caixa e equivalentes de caixa e as aplicações financeiras vinculadas (circulante e não circulante) totalizavam R$ 142,8 milhões, aumento de 27,5% em relação aos R$ 112,0 milhões em 31 de dezembro de 2019, em decorrência principalmente da geração de caixa operacional da Companhia no exercício de 2020, que foi conquistada apesar dos desafios trazidos pela pandemia do COVID-19.

Em 31 de dezembro de 2019, a dívida líquida da Companhia era de R$ 163,9 milhões. O caixa e equivalentes de caixa e as aplicações financeiras vinculadas (circulante e não circulante) totalizavam R$112,0 milhões, na mesma data, aumento de 10,4% em relação aos R$ 101,5 milhões em 31 de dezembro de 2018. O aumento da dívida líquida em 31 de dezembro de 2019, quando comparada à 31 de dezembro de 2018, deveu-se principalmente ao aumento de R$ 60,4 milhões ou 28,0% no saldo de empréstimos e financiamentos.

Adicionalmente, demonstramos abaixo alguns índices de liquidez da Companhia:

(em R$ milhares, exceto índice)	Em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2018
Total do ativo circulante	469.757	372.740	328.230
Estoques	74.417	63.824	76.092
Total do passivo circulante	620.484	343.091	289.012
Índice de Liquidez Corrente(1)	**0,76**	**1,09**	**1,14**
Índice de Liquidez Seca(2)	**0,64**	**0,90**	**0,87**

(1) Índice de liquidez corrente é calculado pela divisão do ativo circulante pelo passivo circulante.
(2) Índice de liquidez seca é calculado pela divisão do ativo circulante menos o estoque pelo passivo circulante.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Em 31 de dezembro de 2020, o índice de liquidez corrente, representado pela divisão do ativo circulante pelo passivo circulante, da Companhia era de 0,76x (1,09x em 31 de dezembro de 2019 e 1,14x em 31 de dezembro de 2018). O índice de liquidez seca, representado pela divisão do ativo circulante menos os estoques pelo passivo circulante, era de 0,64x em 31 de dezembro de 2020 (0,90x em 31 de dezembro de 2019 e 0,87x em 31 de dezembro de 2018). A redução observada nos indicadores reflete, principalmente, o maior incremento do passivo circulante no exercício em relação à variação do ativo circulante. Estes deltas alcançaram 80,9% e 34,9% respectivamente nos dois últimos anos, sendo que a variação do passivo circulante, por sua vez, foi principalmente impactada pelo incremento registrado nos saldos de empréstimos e de fornecedores.

Ressalte-se que o capital circulante líquido negativo de R$150,7 milhões em 2020 não reflete a real liquidez da Companhia. Isso pois, sem a reclassificação mencionada nos parágrafos a seguir, o capital circulante líquido consolidado é negativo em R$26,5 milhões.

Com o advento do evento da COVID-19 durante o ano de 2020, que resultou na redução de receita de vendas de mercadorias e receita financeira através do fechamento obrigatório de algumas lojas físicas da Companhia neste período, alguns *covenants* existentes nas captações realizadas com instituições financeiras não foram atendidos. Desse modo, conforme divulgado nas notas explicativas 14 e 31, o Grupo Avenida durante o mês de fevereiro de 2021, obteve a ciência e aprovação formal das instituições financeiras credoras em não vencer antecipadamente os contratos, mediante o excelente histórico adimplente com essas instituições financeiras.

Em atendimento exclusivamente as regras contábeis, CPC 26 e seu correspondente IAS 1 (Apresentação das Demonstrações Contábeis), o Grupo Avenida e sua controlada Lojas Avenida, reclassificaram para o passivo circulante obrigações financeiras cujos vencimentos originais são de longo prazo no valor de R$124.232, líquido das aplicações financeiras vinculadas a tais empréstimos.

Ressalte-se que o Grupo Avenida tem liquidado essas obrigações cumprindo seu vencimento original. De acordo com a obtenção dos *waivers* junto as instituições financeiras, divulgada em evento subsequente na Nota 31, e com o retorno à normalidade das operações de suas lojas físicas nos 11 Estados da Federação, esse capital circulante líquido negativo vai ser normalmente revertido.

(b) Estrutura de Capital

Acreditamos que a Companhia apresenta uma estrutura de capital adequada para suportar seu plano de crescimento, conforme apresentado na tabela abaixo:

(em R$ milhares, exceto %)	Em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2018
Capital de terceiros (passivo circulante + passivo não circulante)	748.319	632.651	468.923
Capital próprio (patrimônio líquido)	53.686	102.964	76.755
Capital total (terceiros + próprio)	**802.005**	**735.615**	**545.678**
Parcela de capital de terceiros	93,3%	86,0%	85,9%
Parcela de capital próprio	6,7%	14,0%	14,1%

Nota-se a partir da tabela que com a adoção do CPC 06-R2/IFRS 16 a partir de 1º de janeiro de 2019, houve um aumento no capital de terceiros (passivo circulante + passivo não circulante) quando comparado à 31 de dezembro de 2018. O passivo de arrendamento totalizou R$119,6 milhões em 31 de dezembro de 2020 e R$ 128,7 milhões em 31 de dezembro de 2019. Adicionalmente, de forma a permitir a expansão e manutenção de sua base de lojas nestes últimos anos, a Companhia contraiu empréstimos bancários que também contribuíram para o aumento do capital de terceiros. Em 31 de dezembro de 2020, o capital de terceiros aumentou R$ 115,7 milhões ou 18,3% em relação à 31 de dezembro de 2019, em função, principalmente, do aumento de R$103,1 milhões ou 76,6% no saldo de fornecedores, que por sua vez refletem as maiores compras realizadas no final do ano pavimentando o caminho para as maiores vendas do 4º trimestre e do início de 2021. Conforme o nosso prazo médio de pagamentos essas compras serão pagas aos fornecedores apenas em 2021.

O patrimônio líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 era respectivamente de R$ 53,7 milhões, R$ 103,0 milhões e R$ 76,8 milhões. Também demonstrava uma trajetória de crescimento constante, interrompida em 2020 principalmente pelo impacto do prejuízo do exercício por conta dos efeitos da pandemia nas operações da Companhia.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

(c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Entendemos que a Companhia apresenta condições financeiras suficientes para cumprir com seus compromissos financeiros assumidos. O relacionamento da Companhia com instituições financeiras permite o acesso a linhas de créditos adicionais, na hipótese de haver necessidade.

O índice de liquidez corrente (ativo circulante dividido pelo passivo circulante) da Companhia em 31 de dezembro de 2020 era de 0,76 (1,09 em 31 de dezembro de 2019 e 1,14 em 31 de dezembro de 2018).

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía R$ 303,5 milhões de empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante) tomados, que, quando descontados o saldo de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas (circulante e não circulante), no montante de R$ 142,8 milhões, resultam em uma dívida líquida de R$ 160,7 milhões. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía R$ 275,9 milhões de empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante) tomados, que, quando descontados o saldo de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas (circulante e não circulante), no montante de R$ 112,0 milhões, resultam em uma dívida líquida de R$ 163,9 milhões. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía R$ 215,5 milhões de empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante) tomados, que, quando descontados o saldo de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas (circulante e não circulante), no montante de R$ 101,5 milhões, resultam em uma dívida líquida de R$ 114,0 milhões.

A posição de caixa, equivalentes e aplicações da Companhia, associada à capacidade de geração de caixa e de acesso a linhas de crédito é compatível com seus investimentos despesas, serviços das dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos. Em 31 de dezembro de 2020, do total de empréstimos e financiamentos, 91,5% está classificado no circulante e 8,5% estão classificados no não-circulante, referente aos vencimentos de prazos superiores a um intervalo de 12 meses.

Monitoramos continuamente as previsões das exigências de liquidez, considerando os planos de financiamento da dívida, para assegurar que haja caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. O saldo da dívida líquida é consequência das decisões de gestão de capital e os resultados dos encargos líquidos destas posições são refletidos no resultado financeiro.

(d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Nos três últimos exercícios sociais, as principais fontes de financiamento da Companhia foram: (i) fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais; e (ii) endividamento bancário de curto e longo prazos. Esses financiamentos são utilizados pela Companhia principalmente para cobrir custos, despesas e investimentos relacionados a: (i) operação de negócios, (ii) desembolso de capital, e (iii) exigências de pagamento de seu endividamento.

Acreditamos que as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia foram adequadas ao seu perfil de endividamento e atenderam as necessidades de capital de giro e investimentos, preservando o perfil majoritariamente de longo prazo da sua dívida financeira e, consequentemente, a capacidade de pagamento da Companhia.

(e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Na data deste Formulário de Referência, os Diretores da Companhia não vislumbram necessidades de recursos que não possam ser suportadas com os recursos atuais ou futuros dos quais a Companhia pode dispor. Caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura de deficiência de liquidez no curto prazo, a Companhia pretende captar recursos junto ao mercado de capitais brasileiro e/ou instituições financeiras.

No item 10.1(f) deste Formulário de Referência estão descritas as principais linhas de financiamentos contraídas pela Companhia e as características de cada uma.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

(f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

(i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

A tabela abaixo apresenta as principais características dos contratos de empréstimo e financiamento relevantes em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018:

					Consolidado		
	Moeda	**Vencimento Final**	**Taxa de juros nominal média a.a. - %**	**Indexador**	**31/12/2020**	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Moeda nacional					(em milhares de R$)		
Capital de giro	BRL	**Ago/2023**	**5,36**	**CDI**	**217.546**	141.938	106.136
Capital de giro	BRL	**Dez/2022**	**3,40**	**IPCA**	**22.712**	-	-
Conta garantida	BRL	**Jan/2022**	**5,29**	**CDI**	**60.353**	60.393	60.528
Mútuos	BRL	**Dez/2023**	**-**	**IGPM**	**2.194**	1.509	-
Mútuos	BRL	**Dez/2023**	**-**	**IPCA**	**813**		
Custo de captação	BRL	**-**	**-**	**-**	**(2.671)**	(3.571)	(3.525)
Outros	BRL	**-**	**18,17**	**-**	**-**	371	754
					300.947	200.640	163.893
Moeda estrangeira							
Capital de giro (i)	USD	**-**	**5,80**	**CDI**	**-**	63.094	41.689
FINIMP (i)	USD	**Fev/2021**	**5,50**	**CDI**	**2.520**	12.145	9.930
					2.520	75.239	51.619
					303.467	275.879	215.512
Circulante					**277.531**	105.218	88.173
Não circulante					**25.936**	170.661	127.339

A seguir apresentamos uma breve descrição das operações relevantes captadas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020:

- Em janeiro e fevereiro de 2020, a controlada Lojas Avenida S.A. celebrou junto aos Bancos Original, China Construction Bank e Banco Fibra contratos de Cédula de Crédito Bancário – CCB, na modalidade de capital de giro nos valores totais de R$30.000.000, com vencimentos finais entre 2021 e 2023. Os contratos possuem garantias relacionadas a avalistas e cessão fiduciária de direitos creditórios decorrente de aplicações financeiras.

- Em 30 de julho de 2020, foi contratado um empréstimo na modalidade CCB junto ao Banco Bradesco, no valor de R$ 15.000.000, com taxa de CDI + 4,90% a.a., cujo vencimento se dará em 31 de julho de 2023, que serão destinados para reforço de capital de giro e manutenção do nível de caixa mínimo estratégico da Companhia.

- Em 02 de outubro de 2020, foi contratado um empréstimo na modalidade CCB junto ao Banco da Amazônia, no valor de R$ 7.700.000, cujo vencimento se dará em 30 de agosto de 2023, que serão destinados para reforço de capital de giro e manutenção do nível de caixa mínimo estratégico da Companhia.

(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia possui relações de longo prazo com diversas instituições financeiras que, ao longo dos últimos anos, viabilizaram o crescimento de suas atividades por meio de empréstimos e financiamentos. Os valores financeiros de longo prazo estão refletidos no item anterior (f. (i)).

(iii) Grau de subordinação entre as dívidas

Nenhuma das dívidas da Companhia existentes em 31 de dezembro de 2020 possuem cláusula específica de subordinação, de forma que não há relação de preferência entre as mesmas. O grau de subordinação entre as dívidas da Companhia é determinado de acordo com as disposições da legislação em vigor.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

(iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e a alienação de controle societário

A Companhia detém empréstimos bancários que apresentam cláusulas restritivas de *covenants* no montante de R$174.664 em 31 de dezembro de 2020 (R$203.198 em 31 de dezembro de 2019 e R$126.090 em 31 de dezembro de 2018). De acordo com os termos do contrato, esses empréstimos serão pagos em parcelas nos próximos três anos. O contrato contém *covenants* que estabelece que ao final de cada exercício social determinados índices precisam ser atingidos, como: (i) Dívida Líquida/EBITDA, (ii) EBITDA/Despesas Financeiras, (iii) Dívida Líquida/(Dívida Líquida + Patrimônio Líquido), (iv) Liquidez Corrente, (v) Razão entre PCLD e contas a receber em atraso e (vi) Liquidez Seca.

Em virtude dos impactos causados pela pandemia do COVID 19, a Companhia renegociou instrumentos de empréstimos e financiamentos que possuíam tais cláusulas restritivas e, com isso, a manutenção destes índices não precisou ser observada em 31 de dezembro de 2020. Esta renegociação referente aos contratos com os Bancos Itaú, Citibank, Brasil, Bradesco, Banco do Brasil e BTG Pactual foram efetuadas durante o mês de fevereiro de 2021 e, portanto, na data base 31 de dezembro de 2020, a Companhia classificou o saldo total a pagar de tais contratos para a rubrica de passivo circulante, conforme determina a NBC TG 26 (R3) / CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, sendo tais saldos reclassificados para as rubricas de passivo não circulante em fevereiro de 2021 após a obtenção dos *waivers* contratuais. De acordo com os contratos financeiros, esta verificação dos *covenants* é realizada em periodicidade anual; a partir de 31 de dezembro de 2021, inclusive, estes índices voltam a ser apurados normalmente.

(g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não dispunha de nenhum contrato de financiamento cujo desembolso não tenha sido realizado integralmente.

(h) Alterações significativas em cada item das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO (em R$ milhares, exceto %)	**2020**	**AV**	**2019**	**AV**	**AH**
Receita operacional	641.328	100,0%	677.857	100,0%	(5,4%)
Custos das mercadorias e serviços vendidos	(304.556)	(47,5%)	(312.330)	(46,1%)	(2,5%)
Lucro bruto	**336.772**	**52,5%**	**365.527**	**53,9%**	**(7,9%)**
Despesas com vendas	(236.993)	(37,0%)	(194.614)	(28,7%)	21,8%
Despesas gerais e administrativas	(92.688)	(14,5%)	(105.077)	(15,5%)	(11,8%)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	(728)	(0,1%)	27.095	4,0%	(102,7%)
Lucro operacional antes do resultado financeiro, líquido	**6.363**	**1,0%**	**92.931**	**13,7%**	**(93,2%)**
Resultado financeiro, líquido	(88.310)	(13,8%)	(52.598)	(7,8%)	67,9%
(Prejuízo) lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**(81.947)**	**(12,8%)**	**40.333**	**6,0%**	**(303,2%)**
Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)	30.879	4,8%	(15.043)	(2,2%)	(305,3%)
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	**(51.068)**	**(8,0%)**	**25.290**	**3,7%**	**(301,9%)**

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Receita operacional

A receita operacional no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R$ 641,3 milhões comparativamente a R$ 677,9 milhões no exercício de 2019, representando assim uma redução de R$ 36,5 milhões ou 5,4% em relação ao exercício de 2019, em decorrência, principalmente, dos impactos da pandemia do COVID-19 e do término de um benefício fiscal oriundo do estado do Mato Grosso. A tabela abaixo demonstra a receita operacional por segmento.

Informações por segmento (em milhares de R$, exceto %)	**Exercício social findo em 31 de dezembro de**		**AH**
	2020	**2019**	
Varejo (1)	552.007	547.893	0,8%
Produtos financeiros	89.321	129.964	(31,3%)
Receita operacional	**641.328**	**677.857**	**(5,4%)**

(1) A receita operacional do segmento varejo está sendo apresentada líquida das Eliminações de receitas entre os segmentos operacionais da Companhia relativas às taxas cobradas pela Club Mais das Lojas Avenida em função do cartão private label. Para um maior detalhamento destes valores, vide nota explicativa de informações por segmento às demonstrações contábeis da Companhia.

Custos das mercadorias e serviços vendidos

Os custos das mercadorias e serviços vendidos no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R$ 304,6 milhões comparativamente a R$ 312,3 milhões no exercício de 2019, o que representou uma redução de R$ 7,8 milhões ou 2,5%. Esta redução é reflexo principalmente dos esforços de contenção e redução de gastos realizados pela Companhia, dentre os quais destacamos a suspensão provisória de contratos de trabalho dentro do âmbito da MP 936 e a renegociação de aluguéis. A tabela abaixo demonstra os custos dos produtos vendidos e serviços prestados por segmento.

Informações por segmento (em milhares de R$, exceto %)	**Exercício social findo em 31 de dezembro de**		**AH**
	2020	**2019**	
Varejo	(279.936)	(286.193)	-2,2%
Produtos financeiros	(24.620)	(26.137)	-5,8%
Custos dos produtos vendidos e serviços prestados	**(304.556)**	**(312.330)**	**-2,5%**

Lucro bruto

Em decorrência dos fatores acima, o lucro bruto no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R$ 336,8 milhões comparativamente a R$ 365,5 milhões no exercício de 2019, o que representou uma redução de R$ 28,7 milhões ou 7,9%. O lucro bruto representou 52,5% e 53,9% da receita operacional nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente. A tabela abaixo demonstra o lucro bruto por segmento.

Informações por segmento (em milhares de R$, exceto %)	**Exercício social findo em 31 de dezembro de**		**AH**
	2020	**2019**	
Varejo (1)	272.071	261.700	4,0%
Produtos financeiros	64.701	103.827	-37,7%
Lucro bruto	**336.772**	**365.527**	**-7,9%**

(1) O lucro bruto do segmento varejo está sendo apresentada líquido das Eliminações de receitas entre os segmentos operacionais da Companhia relativas às taxas cobradas pela Club Mais das Lojas Avenida em função do cartão private label. Para um maior detalhamento destes valores, vide nota explicativa de informações por segmento às demonstrações contábeis da Companhia.

Despesas com vendas

As despesas com vendas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 totalizaram R$ 237,0 milhões comparativamente a R$ 194,6 milhões no exercício de 2019, o que representou um aumento de R$ 42,4 milhões ou 21,8%. Este aumento é atribuído substancialmente aos maiores gastos com pessoal registrados em 2020, por sua vez refletindo entre outros efeitos o maior número de lojas abertas (inauguração de 4 lojas no decorrer do ano).

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 totalizaram R$ 92,7 milhões comparativamente a R$ 105,1 milhões no exercício de 2019, o que representou uma redução de R$ 12,4 milhões ou 11,8%, como reflexo principalmente das renegociações realizadas com fornecedores em virtude da pandemia, que geraram economias com serviços de terceiros e manutenções.

Outras receitas operacionais, líquidas

As outras receitas operacionais, líquidas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 totalizaram R$ -0,7 milhões comparativamente a R$ 27,1 milhões no exercício de 2019, o que representou uma variação de R$ 27,8 milhões. Esta variação é atribuída substancialmente ao fato de que a base de comparação do ano anterior carregou um ganho não recorrente referente à recuperação de tributos no valor de R$ 32,5 milhões no exercício de 2019, fruto do reconhecimento na ocasião de créditos extemporâneos de PIS e COFINS de anos anteriores, decorrentes do trânsito em julgado de decisão favorável à Companhia em ação judicial que discutia a tese da exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS.

Lucro operacional antes do resultado financeiro, líquido

Em decorrência dos fatores acima, o Lucro operacional antes do resultado financeiro, líquido no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 totalizou R$ 6,4 milhões comparativamente a R$ 92,9 milhões no exercício de 2019, o que representou uma redução de R$ 86,6 milhões ou 93,2%.

Resultado financeiro, líquido

O resultado financeiro, líquido no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 totalizou uma despesa financeira de R$ 88,3 milhões comparativamente a R$ 52,6 milhões no exercício de 2019, o que representou um aumento de R$ 35,7 milhões ou 67,9%. Este aumento é atribuído substancialmente à estratégia da Companhia de aumentar seu endividamento para enfrentar a pandemia da COVID-19 com maior nível de caixa e equivalentes de caixa, além do maior risco observado no mercado de crédito por conta da pandemia, o que elevou o *spread* médio cobrado pelos bancos, apesar da redução da taxa de juros.

(Prejuízo) lucro antes do imposto de renda e da contribuição social

Em decorrência dos fatores acima, o prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 totalizou R$ 81,9 milhões comparativamente a um lucro antes do imposto de renda e da contribuição social de R$ 40,3 milhões no exercício de 2019, o que representou uma variação de R$ 122,3 milhões.

Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

O crédito de imposto de renda e contribuição social no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 totalizou R$ 30,9 milhões comparativamente a uma despesa de R$ 15,0 milhões no exercício de 2019, o que representou uma variação de R$ 45,9 milhões. Esta variação é atribuída substancialmente do prejuízo antes dos impostos no exercício de 2020, comparativamente a lucro antes dos impostos no exercício anterior.

(Prejuízo) Lucro líquido

Em decorrência dos fatores acima, o prejuízo do exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 totalizou R$ 51,1 milhões comparativamente a um lucro líquido de R$ 25,3 milhões no exercício de 2019, o que representou uma variação de R$ 76,3 milhões.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO (em R$ milhares, exceto %)	**2019**	**AV**	**2018**	**AV**	**AH**
Receita operacional	677.857	100,0%	637.762	100,0%	6,3%
Custos das mercadorias e serviços vendidos	(312.330)	(46,1)%	(278.865)	(43,7)%	12,0%
Lucro bruto	**365.527**	**53,9%**	**358.897**	**56,3%**	**1,8%**
Despesas com vendas	(194.614)	(28,7)%	(204.188)	(32,0)%	(4,7)%
Despesas gerais e administrativas	(105.077)	(15,5)%	(82.526)	(12,9)%	27,3%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	27.095	4,0%	(5.341)	(0,8)%	(607,3)%
Lucro operacional antes do resultado financeiro, líquido	**92.931**	**13,7%**	**66.842**	**10,5%**	**39,0%**
Resultado financeiro, líquido	(52.598)	(7,8)%	(54.112)	(8,5)%	(2,8)%
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**40.333**	**6,0%**	**12.730**	**2,0%**	**216,8%**
Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)	(15.043)	(2,2)%	-6.050	(0,9)%	148,6%
Lucro líquido do exercício	**25.290**	**3,7%**	**6.680**	**1,0%**	**278,6%**

Receita operacional

A receita operacional no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R$ 677,9 milhões comparativamente a R$ 637,8 milhões no exercício de 2018, o que representou um aumento de R$ 40,1 milhões ou 6,3%. Este aumento é atribuído substancialmente ao crescimento de 5,5% na receita operacional do segmento de varejo, refletindo o incremento das vendas-mesmas-lojas (SSS) e a inauguração líquida de 4 novas lojas físicas no decorrer de 2019, além do início das nossas operações de *e-commerce*. Adicionalmente, a receita operacional proveniente do segmento de produtos financeiros (cartão Avenida) foi de R$ 130,0 milhões, um crescimento de 10,3% em relação ao exercício de 2018 quando totalizou R$ 117,9 milhões, decorrente do aumento das vendas mencionado acima, o que também contribuiu para o crescimento total observado. A tabela abaixo demonstra a receita operacional por segmento.

Informações por segmento (em milhares de R$, exceto %)	**Exercício social findo em 31 de dezembro de**		**AH**
	2019	**2018**	
Varejo (1)	547.893	519.892	5,4%
Produtos financeiros	129.964	117.870	10,3%
Receita operacional	**677.857**	**637.762**	**6,3%**

(1) A receita operacional do segmento varejo está sendo apresentada líquida das Eliminações de receitas entre os segmentos operacionais da Companhia relativas às taxas cobradas pela Club Mais das Lojas Avenida em função do cartão private label. Para um maior detalhamento destes valores, vide nota explicativa de informações por segmento às demonstrações contábeis da Companhia.

Custos das mercadorias e dos serviços vendidos

Os custos das mercadorias e serviços vendidos no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R$ 312,3 milhões comparativamente a R$ 278,9 milhões no exercício de 2018, o que representou um aumento de 12,0%. Este aumento é atribuído principalmente ao maior custo com insumos, como reflexo das maiores vendas registradas no exercício, compensado parcialmente pelos efeitos da adoção do IFRS 6/CPC 06 (R2) que culminou com a redução dos custos de ocupação (aluguéis) no exercício de 2019, quando comparado ao exercício de 2018. A tabela abaixo demonstra os custos dos produtos vendidos e serviços prestados por segmento.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Informações por segmento (em milhares de R$, exceto %)	Exercício social findo em 31 de dezembro de		AH
	2019	2018	
Varejo	(286.193)	(255.766)	11,9%
Produtos financeiros	(26.137)	(23.099)	13,2%
Custos dos produtos vendidos e serviços prestados	**(312.330)**	**(278.865)**	**12,0%**

Lucro bruto

Em decorrência dos fatores acima, o lucro bruto no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R$ 365,5 milhões comparativamente a R$ 358,9 milhões no exercício de 2018, o que representou um aumento de R$ 6,6 milhões ou 1,8%. O lucro bruto representou 53,9% e 56,3% da receita operacional nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. A tabela abaixo demonstra o lucro bruto por segmento.

Informações por segmento (em milhares de R$, exceto %)	Exercício social findo em 31 de dezembro de		AH
	2019	2018	
Varejo (1)	261.700	264.126	-0,9%
Produtos financeiros	103.827	94.771	9,6%
Lucro bruto	**365.527**	**358.897**	**1,8%**

(1) O lucro bruto do segmento varejo está sendo apresentada líquido das Eliminações de receitas entre os segmentos operacionais da Companhia relativas às taxas cobradas pela Club Mais das Lojas Avenida em função do cartão private label. Para um maior detalhamento destes valores, vide nota explicativa de informações por segmento às demonstrações contábeis da Companhia.

Despesas com vendas

As despesas com vendas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 totalizaram R$ 194,6 milhões comparativamente a R$ 204,2 milhões no exercício de 2018, o que representou uma redução de R$ 9,6 milhões ou 4,7%. Esta redução é atribuída substancialmente aos menores gastos com ocupação (aluguéis) no exercício de 2019, parcialmente compensada pela amortização do ativo de direito de uso, ambos efeitos como reflexo da norma IFRS 16, que passou a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2019.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foram de R$ 105,1 milhões comparativamente a R$ 82,5 milhões no exercício de 2018, o que representou um aumento de R$ 22,6 milhões ou 27,3%. Este aumento é atribuído substancialmente aos maiores gastos com pessoal observados em 2019.

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

As outras receitas operacionais, líquidas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 totalizaram R$ 27,1 milhões comparativamente a uma despesa de R$ 5,3 milhões no exercício de 2018, o que representou uma variação de R$ 32,4 milhões. Esta variação é atribuída principalmente ao ganho na recuperação de tributos no valor de R$ 32,5 milhões no exercício de 2019, em função do reconhecimento de créditos extemporâneos de PIS e COFINS de anos anteriores, decorrentes do trânsito em julgado de decisão favorável à Companhia em ação judicial que discutia a tese da exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS.

Lucro operacional antes do resultado financeiro, líquido

Em decorrência dos fatores acima, o lucro operacional antes do resultado financeiro, líquido no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 totalizou R$ 92,9 milhões comparativamente a R$ 66,8 milhões no exercício de 2018, o que representou uma variação de R$ 26,1 milhões.

Resultado financeiro, líquido

O resultado financeiro, líquido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 totalizou uma despesa financeira R$ 52,6 milhões comparativamente a R$ 54,1 milhões no exercício de 2018, o que

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

representou uma redução de R$ 1,5 milhões ou 2,8%. Esta redução é atribuída substancialmente à queda do CDI no período.

Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social

Em decorrência dos fatores acima, o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 totalizou R$ 40,3 milhões comparativamente a R$ 12,7 milhões no exercício de 2018, o que representou um aumento de R$ 27,6 milhões ou 216,8%.

Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

A despesa de imposto de renda e contribuição social no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R$ 15,0 milhões comparativamente a R$ 6,1 milhões no exercício de 2018, o que representou um aumento de R$ 9,0 milhões ou 148,6%. Este aumento é atribuído substancialmente ao aumento do lucro antes do imposto de renda e da contribuição social.

Lucro líquido do exercício

Em decorrência dos fatores acima, o lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R$ 25,3 milhões comparativamente a R$ 6,7 milhões no exercício de 2018, o que representou um aumento de R$ 18,6 milhões ou 278,6%.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

ATIVO (em R$ milhares, exceto %)	**31/12/2020**	**AV**	**31/12/2019**	**AV**	**31/12/2018**	**AV**	**AH 2020x 2019**	**AH 2019x 2018**
Caixa e equivalentes de caixa	72.579	9,0%	57.693	7,8%	57.490	10,5%	25,8%	0,4%
Aplicações financeiras vinculadas	70.209	8,8%	24.686	3,4%	27.617	5,0%	184,4%	-10,6%
Contas a receber	190.314	23,7%	180.004	24,5%	149.318	27,3%	5,7%	20,6%
Estoques	74.417	9,3%	63.824	8,7%	76.092	13,9%	16,6%	-16,1%
Adiantamento a fornecedores	3.869	0,5%	3.473	0,5%	4.595	0,8%	11,4%	-24,4%
Tributos a recuperar	44.495	5,5%	27.509	3,7%	2.514	0,5%	61,7%	994,2%
Instrumentos financeiros	411	0,1%	4.395	0,6%	2.666	0,5%	-90,6%	64,9%
Despesas antecipadas	5.973	0,7%	641	0,1%	81	0,0%	831,8%	691,4%
Outros ativos	7.490	0,9%	10.515	1,4%	7.857	1,4%	-28,8%	33,8%
Total do ativo circulante	**469.757**	**58,6%**	**372.740**	**50,7%**	**328.230**	**60,2%**	**26,0%**	**13,6%**
Aplicações financeiras vinculadas	-	0,0%	29.641	4,0%	16.362	3,0%	-	81,2%
Tributos a recuperar	2.746	0,3%	31.601	4,3%	397	0,1%	-91,3%	n/d
Tributos diferidos	58.921	7,3%	17.723	2,4%	32.766	6,0%	232,5%	-45,9%
Depósitos judiciais	411	0,1%	637	0,1%	744	0,1%	-35,5%	-14,4%
Partes relacionadas	35.460	4,4%	33.070	4,5%	30.765	5,6%	7,2%	7,5%
Outros ativos	148	0,0%	141	0,0%	133	0,0%	5,0%	6,0%
Imobilizado	120.855	15,1%	104.872	14,3%	108.104	19,8%	15,2%	-3,0%
Ativo de direito de uso	97.759	12,2%	122.301	16,6%	-	-	-20,1%	-
Intangível	15.948	2,0%	22.889	3,1%	28.177	5,1%	-30,3%	-18,8%
Total do ativo não circulante	**332.248**	**41,4%**	**362.875**	**49,3%**	**217.448**	**39,8%**	**-8,4%**	**66,9%**
Total do ativo	**802.005**	**100,0%**	**735.615**	**100,0%**	**545.678**	**100,0%**	**9,0%**	**34,8%**

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

PASSIVO (em R$ milhares, exceto %)	**31/12/2020**	**AV**	**31/12/2019**	**AV**	**31/12/2018**	**AV**	**2020 x 2019**	**2019x 2018**
Fornecedores	237.794	29,6%	134.656	18,3%	148.905	27,3%	76,6%	-9,6%
Empréstimos e financiamentos	277.531	34,6%	105.218	14,3%	88.173	16,2%	163,8%	19,3%
Passivos de arrendamentos	48.411	6,0%	44.822	6,1%	-	0,0%	8,0%	-
Salários e encargos trabalhistas	15.698	2,0%	19.002	2,6%	15.919	2,9%	-17,4%	19,4%
Tributos a recolher	30.064	3,7%	23.520	3,2%	22.676	4,2%	27,8%	3,7%
Parcelamento de tributos	8.123	1,0%	3.393	0,5%	2.759	0,5%	139,4%	23,0%
Outros passivos	2.863	0,4%	12.480	1,7%	10.580	1,9%	-77,1%	18,0%
Total do passivo circulante	**620.484**	**77,4%**	**343.091**	**46,6%**	**289.012**	**53,0%**	**80,9%**	**18,7%**
Empréstimos e financiamentos	25.936	3,2%	170.661	23,2%	127.339	23,3%	-84,8%	34,0%
Passivos de arrendamentos	71.192	8,9%	83.884	11,4%	-	0,0%	-15,1%	-
Parcelamento de tributos	21.632	2,7%	20.967	2,9%	22.302	4,1%	3,2%	-6,0%
Provisões para demandas judiciais	6.419	0,8%	10.409	1,4%	21.471	3,9%	-38,3%	-51,5%
Outros passivos	2.656	0,3%	3.639	0,5%	8.799	1,6%	-27,0%	-58,6%
Total do passivo não circulante	**127.835**	**15,9%**	**289.560**	**39,4%**	**179.911**	**33,0%**	**-55,9%**	**60,9%**
Total do patrimônio líquido	**53.686**	**6,7%**	**102.964**	**14,0%**	**76.755**	**14,1%**	**-47,9%**	**34,1%**
Total do passivo e patrimônio líquido	**802.005**	**100,0%**	**735.615**	**100,0%**	**545.678**	**100,0%**	**9,0%**	**34,8%**

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Ativo circulante

Em 31 de dezembro de 2020, o ativo circulante era de R$ 469,8 milhões, em comparação com R$ 372,7 milhões em 31 de dezembro de 2019. Este aumento de R$ 97,0 milhões ou 26,0% no ativo circulante decorreu principalmente das maiores vendas de mercadorias no exercício, que culminaram na variação de 5,7% do saldo de contas a receber, e das maiores aplicações financeiras vinculadas, que refletiram a reclassificação das dívidas para o curto prazo. Adicionalmente, a variação de R$ 17,0 milhões ou 61,7% em tributos a recuperar também contribuiu para o aumento registrado no saldo do ativo circulante em 31 de dezembro de 2020 quando comparado à 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante representava 58,6% em 31 de dezembro de 2020 e 50,7% em 31 de dezembro de 2019.

Ativo não circulante

Em 31 de dezembro de 2020, o ativo não circulante era de R$ 332,2 milhões, em comparação com R$ 362,9 milhões em 31 de dezembro de 2019. Esta redução de R$ 30,6 milhões ou 8,4% decorreu principalmente das variações observadas nas contas de direito de uso e tributos diferidos, refletindo respectivamente o pagamento de aluguéis em 2020 e o crédito de IR diferido advindo do prejuízo registrado no exercício. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante representava 41,4% em 31 de dezembro de 2020 e 49,3% em 31 de dezembro de 2019.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Passivo circulante

Em 31 de dezembro de 2020, o passivo circulante era de R$ 620,5 milhões, em comparação com R$343,1 milhões em 31 de dezembro de 2019. Este aumento de R$ 277,4 milhões ou 80,9% decorreu principalmente dos aumentos registrados em fornecedores de R$ 103,1 milhões e em empréstimos e financiamentos de R$ 172,3 milhões, dadas a maior necessidade de captação bruta ao longo deste ano como reflexo da pandemia e a reclassificação dos empréstimos não-circulante para o circulante. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante representava 77,4% em 31 de dezembro de 2020 e 46,8% em 31 de dezembro de 2019.

Passivo não circulante

Em 31 de dezembro de 2020, o passivo não circulante era de R$ 127,8 milhões, em comparação com R$ 289,6 milhões em 31 de dezembro de 2019. Esta redução de R$ 161,7 milhões ou 55,9% decorreu principalmente pela redução nos passivos de arrendamento em 31 de dezembro de 2020 em função dos pagamentos realizados no decorrer do exercício e pela reclassificação realizada dos empréstimos não-circulante para o circulante. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante representava 15,9% em 31 de dezembro de 2020 e 39,4% em 31 de dezembro de 2019.

Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2020, o patrimônio líquido era de R$ 53,7 milhões, em comparação com R$ 103,0 milhões em 31 de dezembro de 2019. Esta redução de R$ 49,3 milhões ou 47,9% decorreu principalmente do prejuízo de R$ 51,1 milhões do exercício de 2020. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o patrimônio líquido representava 6,7% em 31 de dezembro de 2020 e 14,0% em 31 de dezembro de 2019.

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Ativo circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o ativo circulante era de R$ 372,7 milhões, em comparação com R$ 328,2 milhões em 31 de dezembro de 2018. Este aumento de R$ 44,5 milhões ou 13,6% no ativo circulante decorreu principalmente das maiores vendas no exercício, que culminaram na variação também de 20,6% do saldo de contas a receber. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante representava 50,7% em 31 de dezembro de 2019 e 60,2% em 31 de dezembro de 2018.

Adicionalmente, as variações de R$ 25,0 milhões na conta de tributos a recuperar (reflexo dos créditos de PIS e COFINS de anos anteriores, decorrentes da ação judicial que discutia a tese da exclusão do ICMS em sua base de cálculo) e de R$ 2,7 milhões na conta de outros ativos também contribuíram para o aumento registrado no saldo do ativo circulante em 31 de dezembro de 2019 quando comparado à 31 de dezembro de 2018.

Ativo não circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o ativo não circulante era de R$ 362,9 milhões, em comparação com R$ 217,4 milhões em 31 de dezembro de 2018. Este aumento de R$ 145,5 milhões ou 66,9% decorreu principalmente (i) do reconhecimento do ativo de direito de uso de R$ 122,3 milhões em 31 de dezembro de 2019, devido à adoção do CPC 06-R2/IFRS 16, a partir de 1º de janeiro de 2019; (ii) aumento de R$ 31,2 milhões nos tributos a recuperar em função principalmente do reconhecimento dos créditos extemporâneos de PIS e COFINS resultante do transito em julgado de ação judicial que discutia a tese da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS; (iii) aumento das aplicações financeiras vinculadas de R$ 13,3 milhões devido ao aumento no endividamento da Companhia, parcialmente compensado pela redução (i) de R$ 15,0 milhões nos tributos diferidos devido à utilização deste crédito fiscal, abateu o imposto a pagar decorrente do lucro do exercício; e (ii) de R$ 3,2milhões no imobilizado devido, principalmente, pela depreciação do exercício. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante representava 49,3% em 31 de dezembro de 2019 e 39,8% em 31 de dezembro de 2018.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Passivo circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o passivo circulante era de R$ 343,1 milhões, em comparação com R$ 289,0 milhões em 31 de dezembro de 2018. Este aumento no passivo circulante, de R$ 54,1 milhões ou 18,7%, decorreu principalmente (i) do reconhecimento de R$ 44,8 milhões de passivos de arrendamento, pela adoção do CPC 06-R2/IFRS 16, a partir de 1º de janeiro de 2019; (ii) aumento de R$ 17,0 milhões nos empréstimos e financiamentos; e (iii) aumento de R$ 3,1 milhões tanto nos empréstimos e financiamentos quanto nos salários e encargos trabalhistas. Este aumento foi parcialmente compensado pela redução de R$ 14,2 milhões em fornecedores.

Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante representava 46,6% em 31 de dezembro de 2019 e 53,0% em 31 de dezembro de 2018.

Passivo não circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o passivo não circulante era de R$ 289,6 milhões, em comparação com R$179,9 milhões em 31 de dezembro de 2018. Este aumento, de R$ 109,6 milhões ou 60,9%, decorreu, principalmente, (i) do reconhecimento de passivos de arrendamento de R$ 83,9 milhões decorrente a adoção do CPC 06-R2/IFRS 16, a partir de 1º de janeiro de 2019; (ii) aumento de R$ 43,3 milhões nos empréstimos e financiamentos devido à maior captação bancária, parcialmente compensado pela redução de (i) R$ 11,1 milhões nas provisões para demandas judiciais; e de (ii) R$ 5,2 milhões em outros passivos. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante representava 39,4% em 31 de dezembro de 2019 e 33,0% em 31 de dezembro de 2018.

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2019, o patrimônio líquido da Companhia era de R$ 103,0 milhões, em comparação com R$ 76,8 milhões em 31 de dezembro de 2018. Este aumento, de R$ 26,2 milhões ou 34,1%, decorreu principalmente do lucro líquido do exercício de 2019 de R$ 25,3 milhões. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o patrimônio líquido representava 14,0% em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018.

FLUXO DE CAIXA

A tabela a seguir apresenta os valores relativos ao fluxo de caixa consolidado da Companhia para os períodos indicados:

	Exercício social findo em 31 de dezembro de		
(em R$ mil)	**2020**	**2019**	**2018**
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	98.283	49.865	35.849
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(56.528)	(33.611)	(34.181)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(26.869)	(16.051)	(4.667)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**14.886**	**203**	**(2.999)**

Análise das principais variações nos fluxos de caixa entre o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e o exercício de 2019

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais foi de R$ 98,3 milhões no exercício de 2020, aumento de R$ 48,4 milhões ou 97,1% em relação ao exercício de 2019, quando totalizou R$ 49,9 milhões. Este aumento deveu-se, principalmente, ao modesto crescimento observado na venda de mercadorias, aliado a uma maior parcela de recebimentos à vista referente à essas vendas quando comparado à média registrada no ano anterior e aliada também às negociações realizadas pela Companhia no decorrer do ano para contenção de gastos, dentro do contexto da pandemia, visando a preservação do caixa. Adicionalmente, o saldo de fornecedores 76,6% maior que no ano anterior reflete as maiores compras realizadas no final do ano pavimentando o caminho para as maiores vendas do 4º trimestre e do início de 2021. Entretanto, conforme o nosso prazo médio de pagamentos, estas compras do final de 2020 serão pagas apenas em 2021, preservando assim a posição de caixa de 2020.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos foi de R$ 56,5 milhões no exercício de 2020, aumento de R$ 22,9 milhões ou 68,2% em comparação ao montante de R$ 33,6 milhões no exercício de 2019. Este aumento decorre principalmente da reforma completa de 8 lojas realizada pela Companhia no decorrer de 2020.

O caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos foi de R$ 26,9 milhões, aumento de R$ 10,8 milhões em relação ao exercício de 2019, quando totalizou R$ 16,1 milhões. Esse aumento reflete principalmente os pagamentos de empréstimos realizados no ano, parcialmente compensados pela liquidação de instrumentos financeiros vinculados, demonstrando a resiliência da Companhia ao enfrentar a crise, que se manteve adimplente com seus vencimentos financeiros apesar dos desafios impostos pela pandemia.

Análise das principais variações nos fluxos de caixa entre o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e o exercício de 2018

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais foi de R$ 49,9 milhões no exercício de 2019, aumento de R$ 14,0 milhões em relação ao exercício de 2018, quando totalizou R$ 35,8 milhões. Este aumento deveu-se, principalmente, ao crescimento operacional da Companhia e melhora na gestão de capital giro.

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos totalizou R$ 33,6 milhões no exercício de 2019, redução de 1,7% em relação ao exercício de 2018, quando totalizou R$ 34,2 milhões. Esta redução foi reflexo principalmente dos menores investimentos para aquisição de imobilizado e intangível, parcialmente compensado à destinação de caixa às aplicações vinculadas por conta do aumento do endividamento da Companhia.

O caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos totalizou R$ 16,1 milhões, redução de R$ 11,4 milhões em relação ao exercício de 2018, quando totalizou R$ 4,7 milhões. A redução no caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos deve-se, principalmente, ao efeito decorrente da adoção do CPC 06-R2/IFRS 16 a partir de 1º de janeiro de 2019 que passou a reconhecer o pagamento dos passivos de arrendamento nas atividades de financiamento contribuindo para um aumento no caixa aplicado de R$ 41,8 milhões no exercício de 2019, este efeito foi parcialmente compensado pelo maior volume de captações, liquida de pagamento, de empréstimos e financiamentos que aumentaram R$ 29,1 milhões no exercício de 2019, quando comparado o exercício anterior.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

10.2 - Resultado operacional e financeiro

a. resultados das operações do emissor, em especial:

(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita;

Entendemos que a base de sustentação das receitas da Companhia e, consequentemente, de suas operações, nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 foi principalmente a força das suas marcas perante seu público-alvo, tanto nas lojas de rua, como nas lojas localizadas em shopping-centers, além do cartão Avenida e da plataforma *e-commerce*.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia contava com 130 lojas, divididas em duas redes: Avenida (120), e Avenida Calçados (20) distribuídas em 11 estados no Brasil. Eram 127 lojas em 31 de dezembro de 2019.

Deste total de 130 lojas, 69% são lojas de rua e 31% estão localizadas em shopping centers. De forma similar, 29% das lojas estão localizadas em cidades que são as capitais de seus estados, ao passo que 71% estão em outras cidades dentro destes 11 estados.

A receita operacional da Companhia é composta, principalmente, pela venda de peças de vestuário e acessórios. A Administração da Companhia analisa os componentes da receita operacional líquida sob dois aspectos: (i) *canais de venda:* lojas físicas e *e-commerce*, e (ii) *cartão Avenida.*

A tabela abaixo demonstra a abertura da receita bruta de vendas da Companhia, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018:

	Exercício social findo em 31 de dezembro de		
	2020	**2019**	**2018**
Receita operacional:	(em milhares de R$)		
Vendas de mercadorias	766.586	714.934	682.190
Produtos financeiros	75.797	115.207	104.867
Comissões	17.364	21.142	17.388
	859.747	**851.283**	**804.445**
Deduções:			
Impostos sobre vendas	(174.617)	(138.634)	(130.670)
Descontos concedidos	(22.060)	(17.148)	(18.291)
Devoluções e abatimentos	(21.742)	(17.644)	(17.722)
	(218.419)	**(173.426)**	**(166.683)**
	641.328	**677.857**	**637.762**

A receita operacional da Companhia decorre da receita bruta, deduzida de impostos sobre vendas, descontos condidos e devoluções e abatimentos. Sobre as vendas da Companhia incidem tributos federais, como o PIS (alíquota de 1,65%) e COFINS (alíquota de 7,6%). Ademais, incide o ICMS, imposto estadual sobre a receita bruta de vendas, cuja alíquota varia de 17% a 18%.

Custo de mercadorias vendidas são os gastos envolvidos na seleção, compra e armazenamento dos produtos até que estes sejam vendidos.

Despesas com vendas são compostas, principalmente, por despesas com pessoal, ocupação, serviços de terceiros, propaganda e publicidade, fretes e embalagens diretamente relacionadas à atividade comercial, além de depreciação e amortização.

Despesas administrativas são compostas, principalmente, por despesas com pessoal, ocupação, serviços de terceiros, e outras.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

Outras receitas e despesas operacionais, líquidas podem ser compostas por despesas tributárias, despesas com contingências, doações feitas e recebidas, além de diversas outras receitas e perdas eventuais.

(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

A Companhia está inserida no segmento varejo de vestuário e suas operações consistem majoritariamente na venda de peças de vestuário e acessórios. Os resultados operacionais da Companhia são afetados pelos seguintes fatores:

(i) Custo dos produtos vendidos correspondem, principalmente, aos gastos envolvidos na seleção, compra e armazenamento dos produtos até que estes sejam vendidos. Muitas vezes o custo da matéria prima dos nossos fornecedores, tais como algodão, bem como aviamentos, e outras podem variar de acordo com condições de mercado (algodão é uma *commodity)* bem como com a flutuação da taxa do câmbio de dólar. Essa variação nos custos dos fornecedores pode vir a ser repassada para a Companhia, assim como a depreciação do real em relação à moeda norte-americana pode afetar adversamente os resultados operacionais da Companhia.

(ii) Crescimento real do Produto Interno Bruto e poder de compra dos consumidores: A indústria de varejo é sensível a variações no poder de compra dos consumidores. Indicadores como o PIB, que nos anos de 2018, 2019 e 2020 apresentou variação de 1,3%, 1,1% e -4,4%, respectivamente, e a taxa média anual de desemprego, que nos anos de 2018, 2019 e 2020 apresentou-se em 12,2%, 11,9% e 11,9%. O PIB apresentou uma contração de 4,4% em 2020, em razão dos efeitos da pandemia de COVID-19. Acreditamos que isso pode gerar possíveis oscilações na demanda pelos produtos da Companhia.

(iii) Inflação: Podemos perceber o seu impacto principalmente em nossas despesas, como salários, contratos de aluguéis e matérias de consumo, que em sua maioria, são reajustados anualmente com índices atrelados ao IPCA ou IGPM. A inflação (IPCA) apresentou variação de 3,75%, 4,31% e 4,52%, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020, respectivamente.

(iv) Comportamento de compra do consumidor: A Companhia constantemente avaliando quais são as demandas de seus clientes e quais tendências podem refletir em possíveis mudanças de comportamento de compra. Realizamos pesquisas de tendências, inovações e satisfação com nossos consumidores e potenciais consumidores também para entender onde podemos melhorar nossa oferta de produtos e o serviço que prestamos para continuar entregando em excelência a experiência de compra. Desde meados de março de 2020, em razão da pandemia de COVID-19, a Companhia tem adotado medidas para endereçar o fechamento temporário de lojas e endereçar de forma rápida e efetiva essa impossibilidade de que os consumidores frequentem as suas lojas.

(v) Sazonalidade: A indústria da moda é sensível às estações do ano e às tendências da moda. As marcas da Companhia estão sujeitas à sazonalidade, com trimestres bem distintos, principalmente o quarto trimestre do ano. Os maiores faturamentos do varejo e *e*-commerce ocorrem nos meses de maio, junho, novembro e dezembro, impactados pelo Dia das Mães, Dia dos Namorados, Black Friday e Natal, respectivamente. Outro fator que influencia a sazonalidade são as trocas de coleções de janeiro e julho.

(vi) Clima: O varejo de moda é suscetível às condições climáticas, especialmente durante os meses de inverno. Por exemplo, durante esta estação períodos prolongados de temperaturas mais altas podem deixar uma parte de nosso estoque incompatível com tais condições inesperadas. Desta forma, períodos de clima alterado podem levar a Companhia a comercializar o excesso de estoques com descontos de preços, reduzindo assim nossas margens.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

Outro ponto relevante são as liquidações que geram um aumento nas vendas, porém podem trazer uma diminuição na margem bruta, uma vez que a Companhia comercializa produtos com descontos em relação aos preços praticados logo após o lançamento das coleções. Desta forma, os resultados das operações variam de acordo com o trimestre, dependendo do volume de vendas no período de promoção.

Do ponto de vista econômico, o ano de 2020 foi marcado pela pandemia do COVID-19, trazendo assim muitas incertezas no ambiente econômico. O ano de 2020 havia começado com expectativas positivas para a economia, num contexto de otimismo que vinha da aprovação da Reforma da Previdência, mas a tragédia sanitária, aliada a níveis de desemprego elevados, reduziu a confiança dos consumidores e, por consequência, o PIB do Brasil, que terminou o ano com queda de 4,4%.

Mesmo assim, a partir da segunda metade do ano, ou principalmente do último trimestre, com a população mais conscientizada da necessidade do uso por exemplo de máscaras e álcool em gel, houve uma retomada gradual da confiança e circulação de mercadorias e pessoas, criando um ambiente macroeconômico um pouco menos prejudicial aos negócios.

Com tudo isso, a pandemia enfrentada no ano de 2020 afetou os resultados operacionais da Companhia, a partir de uma receita abaixo do potencial proveniente do fechamento temporário de lojas, de acordo com as medidas tomadas pelos órgãos governamentais onde recomendaram o distanciamento e isolamento social. A receita líquida foi impactada pelos efeitos da pandemia, principalmente nos meses de abril e maio, não obstante, conforme as medidas de distanciamento e isolamento social foram sendo flexibilizadas, nós começamos a observar uma recuperação das vendas. Com a receita mais fraca, as margens e os lucros também foram afetados. Em 31 de dezembro de 2020, nosso prejuízo somou R$ 51,1 milhões. Além do explicado pela queda da receita, a variação do resultado financeiro, líquido também impactou de forma significativa este resultado.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Os Diretores da Companhia afirmam que as variações na receita dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 deveram-se, em parte, pelas variações nos preços (posicionamento da marca) e/ou repasse da inflação. Houve também alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços, como por exemplo o desenvolvimento da plataforma e-commerce, com canais adicionais de vendas (e.g. vendas por *whatsapp*).

Por outro lado, a política de preços da Companhia tem baixa sensibilidade às alterações oriundas das variações da taxa de câmbio. Os produtos comercializados pela Companhia são em sua maioria de origem nacional, o que permite a administração de oscilações de preços nos produtos importados, sem alterações significativas no preço ao consumidor.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

A inflação pode impactar o resultado operacional da Companhia por meio de um possível acréscimo em suas receitas, parcialmente compensado por um incremento em sua base de custos e despesas, como é o caso por exemplo da conta de ocupação, cuja correção monetária está usualmente atrelada ao IGPM. Adicionalmente, a inflação pode também diminuir o poder de consumo dos nossos clientes. A Companhia busca constantemente melhorias nos processos e na gestão com objetivo de neutralizar parte dos efeitos que eventuais aumentos de preço seus custos e despesas poderiam gerar. Desta forma, acreditamos que o resultado operacional pode sofrer impactos pontuais por conta das oscilações nas taxas de inflação atualmente percebidas no mercado brasileiro.

Nossos preços têm pouca sensibilidade às alterações oriundas das variações da taxa de câmbio. Nossa atividade está totalmente voltada para o mercado interno e nossos produtos são, em sua maioria, de origem nacional, o que permite a administração de oscilações de preços nos produtos importados, sem alterações significativas no preço ao consumidor.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

Desta forma, nos últimos anos a Companhia apresentou vendas crescentes oriundas, principalmente, da sua estratégia de expansão, assim como do processo de maturação de lojas abertas no período.

O resultado financeiro manteve-se alinhado a estrutura de capital utilizada, sendo composto basicamente pelas receitas financeiras advindas das aplicações de equivalentes de caixa, assim como pelas despesas financeiras relativas, principalmente, às dívidas de empréstimos e financiamentos. Em 2020 a taxa básica de juros (CDI) manteve-se basicamente constante por todo o período. No entanto, como nosso endividamento tem os juros pós-fixados, toda e qualquer alteração da taxa de juros pode impactar diretamente a nossa conta de receitas e de despesas financeiras.

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações contábeis

(a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia que se caracterize como alienação ou introdução de unidade geradora de caixa.

(b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Todas as informações sobre constituição, aquisição ou alienação de participação societária envolvendo a Companhia e sociedades de seu grupo econômico já foram disponibilizadas no item 9.1c deste Formulário de Referência. Os efeitos das aquisições realizadas pela Companhia encontram-se descritos no item 10.1(f) deste Formulário de Referência.

(c) Eventos ou operações não usuais

Com exceção da alteração da norma contábil CPC 06-R2/IFRS 16, que trata da contabilização de arrendamentos e está vigente desde 1º de janeiro de 2019, impactando de forma similar diversos *players* do mercado, e também com exceção da decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a inconstitucionalidade da inclusão do ICMS sobre a base de cálculo do PIS/COFINS, não houve durante os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, quaisquer outros eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações contábeis ou resultados da Companhia.

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfase no parecer do auditor

(a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

CPC 06-R3 – Arrendamentos (equivalente a norma IFRS 16 – Leases, emitida pelo IASB) – vigente a partir de 2019

A adoção da norma CPC 06-R2/IFRS 16, a partir de 1º de janeiro de 2019, trouxe alterações na contabilização da parcela fixa dos aluguéis, enquadrados como arrendamento, exigindo o reconhecimento dos compromissos futuros, em contrapartida aos ativos referentes ao seu direito de uso. As despesas com aluguéis passaram a ser reconhecidas nas linhas de depreciação e despesas financeiras.

A adoção da norma CPC 06-R3 substitui as normas de arrendamento existentes, introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento.

A atualização da NBC TG 06 (R3) não trouxe mudanças significativas para o arrendador, a contabilidade permanece semelhante à norma anterior, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

CPC 48 – Instrumentos Financeiros (equivalente a norma IFRS 9 – Financial Intruments, emitida pelo IASB) – vigente a partir de 1º de janeiro de 2018

O IFRS 9 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros, tendo substituído o CPC 38 / IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A Companhia avaliou a classificação e mensuração dos ativos financeiros de acordo com o seu modelo de gerenciamento de ativos financeiros, concluindo que a classificação para a maioria das aplicações financeiras é a mensurada a valor justo por meio do resultado.

A norma NBC TG 48 / IFRS 9 substituiu a partir de 1º de janeiro de 2018 a norma vigente IAS 39/CPC 38 - Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração e tem como principais mudanças: i) classificação e mensuração de ativos financeiros; ii) redução do valor recuperável (substituição do modelo de “perdas incorridas” por um modelo prospectivo de “perdas em crédito esperadas”); e iii) contabilidade de hedge.

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

(b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

CPC 06-R2 – Arrendamentos (equivalente a norma IFRS 16 – Leases, emitida pelo IASB) – vigente a partir de 1º de janeiro de 2019

A adoção do CPC 06 (R2) – Arrendamentos (IFRS 16 – Leases), utilizando o método retrospectivo modificado de adoção, gerou o reconhecimento pela Companhia em 1º de janeiro de 2019 do direito de uso e passivo de arrendamento, referentes aos contratos de locação de imóveis, conforme valores a seguir discriminados. Esta tabela abaixo demonstra, portanto, os efeitos da adoção no balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2019:

	Saldos em 31/12/2018	Ajustes	Saldos em 01/01/2019
		(em milhares de R$)	
Ativo			
Ativo circulante	**329.713**		**329.713**
Ativo não circulante	**217.448**	**-**	**352.900**
Direito de uso	**-**	135.452	135.452
Total do ativo	**547.161**	135.452	**682.613**
Passivo e patrimônio líquido			
Passivo circulante e não circulante	**470.406**	**-**	**605.858**
Passivos de arrendamento	**-**	135.452	135.452
Patrimônio líquido	**76.755**	**-**	**76.755**
Total do passivo e patrimônio líquido	**547.161**	**-**	**682.613**

CPC 48 – Instrumentos Financeiros (equivalente a norma IFRS 9 – Financial Intruments, emitida pelo IASB) – vigente a partir de 1º de janeiro de 2018

A Companhia avaliou os efeitos da implementação dos normativos acima em suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e conclui que os impactos não foram significativos.

(c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Os relatórios dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis da Companhia nos últimos três exercícios sociais foram emitidos sem ressalvas.

O relatório de auditoria emitido pelos auditores independentes da Companhia referente às demonstrações contábeis referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 possui o parágrafo de ênfase transcrito abaixo mencionando sobre a reapresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia.

Chamamos atenção à nota explicativa nº 3.25 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, que foram alteradas e estão sendo reapresentadas pela Companhia para contemplar os efeitos da adoção das normas da CVM e refletir as correções de erros descritas na referida nota explicativa. Em 27 de março de 2020 e 19 de março de 2019 emitimos relatório de auditoria, sem modificação, sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente, que ora estão sendo reapresentadas. Nossa opinião continua sendo sem qualquer modificação, uma vez que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e seus valores correspondentes aos períodos anteriores foram ajustadas de forma retrospectiva.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

10.5 - Políticas contábeis críticas

Avaliamos como estimativas contábeis críticas aquelas que são importantes para demonstrar a condição financeira, os resultados e que requerem os julgamentos mais difíceis e subjetivos por parte da Companhia, uma vez que apresentam impacto sobre questões que são incertas. As principais operações e avaliações significativamente impactadas por estimativas são:

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Provisão para perdas de crédito esperadas

A Companhia, por meio de sua controlada direta Club Mais Administradora de Cartões Ltda., administra o cartão *private label*, chamado “Cartão Avenida”. As contas a receber registradas por esta controlada estão sujeitas às análises de risco de crédito e são reduzidas pelo reconhecimento da provisão para perdas de crédito esperadas.

A estimativa requer julgamento significativo, além de um conjunto de fatores a serem considerados pela Administração na determinação do seu valor, tais como: níveis de inadimplência, políticas de renegociação e o histórico da qualidade da carteira para cada cliente. Adicionalmente, outros fatores relevantes são a relevância nos montantes envolvidos, alta pulverização das operações (tíquete médio baixo) e o alto volume de transações.

As provisões para perdas de crédito esperadas são constituídas com base na classificação de risco das operações, de acordo com os critérios definidos pelo Banco Central do Brasil (Resolução 2.682), levando em conta o histórico de realização (*behavior score*) e o histórico de performance de recuperação dos recebíveis até 360 dias após o vencimento, acrescidos das perdas esperadas conforme NBC TG 48/IFRS 9.

Provisão para perdas em estoques

A provisão para perdas dos estoques é estimada com base no histórico de perdas na execução dos inventários físicos das lojas e do centro de distribuição e é considerada suficiente pelos Diretores da Companhia para cobrir as prováveis perdas nas datas dos balanços.

A desvalorização dos estoques ocorre quando itens são vendidos abaixo do preço de aquisição, em grande parte pelas liquidações decorrentes de troca de coleção, além de itens identificados no exercício com baixo giro. A Companhia estima o valor da provisão para desvalorização dos estoques nas datas dos balanços, com base nos preços de venda a serem praticados, líquidos dos impostos e das despesas com vendas, comparados com o custo registrado.

Com relação à obsolescência e baixa rotatividade, a Companhia realiza uma avaliação dos itens sem movimentação acima de um ano, além de análise qualitativa para identificação quanto aos itens obsoletos das suas coleções, e com base nessa avaliação, constitui uma provisão para obsolescência.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

Determinação dos valores justos dos instrumentos financeiros derivativos

Os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos são determinados com base nos indicadores macroeconômicos de inflação, taxas de juros, e flutuação do câmbio, dentre outros, conforme a política de marcação a mercado (mark-to-market) que é comum para este tipo de instrumentos.

Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos

Revisada no final de cada exercício, a avaliação é suportada por estudos que demonstram projeções de lucros futuros tributáveis, permitindo estimativa de recuperação de créditos em um período de até 10 anos. Novamente os indicadores macroeconômicos, como taxa de juros e inflação, impactam a análise.

Avaliação de impairment de ativos

Para determinação do valor recuperável de ativos são utilizadas projeções de fluxo de caixa baseadas no orçamento aprovado para o ano seguinte e com outras premissas adotadas para um período de 10 anos, dentre as quais: receitas, custos e despesas, taxa de desconto e taxa de crescimento na perpetuidade.

10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações contábeis

(a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

(i) Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Não há arrendamentos mercantis operacionais, ativos ou passivos, não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

(ii) Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

(iii) Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

(iv) Contratos de construção não terminada

Não há contratos de construção não terminada não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

(v) Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

(b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações contábeis

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia relativas ao exercício social encerrado referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações contábeis

(a) Como tais itens alteram ou poderão vir alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações contábeis do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

(b) Natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

(c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

10.8 - Plano de Negócios

10.8 - Plano de Negócios

a. investimentos, incluindo: (i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos; (ii) fontes de financiamento dos investimentos; (iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

A Companhia não divulga seu orçamento de capital. No entanto, para o exercício de 2020, frente a pandemia da COVID-19, como estratégia de contenção de caixa, foi realizada uma importante redução no valor que havia inicialmente sido planejado para os investimentos de 2020.

Assim, para 2020 e 2021, a Administração reforçou seu plano de captação de recursos, como forma de fortalecer a posição de caixa, com alta disciplina de alocação de recursos ao mesmo tempo em que preservou as principais iniciativas de longo prazo e garantindo principalmente a segurança na posição financeira.

Neste momento não há desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não há aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente na capacidade produtiva da Companhia.

c. novos produtos e serviços, indicando: (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; (iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

10.9 - Outros fatores com influência relevante

Conforme descrito no item 4.1 deste Formulário de Referência "*O surto de doenças transmissíveis no Brasil e/ ou no mundo, a exemplo da COVID-19, provocou e pode continuar provocando um efeito adverso em nossas operações, inclusive paralisando integralmente ou parcialmente os nossos canais de venda.*", a Companhia acredita que a pandemia da COVID-19 teve/poderá ter um impacto adverso relevante sobre os seus negócios e desempenho financeiro.

Para maiores informações das medidas adotadas pela Companhia em decorrência da pandemia do COVID-19, vide itens 3.9 e 7.1 deste Formulário de Referência.

11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

Nos termos do artigo 20 da Instrução CVM nº 480/09, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa, desde que a Companhia não tenha divulgado projeções ou estimativas. Dessa forma, a Companhia optou por também não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas a ela ou às suas atividades e às de suas controladas.

11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

Nos termos do artigo 20 da Instrução CVM nº 480/09, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa, desde que a Companhia não tenha divulgado projeções ou estimativas. Dessa forma, a Companhia optou por também não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas a ela ou às suas atividades e às de suas controladas.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

(a) atribuições do conselho de administração e dos órgãos e comitês permanentes que se reportam ao conselho de administração, indicando:

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é o órgão responsável, dentre outros, pelo estabelecimento das políticas gerais dos negócios da Companhia e pela eleição dos diretores executivos, bem como pela supervisão da gestão deles. De acordo com o estatuto social da Companhia, o Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 9 (nove) membros, com mandato unificado de 2 (dois) anos, facultada a reeleição, eleitos e destituíveis, a qualquer tempo, pela Assembleia Geral, observado o disposto no acordo de acionistas.

Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo, 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser conselheiros independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, devendo a caracterização dos indicados ao Conselho de Administração como conselheiros independentes ser deliberada na Assembleia Geral que os eleger, sendo também considerados como independentes os conselheiros eleitos mediante faculdade prevista pelo Artigo 141, parágrafos 4º e 5º, da Lei das Sociedades por Ações, na hipótese de haver acionista controlador.

O Estatuto Social da Companhia estabelece, além dos poderes previstos em lei, as seguintes atribuições ao Conselho de Administração:

(a) eleição, destituição e substituição de qualquer diretor da Companhia;
(b) indicar para a Diretoria os administradores a serem eleitos nas Subsidiárias, bem como deliberar sobre a sua destituição;
(c) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinando, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e de suas Subsidiárias, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e sobre quaisquer outros atos da Companhia ou de suas Subsidiárias;
(d) estabelecer a remuneração individual dos administradores, observado o disposto no Artigo 9º do Estatuto;
(e) fixar a orientação geral dos negócios, inclusive aprovando plano de negócios, política de investimentos, avaliação da governança e da remuneração da Companhia e das Subsidiárias;
(f) aquisição, venda, cessão, Transferência ou qualquer operação envolvendo fusão ou aquisição de qualquer Pessoa, incluindo fundos de comercio e luvas comerciais, no Brasil (incluindo, sem limitação, por meio de incorporação de ações e conferência de ativos) ou no exterior pela Companhia ou por suas Subsidiárias;
(g) alienação ou qualquer outra forma de Transferência de ações ou Valores Mobiliários de titularidade da Companhia ou de suas Subsidiárias, bem como qualquer outra operação envolvendo a alienação ou Transferência, pela Companhia ou por suas Subsidiárias, de qualquer participação societária, parte substancial dos ativos ou de um negócio (incluindo por meio de incorporação de ações ou de sociedades, fusões, cisões ou qualquer outra forma de reorganização societária) de sua respectiva titularidade;
(h) contratação, destituição e substituição do Auditor Independente da Companhia e de suas Subsidiárias, observando-se, nessa escolha, o disposto na regulamentação aplicável;
(i) aprovação e alteração das práticas contábeis da Companhia e de suas Subsidiárias, exceto se em conformidade com a Lei ou por exigência legal e/ou regulamentar;
(j) contratação, assunção ou renegociação de empréstimo, adiantamento, extensão de crédito, financiamento ou outra forma de endividamento;
(k) contratação de operações envolvendo instrumentos financeiros, especialmente derivativos, que possam expor a Companhia ou suas Subsidiárias a riscos ou perdas em decorrência de variações nas taxas de câmbio, taxas de juros ou nas cotações de preços de ativos em mercados organizados;

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

(l) aprovação ou qualquer alteração do Orçamento;

(m) aprovação de qualquer investimento (incluindo Capex), pela Companhia ou suas Subsidiárias, cujo valor exceda o valor originalmente aprovado no Orçamento válido à época;

(n) celebração, alteração ou rescisão de qualquer operação ou contrato com Partes Relacionadas da Companhia ou de suas Subsidiárias, incluindo os termos e condições de tais operações e contratos, sendo certo que, quando houver conflito de interesses, os conselheiros diretamente envolvidos deverão declarar-se impedidos, nos termos da legislação aplicável;

(o) concessão, pela Companhia ou por suas Subsidiárias, de empréstimo, adiantamento, extensão de crédito, financiamento ou outra forma de endividamento;

(p) prestação ou concessão de garantias pela Companhia ou por suas Subsidiárias;

(q) constituição de qualquer Gravame ou outra obrigação sobre qualquer ativo da Companhia ou de suas Subsidiárias, fora do curso normal dos seus respectivos negócios, consistente com as suas práticas e políticas passadas;

(r) contratação do seguro de conselheiros e diretores (D&O insurance) previsto no acordo de acionistas;

(s) aprovação e alteração das políticas de crédito da Companhia e de suas Subsidiárias, incluindo, sem limitação, políticas de crédito para fornecedores e clientes;

(t) deliberar sobre qualquer aumento do capital social da Companhia ou emissão de ações ou de títulos conversíveis ou permutáveis por ações, dentro do capital autorizado, conforme Artigo 6º do Estatuto Social;

(u) convocar a qualquer tempo os Diretores, individualmente ou em conjunto, para prestar esclarecimentos e informações, apresentar documentos ou relatórios, inclusive nas Subsidiárias;

(v) aprovar a outorga de opções para aquisição de ações da Companhia (*stock option*) ou a entrega de ações da Companhia a qualquer administrador, colaborador ou empregado da Companhia ou de suas Subsidiárias, conforme os termos e condições previstos nos respectivos planos e programas, podendo delegar a administração de tais planos e programas a um de seus comitês de assessoramento;

(w) deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, *commercial papers*, notas promissórias, *bonds, notes* e de quaisquer outros títulos de uso comum no mercado, para distribuição pública ou privada pela Companhia ou suas Subsidiárias;

(x) convocar a Assembleia Geral quando julgar conveniente ou nas hipóteses exigidas pela Lei das Sociedades por Ações;

(y) manifestar-se sobre o relatório da administração, as contas da diretoria da Companhia e as demonstrações financeiras da Companhia, bem como deliberar sobre sua submissão à Assembleia Geral;

(z) apreciar os resultados trimestrais das operações da Companhia;

(aa) submeter à Assembleia Geral Ordinária proposta de destinação do lucro líquido do exercício;

(bb) aprovar, *ad referendum* da Assembleia Geral, o pagamento de dividendos intermediários ou intercalares, conforme Artigo 35, Parágrafo Segundo, abaixo;

(cc) manifestar-se a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias contados da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo: (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse da Companhia e do conjunto dos acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez das ações; (ii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (iii) as alternativas à aceitação da oferta pública de aquisição de ações disponíveis no mercado; (iv) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis;

(dd) aprovação de oferta pública a ser lançada pela própria Companhia para saída do Novo Mercado ou de qualquer outro mercado no qual as ações da Companhia forem negociadas;

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

(ee) aprovar as políticas, regimentos e códigos obrigatórios nos termos das normas editadas pela CVM, do Regulamento do Novo Mercado e da legislação aplicável à Companhia;
(ff) aprovar o orçamento do comitê de auditoria da Companhia, da área de auditoria interna e de eventuais outros comitês que sejam constituídos, nos termos do Parágrafo Segundo abaixo; e
(gg) aprovar as atribuições da área de auditoria interna.

Comitê de Auditoria

O Comitê será composto por, no mínimo, 3 (três) membros, indicados pelo Conselho de Administração, sendo:

(i) ao menos, um conselheiro independente, conforme definido pelo Regulamento do Novo Mercado; e

(ii) ao menos um membro com reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, nos termos da regulamentação editada pela Comissão de Valores Mobiliários que dispõe sobre o registro e o exercício da atividade de auditoria independente no âmbito do mercado de valores mobiliários e define os deveres e as responsabilidades dos administradores das entidades auditadas e no relacionamento com os auditores independentes.

Compete ao Comitê, dentre outras matérias:

(a) Opinar sobre a contratação e destituição dos serviços de auditoria independente;
(b) Supervisionar as atividades da auditoria independente;
(c) Avaliar e monitorar a qualidade e a integridade das informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações contábeis;
(d) Acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia;
(e) Avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia, promovendo seu gerenciamento, de acordo com a Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia;
(f) Avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a Política para Transação com Partes Relacionadas;
(g) Receber e tratar informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive estabelecer procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação;
(h) Aprovar um cronograma de atividades para o exercício social correspondente.

Para o desempenho de suas funções, o Comitê disporá de autonomia operacional e dotação orçamentária, dentro de limites aprovados pelo Conselho de Administração, nos termos do Estatuto Social.

i. se possuem regimento interno próprio, informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue esses regimentos, locais na rede mundial de computadores onde esses documentos podem ser consultados

O Conselho de Administração e o Comitê de Auditoria da Companhia possuem regimentos internos próprios, os quais foram devidamente aprovados pela reunião do Conselho de Administração realizada em 12 de fevereiro de 2021. Os regimentos citados acima podem ser consultados no site: www. avenida.com.br/ri. A Diretoria, por sua vez, não possui regimento interno.

ii. se o emissor possui comitê de auditoria estatutário, informando, caso positivo, suas principais atribuições, forma de funcionamento e se o mesmo atende aos requisitos da regulamentação emitida pela CVM a respeito do assunto

A Companhia possui um Comitê de Auditoria não Estatutário.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

iii. de que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente, e informando o órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Embora não exista uma política formalizada de contratação de serviços extra auditoria com o auditor independente, é responsabilidade do Conselho de Administração escolher, avaliar e destituir os auditores independentes. O Conselho de Administração deve assegurar que as demonstrações contábeis sejam auditadas por auditor independente com qualificação e experiência apropriada, instrumento fundamental para a confiabilidade desses dados. Para fins de avaliação do trabalho da auditoria independente, compete ao Comitê de Auditoria, nos termos de seu regimento interno, opinar sobre a contratação e destituição dos serviços de auditoria independente.

(b) em relação aos membros da diretoria estatutária, suas atribuições e poderes individuais, indicando se a diretoria possui regimento interno próprio, e informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Diretoria

A Diretoria da Companhia será composta por, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, 5 (cinco) membros, todos residentes no país, todos eleitos e destituíveis, a qualquer tempo, pelo Conselho de Administração, observado o disposto no acordo de acionistas, sendo 1 (um) diretor presidente (*Chief Executive Officer – CEO*), um diretor financeiro (*Chief Financial Officer – CFO*), 1 (um) Diretor de Relações com Investidores (*Investor Relations Officer – IRO*) e os demais diretores sem designação específica.

O mandato dos Diretores será de 03 anos, sendo permitida a reeleição. Todos os Diretores deverão permanecer no exercício de seus cargos até a investidura de seus sucessores.

Compete à **Diretoria** da Companhia, especialmente:

(a) a administração dos negócios sociais em geral;
(b) representar a Companhia em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, podendo receber citações;
(c) assinar contratos e documentos que constituam obrigações, ativas e passivas para a Companhia, observados os requisitos do Estatuto Social;
(d) submeter, anualmente, à apreciação do Conselho de Administração o relatório da Administração, as demonstrações financeiras e as contas da Diretoria;
(e) aprovar operação ou conjunto de operações celebrados com subsidiárias integrais ou controladas da Companhia (sociedades em que a Companhia detenha, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais um de participação no capital social); e
(f) abrir e encerrar filiais, agências ou sucursais, e fixar ou alterar os endereços dessas e da sede da Companhia.

Compete ao **Diretor Presidente**, além das demais atribuições previstas no Estatuto Social:

(a) coordenar a direção geral dos negócios da Companhia, fixar as diretrizes gerais, assim como supervisionar as operações da Companhia;
(b) zelar pelo cumprimento de todos os membros da Diretoria das diretrizes estabelecidas pela Assembleia Geral e Conselho de Administração;
(c) convocar e presidir as reuniões da Diretoria;
(d) coordenar as atividades dos demais Diretores, observadas as atribuições específicas previstas no Estatuto Social; e
(e) definir a repartição das competências aos demais Diretores em relação às áreas não especificamente mencionadas no Estatuto Social “ad referendum” do Conselho de Administração.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

Compete ao **Diretor Financeiro**, dentre outras atribuições que lhe venham a ser estabelecidas pelo Conselho de Administração:

(a) planejar, coordenar, organizar, dirigir e supervisionar as atividades relativas às áreas financeira, contábil, fiscal e de planejamento e controle da Companhia;
(b) coordenar o controle e movimentação financeira da Companhia, zelando pela saúde econômica e financeira; e
(c) gerenciar o orçamento, controlar despesas, implantar controles e reportar o desempenho financeiro da Companhia.

Compete ao **Diretor de Relações com Investidores**:

(a) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar o trabalho de relações com investidores, bem como representar a Companhia perante acionistas, investidores, analistas de mercado, a CVM, a B3, o Banco Central do Brasil e os demais órgãos de controle e demais instituições relacionadas às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, no Brasil e no exterior;
(b) prestar informações ao público investidor, à CVM e B3, às demais Bolsas de Valores em que a Companhia tenha seus valores mobiliários negociados, a agências de rating quando aplicável e aos demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, conforme legislação aplicável, no Brasil e no exterior; e
(c) manter atualizados os registros da Companhia perante a CVM e a B3.

O **Diretor sem designação específica** terá as funções que lhe sejam atribuídas pelo Conselho de Administração, por ocasião de sua eleição, ressalvada a competência de o Diretor Presidente fixar-lhe outras atribuições não conflitantes.

A Diretoria não possui regimento interno.

(c) data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, informando se possui regimento interno próprio, e indicando, em caso positivo, data da sua aprovação pelo conselho fiscal e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado:

Conselho Fiscal

Até a data deste Formulário de Referência, o Conselho Fiscal ainda não havia sido instalado.

(d) se há mecanismos de avaliação de desempenho do conselho de administração e de cada órgão ou comitê que se reporta ao conselho de administração, informando, em caso positivo

Sim, há mecanismos de avaliação de desempenho do Conselho de Administração, da Diretoria e do Comitê de Auditoria que se reporta ao Conselho de Administração, conforme indicado abaixo.

i. a periodicidade da avaliação e sua abrangência, indicando se a avaliação é feita somente em relação ao órgão ou se inclui também a avaliação individual de seus membros

Conselho de Administração e Diretoria

O Conselho de Administração realiza, no mínimo, a cada 1 (um) ano a sua avaliação como órgão e de cada um de seus membros, individualmente. Vale ressaltar que a referida avaliação deverá ser realizada ao menos 1 (uma) vez durante a vigência do mandato de cada Conselheiro. Adicionalmente, os Diretores também são avaliados, individualmente, pelo Conselho de Administração. Estará elegível para participar do processo de avaliação, como avaliador ou avaliado, os membros do Conselho de Administração e da Diretoria que estiverem na respectiva função por, pelo menos, 2 (duas) reuniões ordinárias desde a última avaliação. A condução do processo de avaliação do Conselho de Administração, membros do Conselho de Administração e da Diretoria é

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

de responsabilidade do Presidente do Conselho de Administração. É facultativa a utilização de assessoria externa especializada.

Os resultados consolidados das avaliações do conselho de administração, dos Conselheiros e dos Diretores serão divulgados a todos os membros do conselho de administração, sendo certo que os resultados das avaliações: (i) individuais dos Conselheiros serão disponibilizados à pessoa em questão e ao Presidente do Conselho; (ii) do Presidente do Conselho e dos Diretores serão também disponibilizados a todos os Conselheiros; e (iii) de cada Conselheiro e do Presidente do Conselho serão discutidos em sessões de *feedback* individuais.

Comitê de Auditoria

O Comitê realiza, no mínimo, a cada 1 (um) ano a avaliação dos órgãos como colegiados e de cada um de seus membros, individualmente. Vale ressaltar que a referida avaliação deverá ser realizada ao menos 1 (uma) vez durante a vigência do mandato do membro do Comitê em questão. Estará elegível para participar do processo de avaliação, como avaliador ou avaliado, o membro do comitê que estiver na função por, pelo menos, 2 (duas) reuniões ordinárias desde a última avaliação. A condução do processo de avaliação é de responsabilidade do Coordenador do Comitê, conforme aplicável. Os resultados consolidados das avaliações serão disponibilizados a todos os membros do Comitê. Os resultados das avaliações individuais serão disponibilizados à pessoa em questão, ao Coordenador do Comitê em questão e ao Presidente do Conselho de Administração da Companhia.

ii. metodologia adotada e os principais critérios utilizados na avaliação

Em relação à metodologia adotada, o processo de avaliação consiste nas seguintes etapas: (i) autoavaliação dos membros do Conselho de Administração, (ii) avaliação do próprio Conselho de Administração, dos membros da Diretoria e dos comitês de assessoramento enquanto órgãos colegiados. Além disso, os membros do Comitê de Auditoria realizam sua autoavaliação e avaliação do próprio comitê de que participam.

O processo de avaliação é estruturado levando em consideração as características e responsabilidades específicas do Conselho de Administração, de seus membros, seu Presidente e cada um dos comitês de assessoramento, buscando alcançar um alto nível de especialização durante a avaliação.

Os principais critérios utilizados na avaliação dos membros do Conselho de Administração e dos membros dos comitês de assessoramento são: (i) assiduidade no exame e no debate das matérias discutidas; (ii) a contribuição ativa no procedimento decisório; e (iii) o comprometimento com o exercício das suas funções.

Já para os membros da Diretoria, são avaliados de acordo com a sua performance individual e metas corporativas (KPIs) que são definidas anualmente de acordo com a estratégia da Companhia.

iii. como os resultados da avaliação são utilizados pelo emissor para aprimorar o funcionamento deste órgão; e

Os resultados consolidados das avaliações do Conselho, dos Conselheiros e dos Diretores serão divulgados a todos os membros do Conselho.

Os resultados das avaliações individuais dos Conselheiros serão disponibilizados à pessoa em questão, ao Presidente do Conselho, sendo que os resultados das avaliações do Presidente do Conselho e dos Diretores serão também disponibilizados a todos, como forma de fiscalização e estímulo aos demais membros. Os resultados das avaliações de cada Conselheiro e do Presidente do Conselho serão discutidos em sessões de *feedback* individuais.

Os resultados das avaliações do Conselho de Administração, Conselheiros, Diretores, Comitê de Auditoria e de seus respectivos membros são utilizados pela Companhia para identificar os pontos fortes e os pontos que devem ser melhorados por cada um. Uma vez identificados tais pontos, a Companhia é capaz de estabelecer planos de ação para o contínuo aperfeiçoamento dos órgãos,

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

comitês e membros da administração da Companhia. Os planos de ação compreendem, por exemplo, a definição de metas para o ano subsequente.

Para propiciar o endereçamento dos pontos identificados acima, os resultados das avaliações de cada Conselheiro, do seu Presidente e dos membros da Diretoria serão discutidos em sessões de *feedback* individuais. Para assegurar isso, a avaliação deverá ser realizada ao menos 1 (uma) vez durante a vigência do mandato do Conselheiro.

Em relação ao Comitê de Auditoria, os resultados consolidados das avaliações serão disponibilizados a todos os membros deste comitê e do Conselho de Administração. Os resultados das avaliações individuais serão disponibilizados à pessoa em questão, Coordenador do Comitê de Auditoria e ao Presidente do Conselho de Administração.

iv. se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos

A avaliação de desempenho do Conselho de Administração, bem como de seus membros e dos membros da Diretoria, é de responsabilidade do Presidente do Conselho de Administração e a avaliação de desempenho do Comitê de Auditoria, bem como de seus membros, é de responsabilidade do seu coordenador, sendo que poderá ser contratada empresa de consultoria para assessorar esse processo. Até a data deste Formulário de Referência, tais serviços de assessoria externa não haviam sido contratados.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às Assembleias Gerais

(a) Prazos de convocação

A Companhia não adota prática diferenciada quanto aos prazos de convocação em relação ao previsto na legislação societária. A primeira convocação deve ser feita com, no mínimo, 15 dias de antecedência da data marcada para realização da Assembleia Geral, contado tal prazo da publicação do primeiro anúncio de convocação, do qual constará local, data e hora da assembleia e a respectiva ordem do dia. Caso a assembleia geral não se realize após a primeira convocação, será publicado novo anúncio, de segunda convocação, com antecedência mínima de oito dias, conforme o estatuto social da Companhia aprovada na Assembleia Geral de Acionistas realizada em 12 de fevereiro de 2021 ("Estatuto Social") e o Artigo 124, §1º, inciso II, da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").]

(b) Competências

Compete exclusivamente aos acionistas da Companhia, reunidos em Assembleia Geral, nos termos do Estatuto Social e da Lei das Sociedades por Ações, deliberar sobre as seguintes matérias:

(a) autorizar a emissão de debêntures conversíveis em ações e outros títulos conversíveis em ações, observado o disposto no Artigo 6º do Estatuto Social;

(b) recompra, cancelamento ou resgate de Ações ou Valores Mobiliários de emissão da Companhia;

(c) deliberar sobre a eleição e destituição de liquidantes, bem como sobre o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação, e o julgamento de suas contas e partilha do acervo social em caso de liquidação;

(d) alteração do estatuto social da Companhia;

(e) atribuir bonificações em ações e decidir sobre eventuais grupamentos e desdobramentos de ações;

(f) eleger e/ou destituir, a qualquer tempo, os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;

(g) fixar o limite global anual da remuneração dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e, se instalado, do Conselho Fiscal; observado que, caberá ao Conselho de Administração deliberar sobre a distribuição individual da remuneração do próprio Conselho de Administração, da Diretoria e, se instalado, do Conselho Fiscal;

(h) deliberar sobre a avaliação de bens com que o acionista concorrer para a formação do capital social;

(i) requerimento de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, liquidação ou dissolução da Companhia ou de suas Subsidiárias;

(j) criação, alteração ou cancelamento de planos de opção de ações ou instrumentos similares pela Companhia ou a entrega de ações em tesouraria, em favor de qualquer administrador ou empregado da Companhia ou das subsidiárias;

(k) tomar, anualmente, as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas;

(l) deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro líquido do exercício;

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

(m) deliberar sobre a alteração da política de dividendos da Companhia; e

(n) dispensar a realização de oferta pública de aquisição de ações ("OPA") para saída do Novo Mercado.

(c) Endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Endereço Eletrônico: ri@grupoavenida.com.br

Endereço Físico: Avenida das Nações Unidas, 14.401, Cj. 2716, Torre Tarumã, 27º andar, Chácara Santo Antônio, São Paulo/SP, CEP: 04794-000

(d) Identificação e administração de conflitos de interesses

A Companhia não adota um mecanismo específico para identificar conflitos de interesse nas assembleias gerais, aplicando-se à hipótese as regras constantes na legislação brasileira.

(e) Solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

Os acionistas poderão fazer-se representar nas assembleias gerais por procuradores constituídos há menos de um ano e que, também, seja acionista da Companhia, advogado, representante da instituição financeira ou administrador de fundos de investimentos que represente os condôminos.

(f) Formalidades necessárias para aceitação de procurações outorgadas por acionistas, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notarização, consularização e tradução juramentada e se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

A qualidade de acionista deve ser comprovada mediante exibição de documentos hábeis previstos na lei. Os acionistas poderão fazer-se representar nas Assembleias Gerais por procurador constituído há menos de um ano e que, também, seja acionista da Companhia, advogado, representante da instituição financeira ou administrador de fundos de investimentos que represente os condôminos.

A Companhia admite procurações outorgadas por meio eletrônico desde que na data da Assembleia sejam apresentados os documentos originais. Não há prazo prévio para depósito do instrumento de mandato.

A Companhia não possui nenhuma outra regra, política ou prática para a aceitação de procurações de acionistas, além do disposto na legislação aplicável.

(g) Formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto a distância, quando enviados diretamente à companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notarização e consularização

Conforme previsto nos artigos 21-A e seguintes da Instrução CVM n° 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 481"), os nossos acionistas poderão encaminhar, nas hipóteses previstas na Instrução CVM 481, bem como nas demais assembleias gerais nas quais nós, de forma discricionária, optemos pela adoção do boletim de voto a distância, nossas instruções de voto em relação às matérias objeto da referida assembleia geral, mediante o preenchimento e envio do respectivo boletim de voto.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

No que se refere às formalidades necessárias para aceitação do referido boletim, os seguintes documentos devem ser enviados à sede social, aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores da Companhia/Assembleia Geral:

(i) via física original do boletim de voto a distância relativo a Assembleia Geral, devidamente preenchido, rubricado e assinado; e

(ii) cópia autenticada dos seguintes documentos:

(a) **pessoa física:** documento de identidade com foto do acionista ou de seu representante legal, quando representado por procurador, cópia autenticada do documento que comprove os poderes do signatário;

(b) **pessoa jurídica:** último estatuto ou contrato social consolidado e da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração), bem como documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is); e

(c) **fundo de investimento:** último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, além da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração); bem como documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is).

A Companhia exige o reconhecimento de firma dos boletins assinados no território brasileiro e a notarização daqueles concedidos fora do país. Os documentos deverão ser encaminhados ao seguinte endereço postal: Avenida das Nações Unidas, 14.401, Cj. 2716, Torre Tarumã, 27º andar, Chácara Santo Antônio, São Paulo/SP, CEP: 04794-000.

O acionista poderá também, se preferir, antecipar o encaminhamento dos documentos, enviando as vias digitalizadas do boletim de voto e dos documentos acima referidos para o endereço eletrônico: ri@grupoavenida.com.br.

De qualquer forma, é indispensável o recebimento da via original (física) do boletim de voto e a cópia dos demais documentos encaminhados anteriormente por e-mail pelo acionista, no prazo de sete dias antes da data de realização da respectiva Assembleia, no endereço indicado acima.

Ainda, nos termos do artigo 21-U da Instrução CVM 481, será comunicado ao acionista, em até três dias da data de recebimento do boletim de voto a distância e respectivas documentações exigidas, se os documentos recebidos são suficientes ou não para que o voto seja considerado válido.

Caso o Boletim não esteja regularmente preenchido ou acompanhado dos documentos comprobatórios acima descritos, este será desconsiderado e tal fato será informado ao acionista por meio de comunicação digital enviada para o endereço eletrônico indicado no boletim, que indicará a necessidade de reenvio do boletim ou dos documentos que o acompanham (desde que haja tempo hábil), descrevendo os procedimentos e prazos necessários à regularização do voto a distância. O acionista será comunicado caso os documentos recebidos sejam insuficientes para que o voto seja considerado válido.

(h) Se a companhia disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância

A Companhia não disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto à distância ou de participação a distância próprio, porem utilizará as prerrogativas da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, para viabilizar o processo de voto a distância, inclusive por meio do sistema da Central de Inteligência Corporativa ("Central de Inteligência Corporativa") mantido pela B3.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

(i) Instruções para que acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância

O acionista ou o grupo de acionistas que desejar incluir proposta de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância deverá observar o procedimento e as formalidades previstas na Seção IV do Capítulo III-A da Instrução CVM 481, e enviar por correspondência para nosso escritório administrativo, localizado na Avenida das Nações Unidas, 14.401, Cj. 2716, Torre Tarumã, 27º andar, Chácara Santo Antônio, São Paulo/SP, CEP: 04794-000, aos cuidados do Diretor de Relação com Investidores, juntamente com os documentos pertinentes a proposta, ou por meio do endereço eletrônico: ri@grupoavenida.com.br.

Nos termos da Instrução CVM 481, a solicitação de inclusão de proposta de deliberação no boletim de voto a distância deve ser recebida pela Diretoria de Relação com Investidores no período entre o primeiro dia útil do exercício social em que se realizara a Assembleia Geral Ordinária e até 45 dias antes da data de sua realização. Já a solicitação de inclusão de proposta de chapas ou candidatos a membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal no boletim de voto a distância deve ser recebida pelo Diretor de Relação com Investidores no período entre (i) o primeiro dia útil do exercício social em que se realizara a Assembleia Geral e até 25 dias antes da data de sua realização, na hipótese de Assembleia Geral ordinária; ou (ii) o primeiro dia útil após a ocorrência de evento que justifique a convocação de Assembleia Geral para eleição de membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal e até 25 (vinte e cinco) dias antes da data de realização da Assembleia, na hipótese de Assembleia Geral Extraordinária convocada para esse fim.

(j) Se a companhia disponibiliza fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

A Companhia não mantém fóruns ou páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das Assembleias Gerais.

(k) Outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância

Não há outras informações, além das instruções disponibilizadas acima, necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância nas Assembleias Gerais da Companhia. A área de relações com investidores é dedicada ao esclarecimento de dúvidas dos acionistas e mercado em geral, inclusive de questões relacionadas às Assembleias Gerais de acionistas.

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

(a) Número de reuniões realizadas no último exercício social, discriminando entre número de reuniões ordinárias e extraordinárias

O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, mensalmente e, extraordinariamente, sempre que necessário, mediante convocação por escrito de qualquer dos seus membros, através de carta registrada ou correio eletrônico (com a devida confirmação de recebimento), com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis e com a apresentação da pauta dos assuntos a serem tratados e dos documentos pertinentes, ressalvados os casos de urgência, nos quais as reuniões do Conselho de Administração poderão ser convocadas por seu Presidente sem a observância do prazo acima, desde que inequivocamente cientes todos os demais integrantes do Conselho.

Os conselheiros poderão participar e votar (inclusive antecipadamente) à distância, por meio de telefone, videoconferência, e-mail ou qualquer outro meio eletrônico, nos termos do Regimento Interno do Conselho de Administração. O conselheiro que assim participar será considerado presente em referida reunião. Qualquer conselheiro poderá indicar outro conselheiro para representá-lo em uma reunião, via procuração.

No último exercício social, o Conselho de Administração reuniu-se 12 vezes, sendo 12 reuniões ordinárias e nenhuma reunião extraordinária.

(b) Se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

O Acordo de Acionistas da Companhia, em vigor na data deste Formulário de Referência, possui disposições a respeito restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho descritas no item 15.5 deste Formulário de Referência.

(c) Regras de identificação e administração de conflitos de interesses

O Estatuto Social da Companhia veda ao membro do Conselho de Administração intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da Companhia, bem como na deliberação que a respeito tomarem os demais administradores, cumprindo-lhe cientificá-los do seu impedimento e fazer consignar, em ata de reunião, a natureza e extensão do seu interesse.

(d) se o emissor possui política de indicação e de preenchimento de cargos do conselho de administração formalmente aprovada, informando, em caso positivo:

i. órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Em reunião realizada 12 de fevereiro de 2021, os membros do Conselho de Administração aprovaram a política de indicação dos membros do Conselho de Administração, Comitês e Diretoria Estatutária ("Política de Indicação"). A íntegra da Política de Indicação pode ser acessada no site de relações com investidores: http://avenida.com.br/ri e no site da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br), na categoria "Política de Indicação".

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

ii. principais características da política, incluindo regras relativas ao processo de indicação dos membros do conselho de administração, à composição do órgão e à seleção de seus membros

O Conselho de Administração será formado por, no mínimo, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 9 (nove) membros, com mandato unificado de 2 (dois) anos, facultada a reeleição, conforme Estatuto Social. Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo, 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser "Conselheiros Independentes", conforme a definição do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3, devendo a caracterização dos indicados ao Conselho de Administração como Conselheiros Independentes ser deliberada na Assembleia Geral que os eleger, sendo também considerado(s) como independente(s) o(s) conselheiro(s) eleito(s) mediante faculdade prevista pelo artigo 141, §§ 4º e 5º da Lei das Sociedades por Ações. Conforme disposto no Regulamento do Novo Mercado, os conselheiros eleitos mediante votação em separado serão considerados independentes, enquanto houver acionista controlador na Companhia.

Conforme disposto na Política de Indicação da Companhia, a indicação dos membros do Conselho de Administração deverá obedecer os seguintes critérios: (i) alinhamento e comprometimento com os valores e à cultura da Companhia, seu Código de Ética e Conduta e suas políticas internas; (ii) reputação ilibada; (iii) formação acadêmica compatível com as atribuições dos membros do Conselho de Administração, conforme descritas no Estatuto Social; (iv) experiência profissional em temas diversificados, tendo exercido previamente funções similares àquelas a serem desempenhadas em seu mandato de Conselheiro ou tendo reunido capacidades e experiências que sejam do interesse da Companhia no momento de sua indicação; (v) estar isento de conflito de interesse com a Companhia; e (vi) disponibilidade de tempo para dedicar-se adequadamente à função e responsabilidade assumida, que vai além da presença nas reuniões do conselho e da leitura prévia da documentação.

12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem

12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, a Companhia, seus acionistas, Administradores e os membros do Conselho Fiscal ficam obrigados a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas no estatuto social, nas disposições na Lei das Sociedades por Ações, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Contrato de Participação do Novo Mercado, do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento de Sanções e do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado.

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			
Rodrigo Caseli	29/12/1975	Pertence apenas à Diretoria	12/02/2021	2 anos	4
544.287.501-53	Administrador de Empresas	19 - Outros Diretores	12/02/2021	Não	0.00%
Diretor Presidente das Lojas Avenida S.A. e do Club Mais Administradora de Cartões Ltda.		Diretor Presidente			
Carlos Ernane Abrahão	06/07/1968	Pertence apenas à Diretoria	12/02/2021	2 anos	3
091.732.548-60	Administrador de Empresas	19 - Outros Diretores	12/02/2021	Não	0.00%
Diretor Financeiro das Lojas Avenida S.A. e do Club Mais Administradora de Cartões Ltda.		Diretor Financeiro e de Relações com Investidores			
Christian Caseli	21/08/1972	Pertence apenas ao Conselho de Administração	12/02/2021	2 anos	8
024.608.207-04	Administrador de Empresas	20 - Presidente do Conselho de Administração	12/02/2021	Sim	100.00%
Não Aplicável					
Giovanna Caseli Freitas Gonçalves	18/06/1978	Pertence apenas ao Conselho de Administração	12/02/2021	2 anos	8
053.013.317-28	Advogada	21 - Vice Presidente Cons. de Administração	12/02/2021	Sim	100.00%
Não Aplicável					
Cristiano Gioia Lauretti	27/02/1973	Pertence apenas ao Conselho de Administração	12/02/2021	2 anos	8
259.028.958-80	Engenheiro	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	12/02/2021	Não	100.00%
Não Aplicável					
Diego Montezano dos Santos	22/02/1984	Pertence apenas ao Conselho de Administração	12/02/2021	2 anos	8
327.273.628-03	Administrador de Empresas	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	12/02/2021	Não	100.00%
Não Aplicável					
Marcelo José Ferreira e Silva	18/03/1951	Pertence apenas ao Conselho de Administração	12/02/2021	2 anos	5

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			
018.752.214-68	Administrador de Empresas	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	12/02/2021	Não	100.00%
Membro Independente do Comitê de Auditoria					
Rodrigo de Queirós Cabrera Nasser	04/11/1979	Pertence apenas ao Conselho de Administração	12/02/2021	2 anos	1
310.287.378-23	Administrador de Empresas	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	12/02/2021	Não	100.00%
Não Aplicável					

Experiência profissional / Critérios de Independência

Rodrigo Caseli - 544.287.501-53

Formado em Administração de Empresas pela UNIC - União Escolas Superiores Cuiabá e MBA em Marketing pela FGV - Fundação Getúlio Vargas, atuou nos últimos dez anos como Diretor Presidente do Grupo Avenida S.A., Diretor Presidente das Lojas Avenida S.A. e como administrador do Club Mais Administradora de Cartões Ltda. Estas duas últimas empresas mencionadas, são entidades jurídicas controladas pelo Emissor. No mais, declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Carlos Ernane Abrahão - 091.732.548-60

Formado em Administração de Empresas pela FAAP - Fundação Armando Álvares Penteado e pós-graduado em Economia pela FAAP - Fundação Armando Alvares Penteado, atuou nos últimos cinco anos, entre os anos de 2015 e 2018, como Diretor Financeiros do Grupo Fasano, o qual após esse período, atuou como Diretor Financeiro do Grupo Avenida S.A., Diretor Financeiro das Lojas Avenida S.A. e como administrador do Club Mais Administradora de Cartões Ltda. Estas duas últimas empresas mencionadas, são entidades jurídicas controladas pelo Emissor. Além disso, desde 1999, atua como Presidente do Conselho Fiscal do Instituto Ronald McDonald. No mais, declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Christian Caseli - 024.608.207-04

Formado em Economia pela UNIC - União Escolas Superiores Cuiabá e Management pela FGV - Fundação Getúlio Vargas, atuou nos últimos cinco anos como Presidente do Conselho de Administração do Grupo Avenida S.A. No mais, declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Giovanna Caseli Freitas Gonçalves - 053.013.317-28

Formada em Direito pela UNIC - União Escolas Superiores Cuiabá e Coaching pela Pro Fit Coaching, atuou nos últimos cinco anos como Vice-Presidente do Conselho de Administração do Grupo Avenida S.A., bem como ocupou o cargo de Diretora de Desenvolvimento da International Coach Federation Brasil e Diretora da Giovanna Caseli Coach. No mais, declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Cristiano Gioia Lauretti - 259.028.958-80

Formado em Engenharia de Produção pela USP - POLI, atualmente é o sócio responsável pela área de Private Equity da Kinea Investimentos. Durante os últimos cinco anos, atuou como membro dos seguintes Conselhos de Administração: (i) de junho de 2011 a março de 2018, atuou como membro do Conselho da UNIDAS S.A., empresa locadora de veículos; (ii) de junho de 2013 a novembro de 2015, atuou como membro de Conselho do Grupo ABC; (iii) de janeiro de 2013 a maio de 2016, atuou como membro do Conselho da Delfpar S.A., holding de laboratórios de diagnóstico por imagem; (iv) de maio de 2016 a novembro de 2016, atuou como membro do Conselho do Centro de Imagem Diagnóstico S.A., holding de laboratórios de diagnóstico por imagem; (v) desde maio de 2014, atua como membro do Conselho do Grupo Avenida S.A., holding de varejo de vestuário; (vi) de junho de 2015 a novembro de 2018, atuou como membro do Conselho da Eliane S.A. Revestimentos Cerâmicos; (vii) de novembro de 2016 a janeiro de 2018, atuou como membro do Conselho da Uninter Educacional S.A., grupo de ensino superior à distância; (viii) de novembro de 2016 a dezembro de 2019, atuou como membro do Conselho da AVG Logística S.A. e 3PL Brasil Logística S.A., operador logístico; (ix) desde de novembro de 2018, atua como membro do Conselho da Quartier Participações S.A., holding educacional; (x) desde de junho de 2019, atua como membro do Conselho da CCG Participações S.A., operadora de planos de saúde e hospitais; (xi) desde março de 2020, atua como membro observador do Conselho da Matera Systems Informática S.A., empresa desenvolvedora de software; (xii) desde março de 2018, atua como membro do Conselho da Azimutemed Consultoria e Assessoria S.A.; e (xiii) desde novembro de 2019, atua como membro do Conselho da Dimed S.A. Distribuidora de Medicamentos, varejista farmacêutica. No mais, declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Diego Montezano dos Santos - 327.273.628-03

Formado em Administração de Empresas pela FGV - Fundação Getúlio Vargas, atualmente é diretor da área de Private Equity da Kinea Investimentos. Durante os últimos cinco anos, atuou como membro dos seguintes Conselhos de Administração: (i) desde maio de 2014, atua como membro do Conselho do Grupo Avenida S.A., holding de varejo de vestuário; e (ii) desde junho de 2019, atua como membro do Conselho da CCG Participações S.A., operadora de planos de saúde e hospitais. No mais, declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Marcelo José Ferreira e Silva - 018.752.214-68

Formado em Economia pela Universidade Federal de Pernambuco, atuou nos últimos cinco anos como membro dos seguintes Conselhos de Administração: (i) desde 2013, atua como membro do Conselho das Indústrias Reunidas Raymundo da Fonte S.A., companhia do setor industrial, (ii) Grupo Sílvio Santos, companhia do setor de comunicação; (iii) Movida Participações S.A., empresa do setor de aluguel de carros; (iii) Raia Drogasil S/A, empresa do setor de varejo farmacêutico; e (iv) Magazine Luiza S.A, empresa do setor de varejo. Além disso, é membro do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance, do Comitê de Finanças e Crédito ao Consumidor, do Comitê de Pessoas e Cultura Organizacional e do Comitê de Estratégia, Negócios e Transformação Digital da Magazine Luiza S.A. É membro independente segundo o critério do Regulamento do Novo Mercado. No mais, declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Rodrigo de Queirós Cabrera Nasser - 310.287.378-23

Formado em Administração de Empresas pela PUC - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e Sistemas de Informação pela FGV - Fundação Getúlio Vargas, atualmente é sócio e fundador da ITU Partners – Advisory em Estratégia. Nos últimos cinco anos, atuou como Diretor Executivo da Netshoes. É membro independente segundo o critério do Regulamento do Novo Mercado. No mais, declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Rodrigo Caseli - 544.287.501-53	
N/A	
Carlos Ernane Abrahão - 091.732.548-60	
N/A	
Christian Caseli - 024.608.207-04	
N/A	
Giovanna Caseli Freitas Gonçalves - 053.013.317-28	
N/A	
Cristiano Gioia Lauretti - 259.028.958-80	
N/A	

Diego Montezano dos Santos - 327.273.628-03

N/A

Marcelo José Ferreira e Silva - 018.752.214-68

N/A

Rodrigo de Queirós Cabrera Nasser - 310.287.378-23

N/A

12.7/8 - Composição Dos Comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	**Descrição outros comitês**	**Profissão**	**Descrição outros cargos ocupados**	**Data eleição**	**Número de Mandatos Consecutivos**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Marcelo José Ferreira e Silva	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatutário não aderente à Instrução CVM nº 308/99	Membro do Comitê (Efetivo)	18/03/1951	12/02/2021	2 anos
018.752.214-68		Administrador de Empresas		12/02/2021	0	0.00%
Conselheiro Independente						
Rodrigo de Queirós Cabrera Nasser	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Não estatutário	Membro do Comitê (Efetivo)	04/11/1979	12/02/2021	2 anos
310.287.378-23		Administrador de Empresas		12/02/2021	0	0.00%
Conselheiro Independente						
Paulo Antonio Baraldi	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Não estatutário	Membro do Comitê (Efetivo)	03/06/1949	12/02/2021	2 anos
487.827.268-68		Contador e Administrador de Empresas		12/02/2021	0	0.00%

Experiência profissional / Critérios de Independência

Marcelo José Ferreira e Silva - 018.752.214-68

Formado em Economia pela Universidade Federal de Pernambuco, atuou nos últimos cinco anos como membro dos seguintes Conselhos de Administração: (i) desde 2013, atua como membro do Conselho das Indústrias Reunidas Raymundo da Fonte S.A., companhia do setor industrial, (ii) Grupo Sílvio Santos, companhia do setor de comunicação; (iii) Movida Participações S.A., empresa do setor de aluguel de carros; (iii) Raia Drogasil S/A, empresa do setor de varejo farmacêutico; e (iv) Magazine Luiza S.A, empresa do setor de varejo. Além disso, é membro do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance, do Comitê de Finanças e Crédito ao Consumidor, do Comitê de Pessoas e Cultura Organizacional e do Comitê de Estratégia, Negócios e Transformação Digital da Magazine Luiza S.A. É membro independente segundo o critério do Regulamento do Novo Mercado. No mais, declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Rodrigo de Queirós Cabrera Nasser - 310.287.378-23

Formado em Administração de Empresas pela PUC - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e Sistemas de Informação pela FGV - Fundação Getúlio Vargas, atualmente é sócio e fundador da ITU Partners – Advisory em Estratégia. Nos últimos cinco anos, atuou como Diretor Executivo da Netshoes. É membro independente segundo o critério do Regulamento do Novo Mercado. No mais, declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Paulo Antonio Baraldi - 487.827.268-68

Graduou-se em Ciências Contábeis e em Administração pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas em 1975; e cursou o Advanced Management Programm do INSEAD - França em 1996. Participou em diversos cursos no Brasil e no exterior, inclusive como sócio e palestrante, através das empresas de consultoria e auditoria: Coopers & Lybrand, Arthur Andersen e Deloitte entre 1986 e 2003. Atualmente é sócio na Risk at Risk Consulting, empresa de consultoria que iniciou suas atividades em 2003. Foi conselheiro fiscal do Banco Votorantim S.A. entre 2009 e 2010, do Banco ABC Brasil S.A entre 2010 e 2011 e da Renuka do Brasil S.A em 2012. Participou do comitê de auditoria do Grupo Novo Mundo entre 2010 a 2012; e do Grupo José Alves entre 2007 e 2015. É membro do Comitê de Auditoria do Magazine Luiza desde abril de 2013; da JSL S.A desde outubro de 2020; e do Grupo Avenida desde fevereiro de 2021.
No mais, declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Marcelo José Ferreira e Silva - 018.752.214-68	
N/A	
Rodrigo de Queirós Cabrera Nasser - 310.287.378-23	
N/A	
Paulo Antonio Baraldi - 487.827.268-68	
N/A	

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
Administrador do emissor ou controlada				
Rodrigo Caseli	544.287.501-53	Grupo Avenida S.A.	09.532.889/0001-22	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Diretor Presidente				
Pessoa relacionada				
Christian Caseli	024.608.207-04	Grupo Avenida S.A.	09.532.889/0001-22	
Presidente do Conselho de Administração				
Observação				
N/A				
Administrador do emissor ou controlada				
Rodrigo Caseli	544.287.501-53	Grupo Avenida S.A.	09.532.889/0001-22	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Diretor Presidente				
Pessoa relacionada				
Giovanna Caseli Freitas Gonçalves	053.013.317-28	Grupo Avenida S.A.	09.532.889/0001-22	
Vice-Presidente do Conselho de Administração				
Observação				
N/A				

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Exercício Social 31/12/2020			
Administrador do Emissor			
Rodrigo Caseli	544.287.501-53	Controle	Controlada Direta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
Lojas Avenida S.A.	00.819.201/0001-15		
Diretor Presidente			
Observação			
N/A			
Administrador do Emissor			
Carlos Ernane Abrahão	091.732.548-60	Controle	Controlada Direta
Diretor Financeiro			
Pessoa Relacionada			
Lojas Avenida S.A.	00.819.201/0001-15		
Diretor Financeiro			
Observação			
N/A			
Administrador do Emissor			
Rodrigo Caseli	544.287.501-53	Controle	Controlada Direta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
Club Mais Administradora de Cartões Ltda.	21.600.988/0001-08		
Administrador			
Observação			
N/A			

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Carlos Ernane Abrahão	091.732.548-60	Controle	Controlada Direta
Diretor Financeiro			
Pessoa Relacionada			
Club Mais Administradora de Cartões Ltda.	21.600.988/0001-08		
Administrador			
Observação			
N/A			

Exercício Social 31/12/2019

Administrador do Emissor			
Rodrigo Caseli	544.287.501-53	Controle	Controlada Direta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
Lojas Avenida S.A.	00.819.201/0001-15		
Diretor Presidente			
Observação			
N/A			
Administrador do Emissor			
Carlos Ernane Abrahão	091.732.548-60	Controle	Controlada Direta
Diretor Financeiro			
Pessoa Relacionada			
Lojas Avenida S.A.	00.819.201/0001-15		
Diretor Financeiro			
Observação			
N/A			

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Rodrigo Caseli	544.287.501-53	Controle	Controlada Direta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
Club Mais Administradora de Cartões Ltda.	21.600.988/0001-08		
Administrador			
Observação			
N/A			
Administrador do Emissor			
Carlos Ernane Abrahão	091.732.548-60	Controle	Controlada Direta
Diretor Financeiro			
Pessoa Relacionada			
Club Mais Administradora de Cartões Ltda.	21.600.988/0001-08		
Administrador			
Observação			
N/A			

Exercício Social 31/12/2018

Administrador do Emissor			
Rodrigo Caseli	544.287.501-53	Controle	Controlada Direta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
Lojas Avenida S.A.	00.819.201/0001-15		
Diretor Presidente			
Observação			
N/A			

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Rodrigo Caseli	544.287.501-53	Controle	Controlada Direta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
Club Mais Administradora de Cartões Ltda.	21.600.988/0001-08		
Administrador			
Observação			
N/A			

12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

A Companhia contratou seguro de responsabilidade civil de diretores e administradores (D&O), junto à HDI Global Seguros S/A, vigente até 17.12.2020, cujo limite máximo de garantia é de R$ 45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões de reais). O valor do prêmio líquido desta apólice é de R$ 62.437,50 (sessenta e dois mil, quatrocentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos) com vencimento da última parcela em 12.05.2020.

O seguro possui cobertura para conselheiros, diretores e empregados com poderes de gestão da Companhia, e garante o pagamento ou reembolso de despesas decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou à Companhia, custos de defesa e acordos celebrados com prévia anuência da seguradora, com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude de atos praticados por diretores e administradores no exercício de suas funções. O seguro também possui cobertura para multas e penalidades impostas por agentes estatais, limitada a R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), desde que não decorrentes de atos dolosos, e cuja contratação a Companhia entende ser um atrativo para retenção de administradores que queiram ter a sua exposição mitigada nesse sentido.

Caso haja fusão ou incorporação da Companhia, alteração do controle societário ou decretação de regime de intervenção/regime especial/liquidação, a cobertura do seguro só será aplicável para os fatos, atos ou omissões praticadas antes da data da operação.

A Companhia não possui contratos de indenidade com seus administradores.

12.12 - Outras informações relevantes

12.12 - Outras informações relevantes

I. Assembleias Gerais da Companhia

Apresentamos abaixo, com relação às Assembleias Gerais da Companhia realizadas nos últimos três exercícios sociais, (i) data de realização; (ii) eventuais casos de instalação em segunda convocação; e (iii) quórum de instalação:

Evento	Data	Quórum de instalação	Instalação em segunda convocação
AGE – Alteração da Sede	17.07.2019	100%	NÃO
AGE – Reeleição do Conselho de Administração	28.06.2019	100%	NÃO
AGO – Aprovação das Contas e DFs do Exercício Social de 2018.	25.04.2019	100%	NÃO
AGE – Juntada do termo de posse dos conselheiros	04.07.2018	100%	NÃO
AGE – Reeleição do Conselho de Administração e consolidação dos mandatos da Diretoria e do Conselho de Administração	29.07.2018	100%	NÃO
AGO – Aprovação das Contas e DFs do Exercício Social de 2017.	20.03.2018	100%	NÃO
AGE – Aprovação de operação de financiamento de importação	22.01.2018	100%	NÃO
AGE – Aprovação de operação financeira de empréstimo e alteração do prazo da procuração outorgada.	07.11.2017	100%	NÃO
AGO – Aprovação das Contas e DFs do Exercício Social de 2014, 2015 e 2016.	13.07.2017	100%	NÃO
AGE – Reeleição do Conselho de Administração.	28.06.2017	100%	NÃO
AGE – Reeleição do Diretor Presidente e aprovação de operações de crédito.	30.05.2017	100%	NÃO
AGE – Aprovação da prorrogação de CCB contratada	23.01.2017	100%	NÃO

II. Informações relevantes sobre os membros da administração da Companhia

Em atendimento ao item 4.5 do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3, para informações relevantes acerca dos membros da administração da Companhia, incluindo eventuais cargos por eles ocupados no conselho de administração, conselho fiscal, comitês e órgãos executivos de outras sociedades e entidades, vide Seção 12 deste Formulário de Referência.

12.12 - Outras informações relevantes

III. Segmento de listagem do Novo Mercado

A Companhia sujeita-se também às regras do Regulamento do Novo Mercado. Em 2000, a B3 introduziu três segmentos de negociação, com níveis diferentes de práticas de governança corporativa, denominados Nível 1, Nível 2 e Novo Mercado, com o objetivo de estimular as companhias a seguir melhores práticas de governança corporativa e adotar um nível de divulgação de informações adicional em relação ao exigido pela legislação. Os segmentos de listagem são destinados à negociação de ações emitidas por companhias que se comprometam voluntariamente a observar práticas de governança corporativa e exigências de divulgação de informações, além daquelas já impostas pela legislação brasileira. Em geral, tais regras ampliam os direitos dos acionistas e elevam a qualidade das informações fornecidas aos acionistas. O Novo Mercado é o mais rigoroso deles, exigindo maior grau de práticas de governança corporativa dentre os três segmentos. As companhias que ingressam no Novo Mercado submetem-se, voluntariamente, a determinadas regras mais rígidas do que aquelas presentes na legislação brasileira, obrigando-se, por exemplo, a emitir apenas ações ordinárias; manter, no mínimo, 25% de ações do capital da Companhia em circulação; constituir um Comitê de Auditoria; aprovar regimento interno do Conselho de Administração e de seus comitês de assessoramento; instituir área de controles internos na Companhia, entre outros. A adesão ao Novo Mercado se dá por meio da assinatura de contrato entre a companhia, seus administradores e acionistas controladores e a B3, além da adaptação do estatuto da companhia de acordo com as regras contidas no Regulamento do Novo Mercado. Ao assinar os contratos, as companhias devem adotar as normas e práticas do Novo Mercado. As regras impostas pelo Novo Mercado visam a conceder transparência com relação às atividades e situação econômica das companhias ao mercado, bem como maiores poderes para os acionistas minoritários de participação na administração das companhias, entre outros direitos. Além das informações descritas acima, não há outras informações relevantes que não tenham sido divulgadas nos demais subitens deste item 12.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

(a) objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Política de Remuneração da Companhia, estabelece diretrizes e regras para a fixação da remuneração e dos benefícios concedidos aos diretores executivos, aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, quando instalado, e dos comitês instituídos pela Companhia (em conjunto, "Executivos").

A Política possui como principais objetivos: (i) atrair, recompensar, reter e incentivar os Executivos na condução de seus negócios de forma sustentável, observados os limites de risco adequados, estando alinhada aos interesses dos acionistas; (ii) proporcionar uma remuneração com base em critérios que diferenciem o desempenho, e que permitam também o reconhecimento e a valorização da performance individual; e (iii) assegurar a manutenção de padrões compatíveis com as responsabilidades de cada cargo e competitivos ao mercado de trabalho referencial, estabelecendo diretrizes para a fixação de eventual remuneração e benefícios concedidos aos Executivos.

(b) composição da remuneração

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Conselho de Administração

Os Conselheiros da Companhia terão remuneração mensal, baseada na dedicação de tempo e responsabilidade das suas atribuições, será revisada levando em consideração quaisquer mudanças nas atividades prestadas ou nos níveis de remuneração utilizados pelo mercado, bem como poderão ser elegíveis ao programa de premiação (bônus),

Diretoria Estatutária

Os diretores executivos da Companhia receberão um salário fixo mensal, definido de acordo com a negociação individual com cada um desses membros, utilizando-se como parâmetros pesquisas salariais conduzidas por consultorias especializadas, principalmente envolvendo empresas de setor similar, bem como poderão ser elegíveis ao programa de premiação (bônus);

Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia, se instalado, serão remunerados em conformidade com a legislação em vigor.

Comitê de Auditoria

Todos os membros do Comitê de Auditoria são elegíveis a uma remuneração fixa mensal. Os membros dos demais comitês não recebem remuneração específica pela atuação nestes. Adicionalmente, os membros dos Comitês são obrigatoriamente reembolsados pelas despesas de locomoção e estadia necessárias ao desempenho de sua função.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

(ii) qual a proporção de cada elemento na remuneração total

A tabela abaixo apresenta a proporção prevista de cada elemento na composição da remuneração total para o exercício social corrente:

Exercício Social de 2019	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	82,6%	17,4%	0%	100%
Diretoria Estatutária	77,4%	22,6%	0%	100%
Conselho Fiscal	0%	0%	0%	0%

Exercício Social de 2018	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	71,5%	28,5%	0%	100%
Diretoria Estatutária	71,7%	28,3%	0%	100%
Conselho Fiscal	0%	0%	0%	0%

Exercício Social de 2017	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	68,6%	31,4%	0%	100%
Diretoria Estatutária	76,5%	23,5%	0%	100%
Conselho Fiscal	0%	0%	0%	0%

(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

O valor a ser pago aos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva, e dos membros do Conselho Fiscal, quando instalado, a título de remuneração será determinado pela aprovação do Conselho.

A remuneração dos diretores executivos é orientada dentre outros fatores, por pesquisas salariais conduzidas por consultorias especializadas, principalmente envolvendo empresas de setor similar ao da Companhia e poderá ser reajustada anualmente pelo Conselho de Administração, considerando os seguintes critérios: (i) meritocracia, e (ii) análise da movimentação salarial apresentada pelas pesquisas de mercado realizadas anualmente por consultoria independente.

A remuneração dos Conselheiros da Companhia é baseada na dedicação de tempo e responsabilidade das suas atribuições e será revisada quando necessário.

(iv) razões que justificam a composição da remuneração

A remuneração fixa composta pelo pró-labore mensal fixo, tem por objetivo reconhecer e refletir o valor do tempo e dedicação dos membros Executivos da Companhia, baseado em parâmetros de mercado, visando remunerar a contribuição individual para o desempenho e o crescimento do negócio. Adicionalmente, no âmbito da remuneração fixa, o pacote de benefícios visa complementar a remuneração de forma a dar uma maior segurança aos Executivos da Companhia e permitir foco no desempenho de suas funções.

A remuneração variável, composta pelo bônus, tem por objetivo promover o maior interesse e alinhamento dos compromissos da companhia.

(v) a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

A Companhia não remunera somente um dos membros do seu Conselho de Administração, tendo em vista que tal membro já é remunerado pelas funções executadas na gestora Kinea, que representa o fundo acionista do bloco controlador da Companhia, e não pelas empresas que compõem o seu portfólio de investimento. como no caso da Companhia. Cumpre ressaltar que referida remuneração arcada pelo acionista da Companhia independe da função ou cargo que referido conselheiro ocupa na Companhia.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

(c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Os principais indicadores de desempenho da Companhia e dos administradores são: EBITDA e Geração Operacional de Caixa, sendo este o gatilho determinante para o pagamento de remuneração variável no exercício, além de indicadores setoriais.

(d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Tendo em vista que a remuneração fixa e os benefícios não são afetados diretamente pelo desempenho individual de nossos administradores, não há indicadores específicos para estes elementos da remuneração.

(e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

O formato da remuneração acima descrita procura incentivar os colaboradores da Companhia a buscarem a melhor rentabilidade dos projetos por ela desenvolvidos, de forma a alinhar os interesses dos colaboradores com os da Companhia.

(f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

A Companhia é responsável pelo pagamento da totalidade da remuneração dos membros da Administração da Companhia. Não há remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

(g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não existe qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

(h) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

(i) os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

A remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia deverá ser fixada pela Assembleia Geral, observado o artigo 152 da Lei das Sociedades por Ações, devendo o Conselho de Administração deliberar sobre a distribuição individual da remuneração para seus próprios membros, para os membros da Diretoria e os membros dos Comitês.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

Os diretores executivos da Companhia receberão um salário fixo mensal, definido de acordo com a negociação individual com cada um desses membros, orientada dentre outros fatores, por pesquisas salariais conduzidas por consultorias especializadas.

Os Conselheiros da Companhia terão remuneração mensal, baseada na dedicação de tempo e responsabilidade das suas atribuições.

(iii) com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

O Conselho de Administração avaliará a adequação da Política de Remuneração da Companhia anualmente, de forma a verificar a aderência desta Política com as responsabilidades de cada pessoa chave da Administração, bem como com o volume de trabalho do cargo, com o negócio desenvolvido pela Companhia e com sua situação econômico-financeira no exercício social em questão.

13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 01/01/2021 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	2,00	0,00	8,00
Nº de membros remunerados	6,00	2,00	0,00	8,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	2.763.793,54	2.736.958,38	0,00	5.500.751,92
Benefícios direto e indireto	85.371,98	181.793,82	0,00	267.165,80
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	417.429,69	547.391,68	0,00	964.821,37
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	300.000,00	489.000,00	0,00	789.000,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/Nº 2/2020	Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/Nº 2/2020	Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/Nº 2/2020	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	Conforme disposto no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/Nº 2/2020, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/Nº 2/2020, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/Nº 2/2020, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
Total da remuneração	3.566.595,21	3.955.143,88	0,00	7.521.739,09

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2020 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,00	2,00	0,00	6,00
Nº de membros remunerados	4,00	2,00	0,00	6,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.923.484,10	2.195.957,46	0,00	4.119.441,56
Benefícios direto e indireto	80.959,68	172.398,12	0,00	253.357,80

Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	122.909,00	276.185,96	0,00	399.094,96
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	376.315,56	610.382,24	0,00	986.697,80
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	Conforme disposto no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/Nº 2/2020, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/Nº 2/2020, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/Nº 2/2020, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
Total da remuneração	2.503.668,34	3.254.923,78	0,00	5.758.592,12

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2019 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	2,00	0,00	5,00
Nº de membros remunerados	3,00	2,00	0,00	5,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.649.504,53	1.906.076,16	0,00	3.555.580,69
Benefícios direto e indireto	89.040,84	213.326,40	0,00	302.367,24
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	147.143,34	0,00	147.143,34
Descrição de outras remunerações fixas		Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2020		
Remuneração variável				
Bônus	347.932,96	555.932,96	0,00	903.865,92
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00

Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	Conforme disposto no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/Nº 2/2020, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/Nº 2/2020, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/Nº 2/2020, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
Total da remuneração	2.086.478,33	2.822.478,86	0,00	4.908.957,19

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2018 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	2,00	0,00	5,00
Nº de membros remunerados	3,00	2,00	0,00	5,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.512.325,33	1.902.991,16	0,00	3.415.316,49
Benefícios direto e indireto	70.000,92	89.275,36	0,00	159.276,28
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	118.048,14	0,00	118.048,14
Descrição de outras remunerações fixas		Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2020		
Remuneração variável				
Bônus	603.328,76	749.600,06	0,00	1.352.928,82
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00

Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	Conforme disposto no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/Nº 2/2020, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/Nº 2/2020, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/Nº 2/2020, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
Total da remuneração	2.185.655,01	2.859.914,72	0,00	5.045.569,73

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração variável – exercício social encerrado em 31/12/2020

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,25	02	00	5,25
Nº de membros remunerados	3,25	02	00	5,25
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração				
Valor máximo previsto no plano de remuneração				
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas				
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00

Remuneração variável – exercício social encerrado em 31/12/2019

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	03	02	00	05
Nº de membros remunerados	03	02	00	05
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração				
Valor máximo previsto no plano de remuneração				
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas				
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	376.315,56	610.382,24	0,00	986.697,80
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	1.080.331,80	1.782.531,84	0,00	2.862.863,64
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	1.080.331,80	1.782.531,84	0,00	2.862.863,64
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

Remuneração variável – exercício social encerrado em 31/12/2018

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	03	02	00	05
Nº de membros remunerados	03	02	00	05
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração				
Valor máximo previsto no plano de remuneração				
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas				
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	347.932,96	555.932,96	0,00	903.865,92
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	1.043.798,88	1.667.798,88	0,00	2.711.597,76
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	1.043.798,88	1.667.798,88	0,00	2.711.597,76
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

a. Termos e condições gerais

SOP 2021

Em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 12 de fevereiro de 2021 foi aprovado um Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia ("SOP 2021").

O SOP 2021 é administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, observado o disposto no Estatuto Social da Companhia.

São elegíveis para participar do SOP 2021 os administradores (incluindo diretores e membros do Conselho de Administração), colaboradores e/ou pessoas naturais que prestem serviços: (i) à Companhia; (ii) a outras sociedades que sejam controladas, direta ou indiretamente, pela Companhia; e/ou (iii) às demais sociedades do grupo econômico da Companhia.

O Conselho de Administração tem amplos poderes para implementar o SOP 2021 e para tomar todas as medidas necessárias e adequadas para a sua administração. As deliberações do Conselho de Administração vinculam a Companhia no que diz respeito a todas as matérias relacionadas com ao SOP 2021.

Os participantes do SOP 2021 são eleitos pelo Conselho de Administração da Companhia, por meio de programas. Em cada um dos programas, o Conselho de Administração deve estabelecer, observados os critérios gerais fixados no SOP 2021 e o disposto no Estatuto Social da Companhia: (i) os beneficiários ou grupo de colaboradores ao qual o programa será destinado; (ii) o número total de ações vinculadas às opções objeto da outorga e, eventualmente, a divisão em lotes; (iii) o preço de exercício; (iv) eventuais prazos de carência durante o qual as opções não poderão ser exercidas; e (v) eventuais critérios objetivos para a indicação de Beneficiários e a determinação do número de Opções outorgadas.

Cada participante deve aderir expressamente ao SOP 2021 e ao respectivo programa, mediante assinatura de contrato de opção. Os contratos de opção devem especificar, sem prejuízo de outras condições a serem determinadas pelo Conselho de Administração (a) a quantidade das opções; (b) os termos e condições para aquisição do direito ao exercício das opções; (c) o prazo final para exercício das opções; e (d) o preço de exercício das opções e condições de pagamento.

As opções deverão ser exercidas pelos participantes no prazo definido em cada um dos programas.

A validade do Plano, dos Programas) e das Opções outorgadas aos Beneficiários estão condicionadas à: (i) obtenção, pela Companhia, do registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários; (ii) aprovação pelos acionistas ou pelo Conselho de Administração da Companhia da realização de uma oferta pública inicial de ações; e (iii) início das negociações das ações da Companhia na B3 S.A. – Brasil. Bolsa. Balcão, sendo certo que todas as condições acima deverão ser cumpridas em até 12 (doze) meses a contar da aprovação do Plano pela assembleia geral da Companhia.

b. Principais objetivos do plano

SOP 2021

O SOP 2021 tem por objetivo: (a) reforçar a capacidade da Companhia de atrair e reter talentos; (b) alinhar os interesses de certos Colaboradores com o sucesso das atividades da Companhia e suas controladas e o retorno aos seus acionistas; (c) compartilhar riscos a ganhos de suas atividades com certos Colaboradores; e (d) conceder incentivos de longo prazo para certos Colaboradores, visando a estratégia de continuidade dos negócios da Companhia e suas controladas. A Companhia entende que o Plano, da forma como foi estudado e estruturado, é adequado para que a Companhia possa atingir os objetivos acima.

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

c. Forma como os planos contribuem para esses objetivos

Ao possibilitar que os participantes se tornem nossos acionistas, espera-se que estes tenham fortes incentivos para comprometerem-se efetivamente com a criação de valor, bem como para exercerem suas funções de maneira a integrarem-se aos interesses dos acionistas, aos objetivos sociais e aos nossos planos de crescimento, assim maximizando nossos lucros, bem como gerando uma relação de longo prazo destes profissionais com a nossa Companhia.

Ao comprometerem recursos próprios nas Opções, os participantes se alinham à busca de valorização constante das ações.

d. Como o plano se insere na política de remuneração do emissor

Apesar do SOP 2021 não integrar a política de remuneração da Companhia, ele é responsável pelo alinhamento de longo prazo dos executivos da Companhia, contribuindo para a sustentabilidade do negócio da Companhia.

e. Como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

O SOP 2021 contribui para que os participantes se sintam incentivados a buscar a maximização de valor da Companhia no curto, médio e longo prazo, vinculando os participantes aos riscos e variações do mercado de capitais.

f. Número máximo de ações abrangidas

SOP 2021

Conforme deliberado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 12 de fevereiro de 2021, poderão ser entregues aos participantes do SOP 2021 um número de ações de até 1.238.125 (um milhão, duzentas e trinta e oito mil, cento e vinte e cinco) Ações, correspondente a 5% (cinco por cento) do capital social total da Companhia, em bases totalmente diluídas existentes na data de aprovação.

g. Número máximo de opções a serem outorgadas

Cada opção dá ao participante do SOP 2021, o direito de adquirir 1 (uma) ação ordinária, nominativa e sem valor nominal da Companhia. Sendo assim, a quantidade de opções outorgadas/adquiridas no âmbito do SOP 2021 está sujeita ao limite descrito no item “f” acima.

h. Condições de aquisição de ações

SOP 2021

O Conselho de Administração definirá, em cada programa, o prazo a partir do qual a opção concedida aos participantes tornar-se-á potencialmente apta a exercício.

i. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

SOP 2021

O preço de exercício corresponderá ao preço de emissão ou de aquisição da ação. O preço de exercício será fixado com base na média ponderada de cotação das ações em um determinado número de pregões anteriores à data de outorga a ser definido pelo Conselho de Administração. Caberá ao Conselho de Administração definir em cada programa e/ou contrato de opção se o preço de exercício será corrigido por índice de correção e/ou ajustado por proventos distribuídos pela Companhia aos acionistas.

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

j. Critérios para fixação do prazo de exercício

O prazo de exercício no âmbito do SOP 2021 é estabelecido pelo Conselho de Administração e levam em consideração práticas de mercado e alinhamento de longo prazo dos interesses dos participantes aos dos acionistas.

k. Forma de liquidação

SOP 2021

Caso a Companhia venha a tornar-se sujeita a dissolução/liquidação, os Períodos de Vesting serão automaticamente antecipados e os Beneficiários terão 30 (trinta) dias contados da deliberação da dissolução/liquidação para exercerem todas as suas Opções e poderem participar da dissolução/liquidação, sendo certo que, após o término do referido prazo de 30 (trinta) dias e independentemente de prévia comunicação expressa neste específico sentido pela Companhia ao Beneficiário, tal direito estará automaticamente extinto e todas as Opções não exercidas serão automaticamente canceladas.

l. Restrições à transferência das ações

SOP 2021

O Conselho de Administração pode impor novas restrições à transferência das ações adquiridas por meio do exercício das opções.

m. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

SOP 2021

O SOP 2021 poderá ser extinto, a qualquer tempo, por decisão da Assembleia Geral Extraordinária ou do Conselho de Administração. O término de vigência do SOP 2021 não afetará a eficácia das opções ainda em vigor, anteriormente adquiridas.

n. Efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos nos planos de remuneração baseado em ações

SOP 2021

Nas hipóteses de desligamento do participante, os direitos a ele conferidos de acordo com o plano poderão ser extintos ou modificados, conforme for definido pelo Conselho de Administração em cada programa e/ou contrato de opção.

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Nenhuma opção de compra de ações foi outorgada pela Companhia aos seus administradores e não houve qualquer exercício de opção de compra de ações pelos administradores da Companhia nos últimos três exercícios sociais.

13.6 - Opções em Aberto

13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatuária

Não aplicável, tendo em vista que não havia qualquer opção em aberto detida pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária da Companhia ao final do último exercício social.

13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues

13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatuária

Não aplicável, tendo em vista que nenhuma opção de compra de ações foi outorgada pela Companhia aos seus administradores e não houve qualquer exercício de opção de compra de ações pelos administradores da Companhia nos últimos três exercícios sociais.

13.8 - Precificação Das Ações/opções

13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções

(a) Modelo de precificação

Não aplicável.

(b) Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, ponderado das ações, preço do exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Não aplicável.

(c) Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Não aplicável.

(d) Forma de determinação da volatilidade esperada

Não aplicável.

(e) Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não aplicável.

13.9 - Participações Detidas Por Órgão

13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

Nenhum membro da Administração da Companhia detém participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis.

13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Não aplicável, uma vez que não há quaisquer planos de previdência conferidos aos membros do Conselho de Administração e/ou aos Diretores estatutários.

13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Nº de membros	2,00	2,00	2,00	4,00	3,00	3,00	0,00	0,00	0,00
Nº de membros remunerados	2,00	2,00	2,00	4,00	3,00	3,00	0,00	0,00	0,00
Valor da maior remuneração(Reais)	1.943.154,83	1.983.064,92	1.804.111,80	1.926.616,11	1.999.942,44	1.822.506,24	0,00	0,00	0,00
Valor da menor remuneração(Reais)	1.311.768,96	1.288.046,02	1.036.528,48	188.797,03	162.500,00	62.500,00	0,00	0,00	0,00
Valor médio da remuneração(Reais)	1.627.461,89	1.411.239,43	1.429.957,36	625.922,08	695.492,78	728.551,67	0,00	0,00	0,00

Observação

Diretoria Estatutária

Conselho de Administração

Conselho Fiscal

13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Conforme descrito no ponto 12.11, a Companhia contrata seguro D&O para seus administradores. A apólice de seguro D&O também prevê cobertura para administradores que se aposentem durante o período de vigência, ainda que o seguro não seja renovado. De acordo com esta cobertura, para estes segurados em específico, a garantia da apólice se estenderá a todos os atos cometidos pelos administradores durante o seu mandato e antes do fim da vigência e possui prazo complementar perpétuo, isto é, poderá ser acionada pelos segurados aposentados a qualquer tempo após o fim da vigência da apólice, em caso de reclamações relativas ao período em que exerciam seu mandato.

13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores

13.13 - Percentual na remuneração total detido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Exercício encerrado em 31/12/2020	87,73 %	59,70 %	0 %
Exercício encerrado em 31/12/2019	86,60 %	60,62 %	0 %
Exercício encerrado em 31/12/2018	85,52 %	63,51 %	0 %

13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Os administradores e membros do conselho fiscal da Companhia não recebem qualquer remuneração em virtude de qualquer razão que não a função que ocupam.

13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

Não aplicável, tendo em vista que os administradores da Companhia não recebem remuneração de seus controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de suas controladas.

13.16 - Outras Informações Relevantes

13.16 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes com relação a este item 13.

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

14.1 - Descrições dos recursos humanos

(a) número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

Atividade	31/12/2020												
	AC	BA	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	RO	SP	TO	Total
Administrativo	-	-	-	-	-	-	-	218	-	-	206	-	424
Centro de Distribuição	-	-	-	-	-	-	92	-	-	-	-	-	92
Operacional	46	75	224	267	89	53	326	604	359	189	-	111	2343
Total	**46**	**75**	**224**	**267**	**89**	**53**	**418**	**822**	**359**	**189**	**206**	**1**	**2859**

Atividade	31/12/2019												
	AC	BA	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	RO	SP	TO	Total
Administrativo	-	-	-	-	-	-	-	223	-	-	138	-	**361**
Centro de Distribuição	-	-	-	-	-	-	62	19	-	-	-	-	**81**
Operacional	45	65	188	228	47	53	280	661	284	168	-	111	**2130**
Total	45	65	188	228	47	53	342	903	284	168	138	111	**2572**

Atividade	31/12/2018												
	AC	BA	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	RO	SP	TO	Total
Administrativo	-	-	-	-	-	-	-	271	-	-	143	-	**414**
Centro de Distribuição	-	-	-	-	-	-	65	-	-	-	-	-	**65**
Operacional	40	61	193	222	39	53	260	598	192	150	-	109	**1917**
Total	40	61	193	222	39	53	325	869	192	150	143	109	**2396**

(b) número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

Atividade	31/12/2020												
	AC	BA	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	RO	SP	TO	Total
Administrativo	-	-	-	-	-	-	-	13	-	-	-	-	13
Centro de Distribuição	-	-	-	-	-	-	5		-	-	-	-	5
Operacional	-	-	6	6	4	1	-	22	14	2	6	1	62
Total	**-**	**-**	**6**	**6**	**4**	**1**	**5**	**35**	**14**	**2**	**6**	**1**	**80**

Atividade	31/12/2019												
	AC	BA	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	RO	SP	TO	Total
Administrativo	-	-	-	-	-	-	-	13	-	-	-	-	**13**
Centro de Distribuição	-	-	-	-	-	-	5	-	-	-	-	-	**5**
Operacional	-	-	5	5	2	1	-	25	12	4	6	1	**61**
Total	-	-	**5**	**5**	**2**	**1**	**5**	**38**	**12**	**4**	**6**	**1**	**79**

Atividade	31/12/2018												
	AC	BA	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	RO	SP	TO	Total
Administrativo	-	-	-	-	-	-	-	13	-	-	-	-	**13**
Centro de Distribuição	-	-	-	-	-	-	5	-	-	-	-	-	**5**
Operacional	-	-	5	2	2	1	-	22	5	4	4	1	**46**
Total	-	-	**5**	**2**	**2**	**1**	**5**	**35**	**5**	**4**	**4**	**1**	**64**

(c) índice de rotatividade

31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
41,8 %	53,2 %	46,6%

14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos

A área de recursos humanos do Grupo Avenida está realizando diversas contratações de colaboradores em virtude da abertura de novas lojas, ampliações de lojas com venda de celulares e ampliação de quadro do escritório da Companhia em São Paulo.

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

(a) política de salários e remuneração variável

A política de recursos humanos do Grupo Avenida visa estabelecer diretrizes para a administração de cargos e salários, além de reconhecer a capacitação profissional e o desempenho dos colaboradores, estabelecendo padrões de remuneração compatíveis com as atribuições e responsabilidades de cada cargo e seu valor de mercado, a fim de assegurar o equilíbrio interno e externo. Atrelado a isso, os objetivos específicos são:

- Estabelecer uma estrutura de cargos adequada e transparente aos processos organizacionais, de fácil comunicação e de simples gerenciamento, onde cada cargo tenha seu valor claramente definido, subsidiando os gestores na alocação dos profissionais em seus respectivos níveis de especialização e maturidade técnica, garantindo assim a equidade interna;

- Gerar um conjunto de orientações e regras de remuneração e movimentação, que permitam aos gestores administrarem seus colaboradores em linha com os objetivos de estímulo a geração de resultados diferenciados, de reconhecimento do desempenho e manutenção de um excelente ambiente de trabalho;

- Fornecer uma base de conduta para que o profissional conheça com clareza as suas atribuições, os critérios de remuneração e suas possibilidades de movimentação na empresa;

- Proporcionar ao profissional uma remuneração total alinhada com às práticas de mercado em função do seu desempenho e do valor que agrega à organização, trabalhando dentro dos limites orçamentários definidos; e

- Proporcionar reconhecimento dos resultados alcançados através de remunerações variáveis (premiações e programa de participação resultados).

(b) política de benefícios

O Grupo Avenida fornece diversos benefícios estabelecidos em convenções coletivas, cujas condições são pré-estabelecidas pelos sindicatos. Há também benefícios adicionais, como: plano de assistência médica e odontológica; seguro de vida em grupo; estacionamento; desconto em compras nas Lojas Avenida; vale alimentação; vale transporte etc. A concessão desses benefícios pode variar de acordo com a categoria dos colaboradores e/ou mercado ou negociações individuais.

(c) características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não administradores, identificando: (i) grupo de beneficiários; (ii) condições para exercício; (iii) preço de exercício; (iv) prazo de exercício; e (v) quantidade de ações comprometidas pelo plano:

A Companhia não possuía plano de outorga de opções de ações nos exercícios sociais anteriores a 2021. Em 12 de fevereiro de 2021, foi aprovado um plano de outorga de opções de ações, cujos detalhes estão descritos no item 13.4 deste Formulário de Referência, mas não houve outorga até o momento.

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

O Grupo Avenida, no intuito de promover um bom clima organizacional, mantém um canal de diálogo com as entidades sindicais que representam seus colaboradores. Reuniões entre a Companhia e os sindicatos são realizadas sempre que necessárias para discutir a negociação de acordos coletivos: registro ponto eletrônico, horário de trabalho, abertura de feriados e domingos, compensações de horários (banco de horas), entre outros.

A Companhia, sob a ótica das relações do trabalho, reconhece os sindicatos como representantes legítimos de seus colaboradores e assegura aos seus colaboradores o direito de livre associação sindical. Quando solicitado, é permitido a realização de campanhas de sindicalização junto aos nossos colaboradores. Adicionalmente, os colaboradores do Grupo Avenida estão cobertos por convenções coletivas de trabalho que garantem direitos conforme legislação vigente, bem como outras condições.

Não houve nenhum tipo de greve ou interrupção nas operações do Grupo Avenida em 2020 ou nos últimos três exercícios sociais, findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos

14.5 - Outras informações relevantes

Durante o período de pandemia da COVID-19, a Companhia não realizou nenhuma redução de quadro funcional, mesmo diante do cenário incerto e com fechamentos de lojas e *lockdown* em várias regiões onde atua. Foram tomadas ações visando a manutenção do emprego de seus colaboradores.

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
Detalhamento por classes de ações (Unidades)					
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
AILTON CASELI					
130.530.277-04	Brasileiro-MT	Sim	Sim	28/11/2016	
Não					
4.353.574	17,581%	0	0,000%	4.353.574	17,581%
Christian Caseli					
024.608.207-04	Brasileiro-MT	Sim	Sim	28/11/2016	
Não					
3.394.775	13,709%	0	0,000%	3.394.775	13,709%
Rodrigo Caseli					
544.287.501-53	Brasileiro-MT	Sim	Sim	28/11/2016	
Não					
3.394.775	13,709%	0	0,000%	3.394.775	13,710%
FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATEGIA KINEA PRIVATE EQUITY II					
15.039.162/0001-00	Brasileira-SP	Sim	Sim	28/11/2016	
Não					
6.890.471	27,826%	1.874.958	7,571%	8.765.429	35,398%
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000%			

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
Detalhamento por classes de ações (Unidades)					
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES KINEA PRIVATE EQUITY III – MULTIESTRATÉGIA					
15.478.997/0001-67	Brasileira-SP	Sim	Sim	28/11/2016	
Não					
1.540.486	6,222%	419.180	1,692%	1.959.666	7,914%
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000%			
KINEA COINVESTIMENTO III FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA					
14.298.866/0001-35	Brasileira-SP	Sim	Sim	28/11/2016	
Não					
2.275.183	9,188%	619.098	2,500%	2.894.281	11,688%
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000%			
OUTROS					
0	0,000%	0	0,000%	0	0,000%
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000%	0	0,000%	0	0,000%
TOTAL					
21.849.264	88,235%	2.913.236	11,763%	24.762.500	100,000%

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %

15.3 - Distribuição de Capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	12/02/2021
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	3
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	0
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	3

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	0	0,000%
Quantidade preferenciais (Unidades)	0	0,000%
Total	0	0,000%

15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico

15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

(a) Partes

As partes do Acordo de Acionistas são: Ailton Caseli ("Ailton"), Christian Caseli ("Christian"), Rodrigo Caseli ("Rodrigo", e, em conjunto com Ailton e Christian, os "Acionistas Originais"), Fundo de Investimento em Participações Multiestrategia Kinea Private Equity II ("Kinea II"), Fundo de Investimento em Participações Kinea Private Equity III – Multiestrategia ("Kinea III"), Kinea Coinvestimento III Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("Kinea Co-Investimento III", e, quando em conjunto com Kinea II e Kinea III, os "Investidores". Acionistas Originais e Investidores coletivamente referidos como "Acionistas"), e, ainda, na qualidade de interveniente anuente, Grupo Avenida S.A. ("Companhia").

(b) Data de celebração

O Acordo de Acionistas foi celebrado em 23 de maio de 2014, tendo sido aditado pela primeira vez em 28 de novembro de 2016, pela segunda vez em 20 de janeiro de 2020 e pela terceira vez em fevereiro de 2021.

(c) Prazo de vigência

O Acordo de Acionistas vigorará pelo prazo de 10 (dez) anos contados de sua assinatura, podendo ser renovado automaticamente por períodos de 5 (cinco anos) anos, caso nenhuma das partes notifique as demais acerca da sua intenção de não renová-lo com, no mínimo, 180 (cento e oitenta) dias de antecedência em relação ao seu termo final.

(d) Descrição das cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle

Os Acionistas concordaram que a contratação ou a prática de quaisquer dos atos abaixo, pela Companhia ou por qualquer de suas Subsidiárias, não obstante as regras de maioria simples, estará sujeita às deliberações e regras próprias de uma Reunião Prévia, de acordo com a participação no capital social total detida pelos Investidores, conforme abaixo:

(A) enquanto os Investidores detiverem, em conjunto, pelo menos 15% (quinze por cento) do capital social total da Companhia:

(a) autorizar a emissão de ações, debêntures conversíveis em ações e outros títulos conversíveis em ações da Companhia ou de suas Subsidiárias, observado o disposto no Estatuto Social sobre o capital autorizado;
(b) recompra, cancelamento ou resgate de Ações ou Valores Mobiliários de emissão da Companhia ou de suas Subsidiárias;
(c) reorganização societária envolvendo a Companhia ou suas Subsidiárias, incluindo, sem limitação, transformação, fusão, incorporação, incorporação de ações e cisões;
(d) alteração do estatuto social da Companhia ou de suas Subsidiárias;
(e) requerimento de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, liquidação ou dissolução da Companhia ou de suas Subsidiárias;
(f) criação, alteração ou cancelamento de planos de opção de ações ou instrumentos similares pela Companhia ou por suas Subsidiárias ou a entrega de ações em tesouraria, em favor de qualquer administrador ou empregado da Companhia ou das Subsidiárias;
(g) declaração ou distribuição de dividendos em desacordo com o estatuto social da Companhia ou de suas Subsidiárias, bem como alteração da política de dividendos da Companhia ou de suas Subsidiárias;
(h) venda ou emissão de Ações ou outros Valores Mobiliários, por parte de qualquer Acionista ou da Companhia, que represente a alienação do Controle da Companhia e/ou das Subsidiárias; e

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

(i) dispensar a realização de oferta pública de aquisição de ações ("OPA") para saída do Novo Mercado.
(B) enquanto os Investidores detiverem, em conjunto, pelo menos 5% (cinco por cento) e não mais do que 15% (quinze por cento) do capital social total da Companhia:

(a) autorizar a emissão de ações, debêntures conversíveis em ações e outros títulos conversíveis em ações da Companhia ou de suas Subsidiárias, observado o disposto no Estatuto Social sobre o capital autorizado;
(b) reorganização societária envolvendo a Companhia ou suas Subsidiárias, incluindo, sem limitação, transformação, fusão, incorporação, incorporação de ações e cisões
(c) alteração do estatuto social da Companhia ou de suas Subsidiárias, nas hipóteses em que referida alteração, de qualquer forma, venha a reduzir, limitar ou alterar os direitos e benefícios concedidos aos Investidores, nos termos deste instrumento e do Contrato, incluindo, sem limitação, aumentos ou reduções de capital, exceto se por exigência legal e/ou regulamentar;
(d) requerimento de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, liquidação ou dissolução da Companhia ou de suas Subsidiárias; e
(e) declaração ou distribuição de dividendos em desacordo com o estatuto social da Companhia ou de suas Subsidiárias, bem como alteração da política de dividendos da Companhia ou de suas Subsidiárias.

(e) Descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores, membros de comitês estatutários ou de pessoas que assumam posições gerenciais

Os Acionistas adotarão todas as medidas possíveis e envidarão seus maiores esforços para que o conselho de administração da Companhia seja composto por 7 (sete) membros, com mandato unificado de 2 (dois) anos, facultada a reeleição e observado o disposto abaixo:

(A) (1) enquanto os Investidores detiverem, em conjunto, pelo menos 15% (quinze por cento) do capital social total da Companhia, os Investidores terão o direito, mas não a obrigação, de indicar 2 (dois) membros do conselho de administração da Companhia; e (2) os Acionistas Originais terão o direito de indicar 2 (dois) membros do conselho de administração da Companhia. Adicionalmente, caso solicitado pelos Investidores, os Acionistas devem indicar de comum acordo os membros remanescentes do conselho de administração para ocupar as posições de membros independentes, exceto se a vaga de referido(s) membro(s) independente(s) for(em) eventualmente preenchida(s) por meio de processo de voto múltiplo ou voto em separado, nos termos do artigo 141 da Lei das Sociedades por Ações, ou do exercício de outros direitos legais, caso aplicáveis.

(B) (1) enquanto os Investidores detiverem, em conjunto, pelo menos 5% (cinco por cento) e não mais do que 15% (quinze por cento) do capital social total da Companhia, os Investidores terão o direito, mas não a obrigação, de indicar 1 (um) membro do conselho de administração da Companhia, e (2) os Acionistas Originais terão o direito de indicar 3 (três) membros do conselho de administração da Companhia. Adicionalmente, caso solicitado pelos Investidores, os Acionistas devem indicar de comum acordo os membros remanescentes do conselho de administração para ocupar as posições de membro(s) independente(s), exceto se a vaga de referido(s) membro(s) independente(s) for(em) eventualmente preenchida(s) por meio de processo de voto múltiplo ou voto em separado, nos termos do artigo 141 da Lei das Sociedades por Ações, ou do exercício de outros direitos legais, caso aplicáveis.

(f) Descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las

Os Acionistas reconhecem que parte das Ações Vinculadas detidas pelos Acionistas Originais, representativas de até 20% (vinte por cento) da participação total dos Acionistas Originais na Companhia imediatamente após a liquidação financeira do IPO, poderá ser Transferida a quaisquer terceiros por meio de negociação em bolsa de valores ou mercado de balcão, desde que mediante prévia notificação escrita aos demais Acionistas, com antecedência de 10 (dez) Dias Úteis, hipótese em que referidas Ações Vinculadas ficarão automaticamente desvinculadas do Acordo. Caso referida

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

transferência não seja consumada no prazo de 90 (noventa) dias a contar do 10º (décimo) Dia Útil após o recebimento da notificação, referidas Ações Vinculadas voltarão a ficar integralmente submetidas aos termos do Acordo, sendo certo que uma nova intenção de transferência dependerá de nova notificação e observância do prazo mínimo de pré-aviso.

(g) Descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do conselho de administração ou de outros órgãos de fiscalização e controle

Os Acionistas, neste ato, concordam que a contratação ou a prática de quaisquer dos atos abaixo, pela Companhia ou por qualquer de suas Subsidiárias, não obstante as regras de maioria dos conselheiros, estará sujeita às deliberações e regras próprias da Reunião Prévia, de acordo com a participação no capital social total detida pelos Investidores, conforme abaixo:

(A) enquanto os Investidores detiverem, em conjunto, pelo menos 15% (quinze por cento) do capital social total da Companhia:

a. eleição, destituição e substituição de qualquer diretor da Companhia, exceto o diretor presidente;
b. aquisição, venda, cessão, Transferência ou qualquer operação envolvendo fusão ou aquisição de qualquer Pessoa, incluindo fundos de comercio e luvas comerciais, no Brasil (incluindo, sem limitação, por meio de incorporação de ações e conferência de ativos) ou no exterior pela Companhia ou por suas Subsidiárias;
c. alienação ou qualquer outra forma de Transferência de ações ou Valores Mobiliários de titularidade da Companhia ou de suas Subsidiárias, bem como qualquer outra operação envolvendo a alienação ou Transferência, pela Companhia ou por suas Subsidiárias, de qualquer participação societária, parte substancial dos ativos ou de um negócio (incluindo por meio de incorporação de ações ou de sociedades, fusões, cisões ou qualquer outra forma de reorganização societária) de sua respectiva titularidade;
d. contratação, destituição e substituição do Auditor Independente da Companhia e de suas Subsidiárias, observando-se, nessa escolha, o disposto na regulamentação aplicável;
e. aprovação e alteração das práticas contábeis da Companhia e de suas Subsidiárias, exceto se em conformidade com a Lei ou por exigência legal e/ou regulamentar;
f. (A) contratação, assunção ou renegociação de empréstimo, adiantamento, extensão de crédito, financiamento ou outra forma de endividamento cujo valor exceda, de forma isolada ou cumulativamente em um período de 12 (doze meses), R$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) por ano, ou (B) qualquer ato (incluindo, sem limitação, a concessão de garantia) que torne a Companhia ou suas Subsidiárias responsável por qualquer Dívida Líquida adicional que, em conjunto com suas demais Dívidas Líquidas existentes, resulte em qualquer um dos seguintes indicadores:
(i) Dívida Líquida / EBITDA UDM acima de 1,5x;
(ii) EBITDA UDM / Despesas Financeiras UDM abaixo de 1,5x; ou
(iii) Dívida Líquida / (Dívida Líquida + Patrimônio Líquido) acima de 70%;
g. aprovação ou qualquer alteração do Orçamento;
h. aprovação de qualquer investimento (incluindo Capex), pela Companhia ou suas Subsidiárias, cujo valor exceda o valor originalmente aprovado no Orçamento válido à época;
i. celebração, alteração ou rescisão de qualquer operação ou contrato com Partes Relacionadas da Companhia ou de suas Subsidiárias, incluindo os termos e condições de tais operações e contratos, sendo certo que, quando houver conflito de interesses, os conselheiros diretamente envolvidos deverão declarar-se impedidos, nos termos da legislação aplicável;
j. concessão, pela Companhia ou por suas Subsidiárias, de empréstimo, adiantamento, extensão de crédito, financiamento ou outra forma de endividamento, ressalvadas operações com fornecedores e clientes;
k. prestação ou concessão de garantias pela Companhia ou por suas Subsidiárias;
l. constituição de qualquer Gravame ou outra obrigação sobre qualquer ativo da Companhia ou de suas Subsidiárias, fora do curso normal dos seus respectivos negócios, consistente com as suas práticas e políticas passadas;

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

m. contratação do seguro de conselheiros e diretores (*D&O insurance*) previsto no Acordo de Acionistas;
n. aprovação do regimento interno do Conselho de administração;
o. aprovação e alteração das políticas de crédito da Companhia e de suas Subsidiárias, incluindo, sem limitação, políticas de crédito para fornecedores e clientes;
p. abertura, fechamento, mudança de ponto e/ou reforma de qualquer loja de qualquer Subsidiária;
q. deliberar sobre qualquer aumento do capital social da Companhia ou de suas Subsidiárias ou emissão de ações ou de títulos conversíveis ou permutáveis em ações, dentro do capital autorizado, conforme disposto no Estatuto Social;
r. aprovar a outorga de opções para aquisição de ações da Companhia (*stock option*) ou a entrega de ações da Companhia ou de suas Subsidiárias a qualquer administrador, colaborador ou empregado da Companhia ou de suas Subsidiárias, conforme os termos e condições previstos nos respectivos planos e programas, podendo delegar a administração de tais planos e programas a um de seus comitês de assessoramento;
s. deliberar sobre a emissão, pela Companhia ou por suas Subsidiárias, de debêntures simples, não conversíveis em ações, *commercial papers*, notas promissórias, *bonds*, *notes* e de quaisquer outros títulos de uso comum no mercado, para distribuição pública ou privada;
t. aprovar, ad referendum da Assembleia Geral, o pagamento, pela Companhia ou por suas Subsidiárias, de dividendos intermediários ou intercalares, conforme Estatuto Social;
u. manifestar-se a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia ou de suas Subsidiárias, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias contados da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo: (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse da Companhia, de suas Subsidiárias e do conjunto dos acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez das ações; (ii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia ou às suas Subsidiárias; (iii) as alternativas à aceitação da oferta pública de aquisição de ações disponíveis no mercado; (iv) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como s informações exigidas pelas regras aplicáveis;
v. aprovação de oferta pública a ser lançada pela própria Companhia ou por suas Subsidiárias para saída do Novo Mercado ou de qualquer outro mercado no qual as ações da Companhia ou de suas Subsidiárias forem negociadas;

(B) enquanto os Investidores detiverem, em conjunto, pelo menos 5% (cinco por cento) e não mais do que 15% (quinze por cento) do capital social total da Companhia:

a. aquisição, venda, cessão, Transferência ou qualquer operação envolvendo fusão ou aquisição de qualquer Pessoa, incluindo fundos de comercio e luvas comerciais, no Brasil (incluindo, sem limitação, por meio de incorporação de ações e conferência de ativos) ou no exterior pela Companhia ou por suas Subsidiárias;
b. alienação ou qualquer outra forma de Transferência de ações ou Valores Mobiliários de titularidade da Companhia ou de suas Subsidiárias, bem como qualquer outra operação envolvendo a alienação ou Transferência, pela Companhia ou por suas Subsidiárias, de qualquer participação societária, parte substancial dos ativos ou de um negócio (incluindo por meio de incorporação de ações ou de sociedades, fusões, cisões ou qualquer outra forma de reorganização societária) de sua respectiva titularidade;
c. (A) contratação, assunção ou renegociação de empréstimo, adiantamento, extensão de crédito, financiamento ou outra forma de endividamento cujo valor exceda, de forma isolada ou cumulativamente em um período de 12 (doze meses), R$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) por ano, ou (B) qualquer ato (incluindo, sem limitação, a concessão de garantia) que torne a Companhia ou suas Subsidiárias responsável por qualquer Dívida Líquida adicional que, em conjunto com suas demais Dívidas Líquidas existentes, resulte em qualquer um dos seguintes indicadores:
(i) Dívida Líquida / EBITDA UDM acima de 1,5x;
(ii) EBITDA UDM / Despesas Financeiras UDM abaixo de 1,5x; ou

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

(iii) Dívida Líquida / (Dívida Líquida + Patrimônio Líquido) acima de 70%;

d. aprovação ou qualquer alteração do Orçamento;

e. aprovação de qualquer investimento (incluindo Capex), pela Companhia ou suas Subsidiárias, cujo valor exceda o valor originalmente aprovado no Orçamento válido à época;

f. celebração, alteração ou rescisão de qualquer operação ou contrato com Partes Relacionadas da Companhia ou de suas Subsidiárias cujo valor envolvido, em uma única transação ou série de transações, seja superior a R$500.000,00 (quinhentos mil reais), incluindo os termos e condições de tais operações e contratos, sendo certo que, quando houver conflito de interesses, os conselheiros diretamente envolvidos deverão declarar-se impedidos, nos termos da legislação aplicável;

g. concessão, pela Companhia ou por suas Subsidiárias, de empréstimo, adiantamento, extensão de crédito, financiamento ou outra forma de endividamento, cujo valor envolvido, em uma única transação ou série de transações, seja superior a R$1.000.000,00 (um milhão de reais), exceto para operações envolvendo fornecedores e clientes;

h. prestação ou concessão de garantias pela Companhia ou por suas Subsidiárias;

i. constituição de qualquer Gravame ou outra obrigação sobre qualquer ativo da Companhia ou de suas Subsidiárias, fora do curso normal dos seus respectivos negócios, consistente com as suas práticas e políticas passadas; e

j. aprovação do regimento interno do Conselho de administração.

15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

Não foram realizadas alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores da Companhia nos últimos três exercícios sociais e no exercício corrente.

15.7 - Principais Operações Societárias

15.7 - Principais operações societárias

Item não aplicável, tendo em vista que não houve operações societárias com efeito relevante no quadro acionário da Companhia nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente.

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico

15.8 - Outras informações relevantes

Conversão de ações PN em ON

Até o lançamento de sua Oferta Pública Inicial de Ações, visando a listagem no segmento Novo Mercado da B3, a Companhia irá realizar a conversão de todas as suas ações preferenciais em ordinárias (na proporção de 1 ação preferencial para 1 ação ordinária). Em decorrência disso, a quantidade de ações atualmente prevista nesta Seção 15 sofrerá alterações.

Contrato de Subscrição e Compra e Venda de Ações

Em 13 de março de 2014, o Ailton Caseli ("Ailton"), o Christian Caseli ("Christian"), o Rodrigo Caseli ("Rodrigo" e, em conjunto com Ailton e Christian, "Família Caseli"), a Caseli Participações S.A. (antiga denominação da Companhia), as Lojas Avenida Ltda., o Fundo de Investimento em Participações Kinea Private Equity II ("Kinea II"), o Fundo de Investimento em Participações Kinea Private Equity III ("Kinea III") e o Kinea I Private Equity Fundo de Investimento em Participações ("Kinea I") celebraram o Contrato de Subscrição e Compra e Venda de Ações e Outras Avenças ("Contrato"), por meio do qual (i) a Família Caseli alienou ao Kinea I, ao Kinea II e ao Kinea III parte de suas ações detidas na Companhia; e (ii) a Companhia emitiu novas ações, que foram subscritas pelo Kinea I, Kinea II e Kinea III.

Em 23 de maio de 2014, a Familia Caseli, a Caseli Participações S.A. (antiga denominação da Companhia), as Lojas Avenida Ltda., o Kinea II, o Kinea III, o Kinea I e o Kinea Co-Investimento III Fundo de Investimento em Participações ("Kinea Co-Investimento III" e, em conjunto com o Kinea II e o Kinea III, "Fundos Kinea") celebraram o Primeiro Aditivo ao Contrato, por meio do qual o Kinea I cedeu a totalidade dos seus direitos e obrigações decorrentes do Contrato para o Kinea Co-Investimento III.

Em 28 de novembro de 2016, a Família Caseli, a Companhia, a Lojas Avenida S.A. e os Fundos Kinea celebraram o Segundo Aditivo ao Contrato, por meio do qual (i) realizaram um primeiro ajuste de participação entre eles, com base nos resultados da Companhia; e (ii) estabeleceram a nova fórmula de ajuste de participação entre as partes.

Tal Contrato, conforme aditado, estabelece um ajuste de participação entre a Família Caseli e os Fundos Kinea a depender do valor econômico do capital social total da Companhia (*pre-money equity value*) e consequentemente do retorno a ser obtido pelos Fundos Kinea, o qual deverá ser apurado com base no preço por ação final efetivo da Oferta Pública Inicial de Ações e deverá ocorrer somente após a liquidação da oferta. Assim, caso o cálculo seja favorável para os Fundos Kinea, estes poderão exercer as opções de compra de parte das ações detidas pela Família Caseli ou solicitar o recebimento do ajuste em espécie, caso a Família Caseli obtenha recursos da oferta secundária. Por outro lado, caso o cálculo seja favorável para a Família Caseli, estes poderão exercer as opções de compra de parte das ações detidas pelos Fundos Kinea.

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

A Companhia possui uma "Política de Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações Envolvendo Conflito de Interesse" a qual foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 12 de fevereiro de 2021 ("Política"). A Política visa a assegurar que todas as decisões, especialmente aquelas relacionadas às transações com partes relacionadas e outras situações com potencial conflito de interesses envolvendo a Companhia sejam tomadas tendo em vista os interesses da Companhia e de seus acionistas e, ainda, sejam conduzidas dentro de Condições de Mercado (conforme definido abaixo), prezando as melhores práticas de governança corporativa, revestidas da devida transparência.

Para os fins da Política, consideram-se "Condições de Mercado": aquelas em que, durante a negociação, observam-se os princípios da: (a) competitividade (preços e condições dos serviços compatíveis com os praticados no mercado); (b) conformidade (aderência dos serviços prestados aos termos e responsabilidades contratuais praticados pela Companhia, bem como aos controles adequados de segurança das informações); (c) transparência (reporte adequado das condições acordadas com a devida aplicação, bem como reflexos destas nas demonstrações contábeis da Companhia); e (d) equidade (estabelecimento de mecanismos que impeçam discriminação ou privilégios e de práticas que assegurem a não utilização de informações privilegiadas ou oportunidades de negócio em benefício individual ou de terceiros). A negociação entre Partes Relacionadas em condições de mercado significa que devem ser observados os mesmos princípios e procedimentos que norteiam negociações feitas pela Companhia com partes independentes.

Todas as Transações com Partes Relacionadas deverão ser previamente aprovadas pelo Conselho de Administração, que deliberará sob o assunto na forma do Estatuto Social.

A Companhia, por meio do seu Conselho de Administração, atuará de forma a garantir que toda e qualquer Transação com Parte Relacionada pela Companhia seja formalizada contratualmente, observando os seguintes critérios:

- a transação deve estar em Condições de Mercado ao tempo de sua aprovação;
- devem ser incluídos contratualmente os termos da transação e a finalidade do negócio; e
- as condições desta Política deverão ser integralmente observadas.

A Política pode ser consultada no site de relações com investidores da Companhia (http://avenida.com.br/ri) e no site da CVM (www.cvm.gov.br).

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Família Caseli	23/05/2014	35.460.000,00	35.460.000,00	35.460.000,00	Indeterminado	NÃO	0,000000

Relação com o emissor	Acionista Controlador
Objeto contrato	Contrato de Subscrição e Compra e Venda de Ações e Outras Avenças (cláusula da Obrigação de Indenizar dos Vendedores)
Garantia e seguros	Ações da Companhia
Rescisão ou extinção	Ocorrerá mediante evento de liquidez na Companhia. Para mais informações, veja o item 15.8 deste Formulário de Referência.
Natureza e razão para a operação	Operação comum em fusões e aquisições, onde o vendedor se responsabiliza por eventuais passivos anteriores à entrada de novo acionista.
Posição contratual do emissor	Outra
Especificar	Credor. Valores atualizados mensalmente à taxa SELIC.

GRCA Empreendimentos e Part. S/A	31/12/2020	20.467.000,00	20.467.000,00	20.467.000,00	5 a 10 anos	SIM	0,000000

Relação com o emissor	Empresa pertencente à Família Caseli.
Objeto contrato	Locação de imóvel para instalação de lojas.
Garantia e seguros	N/A
Rescisão ou extinção	N/A
Natureza e razão para a operação	Arrendamento
Posição contratual do emissor	Outra
Especificar	Devedor. Valores atualizados anualmente ao IGPM.

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

(a) Identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses

Conforme informado no item 16.1, os acionistas da Companhia, os administradores e suplentes da Companhia e de suas controladas, bem como seus respectivos cônjuges ou companheiros(as), filhos(as), filhos(as) de seus cônjuges ou de companheiros(as), e seus dependentes ou os de respectivos cônjuges deverão informar à área de Controladoria da Diretoria Financeira da Companhia sobre quaisquer transações entre elas e a Companhia de que tenham ciência.

Adicionalmente, as práticas de governança corporativa, recomendadas e/ou exigidas pela legislação, incluindo aquelas previstas no Regulamento do Novo Mercado e na Lei das Sociedades por Ações, são aplicadas pela Companhia. Segundo estas regras, o acionista não poderá votar nas deliberações da assembleia geral em que tiver interesse conflitante com o da Companhia. A deliberação tomada em decorrência do voto de acionista que tem interesse conflitante com o da Companhia é anulável, respondendo o acionista pelos danos causados e pela restituição à Companhia das vantagens que tiver auferido.

(b) Demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

As transações realizadas entre a Companhia e suas partes relacionadas são realizadas observando as condições praticadas em mercado à época, tais como preços, prazos e taxas usuais de mercado.

Tais transações são realizadas em caráter estritamente comutativo e com pagamento compensatório adequado, similares àquelas que poderiam ser estabelecidas em transações com partes não relacionadas, de modo que, quando da realização de quaisquer transações com partes relacionadas, a Companhia age de forma a garantir que as transações não venham a gerar quaisquer benefícios ou prejuízos indevidos às sociedades envolvidas.

A título exemplificativo, a fim de garantir que as transações realizadas com partes relacionadas a aluguéis de lojas estejam em conformidade com as condições gerais de mercado, a Companhia avalia continuamente um “grupo controle” de lojas localizadas nas regiões em que se situam os imóveis locados de partes relacionadas.

Assim, é possível verificar as condições e termos do mercado imobiliário da região, tomando-se como base condições praticadas à época da contratação da respectiva operação.

Em relação às demais transações descritas no item 16.2 deste Formulário de Referência, além de aplicar as medidas previstas na Política de Partes Relacionadas, descritas no item 16.1 deste Formulário de Referência, a Companhia procura assegurar que condições usuais, com base em valores de mercado.

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

16.4 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes com relação a este item 16.

17.1 - Informações Sobre O Capital Social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	**Capital Emitido**				
12/02/2021	219.810.000,00		21.849.264	2.913.236	24.762.500
Tipo de capital	**Capital Subscrito**				
12/02/2021	219.810.000,00		21.849.264	2.913.236	24.762.500
Tipo de capital	**Capital Integralizado**				
12/02/2021	219.810.000,00		21.849.264	2.913.236	24.762.500
Tipo de capital	**Capital Autorizado**				
12/02/2021	0,00		49.525.000	0	49.525.000

17.2 - Aumentos do Capital Social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Nos três últimos exercícios sociais não foram realizados aumentos do capital social da Companhia.

17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Nos três últimos exercícios sociais não houve bonificação, desdobramento ou grupamento de ações da Companhia.

17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Nos três últimos exercícios sociais não houve redução do capital social da Companhia.

17.5 - Outras Informações Relevantes

17.5 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes com relação a este item 17.

18.1 - Direitos Das Ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	100,000000
Direito a dividendos	Aos acionistas da Companhia é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo obrigatório anual não inferior a 25% do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição de reserva legal; e (ii) importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores. O pagamento do dividendo obrigatório poderá ser limitado ao montante do lucro líquido realizado, nos termos da lei.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	Observado o disposto no artigo 45 da Lei das Sociedades por Ações, o valor do reembolso a ser pago aos acionistas dissidentes terá por base o valor patrimonial, constante do último balanço aprovado pela Assembleia Geral.
Restrição a circulação	Não
Resgatável	Sim
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	Competência da Assembleia Geral da Companhia que deverá determinar a fórmula de cálculo do valor de resgate.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Competência privativa da Assembleia Geral da Companhia para deliberação que altera os dispositivos do Estatuto Social.
Outras características relevantes	A Companhia solicitou a admissão de suas ações à negociação no segmento do Novo Mercado da B3. De acordo com o Regulamento do Novo Mercado, a saída voluntária do Novo Mercado somente será deferida pela B3 caso seja precedida de oferta pública de aquisição de ações (“OPA”) realizada dentro do previsto na regulamentação editada pela CVM sobre OPAs para cancelamento de registro de companhia aberta. A realização da OPA pode ser dispensada por meio de aprovação em assembleia geral. A OPA deve possuir preço justo, baseado em laudo de avaliação, na forma estabelecida pela legislação societária. Além disso, os acionistas titulares de mais de 1/3 (um terço) das ações em circulação deverão aceitar a OPA ou concordar expressamente com a saída do segmento sem efetuar a venda das ações.

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

Exceto pelo estabelecido em Acordo de Acionistas, a Companhia não possui regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos.

Com relação à regra estatutária que os obriguem a realizar oferta pública, o Estatuto Social da Companhia determina que a alienação direta ou indireta de controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente do controle se obrigue a realizar oferta pública de aquisição de ações tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao alienante.

18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

O Estatuto Social não estabelece exceções ao exercício de direitos patrimoniais ou políticos dos acionistas.

Todavia, os acionistas terão seus direitos suspensos, na forma do artigo 120 da Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto Social da Companhia, caso não cumpram obrigação imposta pela lei ou pelo estatuto, cessando a suspensão logo que cumprida a obrigação.

Adicionalmente, nos termos do artigo 171, parágrafo 4° da Lei das Sociedades por Ações, o direito de preferência pode estar sujeito a prazo decadencial, estabelecido pelo Estatuto Social e não inferior a trinta dias.

18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía valores mobiliários admitidos à negociação. A oferta pública inicial de ações da Companhia está sendo requerida junto à CVM e à B3.

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui outros valores mobiliários emitidos que não suas ações.

18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui outros valores mobiliários emitidos que não suas ações.

18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

A oferta pública inicial de ações de emissão da Companhia está sendo requerida junto à CVM e à B3. Uma vez concedido o registro, as ações ordinárias de emissão da Companhia serão admitidas à negociação no segmento Novo Mercado da B3.

18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

18.8 - Títulos Emitidos no Exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui valores mobiliários negociados em mercados estrangeiros.

18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição

18.9 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

Até a data deste Formulário de Referência, não foram realizadas quaisquer ofertas públicas de aquisição pela Companhia relativas a ações de emissão de terceiros.

18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas

18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

(a) Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Não aplicável pois até a data deste Formulário de Referência a Companhia não realizou quaisquer ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários.

(b) Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não aplicável pois até a data deste Formulário de Referência a Companhia não realizou quaisquer ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários.

(c) Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável pois até a data deste Formulário de Referência a Companhia não realizou quaisquer ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários.

18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição

18.11 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

Não aplicável, dado que a Companhia não realizou ofertas públicas de aquisição relativas a ações de emissão de terceiros desde a data de sua constituição.

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

18.12 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes com relação a este item 18.

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não aprovou planos de recompra de ações de sua emissão nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente.

19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data deste Formulário de Referência, não há valores mobiliários em tesouraria.

19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria

19.3 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes com relação a este item 19.

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários

Data aprovação	**12/02/2021**
Órgão responsável pela aprovação	Conselho de Administração
Cargo e/ou função	O(s) acionista(s) controlador(es), direto(s) e indireto(s), os membros do conselho de administração e da diretoria, os membros do conselheiro fiscal, quando instalado, os membros de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, ou, ainda, os empregados e demais colaboradores da Companhia, do acionista controlador ou das sociedades controladas ou coligadas que, em decorrência de seu cargo, função ou posição na Companhia, no acionista controlador ou nas sociedades controladas ou coligadas, possam ter conhecimento ou acesso a qualquer informação privilegiada (“Pessoas Vinculadas”).

Principais características e locais de consulta

O propósito da “Política de Negociação de Valores Mobiliários” (“Política de Negociação”) é estabelecer regras que deverão ser observadas pelas Pessoas Vinculadas e pela Companhia para assegurar a observância de práticas de boa conduta na negociação de valores mobiliários de emissão da Companhia, bem como evitar o uso inadequado de informações privilegiadas, nos termos da Instrução da CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada (“Instrução CVM 358”).
A Política de Negociação está disponibilizada para consulta eletronicamente pelos sites: (i) da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br). Neste website, acessar, na página inicial, em acesso rápido, “Companhias – Informações Periódicas e Eventuais de Companhias” e digitar “Grupo Avenida S.A.” no campo disponível, posteriormente selecionar a Política no campo categoria; (ii) da Companhia (www.avenida.com.br/ri); bem como fisicamente na sede social da Companhia, localizada na Rua Senador Metello, 556, sala 1, Centro Sul, na Cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso CEP 78020-600.

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização	Pendência de Divulgação de Fato Relevante É vedada a negociação de valores mobiliários por Pessoa Vinculada que possa ter conhecimento de informação privilegiada sobre a Companhia até que ela a divulgue ao mercado na forma de ato ou fato relevante, conforme a política de divulgação de ato ou fato relevante. Também se aplica quando existir a intenção de promover incorporação, cisão total/parcial, fusão, transformação ou reorganização societária da Companhia; e estiver em curso aquisição ou alienação de valores mobiliários pela Companhia, sociedades controladas, sociedades coligadas ou sociedade sob controle comum; ou houver sido outorgada opção ou mandato para isso. Após Divulgação de Ato/Fato Relevante Nesses casos, mesmo após a divulgação de ato/fato relevante, prevalecerá a proibição de negociação se ela puder interferir nas condições dos negócios com valores mobiliários, acarretando dano à Companhia/acionistas. Tal restrição deve ser informada pelo DRI. Período Anterior à Divulgação de ITR, DFP e Distribuição de Resultados Pessoas Vinculadas não poderão negociar valores mobiliários no período de 15 dias anterior à divulgação/publicação das informações trimestrais e demonstrações financeiras padronizadas, inclusive no próprio dia de sua divulgação, enquanto não forem publicados. Tais restrições não se aplicam na hipótese de plano de investimento que atenda aos requisitos aplicáveis. Pessoas Vinculadas também não podem negociar valores mobiliários em período determinado pelo DRI, desde a decisão de aumentar o capital social, distribuir resultados, bonificações em ações ou seus derivativos ou aprovar desdobramento, e a publicação dos respectivos editais ou anúncios. Deliberação Relativa à Aquisição ou à Alienação de Ações de Emissão da Companhia O conselho de administração não poderá aprovar programa de recompra enquanto não forem divulgadas ao público informações sobre a celebração de acordo ou contrato para a transferência do controle acionário; outorga de opção ou mandato para o fim de transferência do controle; ou existência de intenção de promover incorporação, cisão total/parcial, fusão, transformação ou reorganização societária que envolva a Companhia. Caso após a aprovação de programa de recompra ocorra fato que se enquadre em qualquer das 3 hipóteses acima, a Companhia suspenderá imediatamente as operações com seus valores mobiliários até a divulgação do respectivo ato/fato relevante. Ex-Administradores Os ex-administradores que se afastarem da administração antes da divulgação pública de ato/fato relevante relativo a negócio/fato iniciado durante seu período de gestão não poderão negociar valores mobiliários pelo prazo de 6 meses ou até que tal ato/fato relevante tenha sido divulgado, o que ocorrer por último. Se a negociação com os valores mobiliários, mesmo após a divulgação do ato/fato relevante, puder interferir nas condições dos referidos negócios em prejuízo da Companhia/de seus acionistas, os ex-administradores não poderão negociar valores mobiliários pelo prazo mínimo de 6 meses após seu afastamento, devendo tal restrição adicional ser informada pelo DRI. Vedações Adicionais As vedações também se aplicam às negociações realizadas direta ou indiretamente por Pessoas Vinculadas caso estas negociações se deem por intermédio de pessoas ligadas; terceiros com quem tiverem celebrado contrato de administração de carteira ou de negócio fiduciário; ou qualquer pessoa que tenha tido conhecimento de informação privilegiada, por meio de Pessoa Vinculada, sabendo que esta ainda não foi divulgada ao mercado. Não são consideradas negociações indiretas e não estão sujeitas à vedação, as negociações realizadas por fundos e/ou clubes de investimento de que sejam cotistas as pessoas acima, desde que não sejam exclusivos; e as decisões de negociação do administrador do fundo e/ou clube de investimento não possam de qualquer forma ser influenciadas por seus cotistas.

20.2 - Outras Informações Relevantes

20.2 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes com relação a este item 20.

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

Exceto pela política de divulgação de ato ou fato relevante ("Política de Divulgação"), a Companhia não adota qualquer outra norma, regimento ou procedimento interno relativo à divulgação de informações.

De acordo com a legislação e as normas da CVM em vigor, em especial a Lei das Sociedades por Ações e as Instruções CVM 358 e 480, toda e qualquer companhia de capital aberto deve, como regra geral, apresentar à CVM determinadas informações periódicas, tais como informações financeiras trimestrais e demonstrações financeiras anuais acompanhadas do relatório da administração e do relatório dos auditores independentes, bem com o arquivar junto à CVM quaisquer acordos de acionistas existentes, avisos concernentes às assembleias gerais de acionistas e cópias de atas e comunicados relativos à divulgação de atos ou eventuais fatos relevantes. Nesse sentido, a Companhia deve cumprir com as normas e legislação relacionadas acima.

A Instrução CVM 358 disciplina, ainda, algumas regras a respeito da divulgação e do uso de informações sobre os atos ou fatos relevantes, inclusive, mas não se limitando, ao que se refere à divulgação de informações relativas à negociação e a aquisição de títulos emitidos pelas companhias de capital aberto.

Tais regras:

- estabelecem o conceito de ato ou fato relevante, os quais originam a obrigatoriedade de divulgação de informações ao mercado. Enquadram-se no conceito de ato ou fato relevante as decisões tomadas pelos acionistas controladores, resoluções de assembleia geral de acionistas ou da administração da Companhia, ou quaisquer outros atos ou fatos políticos, administrativos, técnicos, financeiros ou econômicos relacionados com os negócios da Companhia que possam influenciar o preço de suas ações e/ou a decisão dos investidores de negociarem e/ou manterem tais ações ou de exercer quaisquer direitos subjacentes às ações;

- especificam atos ou fatos que são considerados relevantes, tais como a celebração de contratos prevendo a transferência de controle da Companhia, a entrada ou retirada de acionistas que mantenham com a Companhia qualquer contrato ou colaboração operacional, administrativa, financeira ou tecnológica, bem como a ocorrência de qualquer reestruturação societária realizada entre as sociedades relacionadas à Companhia em questão;

- obrigam a companhia de capital aberto a divulgar atos ou fatos relevantes à CVM, bem como ao mercado em geral, por meio da publicação dos referidos atos ou fatos relevantes nos jornais geralmente utilizados pela referida companhia;

- exigem que o adquirente do controle de uma companhia de capital aberto divulgue um fato relevante, inclusive sua intenção, ou não, de promover o cancelamento do registro da Companhia como companhia aberta, no prazo de um ano;

- exigem que os administradores e os membros do conselho fiscal (ou de qualquer órgão técnico ou consultivo) de uma companhia de capital aberto divulguem à CVM o número, tipo e forma de negociação das ações emitidas pela referida companhia, suas subsidiárias e suas sociedades controladoras, detidas por referidas pessoas, bem como detidas por seus cônjuges, companheiros e dependentes, informando, ainda, quaisquer mudanças em referidas posições acionárias;

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações

- exigem que, se qualquer acionista controlador, direto ou indireto, ou qualquer acionista elegendo membros do conselho de administração de uma companhia de capital aberto alterem sua participação direta ou indireta, para cima ou para baixo, os patamares de 5% (cinco por cento), 10% (dez por cento), 15% (quinze por cento), e assim sucessivamente, de espécie ou classe de ações representativas do capital social de companhia aberta, referido acionista ou entidade divulgue as informações relacionadas com a referida aquisição ou alienação; e

- proíbem a negociação de valores mobiliários com base em informações privilegiadas.

O texto completo da Política de Divulgação poderá ser encontrado na página de relação com investidores da Companhia (http://avenida.com.br/ri), bem como fisicamente no escritório administrativo da Companhia, localizada na Rua H, n° 186, Quadra 27, Lote 05, Sala 01, Bairro Baú, CEP 78008-195, Município de Cuiabá, Estado do Mato Grosso.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

A Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante ("Política de Divulgação"), aprovada em reunião do conselho de administração da Companhia realizada em 12 de fevereiro de 2021, tem como propósito disciplinar os procedimentos internos a serem adotados com a finalidade de atender integralmente as disposições legais e regulamentares concernentes à divulgação de ato ou fato relevante, nos termos da Instrução CVM 358.

A divulgação e comunicação à CVM e às entidades do mercado de ato ou fato relevante, pelos canais institucionais de comunicação da Companhia, assim como a adoção dos demais procedimentos previstos na Política de Divulgação, é obrigação do diretor de relações com investidores, conforme definido na Política de Divulgação.

O ato ou fato relevante deverá ser divulgado em portal de notícias com página na rede mundial de computadores, bem como disponibilizado: (i) na página do sistema de envio de informações periódicas e eventuais da CVM (Sistema Empresas.Net); e (ii) no website de Relações com Investidores da Companhia (http://avenida.com.br/ri) em teor no mínimo idêntico àquele remetido à CVM.

A informação constante de ato ou fato relevante deverá ser apresentada de forma clara e precisa, em linguagem objetiva e acessível ao público investidor. Sempre que for utilizado algum conceito técnico que, a critério do diretor de relações com investidores, seja considerado como de maior complexidade, uma explicação sobre o seu significado deverá constar da informação divulgada.

Na hipótese de veiculação de ato ou fato relevante por qualquer meio de comunicação, inclusive informação à imprensa, ou em reuniões de entidades de classe, investidores, analistas ou com público selecionado, no País ou no exterior, deverá o diretor de relações com investidores divulgar simultaneamente a respectiva informação ao mercado, na forma estabelecida na Política de Divulgação.

O acionista controlador, os diretores, os membros do conselho de administração, do conselho fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, quando instalados, que tenham firmado termo constante da Política de Divulgação, bem como qualquer empregado da Companhia que venha a ter acesso a informações sobre ato ou fato relevante, conforme o item 4.3 da Política de Divulgação, serão responsáveis por comunicar ao diretor de relações com investidores todo e qualquer ato ou fato relevante de que tenham conhecimento e que saibam não ter ainda chegado ao conhecimento do diretor de relações com investidores, que promoverá sua divulgação.

A comunicação ao diretor de relações com investidores deverá ser feita por meio de correio eletrônico, para o endereço: ri@grupoavenida.com.br.

Caso as pessoas mencionadas acima constatem a omissão do diretor de relações com investidores no cumprimento de seu dever de comunicação e divulgação, e desde que não tenha sido deliberada a manutenção do sigilo sobre o ato ou fato relevante – nos termos da Política de Divulgação – tais pessoas deverão comunicar imediatamente o ato ou fato relevante à CVM, para se eximirem de responsabilidade imposta pela regulamentação aplicável em caso de sua não divulgação.

Sempre que a CVM ou as entidades do mercado exigirem do diretor de relações com investidores esclarecimentos adicionais à comunicação e à divulgação de ato ou fato relevante, ou caso ocorra oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos valores mobiliários, deverá o diretor de relações com investidores inquirir as pessoas com acesso a atos ou fatos relevantes, com o objetivo de averiguar se estas têm conhecimento de informações que devam ser divulgadas ao mercado.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

As pessoas inquiridas na forma do parágrafo acima deverão responder à solicitação do diretor de relações com investidores imediatamente. Caso não tenham condições de se encontrarem pessoalmente ou falarem por telefone com o diretor de relações com investidores ainda no mesmo dia em que este tiver tido conhecimento da respectiva exigência da CVM ou das entidades do mercado, as pessoas em questão deverão enviar correio eletrônico com as informações pertinentes para o endereço: ri@grupoavenida.com.br.

A divulgação de ato ou fato relevante deverá ser feita, simultaneamente à CVM e às entidades de mercado, sempre que possível 1 hora antes do início ou após o encerramento dos negócios nas entidades do mercado.

Quando os valores mobiliários estiverem sendo negociados simultaneamente em entidades do mercado brasileiras e estrangeiras, a divulgação de ato ou fato relevante deverá ser feita, sempre que possível 1 hora antes do início ou após o encerramento dos negócios em todos os países, prevalecendo, no caso de incompatibilidade, o horário de funcionamento do mercado brasileiro.

21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

O administrador responsável pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações da Companhia é o Diretor de Relações com Investidores.

21.4 - Outras Informações Relevantes

21.4 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes com relação a este item 21.